



UNIVERSIDAD DE MURCIA
ESCUELA INTERNACIONAL DE DOCTORADO

**A Caixa Econômica da Corte: Desenvolvimento,
Centralização e Expansão da Poupança
Brasileira (1861-1889)**

**La Caixa Econômica da Corte: Desarrollo,
Centralización y Expansión del Ahorro
Brasileño (1861-1889)**

D. Thiago Alvarenga de Oliveira

2020



**UNIVERSIDAD DE MURCIA
ESCUELA INTERNACIONAL DE DOCTORADO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A CAIXA ECONÔMICA DA CORTE: DESENVOLVIMENTO, CENTRALIZAÇÃO E EXPANSÃO DA
POUPANÇA BRASILEIRA (1861-1889)**

**LA CAIXA ECONÔMICA DA CORTE: DESARROLLO, CENTRALIZACIÓN Y EXPANSIÓN DEL
AHORRO BRASILEÑO (1861-1889)**

Thiago Alvarenga de Oliveira

Directores: Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva y Prof. Dr. Angel Pascual Martínez-Soto

NITERÓI / MURCIA

2020

Thiago Alvarenga de Oliveira

**A CAIXA ECONÔMICA DA CORTE: DESENVOLVIMENTO, CENTRALIZAÇÃO E
EXPANSÃO DA POUPANÇA BRASILEIRA (1861-1889)**

**LA CAIXA ECONÔMICA DA CORTE: DESARROLLO, CENTRALIZACIÓN Y
EXPANSIÓN DEL AHORRO BRASILEÑO (1861-1889)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (e igualmente al Programa de Doctorado en Sociedad, Desarrollo y Relaciones Laborales de la Universidad de Murcia), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientadores (Directores): Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva y Prof. Dr. Angel Pascual Martínez-Soto

NITERÓI/MURCIA
2020

Thiago Alvarenga de Oliveira

**A CAIXA ECONÔMICA DA CORTE: DESENVOLVIMENTO, CENTRALIZAÇÃO E
EXPANSÃO DA POUPANÇA BRASILEIRA (1861-1889)**

**LA CAIXA ECONÔMICA DA CORTE: DESARROLLO, CENTRALIZACIÓN Y
EXPANSIÓN DEL AHORRO BRASILEÑO (1861-1889)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (e igualmente al Programa de Doctorado en Sociedad, Desarrollo y Relaciones Laborales de la Universidad de Murcia), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (arguidor)
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira (arguidor)
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina de Novaes Marques (arguidora)
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Renato Leite Marcondes (arguidor)
Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Titular Andrés Hoyo Aparicio (arguidor)
Universidad de Santander – UDES

Prof. Dr. Tiago Luís Gil (Suplente)
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Titular Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (Suplente)
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. Titular Alexsander Lemos de Almeida Gebara (Suplente)
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. Fábio Pesavento (Suplente)
Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM/RS

Prof. Dr. Titular Joaquim Cuevas Casaña (Suplente)
Universidad de Valencia

Dedico cada página dessa tese aos meus pais e à Elizabeth.

Sem vocês, nada disso seria feito.

AGRADECIMENTOS

Normalmente, ao menos no Brasil recente, teses são frutos colhidos após mais ou menos quatro anos de pesquisa. No entanto, acredito que vai além disso. A tese é fruto de uma caminhada que, para mim, começou em meados de 2009, quando comecei a cursar a graduação em História na Universidade Federal Fluminense. Desde aquele momento em que entrei nessa casa, permaneço vinculado a ela e lá se vão mais de 10 longos anos. Nesse sentido, o primeiro agradecimento não poderia deixar de ser, senão à Universidade Federal Fluminense por todas as oportunidades acadêmicas, por sua estrutura e por cada professor que compartilhou seus ensinamentos comigo ao longo da graduação. Ainda que muitos tentem desprestigiar a universidade pública brasileira, com fins políticos e econômicos escusos, não há centros de tamanha excelência em formação de profissionais capacitados e realização de pesquisas científicas com destaque mundial no Brasil como elas. Fica aqui não somente os meus agradecimentos, como também uma promessa de lutar para que outras pessoas tenham ainda mais oportunidades do que eu tive ao longo desses dez anos.

Agradeço ao Instituto de História e ao Programa de Pós-Graduação em História Social por terem me ofertado as melhores condições possíveis em tempos de cortes de verbas e planos obscuros para com a comunidade científica brasileira. Ainda que muitos desvalorizem o nosso conhecimento acadêmico, nossa resistência perdura e é demonstrada com a qualidade de nossos resultados e a manutenção de destaque de nosso programa. Agradeço nominalmente aos professores Giselle Venâncio e Alexandre Carneiro, os quais, enquanto coordenadores do programa de pós-graduação, foram decisivos para que o acordo de cotutela do doutorado duplo com a Universidad de Murcia fosse realizado.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mas principalmente a todo contribuinte brasileiro, por fomentar essa tese por meio da bolsa de auxílio à pesquisa científica recebida ao longo desses últimos quatro anos. No atual contexto desfavorável à pesquisa acadêmica, é crucial militarmos contra a realidade dos constantes cortes de orçamento destinados à educação.

Agradeço à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro pelo tratamento, digitalização e disponibilidade das fontes históricas mediante o banco de dados *Hemeroteca Digital*. Agradeço também aos demais arquivos da cidade do Rio de Janeiro, os quais me permitiram pesquisar não somente para a conclusão dessa tese, mas ao longo da minha jornada acadêmica.

Agradeço, em especial, à Biblioteca Cultura da Caixa Econômica Federal em Brasília e a todos os seus funcionários – Sidney Stênio, Ronaldo Lacerda, Maria das Graças Coelho e Ana

Caroline Sgarbosa – por terem me recebido em 2017. Esse contato foi fundamental para minha pesquisa e não esquecerei de como fui bem tratado e da disponibilização de várias bibliografias sobre a história da Caixa Econômica.

Agradeço à Universidad de Murcia por receber alunos internacionais em seus programas de pós-graduação. Agradeço em especial à Escuela Internacional de Doctorado da Universidade de Murcia (EIDUM) por me oportunizar esse doutorado duplo em regime cotutela com a Universidade Federal Fluminense. Agradeço nominalmente ao Dr. Juan José García Escribano por ter me recebido e auxiliado nos trâmites burocráticos no programa de pós-graduação da Universidad de Murcia.

Agradeço a todos os professores e professoras que fizeram parte dessa minha jornada desde meados do ano de 2009 até essa defesa. Foram vários profissionais de várias instituições que contribuíram nesse processo com seus conhecimentos, mas principalmente pelo empenho em me fornecer as bases metodológicas, teóricas e bibliográficas para o desenvolvimento dessa tese. Como diria um dos nossos expoentes da educação brasileira “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Agradeço aos professores, em especial, os membros que compuseram minha banca de defesa de doutoramento: Dr. Luiz Fernando Saraiva, Dr. Carlos Gabriel Guimarães, Dr. Angel Pascual Martínez Soto, Dr^a. Teresa Cristina de Novaes Marques, Dr. Renato Leite Marcondes e Dr. Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira. Agradeço aos professores Dr. Tiago Luís Gil, Dr. Luciano Raposo Figueiredo, Dr. Andrés Hoyo Aparicio e Dr. Fábio Pesavento pela disponibilidade na condição de arguidores suplentes. Agradeço a leitura extremamente criteriosa, pelas sugestões e pelas contribuições providenciadas por esses excelentíssimos profissionais.

Agradeço ao meu orientador e amigo Dr. Luiz Fernando Saraiva por ter me iniciado à pesquisa histórica e ter me propiciado inúmeras oportunidades acadêmicas desde a graduação. Sempre me apresentou os caminhos ao invés de defini-los. Nunca esquecendo do verdadeiro propósito da nossa profissão de educador, sempre julgou os meus erros com sabedoria e respeito a fim de ensinar através deles. Obrigado pela sua amizade e companheirismo ao longo de toda a minha formação.

Agradeço a professora e amiga Dr^a Rita de Cássia Almico pelas oportunidades acadêmicas que me concedeu ao longo de todos esses anos, bem como por sempre ter me recebido tão bem em sua casa, seja em Murcia, Niterói ou no Rio. Obrigado por ter sido minha professora e por ter me ensinado muito além da academia.

Agradezco a mi director de tesis de la Universidad de Murcia – Dr. Ángel Pascual Martínez Soto – por invitarme a la Escuela Internacional de Doctorado de la Universidad de Murcia. Agradezco principalmente por abrir esta puerta y por toda su generosidad al compartir su conocimiento y investigaciones conmigo. Estoy inmensamente agradecido por su hospitalidad y de su familia en las dos oportunidades que pude estar en Murcia.

Agradeço ao professor Dr. Carlos Gabriel Guimarães pela amizade, pelas oportunidades e ensinamentos. Não tive a oportunidade de ser seu aluno ao longo desses dez anos de Universidade Federal Fluminense, mas aprendi imensamente com você nos congressos, reuniões de laboratórios de pesquisa e, sobretudo, nos cafés que compartilhamos.

Agradeço a um número infindável de pessoas que cruzou essa caminhada desde a primeira aula de Introdução aos Estudos Históricos até o momento de defesa dessa tese no começo de abril de 2020. No entanto, algumas pessoas tiveram papéis de destaque na construção dessa jornada e, por isso, eu preciso nomeá-las, mesmo correndo o risco de ser injusto por faltar algum nome.

Dessa forma meus muitíssimos obrigados:

Aos meus amigos que compartilham da árdua e, infelizmente, pouco reconhecida jornada profissional – o magistério. Agradeço o companheirismo ao dividir as dores e benesses da vida. Aos meus queridões e queridonas do “Falos Alados”: Eduardo Daflon, Ingrid Linhares, Thiago Magella, Rafaella Sousa, Pedro Henrique Batista, Evelyn Gondim, Thais Mancilio, Pedro Bonini. Mais do que irmãos de profissão, vocês são a família que não tenho no Rio de Janeiro. Podem contar sempre comigo. Obrigado pela amizade de vocês e por terem acolhido tão bem esse caipira.

Aos meus amigos Marcos Marinho e Thiago Mantuano pela amizade e companheirismo ao longo dessa jornada. Vocês foram decisivos na minha trajetória acadêmica. Repartimos sempre as discussões e resultados de nossas pesquisas, realizamos diversos trabalhos, seminários, congressos e artigos juntos e, principalmente, sempre nos apoiamos uns nos outros quando a vida ou a academia nos cobraram altos custos. Agradeço pelas nossas discussões acadêmicas e as nem tanto acadêmicas, as quais, às vezes, ultrapassaram os limites da razão. Esses anos de *Trindade Oitocentista*, para não falar o verdadeiro nome, sempre ficarão marcados na minha memória. Sei que, se depender de qualquer um de nós três, a História Econômica nunca vai definhar ou respirar por aparelhos.

Agradeço aos amigos que a Universidade Federal Fluminense me presenteou ao longo desses dez anos: Daniel Gilly, Diego Martinez, Paula Justen, Daniel Schneider Silvana dos Santos, Léo Groba, Amanda Marinho, Guilherme Barreto, Thaíz Barbosa, Mylena Gama,

Guilherme Vilela e Rodrigo Marretto. São sinceros os agradecimentos, sem a presença de vocês esse desafio teria sido muito mais difícil.

Aos meus amigos fora do âmbito profissional, agradeço por fazerem os bons momentos ainda melhores e os ruins mais aturáveis com a presença de vocês. Serei sempre grato pelos conselhos, amizades, pelas boas e más histórias que vivi ao lado de vocês: Adam Lepre, Jonatas Crispim, Jean Crispim, Lucélio Dias, Patrik Azevedo, Rodrigo Kelly, Slady Costa e Thadeu Hudson.

Por fim, à minha família, ficam os meus maiores agradecimentos:

Aos meus avôs e avós: Hamilton e Penha, Geraldo e Eva. Ainda que não estejam mais aqui comigo, sempre estarão em minhas memórias.

Aos meus pais, Carmem Lúcia e José Luiz, me faltam palavras para agradecê-los. A gratidão que tenho por vocês é imensurável e será eterna. Vocês se dedicaram ao máximo para providenciar tudo o que não tiveram aos seus filhos. Obrigado por estarem sempre ao meu lado, dividindo comigo as durezas e as conquistas da vida. Saibam que tudo o que conquistei até hoje e tudo o que está por vir é e será dedicado a vocês. Muito obrigado por serem grandes exemplos de humildade, respeito e cumplicidade. Espero que um dia eu possa retribuir minimamente tudo o que fizeram por mim. Amo vocês.

Às minhas amadas irmãs, Beatriz e Barbara, por fazerem parte da minha vida e agraciá-la com seus sorrisos e carinhos. Obrigado pelo amor que cultivamos entre nós e pelos nossos pais. À minha querida sobrinha Duda e ao meu sobrinho Matheus, muito obrigado pelo carinho e amor que vocês têm por mim. O tio de vocês morre de saudades.

Ao meu padrinho Luciano, madrinha Helen e ao Pe. César, pela consideração que têm por mim, especialmente pela amizade e companheirismo que sempre proveram à minha família.

Aos meus sogros, Marta e Adeildo, e aos meus cunhados, Rodrigo e Guilherme, por abrirem a porta da casa de vocês para mim e me receberem como parte da família de vocês. Sou muito grato por tudo o que fizeram e ainda fazem por mim.

À Elizabeth, meu amor e minha fortaleza, agradeço pela paciência, dedicação, companheirismo, carinho e, acima de tudo, pela confiança depositada em mim. Você está ao meu lado desde antes dessa jornada de dez anos na Universidade Federal Fluminense começar. Obrigado por compreender minhas ausências devido a congressos, seminários, viagens e escritas de artigos, trabalhos, dissertação e dessa tese. Nos momentos em que fraquejei, você me confortou e estimulou a seguir em frente. Nos momentos em que duvidei da minha capacidade, você lembrou meus feitos e me deu a moral que faltava. Nos momentos em que caí e chorei, você chorou comigo e juntos nos repusemos de pé. Nos momentos em que procrastinei,

veio a sua cobrança para fazer o meu melhor. Nos momentos felizes, e foram tantos, estivemos juntos e partilhamos sorrisos. Obrigado pelo nosso amor e poder vive-lo “em cada vão momento”.

Enfim, pelo apoio que cada um de vocês me proporcionou, cada um à sua maneira, reparto o mérito dos acertos dessa tese, enquanto os erros cometidos prometo-lhes revertê-los o mais breve possível, sempre buscando melhorar.

RESUMO

Esse trabalho busca analisar a história da instituição de poupança – a Caixa Econômica da Corte – criada pelo governo imperial em 1861. O trabalho acompanha o desenvolvimento dessa instituição, o qual se confunde com a própria história do Brasil oitocentista, até o fim do regime monárquico em 1889. Ainda que soe como uma história institucional, o que se pretende nessa pesquisa é tratar a história dessa caixa econômica na perspectiva econômico-social, considerando os agentes que fizeram idealizando e conduziram a instituição, mas principalmente aqueles que por ela eram atendidos. A história do desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte se faz importante por ter sido estabelecida no Brasil, longe de seus idealizadores europeus, em um cenário onde prevaleciam relações de trabalho pré-capitalistas, um sistema escravocrata e um regime monárquico nos trópicos. Esse Brasil oitocentista guarda suas peculiaridades, as quais, obviamente, estão refletidas em suas instituições.

O fio condutor da análise será a interferência do Estado imperial brasileiro, por meio da Caixa Econômica da Corte, na incipiente poupança brasileira que era formada por caixas econômicas e casas bancárias privadas. Partimos da hipótese que houve um projeto do governo imperial de centralizar a poupança brasileira no Tesouro Nacional. Portanto, a Crise do Souto em 1864, se torna um momento-chave para essa análise, uma vez que é um ponto de virada no desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte em detrimento das falências de suas concorrentes – as casas bancárias.

Outrossim, no trabalho é analisado o desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte nas diferentes conjunturas políticas, econômicas e sociais da história do Império do Brasil. O ponto de virada da Caixa Econômica da Corte ao longo da Guerra do Paraguai, a expansão de seu modelo de instituição para as capitais provinciais, bem como a quebra do ritmo de desenvolvimento na década de 1880 e a tentativa de modernização do modelo de instituição são temas que pautam as análises do trabalho.

Palavras-chave: Caixa Econômica, Poupança, Século XIX, Rio de Janeiro, Brasil.

RESUMEN

Este trabajo busca analizar la historia de la institución de ahorro - Caixa Econômica da Corte - creada por el gobierno imperial en 1861. El trabajo sigue el desarrollo de esta institución, que se entrelaza con la historia del siglo XIX en Brasil, hasta el final del régimen monárquico en 1889. Aunque parezca una historia institucional, lo que se pretende en esta investigación es tratar la historia de esta caja de ahorros desde una perspectiva económico-social, considerando los agentes que crearon y dirigieron la institución, pero principalmente aquellos que fueron atendidos por ella. La historia de desarrollo de Caixa Econômica da Corte es importante porque se estableció en Brasil, lejos de sus creadores europeos, en un escenario donde prevalecieron las relaciones laborales pré-capitalistas, un sistema esclavista y un régimen monárquico en los trópicos. Este Brasil del siglo XIX tiene sus peculiaridades, que, obviamente, se reflejan en sus instituciones.

El hilo conductor del análisis será la interferencia del estado imperial brasileño, a través de la Caixa Econômica da Corte, en los nuevos ahorros brasileños formados por cajas de ahorro y bancos privados. Partimos de la hipótesis de que había un proyecto del gobierno imperial para centralizar los ahorros brasileños en el Tesoro Nacional. Por lo tanto, la crisis de Souto en 1864 se convierte en un momento clave para este análisis, ya que es un punto de inflexión en el desarrollo de Caixa Econômica da Corte en detrimento de las quiebras de sus competidores: las casas bancarias.

Además, el trabajo analiza el desarrollo de la Caixa Econômica da Corte en las diferentes situaciones políticas, económicas y sociales en la historia del Imperio de Brasil. El punto de inflexión de la Caixa Econômica da Corte durante la Guerra do Paraguai, la expansión de su modelo institucional a las capitales de provincia, así como la ruptura del ritmo de desarrollo en la década de 1880 y el intento de modernizar el modelo institucional son temas que guían el análisis del trabajo.

Palabras clave: Cajas de Ahorros, Ahorro, siglo XIX, Rio de Janeiro, Brasil.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the history of the savings institution - Caixa Econômica da Corte - created by the imperial government in 1861. The work follows the development of this institution, which is intertwined with the history of 19th century Brazil, until the end of the monarchical regime in 1889. Although it seems like an institutional history, what is intended in this research is to treat the history of this savings bank from an economic-social perspective, considering the agents who created and led the institution, but mainly those who were served by it. The development history of Caixa Econômica da Corte is important because it was established in Brazil, far from its European creators, in a scenario where prevailed pre-capitalist labor relations, a slave system and a monarchical regime in the tropics. This 19th century Brazil has its peculiarities, which, obviously, are reflected in its institutions.

The guiding thread of the analysis will be the interference of the Brazilian Imperial State, through the Caixa Econômica da Corte, in the fledgling Brazilian savings that was formed by savings banks and private banking houses. We started from the hypothesis that there was a project by the imperial government to centralize Brazilian savings in the National Treasury. Therefore, the Souto Crisis in 1864, becomes a key moment for this analysis, since it is a turning point in the development of Caixa Econômica da Corte to the detriment of the bankruptcies of its competitors - the banking houses.

Furthermore, the work analyzes the development of the Caixa Econômica da Corte in the different political, economic and social situations in the history of the Empire of Brazil. The turning point of Caixa Econômica da Corte throughout the Paraguayan War, the expansion of its institution model to the provincial capitals, as well as the break in the development rhythm in the 1880s and the attempt to modernize the institution model are themes that guide the analysis of the work.

Keywords: Savings banks, Savings, 19th century, Rio de Janeiro, Brazil.

Sumário	
Introdução.....	23
Introduccion.....	36
Introduction	51
Capítulo 1 Do primeiro banco ao primeiro depositante: O sistema financeiro e a economia dos mais pobres no Rio de Janeiro (1830-1860).....	65
1.1 – O Desabrochar Financeiro na construção do Estado Nacional Brasileiro.....	67
1.2 – O Rio de Janeiro e a economia dos mais pobres em meados dos Oitocentos	87
1.3 – A Crise do Souto e seus efeitos na economia dos mais pobres	92
Capítulo 2 Do papel para a Corte: o projeto centralizador dos depósitos na Caixa Econômica da Corte (1861-1870)	112
2.1 – O Estatuto da Caixa Econômica da Corte e do Monte de Socorro em 1861	113
2.2 – O Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica da Corte na década de 1860.....	123
2.3 – A centralização dos depósitos após Crise do Souto	129
Capítulo 3 Da Corte para o Império: a expansão para as províncias (1870-1879).....	140
3.1 – O Regulamento da expansão das Caixas Econômicas e Montes de Socorro em 1874	141
3.2 – O Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica da Corte na década de 1870.....	146
3.3 – A Caixa Econômica da Corte na década de 1870: o modelo a ser seguido.....	157
Capítulo 4 Da Corte para a República: a última década da Caixa Econômica da Corte (1880-1889).....	185
4.1 – A Comissão Avaliadora de 1881 e a proposta de reformulação das caixas econômicas brasileiras.....	186
4.2 – A Contrarreforma de 1887.....	202
4.3 – O Conselho Inspector e Fiscal nos últimos anos da Caixa Econômica da Corte (1880-1889).....	205
4.4 – O desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte nos últimos anos do Segundo Reinado	210
Capítulo 5 Do mundo à Corte: Caixa Econômica da Corte na perspectiva Internacional, Nacional e Intraprovincial	223
5.1 Da Corte ao Mundo: A Caixa Econômica da Corte em perspectiva internacional	225
5.2 Da Corte ao país: A Caixa Econômica da Corte em perspectiva nacional.....	233
5.3 Da Corte à província do Rio de Janeiro: As agências da Caixa Econômica da Corte.....	269
Capítulo 6 A Caixa dos Pobres? O perfil socioeconômico dos poupadores da Caixa Econômica da Corte	281
6.1 A pobreza no Brasil Oitocentista.....	282
6.2 O preço de se morar na Corte: custos de vida e renda no Rio de Janeiro do século XIX	286
6.3 A Caixa dos Pobres? Os perfis socioeconômicos dos poupadores da caixa	303
Considerações Finais	324
Consideraciones finales	333
Conclusions	343
Referências Bibliográficas.....	352
Anexos	369

Lista de Gráficos

Gráfico 1.1 - Evolução das relações cambiais mil-réis/libra: taxas correntes e de longo prazo (1795-1913)	74
Gráfico 1.2 – Diagrama em caixa dos valores em conta dos clientes em codição de livres nas Casas Bancárias falidas em 1864 (em contos de réis)	104
Gráfico 1.3 – Diagrama em caixa dos valores em conta dos clientes livres descontados 10% dos maiores valores totais coligidos nas Casas Bancárias falidas em 1864(em contos de réis)	106
Gráfico 1.4 - Crescimento Anual do Custo de Vida no Brasil (1850-1870)	109
Gráfico 2.1 – Balanço anual dos depósitos coligidos na Caixa Econômica da Corte, 1864-1870 (em contos de réis).....	132
Gráfico 2.2 - Balanço anual de entrada e saída de cadernetas da Caixa Econômica da Corte (1870-1880)	133
Gráfico 2.3 - Valores dos Juros Abonados e Saldo dos depósitos da Caixa Econômica da Corte, 1864-1869 (em contos de réis)	134
Gráfico 2.4 – Balanço dos valores de empréstimos e resgates do Monte de Socorro da Corte, 1861-1870 (em contos de réis)	137
Gráfico 2.5 – Despesas e Prêmios do Monte de Socorro da Corte, 1861-1870 (em contos de réis).....	138
Gráfico 3.1 - Balanço anual de entrada e saída de cadernetas da Caixa Econômica da Corte (1870-1880).....	158
Gráfico 3.2 - Balanço anual dos depósitos coligidos na Caixa Econômica da Corte, 1871-1880 (em contos de réis).....	163
Gráfico 3.3 – Valores dos Juros Abonados e Saldo dos depósitos da Caixa Econômica da Corte, 1870-1879 (em contos de réis)	164
Gráfico 3.4 – Balanço anual do número de empréstimos e resgates do Monte de Socorro da Corte 1870-1880 (em contos de réis)	171
Gráfico 3.5 - Balanço dos valores de empréstimos e resgates do Monte de Socorro da Corte, 1870-1880 (em contos de réis)	172
Gráfico 3.6 - Despesas e Prêmios do Monte de Socorro da Corte, 1870-1879 (em contos de réis).....	177
Gráfico 4.1 - Balanço anual dos depósitos coligidos na Caixa Econômica da Corte, 1880-1889 (em contos de réis).....	211

Gráfico 4.2 - Balanço anual de novos depositantes e saques totais da Caixa Econômica da Corte (1870-1880)	212
Gráfico 4.3 - Balanço anual do número de empréstimos e resgates do Monte de Socorro da Corte, 1870-1880 (em contos de réis)	219
Gráfico 5.1 – Evolução das cadernetas de poupança da Caixa Econômica da Corte (1861-1889)	235
Gráfico 5.2 – Balanço anual de entradas, saques totais e total acumulado da Caixa Econômica da Corte, 1861-1889 (em contos de réis).....	236
Gráfico 5.3 – Percentual de desenvolvimento anual dos valores totais de depósitos da Caixa Econômica da Corte, 1866-1889	240
Gráfico 5.4 – Evolução da quantidade de penhores, resgates e total de penhores do Monte de Socorro da Corte, 1861-1889.....	242
Gráfico 5.5 – Balanço anual dos valores de penhores, valores dos resgates, prêmios recebidos e total acumulado do Monte de Socorro da Corte, 1861-1889 (em contos de réis)....	244
Gráfico 5.6 – Proporção dos depósitos da Caixa Econômica da Corte e suas agências com a soma das Caixas Econômicas Provinciais	250
Gráfico 5.7 – Proporção dos depósitos das Caixas Econômicas do Brasil em relação ao papel-moeda em circulação, 1861-1889 (em contos de réis)	251
Gráfico 5.8 – Proporção dos depósitos das Caixas Econômicas do Brasil em relação ao papel-moeda em circulação, 1861-1889 (percentuais)	252
Gráfico 5.9 - Depósitos acumulados nas caixas econômicas provinciais de Salvador, Recife, São Paulo e Ouro Preto (1874-1889).....	254
Gráfico 5.10 – Médias dos depósitos acumulados nas caixas econômicas por habitante das capitais provinciais de Salvador, Recife, São Paulo e Ouro Preto (1874-1889)	257
Gráfico 5.11 – Depósitos acumulados nas caixas econômicas provinciais de Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Manaus (1874-1889)	258
Gráfico 5.12 – Médias dos depósitos acumulados nas caixas econômicas por habitante das capitais provinciais de Porto Alegre, Belém, Fortaleza, Manaus e Província do Rio de Janeiro (1874-1889)	261
Gráfico 5.13 – Depósitos acumulados nas caixas econômicas provinciais de Teresina, Maceió, N.S. do Desterro, São Luís e Curitiba (1874-1889)	263
Gráfico 5.14 – Médias dos depósitos acumulados nas caixas econômicas por habitante das capitais provinciais de Porto Alegre, Belém, Fortaleza, Manaus e Província do Rio de Janeiro (1874-1889)	264

Gráfico 5.15 – Depósitos acumulados nas caixas econômicas provinciais de Cuiabá, Goiânia, Vitória, Aracajú e Natal (1874-1889).....	265
Gráfico 5.16 – Médias dos depósitos acumulados nas caixas econômicas por habitante das capitais provinciais Cuiabá, Goiânia, Vitória, Aracajú e Natal (1874-1889).....	266
Gráfico 5.17 Evolução do volume de depósitos das agências da Caixa Econômica da Corte, 1880-1889 (em contos de réis)	278
Gráfico 5.18 Evolução das médias de depósito por cadernetas das agências da Caixa Econômica da Corte, 1880-1889 (em mil-réis)	279
Gráfico 6.1 Coeficiente de Gini – Brasil, 1876.	288
Gráfico 6.2 – Novas cadernetas de Mulheres “sem profissões declaradas” e de Menores na Caixa Econômica da Corte (1882-1889)	307
Gráfico 6.3 Novos depositantes nacionais e estrangeiros da Caixa Econômica da Corte (1882-1889).....	312
Gráfico 6.4 – Novos depositantes da Caixa Econômica da Corte divididos por classes sociais (1884-1889)	315
Gráfico 6.5 – Quantidade e valores dos depósitos realizados mensalmente na Caixa Econômica da Corte (1871).....	317

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 Pauta de Exportações Brasileiras (milhões de libras).....	68
Tabela 1.2 – Estatísticas Gerais dos Depósitos coligidos nas Casas Bancárias falidas em 1864	101
Tabela 1.3- Composição dos Clientes dos Depósitos coligidos nas Casas Bancárias falidas em 1864	102
Tabela 1.4 – Valores dos Depósitos coligidos em cada Casa Bancária falida em 1864	102
Tabela 1.5 – Média dos valores depositados por Casa Bancária falida em 1864.....	103
Tabela 1.6 – Estatísticas Gerais dos valores inferiores ao Limite Superior coligidos nas Casas Bancárias falidas em 1864.....	106
Tabela 1.7 – Composição dos valores dos clientes em condição de escravizados coligidos nas Casas Bancárias falidas em 1864 em razão do valor médio real da alforria em 1864 .	107
Tabela 3.1 - Perfis dos valores de entradas na Caixa Econômica da Corte em 1871 ...	160
Tabela 3.2 – Honorários Anuais dos Funcionários da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte (1870-1880)	178
Tabela 5.1 Estudo comparativo publicado no Jornal do Commercio sobre algumas caixas econômicas na Europa (1878 e 1879)	228
Tabela 5.2 – Características Cíclicas, 1851-1889.....	239
Tabela 5.3 Data de Início das Atividades de cada Caixa Econômica e Monte de Socorro provinciais	247
Tabela 5.4 – Taxas de crescimentos dos valores de depósitos nas Caixas Econômicas do Império Brasileiro, 1875-1889 (percentuais)	268
Tabela 5.5 Data de Início das Atividades de cada agência da Caixa Econômica da Corte	271
Tabela 5.6 Quantidade de cadernetas, valores dos depósitos acumulados e médias de depósitos nas Agências da Caixa Econômica da Corte na província do Rio de Janeiro 1880 (em réis)	275
Tabela 5.7 Quantidade de cadernetas, valores dos depósitos acumulados e médias de depósitos nas Agências da Caixa Econômica da Corte na província do Rio de Janeiro 1889 (em réis)	276
Tabela 6.1 Rendas da região concentrada em mil-réis, 1876 - Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo	291
Tabela 6.2 Preços médios dos alimentos no Rio de Janeiro (1862-1887), em mil-réis	296
Tabela 6.3 Preços médios dos aluguéis no Rio de Janeiro (1875-1887), em mil réis ..	297

Tabela 6.4 Custos com Moradia, Alimentação e a Margem Econômica divididos por categoria profissional (1880, 1885 e 1887).....	301
Tabela 6.5 – Novos depositantes da Caixa Econômica da Corte divididos por categoria socioprofissional e nacionalidade (1884-1889).....	304
Tabela 6.6 – Novos depositantes da Caixa Econômica da Corte divididos por classes sociais (1882-1889).....	314
Tabela 6.7 Quantidade e valores dos depósitos realizados anualmente na Caixa Econômica da Corte 1882-1886 (em mil-réis).....	318
Tabela 6.8 – Quantidade e valores dos depósitos realizados anualmente na Caixa Econômica da Corte 1887-1889 (em mil-réis).....	319

Lista de Quadros

Quadro 2.1 - Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro (1861-1870).....	125
Quadro 3.1 - Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte (1870-1879)	150
Quadro 4.1 - Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte (1880-1889)	208

Lista de Mapas

Mapa 4.1 Mapa dos Correios brasileiros em 1860	188
Mapa 5.1 Volume dos depósitos por Caixa Econômica Provincial, 1889 (em réis)	248
Mapa 5.2 Valores dos depósitos e quantidade de cadernetas de poupança nas agências da Caixa Econômica da Corte (1880).....	273
Mapa 5.3 Valores dos depósitos e quantidade de cadernetas de poupança nas agências da Caixa Econômica da Corte (1889).....	274

Introdução

Poupei as moedas de cobre, porque as de ouro por si mesmas se poupam – autor desconhecido.

Um estabelecimento, localizado na rua da Misericórdia, por baixo da Câmara dos Deputados, que abre às 9 horas da manhã e fecha às 2 horas da tarde com a única função de receber economias entre um tostão de réis (1\$000 réis) até no máximo 50\$000 réis semanais, fazendo-os render a juros de 6% ao ano. Essa é a definição da Caixa Econômica da Corte segundo o *Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial*¹ no ano de 1862, pouco tempo depois de sua inauguração no dia 04 de novembro de 1861.

O modelo de instituição adotado por esse estabelecimento não era nenhuma novidade na capital brasileira oitocentista. As caixas econômicas já eram figuras conhecidas no Brasil, especificamente, na cidade do Rio de Janeiro desde o começo da década de 1830. No entanto, o final do ano de 1861 foi o momento que o governo brasileiro inicia as atividades do seu projeto de centralização da poupança brasileira, o qual já estava idealizado há alguns meses com a promulgação da Lei dos Entraves em 1860.

Estudar essa instituição específica nos permite, sobretudo, compreender como o “savings banks movement”², iniciado na Europa no começo do século XIX, se transfigurou e foi adaptado em terras longínquas sul-americanas. Mais do que isso, nos permite observar as apropriações do modelo e as adaptações feitas pelo Estado brasileiro pelas próprias experiências brasileiras anteriores.

Ao mesmo tempo, como se trata de instituições que tem origens nas *friendly societies*³, isto é, organizações de auxílio mutualistas e se recebem aqui no Brasil o caráter de “instituições de beneficência”, pode-se depreender a partir desse estudo uma contribuição no olhar e compreensão da sociedade brasileira oitocentista, em especial, das camadas mais pobres, livres ou escravizados.

A despeito de ser um modelo importado, a Caixa Econômica da Corte foi uma instituição *sui generis* por adequar as experiências anteriores no Brasil, mas principalmente por

¹ Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial, Edição 19. Ano de 1862. Disponível no site <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 29/02/2020.

² Movimento de Caixas Econômicas (tradução livre) ocorrido no começo do século XIX inicialmente na Escócia e expandido para a Inglaterra e País de Gales. Cf. HORNE. Oliver H. A **History of Savings Banks**. Geoffrey Cumberlege. Oxford University Press. London, 1947.

³ “Sociedades Amigáveis”. Tradução livre. Essas sociedades se assemelhavam muito aos montepios gerais, Santas Casas de misericórdias, agremiações profissionais e mesmo as irmandades religiosas, ainda que não tivessem necessariamente um vínculo religioso. O objetivo geral dessas sociedades era agregar e auxiliar membros, geralmente profissionais ou devotos nos casos religiosos, nas infortunas da vida. referência

ser organizada, pensada e executada em sua dupla função: financeira, como mecanismo de auxílio para contenção da moeda nacional em circulação; social, “moralizar economicamente” a população brasileira.

As origens das caixas econômicas

Acreditava-se que esse tipo de instituição teve suas origens no final do século XVIII a partir dos estabelecimentos liderados por Priscila Wakefield de auxílio por meio da poupança às trabalhadoras (*Female Benefit Club*) em Tottenham por volta de 1798. No entanto, na Escócia e, posteriormente, na Inglaterra, a expansão, chamada de *savings banks movement*, foi originária a partir da iniciativa do reverendo escocês Henry Duncan, uma vez que seu modelo de estabelecimento não era fundamentado por meio da caridade ou de qualquer tipo de doações⁴.

Contudo, pesquisas mais recentes creditam aos países germânicos o pioneirismo do modelo de instituição das caixas econômicas.⁵ Wysocki escreveu sobre as primeiras caixas econômicas nos países germânicos, precisamente em Hamburgo no ano de 1778 sob o nome de *Hamburger Allgemeine Versorgungsanstalt*⁶. A ideia de uma caixa econômica, segundo Wysocki, teria surgido no final da Idade Média e o começo do período renascentista. No entanto, a ideia só floresceu ao longo do século XVIII quando surgiu uma nova ideologia, conceituada pelo autor, como “o princípio da responsabilidade de cada um por sua própria vida”, isto é, o individualismo ocidental tão querido e discutido pelos iluministas.⁷

Por outro lado, foi no Reino Unido que as caixas econômicas despertaram interesse como um instrumento para lidar com as condições miseráveis em que se apresentavam grande parte dos trabalhadores ingleses. Aos poucos, a interpretação da pobreza enquanto um problema social dava lugar a um mal planejamento individualista ou mesmo meritocrático. Isso contribuiu para que novos mecanismos fossem repensados e incorporados na Lei dos Pobres. A expansão das caixas econômicas foi uma parte significativa de instrumentalização desse paternalismo inglês renovado.

⁴ PRATT, John Tidd. **History of savings banks in England, Wales, Ireland, and Scotland**. London: Printed for the author by Shaw. 1842. 117 p.

⁵ Há uma discussão sobre o pioneirismo alemão por meio da Sociedade Patriótica de 1765, cf. SCHAMBACH, Sigrid: **Aus der Gegenwart die Zukunft gewinnen. Die Geschichte der Patriotischen Gesellschaft von 1765**, Hamburg. 2004 (Ganhando o Futuro a partir do Passado. A história da Sociedade Patriótica de 1765)

⁶ Fundo Geral de Pensões de Hamburgo (Tradução Livre).

⁷ WYSOCKI, J. In: MURA, Jürgen (org.). **History of European Savings Banks**. Stuttgart: Deutscher Sparkassenverlag GmbH. 1996. Op.cit. p. 9.

Essa expansão das caixas econômicas, chamado pela historiografia inglesa de *savings banks movement*, teve influência e foi influenciada pelos debates da reforma da Lei dos Pobres. David Filtness, um autor que estuda a pobreza e o desenvolvimento do princípio da autoajuda na sociedade inglesa, afirma que a historiografia sobre caixas econômicas costuma tratar a origem desse movimento como um epifenômeno ou apenas como iniciativas de caridade. Esse tratamento obscurece a importância dessa expansão das caixas econômicas como um fenômeno crucial para compreender o direcionamento das discussões da Lei dos Pobres na Inglaterra. Filtness compreende que o *savings banks movement* foi decisivo para reforçar os princípios de uma renovação do paternalismo inglês, sobretudo, a partir do incentivo da autoajuda.⁸

Filtness extrai das *friendly societies* a origem das caixas econômicas. Segundo o autor, essas *friendly societies* tiveram um desenvolvimento acelerado no início do século XIX. Filtness cita um ensaio feito por Eden, um contemporâneo e entusiasta desse modelo de associação mutualista, o qual revela que esse modelo de associação mutualista congregava em torno de 648 mil membros em aproximadamente 7.200 sociedades desse tipo por toda a Inglaterra e País de Gales. Isso significava algo em torno de 1 a cada 4 pessoas recebiam auxílio das *friendly societies* na Inglaterra do início do século XIX.⁹

A despeito do pioneirismo alemão, foi mesmo na Escócia e em suas fronteiras que as caixas econômicas se constituíram um verdadeiro movimento e se difundiram rapidamente no começo do século XIX. Em 1810, em Ruthwell na Escócia, o reverendo Henry Duncan iniciou o movimento encorajando pessoas a pouparem para se prevenirem nos momentos de doença, desemprego e velhice. O reverendo Duncan havia criado uma *friendly society* em 1796, a qual prosperava entre os trabalhadores mais pobres do condado. Contudo, o reverendo foi influenciado pelas discussões sobre a insustentabilidade do modelo das *friendly societies* devido a dependência desenvolvida em seus membros, a qual, por sua vez, segundo a discussão naquele momento, despertava ociosidade nos seus membros.¹⁰ Duncan preferiu um modelo que despertasse maior independência em seus membros e propôs uma caixa econômica, tomando por base a necessidade de um paternalismo renovado por meio do princípio da autoajuda. Dessa forma, em 1810, Duncan criava sua primeira caixa econômica.

⁸ Ibidem, p. 145.

⁹ EDEN, F. M. **Observations on friendly societies: For the maintenance of the industrious classes, during sickness, infirmity, old age, and other exigencies.** London, 1808. P. 8. Apud FILTNESS, David. **Poverty, savings banks and the development of self-help, c. 1775-1834.** Tese de Doutorado. University of Cambridge. 2013. P. 152.

¹⁰ HORNE, O. H. **Op.cit.** p. 90.

A partir da iniciativa de Duncan em Ruthwell, uma série de caixas econômicas foram criadas, as quais se baseavam nos princípios iluministas e utilitarista baseada nos princípios da meritocracia, do caráter previdenciário e, principalmente, da autoajuda¹¹. A ideia se expandiu de maneira tão rápida que, por volta de 1817, já havia mais de 80 caixas econômicas na Escócia. Horne alega que o “savings banks movement” demonstrou não somente a expansão para as camadas urbanas e industriais da sociedade inglesa e escocesa, bem como foi desdobrado por vários setores da elite desses países como uma ferramenta para gerenciar a miséria advinda do aumento constante dos preços e tarifas.¹²

Na Inglaterra e nos País de Gales, o “savings banks movement” recebeu uma maior atenção do Parlamento inglês para evitar bancarrotas e fraudes. O sucesso foi tamanho que o próprio reverendo Duncan foi convocado para apoiar a promulgação de uma legislação própria para as caixas econômicas inglesas. Em Londres, Duncan publicou um ensaio chamado “Essay on the nature and advantages of parish banks, for the savings of industrious”, no qual ele relatava as experiências que teve com o modelo de instituição em Ruthwell e como isso afetava a vida dos trabalhadores de maneira positiva.

Duncan acreditava que quanto mais liberdade e independência fosse dada ao trabalhador (depositante da caixa econômica), mais “poderoso estímulo para a indústria e frugalidade entre a classe trabalhadora existiria”. Assim como Malthus, o reverendo advogava que o maior benefício das caixas econômicas para os trabalhadores era o desenvolvimento da “prudência”. Essa prudência era o propulsor de um espírito de acumulação, o qual, por meio do trabalho, emulava hábitos virtuosos aos trabalhadores, como “sobriedade, diligência e economia”.¹³

O apoio de Duncan foi decisivo. George Rose, membro do parlamento inglês por Southhampton, recebeu inúmeros pedidos de toda a parte para que o parlamento fizesse algo a favor das caixas econômicas. O próprio Lord Rose era um cofundador de uma caixa econômica em Southhampton e conhecia as premissas morais por trás desse modelo. Lord Rose discursou a favor do *savings banks movement* exaltando suas qualidades para lidar com os hábitos morais dos trabalhadores:

Em suma, a melhor maneira de ajudar os pobres é ensiná-los a ajudar a si mesmos. Isso é reconhecido até agora por todos os que são corretos e bem-dispostos. E o Plano das Caixas Econômicas aplicará e ampliará a persuasão. Contribuirá para melhorar seus hábitos morais, bem como seus interesses mundanos. Isso os tornará independentes sem torná-los insolentes ou

¹¹ Sobre o princípio da autoajuda, a constituição de caixas econômicas e a Lei de Reforma da Poor Law, ver: FILTNESS, David. **Poverty, savings banks and the development of self-help, c. 1775-1834**. Tese de Doutorado. University of Cambridge. 2013.

¹² HORNE, O. H. **Op.cit.** p. 89-91.

¹³ FILTNESS, David. **Op.cit.** p. 157-8.

orgulhosos. Isso os levará à temperança e à restrição de todas as paixões desordenadas que um gasto desnecessário de dinheiro nutre [...]¹⁴

A partir da fala de Rose, Filtness aduz a instrumentalização do *savings banks movement* para o discurso e debate da Lei dos Pobres no Reino Unido. O autor considera que a principal virtude exaltada e prezada pelos nobres nesse modelo de instituição de depósitos é autoajuda, pois “libertaria os nobres de um esgotamento debilitante de seus recursos, além de dar maior domínio ao mercado para policiar a moral e os esforços dos pobres”.¹⁵

O discurso dos intelectuais à favor da liberdade e independência dada ao trabalhador com os depósitos das caixas econômicas calhava nas discussões da necessidade de reforma do paternalismo da Lei dos Pobres. O sucesso das instituições demonstrava um potencial financeiro para além dos ganhos morais. Não podia ser de outra forma. O parlamento inglês se mexeu e no dia 23 de maio de 1817 foi votada a “Savings Banks Bill”, também chamada de Rose’s Act. O principal dispositivo dessa lei foi a garantia dos depósitos pelo Banco da Inglaterra. Dessa forma, os “trustee savings banks” investiam seus fundos em títulos do governo ou simplesmente em depósitos no Banco da Inglaterra.

Esse modelo de investimento diretamente no governo garantia os valores nominais de seus depósitos, não importando o tempo depositado. A partir da lei de 1817, os capitais eram investidos no Banco da Inglaterra, especificamente no crédito da “National Debt Commissioners”. Além disso, a lei regulava os demais direitos e deveres tanto os depositantes quanto das caixas econômicas. Essa confiança propiciada pela lei de 1817 fez proliferar o número dessas instituições pelo Reino Unido. Era questão de tempo para que o *savings banks movement* ultrapassasse o canal da Mancha e alcançasse a Europa Continental, bem como a América.

Conceito de caixa econômica

O conceito de caixa econômica (*savings banks*, *caisses d’épargne* ou *cajas de ahorros*) é, até que se prova o contrário, uma ideia originalmente europeia. Como vimos anteriormente, as origens do modelo de instituição chamado de *caixa econômica* têm suas raízes nas *friendly*

¹⁴ ROSE, G. **Observations on banks for savings**. Apud FILTNESS, David. **Op.cit.** p. 158. Tradução Livre do seguinte trecho: “In short, the best way of helping the poor is to teach them to help themselves. This is acknowledged even now by all the right-minded and the well-disposed among them. And the Plan of Savings Banks will enforce and extend the persuasion. It will contribute to improve their moral habits as well as their worldly interests. It will render them independent without rendering them insolent or proud. It will lead them to temperance, and the restraint of all the disorderly passions which a wasteful expenditure of money nourishes.”

¹⁵ *Ibidem*, p. 163.

societies germânicas, mas foi em solo britânico que alcançou o patamar de um claro e forte movimento. Esse modelo de instituição de depósito pode ser considerado uma ideia com influência iluminista e utilitarista baseada no princípio da *autoajuda*¹⁶.

Os agentes pioneiros compartilhavam a ideia do indivíduo ser responsável pela organização e previdência de sua vida, ao mesmo tempo que, por serem majoritariamente membros da elite política e/ou econômica de seus países, julgavam-se obrigados a educar a virtude econômica às classes mais baixas.¹⁷ Malthus foi um dos pioneiros na discussão sobre os *savings banks*. O clássico autor alegava que esse tipo de instituição de depósitos encorajaria os hábitos de “prudência e previdência” ao mesmo tempo que ofereceria meios individuais para planejar suas vidas e lidar com seus problemas ao invés de compartilhá-los com o Estado. Dessa forma, o discurso de Malthus instrumentalizava as caixas econômicas inglesas como partes fundamentais para modificar gradualmente a Lei dos Pobres na Inglaterra.¹⁸

No início do século XIX, com avanço da Revolução Industrial e, por consequência, a conscientização dos problemas sociais resultantes do processo de proletarização, a elite política e econômica dos países recém-industrializados incentivou o desenvolvimento das caixas econômicas no intuito de cultivar uma “moralização” do proletariado, a qual contribuiria por estabilizar a ordem social¹⁹. Isso significava uma superação do “espírito da caridade” por um “espírito da previdência”. Era a ideia do trabalhador se preocupar com seu próprio futuro e antecipar suas mazelas.

Ainda no começo do século XIX, os governos perceberam a capacidade econômica e social desse modelo de instituição financeira e rapidamente formaram suas próprias. As caixas econômicas eram capazes de atrair pequenos capitais em grandes quantidades outrora sem a oportunidade de inserção nos bancos. Ou seja, as caixas econômicas seriam responsáveis por concentrar os capitais dispersos das classes mais marginalizadas. Ao mesmo tempo, ao cumprir tal propósito econômico, tinha um caráter social antirrevolucionário para os governos, uma vez que direcionava os trabalhadores a inverterem suas economias e se precaverem. Portanto, isso diminuía o risco da vadiagem, da sindicalização ou revoltas pelas condições sociais de trabalho.

¹⁶ Sobre o princípio da autoajuda, a constituição de caixas econômicas e a Lei de Reforma da Poor Law, ver: FILTNESS, David. **Poverty, savings banks and the development of self-help, c. 1775-1834**. Tese de Doutorado. University of Cambridge. 2013.

¹⁷ HORNE, Oliver H. **A History of Savings Banks**. Geoffrey Cumberlege. Oxford University Press. London, 1947.

¹⁸ MENCHER, Samuel. **Poor Law to Poverty Program: Economic Security Policy in Britain and the United States**. University of Pittsburgh Press. 1968. P. 118.

¹⁹ Idem.

Partindo do princípio rudimentar de poupança – guardar parte do produzido ou ganho – o conceito de caixa econômica foi assim elaborado. As caixas econômicas se distinguem dos demais bancos por apresentarem: 1) um valor moral de oportunizar às classes mais necessitadas lugar seguro e rentável para suas economias; 2) em alguns casos, pequenos empréstimos, principalmente, caucionados por objetos penhores a baixos juros; 3) sem lucros ou, quando houvesse, dedicasse a constituição de fundos de reserva. Segundo um dos primeiros estudiosos do assunto no Brasil, as caixas econômicas são:

Estabelecimentos que recebem as pequenas economias, devolvendo-as ao depositante, quando reclamadas, com juros a favor delas acumulados. São, diz Charles Dupin, a escola primária dos capitais do povo. Servem de bancos de contas correntes às classes trabalhadoras, que nelas recolhem as suas economias, ainda que muito modestas, devolvidas, quase sempre, quando já se tornaram capital. Elas têm, ainda, outro papel, repete Wallet: fazem parte desse conjunto de instituições de previdência que, desenvolvendo no indivíduo o sentimento da responsabilidade e da propriedade, são um dos meios mais eficazes de combate à indigência e auxílio à moralização das massas. Evitam o desalento, a miséria e a pobreza; combatem a preguiça; desviam os maus hábitos; aumentam os laços de família; asseguram aos seus chefes os meios de sustento e educação dos filhos [...]²⁰

É possível verificar todas ideias abordadas anteriormente na definição de caixa econômica por Lyra Filho. São instituições, portanto, paternalistas, de autoajuda, previdenciária, moralizantes, civilizatórias e, principalmente, de caráter popular. O que não é exposto pelo autor brasileiro é o seu caráter intrinsecamente, em alguns casos como o brasileiro, de financiamento do Estado.

Silva, um estudioso mais recente sobre as caixas econômicas no Brasil, buscou analisar a natureza jurídica das caixas econômicas pelo mundo afora²¹. O autor afirma que existiram diversos ordenamentos legais para as caixas econômicas, no entanto, não importando se privadas ou públicas, as caixas econômicas foram sempre consideradas “de interesse público”. Silva afirma que no Reino Unido e Irlanda, as caixas econômicas (savings banks) eram públicas com garantidores privados. Na Alemanha, onde teriam surgido primeiro, as caixas eram ligadas ao poder municipal, enquanto na Bélgica e Noruega eram consideradas sociedades

²⁰ LYRA FILHO, João. **Crédito popular & caixas econômicas**. Rio de Janeiro: Typografia Alba - Moreira, Cardoso & Freitas, 1936, p. 200. Os autores citados por Lyra Filho são Charlens Dupin em seu livro *Caisse D'Épargne* e Paul Wallet em *Traité des Caisses d'Épargne*, ambos escritores do final do século XIX.

²¹ Para um resumo do desenvolvimento inicial das caixas econômicas na Europa, ver. SILVA, Geraldo B. da. **Caixas econômicas: a questão social**. Rio de Janeiro: Forense, 2004. P. 23-62.

cooperativas. No caso francês, grego, português e espanhol, as caixas econômicas foram, em sua maioria, empresas públicas.²²

A implementação de caixas econômicas pelos Estados Nacionais tinha aquele objetivo financeiro exposto anteriormente – aumentar a captação e investimento público pelas camadas marginalizadas pelo sistema financeiro tradicional. Os pobres eram, ao menos no discurso, o público-alvo desse modelo de instituição. No caso europeu, a classe trabalhadora se destacou entre os principais depositantes das caixas econômicas, tendo uma participação significativa de mulheres e criança entre esses poupadores. No caso americano, especialmente no Caribe e no Brasil, houve acesso à poupança para as pessoas escravizadas, ainda que representassem uma ínfima parte no todo.

O objetivo de aumentar a arrecadação e investimentos públicos era dissimulado pelas virtudes que a poupança poderia emular em seus poupadores. O discurso dos estadistas e conselheiros dessas instituições era carregado dos princípios que pautavam o *savings banks movement*. A previdência sob o vício mundano, a autoajuda sob a dependência da caridade e a independência do indivíduo sob o mutualismo associativo foram os principais motes bradados pelos entusiastas das caixas econômicas.

As Caixas Econômicas na América

As caixas econômicas atravessaram o oceano atlântico após a Independência dos Estados Unidos da América em 1776. A ideia, já disseminada pela Europa e, em especial, na Grã-Bretanha, foi aplicada em Boston no ano de 1816 criando dois bancos mutuais com previdência aos moldes dos “savings banks” ingleses – a Provident Institution for Savings e a Philadelphia Saving Fund Society.²³

Alguns anos mais tarde, em 1831, a Caixa Econômica do Rio de Janeiro foi a primeira fundada na América Latina²⁴. A caixa criada no Rio de Janeiro era semelhante às caixas econômicas francesas, inclusive tendo importado e traduzido seu estatutos, bem como alguns

²² SILVA, Geraldo B. da. **Op.cit.** P. 16-17.

²³ SHERMAN, Franklin J. **Modern of Mutual Savings Banks: A narrative of their growth and development from the inception to the Present Day.** First Edition, 1934, printed by J. J. Little and Ives Company, New York. P. 30.

²⁴ ALVARENGA, Thiago de Oliveira. SARAIVA, L. F. “A Caixa Econômica do Rio de Janeiro, 1831-1859”. In: Carlos Marichal; Tiago Gambi. (Org.). **Historia bancaria y monetaria de América Latina (siglos XIX y XX). Nuevas perspectivas y agendas de investigación.** 1ed. Cantabria: Ediciones Universidad Cantabria, 2017, v. p. 429-462.

contos e novelas que o hábito de poupar era a moral das histórias.²⁵ Essa caixa econômica instituiu o hábito da poupança em parte dos cidadãos brasileiros e teve uma longa vida até 1859, enfrentando oposição política, depreciações dos seus ativos (todos os capitais eram invertidos em Títulos de Dívida Pública) e concorrência de outras instituições de depósitos, principalmente na década de 1850.²⁶

Apesar do rápido desenvolvimento das caixas econômicas norte-americanas, o restante da América demorou alguns anos para começar a importar esse modelo de investimento.

No Caribe, principalmente devido ao *boom* econômico das *plantations* açucareiras, foi criada em Havana no começo da década de 1840 a *Caja de Ahorros, Descuentos y Depósitos de la Habana*, a qual funcionou até 1884 e em São João Batista de Porto Rico em 1865.²⁷

A América do Sul não absorveu inteiramente esse modelo de instituição nos seus países recém-emancipados das metrópoles europeias. A Argentina, Paraguai e Uruguai não desenvolveram instituições desse tipo ainda no século XIX ou pelo menos ainda não se reconhece. Pela sua aproximação com o Caribe, a Colômbia também desenvolveu *cajas de ahorros* em seu território. A primeira foi em Bogotá no ano de 1841, a qual foi chamada de *Giros y Descuentos*, no entanto teve uma existência efêmera de apenas um ano. Em Cartagena também foi fundada uma caixa econômica dois anos depois. O desenvolvimento da caixa econômica de Cartagena suscitou o aparecimento de outras em território colombiano, como: Medellín em 1844, Bogotá e Santa Marta em 1846, entre outras²⁸.

As caixas econômicas já eram realidade na América. Como dito anteriormente, mesmo no Brasil já despontava várias caixas econômicas. Fundamentado nas experiências brasileiras desse modelo de instituição da primeira metade do século XIX, em especial da Caixa Econômica do Rio de Janeiro (1831-1859), o governo lança as bases da criação da sua própria caixa econômica em 1860 por meio da Lei do Entraves²⁹. Alguns meses mais tarde, a Caixa Econômica da Corte é inaugurada e, após mais de uma década de existência, em 1874, o governo decide expandi-la para todas as capitais de província e outros municípios do interior do Rio de Janeiro.

²⁵ SARAIVA, L. F. “O Homem Bemfazejo: Biblioteca Constitucional do Cidadão Brasileiro, Mercado Editorial, Cidadania e Construção do Império Brasileiro, Rio de Janeiro 1831-1832”. **Outros Tempos**, vol. 11, n.18. 2014.

²⁶ ALVARENGA, Thiago. SARAIVA, L. F. **Op.cit.** p. 457.

²⁷ MARTINEZ-SOTO, Angel Pascual. *The First Savings Banks in Latin America: Cuba and Puerto Rico (1848-1898)*. **World Savings Banks Institute. European Savings Banks Group**. Mar. 2011. Disponível em www.savings-banks.com.

²⁸ FLORES BOLÍVAR, “Estado, pobreza y control social. La Caja de Ahorros de la provincia de Cartagena, 1843-1852.” In **Los desterrados del paraíso. Raza, pobreza y cultura em Cartagena de Indias**, 82–107. Bogotá, D.C: Editorial Maremagnum, 2015.

²⁹ BRASIL, Lei Enumerada 1.083 de 22 de agosto de 1860. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM1083.htm.

Objetos e hipóteses

Esse trabalho busca analisar a história dessa instituição de poupança criada pelo governo imperial em 1861 – a Caixa Econômica da Corte. Ainda que soe como uma história institucional, o que se pretende nessa pesquisa é tratar as histórias das caixas econômicas na perspectiva econômico-social, pois, assim como Maria Barbara Levy, entendemo-las como

parte da sociedade e não se pode estudá-las sem levar em conta as articulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais. A empresa é parte de um sistema de instituições interagentes, no qual lhe cabe a produção de bens.³⁰

Dessa maneira, o que nos concerne a respeito das “práticas empresariais” informadas por Maria Barbara Levy é a análise dessa Caixa Econômica da Corte estabelecida longe de seus idealizadores europeus, em um cenário onde prevalecia relações de trabalho pré-capitalistas, um sistema escravocrata e um regime monárquico nos trópicos. Esse Brasil oitocentista guarda suas peculiaridades, as quais, obviamente, estão refletidas em suas instituições.

Dentre as hipóteses desse trabalho, o fio condutor da análise será a interferência do Estado imperial brasileiro, por meio da Caixa Econômica da Corte, na incipiente poupança brasileira que era formada por caixas econômicas e casas bancárias privadas. Partimos da hipótese que houve um projeto do governo imperial de centralizar a poupança brasileira no Tesouro Nacional. A Crise do Souto em 1864 é um momento-chave para essa análise, uma vez que é um ponto de virada no desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte em detrimento das falências de suas concorrentes – as casas bancárias.

Por se tratar de uma instituição considerada legalmente como “de beneficência”, as caixas econômicas brasileiras podem ser indicadores da economia das classes mais populares. Dessa forma, compreender a evolução dos depósitos e número de depositantes, bem como o meio que a instituição está inserida nos permite analisar a aguda desigualdade econômica brasileira oitocentista.

Além disso, o trabalho se justifica para além da compreensão de uma variável econômica – a poupança – mas também como o Estado brasileiro percebeu a capacidade dos pobres e não tão pobres de poupar, ao mesmo tempo, invertendo suas economias diretamente no Estado, o qual era impensável antes da constituição desse tipo de instituição no Brasil.

³⁰ LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. P. 20.

Metodologia

Acompanhar o desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte não foi uma tarefa fácil. As fontes administrativas da instituição quase que se perderam por completo pela má preservação e descaso com os arquivos históricos. Em 1931, quando acontece uma grande reforma nesse modelo de instituição, a documentação, escrita à mão, foi modernizada inteiramente para datilografia. Desde então, essa documentação do período imperial e da República Velha foi guardada sem os devidos cuidados em cada arquivo de cada agência e Caixa Econômica.

A Caixa Econômica Federal, há menos de uma década, resolveu reunir e coligir essa documentação na sua biblioteca principal em Brasília. Tivemos acesso a essa documentação reunida, no entanto, pouco pode ser aproveitada por estar ainda em processo de restauração e organização. O que nos coube foi trabalhar com as fontes oficiais – os relatórios anuais do Conselho Inspector e Fiscal – os quais eram apresentados em cada relatório do Ministério da Fazenda. Foram 28 anos de relatórios lidos e catalogados, o que nos permitiu desenvolver séries da evolução das cadernetas (novos depositantes e saques totais), dos valores acumulados (saques, depósitos, valores totais), das médias de depósitos semanais, das profissões dos novos depositantes anualmente, entre outros dados que eram apresentados cada caixa econômica e agência administrada pelo governo. Por fim, nesses relatórios ainda é apresentado as impressões que o Conselho Inspector e Fiscal teve no desenvolvimento das caixas econômicas.

Essa história desenvolvida oficialmente pelos relatórios precisa ser oposta pela construída nos periódicos. Dessa forma, outra base de dado extremamente fundamental para nossa pesquisa são os periódicos em circulação no Rio de Janeiro, os quais traziam propagandas, críticas, debates parlamentares, estudos comparativos entre caixas econômicas europeias e brasileiras, entre outras notícias relacionadas à instituição de poupança do governo. Dessa forma, a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional se faz necessária para avaliar as mais de 6.000 páginas com evidências relacionadas à “caixa econômica” nos 18 jornais de maior circulação.

Por fim, essas duas bases de dados nos permitem avaliar o desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte, suas agências e caixas econômicas provinciais. No entanto, faz-se necessário cruzar esse desenvolvimento com indicadores econômicas nas diversas conjunturas econômicas vividas nesse período analisado entre a inauguração da Caixa Econômica em 1861 e a sua mudança de organização junto com a mudança de regime brasileira em 1889. Dessa

maneira, utilizaremos dados econômicos agregados como PIB, indicadores de preço, balança de pagamentos, balança comercial, salários, entre outros para comparar os períodos de desenvolvimento e sua harmonia com a economia brasileira.

Apresentação dos capítulos

Os quatro primeiros capítulos seguem, inicialmente, uma lógica cronológica que vai da estruturação do sistema financeiro da cidade do Rio de Janeiro, seus primeiros bancos e suas primeiras caixas econômicas até o último ano de atividades da Caixa Econômica da Corte sob administração do governo imperial. Os dois últimos capítulos tratam de análises específicas sobre o desenvolvimento e tamanho dos depósitos e depositantes da Caixa Econômica da Corte.

De maneira específica, os capítulos são divididos da seguinte maneira:

O **primeiro capítulo**, intitulado “Do primeiro banco ao primeiro depositante: O sistema financeiro e a economia dos mais pobres no Rio de Janeiro (1830-1864)”, se inicia com a análise da construção do Estado Nacional Brasileiro a partir da perspectiva de Ilmar Mattos em *O Tempo Saquarema* com o desenvolvimento das instituições financeiras, em especial, na década de 1840 e 1850, auge da *Direção Saquarema*. Ao construir esse cenário, teremos uma noção melhor do projeto do governo imperial de centralizar a poupança brasileira, outrora capitalizada por instituições privadas. Encerramos o capítulo com a análise do contexto e promulgação da Lei dos Entraves em 1860 e com a Crise de Souto de 1864, a qual altera o fluxo de capital na praça comercial do Rio de Janeiro.

No **segundo capítulo**, intitulado “Do papel para a Corte: o projeto centralizador dos depósitos na Caixa Econômica da Corte (1861-1870)”, é discorrido sobre as dificuldades dos primeiros anos da Caixa Econômica da Corte, o momento-chave da sua virada a partir da Crise do Souto em 1864 e o seu desenvolvimento ao longo da Guerra do Paraguai (1864-1870). Analisamos os nomes dos que compuseram o estatuto da Caixa Econômica no Brasil e a composição dos Conselhos Inspector e Fiscal ao longo da década. Encerra-se esse capítulo com a análise dos balanços anuais publicados pelos relatórios do Conselho Inspector e Fiscal.

O **terceiro capítulo**, intitulado “Da Corte para o Império: a expansão para as províncias (1870-1879)”, analisa o desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte ao longo da década de 1870. Nesse período abordaremos a expansão do modelo de instituição da Caixa Econômica da Corte para todas as capitais provinciais e a criação de agências dessa instituição em vários municípios do interior do Rio de Janeiro. Da mesma maneira que no capítulo anterior,

analisaremos a composição dos membros do Conselho Inspector e Fiscal nesses momentos ímpares da história das caixas econômicas no Brasil e terminaremos o capítulo analisando o desenvolvimento dos valores de depósitos e número de depositantes, bem como as impressões relatadas pelos membros dessa instituição nos relatórios do Ministério da Fazenda.

No **quarto capítulo**, intitulado “Da Corte para a República: a última década da Caixa Econômica da Corte (1880-1889)”, analisaremos os anos finais da Caixa Econômica da Corte sob administração do governo imperial brasileiro. Ao longo desse período, exige-se uma modernização dos estatutos das caixas econômicas brasileiras devido a redução do ritmo de desenvolvimento que se apresenta nos últimos anos da década anterior. Compreenderemos os motivos desses últimos anos críticos, bem como aqueles que estavam à frente da Comissão Avaliadora da reforma das caixas econômicas. Terminaremos o capítulo analisando o desenvolvimento dos valores coligidos nos cofres da instituição de depósitos da cidade do Rio de Janeiro, bem como o fluxo de depositantes nos períodos críticos do Império do Brasil.

O **quinto capítulo**, intitulado “Do mundo à Corte: a Caixa Econômica da Corte na perspectiva Internacional, Nacional e intraprovincial”, é realizado três análises comparativas. A primeira em âmbito internacional, comparando a Caixa Econômica da Corte com algumas caixas econômicas europeias (inglesas, espanholas e francesas), bem como a comparação com outras caixas econômicas na América (Estados Unidos, Porto Rico e Cuba). Mais do que comparar apenas os volumes coligidos, é importante analisar os modelos adotados para captação das poupanças e, em alguns casos, os perfis dos poupadores. A segunda análise em âmbito nacional, cruzaremos as taxas de crescimento da Caixa Econômica da Corte com outros indicadores econômicos como PIB, indicadores de preço, salários e balança comercial e de pagamentos. A intenção é verificar o comportamento e os momentos de variação nesse desenvolvimento da poupança coligida na Caixa Econômica da Corte com os comportamentos cíclicos da economia brasileira. Ainda no âmbito nacional, faremos uma comparação de desenvolvimento das caixas econômicas provinciais criadas a partir de 1874 com a Caixa Econômica da Corte tanto com seus volumes de depósitos captados quanto com as médias nacionais de depósito por população em cada capital. A intenção é avaliar os ritmos de crescimentos das caixas econômicas provinciais com o da Caixa Econômica da Corte.

No final desse capítulo a análise se volta para a província do Rio de Janeiro, a única que recebeu uma expansão de agências da Caixa Econômica para os municípios interioranos. O objetivo é compreender qual foi o modelo adotado para essa expansão, levando em consideração as regionalidades, economia e população de cada município.

No **sexto e último capítulo**, intitulado “A Caixa dos Pobres? O perfil socioeconômico dos poupadores da Caixa Econômica da Corte”, questionaremos a alcinha recebida pela Caixa Econômica da Corte de “Caixa dos Pobres” ao longo de duas primeiras décadas. Para essa análise utilizaremos as listagens de novos depositantes produzidas ao longo da década de 1880, as quais traziam suas profissões e as cruzaremos com os índices de salários e custos de vida na cidade do Rio de Janeiro. A partir desse cruzamento, podemos estimar as configurações das camadas sociais que faziam depósitos na Caixa Econômica da Corte.

Introduccion

Ahorre las monedas de cobre, porque las de oro se salvan – autor desconocido.

Un establecimiento, ubicado en la Rua da Misericórdia, debajo de la Cámara de Diputados, que abre a las 9 am y cierra a las 2 pm con la única función de recibir ahorros entre un mil de réis (1\$000 réis) hasta un máximo 50\$000 réis por semana, haciéndolos pagar intereses al 6% anual. Esta es la definición de Caixa Econômica da Corte según *Almanak Laemmert: Administrativa, Mercantil e Industrial*³¹ en 1862, poco después de su inauguración el 4 de noviembre de 1861.

El modelo institucional adoptado por este establecimiento no era nada nuevo en la capital brasileña del siglo XIX. Las cajas de ahorro ya eran figuras conocidas en Brasil, específicamente en la ciudad de Río de Janeiro desde principios de la década de 1830. Sin embargo, a fines de 1861 fue el momento en que el gobierno brasileño inició las actividades de su proyecto de centralización. del ahorro brasileño, que se idealizó hace unos meses con la promulgación de la Ley de Barreras (Lei de Entraves) en 1860.

Estudiar esta institución específica nos permite, sobre todo, comprender cómo las *savings banks movement*³², que comenzaron en Europa a principios del siglo XIX, se transfiguraron y adaptaron en tierras lejanas de América del Sur. Más que eso, nos permite observar las apropiaciones del modelo y las adaptaciones realizadas por el Estado brasileño a través de las experiencias brasileñas anteriores.

³¹ Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial, Edição 19. Ano de 1862. Disponível no site <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 29/02/2020.

³² Movimento de Caixas Econômicas (tradução livre) ocorrido no começo do século XIX inicialmente na Escócia e expandido para a Inglaterra e País de Gales. Cf. HORNE. Oliver H. A **History of Savings Banks**. Geoffrey Cumberlege. Oxford University Press. London, 1947.

Al mismo tiempo, como se trata de instituciones que tienen su origen en *friendly societies*³³, es decir, organizaciones de ayuda mutua y aquí en Brasil, el carácter de "instituciones caritativas", se puede deducir de este estudio una contribución en el aspecto y comprensión de la sociedad brasileña del siglo XIX, especialmente de los más pobres, libres o esclavizados.

A pesar de ser un modelo importado, la Caixa Econômica da Corte fue una institución *sui generis* por adaptar experiencias previas en Brasil, pero principalmente para ser organizada, pensada y ejecutada en su doble función: financiera, como mecanismo de ayuda para contener la moneda nacional en circulación; "moralizar económicamente" a la población brasileña.

Los orígenes de las cajas de ahorro

Se creía que este tipo de institución tenía sus orígenes a fines del siglo XVIII a partir de los establecimientos liderados por Priscila Wakefield para proporcionar ayuda a través de ahorros a las trabajadoras (*Female Benefit Club*) en Tottenham alrededor de 1798. Sin embargo, en Escocia y más tarde, en Inglaterra, la expansión, llamada *savings banks movement*, se originó por iniciativa del reverendo escocés Henry Duncan, ya que su modelo de establecimiento no se fundamentó en la caridad o en ningún tipo de donación³⁴.

Sin embargo, una investigación más reciente acredita a los países germánicos por ser pioneros en el modelo de institución de caja de ahorro. Wysocki escribió sobre las primeras cajas de ahorro en los países germánicos, precisamente en Hamburgo en 1778 bajo el nombre de *Hamburger Allgemeine Versorgungsanstalt*³⁵. La idea de una caja de ahorros, según Wysocki, habría surgido a fines de la Edad Media y al comienzo del período del Renacimiento. Sin embargo, la idea solo floreció durante todo el siglo XVIII cuando surgió una nueva ideología, conceptualizada por el autor, como "el principio de la responsabilidad de cada uno por su propia vida", es decir, el individualismo occidental tan popular y discutido por los iluministas³⁶.

³³ "Sociedades Amigáveis". Tradução livre. Essas sociedades se assemelhavam muito aos montepios gerais, Santas Casas de misericórdias, agremiações profissionais e mesmo as irmandades religiosas, ainda que não tivessem necessariamente um vínculo religioso. O objetivo geral dessas sociedades era agregar e auxiliar membros, geralmente profissionais ou devotos nos casos religiosos, nas infortunas da vida. referência

³⁴ PRATT, John Tidd. **History of savings banks in England, Wales, Ireland, and Scotland**. London: Printed for the author by Shaw. 1842. 117 p.

³⁵ Fundo Geral de Pensões de Hamburgo (Tradução Livre).

³⁶ WYSOCKI, J. In: MURA, Jürgen (org.). **History of European Savings Banks**. Stuttgart: Deutscher Sparkassenverlag GmbH. 1996. Op.cit. p. 9.

Por otro lado, fue en el Reino Unido donde las cajas de ahorro despertaron interés como una herramienta para lidiar con las condiciones miserables en las que se presentó una gran parte de los trabajadores ingleses. Gradualmente, la interpretación de la pobreza como un problema social dio lugar a una pobre planificación individualista, o incluso meritocrático. Esto contribuye a que los nuevos mecanismos sean repensados y incorporados a la Ley de los pobres (Poor Law). La expansión de las cajas de ahorro fue una parte importante de instrumentalizar este renovado paternalismo inglés.

Esta expansión de las cajas de ahorro, referida por la historiografía inglesa como *savings banks movement*, tuvo influencia y fue influenciada por los debates sobre la reforma de la Ley de los Pobres (Poor Law). David Filtness, autor que estudia la pobreza y el desarrollo del principio de autoayuda en la sociedad inglesa, dice que la historiografía sobre las cajas de ahorro tiende a tratar el origen de este movimiento como un epifenómeno o simplemente como iniciativas caritativas. Este tratamiento oscurece la importancia de esta expansión de las cajas de ahorro como un fenómeno crucial para comprender la dirección de las discusiones sobre la Ley de los pobres en Inglaterra. Filtness entiende que *savings banks movement* fue decisivo para reforzar los principios de una renovación del paternalismo inglés, sobre todo, desde el incentivo de la autoayuda.³⁷

Filtness extrae el origen de las cajas de ahorro de las *friendly societies*. Según el autor, estas *friendly societies* tuvieron un desarrollo acelerado a principios del siglo XIX. Filtness cita un ensayo de Eden, un contemporáneo y entusiasta de este modelo de asociación mutualista, que revela que este modelo de asociación mutualista congregó a unos 648 mil miembros en aproximadamente 7.200 sociedades de este tipo en Inglaterra y Gales. Este hecho significativo alrededor de 1 de cada 4 personas recibió ayuda de las *friendly societies* en Inglaterra a principios del siglo XIX.³⁸

A pesar del espíritu pionero alemán, fue en Escocia y sus fronteras donde las cajas de ahorro se convirtieron en un movimiento real y se extendieron rápidamente a principios del siglo XIX. En 1810, en Ruthwell, Escocia, el reverendo Henry Duncan comenzó el movimiento alentando a las personas a ahorrar para evitar en tiempos de enfermedad, desempleo y vejez. El reverendo Duncan había creado una *friendly society* en 1796, que prosperó entre los trabajadores más pobres del condado. Sin embargo, el reverendo fue influenciado por las

³⁷ Ibidem, p. 145.

³⁸ EDEN, F. M. **Observations on friendly societies: For the maintenance of the industrious classes, during sickness, infirmity, old age, and other exigencies.** London, 1808. P. 8. Apud FILTNESS, David. **Poverty, savings banks and the development of self-help, c. 1775-1834.** Tese de Doutoramento. University of Cambridge. 2013. P. 152.

discusiones sobre la insostenibilidad del modelo de las *friendly societies* debido a la dependencia desarrollada en sus miembros, que, a su vez, según la discusión en ese momento, despertó la ociosidad en sus miembros³⁹. Duncan prefirió un modelo que otorgara mayor independencia a sus miembros y propuso un banco de ahorro, basado en la necesidad de un paternalismo renovado a través del principio de autoayuda. Así, en 1810, Duncan creó su primera caja de ahorros.

A partir de la iniciativa de Duncan en Ruthwell, se crearon una serie de cajas de ahorro, que se basaban en los principios ilustrativos y utilitarios basados en los principios de la meritocracia, la seguridad social y, principalmente, la autoayuda⁴⁰. La idea se expandió tan rápidamente que, para 1817, ya había más de 80 cajas de ahorro en Escocia. Horne afirma que la *savings banks movement* demostró no solo la expansión en los estratos urbanos e industriales de la sociedad inglesa y escocesa, sino que también fue desplegada por varios sectores de la élite en esos países como una herramienta para manejar la miseria que surge del aumento constante de los precios y aranceles.⁴¹

En Inglaterra y Gales, el *savings banks movement* recibió mayor atención del Parlamento inglés para evitar quiebras y fraudes. El éxito fue tal que el mismo reverendo Duncan fue llamado a apoyar la promulgación de su propia legislación para las cajas de ahorro inglesas. En Londres, Duncan publicó un ensayo titulado "Essay on the nature and advantages of parish banks, for the savings of industrious", en el que relató sus experiencias con el modelo de institución Ruthwell y cómo afectó la vida de los trabajadores en manera positiva

Duncan creía que cuanto más libertad e independencia se le dieran al trabajador (depositante de la caja de ahorros), existiría un "estímulo más poderoso para la industria y la frugalidad entre la clase trabajadora". Al igual que Malthus, el reverendo defendió que el mayor beneficio de las cajas de ahorro para los trabajadores era el desarrollo de la "prudencia". Esta prudencia fue el propulsor de un espíritu de acumulación, que, a través del trabajo, emuló hábitos virtuosos en el trabajo, tales como "sobriedad, diligencia y economía".⁴²

El apoyo de Duncan fue decisivo. George Rose, miembro del parlamento inglés de Southampton, recibió numerosas solicitudes de todo el mundo para que el parlamento haga algo a favor de las cajas de ahorro. Lord Rose mismo fue cofundador de una caja de ahorros en

³⁹ HORNE, O. H. **Op.cit.** p. 90.

⁴⁰ Sobre o princípio da autoajuda, a constituição de caixas econômicas e a Lei de Reforma da Poor Law, ver: FILTNESS, David. **Poverty, savings banks and the development of self-help, c. 1775-1834**. Tese de Doutorado. University of Cambridge. 2013.

⁴¹ HORNE, O. H. **Op.cit.** p. 89-91.

⁴² FILTNESS, David. **Op.cit.** p. 157-8.

Southampton y conocía las premisas morales detrás de este modelo. Lord Rose habló a favor de las cajas de ahorro activas, exaltando sus cualidades al tratar con los hábitos morales de los trabajadores:

En resumen, la mejor manera de ayudar a los pobres es enseñarles cómo ayudarse a sí mismos. Esto es reconocido hasta ahora por todos los que están en lo correcto y de bien dispuesto. Y el Plan de Ahorros se aplicará y ampliará la persuasión. Le ayudará a mejorar sus hábitos morales, así como sus intereses mundanos. Esto los hará independientes sin hacerlos insolentes u orgullosos. Esto conducirá a la templanza y la restricción de todas las pasiones desordenadas que nutre un gasto innecesario de dinero [...] ⁴³

Basado en el discurso de Rose, Filtness agregó el uso de cajas de ahorro al discurso y debate de la Ley de los Pobres en el Reino Unido. El autor considera que la principal virtud exaltada y valorada por los nobles en este modelo de institución de depósito es la autoayuda, ya que "liberaría a los nobles de un agotamiento debilitante de sus recursos, además de dar un mayor dominio al mercado para vigilar la moral y los esfuerzos de los pobres". ⁴⁴

O discurso dos intelectuais à favor da liberdade e independência dada ao trabalhador com os depósitos da caixas econômicas calhava nas discussões da necessidade de reforma do paternalismo da Lei dos Pobres. O sucesso das instituições demonstrava um potencial financeiro para além dos ganhos morais. Não podia ser de outra forma. O parlamento inglês se mexeu e no dia 23 de maio de 1817 foi votado a “Savings Banks Bill”, também chamada de Rose’s Act. O principal dispositivo dessa lei foi a garantia dos depósitos pelo Banco da Inglaterra. Dessa forma, os “trustee savings banks” investiam seus fundos em títulos do governo ou simplesmente em depósitos no Banco da Inglaterra.

El discurso de los intelectuales a favor de la libertad e independencia otorgada al trabajador con los depósitos de las cajas de ahorro cayó en las discusiones sobre la necesidad de reformar el paternalismo de la Ley de los Pobres. El éxito institucional demostró un potencial financiero más allá de las ganancias morales. No podría ser de otra manera. El Parlamento inglés se mudó y el 23 de mayo de 1817 se votó el *Savings Banks Bill*, también llamado Rose’s Act. La disposición principal de esta ley era la garantía de depósitos por parte del Banco de

⁴³ ROSE, G. **Observations on banks for savings**. Apud FILTNESS, David. **Op.cit.** p. 158. Tradução Livre do seguinte trecho: “In short, the best way of helping the poor is to teach them to help themselves. This is acknowledged even now by all the right-minded and the well-disposed among them. And the Plan of Savings Banks will enforce and extend the persuasion. It will contribute to improve their moral habits as well as their worldly interests. It will render them independent without rendering them insolent or proud. It will lead them to temperance, and the restraint of all the disorderly passions which a wasteful expenditure of money nourishes.”

⁴⁴ *Ibidem*, p. 163.

Inglaterra. De esta manera, los *trustee savings banks* invirtieron sus fondos en bonos del gobierno o simplemente en depósitos en el Banco de Inglaterra.

Este modelo de inversión directamente en el gobierno garantizó los valores nominales de sus depósitos, independientemente del tiempo depositado. A partir de la ley de 1817, se invirtió capital en el Banco de Inglaterra, específicamente en el crédito de *National Debt Commissioners*. Además, la ley regulaba otros derechos y deberes tanto para los depositantes como para las cajas de ahorro. Esta confianza proporcionada por la ley de 1817 causó la proliferación del número de instituciones de este tipo en todo el Reino Unido. Era solo cuestión de tiempo antes de que las cajas de ahorro pasaran el Canal de la Mancha y llegaran a Europa continental, así como a América.

Concepto de caja de ahorro

El concepto de caja de ahorros (caixas econômicas, caisses d'épargne o savings banks) es, hasta que se demuestre lo contrario, una idea originalmente europea. Como vimos anteriormente, los orígenes del modelo de institución llamado caja de ahorros tienen sus raíces en las *friendly societies* germánicas, pero fue en territorio británico que alcanzó el nivel de un movimiento claro y fuerte. Este modelo de institución de depósito puede considerarse una idea con una influencia de la iluminación y una utilitaria basada en el principio de la autoayuda.⁴⁵

Los agentes pioneros compartieron la idea de que el individuo es responsable de la organización y el bienestar de su vida, al mismo tiempo que, debido a que en su mayoría eran miembros de la élite política y / o económica de sus países, se consideraban obligados a educar la virtud económica a las clases más vulnerables.⁴⁶ Malthus fue uno de los pioneros en la discusión de las cajas de ahorro. El autor clásico afirmó que este tipo de institución de depósito alentaría los hábitos de "prudencia y previsión" al tiempo que ofrece medios individuales para planificar sus vidas y enfrentar sus problemas en lugar de compartirlos con el estado. De esta manera, el discurso de Malthus instrumentalizó a las cajas de ahorro inglesas como partes fundamentales para modificar gradualmente la Ley de los Pobres en Inglaterra.⁴⁷

⁴⁵ Sobre o princípio da autoajuda, a constituição de caixas econômicas e a Lei de Reforma da Poor Law, ver: FILTNESS, David. **Poverty, savings banks and the development of self-help, c. 1775-1834**. Tese de Doutorado. University of Cambridge. 2013.

⁴⁶ HORNE, Oliver H. **A History of Savings Banks**. Geoffrey Cumberlege. Oxford University Press. London, 1947.

⁴⁷ MENCHER, Samuel. **Poor Law to Poverty Program: Economic Security Policy in Britain and the United States**. University of Pittsburgh Press. 1968. P. 118.

A principios del siglo XIX, con el avance de la revolución industrial y, en consecuencia, la conciencia de los problemas sociales resultantes del proceso de proletarización, la élite política y económica de los países recientemente industrializados alentó el desarrollo de cajas de ahorro para cultivar una "moralización" del proletariado, que contribuiría a estabilizar el orden social⁴⁸. Esto significaba superar el "espíritu de caridad" por un "espíritu de providencia". Fue idea del trabajador preocuparse por su propio futuro y anticipar sus problemas.

Incluso a principios del siglo XIX, los gobiernos se dieron cuenta de la capacidad económica y social de este modelo de institución financiera y rápidamente formaron la suya. Las cajas de ahorro pudieron atraer pequeños capitales en grandes cantidades una vez sin la oportunidad de ingresar a los bancos. En otras palabras, las cajas de ahorro serían responsables de concentrar el capital disperso de las clases más marginadas. Al mismo tiempo, al cumplir este propósito económico, tenía un carácter social antirrevolucionario para los gobiernos, ya que dirigía a los trabajadores a invertir sus economías y tomar precauciones. Por lo tanto, esto redujo el riesgo de merodeo, afiliación sindical o revueltas por las condiciones sociales de trabajo.

Partindo do princípio rudimentar de poupança – guardar parte do produzido ou ganho – o conceito de caixa econômica foi assim elaborado. As caixas econômicas se distinguem dos demais bancos por apresentarem: 1) um valor moral de oportunizar às classes mais necessitadas lugar seguro e rentável para suas economias; 2) em alguns casos, pequenos empréstimos, principalmente, caucionados por objetos penhores a baixos juros; 3) sem lucros ou, quando houvesse, dedicasse a constituição de fundos de reserva.

Basado en el principio rudimentario de ahorro, ahorre parte de lo que se produce o gana, se elaboró el concepto de caja de ahorros. Las cajas de ahorro se distinguen de otros bancos porque presentan: 1) un valor moral al proporcionar a las clases más necesitadas un lugar seguro y rentable para sus ahorros; 2) en algunos casos, préstamos pequeños, principalmente garantizados por objetos comprometidos a bajas tasas de interés; 3) sin ningún beneficio o, cuando las hubo, dedicar la constitución de fondos de reserva.

Según uno de los primeros estudiosos de la materia en Brasil, las cajas de ahorro son:

Establecimientos que reciben pequeños ahorros, devolviéndolos al depositante, cuando se reclama, con intereses acumulados a favor de ellos. Son, dice Charles Dupin, la escuela primaria de las capitales del pueblo. Sirven como bancos de cuentas corrientes para las clases trabajadoras, que cobran allí sus ahorros, aunque muy modestos, regresan, casi siempre, cuando

⁴⁸ Idem.

ya se han convertido en capital. También tienen otro papel, dice Wallet: son parte de este grupo de instituciones de seguridad social que, desarrollando el sentimiento de responsabilidad y propiedad en el individuo, son uno de los medios más efectivos para combatir la pobreza y ayudar a moralizar a las masas. Evitan el desánimo, la miseria y la pobreza; luchar contra la pereza desviar los malos hábitos; aumentar los lazos familiares; asegurar a sus jefes los medios de apoyo y educación de sus hijos [...] ⁴⁹

Es posible verificar todas las ideas discutidas previamente en la definición de caja de ahorros por Lyra Filho. Son, por lo tanto, paternalistas, de autoayuda, de seguridad social, moralizantes, civilizadores y, sobre todo, de carácter popular. Lo que no expone el autor brasileño es su carácter intrínseco, en algunos casos como el brasileño, de financiación estatal.

Silva, un estudioso más reciente sobre cajas de ahorros en Brasil, trató de analizar la naturaleza legal de las cajas de ahorros en todo el mundo. ⁵⁰ El autor afirma que hubo varias regulaciones legales para las cajas de ahorros, sin embargo, independientemente de si son privadas o públicas, las cajas de ahorros siempre se han considerado "de interés público". Silva dice que en el Reino Unido e Irlanda, las cajas de ahorro eran públicas con garantes privados. En Alemania, donde aparecieron por primera vez, las cajas estaban vinculadas a las autoridades municipales, mientras que en Bélgica y Noruega se consideraban sociedades cooperativas. En el caso de los franceses, griegos, portugueses y españoles, las cajas de ahorro eran principalmente empresas públicas. ⁵¹

La implementación de las cajas de ahorro por parte de los Estados Nacionales tenía ese objetivo financiero previamente expuesto: aumentar el financiamiento público y la inversión de las capas marginadas por el sistema financiero tradicional. Los pobres eran, al menos en el discurso, el público de este modelo de institución. En el caso europeo, la clase trabajadora se destacó entre los principales depositantes de las cajas de ahorro, con una participación significativa de mujeres y niños entre estos ahorradores. En el caso americano, especialmente

⁴⁹ LYRA FILHO, João. **Crédito popular & caixas econômicas**. Rio de Janeiro: Typografia Alba - Moreira, Cardoso & Freitas, 1936, p. 200. Os autores citados por Lyra Filho são Charlens Dupin em seu livro *Caisse D'Épargne* e Paul Wallet em *Traité des Caisses d'Épargne*, ambos escritores do final do século XIX. Tradução Livre para o Espanhol a partir de: "Estabelecimentos que recebem as pequenas economias, devolvendo-as ao depositante, quando reclamadas, com juros a favor delas acumulados. São, diz Charles Dupin, a escola primária dos capitais do povo. Servem de bancos de contas correntes às classes trabalhadoras, que nelas recolhem as suas economias, ainda que muito modestas, devolvidas, quase sempre, quando já se tornaram capital. Elas têm, ainda, outro papel, repete Wallet: fazem parte desse conjunto de instituições de previdência que, desenvolvendo no indivíduo o sentimento da responsabilidade e da propriedade, são um dos meios mais eficazes de combate à indigência e auxílio à moralização das massas. Evitam o desalento, a miséria e a pobreza; combatem a preguiça; desviam os maus hábitos; aumentam os laços de família; asseguram aos seus chefes os meios de sustento e educação dos filhos [...]”

⁵⁰ Para um resumo do desenvolvimento inicial das caixas econômicas na Europa, ver. SILVA, Geraldo B. da. **Caixas econômicas: a questão social**. Rio de Janeiro: Forense, 2004. P. 23-62.

⁵¹ SILVA, Geraldo B. da. **Op.cit.** P. 16-17.

en el Caribe y Brasil, había acceso a los ahorros para las personas esclavizadas, a pesar de que representaban una parte muy pequeña en el conjunto.

El objetivo de aumentar los ingresos públicos y las inversiones estaba oculto por las virtudes que los ahorros podían emular en sus ahorradores. El discurso de los estadistas y asesores de estas instituciones estuvo cargado de los principios que guiaron el *savings bank movement*. La seguridad social bajo la adicción mundana, la autoayuda bajo la dependencia de la caridad y la independencia del individuo bajo el mutualismo asociativo fueron los motivos principales llamados por los entusiastas de las cajas de ahorro.

Cajas de ahorro en América

Las cajas de ahorro cruzaron el Océano Atlántico después de la independencia de los Estados Unidos de América en 1776. La idea, ya difundida en Europa y, en particular, en Gran Bretaña, se aplicó en Boston en 1816, creando dos bancos mutuos con seguridad social para similar a las cajas de ahorro inglesas: la Provident Institution for Savings y la Philadelphia Saving Fund Society.⁵²

Algunos años después, en 1831, Caixa Econômica de Río de Janeiro fue la primera fundada en América Latina.⁵³ La caja creada en Río de Janeiro era similar a las cajas de ahorro francesas, incluyendo haber importado y traducido sus estatutos, así como algunas historias cortas y novelas que el hábito de ahorrar era la moraleja de la historia.⁵⁴ Esta caja de ahorro estableció el hábito de ahorrar en parte de los ciudadanos brasileños y tuvo una vida hasta 1859, enfrentando oposición política, depreciación de sus activos (todo el capital se invirtió en valores de deuda pública) y la competencia de otras instituciones de depósito, principalmente en la década de 1850.⁵⁵

A pesar del rápido desarrollo de las cajas de ahorro estadounidenses, el resto de la América tardó unos años en comenzar a importar este modelo de inversión. En el Caribe, debido principalmente al auge económico de las plantaciones de azúcar, se creó la Caja de Ahorros,

⁵²SHERMAN, Franklin J. **Modern of Mutual Savings Banks: A narrative of their growth and development from the inception to the Present Day**. First Edition, 1934, printed by J. J. Little and Ives Company, New York. P. 30.

⁵³ ALVARENGA, Thiago de Oliveira. SARAIVA, L. F. “A Caixa Econômica do Rio de Janeiro, 1831-1859”. In: Carlos Marichal; Tiago Gambi. (Org.). **Historia bancária y monetária de América Latina (siglos XIX y XX). Nuevas perspectivas y agendas de investigación**. 1ed. Cantabria: Ediciones Universidad Cantabria, 2017, v. p. 429-462.

⁵⁴ SARAIVA, L. F. “O Homem Bemfazejo: Biblioteca Constitucional do Cidadão Brasileiro, Mercado Editorial, Cidadania e Construção do Império Brasileiro, Rio de Janeiro 1831-1832”. **Outros Tempos**, vol. 11, n.18. 2014.

⁵⁵ ALVARENGA, Thiago. SARAIVA, L. F. **Op.cit.** p. 457.

Descuentos y Depósitos de la Habana en La Habana a principios de la década de 1840, que funcionó hasta 1884 y en São João Batista de Puerto Rico en 1865.⁵⁶

La América del Sur no absorbió completamente este modelo de institución en sus países recientemente emancipados de las metrópolis europeas. Argentina, Paraguay y Uruguay no desarrollaron instituciones de este tipo en el siglo XIX, o al menos aún no se reconoce. Debido a su proximidad al Caribe, Colombia también desarrolló cajas de ahorros en su territorio. El primero fue en Bogotá en 1841, que se llamaba *Giros y Descuentos*, sin embargo, tuvo una existencia efímera de solo un año. En Cartagena también se fundó una caja de ahorros dos años después. El desarrollo de la caja de ahorros de Cartagena provocó la aparición de otros en territorio colombiano, como: Medellín en 1844, Bogotá y Sarta Marta en 1846, entre otros.⁵⁷

Las cajas de ahorro ya eran una realidad en América. Como se mencionó anteriormente, incluso en Brasil, varias cajas de ahorro ya estaban surgiendo. Basado en las experiencias brasileñas de este modelo de institución de la primera mitad del siglo XIX, especialmente de Caixa Econômica do Rio de Janeiro 1831-1859), el gobierno sentó las bases para la creación de su propia caja de ahorros en 1860 a través de la *Lei dos Entraves*⁵⁸. Pocos meses después, se inauguró la Caixa Econômica da Corte y, después de más de una década de existencia, en 1874, el gobierno decidió expandirla a todas las capitales de provincia y otros municipios del interior de Río de Janeiro.

Objetos e hipótesis

Este trabajo busca analizar la historia de esta institución de ahorro creada por el gobierno imperial en 1861 - Caixa Econômica da Corte. Aunque parezca una historia institucional, lo que pretendemos en esta investigación es tratar las historias de las cajas de ahorros desde una perspectiva económica y social, porque, como Maria Barbara Levy, las entendemos como

parte de la sociedad y no puede estudiarse sin tener en cuenta las articulaciones recíprocas entre las relaciones sociales y las prácticas comerciales. La empresa forma parte de un sistema de instituciones que interactúan, en el que es responsable de la producción de bienes.⁵⁹

⁵⁶ MARTINEZ-SOTO, Angel Pascual. The First Savings Banks in Latin America: Cuba and Puerto Rico (1848-1898). **World Savings Banks Institute. European Savings Banks Group**. Mar. 2011. Disponible em www.savings-banks.com.

⁵⁷ FLORES BOLÍVAR, “Estado, pobreza y control social. La Caja de Ahorros de la provincia de Cartagena, 1843-1852.” In **Los desterrados del paraíso. Raza, pobreza y cultura em Cartagena de Indias**, 82–107. Bogotá, D.C: Editorial Maremagnum, 2015.

⁵⁸ BRASIL, Lei Enumerada 1.083 de 22 de agosto de 1860. Disponible em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM1083.htm.

⁵⁹ LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. P. 20.

De esta manera, lo que nos preocupa sobre las “prácticas comerciales” informadas por Maria Barbara Levy es el análisis de esta Caixa Econômica da Corte establecida lejos de sus creadores europeos, en un escenario donde prevalecieron las relaciones laborales precapitalistas, un sistema esclavista y un régimen monárquico en los trópicos. Este Brasil del siglo XIX tiene sus peculiaridades, que obviamente se reflejan en sus instituciones.

Entre las hipótesis de este trabajo, el hilo conductor del análisis será la interferencia del Estado imperial brasileño, a través de Caixa Econômica da Corte, en los incipientes ahorros brasileños formados por cajas de ahorro y bancos privados. Partimos de la hipótesis de que había un proyecto del gobierno imperial para centralizar los ahorros brasileños en el Tesoro Nacional. La crisis de Souto en 1864 es un momento clave para este análisis, ya que es un punto de inflexión en el desarrollo de Caixa Econômica da Corte en detrimento de las quiebras de sus competidores: las casas bancarias.

Como es una institución legalmente considerada “caritativa”, las cajas de ahorro brasileñas pueden ser indicadores de la economía de las clases más populares. Por lo tanto, comprender la evolución de los depósitos y el número de depositantes, así como los medios en los que se inserta la institución, nos permite analizar la aguda desigualdad económica brasileña en el siglo XIX.

Además, el trabajo se justifica más allá de la comprensión de una variable económica, el ahorro, pero también a medida que el Estado brasileño percibe la capacidad de los pobres y no tan pobres para ahorrar, al mismo tiempo, invirtiendo sus economías directamente en el Estado, que era impensable antes del establecimiento de este tipo de institución en Brasil.

Metodología

Mantenerse al día con el desarrollo de la Caixa Econômica da Corte no fue una tarea fácil. Las fuentes administrativas de la institución se perdieron casi por completo debido a la mala conservación y al desprecio por los archivos históricos. En 1931, cuando se realizó una reforma importante en este modelo de institución, la documentación manuscrita se modernizó por completo para escribir a máquina. Desde entonces, esta documentación del período imperial y la Primera República se ha mantenido sin el debido cuidado en cada archivo de cada sucursal de la Caixa Econômica Federal.

Caixa Econômica Federal, hace menos de una década, decidió reunir y recopilar esta documentación en su biblioteca principal en Brasilia. Tuvimos acceso a esta documentación

recopilada, sin embargo, poco se puede usar porque todavía está en proceso de restauración y organización. Lo que hicimos fue trabajar con las fuentes oficiales, los informes anuales del Inspector y el Consejo Fiscal, que se presentaron en cada informe del Ministerio de Finanzas. Se leyeron y catalogaron 28 años de informes, lo que nos permitió desarrollar series de la evolución de las libretas (nuevos depositantes y retiros totales), valores acumulados (retiros, depósitos, valores totales), depósitos semanales promedio, profesiones de nuevos depositantes anualmente, entre otros datos presentados para cada banco de ahorro y agencia administrados por el gobierno. Finalmente, estos informes aún presentan las impresiones que el Inspector y el Consejo Fiscal tuvieron sobre el desarrollo de las cajas de ahorro.

Esta historia desarrollada oficialmente por los informes debe ser opuesta a la construida en las revistas. Por lo tanto, otra base de datos extremadamente fundamental para nuestra investigación son las publicaciones periódicas en circulación en Río de Janeiro, que trajeron anuncios, críticas, debates parlamentarios, estudios comparativos entre las cajas de ahorro europeas y brasileñas, entre otras noticias relacionadas con la institución de ahorro de la gobierno. Por lo tanto, la Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro es necesaria para evaluar las más de 6,000 páginas con evidencia relacionada con la "caja de ahorro" en los 18 periódicos de mayor circulación entre los años de 1860 a 1889.

Finalmente, estas dos bases de datos nos permiten evaluar el desarrollo de Caixa Econômica da Corte, sus sucursales y cajas de ahorro provinciales. Sin embargo, es necesario cruzar este desarrollo con indicadores económicos en las diversas situaciones económicas experimentadas en el período analizado entre la apertura de Caixa Econômica en 1861 y su cambio de organización junto con el cambio de régimen brasileño en 1889. De esta manera, utilizaremos datos factores económicos agregados como el PIB, indicadores de precios, balanza de pagos, balanza comercial, salarios, entre otros, para comparar los períodos de desarrollo y su armonía con la economía brasileña.

Presentación de los capítulos

Los primeros cuatro capítulos siguen, inicialmente, una lógica cronológica que va desde la estructuración del sistema financiero de la ciudad de Río de Janeiro, sus primeros bancos y sus primeros bancos de ahorro hasta el último año de actividades de Caixa Econômica da Corte bajo administración gubernamental imperial. Los últimos dos capítulos tratan de análisis específicos sobre el desarrollo y el tamaño de los depósitos y depositantes en Caixa Econômica da Corte.

Específicamente, los capítulos se dividen de la siguiente manera:

O **primeiro capítulo**, intitulado “Do primeiro banco ao primeiro depositante: O sistema financeiro e a economia dos mais pobres no Rio de Janeiro (1830-1864)”, se inicia com a análise da construção do Estado Nacional Brasileiro a partir da perspectiva de Ilmar Mattos em *O Tempo Saquarema* com o desenvolvimento das instituições financeiras, em especial, na década de 1840 e 1850, auge da *Direção Saquarema*. Ao construir esse cenário, teremos uma noção melhor do projeto do governo imperial de centralizar a poupança brasileira, outrora capitalizada por instituições privadas. Encerramos o capítulo com a análise do contexto e promulgação da Lei dos Entraves em 1860 e com a Crise de Souto de 1864, a qual altera o fluxo de capital na praça comercial do Rio de Janeiro.

El **primer capítulo**, titulado "Del primer banco al primer depositante: el sistema financiero y la economía de los más pobres de Río de Janeiro (1830-1864)", comienza con un análisis de la construcción del Estado nacional brasileño desde la perspectiva de Ilmar Mattos en *O Tempo Saquarema* con el desarrollo de instituciones financieras, especialmente en las décadas de 1840 y 1850, el apogeo de la *Dirección Saquarema*. Al construir este escenario, tendremos una mejor idea del proyecto del gobierno imperial para centralizar el ahorro brasileño, que alguna vez fue capitalizado por instituciones privadas. Terminamos el capítulo con un análisis del contexto y la promulgación de la *Lei dos Entraves* en 1860 y con la crisis de Souto de 1864, que altera el flujo de capital en la plaza comercial de Río de Janeiro.

En el **segundo capítulo**, titulado "Del papel a la Corte: el proyecto centralizador de depósitos en la Caixa Econômica da Corte (1861-1870)", analiza las dificultades de los primeros años de Caixa Econômica da Corte, el momento clave de su turno de la crisis de Souto en 1864 y su desarrollo durante la guerra paraguaya (1864-1870). Analizamos los nombres de quienes formaron el estatuto de la Caixa Econômica en Brasil y la composición de los Consejos de Inspectores y Fiscales durante la década. Este capítulo termina con un análisis de los balances anuales publicados por los informes del Inspector y el Consejo Fiscal.

O **terceiro capítulo**, intitulado “Da Corte para o Império: a expansão para as províncias (1870-1879)”, analisa o desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte ao longo da década de 1870. Nesse período abordaremos a expansão do modelo de instituição da Caixa Econômica da Corte para todas as capitais provinciais e a criação de agências dessa instituição em vários municípios do interior do Rio de Janeiro. Da mesma maneira que no capítulo anterior, analisaremos a composição dos membros do Conselho Inspector e Fiscal nesses momentos ímpares da história das caixas econômicas no Brasil e terminaremos o capítulo analisando o

desenvolvimento dos valores de depósitos e número de depositantes, bem como as impressões relatadas pelos membros dessa instituição nos relatórios do Ministério da Fazenda.

El **tercer capítulo**, titulado "De la corte al Imperio: la expansión a las provincias (1870-1879)", analiza el desarrollo de la Caixa Econômica da Corte a lo largo de la década de 1870. Durante este período, discutiremos la expansión del modelo institucional de la Caixa Económico da Corte para todas las capitales de provincia y la creación de sucursales de esta institución en varios municipios del interior de Río de Janeiro. De la misma manera que en el capítulo anterior, analizaremos la composición de los miembros del Inspector y el Consejo Fiscal en estos momentos únicos en la historia de las cajas de ahorro en Brasil y terminaremos el capítulo analizando el desarrollo de los valores de depósito y el número de depositantes, así como las impresiones informadas por miembros de esa institución en los informes del Ministerio de Hacienda.

En el **cuarto capítulo**, titulado "De la Corte a la República: la última década de la Caixa Econômica da Corte (1880-1889)", analizaremos los últimos años de la Caixa Econômica da Corte bajo la administración del gobierno imperial brasileño. Durante este período, se requiere una modernización de los estatutos de las cajas de ahorro brasileñas debido a la reducción en el ritmo de desarrollo que se ha producido en los últimos años de la década anterior. Entenderemos las razones de estos últimos años críticos, así como los que estuvieron al frente del Comité de Evaluación para la reforma de las cajas de ahorro. Terminaremos el capítulo analizando el desarrollo de los valores recopilados en las cajas de depósito de la institución de depósito en la ciudad de Río de Janeiro, así como el flujo de depositantes en los períodos críticos del Imperio de Brasil.

O **quinto capítulo**, intitulado "Do mundo à Corte: a Caixa Econômica da Corte na perspectiva Internacional, Nacional e intraprovincial", é realizado três análises comparativas. A primeira em âmbito internacional, comparando a Caixa Econômica da Corte com algumas caixas econômicas europeias (inglesas, espanholas e francesas), bem como a comparação com outras caixas econômicas na América (Estados Unidos, Porto Rico e Cuba). Mais do que comparar apenas os volumes coligidos, é importante analisar os modelos adotados para captação das poupanças e, em alguns casos, os perfis dos poupadores. A segunda análise em âmbito nacional, cruzaremos as taxas de crescimento da Caixa Econômica da Corte com outros indicadores econômicos como PIB, indicadores de preço, salários e balança comercial e de pagamentos. A intenção é verificar o comportamento e os momentos de variação nesse desenvolvimento da poupança coligida na Caixa Econômica da Corte com os comportamentos cíclicos da economia brasileira.

El **quinto capítulo**, titulado “Del mundo a la Corte: Caixa Econômica da Corte desde una perspectiva internacional, nacional e intraprovincial”, se realizan tres análisis comparativos. El primero a nivel internacional, que compara Caixa Econômica da Corte con algunas cajas de ahorro europeas (inglés, español y francés), así como la comparación con otras cajas de ahorro en América (Estados Unidos, Puerto Rico y Cuba). Más que solo comparar los volúmenes recopilados, es importante analizar los modelos adoptados para capturar los ahorros y, en algunos casos, los perfiles de los ahorradores. El segundo análisis a nivel nacional, cruzaremos las tasas de crecimiento de Caixa Econômica da Corte con otros indicadores económicos como el PIB, indicadores de precios, salarios y balanza comercial y de pagos. La intención es verificar el comportamiento y los momentos de variación en este desarrollo de los ahorros recaudados en la Caixa Econômica da Corte con los comportamientos cíclicos de la economía brasileña.

Aún a nivel nacional, haremos una comparación del desarrollo de las cajas de ahorro provinciales creadas desde 1874 con la Caixa Econômica da Corte, tanto con su volumen de depósitos elevados como con el promedio nacional de depósitos por población en cada capital. La intención es evaluar las tasas de crecimiento de las cajas de ahorro provinciales con las de la Caixa Econômica da Corte.

Al final de este capítulo, el análisis se dirige a la provincia de Río de Janeiro, la única que recibió una expansión de las sucursales de Caixa Econômica a las ciudades del interior. El objetivo es comprender qué modelo se adoptó para esta expansión, teniendo en cuenta las regionalidades, la economía y la población de cada municipio.

No **sexto e último capítulo**, intitulado “A Caixa dos Pobres? O perfil socioeconômico dos poupadores da Caixa Econômica da Corte”, questionaremos a alcunha recebida pela Caixa Econômica da Corte de “Caixa dos Pobres” ao longo de duas primeiras décadas. Para essa análise utilizaremos as listagens de novos depositantes produzidas ao longo da década de 1880, as quais traziam suas profissões e as cruzaremos com os índices de salários e custos de vida na cidade do Rio de Janeiro. A partir desse cruzamento, podemos estimar as configurações das camadas sociais que faziam depósitos na Caixa Econômica da Corte.

En el **sexto y último capítulo**, titulado “La caja dos Pobres? El perfil socioeconómico de los ahorradores de la Caixa Econômica da Corte ”, cuestionaremos el apodo recibido por Caixa Econômica da Corte de “Caja dos Pobres” durante las primeras dos décadas. Para este análisis, utilizaremos las listas de nuevos depositantes producidos durante la década de 1880, que trajeron sus profesiones y las cruzaron con las tasas de salarios y costos de vida en la ciudad

de Río de Janeiro. Desde esta intersección, podemos estimar las configuraciones de los estratos sociales que hicieron depósitos en Caixa Econômica da Corte.

Introduction

Save the copper coins, because the gold coins themselves are spared - unknown author⁶⁰.

An establishment, located on Rua da Misericórdia, below the Chamber of Deputies, which opens at 9 am and closes at 2 pm with the unique function of receiving savings between a “tostão” of réis (1\$000 réis) up to a maximum 50\$000 réis per week, making them pay interest at 6% per year. This is the definition of Caixa Econômica da Corte according to *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*⁶¹ in 1862, shortly after its inauguration on November 4, 1861.

The institution model adopted by this establishment was nothing new in the 19th century Brazilian capital. Savings banks were already well-known institutions in Brazil, specifically, in the city of Rio de Janeiro since the beginning of the 1830s. However, the end of 1861 was the moment when the Brazilian government initiated the activities of its savings centralization

⁶⁰ Tradução Livre a partir de: “poupai as moedas de cobre, porque as de ouro por si mesmas se poupão”.

⁶¹ Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial, Edição 19. Ano de 1862. Disponível no site <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 29/02/2020.

project, which was idealized a few months ago with the enactment of the Law on Barriers (Lei dos Entraves) in 1860.

Studying this specific institution allows us, above all, to understand how the “savings banks movement”, started in Europe at the beginning of the 19th century, was transfigured and adapted in distant South American lands. More than that, it allows us to observe the appropriations of the model and the adaptations made by the Brazilian State through its previous brazilian experiences.

At the same time, as these are institutions that have origins in friendly societies, that is, mutual aid organizations and here in Brazil the character of “charitable institutions”, we can deduce from this study a contribution in the look and understanding of nineteenth-century Brazilian society, especially the poorest, free or enslaved.

Despite being an imported model, Caixa Econômica da Corte was a *sui generis* institution for adapting previous experiences in Brazil, but mainly for being organized, thought and executed in its dual function: financial, as an aid mechanism to contain currency national currency in circulation; and social, “economically moralize” the brazilian population.

The origins of savings banks

This type of institution was believed to have its origins in the late eighteenth century from the establishments led by Priscila Wakefield to provide aid through savings to female workers (Female Benefit Club) in Tottenham around 1798. However, in Scotland and later, in England, the expansion, called savings banks movement, originated from the initiative of Scottish Reverend Henry Duncan, since his model of establishment was not supported by charity or any kind of donations.⁶²

However, more recent research credits Germanic countries for pioneering the savings bank institution model⁶³. Wysocki wrote about the first savings banks in Germanic countries, precisely in Hamburg in 1778 under the name of *Hamburger Allgemeine Versorgungsanstalt*.⁶⁴ The idea of a savings bank, according to Wysocki, would have arisen in the late Middle Ages and the beginning of the Renaissance period. Meantime, the idea only flourished throughout

⁶² PRATT, John Tidd. **History of savings banks in England, Wales, Ireland, and Scotland**. London: Printed for the author by Shaw. 1842. 117 p.

⁶³ Há uma discussão sobre o pioneirismo alemão por meio da Sociedade Patriótica de 1765, cf. SCHAMBACH, Sigrid: **Aus der Gegenwart die Zukunft gewinnen. Die Geschichte der Patriotischen Gesellschaft von 1765**, Hamburg, 2004 (Ganhando o Futuro a partir do Passado. A história da Sociedade Patriótica de 1765)

⁶⁴ Fundo Geral de Pensões de Hamburgo (Tradução Livre).

the eighteenth century when a new ideology emerged, conceptualized by the author, as “the principle of the responsibility of each one for his own life”, that is, the Western individualism so popular and discussed by the illuminists.⁶⁵

On the other hand, it was in the United Kingdom that savings banks aroused interest as a tool to deal with the miserable conditions in which a great part of English workers were presented. Gradually, the interpretation of poverty as a social problem gave rise to poor individualistic planning, or even meritocratic. This contributes to new mechanisms being rethought and incorporated into the Poor Laws. The expansion of savings banks was a significant part of instrumentalizing this renewed English paternalism.

This expansion of savings banks, referred to by English historiography as *savings banks movement*, had an influence and was influenced by the debates on the reform of the Poor Laws. David Filtness, an author who studies poverty and the development of the self-help principle in English society, says that historiography on savings banks tends to treat the origin of this movement as an epiphenomenon or just as charitable initiatives. This treatment obscures the importance of this expansion of savings banks as a crucial phenomenon to understand the direction of the discussions on the Poor Laws in England. Filtness understands that the *savings banks movement* was decisive to reinforce the principles of a renewal of English paternalism, above all, by encouraging self-help.⁶⁶

Filtness extracts the origin of savings banks from friendly societies. According to the author, these friendly societies had an accelerated development at the beginning of the 19th century. He cites an essay by Eden, a contemporary and enthusiast of this mutualist association model, which reveals that those friendly societies congregated around 648,000 members in approximately 7,200 such societies across England and Wales. This significant something around 1 in 4 people received help from friendly societies in England at the beginning of the 19th century.⁶⁷

Despite German pioneering, it was in Scotland and its borders that savings banks became a real movement and spread quickly in the early 19th century. In 1810, in Ruthwell, Scotland, the Rev. Henry Duncan started the movement by encouraging people to save to prevent themselves in times of illness, unemployment and old age. Reverend Duncan had created a

⁶⁵ WYSOCKI, J. In: MURA, Jürgen (org.). **History of European Savings Banks**. Stuttgart: Deutscher Sparkassenverlag GmbH. 1996. Op.cit. p. 9.

⁶⁶ Ibidem, p. 145.

⁶⁷ EDEN, F. M. **Observations on friendly societies: For the maintenance of the industrious classes, during sickness, infirmity, old age, and other exigencies**. London, 1808. P. 8. Apud FILTNESS, David. **Poverty, savings banks and the development of self-help, c. 1775-1834**. Tese de Doutorado. University of Cambridge. 2013. P. 152.

friendly society in 1796, which prospered among the poorest workers in the county. However, the reverend was influenced by the discussions about the unsustainability of the friendly societies model due to the dependence developed in its members, which, in turn, according to the discussion at that time, awakened idleness in its members. Duncan preferred a model that would give greater independence to its members and proposed a savings bank, based on the need for renewed paternalism through the principle of self-help. Thus, in 1810, Duncan created his first savings bank.⁶⁸

From Duncan's initiative in Ruthwell, a series of savings banks were created, which were based on the enlightenment and utilitarian principles based on the principles of meritocracy, social security and, mainly, self-help.⁶⁹ The idea expanded so quickly that by 1817 there were already more than 80 savings banks in Scotland. Horne claims that the "savings banks movement" demonstrated not only expansion into the urban and industrial strata of English and Scottish society, but was also deployed by various sectors of the elite in those countries as a tool to manage the misery arising from the constant rise in prices and rates.⁷⁰

In England and Wales, the "savings banks movement" received greater attention from the English Parliament to prevent bankruptcies and fraud. The success was such that Reverend Duncan himself was called upon to support the enactment of a specific legislation for English savings banks. In London, Duncan published an essay called "Essay on the nature and advantages of parish banks, for the savings of industrious", in which he reported on his experiences with the Ruthwell model of institution and how it affected the lives of workers in positive way.

Duncan believed that the more freedom and independence given to the worker (depositor of the savings bank), the more "powerful stimulus for industry and frugality among the working class would exist". Like Malthus, the reverend advocated that the greatest benefit of savings banks to workers was the development of "prudence". This prudence was the propellant of a spirit of accumulation, which, through work, emulated virtuous habits in labor, such as "sobriety, diligence and economy".⁷¹

Duncan's support was decisive. George Rose, a member of the English parliament for Southampton, received numerous requests from all over the country for parliament to do

⁶⁸ HORNE, O. H. **Op.cit.** p. 90.

⁶⁹ Sobre o princípio da autoajuda, a constituição de caixas econômicas e a Lei de Reforma da Poor Law, ver: FILTNESS, David. **Poverty, savings banks and the development of self-help, c. 1775-1834**. Tese de Doutorado. University of Cambridge. 2013.

⁷⁰ HORNE, O. H. **Op.cit.** p. 89-91.

⁷¹ FILTNESS, David. **Op.cit.** p. 157-8.

something in favor of savings banks. Lord Rose himself was a cofounder of a savings bank in Southampton and knew the moral premises behind this model. Lord Rose spoke in favor of the *savings banks moviment*, extolling his qualities in dealing with the moral habits of workers:

In short, the best way of helping the poor is to teach them to help themselves. This is acknowledged even now by all the right-minded and the well-disposed among them. And the Plan of Savings Banks will enforce and extend the persuasion. It will contribute to improve their moral habits as well as their worldly interests. It will render them independent without rendering them insolent or proud. It will lead them to temperance, and the restraint of all the disorderly passions which a wasteful expenditure of money nourishes [...]⁷²

Based on Rose's speech, Filtness added the use of savings banks to the discourse and debate of the Poor Laws in the United Kingdom. The author considers that the main virtue exalted and valued by the nobles in this model of deposit institution is self-help, as it “would free the nobles from a debilitating depletion of their resources, in addition to giving greater dominance to the market to police the morale and efforts of the poor”.⁷³

The speech of the intellectuals in favor of the freedom and independence given to the worker with the deposits of savings banks fell in the discussions of the need to reform the paternalism of the Poor Laws. Savings banks success demonstrated financial potential beyond moral gains. It couldn't be otherwise. The English parliament moved and on 23 May 1817 the “Savings Banks Bill”, also called the Rose’s Act, was voted. The main provision of this law was the guarantee of deposits by the Bank of England. In this way, the trustee savings banks invested their funds in government bonds or simply in deposits with the Bank of England.

This investment model directly in the government guaranteed the nominal values of its deposits, regardless of the time deposited. As of the 1817 law, capital was invested in the Bank of England, specifically in the credit of the National Debt Commissioners. In addition, the law regulated other rights and duties for both depositors and savings banks. This confidence provided by the 1817 law caused the number of such institutions to proliferate across the United Kingdom. It was just a matter of time before the active savings banks crossed the English Channel and reached Continental Europe, as well as America.

Theory of savings banks

⁷² ROSE, G. **Observations on banks for savings**. Apud FILTNESS, David. **Op.cit.** p. 158.

⁷³ *Ibidem*, p. 163.

The concept of savings bank (caixa econômica, caisses d'épargne or cajas de ahorros) is, until proven otherwise, an originally European idea. As we saw earlier, the origins of the institution model called the savings bank have its roots in the Germanic friendly societies, but it was on British soil that it reached the level of a clear and strong movement. This deposit institution model can be considered an idea with an Enlightenment and utilitarian influence based on the principle of self-help.⁷⁴

The pioneering agents shared the idea of the individual being responsible for the organization and welfare of his life, at the same time that, because they were mostly members of the political and / or economic elite of their countries, they considered themselves obliged to educate economic virtue to the most vulnerable classes. Malthus was one of the pioneers in the discussion of savings banks. The classic author claimed that this type of deposit institution would encourage “prudence and foresight” habits while offering individual means to plan their lives and deal with their problems rather than sharing them with the state. In this way, Malthus' speech instrumentalized English savings banks as fundamental parts to gradually modify the Poor Laws in England.⁷⁵

At the beginning of the 19th century, with the advance of the Industrial Revolution and, consequently, the awareness of social problems resulting from the process of proletarianization, the political and economic elite of the newly industrialized countries encouraged the development of savings banks in order to cultivate a “moralization” of the proletariat, which would contribute to stabilizing the social order⁷⁶. This meant overcoming the “spirit of charity” by a “spirit of providence”. It was the idea of the worker to worry about his own future and anticipate his problems.

Even in the early 19th century, governments realized the economic and social capacity of this model of financial institution and quickly formed their own. Savings banks were able to attract small capitals in large quantities once without the opportunity to invest in banks. In other words, savings banks would be responsible for concentrating the dispersed capital of the most marginalized classes. At the same time, in fulfilling this economic purpose, it had an anti-revolutionary social character for governments, since it directed workers to invert their

⁷⁴ Sobre o princípio da autoajuda, a constituição de caixas econômicas e a Lei de Reforma da Poor Law, ver: FILTNESS, David. **Poverty, savings banks and the development of self-help, c. 1775-1834**. Tese de Doutorado. University of Cambridge. 2013.

⁷⁵ MENCHER, Samuel. **Poor Law to Poverty Program: Economic Security Policy in Britain and the United States**. University of Pittsburgh Press. 1968. P. 118.

⁷⁶ Idem.

economies and take precautions. Therefore, this reduced the risk of loitering, union membership or revolts over social working conditions.

Based on the rudimentary principle of saving - saving part of what is produced or earned - the concept of savings bank was thus elaborated. Savings banks are distinguished from other banks in that they present: 1) a moral value in providing the neediest classes with a safe and profitable place for their savings; 2) in some cases, small loans, mainly secured by pledged objects at low interest rates; 3) without profits or, when there were, dedicate the constitution of reserve funds.

According to one of the first scholars of the subject in Brazil, the savings banks are:

Establishments that receive small savings, returning them to the depositor, when claimed, with accrued interest in favor of them. They are, says Charles Dupin, the primary school of the people's capitals. They serve as banks of current accounts to the working classes, who collect their savings there, although very modest, returned, almost always, when they have already become capital. They also have another role, says Wallet: they are part of this group of social security institutions that, developing the feeling of responsibility and property in the individual, are one of the most effective means of combating poverty and helping to moralize the masses. They avoid discouragement, misery and poverty; fight laziness; divert bad habits; increase family ties; ensure their heads the means of support and education of their children [...]⁷⁷

It is possible to verify all ideas previously discussed in the definition of savings bank by Lyra Filho. They are, therefore, paternalistic, self-help, social security, moralizing, civilizing and, mainly, popular. What is not exposed by the Brazilian author is its intrinsic character, in some cases like the Brazilian, public funding.

Silva, a more recent scholar on savings banks in Brazil, sought to analyze the legal nature of savings banks around the world⁷⁸. The author states that there were several legal regulations for savings banks, however, regardless of whether they are private or public, savings

⁷⁷ LYRA FILHO, João. **Crédito popular & caixas econômicas**. Rio de Janeiro: Typografia Alba - Moreira, Cardoso & Freitas, 1936, p. 200. Os autores citados por Lyra Filho são Charlens Dupin em seu livro *Caisse D'Épargne* e Paul Wallet em *Traité des Caisses d'Épargne*, ambos escritores do final do século XIX. Traduzido para o inglês a partir do trecho: “Estabelecimentos que recebem as pequenas economias, devolvendo-as ao depositante, quando reclamadas, com juros a favor delas acumulados. São, diz Charles Dupin, a escola primária dos capitais do povo. Servem de bancos de contas correntes às classes trabalhadoras, que nelas recolhem as suas economias, ainda que muito modestas, devolvidas, quase sempre, quando já se tornaram capital. Elas têm, ainda, outro papel, repete Wallet: fazem parte desse conjunto de instituições de previdência que, desenvolvendo no indivíduo o sentimento da responsabilidade e da propriedade, são um dos meios mais eficazes de combate à indigência e auxílio à moralização das massas. Evitam o desalento, a miséria e a pobreza; combatem a preguiça; desviam os maus hábitos; aumentam os laços de família; asseguram aos seus chefes os meios de sustento e educação dos filhos [...]”

⁷⁸ Para um resumo do desenvolvimento inicial das caixas econômicas na Europa, ver. SILVA, Geraldo B. da. **Caixas econômicas: a questão social**. Rio de Janeiro: Forense, 2004. P. 23-62.

banks have always been considered “in the public interest”. Silva says that in the United Kingdom and Ireland, savings banks were public with private guarantors (the trustees). In Germany, where they first appeared, the savings banks were linked to the municipal authorities, while in Belgium and Norway they were considered cooperative societies. In the case of French, Greek, Portuguese and Spanish, savings banks were mostly public companies.⁷⁹

The implementation of savings banks by the National States had that financial objective previously exposed - to increase public funding and investment by the strata marginalized by the traditional financial system. The poor were, at least in the discourse, the target audience of this model of institution. In the European case, the working class stood out among the main depositors of savings banks, with a significant participation of women and children among these savers. In the American case, especially in the Caribbean and Brazil, there was access to savings for the enslaved people, even though they represented a very small part in the whole.

The objective of increasing public revenues and investments was concealed by the virtues that savings could emulate in their savers. The speech of statesmen and advisers of these institutions was loaded with the principles that guided the *savings banks movement*. Social security under worldly addiction, self-help under dependence on charity, and the individual's independence under associative mutualism were the main motives called by savings bank enthusiasts.

The savings banks in America

The savings banks crossed the Atlantic Ocean after the Independence of the United States of America in 1776. The idea, already disseminated in Europe and, in particular, in Great Britain, was applied in Boston in 1816, creating two mutual banks with social security for similar to the English savings banks - the Provident Institution for Savings and the Philadelphia Saving Fund Society.⁸⁰

Some years later, in 1831, Caixa Econômica of Rio de Janeiro was the first founded in Latin America.⁸¹ The savings bank created in Rio de Janeiro was similar to French savings

⁷⁹ SILVA, Geraldo B. da. **Op.cit.** P. 16-17.

⁸⁰SHERMAN, Franklin J. **Modern of Mutual Savings Banks: A narrative of their growth and development from the inception to the Present Day.** First Edition, 1934, printed by J. J. Little and Ives Company, New York. P. 30.

⁸¹ ALVARENGA, Thiago de Oliveira. SARAIVA, L. F. “A Caixa Econômica do Rio de Janeiro, 1831-1859”. In: Carlos Marichal; Tiago Gambi. (Org.). **Historia bancária y monetária de América Latina (siglos XIX y XX). Nuevas perspectivas y agendas de investigación.** 1ed.Cantabria: Ediciones Universidad Cantabria, 2017, v. p. 429-462.

banks, including having imported and translated its statutes, as well as some short stories and novels that the habit of saving was the main theme.⁸² This savings bank established the habit of saving in part of Brazilian citizens and had a long life until 1859, facing political opposition, depreciation of its assets (all capital was invested in Public Debt) and competition from other deposit institutions, mainly in the 1850s.⁸³

Despite the quick development of American savings banks, it took the rest of America a few years to start importing this investment model. In the Caribbean, mainly due to the economic boom of sugar plantations, the *Caja de Ahorros, Descuentos y Dépositos de la Habana* was created in Havana in the early 1840s, which operated until 1884 and in São João Batista de Puerto Rico in 1865.⁸⁴

South America did not fully absorb this model of institution in its countries recently emancipated from European metropolises. Argentina, Paraguay and Uruguay did not develop institutions of this type in the 19th century, or at least it is not yet known. Due to its proximity to the Caribbean, Colombia also developed savings banks in its territory. The first was in Bogotá in 1841, which was called *Giros y Descuentos*, however it had an ephemeral existence of just one year. In Cartagena a savings bank was also founded two years later. The development of the Cartagena savings bank prompted the emergence of others in Colombian territory, such as: Medellín in 1844, Bogotá and Santa Marta in 1846, among others.⁸⁵

Savings banks were already a reality in America. As previously mentioned, even in Brazil, several savings banks were already emerging. Based on the Brazilian experiences of this model of institution from the first half of the 19th century, especially from Caixa Econômica do Rio de Janeiro 1831-1859), the government laid the foundations for the creation of its own savings bank in 1860 through the Law of Barriers (Lei de Entraves).⁸⁶ A few months later, Caixa Econômica da Corte was inaugurated and, after more than a decade of existence, in 1874, the government decided to expand it to all provincial capitals and other municipalities in the interior of Rio de Janeiro.

⁸² SARAIVA, L. F. “O Homem Bemfazejo: Biblioteca Constitucional do Cidadão Brasileiro, Mercado Editorial, Cidadania e Construção do Império Brasileiro, Rio de Janeiro 1831-1832”. **Outros Tempos**, vol. 11, n.18. 2014.

⁸³ ALVARENGA, Thiago. SARAIVA, L. F. **Op.cit.** p. 457.

⁸⁴ MARTINEZ-SOTO, Angel Pascual. The First Savings Banks in Latin America: Cuba and Puerto Rico (1848-1898). **World Savings Banks Institute. European Savings Banks Group**. Mar. 2011. Disponível em www.savings-banks.com.

⁸⁵ FLORES BOLÍVAR, “Estado, pobreza y control social. La Caja de Ahorros de la provincia de Cartagena, 1843-1852.” In **Los desterrados del paraíso. Raza, pobreza y cultura em Cartagena de Indias**, 82–107. Bogotá, D.C: Editorial Maremagnum, 2015.

⁸⁶ BRASIL, Lei Enumerada 1.083 de 22 de agosto de 1860. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM1083.htm.

Objectives and hypotheses

This work seeks to analyze the history of this savings institution created by the imperial government in 1861 - Caixa Econômica da Corte. Although it sounds like an institutional story, what we intend in this research is to treat the stories of savings banks from an economic and social perspective, because, like Maria Barbara Levy, we understand them as

part of society and cannot be studied without taking into account the reciprocal articulations between social relations and business practices. The company is part of a system of interacting institutions, in which it is responsible for the production of goods.⁸⁷

Dessa maneira, o que nos concerne a respeito das “práticas empresariais” informadas por Maria Barbara Levy é a análise dessa Caixa Econômica da Corte estabelecida longe de seus idealizadores europeus, em um cenário onde prevalecia relações de trabalho pré-capitalistas, um sistema escravocrata e um regime monárquico nos trópicos. Esse Brasil oitocentista guarda suas peculiaridades, as quais, obviamente, estão refletidas em suas instituições.

Among the hypotheses of this work, the guiding thread of the analysis will be the interference of the Brazilian imperial State, through Caixa Econômica da Corte, in the incipient Brazilian savings that was formed by savings banks and private banking houses. We started from the hypothesis that there was a project by the imperial government to centralize Brazilian savings in the National Treasury. The Souto Crisis in 1864 is a key moment for this analysis, since it is a turning point in the development of Caixa Econômica da Corte to the detriment of the bankruptcies of its competitors - the banking houses.

As it is an institution legally considered to be “charitable”, Brazilian savings banks can be indicators of the economy of the most popular classes. Thus, understanding the evolution of deposits and the number of depositors, as well as the means in which the institution is inserted, allows us to analyze the acute Brazilian economic inequality in the 19th century.

In addition, the work is justified beyond the understanding of an economic variable - savings - but also as the Brazilian State perceived the capacity of the poor and not so poor to save, at the same time, inverting their economies directly in the State, which it was unthinkable before the establishment of this type of institution in Brazil.

⁸⁷ LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. P. 20. Tradução de Livre a partir de: “parte da sociedade e não se pode estudá-las sem levar em conta as articulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais. A empresa é parte de um sistema de instituições interatuantes, no qual lhe cabe a produção de bens.”

Methodology

Keeping up with the development of the Caixa Econômica da Corte was not an easy task. The institution's administrative sources were almost completely lost due to poor preservation and disregard for historical archives. In 1931, when there was a major reform in this model of institution, the handwritten documentation was entirely modernized for typing. Since then, this documentation from the imperial period and the Old Republic has been kept without due care in each file of each branch and Caixa Econômica.

The Caixa Econômica Federal, less than a decade ago, decided to gather and collect this documentation in its main library in Brasilia. We had access to this collected documentation, however, little can be used because it is still in the process of restoration and organization. What we did was to work with the official sources - the annual reports of the Inspector and Fiscal Council - which were presented in each report of the Ministry of Finance. Twenty eight years of reports were read and cataloged, which allowed us to develop series of the evolution of accounts (new depositors and total withdrawals), accumulated values (withdrawals, deposits, total values), average weekly deposits, professions of new depositors annually, among other data that were presented by each savings bank and agency administered by the government. Finally, these reports still present the impressions that the Inspector and Fiscal Council had on the development of savings banks.

This story developed officially by the reports needs to be opposed to the one built in the journals. Thus, another extremely fundamental data base for our research is the periodicals in circulation in Rio de Janeiro, which brought advertisements, criticisms, parliamentary debates, comparative studies between European and Brazilian savings banks, among other news related to the savings institution of the government. Thus, the Digital Library of the National Library of Rio de Janeiro is necessary to evaluate the more than 6,000 pages with evidence related to the "savings bank" in the 18 most widely circulated newspapers.

Finally, these two databases allow us to evaluate the development of Caixa Econômica da Corte, its branches and provincial savings banks. However, it is necessary to cross this development with economic indicators in the various economic situations experienced in the period analyzed between the opening of Caixa Econômica in 1861 and its change of organization together with the change of Brazilian regime in 1889. In this way, we will use data aggregate economic factors such as GDP, price indicators, balance of payments, trade balance, wages, among others to compare the periods of development and their harmony with the Brazilian economy.

Presentation of the chapters

The first four chapters follow, initially, a chronological logic that goes from the structuring of the financial system of the city of Rio de Janeiro, its first banks and its first savings banks until the last year of activities of the Caixa Econômica da Corte under government administration imperial. The last two chapters deal with specific analyzes on the development and size of deposits and depositors at Caixa Econômica da Corte.

Specifically, the chapters are divided as follows:

The **first chapter**, entitled “From the first bank to the first depositor: The financial system and the economy of the poorest in Rio de Janeiro (1830-1864)”, begins with an analysis of the construction of the Brazilian National State from the perspective of Ilmar Mattos in *O Tempo Saquarema* with the development of financial institutions, especially in the 1840s and 1850s, the height of the Saquarema Direction. When building this scenario, we will have a better idea of the imperial government's project to centralize Brazilian savings, which was once capitalized by private institutions. We ended the chapter with an analysis of the context and the enactment of the Law of Barriers (*Lei dos Entraves*) in 1860 and with the Souto Crisis of 1864, which alters the flow of capital in the commercial plaza of Rio de Janeiro.

In the **second chapter**, entitled “From paper to the Court: the centralizing project of deposits at Caixa Econômica da Corte (1861-1870)”, it discusses the difficulties of the early years of Caixa Econômica da Corte, the key moment of its turn from the Souto Crisis in 1864 and its development during the Paraguayan War (1864-1870). We analyzed the names of those who made up the Caixa Econômica statute in Brazil and the composition of the Inspector and Fiscal Councils over the decade. This chapter ends with an analysis of the annual balance sheets published by the reports of the Inspector and Fiscal Council.

The **third chapter**, entitled “From the Court to the Empire: the expansion into the provinces (1870-1879)”, analyzes the development of the Caixa Econômica da Corte throughout the 1870s. During this period, we will discuss the expansion of the savings banks for all provincial capitals and the creation of branches of this institution in several municipalities in the interior of Rio de Janeiro. In the same way as in the previous chapter, we will analyze the composition of the members of the Inspector and Fiscal Council in these unique moments in the history of savings banks in Brazil and we will end the chapter by analyzing the development of deposit values and number of depositors, as well as the impressions reported by members of that institution in the Ministry of Finance reports.

In the **fourth chapter**, entitled “From the Court to the Republic: the last decade of Caixa Econômica da Corte (1880-1889)”, we will analyze the final years of Caixa Econômica da Corte under the administration of the Brazilian imperial government. During this period, a modernization of the statutes of Brazilian savings banks is required due to the reduction in the pace of development that has been present in the last years of the previous decade. We will understand the reasons for these critical last few years, as well as those that were at the helm of the Evaluation Commission for the reform of savings banks. We will end the chapter by analyzing the development of the values collected in the deposit boxes of the Caixa Econômica da Corte in the city of Rio de Janeiro, as well as the flow of depositors in the critical periods of the Empire of Brazil.

The **fifth chapter**, entitled “From the world to the Court: the Caixa Econômica da Corte from an international, national and intra-provincial perspective”, three comparative analyzes are carried out. The first internationally, comparing Caixa Econômica da Corte with some European savings banks (English, Spanish and French), as well as the comparison with other savings banks in America (United States, Puerto Rico and Cuba). More than just comparing the collected volumes, it is important to analyze the models adopted to capture savings and, in some cases, the profiles of savers. The second analysis at the national level, we will cross the growth rates of Caixa Econômica da Corte with other economic indicators such as GDP, price indicators, wages and the balance of trade and payments. The intention is to verify the behavior and the moments of variation in this development of savings collected at Caixa Econômica da Corte with the cyclical behaviors of the Brazilian economy. Still at the national level, we will make a comparison of the development of the provincial savings banks created since 1874 with the Caixa Econômica da Corte both with their volume of deposits raised and with the national average deposits per population in each capital. The intention is to evaluate the growth rates of the provincial savings banks with that of the Caixa Econômica da Corte.

At the end of this chapter, the analysis turns to the province of Rio de Janeiro, the only one that received an expansion of Caixa Econômica branches to the interior towns. The objective is to understand the model adopted for this expansion, taking into account the regionalities, economy and population of each municipality.

In the **sixth and final chapter**, entitled ““The bank of the poor”? The socioeconomic profile of savers of Caixa Econômica da Corte ”, we will question the nickname received by Caixa Econômica da Corte of “The bank of the poor” over the first two decades. For this analysis we will use the lists of new depositors produced during the 1880s, which brought their professions and cross them with the rates of wages and costs of living in the city of Rio de

Janeiro. From this intersection, we can estimate the configurations of the social strata that made deposits at Caixa Econômica da Corte.

Capítulo 1 Do primeiro banco ao primeiro depositante: O sistema financeiro e a economia dos mais pobres no Rio de Janeiro (1830-1860)

Em 1808, uma das primeiras ações do príncipe regente D. João VI quando chegou ao Brasil foi a estruturação da cidade do Rio de Janeiro.⁸⁸ A partir dessa premissa e somada à necessidade de cobrir os custos de instalação da corte, é estabelecido em 8 de agosto de 1808 a fundação do primeiro Banco do Brasil, que seria responsável pela emissão de notas promissórias e moeda lastreadas pelo tesouro português. Portanto, impulsionado pela abertura dos portos e pela revogação do alvará de proibição de fábricas e manufaturas no Brasil, aumentou a moeda em circulação, principalmente na praça carioca, a qual ficaria na responsabilidade de emissão do recente Banco do Brasil.⁸⁹

Além do papel de emissor de moeda, o primeiro Banco do Brasil tinha a permissão de aceitar depósitos, emitir e descontar letras. Sua renda era derivada, principalmente, da comissão coletada por meio das transações individuais ou de agências públicas.⁹⁰ As ações só foram encontrar investidores interessados, principalmente os comerciantes⁹¹, a partir de 1813, principalmente devido ao aumento garantido de dividendos e vantagens oferecidas aos acionistas. Em 1816, por exemplo, as ações do Banco rendiam a 19% ao ano. Esse rendimento era superior à média dos juros cobrados no mercado do Rio de Janeiro à época se comparados aos juros estipulados de 6 a 12% ao ano pelas *Ordenações Filipinas*.⁹²

No entanto, o banco não se sustentou, principalmente devida à incapacidade de manter o lastro de suas emissões. A obrigação de manter a convertibilidade das letras em ouro, os constantes empréstimos ao governo e membros da elite, o retorno do Rei D. João VI à Portugal, esvaziando os cofres do dito banco, foram os principais fatores para que sua licença, firmada de 20 anos em sua criação, não fosse prolongada em 1829.⁹³

⁸⁸ Sobre a transformação de uma cidade colonial em Corte, ver SCHULTZ, Kirsten. *Perfeita Civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821. Revista Tempo*. Vol. 24. Rio de Janeiro. Dez, 2007.

⁸⁹ Cf. PIÑEIRO, Théo L. “Negociantes, independência e o Primeiro Banco do Brasil: uma trajetória de poder e de grandes negócios”. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 8, n.15 Niterói, Rio de Janeiro. p. 71-91, 2003. MULLER, Elisa. *Moedas e Bancos no Rio de Janeiro no século XIX*. 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br> acessado em 02/03/2015 às 15h00min. P. 12.

⁹⁰ MELO FRANCO e PACHECO, Claudio. *Op.cit.*, p.43.

⁹¹ ALMICO, Rita C. S. *Em nome da Palavra e da Lei: Relações de Crédito em Minas Gerais no Oitocentos*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. v. 1. 276p.

⁹² MULLER, Elisa. *Op.cit.* p. 15.

⁹³ Cf. PIÑERO, Théo L. *Op.cit.* Ver também: PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1976. p. 51-52.

A oferta de crédito da praça comercial do Rio de Janeiro não sofreu tantos abalos com a liquidação do Banco do Brasil, uma vez que a oferta de crédito aos particulares se manteve nas mãos de “capitalistas”⁹⁴, enquanto o financiamento público foi coberto pelo aumento da dívida interna fundada desde 1827.

A década de 1830 é conhecida na historiografia brasileira como o “período sem bancos”⁹⁵, porém isso não quer dizer que não houve o surgimento de inúmeras instituições que realizassem empréstimos ou funcionassem, de certa maneira, como prestadores de serviços bancários.

O “período sem bancos” não significava dizer que não houvesse crédito e capacidade de financiamento na praça comercial do Rio de Janeiro. Como exposto, a maior parte desse capital era irradiado por particulares ou concentravam em inúmeras instituições que funcionavam como espécie de bancos.

O número de registros de hipotecas é um dos indicativos de que não houve diminuição da oferta de crédito na cidade do Rio de Janeiro na década de 1830. Pelo contrário, segundo os dados apresentados por Saraiva e Piñero, o total de registros de dívida com hipotecas manteve tendência de crescimento ao longo do período regencial, variando entre 41 no ano de 1830 até 98 no ano de 1838. Outro indicativo desse crescimento do crédito apresentado pelos ditos autores são as execuções de dívidas não pagas. A maior parte dessas execuções de dívidas representavam empréstimos não oficializados, isto é, não registrados em cartórios, e sem lastros de hipotecas. Os autores citam que na década de 1820 apenas 16 processos de execução de dívida foram realizados, enquanto na década seguinte houve 55 processos.⁹⁶

Se bancos não foram criados na praça comercial do Rio de Janeiro, outras instituições de caráter financeiro tiveram desenvolvimento. A *Caixa Econômica do Rio de Janeiro*, fundada em 1831 por iniciativa privada, abria o caminho para outras instituições de depósitos fundadas na dita “década sem bancos”. O pioneirismo da caixa econômica carioca despertou um grande interesse por tal tipo de instituição. A diversificação não tardou e, em meio ao conturbado período regencial brasileiro (1831-1840), desenvolvera várias instituições desse tipo ou semelhantes: a *Caixa Econômica da Bahia (1834-1878)*, *Caixa Econômica de São Paulo*

⁹⁴ Sobre o alto índice do crédito particular no período joanino, ver SOUZA, Elizabeth Santos de. **O mercado de crédito na Corte Joanina: Experiências das relações sociais de empréstimos (c. 1808-1821)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense, 2015.

⁹⁵ Cf. PACHECO, Claudio. **História do Banco do Brasil**. Brasília, Banco do Brasil, 1973. Vol.2 e 3. p.6 e PÉLAEZ, Carlos M e SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES 1976, p. 93-95.

⁹⁶ SARAIVA, L. F; PIÑERO, T. L. “O Mercado de Crédito no Rio de Janeiro. 1821/1850”. **Locus (UFJF)**, v.20. p. 29-50, Rio de Janeiro, 2014.

(1834), *Montepio Geral de Economias dos Servidores do Estado* (1834), *Caixa Econômica da Associação Comercial do Recife* (1834), *Caixa Econômica de Campos dos Goytacazes* (1835-1887), *Caixa Econômica de Ouro Preto* (1838), entre outras.

A década “sem bancos” de 1830 não representou, portanto, a falta de crédito na praça comercial do Rio de Janeiro ou em outras praças comerciais brasileiras. Embora não houvesse bancos, propriamente dito, há indicativos que o crédito crescera em oferta e do surgimento de outras instituições financeiras que operavam capitais de diversas maneiras, suprindo assim a ausências dos bancos. A ação dos particulares e a diversificação de instituições alimentou a expansão do crédito e, por consequência, o mesmo comportamento de crescimento pode ser verificado em praças comerciais próximas do Rio de Janeiro.

A década seguinte representa, em muitos termos, a estabilização do Império brasileiro. O fim do período regencial, a maioria de D. Pedro II e, por volta de 1845, o fim dos últimos conflitos iniciados no Período Regencial se aliarão à vitória política do projeto do Partido Conservador e o desenvolvimento da cafeicultura do Vale do Paraíba. Tentaremos demonstrar que, em algum nível, tais fatores foram influentes na estruturação do sistema financeiro brasileiro, em especial, o da capital do Império ao longo das décadas seguintes.

Dessa forma, não é possível dissociar a formação dos capitais que darão origem aos primeiros bancos brasileiros na década de 1840 do desenvolvimento econômico do império brasileiro, especial dos seus principais produtos de exportação. Da mesma forma, é impossível dissociar o desenvolvimento econômico brasileiro da consolidação do Estado imperial brasileiro e a vitória do grupo conservador, especialmente, os *Saquaremas*⁹⁷.

Nesse capítulo, portanto, é analisado esse ‘desabrochar financeiro’ da praça comercial do Rio de Janeiro a partir da década de 1840 e sua relação com a consolidação do Estado Imperial brasileiro a partir do projeto do Partido Conservador, tendo a Direção Saquarema à frente deste. Bem como a situação da economia popular brasileira no contexto da cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX e, por fim, os desdobramentos da crise de 1864 na economia dos mais pobres da cidade do Rio de Janeiro.

1.1 – O Desabrochar Financeiro na construção do Estado Nacional Brasileiro

Em 1828, poucos anos após a independência, o Brasil despontava como o maior produtor mundial de café. Ao mesmo tempo a principal praça comercial e porto do Brasil, a

⁹⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

cidade do Rio de Janeiro, carecia de instituições financeiras, sendo suprido principalmente por particulares.

Nos anos seguintes, o café se tornaria o principal produto na pauta de exportação brasileira, alcançando o valor de exportação de aproximadamente 24 milhões de libras na década de 1830, valor que quintuplicaria até o final dos oitocentos (aproximadamente 124 milhões de libras na década de 1880), conforme pode ser visto na **Tabela 1.1**

Tabela 1.1 Pauta de Exportações Brasileiras (milhões de libras)

Anos	1821-30	1831-40	1841-50	1851-60	1861-70	1871-80	1881-90
Café	7,4	23,9	24,3	55,4	67,1	116,6	124
Açúcar	10,7	13,3	15	20,9	19,3	24,3	19,5
Algodão	8,1	5,8	4,2	6,2	28,9	17,3	8,8
Borracha	0	0,2	0,3	2,5	5,4	11,3	15,6
Couros, Peles	5,3	4,3	4,9	7,7	9	10,8	6,4
Fumo	1	1	1,1	2,8	4,6	7	5,4
Cacau	0,2	0,3	0,5	1,1	1,4	2,7	3,3
Outros*	5,8	5,8	6,7	10,5	16	15,4	16,5
Total	38,5	54,6	57	107,1	151,7	205,4	199,5

Fonte: IBGE. **Anuário Estatístico 1939/1940.** In: NOGUEIRA, Dênio. *Raízes de uma Nação.* Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988. p. 342, *apud* GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: O Caso da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866).** Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997. *O item 'Outros' consistia em produtos como erva-mate, diamante, ouro, castanha do Pará, madeiras, farinha de mandioca, aguardente e outros produtos, sobre os quais não se dispões de informações estatísticas confiáveis.

A região conhecida como Vale Paraíba, no entorno do Rio de Janeiro, era relativamente pouco ocupada no começo do século dezoito. Em pouco menos de 50 anos o Vale havia se tornado uma região de caráter escravista de *plantation*. Tendo o Vale Paraíba do Sul agido como a área dinâmica que inseriu o Brasil no mercado mundial do café, é impossível desassociar essa inserção ao tráfico ilegal de escravos africanos. A proibição e o combate ao tráfico transatlântico escravos em 1831 se revertera após 1835 com novas ondas de desembarques ilegais de escravizados em diversos portos brasileiros.⁹⁸

Isso só fora possível por meio da ampla coligação da formação de uma *classe senhorial escravista*. A constituição dessa classe senhorial se deu a partir das experiências vividas, identificação e interesses comuns de políticos de origens liberais, moderados e conservadores com mais ou menos relacionados aos aparelhos do Estado Imperial, com os setores

⁹⁸ TOMICH, Dale e MARQUESE, Rafael. "O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café no século XIX". In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial: 1831-1870.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. II, p. 339-383.

agroexportadores no Centro-Sul brasileiro e com comerciantes de grosso trato. Essa coligação foi a base para a formação do Partido Conservador, o qual representaria as diversas vozes pró-escravistas e a conivência com o tráfico ilegal de escravizados africanos.⁹⁹

A origem dessa base política não fora por acaso e muito menos pacífica. A ordem construída após o Grito do Ypiranga se desmoronara poucos anos depois em reflexo das políticas de D. Pedro I. A abdicação e, posteriormente, a regência brasileira marcam o início de quase duas décadas de ameaça à integridade e ordem nacional: diversas revoltas regenciais, revoltas escravas, disputas políticas entre diversos projetos de poder – centralização e federalismo, emancipação territorial dos grupos do Rio Grande do Sul, entre outras.

O balizamento cronológico desse processo não pode ser precisado, mas foi viabilizado entre 1837, marco do início do Regresso Conservador, e 1848 com a derrota da Revolução Praieira, última tentativa de tomada desse processo de construção do Estado Nacional pela armada do Partido Liberal em Pernambuco. Portanto, a construção do Vale, de certa forma, foi o projeto vitorioso dos *Saquaremas* e dependeu de uma série de ações políticas nacionais no intuito de criar condições institucionais para inserir a região e sua produção cafeeicultora no mercado mundial.¹⁰⁰

Nesse íterim de contradições e diversos conflitos sociais são formados o Estado Nacional brasileiro e a classe senhorial, numa relação dialética de formador e formação. Por um lado, segundo Mattos, à medida que a classe senhorial, concentrada no núcleo político do Partido Conservador fluminense, se firmava politicamente na composição do Estado, ela impunha uma direção não somente político-econômica, mas também moral e intelectual, formando um próprio estilo de vida. A partir de então, o processo não se restringia aos

⁹⁹ O conceito de *classe senhorial* é complexo e controverso. É importante esclarecer esse ponto, uma vez que os agentes paternalistas que constituíram as caixas econômicas faziam parte dessa *classe senhorial* ou, ao menos, aspiravam pertencer. Entendemos aqui que, nessa *classe senhorial*, agrega os proprietários de terra, os comerciantes sediados principalmente na Corte e ainda os funcionários públicos que aderem ao projeto. Bem como é entendido por Ilmar Mattos que na *classe senhorial* também pode ser incluso aqueles que, embora não fizessem parte dela, aspiravam pertencer. Mais do que a profissionalização ou hierarquia, as experiências de vida determinavam o pertencimento a essa *classe senhorial*. Ver. MATTOS, Ilmar Rohloff. **Op.cit.**

¹⁰⁰ Idem. É importante ressaltar que esses autores compreendem a construção do Vale Paraíba cafeeiro por meio do conceito de “segunda escravidão”. A “segunda escravidão” compreende a construção de novas áreas escravistas (Vale do Paraíba) e o desenvolvimento de outras já existente (Cuba e sul dos Estados Unidos), isto é, a expansão do escravismo na primeira metade do século XIX, visando o atendimento das demandas de matérias-primas das economias centrais, em especial o algodão, o açúcar e o café. Dessa forma, no entendimento de Tomich, essa expansão da escravidão em decorrência da criação de novos polos econômicos e da demanda das economias centrais consolida uma nova Divisão Internacional do Trabalho, uma vez que os produtos produzidos pelos escravos contribuíam para rebaixar os custos de reprodução do trabalho assalariado nas economias centrais. Sobre isso, ver TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

comerciantes, proprietários de escravos e cafeicultores, mas se estende aos demais grupos, inclusive os subalternos, os quais se espelhavam nesse estilo de vida.¹⁰¹

De outro lado, nessa relação dialética, a classe senhorial utilizava o Estado para se afirmar enquanto hegemônica e efetuar sua expansão, enquanto o Estado a utilizava para a manutenção da ordem interna e da centralização monárquica. Essa constituição de uma classe senhorial contribuiu para a eliminação da desconfiança de outros setores políticos e econômicos em relação ao aparelhamento do Estado, isto é, uma dominação horizontal dentro dos grupos que compunham. No entanto, havia uma segunda expansão, agora vertical, para com o contingente de pessoas livres não proprietárias. Nessa expansão vertical, a Coroa é transformada em um *partido*¹⁰², isto é, reguladora das disputas intraclasse, afastando quem lhes faziam oposição, produzindo, assim, uma homogeneização dos representantes políticos da classe.¹⁰³ Para a Direção Saquarema, núcleo político do Partido Conservador no Rio de Janeiro, não bastava apenas estar no governo do Estado e reprimir qualquer ameaça dos liberais, eles buscavam garantir os privilégios de sua fração de classe, bem como aumentá-los:

Enquanto foi possível, buscaram garantir privilégios dos antigos monopolizadores do tráfico negreiro; recorrendo a meios diversos, incentivaram os plantadores escravistas ligados à expansão cafeeira; por meio de várias medidas, incentivaram a expansão dos negócios de ‘comerciantes e capitalistas’.¹⁰⁴

Esses incentivos aos ‘comerciantes e capitalistas, aos ‘traficantes negreiros’ e aos ‘cafeicultores’ se consubstanciarão, dentre outros fatores, na estruturação de um sistema financeiro moderno que lhes permitissem reproduzir e expandir seus negócios. Portanto, no seio da construção do Estado Nacional brasileiro e sua classe senhorial dirigente se deu o *desabrochar financeiro* do Império¹⁰⁵. A associação nos parece lógica: o desenvolvimento da *commodity* do café, a expansão do tráfico ilegal e, conseqüentemente, a inserção do país no

¹⁰¹ MATTOS, Ilmar Rohloff. *Op.cit.* e SALLES, Ricardo. **E o Vale era Escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008

¹⁰² Sentido GRAMSCI. Em primeiro lugar, a Coroa como um partido figurou como um senso comum, i.e., um conjunto de práticas e ideias da vida social difundidas e partilhadas por muitas pessoas. No caso do Império, significou uma concepção monárquico-representativa, de feitio liberal, mas conservadora, da política, em valor corrente no mundo político. Em segundo lugar, a Coroa como partido desempenhou um determinado papel representado pelo imperador no jogo político. O imperador, assim como o rei medieval, tinha dois corpos: o da ritualística do regime e o da sua intervenção pessoal. Tanto os estadistas quanto o imperador, em sua prática política, contribuíam para a hierarquização das diferenças e dos interesses comuns aos diferentes estratos da classe senhorial. SALLES, Ricardo. **E o Vale era Escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008

¹⁰³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema.** 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004., p .87-88.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 167.

¹⁰⁵ LEVY, Maria Barbara. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IBMEC. 1977.

mercado mundial despertou interesses do capitalismo financeiro, inicialmente o inglês, bem como demandou um sistema que lhes permitissem a reprodução e expansão dos negócios, em especial do crédito¹⁰⁶.

Uma série de medidas institucionais são tomadas em meados da década de 1840, as quais são cruciais para a organização bancária no Brasil. Entre as mais importantes podemos citar: a Tarifa Alves Branco (1844), a Reforma Monetária (1846), a Lei de Terras, a Abolição do Tráfico e o Código Comercial em 1850. Essas medidas compõem a consolidação do Estado brasileiro e são cruciais para o desenvolvimento das instituições financeiras nas praças comerciais brasileiras, em especial a do Rio de Janeiro. Dessa forma, é importante destacar as principais mudanças ditadas por cada uma dessas medidas.¹⁰⁷

A Reforma Tarifária de 1844, conhecida como Tarifa Alves Branco em virtude do ministro da fazenda – Manoel Alves Branco, foi promulgada por meio do decreto nº 376 de 12 de agosto de 1844. A medida foi feita em decorrência do aumento substancial do das despesas do ministério da fazenda e das despesas militares necessárias para a contenção das rebeliões provinciais¹⁰⁸, em especial a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845).¹⁰⁹ O déficit do orçamento público crescente impunha riscos ao projeto de centralização política exercida pela *Trindade Saquarema*¹¹⁰, portanto era necessário reverter esse quadro. O orçamento público do império brasileiro era, em sua maioria, baseado a partir do rendimento das alfândegas e do aumento da dívida interna fundada. Incapaz de aumentar o número de apólices de dívida pública, sem desvalorizar a face dessa moeda, a saída foi o aumento das tarifas de importação. Portanto, a reforma tarifária de 1844 aumentou as tarifas sobre os produtos importados, uma vez que era disparate taxar a exportação dos produtos nacionais, pois prejudicaria a competitividade e contrariaria os interesses da classe senhorial.

Esse protecionismo demonstrou uma maior autonomia do Estado brasileiro, em vias de consolidação por uma direção específica, frente a predomínio inglês, vista anteriormente nos

¹⁰⁶ Sobre a expansão do crédito em meados do século XIX, ver: GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “O Banco Comercial e Agrícola no Império do Brasil: o estudo de caso de um banco comercial e emissor (1858-1862)”. *sÆculum - Revista de História* [29]; João Pessoa, jul./dez. 2013. Sobre a expansão do tráfico e a sua relação com o crédito e a cidade do Rio de Janeiro, ver: PESSOA, T.C.. **O Império da Escravidão: o complexo Breves no vale do café (c.1850-c.1888)**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. 256p.

¹⁰⁷ Para ver outras medidas institucionais, ver PIÑERO, T.L e SARAIVA, L. F. *Op.cit.*

¹⁰⁸ O aumento do déficit público de 4,7% no exercício de 1835-1836 para 93,8% no de 1842-1843. Após a implementação da medida, o país gozará de alguns anos de superávit, sendo encerrados com os efeitos da crise mundial de 1857. Cf. BUESCU, Mircea. *Organização e Administração do Ministério da Fazenda no Império*. Brasília: FUNCEP, 1984. P.98.

¹⁰⁹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel, *op.cit*; p. 65

¹¹⁰ Exponente maior do núcleo político fluminense do Partido Conservador. A trindade era composta pelos conservadores Eusébio de Queiroz, Paulino Soares de Souza e Joaquim José Rodrigues Torres.

tratados de 1810 e 1827.¹¹¹ Ademais, a medida protegeu os estabelecimentos manufatureiros, ainda que incipiente, e estimulou o desenvolvimento de novos.¹¹² Esse efeito secundário da reforma tarifária não era contraditório ao interesse da classe dirigente dos proprietários de terras e escravos. Carlos Gabriel Guimarães evidencia a aproximação e estima do Irineu Evangelista de Souza (futuro Barão de Mauá), um dos expoentes industriais do Brasil em meados do século XIX, com a dita *Trindade Saquarema*.¹¹³

A discussão sobre a necessidade de uma reforma monetária no Império do Brasil não era novidade. Desde a liquidação do primeiro banco do Brasil em 1829, os debates acerca da constituição de um novo banco nacional emissor permeavam o congresso brasileiro. As propostas da reformulação monetária estavam comprometidas em razão da instabilidade político-econômica vivida ao longo do período regencial. Todas as medidas que soassem politicamente centralizadoras eram dificultadas. Dessa forma, apenas a partir do regresso-conservador fora possível, para os saquaremas, propor uma reforma monetária aos seus moldes.¹¹⁴

Na década de 1840, o ministro da Fazenda Manoel Alves Branco não logrou aprovar seus projetos de reforma monetária. Inicialmente propôs uma comissão composta por conselheiros do governo e partidários do movimento regressista-conservador e negociantes nacionais e estrangeiros da praça do Rio de Janeiro. Segundo Carlos Gabriel Guimarães, apesar de não se saber a avaliação dessa comissão referente à situação do meio-circulante e a necessidade de constituição de um novo banco nacional emissor, essa proposta “reforçou a tese de que, por um lado, seus interesses (negociantes nacionais e estrangeiros) deveriam ser contemplados, e por outro, a inserção desse grupo no aparelho de Estado”¹¹⁵. Em 1845, sua proposta de reformulação monetária foi negada pela Câmara dos Deputados.¹¹⁶

Um ano após a fracassada tentativa de Alves Branco, Bernardo Pereira de Vasconcellos – senador do Império, liberal-reformado e um dos principais líderes do movimento regressista – envia um projeto ao Senado¹¹⁷. O projeto acirrou as diferenças entre os liberais e conservadores sofrendo modificações. Os liberais buscavam a aproximação do projeto aos

¹¹¹ Cf. BETHEL, Leslie. A abolição do tráfico de escravo no Brasil. São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp, 1976.

¹¹² OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *Raízes da indústria no Brasil. A pré-indústria fluminense 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992. P. 197.

¹¹³ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *op.cit.*, p.70.

¹¹⁴ PELAEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil*. 2ª Edição. Brasília: UnB, 1981. P. 56-57.

¹¹⁵ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Op.cit.*; p.76.

¹¹⁶ *Ibidem*, p.77.

¹¹⁷ Sobre o movimento regressista, ver: RODRIGUES, Luaia. **O Justo Meio: a política regressista de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1835-1839)** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

moldes da proposta anterior de Alves Branco e defendiam uma maior autonomia provincial acerca da circulação do papel-moeda, enquanto os conservadores mantinham-se favoráveis a centralização do controle desse papel-moeda pelo Estado.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi novamente bastante discutido e colocou à mostra as divergências entre os liberais e conservadores. O projeto foi aprovado com emendas e sancionado através da Lei nº 401 de 11 de setembro de 1846¹¹⁸. Ficava assim promulgado, dentre outras disposições, a paridade oficial de 27 pence por mil-réis, assim, por meio da conversibilidade da moeda brasileira à libra-ouro, o Brasil se comprometia a adoção do Padrão-Ouro.¹¹⁹

[...] ao adotar tal política monetária, o governo imperial *ratificou* o modelo agrário-exportador escravista, tendo o café como principal produto de exportação, como também um maior controle sobre o sistema bancário, em virtude da instituição legal da moeda. [...] o governo imperial passou a controlar as emissões de papel-moeda, de modo a evitar a depreciação do meio circulante. Manter estabilidade do câmbio constituiu-se na condição fundamental para a entrada de capital externo e equilibrar o Balanço de Pagamentos.¹²⁰

A adoção do Padrão-Ouro era desfavorável para países primário-exportadores, como o caso brasileiro, uma vez que, sendo insuficientes em reserva metálica para cobrir os constantes déficits na Balança de Pagamento, precisariam recorrer ao comércio internacional e, portanto, ao financiamento das economias superavitária. Esse financiamento era realizado por meio da importação de mercadorias. Segundo Levy, esse financiamento se tornava um instrumento extra econômico que implicava a capacidade de definição dos termos de troca dos produtos tropicais no mercado mundial pelos países financiadores.¹²¹

Por sua vez, a taxa cambial brasileira manteve-se em desvalorização em relação à libra esterlina por todo o século XIX. No entanto, no período o qual convencionou-se chamar de O Tempo Saquarema (1845/48-1870) a partir da tese de Mattos, a desvalorização do mil-réis em relação à libra esterlina teve um período de grande estabilidade, desvalorizando à taxa cambial de apenas 0,3% ao ano, conforme o **Gráfico 1.1** demonstra¹²².

¹¹⁸ BRASIL, *Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1846* - vol. 001 (p. 70, col. 1). Disponível em <http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=542690>. Acessado em 03 de dez. 2018.

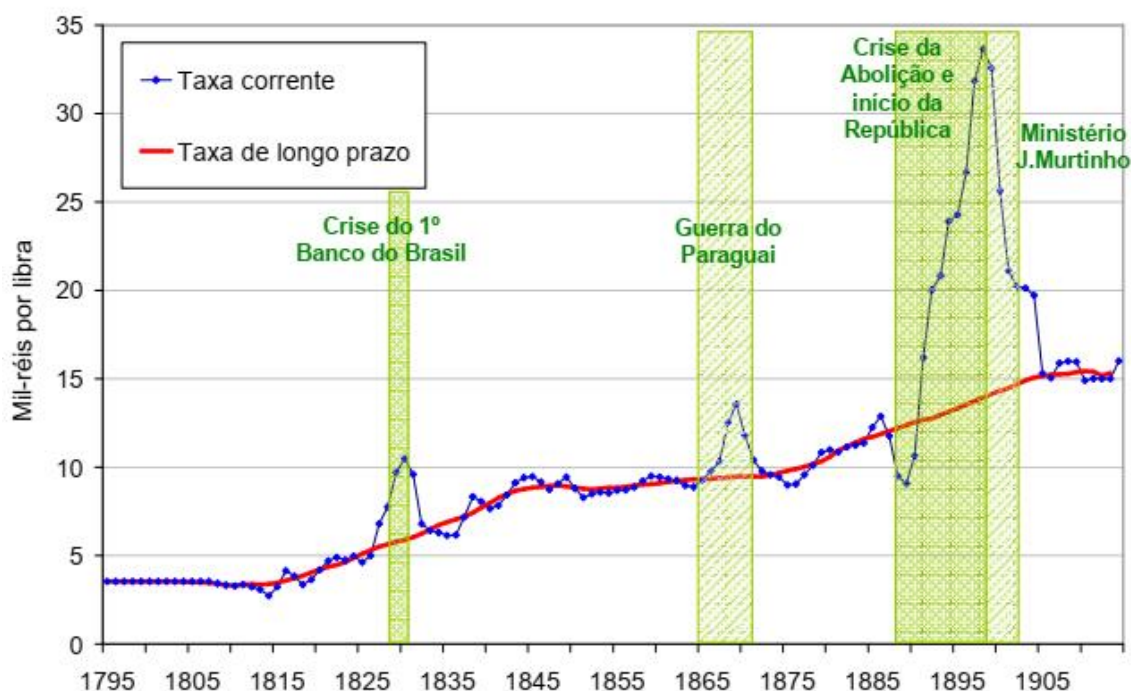
¹¹⁹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Op.cit*; p.81.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ LEVY, Maria Bárbara. *Op.cit*; p. 47.

¹²² MOURA FILHO, Heitor P. de. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). **Cadernos de História**, v.11, nº 15, 2º semestre. Belo Horizonte, 2010.

Gráfico 1.1 - Evolução das relações cambiais mil-réis/libra: taxas correntes e de longo prazo (1795-1913)



Fonte: Dados originais de MOURA FILHO, Heitor P de. *Op.cit*; p.21.

Se tomarmos em comparação com período anterior, isto é, 1795-1845 período que perpassa a chegada da família real portuguesa (1808), a independência brasileira (1822), a liquidação do primeiro Banco do Brasil (1829), o fim do primeiro reinado e a abdicação de D. Pedro I (1831) e todo o período regencial (1831-40), fica evidente a desvalorização cambial da moeda brasileira em relação à moeda londrina.

No período posterior à Guerra do Paraguai (1870), vemos que a desvalorização da taxa cambial teve a média anual de 1,4% perpassando pelos momentos críticos do abolicionismo e crise da escravidão (principalmente na década de 1880), proclamação da República (1889) e Encilhamento (1889-1894).

Se ao longo da década de 1840 observamos, nesse breve resumo, reformas político-econômicas permeadas pela disputa entre liberais e conservadores e, respectivamente, uma disputa entre o federalismo e o centralismo, no ano de 1850 temos a consolidação do Estado nacional brasileiro pelo Partido Conservador, em especial, a já dita Direção Saquarema.¹²³

Ao longo desse ano três grandes reformas institucionais foram implementadas, estruturando o Estado brasileiro e formando as bases da Nação. Essa estruturação garante os

¹²³ Idem.

privilégios da classe senhorial, formada e formadora do Estado, sendo esses privilégios: o controle da terra, da propriedade, do trabalho e das relações mercantis e financeiras. Essa etapa da história do Estado e da Nação brasileira é chamada por Mattos de ‘a recunhagem da moeda colonial’¹²⁴. Essa ‘recunhagem’ implicava a manutenção do centralismo político, do monopólio da força de trabalho e da terra dissimulados por meio de um discurso de ordem, civilização e soberania nacional. A partir desses princípios, poderemos compreender as três grandes reformas institucionais do ano de 1850 que emparelham o Estado e economia brasileira ao mercado mundial capitalista dos oitocentos.

A primeira grande reforma institucional do ano de 1850 foi a promulgação do Código Comercial Brasileiro por meio do sancionamento da lei nº 556 de 25 de junho de 1850¹²⁵. Projetos de um código comercial tinham sido tratados desde a independência em 1822¹²⁶, no entanto, a sua realização só fora possível com a consolidação da vitória saquarema, como aduzido por Guimarães:

A dificuldade de se elaborar e aprovar o Código, assim como das outras medidas como a reforma monetária, estava ligado à questão política acerca da descentralização e centralização política, que marcava a diferença entre os liberais e conservadores, respectivamente. Enquanto não houvesse um consenso entre as frações da classe dominante em torno de um projeto político de Estado, dificilmente o Código Comercial seria aprovado.¹²⁷

Enfim o Código Comercial foi promulgado¹²⁸, tendo uma comissão organizadora composta conservadores, como o membro direção saquarema Eusébio de Queirós (na época Ministro da Justiça) e representantes da praça de comércio como Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Essa aliança representou o que faltara nos anos atrás, um consenso entre as frações da classe dominante.¹²⁹

¹²⁴ Cf. MATTOS, Illmar Rohloff de. *Op.cit.* Capítulo 3 – A Teia de Penélope.

¹²⁵ Sobre o Código Comercial Brasileiro, ver NEVES, Edson A. **Magistrados e Negociantes no Império do Brasil: o Tribunal de Comércio da Corte (1850-1875)**. Tese de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2007.

¹²⁶ Inicialmente uma comissão encabeçada por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, esboçou o plano para um Código Comercial. Já nos primeiros anos da década de 1830, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (futuro Visconde de Sepetiba) configurou novamente uma comissão para elaborar o Código Comercial juntamente com negociantes e comerciantes da praça comercial do Rio de Janeiro. O projeto não foi adiante justamente devido a já citada instabilidade político-social da Regência Brasileira. Sobre os projetos e as comissões, ver GUIMARÃES, *Op.cit*; p. 87.

¹²⁷ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Op.cit*; p. 87.

¹²⁸ Para consultar os artigos do Código Comercial Brasileiro de 1850 acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0556-1850.htm. Acessado em 06, dez. 2018.

¹²⁹ Para ver a análise dos membros da comissão organizadora, ver o Quadro IV – Comissão encarregada de elaborar o Código Comercial (1850) In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Op. Cit.* P. 89.

Dentre inúmeras disposições elencadas pelo Código Comercial, conferindo uma legislação comercial própria para o país, esse novo corpo jurídico legislava a constituição de sociedades anônimas. A organização de sociedades anônimas rapidamente se tornou um instrumento de reunião de capitais para a expansão dos negócios. Em torno de uma sociedade anônima era possível angariar recursos, com responsabilidade limitada a cada acionista, para uma nova seara que, outrora, era devera dispendiosa e/ou com grande risco.

O efeito imediato da legislação de sociedade anônima não foi grande. No entanto, apenas dois anos depois, a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro já registrava uma movimentação diferente. Oito empresas já negociavam suas ações nos pregões da Bolsa, sendo: dois bancos, uma companhia de seguros, quatro companhias de transportes e um clube esportivo. Segundo os dados levantados por Levy, o montante de dinheiro transacionado em ações aumentara em 460% nesse período de apenas dois anos da promulgação do Código Comercial Brasileiro. Utilizando-se de um relatório do Ministério da Justiça, listando todas as ações das sociedades anônimas e comanditas da cidade do Rio de Janeiro entre 1851 e 1865, Levy demonstra que as empresas reuniram um capital aproximado de 236.638 contos de réis. Dessas empresas, cerca de 62% estavam relacionadas ao setor do comércio, tendo os bancos 34,4% de todo o capital movimentado nesse período.¹³⁰ Sobre isso, segundo Levy,

A abertura do capital parecia se adaptar melhor aos empreendimentos bancários, de seguros ou serviços públicos, onde era mais fácil tomar de imediato conhecimento da situação patrimonial e da possibilidade de distribuição de dividendos e bonificações.¹³¹

O efeito do decreto, em toda a década de 1850, é demonstrado por Sebastião Ferreira Soares¹³², no qual apresenta a criação de 74 sociedades anônimas na Corte e mais 50 nas demais províncias entre os anos de 1851-1859, representando um capital total de aproximadamente 530 mil contos de réis na Corte e 62 mil contos de réis no restante do país.¹³³

A abolição do tráfico transatlântico de escravizados africanos foi realizada por meio da promulgação da Lei Eusébio de Queirós de 1850. A promulgação dessa lei foi marcada por uma

¹³⁰ LEVY, Maria Bárbara. *Op.cit.* p. 53.

¹³¹ *Idem.*

¹³² Gáúcho, servira às forças legalistas como 2º Tenente no Corpo de Engenheiros do Exército contra os farroupilhas e, mediante aos serviços prestados tanto militarmente, quanto administrativamente na comissão provincial no processo de “pacificação” organizada por Duque de Caxias. Pelos serviços restados, foi transferido para trabalhar no Ministério da Fazenda ao longo da década de 1850. Ver SOARES, Luiz Carlos. “Sebastião Ferreira Soares e a introdução da ciência estatística no Brasil do século XIX”. **R. IHGB, a. 176 (467):149-182**, abr./jun. Rio de Janeiro, 2015.

¹³³ SOARES, Sebastião Ferreira. **Elementos de Estatística**. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 236 *apud* VITORINO, Artur. *Op.cit.* p. 473.

reação da Direção Saquarema em função especialmente das pressões inglesas abolicionistas, as quais acirravam cada vez mais, principalmente após a intensificação do tráfico ilegal de escravizados africanos para o Brasil pós 1831.

No âmbito do discurso, Eusébio de Queirós, então Ministro da Justiça e um dos líderes da Direção Saquarema, delegou a promulgação dessa lei à questão da soberania nacional, uma vez que dissimulava a imposição inglesa em detrimento de uma decisão brasileira¹³⁴. O discurso do saquarema alegava ainda que, desde a proclamação do Bill Aberdeen (1845), o adensamento do tráfico de escravos e, portanto, um suposto desequilíbrio populacional entre livres e escravos no Brasil ameaçava a soberania nacional. Dessa forma, a ação dos traficantes especuladores e a ameaça dos próprios escravos¹³⁵ colocava em xeque a então construída soberania saquarema, mais do que os próprios canhões ingleses.¹³⁶

A lei trazia um outro sentido para garantir o monopólio da força de trabalho pela classe senhorial. Ao combater o tráfico, contraditoriamente, preservasse a instituição da escravidão em território brasileiro, uma vez que afastava as pressões britânicas, atendendo as suas exigências.¹³⁷

A classe senhorial ainda seria reparada pela intensificação de um fluxo interno, constituindo um verdadeiro mercado interprovincial e intra-regional de trabalhadores, principalmente para abastecer os proprietários de escravos do Vale Paraíba. Essa fundação do tráfico interno representou uma capitalização política dos grupos cafeeiros pelos *saquaremas* ao mesmo tempo que possibilitou uma liberação dos capitais anteriormente investidos no

¹³⁴ Há uma visão tradicional historiográfica depreendida por Leslie Bethel e Caio Prado Jr, na qual o tráfico não se sustentou devido principalmente a insuportável pressão inglesa, uma vez que os ingleses apreendiam navios brasileiros em águas nacionais no final da década de 1840. Robert Conrad e Maria Bárbara Levy alegam outros motivos para além da pressão inglesa, como a grande quantidade de escravos já existente em território nacional e o interesse da bancada nortista brasileira de realizar os capitais disponíveis em forma de escravos de parte de suas regiões em declínio econômico no mercado interno brasileiro. LEVY, Maria Bárbara. *Op.cit.* p.51. REFERENCIAS!

¹³⁵ Sidney Chalhoub reforça o medo do *Haitianismo*, ou seja, uma revolta negra que pudesse ameaçar o Estado Imperial, como um dos fatores mais decisivos da Direção Saquarema para o fim do tráfico. Esse medo era decorrente principalmente das revoltas escravas no Brasil nas décadas de 1830 e 1840, tendo a Revolta dos Malês como sua principal ameaça. Ver. CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹³⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op.cit.* p 213-214.

¹³⁷ Há um grande debate na historiografia sobre as motivações e consequências do fim do tráfico de escravo ilegal brasileiro. Adentrar esse debate não faz parte do objetivo dessa pesquisa, mas apenas compreender como o fim do tráfico afetou as relações econômicas. Indicamos uma série de autores que debatem, a partir de diferentes perspectivas historiográficas, bem como diferentes arcabouços teóricos e documentais, o fim do tráfico de escravos no Brasil: BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil - A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869**. Editora Expressão e Cultura. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1976. MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

comércio negreiro. Da mesma forma, a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850¹³⁸, isto é, a Lei de Terras, a qual legitimou a terra como mercadoria em território brasileiro, foi um projeto aprovado poucos dias depois e articulado com a abolição do tráfico de escravos. Ao instituir que a única forma de aquisição de novas terras e legitimação de antigas era por meio da compra, pondo fim aos conflitos de posse da terra, a lei direcionava a *mão-de-obra* disponível, seja ela livre (livres nacionais, libertos ou imigrantes) ou escrava, na agricultura de exportação.¹³⁹

Alguns autores da historiografia brasileira creditam parte do expansionismo econômico brasileiro de meados do século XIX ao fim do tráfico, uma vez que desloca o capital dos traficantes investido outrora nas embarcações repletas de africanos para outras formas de investimentos¹⁴⁰. Esses autores afirmam essa ideia a partir do relatório da Comissão de Inquérito do Ministério da Fazenda publicado em 1859. Segundo tal relatório:

A extraordinária abundância de capitaes que ficarão sem emprego de 1851 para 1852, em consequência da cessação do tráfico de escravos, a qual deslocou 15 a 20.000 contos. Esta superabundância produziu taes facilidades que, qualquer firma obtinha dinheiro a 5 e 6%. O Thesouro e os Bancos receberam somas avultadas a 3%; resultado ficarem peçados os cofres destes, e sujeitarem-se (os Bancos levianamente) a fazerem descontos por grandes quantias a algumas casas a 4 e 4,5% a prazos de 6 a 12 meses.¹⁴¹

Ainda que não seja possível matizar quantitativamente os valores invertidos do tráfico para os demais setores econômicos, tal argumento é corroborado por uma série de pesquisas recentes: Vitorino defende o argumento de uma transferência quase que direta e intensa dos capitais outrora investidos no tráfico para os setores econômicos urbanos, em especial nos setores creditícios¹⁴²; segundo Marretto, o Barão de Nova Friburgo (Antônio Clemente Pinto), antes de se tornar o rico fazendeiro e investidor em diversos negócios da praça comercial do Rio de Janeiro, atuara como traficantes de escravos no período anterior à ilegalidade (até

¹³⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acessado em 07 de dez. 2018.

¹³⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op.cit.* p. 227-232.

¹⁴⁰ Alguns autores que afirmam essa hipótese de deslocamento de capitais outrora investidos no tráfico de escravos africanos para o eixo econômico e financeiro do Brasil. LOBO, Eulália Maria. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. FRAGOSO, João L. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

¹⁴¹ *Relatório da Comissão de Inquérito Nomeada por Aviso do Ministério da Fazenda de 10 de Outubro de 1859*. Disponível em <http://memoria.org.br/index.php?p=4&b=0>. Acessado em 10/08/2015. P. 104.

¹⁴² VITORINO, Artur. “Política, agricultura e a reconversão do capital do tráfico transatlântico de escravos para as finanças brasileiras na década de 1850”. *Economia e Sociedade*, v. 17, n. 3 (34). P. 463-491. Campinas. Dez. 2008.

1831)¹⁴³; Santos, por sua vez, demonstra a dinamização econômica de uma região da Bahia a partir do tráfico ilegal de escravos, em especial, o desenvolvimento de uma das maiores fábricas têxteis brasileiras no século XIX¹⁴⁴; entre outras¹⁴⁵.

Para outros autores, no entanto, essa explicação de capitais pairando a praça comercial do Rio de Janeiro deve ser sopesada. Maria Barbara Levy, por exemplo, afirma que *parte do capital empregado no comércio negreiro emigrou com a deportação de portugueses traficantes*, isto é, os maiores traficantes de escravos continuaram suas atividades em outros portos, uma vez que, para a mesma autora, seria *pouco provável que os negociantes de escravos viessem a investir pessoalmente em atividades distintas daquelas através da qual fizeram fortuna*. Não obstante, Maria Barbara Levy enaltece a crucial participação dos intermediários, citando Mauá como figura ímpar nesse momento, ao tentar reunir esses capitais dispersos com o fim do tráfico e investi-los no país:

[...] reunir os capitais, que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio, e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter certeza de que aquele fato [a proibição do tráfico] era irrevogável.¹⁴⁶

Enquanto para Carlos Eduardo Valencia Villa, não se pode delegar o crescimento econômico brasileiro de meados da década de 1850 apenas numa suposta capacidade de captar capitais outrora investidos no tráfico. Para o autor, não se pode negligenciar os incrementos dos preços das mercadorias brasileiras destinadas ao mercado internacional, como por exemplo: café, açúcar, fumo e farinha de mandioca¹⁴⁷. O alicerce de sua informação passa pela análise da arrecadação da alfândega brasileira, no qual há um crescimento a partir do ano de 1850, alcançando cerca de 14.000 contos de réis e uma baixa variação nos anos subsequentes,

¹⁴³ MARRETTO, Rodrigo M. “De traficante de escravos a Barão de Nova Friburgo: a trajetória de Antônio Clemente Pinto na primeira metade do oitocentos”. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis/Santa Catarina, 2015.

¹⁴⁴ SANTOS, Silvana Andrade dos. “Nestas costas tão largas: o tráfico transatlântico de escravizados e a dinamização de economias regionais no Brasil (c. 1831 - c. 1850)”. **REVISTA DE HISTÓRIA**, v. 1, p. 1-36, 2018.

¹⁴⁵ Entre outros, ver. MANTUANO, Thiago V. F. **Comendador Antônio Martins Lage: Entre a Navegação e a Operação Portuária no Século XIX**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017. MARINHO, Marcos de B. M. **Escravidão e engenho(s): um estudo sobre o processo de modernização da indústria açucareira de Norte-Fluminense (1850-1890)**. Dissertação defendida pelo PPGHIS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2016. MESQUITA, João Marcos. **O comércio ilegal de escravos no Atlântico: A trajetória de Manoel Pinto da Fonseca, c. 1831 - c. 1850**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

¹⁴⁶ MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, visconde de. **Autobiografia, exposição aos credores e ao público, seguida de O meio circulante no Brasil**. P. apud LEVY, Maria Barbara. *Op.cit.*; p. 51.

¹⁴⁷ VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. **Ao longo daquelas ruas: a economia dos negros livres em Richmond e Rio de Janeiro, 1840-1860**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 400 páginas. p. 193.

mantendo-se acima de 12.500 contos de réis. Em vista disso, para Valencia não se deve *sobre-estimar as causas endógenas, como por exemplo, o fim do tráfico atlântico de escravos para o porto carioca* como causa do crescimento da economia brasileira a partir de 1850.

Compreendemos que ainda não é possível dimensionar o volume de capitais que foram invertidos do tráfico para outros setores econômicos, no entanto, cada vez mais as pesquisas demonstram a dinamização econômica tendo capitais oriundos do tráfico, seja esse no período ilegal ou não. É claro, não se trata aqui do abandono da atividade comercial, em especial o comércio negreiro, para se dedicarem à atividade produtiva, principalmente em busca de prestígio social como fora suscitado Fragoso¹⁴⁸. Muitos desses ex-comerciantes negreiros lograram o prestígio social por meio de títulos de nobreza e grandeza ao diversificaram suas atividades econômicas investindo principalmente nos setores de produtivos (em especial o café), mas também em imóveis, crédito, ações, entre outras atividades ditas ‘capitalistas’ pelos contemporâneos. Não havia atraso, em seu tempo, nas decisões econômicas tomadas por tais agentes. Seus objetivos permeavam o caráter econômico com o moral e social.

Ainda que os capitais disponíveis outrora empregados no tráfico ilegal de escravos africanos não representassem a retomada do crescimento econômico do país, é difícil negar o dinamismo da economia urbana brasileira no pós-1850. O conjunto das medidas apresentadas anteriormente propulsionou uma série de atividades econômico-financeiras, as quais demonstraram impactos positivos nas contas do governo e dos principais agentes econômicos do país.

Para além da instalação de sociedades anônimas, construção de ferrovias, estruturação de novos serviços nas principais cidades e investimentos estrangeiros, principalmente em forma de sociedades bancárias, o principal motor econômico do país apresentava bom desempenho na década de 1850. A cafeicultura brasileira assumia para si a responsabilidade de 51,7% da pauta de exportações brasileira, representando aproximadamente 55,4 milhões de libras de um total de 107,1 milhões. A produção de café destinada à exportação, no ano de 1850, representava 2.485 mil sacas (cada saca tem 60kg), enquanto no ano de 1860, a quantidade era de 3.571 mil sacas (crescimento de aproximadamente 59% na quantidade de sacas). Não só a produção crescera, como também o seu valor de mercado. A saca em 1850 valia 1,57 libras esterlinas, enquanto no ano de 1860 o valor alcançava 2,39 libras por saca (crescimento de aproximadamente 51% no valor).¹⁴⁹ Dessa forma, a principal *commodity* brasileira conduzia a

¹⁴⁸ Cf. FRAGOSO, João L. *Op.cit.*

¹⁴⁹ IBGE. Anuário Estatístico 1939/1940 In: NOGUEIRA, Denio. Raízes de uma Nação. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988. P. 342.

economia do país na década de 1850, auxiliada por medidas, que vinham sendo adotadas desde a década anterior. Essa retomada econômica do país pode ainda ser verificada pelos *superávits* nos exercícios entre 1845 até o ano da crise internacional de 1857¹⁵⁰.

Esses expressivos números da balança de exportação (do café, mas também o açúcar, algodão, couro, borracha etc.) representavam também a vitória da classe senhorial na condução político-econômica do Estado brasileiro¹⁵¹. Essas reformas representaram, portanto, uma contribuição para a integração do país no processo de acumulação e, conseqüentemente, o aparelhamento ao capitalismo industrial inglês, como é afirmado por Levy:

Em síntese, pode-se dizer que foram fruto de necessidades improrrogáveis e da administração de conflitos de interesses entre os diversos grupos sociais que promoveram um rearranjo na composição econômica interna e uma nova rearticulação com o capitalismo inglês.¹⁵²

Compreendemos esse conjunto de medidas como o *desabrochar financeiro*¹⁵³, mais do que estimular a atividade financeira associativa, permitiu o desenvolvimento e estruturação de todo um sistema financeiro (creditício, acionista, captador de capitais etc.) alavancado pelo crescimento da capacidade produtiva dos setores de agroexportação.

Esse *desabrochar financeiro* seria impulsionado ainda mais na década de 1850. Frutos desse período, podemos citar algumas entidades bancárias, como: o terceiro Banco do Brasil em 1851, o quarto Banco do Brasil com a fusão do terceiro Banco do Brasil com o Banco Comercial do Rio de Janeiro em 1854, o Banco Rural Hypotecário do Rio de Janeiro, Sociedade

¹⁵⁰ BUESCU, Mircea. Organização e Administração do Ministério da Fazenda no Império. Brasília, FUNCEP, 1984. P.98.

¹⁵¹ Sobre a tese do triunfo das frações agrárias da classe senhorial em meados do XIX, ver: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair, **Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense (1808-1860)**, 1 ed., Rio de Janeiro, Studio F & S Editora, 1992. PIÑEIRO, Théo L. “Negociantes, independência e o Primeiro Banco do Brasil: uma trajetória de poder e de grandes negócios.” **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói (RJ), v. 8, n.15, p. 71-91, 2003.

¹⁵² LEVY, Maria Barbara. **Op.cit.** p.45.

¹⁵³ Idem. O termo é inspirado pelo o que Maria Bárbara Levy chamou de *desabrochar associativo*. Vale ressaltar o decreto nº 641 de 26 de junho de 1852, no qual o governo brasileiro se compromete a conceder juros de 5% sobre o capital que fosse empregado na construção de caminhos ferroviários e a isenção de impostos de importação sobre material ligados a construção delas. A partir desse *desabrochar associativo* e do decreto nº 641 inauguraram a primeira ferrovia do Brasil – a Estrada de Ferro Mauá com 14,5 km – e anos depois, em 1858, a Estrada de Ferro D. Pedro II com 48 km (nove anos depois alcançava 200 km). Decreto nº 641 de junho de 1852 disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-641-26-junho-1852-558790-publicacaooriginal-80365-pl.html>. Acessado em 07. Dez.2018. Sobre a construção das máquinas de ferro e as ferrovias, ver SILVA, Marcelo Werner da. *A formação de territórios ferroviários no Oeste Paulista, 1868-1892*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008 e EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha Branca de mãe preta: A Companhia de Estrada de Ferro Dom Pedro II*. Petrópolis. Vozes 1980.

Bancária Mauá, McGregor & Cia em 1854 e o Banco Commercial e Agrícola em 1857, entre outros bancos.¹⁵⁴

Acompanhando esse desenvolvimento do sistema financeiro, o debate inglês entre os defensores da *Currency School*, da *Banking School* e *Free Banking School* se configurou em terras brasileiras como a disputa entre *papelistas* e *metalistas*¹⁵⁵. No Brasil, os metalistas assumiam as características da *Currency School* defendendo a estabilidade da moeda a partir da conversibilidade em ouro e a regularização por meio de um banco público central. Enquanto os papelistas, influenciados pela *Banking School*, acreditavam que o purismo dos metalistas era um impeditivo de estrutura financeira moderna, a qual necessitava cada vez mais de moeda. A escassez dessa moeda, seja pela dificuldade logística do transporte ou do lastro metálico, ocasionava em ritmos lentos de desenvolvimento, portanto eram favoráveis à pluralidade emissora para assegurar um fluxo de liquidez monetária.

A segunda metade da década de 1840 foi marcada pela vitória dos metalistas com a adoção do Padrão-Ouro em 1846, bem como o monopólio das emissões a partir da criação de um novo Banco do Brasil em 1853. Ainda que houvesse outros bancos e algumas imponentes casas bancárias¹⁵⁶, o Banco do Brasil funcionava como o regularizador e estabilizador econômico, além da exclusividade emissionista.

Nesse cenário, as casas bancárias se desenvolveram rapidamente cobrindo as lacunas que os bancos não eram capazes, em especial, no fornecimento de crédito, desconto de letras e

¹⁵⁴ Sobre a Sociedade bancária Mauá, Macgregor & Co. ver GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Co. (1854-1866) e da Firma Inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012. Sobre o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro ver _____. “A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro”. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, vol. 2 nº3 – Ago/Dez. 2007. Por fim, sobre o Banco Commercial e Agrícola, ver _____. “O império e o crédito hipotecário: o estudo de caso do Banco Commercial e Agrícola 1858-1861”. *Anais do I Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico*. Disponível em <https://goo.gl/tLRsrc>. Acessado em 11/08/2015.

¹⁵⁵ De um lado, a *Currency School* partir do princípio da balança comercial regular a quantidade de moeda em circulação, além do preço e câmbio de um país. Dessa forma, era necessário a manutenção de uma moeda estável, a qual só seria alcançada com o padrão-ouro, da conversibilidade do papel-moeda e do monopólio emissor. Por outro lado, a *Banking School* prezava pela pluralidade emissora e que o lastro das notas fosse metálico e em papéis. Ainda que acreditassem na necessidade de um banco central com o objetivo de estabilizar a economia, viam na pluralidade bancária a vantagem da concorrência para regularizar a quantidade de moeda emitida e, a partir disso, da própria inflação. Por fim, a *Free Banking School*, como o próprio nome já diz, era a ala mais radical em termos de pluralidade de emissão. Eles defendiam a ausência de uma regulamentação do meio circulante, em especial, de um banco central regularizador. Eatwell, John, Murray Milgate, and Peter Newman, eds. **The New Palgrave, A Dictionary of Economics**. London: Macmillan Press, 1987, 4,103 pp.

¹⁵⁶ As casas bancárias eram importantes instituições financeiras de meados do século XIX, as quais tinham como atividades principais a intermediação do crédito nas praças comerciais. Ao final desse capítulo há uma discussão do funcionamento financeiro dessas instituições na praça comercial do Rio de Janeiro.

captação de economias, como verdadeiras caixas de depósitos, fossem elas pequenas ou grandes.

Até 1857, vigorava, no país, uma política centralizadora, fruto do projeto político do Partido Conservador. A segunda metade da década de 1850 foi marcada por uma forte influência da política papelistas. No contexto político da *conciliação*¹⁵⁷, Pedro de Araújo Lima (visconde de Olinda)¹⁵⁸, conservador e chefe do gabinete, nomeou Bernardo de Souza Franco (futuro Visconde de Souza Franco), membro do partido liberal, para o cargo de Ministro da Fazenda no dia 4 de maio de 1857.

Ao contrário de Rodrigues Torres, centralizador da emissão do meio circulante no banco do governo, Souza Franco era a favor da pluralidade e provincialização da emissão. Esse período, marcado pela assunção de Souza Franco ao Ministério da Fazenda, pode ser considerado uma interrupção ao projeto político e econômico *saquarema*. Ainda que o liberal e o conservador concordassem em algumas pautas, a discordância prevalecia como é afirmado por Gambi:

Embora concordassem que os bancos deveriam ser controlados pelo governo e defendessem a circulação lastreada em metais, Rodrigues Torres e Souza Franco podiam ser considerados antípodas em questões econômicas. A subida de Souza Franco ao ministério da fazenda tem sabor especial porque justamente nessa altura Rodrigues Torres era nada menos que presidente do Banco do Brasil. Não é difícil imaginar o acirramento do conflito entre o banco e o governo. De fato, o banco da Ordem (Banco do Brasil) estava ameaçado e o projeto político saquarema seria interrompido, pelo menos no que diz respeito ao aspecto econômico.¹⁵⁹

A reforma de Souza Franco teve como fruto o fim do monopólio emissionista do Banco do Brasil, além de prever o desenvolvimento do crédito para indústria, comércio e agricultura por meio da criação de diversos estabelecimentos bancários.

Em um primeiro momento, a reforma significou um aumento do crédito disponível, em especial, na praça comercial do Rio de Janeiro. A queda da taxa de juros foi de 11% para 8% ao ano e, de agosto de 1857 até fevereiro de 1858, apenas seis bancos receberam a permissão de emitir notas em todo o império.

¹⁵⁷ Ver FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 10ª edição. São Paulo: Globo, 1996.

¹⁵⁸ Nascido em Pernambuco no ano de 1793, Pedro de Araújo Lima

¹⁵⁹ GAMBI, T. F. R. **O banco da Ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-1866)**. 1. ed. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2015. v. 1. 546p. P.20.

A política papalista de Souza Franco encontrou seu limite com a primeira grande crise capitalista de alcance mundial em 1857. O aumento das exportações de cereais russos desequilibra a oferta de *commodities* no mercado, fazendo os preços diminuírem significativamente. Esse desequilíbrio é sentido nas principais bolsas da Europa e dos Estados Unidos, o que provoca uma reação em cadeia.¹⁶⁰

Essa reação em cadeia atinge o Brasil pela cobrança dos banqueiros ingleses, os quais exigiam que parte das dívidas fossem saldadas imediatamente. Dessa forma, há uma forte fuga de divisas que abala recente estrutura financeira brasileira de meados do século XIX.

A crise internacional também afetara as exportações brasileiras. Foi a primeira vez que a exportação de sacas de café diminuiu em relação ao ano anterior desde 1852. O Brasil exportou 2.099.780 sacas de café em 1857. No ano seguinte esse número caiu para 1.830.438. Acompanhando a diminuição da exportação, os bancos aumentaram a taxa de desconto de 8,5% em 1857 para 10% em 1858.¹⁶¹ Ademais, tomando o Banco do Brasil para verificar os efeitos da crise de 1857, podemos verificar que os valores de suas ações caíram significativamente de 108\$000 réis em 31 de dezembro de 1857 para 70\$000 em 26 de agosto de 1858.¹⁶²

A crise afetou os bancos brasileiros, fazendo-os a parar com as emissões. A queda no câmbio levou, em especial pelo Padrão-Ouro estabelecido, ao escoamento de ouro e prata para o exterior¹⁶³. Essa fuga do lastro metálico desmonetizava o país e causava a elevação dos preços. Os bancos aumentaram suas taxas de descontos, enquanto o Banco do Brasil suspendia o troco de suas notas em metal para evitar mais escoamento da moeda metálica. No entanto, isso fez as casas bancárias aumentarem seus descontos, dificultando cada vez mais o crédito e liquidez no comércio¹⁶⁴.

A percepção de Souza Franco era que o câmbio voltaria a paridade quando as exportações brasileiras se recuperassem. Uma vez que o Banco do Brasil havia suspenso todas as operações de sustentação do câmbio em 1858, Souza Franco recorreu ao Banco Mauá, MacGregor & Cia. para tornar possível a recomposição da liquidez e a possível superação da

¹⁶⁰ A falência da *Ohio Life Insurance and Trust Company* em agosto de 1857 é o marco do auge da crise capitalista de 1857. O pânico criado se estendeu pelo Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Escandinávia. Como consequência do pânico houve falências bancárias, contração creditícia, aumento das taxas de descontos mundiais e falências de empresas. Cf. KINDLEBERGER, Charles Poor e ALIBER, Robert Z. *Manias, pânico e crises*. Tradução Eduardo Kraszczuck; revista técnica Paulo Gala. – 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

¹⁶¹ GAMBI, T.F.R. *Op.cit.*, P. 190.

¹⁶² VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. *Ao longo daquelas ruas...* P. 246.

¹⁶³ As taxas de câmbio variavam entre 28 e 23,5 pence por mil réis. Ver ANEXO 1.

¹⁶⁴ GAMBI, T. F. R. *Op.cit.* p. 255.

crise¹⁶⁵. Isso significou a substituição da unidade emissora do banco do governo para a pluralidade.

No entanto, a oposição à política de Souza Franco ganha força e o responsabiliza pela depreciação cambial. As críticas foram ainda mais severas ao ministro. Na Assembleia Geral, seus opositores o acusavam de promover a agiotagem e especulação, bem como privilegiar um banco privado¹⁶⁶.

A pressão sobre o ministro aumentava cada vez mais e todas as suas políticas adotadas eram alvos de críticas pela oposição. Souza Franco era colocado como o principal culpado pela manutenção da desvalorização cambial ao privilegiar a emissão de papel-moeda. Além disso, os conservadores afirmavam que, além da crise internacional, o Brasil passava por uma verdadeira desordem monetária.¹⁶⁷

Sem o apoio do imperador, sem grandes resultados no controle da desvalorização cambial e com uma forte oposição saquarema, o gabinete de Souza Franco se tornava insustentável. Dessa forma, no final do ano de 1858, Souza Franco fora substituído por Torres Homem, membro do Partido Conservador e defensor do metalismo e do centralismo bancário. Novamente os Saquaremas assumiam o Ministério da Fazenda.

Em vista da desordem monetária que perdurava no Brasil, em junho de 1859, Salles Torres Homem, membro do partido conservador e ministro da Fazenda, encaminhou o projeto de lei nº 50 à Câmara dos Deputados que, dentre outras disposições, obrigava os bancos a lastrearem suas emissões em ouro. Esse projeto estava aliado com a reclamação do presidente do Banco do Brasil à época – Visconde de Itaboraí – alegando que o banco nacional só se desenvolveria se retornasse as condições anteriores às reformas de Souza Franco, isto é, acabando com a pluralidade bancária.¹⁶⁸

Apesar das inúmeras críticas de homens de negócios e outros banqueiros (dentre eles o Barão de Mauá), o projeto foi aprovado por uma pequena margem de votos. No entanto, a pressão política em cima de Torres Homem fez com que o Imperador trocasse o ministério pelo também conservador Silva Ferraz.

Tendo Angelo Muniz Silva Ferraz na pasta do ministério da Fazenda e presidente do conselho de ministros, o projeto de lei nº 50 foi prosseguido para o Senado, o qual foi discutido

¹⁶⁵ Guimarães, **A presença inglesa nas finanças.**, p. 223.

¹⁶⁶ GAMBI, T.F.R. *Op.cit.* p. 257.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças...**; P. 195.

somente no dia 9 de julho de 1860. Sem maiores sanções, o projeto foi aprovado para o governo, sendo promulgado como Lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860¹⁶⁹.

A política restritiva de emissão de moeda era clara nas disposições da Lei nº 1.083. A lei ficou rapidamente conhecida como *Lei dos Entraves*, uma vez que os negociantes da praça comercial do Rio de Janeiro a creditavam as dificuldades para gerir seus negócios. Carlos Gabriel Guimarães destaca alguns pontos principais da lei, sendo eles:

I) os bancos criados por decretos do poder executivo – período Souza Franco –, ficavam proibidos de emitirem sob a forma de notas ou bilhetes ao portador (vales bancários), “quantia superior ao termo médio de suas emissões operadas no decurso do primeiro semestre do corrente ano”, enquanto não se mostrassem capazes de reembolsar os vales em ouro; caso não consigam efectuar tal operação, os bancos entrariam em liquidação – *Artigo I*; II) o maior controle para a constituição de sociedades anônimas, que além de dependerem da autorização do governo, conforme constava no Código Comercial, passaram também a depender da aprovação da Assembleia Legislativa – *Artigo 2*.¹⁷⁰

Em outras palavras, a *Lei de Entraves* representava o retorno ao padrão-ouro e dificultava a expansão do sistema financeiro brasileiro, principalmente dos bancos e sociedades anônimas nacionais. Essas restrições despertaram os interesses do capital financeiro inglês que constituíram dois bancos na praça comercial do Rio de Janeiro (London and Brazilian Bank Limited em 1862 e The Brazilian and Portuguese Bank Limited em 1863).¹⁷¹

Em contrapartida, os bancos nacionais *Comercial e Agrícola* e *Rural e Hipotecário* perderam seus privilégios de emissão, enquanto o *Comercial e Agrícola* foi liquidado. Houve uma contração da liquidez seguida por uma alta nas taxas de juros, o que ocasionou uma sequência de falências.

A entrada do capital inglês em peso no Brasil criou uma concorrência desigual. Uma vez que os bancos estrangeiros, em especial falo dos ingleses, tinham a vantagem do lastro em moeda conversível, a facilidade de trabalhar com o câmbio e a capacidade de reunir recursos externos, os bancos brasileiros não conseguiam enfrentar tal concorrência. A Lei dos Entraves demonstrava, portanto, um acirramento na instabilidade do mercado, tornando os bancos brasileiros cada vez mais vulneráveis.

Os efeitos imediatos da lei dos Entraves. no sistema financeiro brasileiro representaram a falência de 105 casas comerciais no Rio de Janeiro, mais que as falências (90 no total) um

¹⁶⁹ BRASIL, Lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM1083.htm. Acessado em 18, dez. 2018.

¹⁷⁰ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças...**; P. 198. Grifos no original.

¹⁷¹ Ibidem, P. 199.

ano após a eclosão da crise de 1857. Para evitar uma crise ainda pior, o Banco do Brasil interveio ao injetar 22 mil contos de réis como empréstimo para uma das maiores casas bancárias do Rio de Janeiro – a A.J. Alves Souto & Cia.

A recente estrutura financeira brasileira já havia sobrevivido a diversas crises desde a instauração do primeiro Banco do Brasil na chegada da família real no começo do século XIX. A intervenção do Estado era recorrente e decisiva no tratamento das consequências dessa crise para resguardar ou remediar as situações instituições de crédito, fundamentais para expansão da agricultura.

Até agora vimos as consequências das crises para tais instituições creditícias e nos aspectos conjunturais do país, no entanto, nosso foco são os mais pobres ou, como era dito na época, as “classes menos abastadas”. Dessa forma, os dois pontos a seguir tratarão de analisar o cenário desses mais pobres na cidade do Rio de Janeiro em diferentes momentos até meados do século XIX, em especial, nos momentos de crise econômica.

1.2 – O Rio de Janeiro e a economia dos mais pobres em meados dos Oitocentos

No final da metade dos oitocentos, a cidade do Rio de Janeiro, capital do império brasileiro, apresentava transformações urbanas que, a médio prazo, estratificaria as diferentes camadas da população que ali viviam. Ao longo da primeira metade do século XIX, em especial de 1821-1838, as freguesias da Glória, Botafogo e São Cristóvão tiveram um significativo crescimento habitacional em decorrência da abertura e preservação dos caminhos que ligavam tais locais ao antigo centro carioca. Da mesma maneira, as freguesias de Santana e Santa Rita, localizadas próximo ao antigo centro da cidade, demonstram aumento populacional. Maurício de Abreu implica que esses espaços começam a demonstrar uma estratificação social, no qual as camadas mais ricas da sociedade, isto é, aquelas com maior poder de mobilidade, começam a se afastar do antigo centro, enquanto as camadas mais pobres permaneciam ou se expandiam para regiões próximas dos locais de concentração da oferta de trabalho.¹⁷²

O centro da cidade começa a tomar ares de uma cidade moderna. Suas ruas, inicialmente com a da Candelária, são calçadas de paralelepípedos e a iluminação a gás é inaugurada por meio da iniciativa a empresa do Barão de Mauá em 1854. Alguns anos mais tarde, em 1862, o

¹⁷² ABREU, Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1988. P. 37.

centro do Rio de Janeiro se torna a quinta cidade do Mundo a possuir uma rede sanitária administrada pela empresa inglesa *Rio de Janeiro City Improvements Company Limited*¹⁷³. Nota-se também a inauguração do serviço de barcas a vapor do sistema *ferry* em 1862 por meio de investimento norte-americanos desenvolvendo o fluxo de passageiros e mercadorias entre os dois lados da Baía de Guanabara¹⁷⁴.

Dentre as diferentes modernizações que a cidade do Rio de Janeiro vivia, é interessante notar a construção, cada vez mais clara, das contradições entre o moderno e a pobreza, principalmente no centro comercial-financeiro da cidade. Sem nenhum poder de mobilidade, as camadas sociais mais pobres, em sua maioria negros livres ou escravos, precisavam se manter próximo à oferta de trabalho, isto é, a área central. Segundo Maurício de Abreu, a solução encontrada pelos mais pobres foi a habitação coletiva, também conhecida como *cortiços*. Esses cortiços abrigavam um grande contingente de habitantes, em situação muitas vezes insalubre, e eram *palcos* de epidemias de febre amarela e *cólera morbus* (como em 1849-50).¹⁷⁵

Em termos demográficos na cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XIX, especificamente 1849, viviam cerca de 156 mil livres e 110 mil escravos.¹⁷⁶ Isso significa dizer que aproximadamente 40% das pessoas do município do Rio de Janeiro eram escravos, enquanto dessas 266 mil pessoas que viviam na cidade em meados do século XIX, Manolo Florentino calcula que 74 mil eram africanos, sendo estes livres ou não.¹⁷⁷ Entretanto uma década mais tarde, o efeito da abolição do tráfico transatlântico de escravos já era sentido pelos transeuntes na cidade carioca, como é afirmado por Soares:

Em 1860, portanto, dez anos após o fim do tráfico, o contemporâneo Sebastião Ferreira Soares ao se referir aos “transportes e outros misteres do tráfico e labutação da capital”, que outrora despendiam-se grande número de escravos de ganho, já eram realizadas, em grande parte, por trabalhadores livres e podia-se ver muito bem um “menor número de escravos obstruindo as ruas”.¹⁷⁸

¹⁷³ Ver SILVA, Sandrine A. B. da. **A constituição da capital imperial enquanto projeto unificado: o desenvolvimento do saneamento (1843-1865)**. Trabalho de conclusão de Curso. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.

¹⁷⁴ Ver SANTOS JUNIOR, Edilson N. **Sobre as águas da Guanabara: transporte e trabalho no Rio de Janeiro do século XIX (1835-1845)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

¹⁷⁵ ABREU, Maurício de. *Op.cit.* P. 42.

¹⁷⁶ LOBO, Roberto Haddock. *Reflexões acerca da mortalidade da cidade do Rio de Janeiro em todo o ano de 1847*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. 1848. p.16

¹⁷⁷ FLORENTINO, Manolo. “Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”. IN: *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 2005, p. 335

¹⁷⁸ SOARES, Luiz Carlos. *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj - 7 Letras, 2007. p. 124

A expansão econômica do Império brasileiro ao longo de meados da década de 1840 e início da década de 1850 não foi percebida apenas pelos grandes agentes econômicos. A alta dos preços das mercadorias no contexto internacional foi acompanhada pelo aumento do preço do trabalho. Um dos indicadores desse aumento é o maior número e participação das agências de intermediação de trabalhadores – conhecidas como *casas de comissão*. Carlos Eduardo Valencia Villa demonstra que, a partir de 1856, as casas de comissão assumiram uma parcela significativa do mercado de trabalho da cidade do Rio de Janeiro. O Largo de São Francisco, a Rua do Ouvidor, a Rua Direita e a da Candelária era o núcleo mais denso de oferta de trabalho, ligada diretamente às casas de comissão e, portanto, a oferta de escravos para venda. Enquanto, fora desses núcleos, a oferta de trabalhadores, não especificado se livre ou não, predominava e se espalhava pelo restante da cidade. A oferta de trabalhadores no cenário carioca acompanhou o dinamismo econômico da capital do Império brasileiro na década de 1850. Valencia cita que, dentro da amostragem trabalhada em sua pesquisa, o número de anúncios de oferta de trabalho na praça comercial do Rio de Janeiro cresceu 4,31 vezes entre 1840 e 1856 e considerando apenas o a primeira metade da década de 1850 (até exatamente o ano de 1856), o crescimento representou 62%.¹⁷⁹

Sobre o comportamento do mercado de trabalho carioca, Valencia evidencia que tal mercado se transformou a partir de 1850 no tocante da maior oferta de contratos de trabalho do que da venda de escravos. Não somente a oferta de trabalho aumentou, mas também o preço do trabalho alugado. Dessa forma, os salários nominais e reais dos trabalhadores foram elevados. O autor complementa que

essa transição não quer dizer necessariamente do trabalho escravo para o livre, pois uma parte do trabalho alugado era feito por cativo; mas, ainda mais importante, porque a venda de trabalhadores não diminuiu, o que aconteceu foi o número do que procuravam contratos aumentou.¹⁸⁰

No entanto, a década de 1850 fora uma década inflacionária. Os preços dos alimentos básicos para a população mais pobre aumentaram significativamente. Valencia demonstra que os preços dos alimentos que compunham a dieta básica dos mais pobres oscilaram bastante, tendo alguns deles duplicado de valor. Esse aumento dos preços, cerca de 62% no custo total diário da alimentação, impactava significativamente as finanças dos mais pobres e, é claro,

¹⁷⁹ Para a localização e densidade da oferta de trabalho em 1856, Ver Ilustração 4.2. In: VALENCIA, Carlos Eduardo Villa. *Op.cit.* p. 195.

¹⁸⁰ VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. *Economia dos negros livres...* P. 201.

dificultava a sua capacidade de acumulação¹⁸¹. No entanto, Valência demonstra que essa relação não é tão simples no cenário carioca oitocentista, pois os pobres *podiam ser parte dos fornecedores de alimentos e, por essa via, tinham a oportunidade de compensar, ou mesmo aproveitar os incrementos nos preços para melhorar suas finanças*¹⁸².

Outro fator significativo para compreender o ritmo da economia popular brasileira, nesse caso, em especial, a carioca, é por meio da análise da capacidade de poupança. À título de comparação, tomamos os dados da Caixa Econômica do Rio de Janeiro (1831-1859), uma das maiores instituições de depósitos na praça comercial do Rio de Janeiro em sua época, podemos perceber que a poupança popular demonstrou crescimento nos primeiros anos da década de 1850, acompanhando esse dinamismo da econômica carioca de meados dos oitocentos. Se os últimos 6 anos (1845-1850) essa instituição demonstrara um movimento de depósito de cerca de 566 contos de réis, nos 6 primeiros anos da década de 1850 (1851-1856) foram depositados cerca de 1.185 contos de réis, ou seja, um aumento considerável de cerca de 47%.¹⁸³ Vale ressaltar que esse crescimento da Caixa Econômica do Rio de Janeiro nesses não pode estar desassociado ao incremento das rendas dos mais pobres observados anteriormente.

A crise econômica internacional de 1857 teve efeitos severos no Brasil, interrompendo o dinamismo econômico observado nos anos anteriores¹⁸⁴. Os credores ingleses pressionaram o país ao não conceder novos prazos e exigindo o pagamento dos débitos. Como o país havia adotado o Padrão-ouro por meio da Reforma Monetária de 1846, a moeda metálica começou a sair em grande escala.¹⁸⁵

No entanto, a nossa preocupação maior é compreender os reflexos dessa crise entre as camadas mais pobres da sociedade brasileira, em especial a carioca. No que se refere oferta de trabalho, Valência afirma que a crise pouco modificara a relação de procura e oferta na praça do Rio de Janeiro, mantendo as *casas de comissão* como principais intermediadores de trabalhadores no Rio de Janeiro, principalmente em sua parte central. No entanto, os dados de Valência demonstram que as *casas de comissão* intensificaram a intermediação de contratos de

¹⁸¹ Ibidem, p. 203.

¹⁸² Ibidem, p. 205.

¹⁸³ ALVARENGA, Thiago de Oliveira e SARAIVA, Luiz Fernando. *Op.cit.* P. 19.

¹⁸⁴ Sobre a Crise Internacional de 1857 e seus efeitos em diferentes praças comerciais pelo mundo ver: DAVID, Lance e CULL, Robert. “International Capital Movements, Domestic Market and American Economic Growth, 1820-1914”. P. 733-812 In: *The Cambridge Economic History of the United States. The Long Nineteenth Century*, vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press. KINDLEBERGER, Charles Poor e ALIBER, Robert Z. *Manias, pânico e crises*. Tradução Eduardo Kraszczuck; revista técnica Paulo Gala. – 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

¹⁸⁵ As remessas cambiais totais feitas para Londres entre 1856 e 1857 aumentaram aproximadamente 76%, enquanto só a província do Rio de Janeiro foi responsável por 68% do aumento das remessas totais para Londres. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças**. Tabela 15.

trabalho em detrimento da venda de cativos, aumentando 54% o número desses anúncios entre 1856 e 1860.¹⁸⁶

Os preços dos alimentos oscilaram, mas não se modificaram substancialmente, enquanto os salários se estabilizaram ou tiveram um pequeno aumento. No que tange aos pequenos negócios¹⁸⁷, Valencia confirma que a crise de 1857 gerou fortes flutuações entre o primeiro trimestre de 1858 e o primeiro de 1859 e a maior queda desses negócios em 20 anos no segundo trimestre de 1859¹⁸⁸.

Ainda que na sociedade carioca que predominassem lógicas não capitalistas, os negócios dos mais pobres, isto é, o que podemos chamar de economia popular, sofriam influências diretas de outros mercados, inclusive internacionais. Com a crise de 1857 não fora diferente. Seus efeitos nas exportações brasileiras e, conseqüentemente, ao recente sistema financeiro brasileiro acarretou oscilações nos preços, salários e rendas, ou seja, na vida dos mais pobres. A forma de lidar com os efeitos peremptórios de crises e expansão econômica é o que permite os mais pobres economizarem. As classes mais abastadas podem investir em alto risco e sobreviver se seus investimentos não se realizarem, no entanto, os mais pobres não podem errar, uma vez que seus erros podem ser literalmente fatais.¹⁸⁹

No que tange à capacidade de poupar dos mais pobres, novamente recorremos à instituição de depósitos da Caixa Econômica do Rio de Janeiro (1831-1859). À época da crise mundial de 1857, os depósitos na Caixa Econômica do Rio de Janeiro apresentavam um balanço deficitário¹⁹⁰. A crise diminuíra os valores das apólices de dívida pública e, aliada à Tarifa Alves Branco aumentaram o risco dos títulos brasileiros negociados na capital inglesa em torno de 26,7%, segundo Summerhil¹⁹¹. A desvalorização dos títulos de dívida pública, único patrimônio da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, levava ao parecer favorável de dissolução da mesma em meados do ano de 1857. Portanto, ainda no primeiro semestre do ano de 1857, a Caixa teria se desfeito de 448 apólices de dívida pública em condições desfavoráveis. Embora a Caixa

¹⁸⁶ Ibidem, P. 259-260. O negócio de aluguel de escravos era uma atividade bastante recorrente no Rio de Janeiro. Os proprietários de escravos postos para alugar costumavam escrever anúncios nos jornais, mas também podiam optar pelas *casas de comissão*. Cf. ENGEMANN, Carlos. Um barão e seus escravos: estratégias administrativas e comunidade escrava nas fazendas do Barão de Santa Justa (Rio de Janeiro, 1873-1884). **História Econômica & História de Empresas**, [S.l.], v. 13, n. 1, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaabphe.uff.br/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=7>>. Acesso em: 13 Jul. 2015.

¹⁸⁷ Valores até 1:000\$000 réis (um conto de réis).

¹⁸⁸ VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. **Ao longo daquelas ruas...** P. 268. Tabela 5.11.

¹⁸⁹ No capítulo 6 da tese é feita uma discussão sobre os pobres e a pobreza no Rio de Janeiro.

¹⁹⁰ ALVARENGA, T. SARAIVA, L.F. *Op.cit.* p. 445.

¹⁹¹ Ver SUMMERHIL, W.R. **Inglorious Revolution. Political Institutions, Sovereign Debt, and Financial Underdevelopment in Imperial Brazil**. New Haven: Yale University Press, 2015.

Econômica do Rio de Janeiro tivesse mantido suas atividades, o ano de 1857 marca o início do seu fim, pois os déficits foram recorrentes a partir de então.¹⁹²

Sobre crise de 1857 e seus efeitos na economia popular, Valencia concluiu que os mais pobres buscaram *ganhar liquidez mediante o aumento de seu endividamento e redução dos empréstimos que concediam*¹⁹³. Ademais, o final da década de 1850 representa o desenvolvimento das *casas bancárias*, intermediadoras entre negociantes, bancos e produtores, ao mesmo tempo que eram verdadeiras caixas de depósitos, angariando grande parte da economia popular em forma de poupança.

Compreendemos que a economia popular não teve relação direta com a crise e seus efeitos no país, ao contrário da crise que estaria por vir no ano de 1864, a qual, como veremos a seguir, teria maiores consequências na praça comercial do Rio de Janeiro e mais influência na economia popular.

1.3 – A Crise do Souto e seus efeitos na economia dos mais pobres

Crise! Crise! Crise! Tal foi o grito angustioso que se ouviu, durante a semana passada, de todos os peitos da população e de todos os ângulos da cidade. A fisionomia da população exprimiu sucessivamente o espanto, o terror, o desespero, - conforme cresciam as dificuldades e demorava-se o remédio. Era triste o espetáculo: a praça em apatia, as ruas atulhadas de povo, - polícia pedestre a fazer sentinela, polícia equestre a fazer correrias, - vales a entrarem, dinheiro a sair, - vinte boatos por dia, vinte desmentidos por noite, - ilusões de manhã, decepções à tarde, - enfim uma situação tão impossível de descrever como difícil de suportar, - tal foi o espetáculo que se apresentou no Rio de Janeiro durante a semana passada”.¹⁹⁴.

Os bancos e seus intermediadores – as casas bancárias – despontavam cada vez mais no cenário da cidade do Rio de Janeiro, fazendo parte da urbe carioca e clamando pelos negócios dos homens e mulheres que transitavam pelas ruas. Gradativamente, ao longo do século XIX, o sistema financeiro brasileiro percebia a importância de abrir suas portas ao pequeno agente econômico, como forma de alavancar substancialmente seus lucros. Dessa forma, a década de 1840 marca o início da proliferação de casas bancárias como instituições creditícias, as quais,

¹⁹² ALVARENGA, T. SARAIVA, L. F. *Op.cit.* p.448.

¹⁹³ Ibidem, P. 286.

¹⁹⁴ ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Pedir e emprestar: o mercado do crédito em uma comunidade cafeeira. Cedeplar-UFMG. **XIV Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina, 2010. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A067.pdf . Acesso em: 01 jul. 2015. P.6.

gradativamente, substituíam o crédito dos particulares – negociantes, comerciantes, *capitalistas*¹⁹⁵.

O ano de 1864 foi marcado por uma das maiores crises financeiras da história do Brasil pré-republicano. A crise financeira ocorrida na corte foi sentida principalmente em províncias que comunicavam diretamente com o porto carioca e dependiam dos bancos credores, uma vez que causou abalos na estrutura financeira do país concentrada na praça comercial do Rio de Janeiro¹⁹⁶. A crise ocorrida em setembro de 1864 ficou conhecida como *Crise do Souto*, pela falência de uma das maiores casas bancárias do Rio de Janeiro – *A.J Alves Souto*, e é um tema bastante estudado na historiografia econômica brasileira do século XIX¹⁹⁷.

É necessário esclarecer que não pretendemos nos alongar nos efeitos da crise na economia nacional, pois não é o que nos compete nesse trabalho, mas sim sobre as pessoas, em especial os *pequenos credores* que investiram nas casas bancárias na corte e, no momento da quebraadeira, viviam a preocupante situação de não conseguir reaver suas economias.¹⁹⁸

O testemunho de Machado de Assis, escritor e jornalista no *Diário do Rio de Janeiro*, poucos dias posteriores à falência da A.J. Souto, descrevia o espetáculo de pavor que se assistia nas ruas da cidade, onde tudo se anunciava e nada se confirmava, de tal forma que uma verdadeira desconfiança pairava sob a população. O pânico gerado sobre a população carioca não pode ser contido, aqueles que possuíam negócios no sistema financeiro correram até as portas de suas agências para garantir seus valores.

Pouco foi feito para lidar com esse pânico. Meses depois, no ano de 1865, uma comissão foi criada pelo governo imperial para analisar e compreender as causas da crise que abalara a praça comercial do Rio de Janeiro. Essa comissão foi formada por nomes com experiência financeira, como: Ângelo Moniz da Silva Ferraz, José Pedro Dias de Carvalho e Francisco de

¹⁹⁵ RYAN JUNIOR, Joseph James. **Credit where Credit is Due**: Lending and Borrowing in Rio de Janeiro, 1820-1900. 2007. Tese (Tese em História), University of California, Los Angeles, 2007. P. 143.

¹⁹⁶ ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Op.cit.* P.6.

¹⁹⁷ Cf. VILLELLA, André. Tempos Difíceis: Reações às Crises de 1857 e 1864 No Brasil. **Anais Do III Congresso Brasileiro de História Econômica**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso1999/Textos/ANDRE.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2016. SAÉZ, Hernán. O 11 de Setembro de 1864 da Praça Carioca: a Crise do Souto e a transformação da Política Econômica Brasileira. **Anais Do XXX Encontro Da APHES**, Lisboa, 2010. Disponível em: <http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/HERNAN%20SAEZ.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016. SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. Crise! Crise! Crise! A Quebra da Casa Souto nas Letras de Lundus Compostos no Rio de Janeiro na Segunda Metade do Século XIX.” **Topoi** - Revista de História, v. 15, n. 29: p. 588–611., [s./d.]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X015029008>. Acesso em: 14 abr. 2016. GAMBI, Tiago. Projetos Políticos e Crises Econômicas: Análise do Caso do Banco do Brasil na Crise Bancária de 1864. **VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica**. São Paulo, 2012. Disponível em: http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Thiago%20Gambi_0.pdf. Acesso em: 14 abr. 2016.

¹⁹⁸ A definição de pequenos credores é estritamente referente aos valores investidos / poupados nessas casas bancárias.

Assis Vieira Bueno. Os objetivos dessa comissão eram avaliar as causas e, principalmente, os impactos da Crise do Souto:

na marcha de nossa circulação fiduciária; nas transações e câmbios e descontos; no sistema e emprego das contas correntes e depósitos bancários; no movimento de importação e exportação do Império; bem como, no estado de nossa lavoura e suas relações com as forças monetárias do país.¹⁹⁹

Silva Ferraz, no papel de liderança da comissão, negou a influência direta na crise da política monetária estabelecida pela Lei dos Entraves em 1864. Silva Ferraz fora Ministro da Fazenda no período de 1859-1861 e um dos entusiastas da política de contração monetária de 1860. Para distanciar-se de qualquer responsabilidade pela crise, Silva Ferraz atribuiu uma série de motivos gerais para a eclosão do colapso das casas bancárias em 1864: 1) à decadência econômica do país e a escassez da colheita; 2) à paralisação dos investimentos e fluxos do comércio e da indústria; 3) às maiores despesas do Estado; 4) ao abuso do crédito; 5) à especulação financeira. Tais motivos agravaram o prolongamento dos efeitos da crise mundial de 1857.²⁰⁰

Por muitos anos, a historiografia econômica brasileira corroborou com o discurso oficial da época, mantendo as distorcidas avaliações dos contemporâneos, em especial, aduzindo o discurso da comissão oficial formada em 1865. Recentemente os trabalhos avançaram no entendimento do papel das casas bancárias, percebendo, principalmente, a intermediação e especulação creditícia realizada por elas com o dinheiro dos investidores. De forma geral, existe três correntes historiográficas sobre o tema:

A primeira composta por Pandiá Calógeras²⁰¹, Liberato de Castro Carreira²⁰² e Omer Mont'Algre²⁰³, acompanhou o discurso das fontes e fez um balanço tão profícuo, quanto pouco crítico dos relatórios já citados. Para eles, o cerne da questão estava no crédito farto e fácil, na especulação por parte do comércio e na agiotagem por parte da banca. Essa primeira corrente historiográfica praticamente repetiu o argumento oficial do relatório da Crise de 1864 feito por Silva Ferraz no ano seguinte²⁰⁴.

¹⁹⁹ BRASIL, *Comissão de Inquérito Sobre as Causas da Crise na Praça do Rio de Janeiro. Relatório da Comissão Encarregada Pelo Governo Imperial Por Avisos de 1 de Outubro e 28 de Dezembro de 1864 de Proceder a Um Inquérito Sobre as Causas Principais e Acidentais da Crise do Mês de Setembro de 1864 (1865)*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. P. 3.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 74-88.

²⁰¹ CALÓGERAS, J. P. *A Política Monetária do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1910.

²⁰² CARREIRA, L. de C. *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*. Tomo I e II, 2ª ed. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. 1889.

²⁰³ MONT'ALEGRE, O. *Capital & Capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 1972.

²⁰⁴ BRASIL, *Comissão de Inquérito Sobre as Causas da Crise na Praça do Rio de Janeiro. Relatório da Comissão Encarregada Pelo Governo Imperial Por Avisos de 1 de Outubro e 28 de Dezembro de 1864 de Proceder a Um*

A segunda composta Maria Barbara Levy²⁰⁵, Ana Maria Ribeiro Andrade²⁰⁶, Eulália Lobo²⁰⁷, Carlos Gabriel Guimarães²⁰⁸ e Théo Lobarinhas Piñeiro²⁰⁹, compreendeu uma parte importante do fenômeno, concebendo a crise de setembro de 1864 ainda como uma repercussão da crise capitalista de 1857, somada aos resultados, mais ou menos contraditórios, de uma disputa em torno da política monetária e do fluxo de capitais no Brasil. Os transtornos criados pela inconstância das políticas públicas sobre a emissão desde o governo Souza Franco, somados às reformas bancária, monetária, creditícia, fiscal e da organização de Sociedade Anônimas, conhecidas como Lei dos Entraves, estariam na base dos abalos de 1864.

Essa segunda corrente da historiografia econômica brasileira delegou determinados fatores cruciais para a eclosão da crise do sistema financeiro carioca em 1864. Esses fatores se originaram no final da década de 1850 e nos primeiros anos da década de 1860, os quais dentre eles são destacados: os reflexos da recessão econômica a partir da conjuntura de crise em âmbito internacional no 1857, a política restritiva do crédito por parte do governo como forma de tentar organizar a criação de bancos²¹⁰, a vitória da política metalista com a promulgação da Lei dos Entraves em 1860, pela qual os bancos ficavam proibidos de emitir vales bancários se não mostrassem capazes de reembolsar parte desses valores em ouro²¹¹, a presença da concorrência dos bancos estrangeiros, em especial dos bancos ingleses²¹² e a diminuição da exportação de café a partir de 1861, devido principalmente à eclosão da Guerra Civil nos Estados Unidos da América²¹³.

De modo geral, a avaliação dos autores desta corrente é que as Casas Bancárias passaram ser funcionalizadas pelo Banco do Brasil e os outros Bancos Sociedade Anônima

Inquérito Sobre as Causas Principais e Acidentais da Crise do Mês de Setembro de 1864 (1865). Rio de Janeiro: Typographia Nacional. P. 3.

²⁰⁵ LEVY, Maria Barbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC. 1977.

²⁰⁶ ANDRADE, A. M. R. de. 1864: conflito entre metalistas e pluralistas. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1987.

²⁰⁷ LOBO, E. M. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC. 1978.

²⁰⁸ GUIMARÃES, C. G. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Co. (1854-1866) e da Firma Inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)*. São Paulo: Alameda. 2012.

²⁰⁹ PIÑEIRO, Théo L. *Os Simples Comissários: Negociantes e Política no Império*. Niterói: EdUFF. 2014.

²¹⁰ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Co. (1854-1866) e da Firma Inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012. P. 197.

²¹¹ *Ibidem*, p. 198 e LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. P. 80-81. p. 72-73. Para a íntegra da Lei dos Entraves, ver: BRASIL, Lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM1083.htm. Acessado em 01/07/2015.

²¹² GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Op.cit.* P. 202 e LEVY, Maria Bárbara. *Op.cit.* P. 80-81.

²¹³ LEVY, Maria Bárbara. *Op.cit.* p. 68.

intermediando seu crédito com os negociantes da Praça que não encontrassem condições de serem recebidos por eles. O efeito dessas operações em massa foi o incremento do movimento nas contas correntes das casas bancárias, ao mesmo passo que havia falta de liquidez, ora pela crise internacional, ora pelas decisões governamentais de restringir a emissão através do Banco do Brasil (seja ampliando para outros bancos ou atrelando a mesma às reservas em ouro da instituição). Esses dois fatores associados impediam que as Casas Bancárias tivessem capacidade de cobrir o seu passivo e realizar o ativo dos seus credores quando os seus devedores faltassem com o pagamento dos juros, especialmente aqueles subscritos em letras.

Segundo os autores dessa segunda corrente, numa corrida pelos saldos nas Casas Bancárias era virtualmente impossível realizar todos os pagamentos. Essa impossibilidade é creditada por parte dos autores ao suposto caráter especulativo dessas transações. Soma-se a isso, a entrada no mercado brasileiro das sólidas instituições financeiras internacionais como o *London and Brazilian Bank* e o *Brazilian and Portuguese Bank*, passando a dominar as operações de câmbio, de importação e exportação. Sua atuação colaborou para a desorganização do sistema bancário nacional, especialmente porque estavam suficientemente à margem da zona de pressão e influência das decisões oficiais. Operando especialmente com investidores ingleses no Brasil, esses bancos facilitavam as polpudas remessas que os seus compatriotas faziam para os seus países de origem, nomeadamente para Grã-Bretanha, o que acentuava a falta de liquidez da Praça do Rio de Janeiro.

Tais correntes historiográficas compreenderam o papel de intermediação das casas bancárias no sistema financeiro no Rio de Janeiro, mas isso só explica uma ponta de ação das casas bancárias. Uma terceira corrente de autores com pesquisas mais recentes, partindo de parte dos postulados da segunda, resolveu apostar na investigação sobre a atuação das Casas Bancárias como bancos de depósitos e a grande capacidade de captação destas instituições, que seria resultado das próprias limitações impostas ao Banco do Brasil.²¹⁴

Segundo essa terceira corrente, as Casas Bancárias reuniam uma poderosa capacidade de captar a poupança como verdadeiros bancos de depósitos, pois não se resumiam a meros intermediários dos grandes brancos, eram instituições com prestígio e bem afamadas que recebiam correntemente e nas condições mais vantajosas um gigantesco número de pequenos

²¹⁴ Cf. ALVARENGA, Thiago. Os pequenos credores na bancarrota das casas bancárias cariocas em 1864. In: Congresso Latino-americano de História Econômica, São Paulo, 2016. VALENCIA, Carlos Eduardo Villa.. Pequenos Credores de Grandes Devedores: Depositantes e Credores das Casas Bancárias Cariocas na Falência de 1864. In: Congresso Latino-americano de História Econômica, São Paulo, 2016. VILLELA, Guilherme Lemos. Os grandes clientes nas casas bancárias na Crise do Souto em 1864. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2017.

poupadores. Assim, é preciso compreender que as casas bancárias não era meras intermediadoras entre o capital bancário e comercial. Na verdade, essas instituições atuavam como bancos de depósitos com grande capacidade de captação de pequenas e grandes economias.

Em uma ponta, os bancos estendiam sua capacidade legal de dar crédito, especialmente na forma de letras ou hipotecas, mas também em suas carteiras de conta corrente ou outras formas de crédito fiduciário. No caso específico do Banco do Brasil, era através dessas casas bancárias que conseguia estender sua capacidade emissora na forma de crédito pelas letras. Na outra ponta, eram verdadeiras caixas de depósitos acumulando uma soma de mais de 72 mil contos de réis em apenas quatro grandes casas bancárias, sendo que, uma parte significativa dessa capital era constituído por *pequenos credores*²¹⁵. O próprio Silva Ferraz deixa claro a funcionalidade de uma das principais casas bancárias falidas em 1864 como caixas de depósitos, responsáveis por captar recursos dos mais pobres, no seu relatório da comissão de 1865:

Gomes [Casa Bancária Gomes & Filho], filho de si mesmo, doptado de uma acção prompta, vendo-se em um theatro em que representou o primeiro papel, offereceu ao público a garantia de suas operações e converteu a sua casa n'uma *especie de caixa econômica* onde, a juro diário, pudessem ser accumulados o jornal do operário, as economias da indústria e os resíduos do commercio. [Casa Bancária] Souto o seguiu e os caixeiros de Gomes, que mais tarde se estabelecerão o imitarão. Estes mutuos erão empregados por Gomes no credito pessoal e no público, do qual foi arbitro. Souto, ao contrário, empregava-se no credito pessoal, do qual foi o primeiro dispensador, e no hypothecario, ou em predios urbanos. A taxa do emprego variava segundo a occasião, mas o dinheiro era sempre recebido a 1% ou 2% abaixo da taxa do desconto do Banco do Brasil [...] ²¹⁶

De todo modo, tais fatores convergiram numa crise regionalizada na praça comercial do Rio de Janeiro sem precedentes, a qual efetivou a liquidação da casa bancária A.J. Souto que movimentava recursos superiores a 30.000 contos de réis. A falência da A.J. Souto e, portanto, o início da falência das casas bancárias em efeito em cadeia, ocorreu no dia 10 de setembro de 1864, quando a casa bancária A.J Souto, numa tentativa de ampliar o crédito junto ao Banco do Brasil para manter-se na ativa, teve a proposta recusada, pois sua dívida já excedia o valor de 20.000 contos de réis²¹⁷. A recusa do Banco do Brasil é justificada pela impossibilidade de ampliar o limite de emissão por parte do banco nacional. Essa ampliação era mediada pelo

²¹⁵ Termo utilizado no Relatório da Crise de 1864, o qual será explicado posteriormente.

²¹⁶ BRASIL, Relatório da Comissão de Inquérito... 1865. P.95.

²¹⁷ SAÉZ, Hernán. O 11 de Setembro de 1864 da Praça Carioca: a Crise do Souto e a transformação da Política Econômica Brasileira. **Anais Do XXX Encontro Da APHES**, Lisboa, 2010. Disponível em: <http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/HERNAN%20SAEZ.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016. P. 14.

governo imperial e já havia sido feita anteriormente, o que, de certa maneira, havia preparado o terreno para crise²¹⁸.

Um fato crucial que ajuda explicar os motivos da Crise de 1864, negligenciado pela historiografia econômica até pouco tempo, era o descontrole da taxa de juros praticada na praça do Rio de Janeiro. Em um artigo recente, analisamos a taxa de juros no período anterior à crise e chegamos a seguinte conclusão:

Este aumento dos juros aos tomadores de créditos na praça pode ter sido uma reação dos banqueiros à restrição monetária e fiscalizatória por parte do governo, que abateu em cheio o cerne do funcionamento das Casas Bancárias. Desta forma, na década de 1860, as Casas Bancárias se viram mais dependentes dos aportes dos bancos, com quem, teoricamente, competiam no mercado de concessão de créditos pessoais e hipotecários. Por conta da Lei dos Entraves, a situação contraditória estava instalada: se por um lado os banqueiros faziam parte de um universo mais restrito de credores dos bancos, o que abria maiores potencialidades na clientela de tomadores e mais possibilidades de juros acrescidos para os novos contratos; por outro, as instituições bancárias passaram a trocar mais ativos entre si e com as Casas Bancárias, que se tornaram mais dependentes desses aportes para que os “encaixes” entre ingressos e retiradas não fossem tão generalizados.²¹⁹

Com o aumento constante dos juros praticados nos descontos por parte dos bancos, as casas bancárias não conseguiram manter suas operações, mesmo tendo uma forte capitalização de depósitos. Dessa forma, se viram à mercê de constantes resgates do Banco do Brasil, como já citado anteriormente. Quando não foi mais possível (ou talvez não mais querido), o Banco do Brasil recusou os auxílios às principais casas bancárias, em especial, a A.J. Alves Souto & Cia. Esse último ato do Banco do Brasil foi decisivo para o que estava por vir.

Os dias precedentes ao 10 de setembro não demonstravam qualquer sinal de crise. O comércio seguia seu curso na praça comercial do Rio de Janeiro, os bancos operavam suas movimentações usuais, o Banco do Brasil, especificamente, tinha folga em sua emissão, assim como a própria diretoria deste banco pretendia baixar as taxas de desconto. Num depoimento do relator da comissão de inquérito da crise de 1864, é possível verificar o momento de calma que viviam a poucos dias da crise:

A ordem e a tranquilidade pública continuavam inalteradas, como nos anos anteriores, o céu político e comercial se mostrava como nos mais belos dias de uma risonha primavera, nenhuma nuvem carregada o encobria ou manchava. As câmaras iam se encerrar; todas as coisas pareciam seguir via

²¹⁸ GAMBI, Tiago. *Op.cit.* p. 6.

²¹⁹ ALVARENGA, Thiago. MANTUANO, Thiago Vinicius. “As Duas Pontas da Crise: As Falências das Casas Bancárias em 1864 vistas de cima a baixo”. **América Latina em la Historia Económica**. No prelo. 2020.

pacífica e ordinária. O aspecto dos negócios comerciais, se não brilhante, era satisfatório²²⁰.

Entretanto, logo pela manhã, do dia 10 de setembro de 1864, José Antônio Alves de Souto suspendeu as atividades de sua casa bancária. A notícia correu com o vento e se espalhou pela cidade. No mesmo dia, já se acumulava uma multidão de pessoas na Rua Direita, demandando a retirada de investimentos e o desconto de suas letras. Os dias subsequentes ao anúncio de falência da A.J. Souto são cruciais para entender o tamanho do abalo que sofreria a rede financeira carioca de casas bancárias. A notícia da falência da casa A.J. Souto se espalhou nos diversos impressos da época, os quais alarmavam a população sobre as consequências do fechamento. Tomados pelo pânico, os investidores correram aos bancos para retirarem suas economias das demais casas bancárias, alastrando assim a crise. Uma vez que a maioria delas não suportou a grande pressão de saques, tiveram que suspender os pagamentos, aumentando ainda mais a desconfiança e o temor.

Por estarem interligadas, através de créditos triangulares, financiamentos e outros tipos de acordos, assim como a grande vazão de dinheiro devido à corrida por saques, outras grandes casas bancárias decretaram falência em sequência: Montenegro Lima & Co., Gomes & Filhos e Bello & Oliveira. Essas casas bancárias, somadas a A.J. Souto, possivelmente perderam cerca de 73.000 contos de réis. Mesmo que parte desse capital tenha sido recuperado posteriormente por seus clientes, as notícias de falências das maiores casas bancárias do Rio de Janeiro trouxeram insegurança e também grandes prejuízos financeiros para seus investidores, os quais eram múltiplos e diversos, compondo entre eles grandes bancos como o Banco do Brasil, grandes figuras políticas como o *Visconde de Ypanema* e até escravos. Mas é sobre os pequenos credores, aqueles que mais esforço despendiam para alcançarem suas somas que dedicaremos as páginas a seguir.

Muitas pessoas investiam suas economias nas diversas casas bancárias do Rio de Janeiro. A crise financeira que se estabelece, inicialmente na casa A.J. Souto, afetou diretamente as demais casas, como já fora explicado anteriormente, levando à falência outras três grandes casas bancárias – Montenegro Lima & Co., Gomes & Filhos e Bello & Oliveira. O processo de falência dessas casas bancárias foi assistido e regulado por um decreto emergencial promulgado no dia 20 de setembro de 1864. No parágrafo inicial do decreto é apontado o motivo de tratar tais falências de maneira diferenciada:

²²⁰ Ibidem, p.12.

Considerando que a fallencia dos Bancos e casas bancarias, pela multiplicidade de suas transacções como povo, pelas suas importantes relações com o Commercio e Agricultura, e pela influencia que póde exercer sobre o credito e ordem publica, não deve ser regulada pela legislação das fallencias ordinarias; Usando da autorização concedida pela Lei nº 799 de 16 de Setembro de 1854, e outrosim Fundado nos imperiosos motivos de força maior que actualmente e na ausencia da Assembléa Geral Legislativa reclamão uma providencia urgente eficaz²²¹.

No decreto de nº 3.309, de 20 de setembro de 1864, também fica estabelecida a ordem dos clientes que deveriam ser ressarcidos. Segundo o artigo 4º de tal decreto, os credores de “pequenas quantias” seriam os primeiros a serem pagos de forma “integral ou parcialmente segundo a natureza do crédito e o estado da casa fallida”. Entretanto, a respeito dessa ordem de ressarcimento, havia discordâncias nos artigos do decreto. No artigo 8º, ficava preservado o pagamento, ao afirmar que “ficão salvos os direitos que competem pelo Codigo Commercial aos credores de dominio pelo Codigo Commercial aos credores de dominio Hypothecarios e privilegiados”²²².

A contradição é clara ao analisarmos o Código Comercial, o qual afirma em seu artigo 873º do Título IV que os primeiros a serem pagos em caso de falência de uma casa comercial ou financeira seriam os “credores de domínio” seguidos pelos “privilegiados”, em terceiro lugar os “hipotecários” e por último os “simples”, no qual fazem parte os investimentos dos escravos. Parece interessante supor que as *pequenas quantias* deveriam ter prioridade dentre cada uma das quatro categorias dispostas no Código Comercial, entretanto o artigo 880º do Título V do referido código afirmava que dentro de uma mesma categoria, a ordem de pagamento a ser seguida deveria ser a da numeração dos credores²²³.

Essa contradição da regulamentação do procedimento de falência nos mostra uma situação ainda mais crítica para os pequenos credores, uma vez que não ficava claro, através do decreto promulgado, a ordem que seriam feitos os pagamentos. Apesar disso, no decreto estabelecido, exigia-se a criação e a publicação em diversos periódicos de uma lista com todos os clientes dos estabelecimentos falidos. Essas listagens de clientes são as fontes principais para nossa análise da presença de escravos entre os clientes que tiveram perdas com a crise²²⁴.

²²¹ BRASIL. Decreto de nº 3.309 de 20 de setembro de 1864. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75427>. Acesso em: 10 jul. 2015.

²²² VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864. **Texto apresentado no 3º Congresso Fluminense de História Econômica realizado na Universidade Federal Fluminense**, Abril de 2015.

²²³ Ibidem, p.5.

²²⁴ Essa análise só foi possível graças à disponibilização do banco de dados pelo professor Dr. Carlos Eduardo Valencia Villa, que coordenou o Laboratório de Pesquisa e Documentação em História Econômica (LAPHEDE) da Universidade Federal Fluminense, em Campos dos Goytacazes, para a catalogação dessas listagens. Esse banco

As publicações tiveram início em 28 de outubro de 1864 no *Jornal do Commercio* e continuaram nos dias seguintes. No total, foram listadas 22.914 contas de clientes das quatro casas bancárias - A.J Souto, Gomes & Filhos, Montenegro Lima & Co. e Bello & Oliveira, sendo que 640 nomes não tiveram valores de conta listados e 2.845 contas tinham os nomes dos clientes não identificados, adotando-se uma sequência de números e letras.

Na **Tabela 1.2** verificamos as estatísticas gerais das contas dos clientes das quatro casas bancárias somadas. O maior valor existente, 5.996:497\$833 réis, pertence ao Banco do Brasil e está coligido na casa bancária Gomes & Filhos. Corresponde a aproximadamente 8,75% do total dos valores das contas de todas as quatro casas bancárias. Entretanto, o Banco do Brasil aparece como cliente de outras quatro contas: uma na Gomes & Filhos e três na Montenegro Lima & Co. No total das cinco contas pertencentes ao Banco do Brasil, acumula-se o valor total de 13.720:843\$722 ou 20,03% de todas as quatro casas bancárias. Isso significa dizer que o Banco do Brasil, unicamente, era credor de um quinto de todo o capital coligido nas quatro principais casas bancárias no Rio de Janeiro em 1864. Demonstrava, portanto, a magnitude do banco do governo e corrobora com a ideia da utilização das casas bancárias como intermediadoras de crédito em uma conjuntura legislativa restritiva.

Tabela 1.2 – Estatísticas Gerais dos Depósitos coligidos nas Casas Bancárias falidas em 1864

Estatísticas	Valor (em réis)
Mínimo	4\$200
Máximo	5.996:497\$833
Soma	68.467:977\$454
Média	3:524\$009
Mediana	500\$000

Fonte: Cálculos próprios a partir da Base de dados criada pelo LAPHEDE através das publicações diárias no *Jornal do Commercio* entre os dias 28/10/1864 a 14/11/1864.

O valor da média sendo muito superior ao valor da mediana (500\$000) denota valores únicos discrepantes no conjunto das contas dos clientes. Como por exemplo, os valores do Banco do Brasil, citados anteriormente, que alcançam a soma de aproximadamente 20,02% da totalidade. Para se ter uma ideia da falta de representatividade da média, se tomarmos o valor dela, descobrimos que existem 17.506 contas abaixo do valor da média. A mediana, por sua vez, no valor de 500\$000 réis, representa bem a quantidade de investimentos de pequenos

credores, isto é, a metade inferior das contas (9.615 contas) possui valores iguais ou inferiores a 500\$000 réis.

Para uma melhor organização e entendimento, classificamos os clientes em três categorias de análise: *peessoas jurídicas*, as quais incorporavam bancos, firmas, indústrias, irmandades, associações comerciais, companhias, entre outras. Enquanto as pessoas físicas foram divididas em: *escravos, forros, menores e livres*. A escolha em separar os forros e os menores dos demais livres é oportuna para demonstrar a importância dessas categorias de livres em relação aos escravos.

Tabela 1.3- Composição dos Clientes dos Depósitos coligidos nas Casas Bancárias falidas em 1864

Entidade Bancária	Condição Social					
	Escravos	Forros	Menores	Livres	Jurídicas	Total
A. J. Alves Souto & C.	8	1	12	9859	269	10149
Gomes & Filhos	5	0	0	4926	132	5063
Montenegro Lima & Co	49	10	6	3576	138	3779
Oliveira & Bello	0	0	0	409	29	438
Total	62	11	18	18770	568	19429

Fonte: Cálculos próprios a partir da Base de dados criada pelo LAPHEDE através das publicações diárias no *Jornal do Commercio* entre os dias 28/10/1864 a 14/11/1864.

Na **Tabela 1.3**, analisamos a composição dos clientes por entidade bancária. A grande maioria, aproximadamente 96,7%, correspondia aos clientes livres. Enquanto aproximadamente 2,92% às pessoas jurídicas e aproximadamente 0,31% aos escravos. O número é revelador, uma vez que evidencia a poupança escrava em grandes casas bancárias e, ao mesmo tempo, esperado pela pequena quantidade em relação ao número total de escravos na cidade. Dessa forma, mesmo na capital do Império brasileiro, os escravos tinham uma margem pequena de acumulação.

Os livres representavam a grande maioria dos depósitos nessas casas bancárias. No entanto, ao analisarmos os valores depositados, teremos uma inversão nessa proporção, uma vez que as pessoas jurídicas acumulavam uma grande quantidade do capital dessas entidades bancárias, como pode ser visto na **Tabela 1.4** abaixo.

Tabela 1.4 – Valores dos Depósitos coligidos em cada Casa Bancária falida em 1864

Entidade Bancária	Soma total dos valores por condição Social
-------------------	--

	(em contos de réis)					
	Escravo	Forros	Menores	Livres	Jurídicas	Total
A. J. Alves Souto & C.	2,5	0,3	34	23086	7038	30160,8
Gomes & Filhos	2,7	0	0	8327	13237	21566,7
Montenegro Lima & Co	16,5	3,7	1,2	5398	7874	13293,4
Oliveira & Bello	0	0	0	1100	2347	3447
Total	21,7	4	35,2	37911	30496	68467

Fonte: Cálculos próprios a partir da Base de dados criada pelo LAPHEDE através das publicações diárias no *Jornal do Commercio* entre os dias 28/10/1864 a 14/11/1864.

Portanto, ao relacionar a **Tabela 1.3** com a **Tabela 1.4**, é possível verificar tal inversão, pois as pessoas jurídicas (2,92% dos clientes) detêm aproximadamente 44,5% do valor total investido nas casas bancárias, enquanto as pessoas livres (96,6% dos clientes) possuíam 55,3% e as demais categorias aproximadamente 0,2%. Para reforçar essa inversão, na **Tabela 1.5** devemos verificar os altos valores de média das pessoas jurídicas em relação às pessoas livres, bem como os altos valores de média dos livres em relação à mediana de 500\$000 réis.

Tabela 1.5 – Média dos valores depositados por Casa Bancária falida em 1864

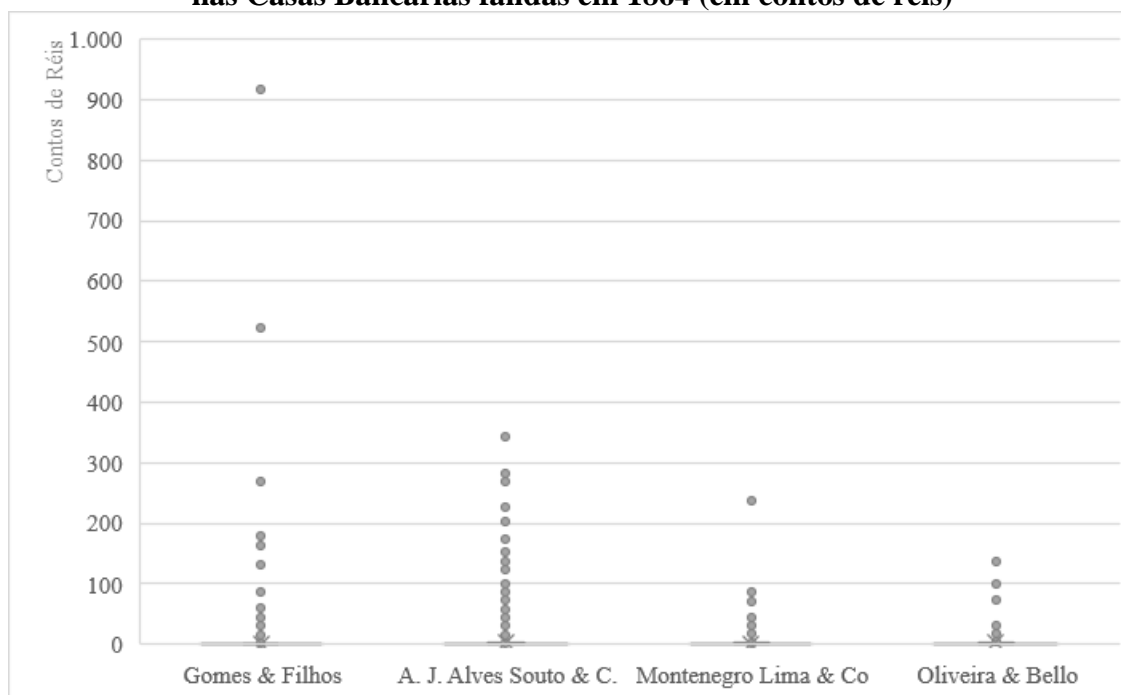
Entidade Bancária	Valores das médias (em réis)				
	Escravos	Forros	Menores	Livres	Jurídicas
A. J. Alves Souto & C.	307\$420	321\$000	2:833\$113	2:341\$617	26:163\$419
Gomes & Filhos	534\$112	-	-	1:690\$352	100:287\$079
Montenegro Lima & Co	337\$859	369\$542	196\$810	1:509\$395	57:055\$363
Oliveira & Bello	-	-	-	2:691\$220	80:918\$071

Fonte: Cálculos próprios a partir da Base de dados criada pelo LAPHEDE através das publicações diárias no *Jornal do Commercio* entre os dias 28/10/1864 a 14/11/1864.

Posto isso, como a intenção do trabalho é analisar os investimentos dos pequenos credores, devemos excluir as pessoas jurídicas da análise. Isso significa retirar 30.496 (44,5%) contos de réis do total das contas. Ainda assim, mesmo retirando da lista todas as pessoas jurídicas, temos um grande montante acumulado em poucos investimentos de pessoas físicas, como, por exemplo, o *Visconde de Ypanema*, o qual possuía investido na Gomes & Filhos o valor de 918:157\$110 réis, equivalente a aproximadamente 11% do total de todos os investimentos entre pessoas físicas na casa bancária Gomes & Filhos e 2,42% do total de todas as pessoas livres das quatro casas bancárias. Isto é, o *Visconde de Ypanema* movimentava uma

quantidade significativa de capitais equivalente a uma instituição financeira. Portanto esse valor e os maiores investimentos de pessoas físicas das outras casas bancárias demonstram uma grande capacidade de concentração de capitais nas mãos de poucos agentes econômicos, como pode ser visto no **Gráfico 1.2** abaixo.

Gráfico 1.2 – Diagrama em caixa dos valores em conta dos clientes em codição de livres nas Casas Bancárias falidas em 1864 (em contos de réis)



Fonte: Cálculos próprios a partir da Base de dados criada pelo LAPHEDE através das publicações diárias no *Jornal do Commercio* entre os dias 28/10/1864 a 14/11/1864.

O **Gráfico 1.2** nos permite verificar a discrepância desses grandes agentes em relação aos demais. Existem uma grande quantidade de números que estão acima do *limite superior*, o qual é dado por 3:494\$279. O diagrama (boxplot dos quartis não é visível no gráfico devido a quantidade de *outliners*, isto é, valores discrepantes do total de nossa amostragem. Isso significa dizer que uma série de clientes livres das casas bancárias (como o *Visconde de Ypanema*) estão fora do padrão de nossa série e se configuram como *grandes credores*. O nosso interesse aqui é verificar a potencialidade do pequeno credor na Praça Comercial do Rio de Janeiro.

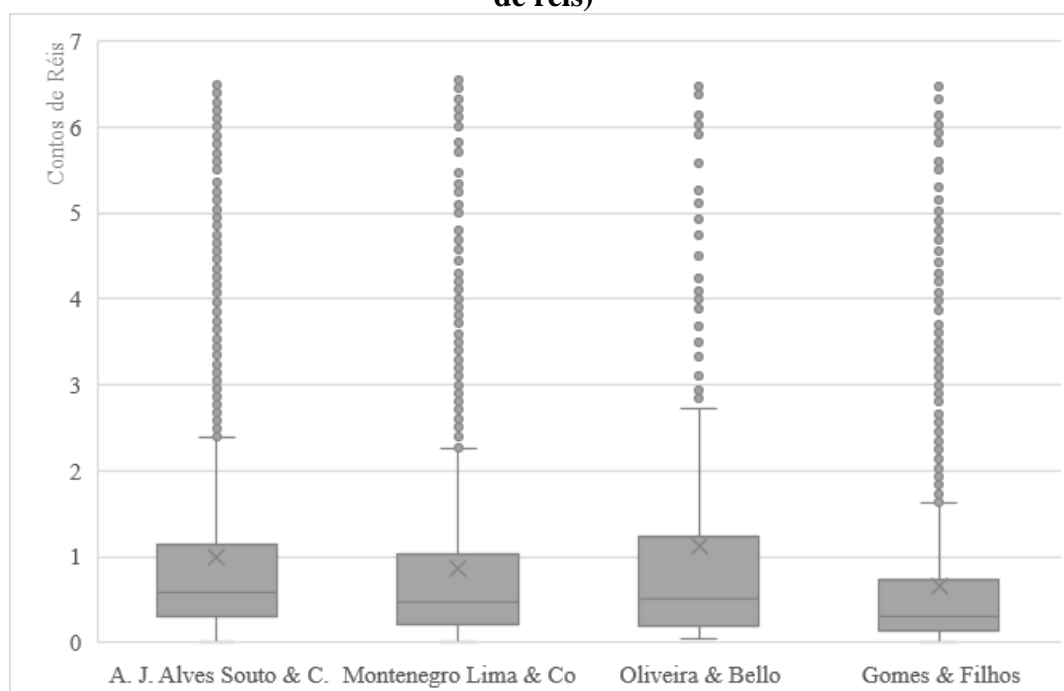
Dessa maneira, para analisar os investimentos dos pequenos credores, devemos retirar os credores discrepantes (*outliners*). Logo, escolhemos retirar 10% dos maiores valores (no conjunto total da amostragem) que somavam 22.215:379\$881 réis, isto é, 58,59% do montante total de todos os investimentos dos livres nas quatro casas bancárias. Temos, assim, o valor máximo após a retirada dos 938 (10%) dos maiores empréstimos de 6:586\$300 réis. Esse novo

valor máximo não representa o limite do que consideramos um pequeno credor. Veja bem, o que estabelecemos é um novo parâmetro e, como veremos a seguir, valores como esse serão considerados nessa amostragem modificada como *outliners* (discrepantes).

Por fim, temos o **Gráfico 1.3**, formado sem os 10% dos maiores valores no conjunto das quatro casas bancárias, o gráfico apresenta os *boxplots*, isto é, os diagramas (retângulos verticais). Por sua vez, esses *boxplots* representam a diferença entre o 4º Quartil e o 1º Quartil do conjunto e são delimitados da seguinte maneira: a linha inferior (LI) representa o menor valor do 1º Quartil, enquanto a linha superior (LS) do *boxplot* demonstra o valor máximo do 4º Quartil.

Os *boxplots* são colocados lado a lado para se comparar a variabilidade e as medianas (representadas por uma linha dentro dos *boxplots*) entre eles. O início da caixa é marcado pelo fim do 1º Quartil e, portanto, início do 2º Quartil. Por sua vez, o fim do 2º Quartil marca o valor da mediana do conjunto analisado, a qual é representada por uma linha em negrito e o início do 3º Quartil. Por sua vez, esse 3º Quartil, como dissemos anteriormente, termina com o fim dos *boxplots*. Do final dos *boxplots* segue uma linha que representa o último e 4º Quartil. Por fim, os pontos acima do fim do 4º Quartil são pontos discrepantes da análise (*outliners*), comumente chamados de *valores extremos* ou *atípicos*, os quais são expostos fora dos *boxplots* para uma melhor compreensão.

Gráfico 1.3 – Diagrama em caixa dos valores em conta dos clientes livres descontados 10% dos maiores valores totais coligidos nas Casas Bancárias falidas em 1864(em contos de réis)



Fonte: Cálculos próprios a partir da Base de dados criada pelo LAPHEDE através das publicações diárias no *Jornal do Commercio* entre os dias 28/10/1864 a 14/11/1864.

A partir do **Gráfico 1.3** é possível depreender algumas afirmações. Primeiro, uma quantidade significativa de pontos atípicos (*outliners*), isto é, valores discrepantes da amostra. Segundo, com a dificuldade de categorizar o que seria um *pequeno credor* em meados do século XIX, podemos tomar os valores abaixo do limite superior de cada uma das casas para representá-los. Dessa forma, compreendemos como *pequeno credor* de cada uma das casas bancárias falidas em 1864 os valores indicados na **Tabela 1.6**.

Tabela 1.6 – Estatísticas Gerais dos valores inferiores ao Limite Superior coligidos nas Casas Bancárias falidas em 1864

Casas Bancárias	Limite Superior	Qtd (%)	Mediana	Média	Soma
A. J. Alves & Souto	2:383\$200	8343 (84,62%)	402\$650	674\$593	5.628:132\$563
Montenegro Lima & Co	2:252\$504	3162 (88,42%)	400\$830	606\$063	1.916:372\$689
Oliveira & Bello	2:716\$110	335 (81,90%)	413\$200	599\$068	200:687\$717
Gomes & Filhos	1:627\$810	4292 (87,12%)	388\$600	397\$604	1.706:518\$482

Fonte: Cálculos próprios a partir da Base de dados criada pelo LAPHEDE através das publicações diárias no *Jornal do Commercio* entre os dias 28/10/1864 a 14/11/1864.

Terceiro, é notável a presença de valores bem elevados, representados pelos círculos e considerados no gráfico, acima, como *valores atípicos*, ou seja, que fogem ao conjunto dos demais valores. Os valores atípicos representavam na A. J. Alves & Souto 15,38%, na Montenegro Lima & Co. 11,58%, na Oliveira & Bello 18,10% e na Gomes & Filhos 12,88%.

Quarto, retirando os valores atípicos da nossa amostra exemplificada no **Gráfico 1.3**, nós temos uma participação do que definimos como *pequeno credor* de 11,57% do total de todo o montante dos livres das quatro casas bancárias, enquanto ao considerarmos as demais categorias, representa o percentual de 13,80% do montante geral. Ora, 13,80% é uma parte significativa do passivo das casas bancárias gerada a partir de investimentos de *pequenos credores*. Ademais, os valores das médias e medianas bem menores em relação aos dados gerais e representam valores realistas de classes menos abastadas da sociedade oitocentista carioca.

Por fim, tendo o enfoque na poupança dos escravos temos uma incidência baixa, porém significativa se considerarmos a realidade violenta e de liberdade cerceada da pessoa escravizada. Considerando tais dificuldades e outras vividas pelos escravos no Rio de Janeiro do século XIX, temos valores próximos ou acima da média da alforria da década de 1860. Organizamos a **Tabela 1.7** para demonstrar a relação entre os valores dos depósitos feitos por escravos nas casas bancárias e o preço médio real das alforrias, isto é, considerando a inflação, para o ano de 1864.²²⁵

Tabela 1.7 – Composição dos valores dos clientes em condição de escravizados coligidos nas Casas Bancárias falidas em 1864 em razão do valor médio real da alforria em 1864

Percentuais	Ocorrências
Até 25% (285\$129)	38
Entre 25 e 50% (570\$259)	12
Entre 50 e 75% (855\$388)	7
Entre 75 e 100% (1:140\$518)	3
Acima de 100%	2

Fonte: Cálculos próprios a partir da Base de dados criada pelo LAPHEDE através das publicações diárias no *Jornal do Commercio* entre os dias 28/10/1864 a 14/11/1864.

Podemos perceber que a maioria dos depósitos realizados por pessoas escravizadas estavam abaixo do valor médio real das alforrias para a década de 1860. Esse indício nos permite supor que o ato de poupar dinheiro nessas caixas depositárias era uma forma alternativa

²²⁵ VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. **La Producción de la libertad**: economía de los esclavos manumitidos en Río de Janeiro a mediados del siglo XX. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia. 2011. p. 48.

de obtenção, à longo prazo, de suas alforrias. Ademais, dois escravos possuíam valores acima do preço médio de compra de alforria.

Ora, não queremos presumir que a liberdade não estivesse no imaginário e nos objetivos econômicos mais sinceros dos escravos. Na verdade acreditamos que os depósitos com valores acima do preço médio de alforria pode representar um número alto de situações, como por exemplo: o senhor não ter concedido o direito do escravo se alforriar, mesmo sendo onerosa; o preço da alforria do escravo em específico está acima do preço médio real da década; o valor depositado não ter apenas um dono, mas sim representar um conjunto de pessoas como uma família, irmandade, grupo; entre outras inúmeras situações.

Da mesma forma, percebemos pessoas livres que, embora tivessem somas acima do preço do escravo no mercado interno brasileiro, permaneciam acumulando suas quantias, ou seja, não dispostas a investir na compra de braços para aumentar seus lucros, seja através do ganho ou do aluguel do cativo.

Percebemos que, embora a maioria substantiva dos clientes fosse de pessoas físicas e livres, uma parte considerável do valor total de todas as contas estavam concentradas nas mãos das pessoas jurídicas, as quais correspondiam a uma parcela mínima dos clientes em relação às pessoas físicas.

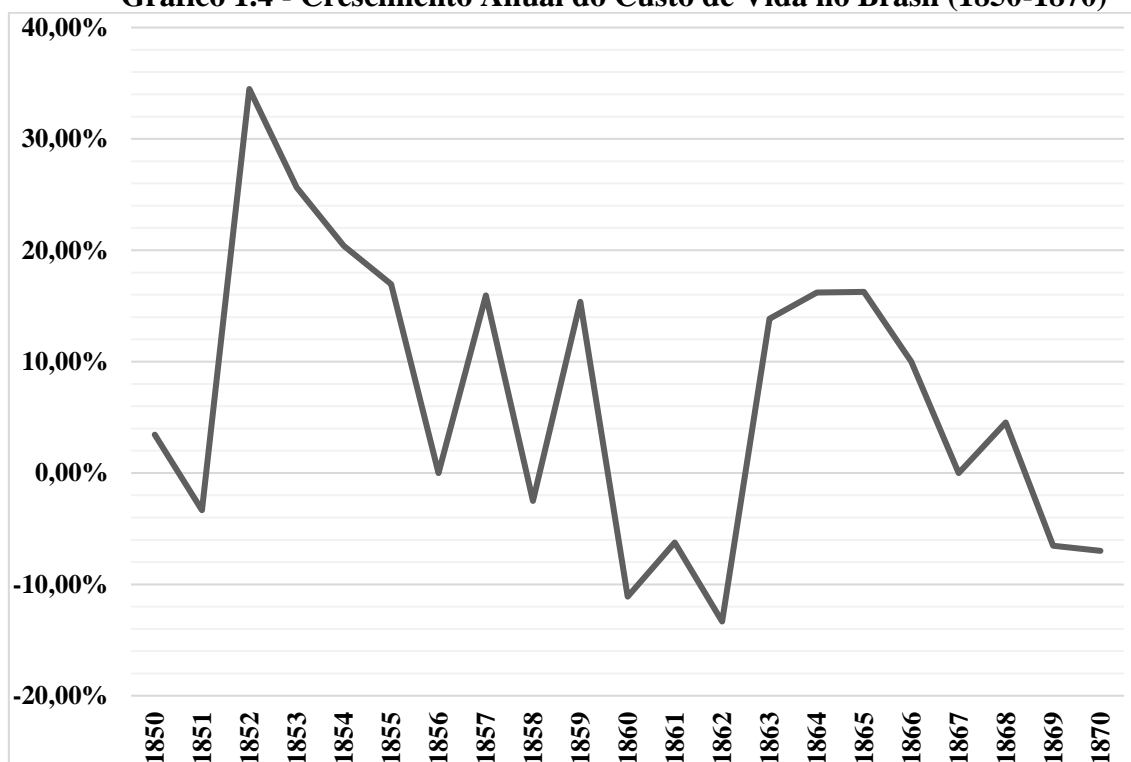
Não obstante, ao definirmos os *pequenos credores*, percebemos a significativa importância de seus depósitos para as atividades financeiras das principais casas bancárias da Praça Comercial do Rio de Janeiro. Além disso, nos demonstra a capacidade de atração de capitais por essas casas bancárias, ao mesmo tempo que nos permite supor o acompanhamento das oportunidades abertas pela recente rede financeira carioca.

Além dos efeitos peremptórios da crise sob os depósitos dos pequenos credores das casas bancárias, os quais tiveram grandes dificuldades para receberem suas economias depositadas, a crise veio somar às dificuldades dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, escravos ou livres, para custeio de suas vidas e impor ainda mais barreiras para as possibilidades de investimentos, como a poupança. As dificuldades para investir nessas casas bancárias nos parece óbvia, principalmente para a população mais pobre do Rio de Janeiro, os quais, além das dificuldades impostas pela conjuntura desfavorável de aumento dos preços do custo de vida e baixa nos valores de suas jornadas mensais, sofreriam uma das crises mais devastadores, sendo afetados diretamente pela falência das casas bancárias em 1864.

O **Gráfico 1.4**, extraído dos cálculos de Eulália Lobo, nos demonstra a variação do aumento anual no custo de vida no Brasil e, como podemos notar, desde 1862 há um crescimento constante no custo de vida brasileiro. Primeiramente, de 1862 para 1863, um

aumento substancial de aproximadamente 26% e, nos seguintes, de 1863 até 1865, aumentos consideráveis em torno de 10 a 15%. Esse período de crescimentos constantes, de 1862, denotam um momento impróprio para os brasileiros, uma vez que os custos de sobrevivência aumentavam incessantemente.

Gráfico 1.4 - Crescimento Anual do Custo de Vida no Brasil (1850-1870)



Fonte: Feito a partir dos dados em LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro* (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

Tentando relacionar os efeitos da Crise do Souto no mercado de trabalho, Eulália Lobo aponta que a tendência geral foi a baixa do poder aquisitivo salarial como reflexo das “crises inflacionárias de 1857, 1864, 1865-1870 e 1875”, assim como a liberação dos escravos para a produção cafeeira após o fim do abastecimento externo de escravos africanos, em 1850, dessa forma “deprimindo o salário dos livres”. A classificação socioprofissional e o censo de 1872 nos permite supor o tamanho dos efeitos da crise do Souto e da Guerra do Paraguai (1865-1870) no mercado de trabalho oitocentista:

[...] na classificação sócio-profissional de 1870, aproximadamente 1/3 do total era constituído pelos sem profissão definida, vindo em seguida o serviço doméstico que encobria um desemprego disfarçado. Em 1872 havia 92.106 sem profissão num total de 274.972 e 55.011 pessoas no serviço doméstico.²²⁶

²²⁶ LOBO, Eulália M. L. *Op.cit.* p. 256.

Enquanto para índices de jornadas mensais, Valencia nos aponta uma tendência nos movimentos dos valores dos jornais através dos valores pagos aos senhores pelo aluguel de seus escravos. Segundo tal esforço, tanto o preço nominal quanto o preço real têm uma queda constante nos anos entre 1864-1870²²⁷. Isso condiz com a análise de Eulália Lobo sobre a queda substancial do poder aquisitivo da população livre carioca nesse mesmo período. Vale ressaltar que, no mercado de trabalho carioca de meados do século XIX, a oferta de trabalho não requisitava uma condição específica para seus empregados. Logo, negros livres ou escravizados, bem como brancos disputavam as oportunidades de serviços²²⁸.

Enfim, investir nas casas bancárias era uma das alternativas de economia que pequenos agentes econômicos tinham de acumular e fazer render para, assim, conseguir conquistar seus objetivos econômicos. Esse movimento de captação de investimentos populares nos parece cada vez mais claro ao longo dos oitocentos, principalmente a partir de 1831 com a abertura da primeira *Caixa Econômica do Rio de Janeiro*, a qual reforçará a importância da criação do hábito de poupança entre os populares, bem como os escravos, ao mesmo tempo em que serve como exemplo de sucesso ao longo da década de 1830 e 1840 para inúmeras casas bancárias que se estabeleceriam a partir da década de 1840 na praça comercial carioca.

O pioneirismo da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, na década de 1830, parece ter aberto um caminho de oportunidades, o qual seria tomado por diversas casas bancárias ao longo da década de 1840, justamente o período de crise dessa primeira caixa econômica. Fica clara a diversificação dessas casas bancárias como credoras, descontadoras de letras e como caixas depositárias, justamente a diversificação que era exigida pelos principais acionistas da Caixa Econômica do Rio de Janeiro em seus momentos mais críticos.

Percebendo, o momento oportuno da crise e bancarrota das principais casas bancárias cariocas, o governo imperial intensifica a propaganda de sua própria caixa econômica no intuito de absorver os capitais dispersos na praça comercial. A maneira encontrada pelo governo para isso foi concentrar os esforços para recuperar a confiança dos credores cariocas, tanto os pequenos quanto os maiores. A confiança se tornava a principal propaganda para a Caixa

²²⁷ VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. **La Producción de la libertad**: economía de los esclavos manumitidos em Río de Janeiro a mediados del siglo XX. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia. 2011. p. 147.

²²⁸ VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864. **Texto apresentado no 3º Congresso Fluminense de História Econômica realizado na Universidade Federal Fluminense**, Abril de 2015. P.12.

Econômica da Corte após a Crise do Souto em 1864 e sua história será discorrida nos capítulos a seguir.

Capítulo 2 Do papel para a Corte: o projeto centralizador dos depósitos na Caixa Econômica da Corte (1861-1870)

A intervenção do Estado no desenvolvimento da poupança popular no Brasil teve seu início com a lei 1083 de agosto de 1860 – a *Lei dos Entraves*. A lei ordenava, entre outras coisas já discutidas no capítulo anterior, a criação das caixas econômicas e monte de socorros administradas pelo governo imperial. Especificamente no Art. 2º § 14º estabelecia que as caixas econômicas seriam estabelecimentos de *beneficência* e administradas pelo governo imperial.

Nos parágrafos seguintes (§ 15, 16 e 17º) normalizavam a centralização dos depósitos de todas as caixas econômicas às Estações da Fazenda designada pelo governo, enquanto as caixas econômicas que já funcionavam e que não tivessem seus fundos empregados nos títulos de dívida pública fundada deveriam empregá-los em conformidade com o parágrafo anterior.²²⁹

Isso significava dizer que todas as novas instituições de depósitos ditas *caixas econômicas e de beneficência* deveriam aplicar seus capitais acumulados no Theosuro Nacional ao rendimento de 6% ao ano, o que não incluía as casas bancárias com caixas de depósito e outras instituições mutualistas. A intenção da centralização dos depósitos no Theosuro Nacional era amortizar a dívida pública interna, como fica estabelecido no Art. 2º § 21º:

Os dinheiros recebidos em virtude dos §§ 16, 17 e 18 deste artigo, que não tiverem a aplicação autorizada pelo § 19, serão empregados nas operações de amortização da divida publica fundada, ou nas despesas ordinarias do Estado, sendo escripturados como deposito.²³⁰

Dessa forma, a Lei dos Entraves criava um mecanismo fundamental para o império brasileiro captar investimentos populares que, outrora, não teriam o mesmo caminho, uma vez que alternativa era a compra de apólices de dívida pública, os quais, por sua vez, exigiam uma soma significativa para adquirí-los.

A Lei dos Entraves, portanto, ao perceber a capacidade das instituições privadas em captar a economia popular, tendo como exemplos imediatos as casas bancárias (Alves & Souto, Montenegro & Lima, Amaral Pinto, entre outras) e anteriores como a Caixa Econômica do Rio

²²⁹ Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1860 - vol. 001] (p. 28, col. 1). Disponível em <http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=542690>. Acessado em 03 de set. 2018.

²³⁰ Idem. O § 19º refere-se à exclusividade de empréstimos de dinheiro a penhor feito pelos Montes de Socorro, utilizando-se do capital obtido pelos depósitos da caixa econômica.

de Janeiro, estabelecia que o império deveria concorrer aos tostões disponíveis na cidade do Rio de Janeiro²³¹.

Enfim, pouco tempo depois da promulgação da Lei dos Entraves, a Caixa Econômica da Corte e o Monte de Socorro, instituições anexas, têm como data histórica de criação a edição do Decreto nº 2.723 de 12 de janeiro do ano de 1861. No entanto, suas atividades se iniciam no final daquele ano na data de 4 de novembro. A longa espera para o início de suas atividades decorreu devido à reforma do prédio do Congresso Legislativo do Brasil, localizado na rua da Misericórdia, que abrigaria ambas a Caixa Econômica e o Monte de Socorro no andar inferior.²³²

2.1 – O Estatuto da Caixa Econômica da Corte e do Monte de Socorro em 1861

Os estatutos da Caixa Econômica da Corte representavam 27 artigos divididos em 4 capítulos: *Das funções da Caixa Econômica, Da administração da Caixa Econômica, Da escripturação e Disposições geraes*²³³. Logo em seu primeiro artigo é afirmado o objetivo geral dessa instituição: *receber a juro de 6% as pequenas economias das classes menos abastadas, e de assegurar, sob garantia do Governo Imperial, a fiel restituição do que pertencer a cada contribuinte[...]*.

No primeiro capítulo é discorrida as funcionalidades da instituição. Os depósitos só poderiam ser feitos semanalmente e os poupadores poderiam poupar valores de no mínimo 1\$000 réis e no máximo 50\$000 réis (art.2º). Diariamente o *thesoureiro* da Caixa tinha a função de dar entrada das somas acumuladas no dia anterior no Tesouro Nacional (art.3º). Como já exposto no primeiro artigo, o rendimento (juros) da poupança será de 6% e serão capitalizados no final de cada semestre do ano civil (art.5º). O rendimento da poupança será limitado a 4:000\$000 réis (quatro contos de réis), isto é, se um poupador acumular valores acima de quatro contos de réis em sua conta, o rendimento continuaria rendendo apenas sob o valor máximo de

²³¹ ALVARENGA, Thiago de Oliveira. SARAIVA, L. F. **Op.cit.** p. 19. No relatório de liquidação da Caixa Econômica do Rio de Janeiro é apresentado como fator crucial a concorrência de outros bancos e casas bancárias que praticavam a mesma forma de operação a juros mais rentáveis.

²³² DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. *Anúncio feito pelo Thesoureiro Pedro Candido de Souza Gonzaga*. Rio de Janeiro. Edição 300. 02 de nov. 1861.

²³³ BRASIL, Decreto nº 2.723, de 12 de Janeiro de 1861. Autorisa a criação de uma Caixa Economica e um Monte de Socorro nesta Côrte, e approva os respectivos Regulamentos. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1861**, Página 11 Vol. 1 (Publicação Original).

quatro contos de réis (art.5º). A ideia de estabelecer esse valor máximo era limitar o uso dessa instituição às camadas populares conforme o primeiro artigo.

As quantias depositadas na Caixa Econômica e remetidas ao Tesouro Nacional poderiam ser emprestadas ao Monte de Socorro (havia a possibilidade de passar diretamente para o Monte de Socorro, ver Art.8º), na compra de apólices de dívida pública ou mesmo nas despesas do Estado brasileiro (art.7º). Esse sétimo artigo dificulta compreender a utilização das quantias captadas pela Caixa Econômica, uma vez que seus usos eram diversificados e não representados nos balancetes gerais. Os depósitos e seus rendimentos poderiam ser sacados integralmente ou parcialmente em qualquer momento, porém a caixa se limitava a entregá-los no prazo de no mínimo 8 dias (art.8º).

O segundo capítulo se refere a administração da Caixa Econômica. A Caixa seria composta por: um Conselho Inspector e Fiscal com presidente, vice-presidente e oito conselheiros; um tesoureiro; um guarda-livros; um porteiro, um contínuo e eventuais serventes (art.9º). Os membros do *Conselho Inspector e Fiscal* eram escolhidos pelo Governo, que por sua vez escolhia o Tesoureiro e, este último, escolheria os demais funcionários (art.10º). O Presidente do *Conselho Inspector e Fiscal* tinha a competência de dirigir os trabalhos do Conselho, bem como convocar reuniões extraordinárias dele (art.11º). Além disso, uma vez por semana, um membro do conselho ficará responsável por fiscalizar os trabalhos do Tesoureiro e de seus funcionários (art.12º). Os membros do Conselho poderiam ser exonerados a qualquer momento pelo Governo (art.14º).

Compete a esse *Conselho Inspector e Fiscal*: nomear os empregados e propor seus honorários ao Governo; fixar a fiança que devem prestar antes de entrar em exercício; orçar a despesa de cada semestre; dar modelos de escrituração; aceitar doações e legados; dar autorizações para a administração; fiscalizar administrativamente a Caixa; deliberar sobre tudo o que for preciso para o bom funcionamento da Caixa (art.15º). Essas competências reforçam a importância política da nomeação para aqueles que se tornassem membros da Caixa. Ao mesmo tempo, era crucial a nomeação pelo Governo de nomes com experiência nas áreas financeiras para manter a saúde financeira e o desenvolvimento da instituição.

Quanto à função do Tesoureiro, era de sua competência entregar as quantias acumuladas diariamente ao Tesouro Nacional ou, se demandado, ao Monte de Socorro (art.16º). Além disso, na ausência dos membros do Conselho, o Tesoureiro se torna a maior autoridade do estabelecimento (art.17º) e, quando for impedido, um *fiel* o substituirá²³⁴. No caso da ausência

²³⁴ *Fiel* se tornará um quadro fixo da Caixa Econômica ao final do ano de 1863.

do Tesoureiro, o Guarda-livros assume a responsabilidade de manter a ordem e regulamento do serviço (art.20º). Por fim, no que concerne à função de tesoureiro, é permitida a acumulação do cargo de Tesoureiro e Guarda-livros (art.21º).

O terceiro capítulo, por sua vez, é referente à escrituração administrativa da Caixa. A escrituração seria feita em livros, nos quais constariam: a entrada de depósitos com data de entrada, número de ordem na relação anual, o nome do contribuinte, sua profissão, condição, estado, idade, lugar de nascimento e residência e quantia depositada ou retirada. Ademais, cada depositante terá uma página para ser registrado todas as informações anteriores e a quantidade de juros rendidos a cada semestre do ano civil. Um segundo livro será feito para contabilização das remessas ao Tesouro Nacional e ao Monte de Socorro com as quantias destinadas a cada um desses destinos. Por fim, a cada poupador será entregue uma caderneta de uso pessoal, na qual será registrada as movimentações da sua conta (art.24º).

Ao Guarda-livros é responsabilizado a organização de balancetes semestrais que deverão ser entregues ao Governo. Caso contrário, o Guarda-livros responderá por uma multa de 100\$000 a 500\$000 réis por balancete não executado (art.23º). Demais falhas em seus deveres, cabe ao Tesoureiro e ao Guarda-livros eventuais multas de 106\$000 a 1:000\$000 réis (art.24º).

O último capítulo é referente às disposições gerais do estatuto da Caixa Econômica. Os membros do Conselho, Presidente e Vice-presidente não receberiam nenhuma remuneração pelas suas funções na Caixa Econômica (art.25º). Isso reafirma o caráter político do Conselho. Ademais, a Caixa Econômica ficava isenta do imposto do sello (art.26º) e todas as despesas do custeio da Caixa Econômica será paga pelo Governo e pelo Monte de Socorro na razão das quantias que forem utilizadas pelos mesmos (art.27º).

O estatuto da Caixa Econômica da Corte teve inspiração nos regulamentos da primeira caixa econômica no Brasil e na América Latina – A Caixa Econômica do Rio de Janeiro (1831-1859)²³⁵. As semelhanças estavam relacionadas ao objetivo fundacional de oferecer às classes menos abastadas meios de poupar e render seus capitais, tendo como objetivo indireto o desenvolvimento de uma ordem de economia contra a dissipação e indigência (art.1º do Título 1). Os depósitos eram realizados semanalmente (art.5º do Título 1) e não poderiam ser menores que 1\$000 réis (art.2º do Título 2). Ademais, a todo *accionista* (eram assim chamados os depositantes na Caixa Econômica do Rio de Janeiro) era entregue uma caderneta, na qual era lançada a movimentação de depósitos, saques e rendimentos (art.5º do Título 2).

²³⁵ Ver seus regulamentos no ANEXO 2.

A caderneta de poupança, recebida gratuitamente pelos *accionistas* da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, ganhou uma grande importância para os poupadores cariocas, sendo assim instituída pela nova Caixa Econômica da Corte. É preciso compreender essa caderneta para além de um pequeno livro de contabilidade pessoal. Socialmente essas cadernetas representavam que seus possuidores eram homens e mulheres capazes de acumular, isto é, de alguma forma eles tinham renda e se preocupavam com seus futuros. Essa importância de cunho social da caderneta de poupança foi construída pela Caixa Econômica do Rio de Janeiro ao longo de suas quase duas décadas de existência, principalmente por meio tanto da conscientização da importância de poupar por meio de colunas nos periódicos²³⁶ quanto da publicação e tradução de novelas que tinham a importância da poupança como moral da história²³⁷.

No que concerne aos poupadores, as duas instituições registravam em seus livros as informações pessoais de seus clientes, tendo a preocupação de fazer notar: além dos nomes, a condição, a residência, o país de nascimento e o estado. A Caixa Econômica do Rio de Janeiro disponha claramente que todos os indivíduos poderiam ser *accionistas* contanto que algumas condições fossem consentidas, explicitamente: *as mulheres cazadas consentimento dos maridos; os Menores com authorisação de seos Pais ou Tutores; os Escravos com licença dos Senhores* (art.1º do Título 2).

No entanto, a Caixa Econômica da Corte alegava que todos os indivíduos poderiam ser depositantes, ficando a entendimento de outros dispositivos legais as eventuais necessidades de permissão. Essa ausência da especificação da necessidade de consentimento dos maridos,

²³⁶ No periódico *Astréa* era publicado constantemente colunas sobre as vantagens de ser poupador da Caixa Econômica do Rio de Janeiro. Um exemplo é a coluna de 13 de março de 1832, na qual expunha o seguinte apelo à poupança para as classes mais marginalizadas da sociedade brasileira dos oitocentos: “Pelo o que diz respeito à moral, as vantagens da Caixa Econômica não são menos apreciáveis; com efeito basta lembrarmo-nos de que pequenas quantias muitas vezes repetidas, podem no de algum tempo produzir um capital considerável, para nos convenceremos da influencia, que poderá ter no melhoramento dos costumes uma tal Instituição; [...] e em geral o país, banindo ociosidade, e a dissipação, e espalhando-se o habito da ordem, trabalho, e economia, lucrará em extremo com ter Cidadãos honestos, laboriosos, e poupados[...] os Jornaleiros, os Oficiais artistas, os Empregados Públicos, e em geral, todos os que vivem á salários, terão um meio de tornarem a sua sorte menos precária, e de abrigarem as suas famílias da corrupção, e indigência: as meretrizes poderão, moralizando a sua infeliz situação, utilizar a sua voga contingente, e efêmera, e preparar por esse meio hum futuro mais seguro, e honesto; os escravos encontrarão facilidade de depositarem vantajosamente as suas pequenas economias, com cujo produto devem comprar a sua liberdade, sem se arriscarem á sórdida avidez dos taberneiros”. Cf. ALVARENGA, Thiago. **Ato de Poupar dos Escravos: Poupanças de escravos no Rio de Janeiro ao longo do século XIX**. Tese de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. 2016. P. 62-63.

²³⁷ Cf. SARAIVA, Luiz Fernando. “O Homem Bemfazejo: Biblioteca Constitucional do Cidadão Brasileiro, Mercado Editorial, Cidadania e Construção do Império Brasileiro, Rio de Janeiro 1831-1832”. **Outros Tempos**, vol. 11, n.18. 2014. Ver a história do *Homem Bemfazejo* e como ser poupador da Caixa Econômica solucionaria diversos problemas sociais.

pais/tutores e senhores suscitou dubiedade sobre restrições de condições sociais de depositantes da Caixa do governo, como iremos tratar a seguir.

Grinberg expressa que havia interdição de escravos como depositantes da Caixa Econômica da Corte e poderia ser justificada pela questão da necessidade de manter as relações de dominação do senhor para com sua escravaria, já que a maior parte desses escravos capazes de acumular e, portanto, depositar seus pecúlios na caixa econômica faziam parte dos escravos urbanos que disputavam o mercado de trabalho com os trabalhadores livres no Rio de Janeiro²³⁸. Para reforçar tal suposição, acrescentava-se que o ano de 1861 fazia apenas onze anos da proibição do tráfico atlântico de escravos, a qual representara um forte golpe aos senhores de escravos e também ao preço dos escravos, pois agora era preciso comprá-los internamente através do tráfico interprovincial. Neste sentido, apresentar alternativas de acumulação aos escravos cariocas, como a caixa econômica, não era uma medida sensata para apaziguar as insatisfações da classe senhorial quanto ao fim do tráfico de escravos.

No entanto, esse entendimento de Grinberg nos parece equivocado devido uma confusão de leitura dos regulamentos. O artigo citado por Grinberg que se refere a essa ‘interdição’ de depósitos de escravos é referente Artigo 9 do Regulamento do Monte de Socorro e não da Caixa Econômica da Corte. A proibição do artigo em questão versa somente ao acesso de escravos como depositantes de penhores no que se refere ao ato de penhorar um objeto para obter um empréstimo do Monte de Socorro. Isso é reforçado principalmente pelo 10º artigo do regulamento do Monte de Socorro, sequencial ao artigo de que diz respeito a proibição, legislando sobre quando houver da dúvida da legitimidade da posse do objeto a ser penhorado, a qual deverá ser informado ao *Chefe de Polícia, Delegado ou Subdelegado* mais próximo para evitar roubos ou desvios. Dessa maneira, a interdição de aceitar penhor dos escravos reflete a ilegitimidade do escravo possuir qualquer objeto de valor, uma vez que a constituição de bens por parte do escravo é ilegal até a promulgação da Lei do Ventre-Livre em 1871.

Um dos argumentos comprovatórios de que os depósitos dos escravos na caixa econômica mantinham-se é exemplificado pela própria autora ao apresentar a poupança da caderneta de nº 12.729 da caixa econômica pertencente à escrava Luiza em 1867²³⁹. Segundo Grinberg, essa escrava depositava fielmente 5 mil réis por mês até 1869 com o aval de sua

²³⁸ GRINBERG, K. "A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2.ª metade do século XIX). Revista de Indias, vol. LXXI, núm. 251. P. 137-158. 2011.p. 144-146.

²³⁹ Caderneta de Poupança da Caixa Econômica número 12.729, Luiza, 1867. Acervo Caixa Cultural, Brasília. *Apud* GRINBERG, Keila. **Op.cit**; p. 9.

senhora nessa poupança, demonstrando assim a existência de uma escrava entre as poupadoras da caixa econômica antes da lei do Ventre-Livre.

Em consonância temos no regulamento da caixa econômica, todos os dados necessários para lançamento de depósitos ou retiradas feita pelos poupadores da caixa econômica e existe a necessidade de completar sobre a *condição* do poupador, a qual supomos estar relacionado com a condição de *ser livre* ou *ser escravo* (art.24º). Mesmo após a centralização das caixas econômicas por parte do governo através da Lei dos Entraves de 1860, existiam *casas bancárias* e outras instituições de depósitos que aceitavam os depósitos de escravos, como já citadas anteriormente.

Essas eram basicamente as semelhanças entre as duas instituições. Os modelos de funcionamento se diferenciavam bastante. A Caixa Econômica do Rio de Janeiro determina o limite mínimo de depósitos de um *tostão*, ou seja, 1\$000 réis assim como a Caixa Econômica da Corte, no entanto, os valores máximos depositados semanalmente eram de 10\$000 e 50\$000 respectivamente. Em teoria, por um lado a Caixa Econômica do Rio de Janeiro preservava seu caráter popular com um mínimo semanal de depósito de 10\$000; de outro, na Caixa Econômica do Rio de Janeiro não havia limite máximo de depósito por caderneta. Ademais, confrontando a questão da manutenção do caráter popular, a instituição de 1831 rendia juros proporcionalmente aos fundos de cada depositante (art.7 do Título 1).

A Caixa Econômica do Rio de Janeiro, fundada por pessoas do campo liberal-reformado ligadas ao processo que levou à abdicação de D. Pedro I²⁴⁰, se comprometia a investir na construção do Estado. Seguindo o modelo da *Caisse D'Épargne de Paris*, os capitais acumulados eram investidos integralmente em Apólices de Dívida Pública (Art.6º do Título 1). A Caixa Econômica da Corte, por sua vez, por ser uma instituição governamental, funcionava como uma ferramenta do governo para a utilização de capitais que outrora não poderiam ser investidos no Estado quer pela insuficiência das quantias quer pela falta de meios de inversão. Portanto, os capitais acumulados eram integrados diariamente ao Thesouro Nacional ou ao Monte de Socorro para empréstimo sob penhores.

A administração representa uma grande diferença entre as duas instituições. A Caixa Econômica da Corte funcionava como uma grande associação, na qual os trinta maiores *accionistas*, isto é, aqueles que possuíssem mais capital acumulado em cadernetas e mais trinta escolhidos por esses últimos eram reunidos na Assembleia de Acionistas. Nessa Assembleia de Acionistas era definido um Conselho de Administração composto por 6 tesoureiros e 6

²⁴⁰ SARAIVA, Luiz Fernando e ALVARENGA, Thiago. *Op.cit.* P. 7.

secretários. Haveria uma escala mensal para um tesoureiro e um secretário lidaram com seus deveres administrativos. A cada 6 meses uma reunião da Assembleia de Acionistas definiria um novo Conselho de Administração (Art. 1º ao 8º do Título 3).

Esse modelo de administração da Caixa Econômica do Rio de Janeiro concentrava as decisões administrativas nos mais ricos, em contraposição com a funcionalidade da instituição de servir aos mais pobres. A ideia era de benemerência e filantropia, ao mesmo tempo que consistia em um caráter meritocrático, o qual era compreendido que aqueles que possuíssem riquezas, eram os que deveriam administrar um negócio. Esse modelo administrativo representava ainda mais o caráter paternalista dessa instituição.

Por sua vez, a Caixa Econômica da Corte tinha o Presidente, o Vice-Presidente e os membros do Conselho Inspector e Fiscal escolhidos diretamente pelo Governo (Conselho de Estado). Enquanto os demais cargos e atribuições (todos remunerados) eram escolhidos por atribuição do Conselho. Para alguns a Caixa Econômica da Corte serviu como espaço para angariar capital político e prestígio social, alcançando eventuais cargos políticos depois de passagens pela Caixa, para outros eram a forma de continuar inseridos na vida pública após aposentados de seus ofícios²⁴¹.

É interessante notar que a elite que compôs a Caixa Econômica do Rio de Janeiro (1831-1859), como já dito, ligada à abdicação de D. Pedro I e ao campo mais liberal, não consegue manter a instituição frente à concorrência, mas também, principalmente, a partir da consolidação do Partido Conservador ao final da década de 1840. A centralização imposta pelas políticas *saquarema* dificultou a ação do grupo da Caixa Econômica do Rio de Janeiro e permitiu, em pouco tempo, a tomada dos capitais da economia popular outrora investidos em entidades privadas (como as casas bancárias).

O regulamento do Monte de Socorro, por sua vez, em seu primeiro capítulo *Das Funções do Monte de Socorro*, exprimia em seu primeiro artigo sua função primordial de *emprestar por modico juro, e sob penhor as sommas necessárias para socorrer as urgentes necessidades das classes menos favorecidas da fortuna* (art.1º). Os empréstimos eram feitos somente por meio de penhores de ouro, prata e diamantes (art. 2º e 3º). Os juros advindos dos empréstimos sob penhor serão utilizados para as despesas do estabelecimento (art.4º). O mínimo de empréstimo era de 5\$000 e os empréstimos acima de 100\$000 requeriam *cuidado* para não absorver todos os capitais disponíveis para apenas um empréstimo (art.5º). Ademais,

²⁴¹ Essa discussão sobre os membros do Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte é realizada nos capítulos 2, 3 e 4 referentes a cada década.

os objetos penhorados não podiam garantir mais do que $\frac{3}{4}$ do valor orçado para empréstimos (art. 6º).

O Monte de Socorro não fazia empréstimos a pessoa desconhecida ou que não fosse domiciliada na cidade do Rio de Janeiro ou que não fosse acompanhada por um *abonador* (art.7º)²⁴². Depósitos inferiores a 50\$000 eram dispensados da formalidade da necessidade de um terceiro caso o depositante do penhor ou o abonador não souberem escrever (art.8º).

Como já explicitado anteriormente, os menores, os escravos e demais indivíduos que não tivessem a livre administração de sua pessoa e bens (no caso as mulheres casadas também) não poderiam depositar sob penhor (art.9º). Caso houvesse dúvida sobre a legitimidade da posse ou o direito de dispor de um objeto apresentado para penhor, os funcionários do Monte contatariam a polícia e manteriam o objeto sob tutela até a dúvida fosse esclarecida (art.10º). A restrição do artigo anterior é justamente uma ideia de evitar que objetos roubados ou contrabandeados fossem penhorados. Os dois últimos artigos apresentados tentavam evitar que escravos passassem por *forros*, reforçando ainda mais o caráter paternalista e senhorial do Estado brasileiro e suas instituições.

O artigo 11º é referente à avaliação dos penhores. É informado, portanto, o procedimento que todos os objetos penhores passariam. Em primeiro lugar, é estipulado o prazo do empréstimo, sendo o máximo de 9 meses. Orçado o valor do penhor pelo perito, é entregue ao depositante a quantia referente máxima de até $\frac{3}{4}$ do valor do penhor junto com um documento descrevendo o objeto penhorado, seu valor, número de registro, a importância e prazo do empréstimo, bem como a taxa de juros, a data inicial e final do empréstimo. No fim do prazo, o depositante poderá renovar o prazo por até 6 meses, no entanto, era imprescindível uma nova avaliação do objeto penhorado (para avaliar a possível perda de valor do objeto) e o pagamento dos juros, caso contrário, a renovação não seria feita (art.11º).

O penhor pode ser resgatado a qualquer momento desde que seja quitado a importância do empréstimo mais os juros (art.12º) e caso o penhor tenha sido extraviado, pagariam o valor do objeto mais o valor de 50% dele como indenização (art.13º). No caso do objeto penhorado estiver avariado, o depositante poderia escolher por abandoná-lo no Monte e receber como indenização a diferença de valor entre o estado atual e a última avaliação do objeto (art.14º).

Se o depositante perdesse o *conhecimento* (como era chamado o documento comprovatório do penhor), não poderia resgatá-lo até que terminasse o prazo do empréstimo.

²⁴² O abonador era uma pessoa distinta na praça comercial que podia garantir que o objeto penhorado era de propriedade do depositante. Seu papel era de utilizar sua distinção na sociedade em questão para assegurar àquele que não a possuísse.

No término desse prazo, era possível resgatá-lo mediante o pagamento ou receber o saldo da venda do mesmo em leilão (art.16º). Se um penhor foi reivindicado alegando furto ou qualquer outro motivo do *conhecimento*, para obtê-lo é preciso justificar o direito que tem sob o penhor e pagar todos os juros, despesas e importância do empréstimo (art.16º).

Os objetos penhorados seriam vendidos no término dos prazos dos empréstimos não renovados. Caso houvesse saldo na venda, seria entregue ao depositante do penhor (art.17º). Nenhum objeto que não fosse penhorado poderia ser posto à venda no Monte de Socorro (art.18º).

As vendas dos objetos penhorados não-resgatados deveriam ser realizadas em leilões públicos, organizados e verificados pelo Conselho Inspector e Fiscal (art.19º). No entanto, era precisa divulgar os objetos em anúncios no jornal de maior circulação na cidade com antecedência de 10 dias para o leilão. Nesses anúncios deveriam conter o número de registro do objeto em questão, sua natureza e suas condições de venda (art.20º). No fim de cada leilão, o produto da venda dos penhores será entregue ao Tesoureiro e contabilizado pelo Guarda-livros (art.21º). O excedente do produto da venda dos penhores, depois de pago o empréstimo, juros e despesas, será entregue ao depositante do penhor (art.22º).

Os fundos para suas operações do Monte de Socorro eram formados a partir das *subscrições, doações e legados particulares, empréstimos particulares com ou sem juros, empréstimos feitos pelo governo*. Os fundos do Monte de Socorro deveriam ser depositados em cofre de bancos públicos mantendo apenas o necessário para serviços diários em um cofre de duas chaves no Monte (uma chave com o tesoureiro e outra com o guarda-livros). Qualquer lucro líquido no fim de cada exercício do Monte era acumulado ao capital do estabelecimento enquanto o Governo julgar necessário. Assim que o estabelecimento se tornar auto-suficiente, o governo poderá aplicar os lucros em estabelecimentos da caridade ou beneficência da cidade. Por fim, se o Monte de Socorro for dissolvido, caso haja capital restante após as devidas quitações, esse será distribuído para estabelecimentos particulares da cidade.

O capítulo segundo do regulamento do Monte de Socorro trata *Da Administração*. Logo no artigo 24º, primeiro desse capítulo, é indicado que a administração do Monte se comporia do mesmo Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica, do mesmo Tesoureiro e do mesmo Guarda-livros, além de um porteiro, um contínuo, um perito-avaliador e um leiloeiro (art.24º).

As competências do Conselho, do Tesoureiro e do Guarda-livros são as mesmas da Caixa Econômica e estão dispostas entre os artigos 25º e 36º. O artigo 37º dispõe sobre o papel

do perito de avaliar os objetos penhorados. Seus vencimentos poderiam ser fixos ou por meio de comissão por avaliação e venda, ficando a critério do Tesoureiro (art.37º parágrafo único).

O último capítulo trata das disposições gerais. O Monte de Socorro estava isento, assim como a Caixa Econômica, do imposto do selo e poderia receber doações e legados (art.39º). Enquanto os juros das quantias emprestadas sob penhor não eram suficientes para cobrir as despesas do Monte, os *déficits* seriam cobertos pelos fundos da Caixa Econômica (art.39º). Por fim, assim que o Conselho Inspector e Fiscal achar conveniente, poderia propor ao Governo a ampliação do tipo de objetos a serem penhorados (art.40º).

Conforme os dois regulamentos, os recursos captados através de depósitos pela Caixa Econômica poderiam ser utilizados para empréstimos sob penhores do Monte de Socorro com a autorização do Ministro da Fazenda, em contrapartida, o Monte de Socorro tinha a função de manutenção das despesas de ambas as instituições através de seus rendimentos de 12% ao ano pelos penhores. A intenção era de não onerar a máquina pública para além dos 6% dos depósitos da Caixa Econômica rendidos através do Tesouro Nacional.

No tocante aos regulamentos, 12 dias após o início do funcionamento da Caixa Econômica e Monte de Socorro foi decretado algumas mudanças nas disposições dos regulamentos citados anteriormente. Além de esclarecer dúvidas sobre o pagamento de juros aos depósitos, a principal mudança foi a permissão de empréstimos feitos pelo Monte de Socorro às pessoas não domiciliadas na capital do Império.

Portanto os regulamentos operacionalizavam a *Lei dos Entraves* expressando as características de beneficência e popular que o governo imperial delegaria às caixas econômica e ao monte de socorro. A proposta de estabelecer as caixas e montes de socorro como instituição de beneficência gerou críticas ao longo de sua história²⁴³ e foi corroborada por estudiosos do tema²⁴⁴. A principal crítica é acerca da sua *função social*. Silva argumenta que faltara a caixa “o objetivo mais sublime e mais importante: a busca de solução para o flagelo da pobreza”, o que foi ainda agravado pelo “repasse dos depósitos ao Tesouro Nacional”.²⁴⁵

Nesse sentido, a caixa econômica e monte de socorro se assemelhavam com as *cajas de ahorros e montes de piedad* espanhóis, pois eram reconhecidas como novas instituições de ordem liberal-burguesa, visto que suas operações se assimilavam à antiga Caixa Econômica do

²⁴³ Era recorrente a discussão e crítica nos periódicos acerca se a Caixa Econômica exercia sua função primordial de caixa de depósitos populares.

²⁴⁴ Cf. SILVA, De Plácido e. **As caixas econômicas federais: sua história, seu conceito jurídico, sua organização e suas operações autorizadas**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937. LYRA FILHO, João. **Crédito popular & caixas econômicas**. Rio de Janeiro: Typografia Alba – Moreira, Cardoso & Freitas, 1936.

²⁴⁵ SILVA, Getulio Borges de. *Caixas econômicas: a questão da função social*. Rio de Janeiro: Forense, 2004. P. 87.

Rio de Janeiro (liquidada em 1859), com caráter de beneficência em detrimento das antigas instituições de caridade e tinham como fim garantir a subsistência das classes populares urbanas e evitar conflitos sociais decorrentes da pobreza através da difusão do hábito da poupança.²⁴⁶

A análise das pessoas que administraram a instituição se faz necessária para compreender as características presentes nos estatutos e nas decisões tomadas, em especial, no período em que as casas bancárias dominavam a poupança popular. A seguir discutiremos sobre o perfil dos membros e presidentes que compuseram o Conselho Inspector e Fiscal no desenvolvimento dos estatutos e ao longo da primeira década da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte.

2.2 – O Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica da Corte na década de 1860

O Decreto nº 2.723 de 12 de janeiro de 1861 que traz os regulamentos de ambas instituições é assinado por membros do governo e pessoas notáveis na capital do Império brasileiro: Visconde de Itaborahy, Manoel Felizardo de Souza e Mello, Visconde de Ypanema, Visconde de Condeixa, Visconde de Bomfim, Barão de Itamaraty, Barão de Mauá, João Pedro da Veiga, Antonio José Alves Souto e Militão Maximo de Souza. Esse mesmo grupo assumiria a composição do *Conselho Inspector e Fiscal* em 1861 como pode ser visto na **Quadro 2.1**.

O primeiro *Conselho Inspector e Fiscal* teve a função de elaborar os regulamentos das duas instituições – Caixa Econômica da Corte e Monte de Socorro – baseados nas experiências anteriores desses tipos de estabelecimentos e nas experiências pessoais de cada membro do conselho, visto que a maior parte dele estava envolvida em atividades financeiras.

Esse conselho fundador não se manteve por mais que alguns meses. Após a composição do Decreto-fundacional contendo os regulamentos das duas instituições, o Conselho Inspector e Fiscal se reuniria no dia 15 de março do mesmo ano na Escola Nacional de Engenharia, no largo de São Francisco. Já nessa primeira reunião, notou-se a ausência do Barão de Mauá, o qual faltaria as demais reuniões até a entrega de seu cargo de conselheiro em 21 de junho de 1861. Ademais, essa primeira reunião também é marcada pela comunicação de afastamento do cargo da presidência pelo Visconde de Itaborahy. A saída de Itaborahy está ligada ao seu afastamento do governo, pois, no dia 2 de março daquele ano, o Imperador derrubara o gabinete

²⁴⁶ MARTÍNEZ SOTO, Ángel Pascual. “Los Montes de Piedad y las Cajas de Ahorros de ahorros españolas em el siglo XIX (1835-1875). *XIV International Economic History Congress. Session 66*. Helsink, 2006. P. 4.

conservador de Ângelo Muniz Ferraz, substituindo por Duque de Caxias, outro conservador mais próximo do Imperador.

Essa mudança na política da Corte trouxe reflexos imediatos ao Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e do Monte de Socorro. Nos primeiros meses, ainda antes do início das atividades das duas instituições, o Conselho se modificou bastante: Itaborahy e seu sucessor Manoel Felizardo de Souza e Mello abandonaram os cargos de presidência; após alguns dias o comendador José Antônio Pimenta Bueno abandonara o cargo de vice-presidente e três conselheiros, Visconde de Ypanema, Visconde de Condeixa e Milião Máximo de Souza, os acompanharam abrindo mão de seus cargos.²⁴⁷

As reuniões com o Conselho modificado foram realizadas na mansão do banqueiro e conselheiro da Caixa e do Monte José Alves Souto, localizada na rua Direita. O Barão de Souto também foi o responsável por ceder a mobília para a sala oficial da Caixa Econômica e Monte de Socorro na Câmara dos Deputados no prédio da Cadeia Velha, onde funcionaram por 16 anos.²⁴⁸

²⁴⁷ BUENO, Eduardo et al. **Caixa: 150 anos de Uma História Brasileira**. Divulgadora Buenas Idéias Ltda. 2010. P. 15-16.

²⁴⁸ Idem

Quadro 2.1 - Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro (1861-1870)²⁴⁹

Cargos	Presidente	Vice Presidente	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro
1861	Joaquim José Rodrigues Torres (V. do Itaborahy)	Manoel Felizardo de Souza e Mello	João Maria C. de M. Velasques Sarmiento (V. de Condeixa)	José Antônio Moreira (V. de Ypanema)	Militão Máximo de Souza (B. de Andarahy)	Francisco José da Rocha Leão (Bar. do Itamaraty)	Antonio José Alves Souto (V. do Souto)	José Francisco de Mesquita (V. do Bom-fim)	Irineu Evangelista de Sousa (Bar. de Mauá)	João Pedro da Veiga
1862	Antonio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque (V. de Albuquerque)	José Francisco de Mesquita (V. do Bom-Fim)	José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho	Antonio Nicolao Tolentino	Vago	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	José de Araújo Coelho	Vago	João Pedro da Veiga
1863	Alexandre Maria de Mariz Sarmiento	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	José Machado Coelho de Castro	Luiz Antonio da Silva Guimarães	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	José Carlos Mayrink (V. de Mayrink)	Candido José Rodrigues Torres	Hermenegildo Duarte Monteiro
1864	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
1865	Francisco José da Rocha Leão (Bar. do Itamaraty)	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	Vago	Vago	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
1866	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	Vago	Vago	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
1867	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	Antonio Henrique de Miranda Rego	Vago	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
1868	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	Vago	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
1869	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	Vago	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
1870	José de Araujo Ribeiro (Bar. do Rio Grande)	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	Vago	José Antonio de Figueiredo Junior	João Estevão da Cruz	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>

Fonte: Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. Caixa Econômica e Monte de Socorro, 1861-1870. Rio de Janeiro. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 02 de set.2018. “Idem” se refere ao mesmo nome da mesma linha da coluna anterior.

²⁴⁹ Ver Quadro Prosopográfico no Anexo 14..

Importante ressaltar a trajetória do primeiro presidente da Caixa Econômica da Corte: Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraay. Rodrigues Torres fora acionista fundador e secretário da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, enquanto ainda fazia parte das fileiras do Partido Liberal. Após romper com os liberais no ano de 1837, ingressou ao Partido Conservador, no qual militou até o fim da vida em 1872. Ao longo de sua carreira política fora Ministro da Fazenda em quatro oportunidades: 1832, 1848 a 1850, 1851-1853 e 1868 a 1870; fora também deputado geral na 3ª legislatura de 1834-1837, primeiro presidente da Província do Rio de Janeiro de 1834-1836 e presidente do Conselho de Ministros em duas oportunidades: em 1852 e 1868. Entre outras atuações importantes de Rodrigues Torres, temos a presidência do Banco do Brasil em duas oportunidades: 1855 a 1857 e 1859. Em 1858, compôs o Conselho de Estado e negou a reforma dos estatutos da Caixa Econômica do Rio de Janeiro que propunha uma maior diversificação dos negócios feitos com o capital acumulado dos seus depositantes. Rodrigues Torres, dentre outras razões para a negativa da reforma dos estatutos, anotou que as caixas econômicas eram e deveriam ser “instituições de beneficência e não de especulação mercantil”²⁵⁰. Ao negar tais reformas, Rodrigo Torres preparava terreno para a constituição das caixas econômicas imperiais, as quais são expostas, pela primeira vez, nos dispositivos da Lei dos Entraves em 1860.

Mudanças foram recorrentes não somente nos primeiros meses. Nos primeiros anos da Caixa Econômica e Monte de Socorro houve mudanças anualmente até o ano de 1864, conforme pode ser visto na **Quadro 2.1**. A presidência trocou de nome pelo menos uma vez por ano até escolha de Alexandre Maria de Mariz Sarmiento em 1863. A mudança na presidência ocorreria novamente no ano de 1865, assumindo o Barão de Itamaraty até 1869. De 1870 até o ano de 1875 a presidência ficou a cargo do Barão do Rio Grande (tendo o ano-chave de 1874 da expansão da Caixa Econômica e do Monte de Socorro para outras províncias do Império). No entanto, a vice-presidência permanecia desde 1862 até o ano de 1871 com o Visconde de Bom-fim, futuro Conde. A vice-presidência foi assumida por José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho até 1874.

Até o ano de 1864, a Caixa Econômica e o Monte de Socorro tiveram 4 presidentes diferentes (ver **Quadro 2.1**), enquanto o Ministério da Fazenda teve 6 ministros diferentes, em ordem: José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco, 1861-1862); José Pedro Dias de Carvalho (1862 e 1864); Antonio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque, 1862-1863), o qual fora presidente do Conselho Inspector e Fiscal

²⁵⁰ Consultas do Conselho de Estado – Seção de Fazenda, Anos de 1856 a 1860, Volume IV. Consulta n.489.

da Caixa e Monte no mesmo período; Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes, 1863-1864) e Carlos Carneiro de (Visconde de Caravelas, 1864-1865)²⁵¹.

As recorrentes mudanças estavam alinhadas à situação política e ministerial do Império brasileiro no início da década de 1860. Esse período de instabilidade ministerial se refere ao período marcado pela chefia ministerial da *Liga Progressista*²⁵². Tal período, correspondido entre 1861-1868, foi marcado pela variação de chefias ministeriais relacionadas à continuada divergência entre governo e Câmara. Foram 7 ministérios em 7 anos, tendo 5 derrubados por falta de sustentação parlamentar e 1 por perda do apoio da Coroa. Essa instabilidade ministerial do governo se estenderia até o ano de 1868, quando Zacarias de Góis e Vasconcelos é derrubado para a nomeação de Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) em meio à Guerra do Paraguai (1864-1870), considerado por muitos opositores à época como “golpe de Estado”.²⁵³

A alternância política ministerial, em especial, do Ministério da Fazenda, tem seus reflexos diretamente no Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro. Como podemos observar no **Quadro 2.1** e por meio das informações citadas no parágrafo anterior, em seus primeiros anos, a Caixa e Monte tiveram alternância anual até o ano de 1864, marcado pela Crise do Souto e início da Guerra do Paraguai. Tal período requisitaria uma administração consolidada por se tratar do momento chave das duas instituições, as quais centralizariam a economia popular com a desconfiança pairada sob as casas bancárias privadas.

Dessa forma, a percepção do momento pelo governo foi crucial. Ainda que a chefia ministerial e da Fazenda mantivessem instáveis no momento posterior à Crise do Souto e o início da Guerra do Paraguai, o Conselho Inspector e Fiscal da Caixa e do Monte se estabilizaria no momento de maior desenvolvimento das duas instituições com a figura do Barão do Itamaraty e do Visconde do Bom-Fim até o final da década. Assim se desvencilhando da instabilidade da política imperial no período final da *Liga Progressista*.

É possível identificar alguns padrões característicos dos membros do dito conselho, os quais podem estar ou não integrados em um mesmo nome. O primeiro padrão característico refere-se ao dos ‘homens públicos’. Dos nomes listados até 1870, 3 foram ministros do Império brasileiro: Manoel Felizardo de Souza e Mello, ministro da Marinha e da Guerra (1848-1849); Visconde de Albuquerque, Ministro da Fazenda (1830, 1832, 1844-1847 e 1862) e Visconde

²⁵¹ CARVALHO, José Murilo de. *Op.cit.* p. 218.

²⁵² Sobre o contexto de formação e a composição da Liga Progressista, ver ESTEFANES, Bruno F. *A Muralha de Bronze: A formação da Liga Progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária, 1857-1862*. Tese de doutoramento apresentada no Programa de Pós-graduação em História social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

²⁵³ FERRAZ, Sérgio Eduardo. “A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889)”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 62. Jun, 2017. P. 73.

do Itaborahy, Ministro da Fazenda (1832, 1848-1850, 1851-1853 e 1868-1870). Do total de 25 nomes, 8 estiveram ligados ao Poder Legislativo em todas as funções e 3 foram presidentes de províncias. Ademais, havia membros da Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Militares de alta patente, Veadores da Casa Imperial, Chefe da Contadoria Geral do Tesouro etc. O segundo padrão característico é a de ‘homens de negócios’, os quais eram identificados por banqueiros, comerciantes e industriais. É interessante notar a quantidade de nomes com experiências em instituições financeiras que compuseram o Conselho Fiscal. Dos 25 diferentes nomes que assumiram posições de Conselheiros, Vice-Presidente e/ou Presidente até o ano de 1870, pelo menos 12 nomes eram banqueiros ou tinham, dentre suas atividades, alguma relacionada ao sistema financeiro. Quatro desses nomes foram presidentes do Banco do Brasil: Visconde de Itaborahy (1855-1857), Militão Máximo de Souza (1869-1870), José Machado de Coelho de Castro (1870-1874) e Visconde de Tocantins (1874). Dois outros eram membros da *Junta Administrativa da Caixa de Amortização*: o Barão do Itamaraty e o Visconde do Bonfim. Temos também no segundo grupo a presença de duas figuras ímpares na praça comercial do Rio de Janeiro de meados do século XIX: Antonio José Alves Souto, futuro Visconde do Souto e dono da proeminente casa bancária A. J. Souto & C; e o Barão de Mauá, futuro Visconde de Mauá, industrial, banqueiro e comerciante.

Por fim, o terceiro padrão característico é a filiação ao Partido Conservador, em especial a ala ‘puritana’ e não dissidente no período da Conciliação²⁵⁴. O Partido Conservador tinha como linha de ação a defesa do fortalecimento do poder central, o controle centralizado da magistratura e da polícia e o fortalecimento do poder moderador²⁵⁵. Dessa forma, no tocante aos depósitos populares, a Lei dos Entraves e, por seguinte, a criação da Caixa Econômica da Corte serviam o propósito do poder central ao centralizá-los ao Tesouro Nacional, uma vez que estavam dispersos entre diversas entidades financeiras privadas, como as casas bancárias. Ainda que a década de 1860 seja marcada pelos ministérios da Liga Progressista²⁵⁶, movimento conciliatório iniciado na década de 1850, figuras conhecidas do Partido Conservador configurariam no Conselho Fiscal da Caixa Econômica da Corte e do Monte de Socorro, tais como: Manoel Felizardo de Souza e Mello, Visconde de Tocantins, o já citado Visconde de Itaborahy, Barão de Itamaraty, entre outros.

²⁵⁴ Sobre o período da Conciliação, ver ESTEFANES, Bruno F. *Op.cit.*

²⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial.** 5ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

²⁵⁶ *Ibidem*, 218.

Como dito, a instabilidade político-financeira do final da década de 1850 e início de 1860 aliada à concorrência das já estabelecidas *casas bancárias* dificultavam o desenvolvimento das duas instituições em questão. A seguir analisaremos a primeira década da Caixa Econômica e Monte de Socorro.

2.3 – A centralização dos depósitos após Crise do Souto

A Caixa Econômica da Corte e o Monte de Socorro tiveram suas atividades iniciadas na segunda-feira, dia 4 de novembro de 1861 nos fundos da Câmara dos Deputados²⁵⁷. Em seu primeiro dia, a Caixa Econômica contou com uma movimentação irrisória. Apenas dez pessoas depositaram suas pequenas economias naquele dia, totalizando o valor de 190\$000 réis. Analisando somente os primeiros depositantes era claro cumprimento da função primordial da caixa de ser o depósito das economias das classes menos abastadas da sociedade carioca.

Os 50 primeiros depositantes depositaram valores que variaram entre 2\$000 a 50\$000 réis semanais. Em termos de comparação, uma botina na Rua do Carmo custava em torno de 8\$000 réis e um almoço simples podia ser encontrado por aproximadamente por 320 réis, enquanto uma jornada mensal (valor nominal) de um escravo de aluguel era entre 15\$000 a 20\$000²⁵⁸.

Nove depósitos foram feitos em nome de netos e filhos, um hábito que era trazido da experiência anterior da Caixa Econômica do Rio de Janeiro. Tal hábito carregava o caráter de previdência tão divulgado por esse tipo de instituição. Sete depósitos foram feitos por estrangeiros, sendo seis portugueses e um francês. Ainda sobre os 50 primeiros depositantes, treze foram feitos em nome de mulheres.²⁵⁹

No final do ano de 1861, a Caixa Econômica da Corte tinha apenas dois meses de atividades e acumulava aproximadamente 11 contos de réis, quantia irrisória em comparação com as demais instituições que operavam depósitos na cidade do Rio de Janeiro. Os negócios não melhoraram no ano seguinte. Ainda que tenha triplicado o número de novos depositantes, o valor acumulado era de apenas 50 contos de réis. O ano de 1863 manteve o lento ritmo de crescimento, alcançando o total de aproximadamente 87 contos de réis, longe da ambição do governo imperial.

²⁵⁷ Ver a gravura da Câmara dos Deputados no Anexo 3.

²⁵⁸ VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. **La producción de la libertad: economía de los esclavos manumitidos en Río de Janeiro a mediados del siglo XIX**. Bogotá, Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2011. P. 147.

²⁵⁹ BUENO, Eduardo et al. **Caixa 150 anos ...** P. 30.

O início lento da instituição de depósitos do governo pode ser explicado por três principais fatores: 1) a árdua concorrência com entidades financeiras já estabelecidas como as casas bancárias, as quais, apesar de não serem instituições de beneficência, funcionavam como caixas econômicas, o que ia contra os dispositivos da Lei dos Entraves; 2) o corpo de funcionários e estrutura física da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte eram precários, funcionando em um ambiente nos fundos da Câmara com poucos recursos e incentivos aos funcionários; 3) o governo apostava na questão da ‘garantia do governo’ como diferencial contra a concorrência, no entanto, as principais concorrentes eram entidades financeiras com importante destaque na praça comercial do Rio de Janeiro, tendo como proprietários nomes de prestígio como o do Visconde do Souto.

No que se refere ao Monte de Socorro da Corte, embora o saldo do ano, aproximadamente 124 contos de réis, não tenha sido alto para o que se pretendia, os valores eram mais que suficientes para manter as despesas da Caixa Econômica e fazer uma reserva para novos empréstimos. A média de empréstimos do ano de 1862 ficou em aproximadamente 80 mil-réis, subiu para quase 88 mil-réis em 1863 e manteve em torno de 88,5 mil-réis no ano de 1864.

Dessa forma, o Monte de Socorro cumpria seu papel no binômio *Monte de Socorro-Caixa Econômica* de conseguir cobrir os gastos operacionais da Caixa Econômica da Corte. Tal situação não seria recorrente conforme a Caixa Econômica se desenvolve, uma vez que os gastos operacionais aumentam em um ritmo muito superior ao desenvolvimento do Monte de Socorro.

Para além das suas responsabilidades sociais, a partir das normas estabelecidas pela dita lei de 1860, a Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte tinham uma função fundamental de amortizar a dívida pública interna que acumulava em torno de 3460 contos de réis ao final do ano de 1860.²⁶⁰ Para conseguir uma efetiva amortização da dívida pública interna, em especial da quantidade de papel-moeda emitido, a caixa econômica precisaria vencer a concorrência das casas bancárias, as quais acumulavam uma soma significativa dos réis de pequenos poupadores na praça comercial carioca.

A vitória veio em forma de tragédia. A Crise do Souto em 1865 significou a bancarrota das quatro maiores casas bancárias (A.J. Alves Souto & Cia; Montenegro Lima & Co.; Bello & Oliveira e Amaral Pinto & Cia.) do Rio de Janeiro. Em decorrência da crise, muitos

²⁶⁰ BRASIL, Lei Orçamentária nº 1040 de 14 de setembro de 1859. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1860** - vol. 001] (p. 28, col. 1).

depositantes batem à porta da Caixa Econômica da Corte para depositar suas economias buscando a segurança da instituição do governo.

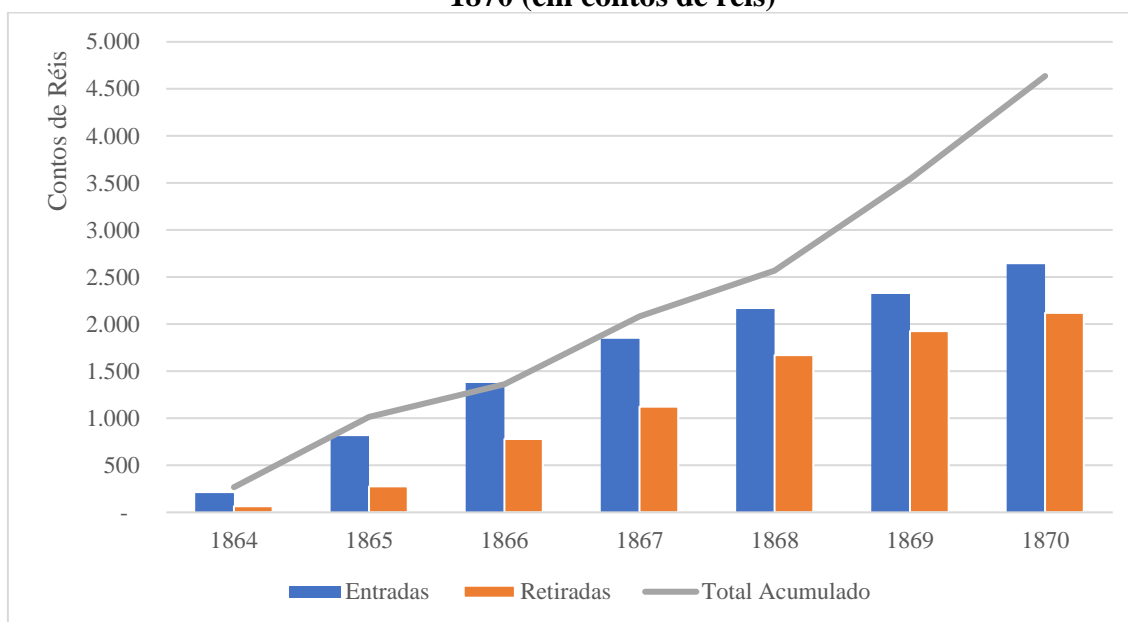
Nos parece claro o efeito de redirecionamento dos depósitos no ano da crise. A Caixa Econômica da Corte recebia, nesse ano, especialmente a partir de setembro, 1293 novos depositantes e um total de 241 contos de réis acumulados. A fala do Visconde do Itaboraahy, em 1871, reafirma a transferência das pequenas poupanças pós 1864:

[...] Sabem todos a grande quantidade de dinheiro que havia nos bancos antes do naufrágio de 1864, proveniente das economias das pessoas pouco abastadas, que allí depositavam as pequenas sobras de seus rendimentos. A bancarota de 1864 aniquilou essas economias de milhares de familias; e, servida a confiança nos bancos começarão os depositos daquela natureza a encarminhar-se para o thesouro, que ficou sendo assim uma especie de caixa economica para as pessoas que puderão depositar 50\$ por semana. Desta arte proporcionou o thesouro emprego seguro a essas pequenas sobras, tornou-se um estímulo ao espirito da economia, convergindo aos seus cofres os capitaes atemorizados pela quebra dos bancos. [...].²⁶¹

Sete anos após a crise, a análise do Visconde denotava pontos importantes acerca da atuação do governo para captar as economias “dispersas”. O governo “propiciou” segurança por meio do nome do “The souro Nacional” às “pequenas sobras” existentes na cidade do Rio de Janeiro. Mais do que rendimentos, o que os poupadores buscavam naquele momento de incerteza era a segurança de suas economias. Na falência da iniciativa privada, o governo intervia prometendo a “garantia do Estado Nacional”. Esse mote da “garantia do Governo” será levado para todo restante do século nas propagandas dos periódicos sobre a Caixa Econômica da Corte.

²⁶¹ Jornal do Commercio, Edição 170, Ano de 1871.

Gráfico 2.1 – Balanço anual dos depósitos coligidos na Caixa Econômica da Corte, 1864-1870 (em contos de réis)

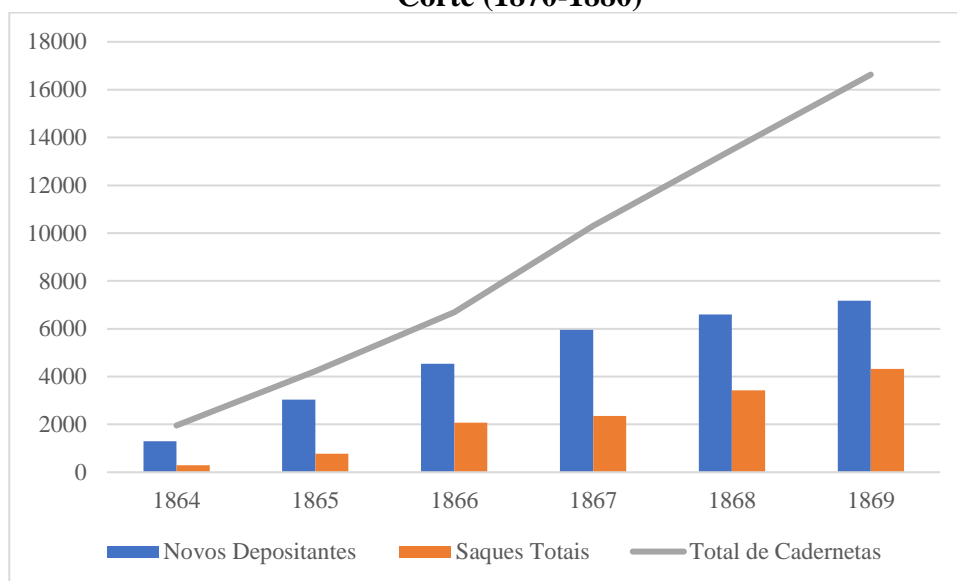


Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda (vários anos).

Em seus anos iniciais a Caixa Econômica da Corte apresentava inferiores a 100 contos de réis, no entanto, ao final da década, no ano de 1869 esse valor acumularia o total aproximado de 3500 contos de réis, conforme o **Gráfico 2.1**. O crescimento dos valores dos depósitos coligidos entre os anos de 1864-1869 alcançou a taxa de aproximadamente 1.224%, isto é, aumentou cerca de 13,24 vezes o valor que havia no ano de 1864.

Esse crescimento exponencial nos valores coligidos é devido ao número maciço de novos depositantes na Caixa Econômica da Corte. Entre os anos de 1864 e 1869, como pode ser visto no **Gráfico 2.2** a Caixa Econômica da Corte recebeu a média de aproximadamente 4.766 depositantes ao ano, enquanto o número de saques totais foi bem menor, representando a média de 2.203. O crescimento do total de cadernetas ativas na Caixa Econômica da Corte representou a taxa de aproximadamente 750%, ou seja, aumentou cerca de 7,5 vezes o número de poupadores.

Gráfico 2.2 - Balanço anual de entrada e saída de cadernetas da Caixa Econômica da Corte (1870-1880)



Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda (vários anos).

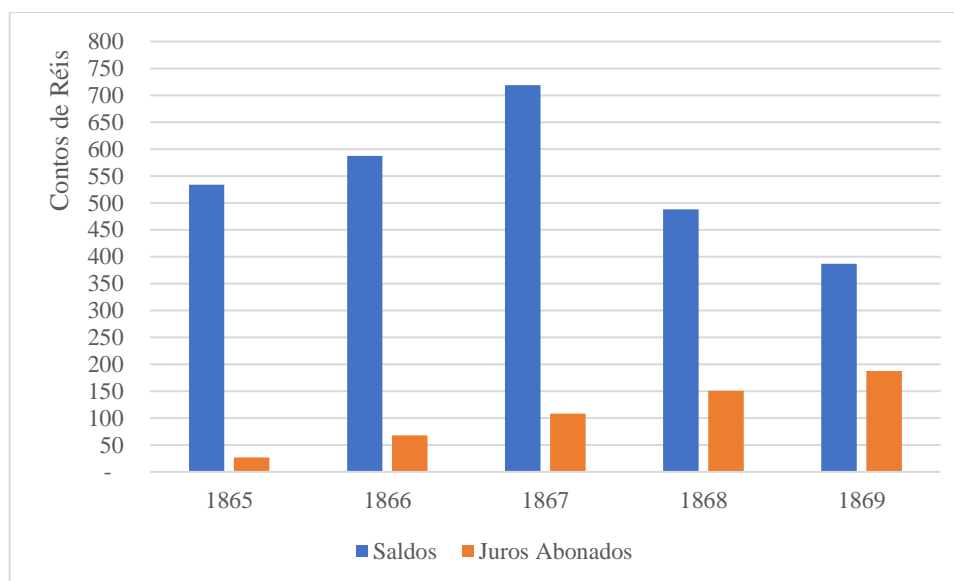
O superávit de depósitos em relação às retiradas é constante, mesmo com a eclosão do conflito com o Paraguai no final de 1864, o qual só teria fim em 1870. Ainda que não houvesse essa finalidade, os valores depositados na Caixa Econômica e, conseqüentemente enviados para o Tesouro Nacional, em algum grau, financiaram os esforços da guerra. No periódico “A Reforma” é feita uma crítica à Lei Orçamentária de 1869 da utilização dos depósitos da Caixa Econômica no Tesouro Nacional para propósitos de guerra:

Nota que nos cálculos pouca importância se dá aos depósitos da caixa econômica, e ninguém parece reparar que até a economia do pobre, que devêra fertilizar o trabalho, é applicada ao consumo improdutivo da guerra.²⁶²

A Caixa Econômica da Corte crescia exponencialmente o seu número de novos depositantes, bem como os valores depositados. Ao mesmo tempo que os poupadores enchiam os cofres da instituição de depósitos do governo, o Tesouro Nacional era também responsável por arcar com os rendimentos desses depósitos, os quais eram devolvidos à administração da Caixa Econômica da Corte como “juros abonados aos clientes”, representados no **Gráfico 2.3**. Esses juros abonados, somados aos saldos das entradas e saques, formavam o capital acumulado pela instituição, uma vez que as despesas com funcionários e eventuais gastos eram custeados pelos prêmios dos penhores da instituição-irmã – o Monte de Socorro da Corte.

²⁶² A Reforma, Edição 29, Ano de 1869.

Gráfico 2.3 - Valores dos Juros Abonados e Saldo dos depósitos da Caixa Econômica da Corte, 1864-1869 (em contos de réis)



Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda (vários anos).

É claro que a instabilidade em todas as esferas proporcionada por uma guerra afetaria a tal “garantia do Estado” aos depósitos na Caixa Econômica. Dessa forma é constante o aumento significativo de retiradas nos anos da Guerra do Paraguai (1864-1870), embora não superasse, em nenhum ano, o número de entradas.

Nos parece natural a recorrente retirada em uma época de instabilidade política, social e econômica que se instaurava em um país que não media seus esforços de guerra. Não obstante, ao longo do conflito, o Estado imperial brasileiro tentava constituir os depósitos da Caixa Econômica da Corte como uma margem para diminuir o disparo da Dívida Pública Fundada, pois a quantia acumulada pelos depósitos era enviada para o Tesouro Nacional, assim tentando frear, em algum nível, o aumento recorrente de emissão de papel-moeda.

Mesmo com o crescimento substancial dos depósitos e com os juros abonados pelo Tesouro Nacional para a Caixa Econômica da Corte nos anos pós crise de 1864, os valores não eram suficientes para conter a ampliação da Dívida Pública Interna brasileira ao longo da Guerra do Paraguai. No início do conflito armado, a quantidade de papel moeda em circulação se aproximava a 30 mil contos de réis, isto é, aproximadamente 22% da Dívida Pública Interna (aproximadamente 131 mil contos de réis). Nesse mesmo ano, os depósitos na Caixa Econômica da Corte representavam uma insignificante parcela de cerca de 265 contos de réis ou 0,2% da quantidade de papel moeda em circulação. Ao final do conflito, a quantidade de papel moeda em circulação aumentara em cerca de 122 mil contos de réis, isto é, quadruplicara no período de 6 anos, representando assim aproximadamente 31% da Dívida Pública Interna. Enquanto os

depósitos da Caixa Econômica da Corte já alcançavam aproximadamente 3% da quantidade de papel moeda, isto é, cerca de 4600 contos de réis²⁶³.

Dessa forma, nesse momento específico a Caixa Econômica da Corte representava apenas uma pequena margem para contar uma parcela da grande emissão e quantidade de papel moeda em circulação. Assim a Caixa Econômica da Corte falhava no intuito de enxugar a quantidade de papel moeda em circulação devido a estratégia adotada de desenfreada emissão de papel moeda para cobrir os custos da Guerra do Paraguai.

A Dívida Pública Interna brasileira até 1870 era composta pela Dívida Interna Fundada, os empréstimos nacionais, empréstimos de órfãos, empréstimos de particulares, bens de ausentes, depósitos públicos, depósitos de diversas origens, depósitos da Caixa Econômica da Corte, Monte de Socorro, Bilhetes do Tesouro e Papel-moeda. É inegável o aumento substancial da Dívida Pública Interna no período da Guerra do Paraguai.

A Dívida Pública Interna aumentou cerca de 400 mil contos de réis entre o ano de 1864 até 1870. A dívida interna fundada e a emissão de papel-moeda foram, sem dúvidas, os passivos que configuraram tamanha dívida ao final de 1870. A dívida interna fundada no início do conflito era de cerca de 80 mil contos de réis, aumentou para aproximadamente 280 mil contos no final. Enquanto o papel moeda em circulação era de cerca de 29 mil contos no início e de aproximadamente 151 mil contos ao final.

De um lado, esses crescimentos demonstram a forma convencionada pelo governo para lidar com o custeio da guerra. Por outro lado, denotam a necessidade de expansão das instituições que pudessem amortizar a dívida interna ou, pelo menos, os efeitos deletérios da quantidade de papel-moeda emitida. Uma das alternativas, conforme foi demonstrado, era a capitalização da moeda através dos depósitos, principalmente por meio da instituição de depósitos recém-criada pelo governo.

A importância de certos passivos na Dívida Pública Interna, em especial os depósitos devido a sua função amortizadora de papel-moeda, é confirmada pela fala do parlamentar Pinto de Figueiredo em plenária no ano de 1867:

O Sr. Pinto de Figueiredo[...] Mas note o nobre deputado que desta somma enorme devemos deduzir: 1º os bilhetes do thesouro no valor de 45.000:000\$ para resgate dos quaes o nobre ministro está autorizado a emitir papel-moeda; 2º os 10.360:000\$ de empréstimo do cofre dos órfãos; 3º os 2.005:000\$ do de depósitos públicos; 4º os 3.188:000\$ de bens de defuntos e ausentes; 5º os

²⁶³ Apesar da Dívida Pública demonstrar crescimento em todo período imperial, a caixa econômica, expandida para outras províncias na segunda metade da década de 1870, alcançará cerca de 15% da quantidade de papel moeda no último ano do império brasileiro.

1.421:000\$ da caixa econômica, que não são dividas exigíveis de prompto pagamento que possam por o thesouro em embarços [...]²⁶⁴

Nesse cenário de aumento da demanda, o Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e do Monte de Socorro da Corte, em especial no número de depósitos na Caixa, propôs a contratação de novos funcionários. Portanto é proposto a criação de um “Escriptuário” e dois Amanuenses para serviços exclusivos da Caixa Econômica, além de um Ajudante de Guarda-Livros para o Monte de Socorro²⁶⁵.

O crescimento do Monte de Socorro da Corte não acompanhou a rápida ascensão dos depósitos da Caixa Econômica da Corte. Como vimos anteriormente, essa instituição teve a sua importância reduzida a segundo plano após a Crise do Souto devido à grande migração de depósitos das casas bancárias falidas para a Caixa Econômica da Corte.

O Conselho Inspector e Fiscal julgou necessário a elevação do prazo de prescrição dos saldos de objetos leiloados. O Decreto nº 3699 de 13 de setembro de 1866 atendeu a esse pedido e elevou o prazo para cinco anos após a publicação do resultado dos leilões. Essa alteração atendia as demandas de penhoristas, principalmente aqueles que viviam longe da capital do império brasileiro e, portanto, podiam ter seus saldos confiscados.

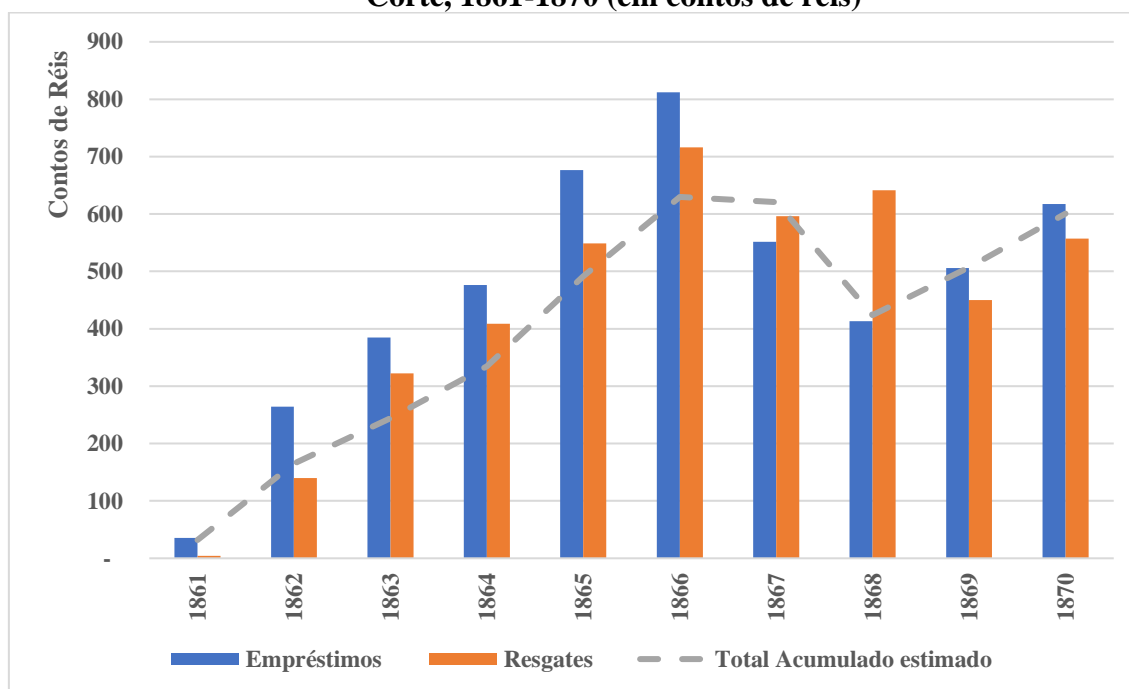
O ritmo de crescimento dos empréstimos do Monte de Socorro da Corte foi interrompido no ano de 1867, como pode ser visto no **Gráfico 2.4**. No relatório desse ano, o presidente do Conselho Inspector e Fiscal explicou que a queda dos empréstimos e o aumento das retiradas dos penhores aconteceram em consequência de “não se ter podido vender em mais de um leilão alguns penhores não resgatados, o que revelou abusiva e exagerada a avaliação da parte do ex-perito do estabelecimento a respeito desses e outros penhores”²⁶⁶.

²⁶⁴ Jornal da Victoria (ES), Edição 347, Ano de 1867.

²⁶⁵ Relatório do Ministério da Fazenda de 1866.

²⁶⁶ Relatório do Ministério da Fazenda de 1867.

Gráfico 2.4 – Balanço dos valores de empréstimos e resgates do Monte de Socorro da Corte, 1861-1870 (em contos de réis)



Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda (vários anos).

O presidente do Conselho Fiscal e Inspector determinou que os objetos fossem postos à leilão novamente até que fossem arrematados, mas declara que o prejuízo já tinha se realizado. O prejuízo que ele deixa implicado é, principalmente, referente à confiança desse estabelecimento. Como já foi demonstrado anteriormente, essas instituições de depósitos, principalmente ao longo do século XIX, dependiam do nível de confiança transmitida aos seus poupadores.

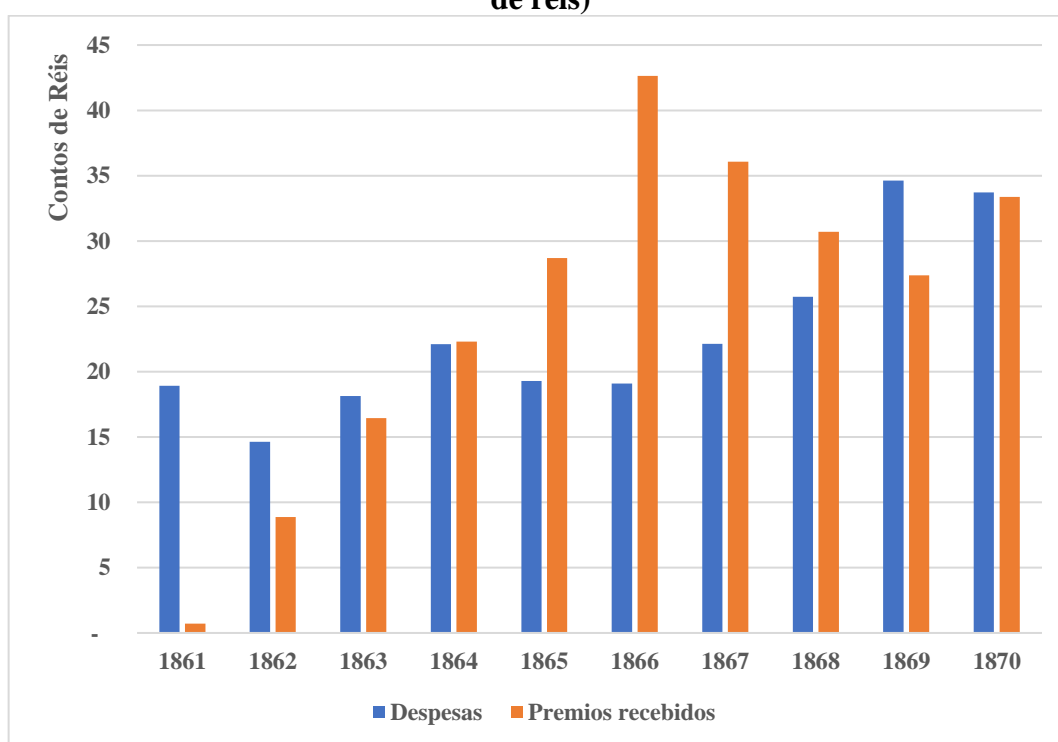
No mesmo Relatório do Ministério da Fazenda de 1867 é exposto que foi questionado ao Conselho Fiscal e Inspector da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte a possibilidade de dispensar o auxílio de 1% sobre o capital das loterias do império, conforme estava estabelecido na *Lei dos Entraves* de 1860. O questionamento foi feito pelo Ministério da Fazenda devido ao fato do Monte de Socorro ter obtido lucros acima das despesas desde o ano de 1863. A resposta do Conselho Fiscal e Inspector foi a seguinte:

Parecendo ser o capital actual do Monte de Socorro suficiente para as operações ordinárias, uma vez que se proceda de conformidade com a disposição do art. 5º do respectivo Regulamento, podia o mesmo estabelecimento dispensar o auxílio de 1% sobre as loterias desta data em diante (21 de novembro de 1867) ficando, porém, salvo o direito do Conselho á qualquer reclamação para o restabelecimento de tal recebimento, ou outro

recurso, no caso de desfalque no capital, de modo que não possa o Monte de Socorro corresponder aos fins para que foi estabelecido.²⁶⁷

A partir de 1867, portanto, a administração dos dois estabelecimentos dispensou o imposto de 1% sobre as loterias do governo enquanto não fosse necessário. O Monte de Socorro demonstrou superávit nos anos de 1867 e 1868 e déficits no último ano da década de 1860, conforme o **Gráfico 2.5**.

Gráfico 2.5 – Despesas e Prêmios do Monte de Socorro da Corte, 1861-1870 (em contos de réis)



Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda (vários anos).

O governo imperial optou pela administração conjunta das duas instituições. Nesse modelo, o Monte de Socorro da Corte deveria custear as operações da Caixa Econômica da Corte por meio dos prêmios recebidos. Essa despesa é referente basicamente à administração pessoal, custos de materiais e reposição de penhores avariados. Não entrava na conta os rendimentos dos depósitos da Caixa Econômica, o qual era de responsabilidade do Tesouro Nacional.

A despesa anual do Monte de Socorro da Corte ao longo da década representou a média aproximada de 22,8 contos de réis, enquanto os prêmios representaram 24,7 contos de réis. O

²⁶⁷ Relatório do Ministério da Fazenda do ano de 1867.

que podemos perceber ao longo da primeira década é que as despesas das duas instituições demonstram uma tendência de crescimento na segunda metade da década de 1860. Isso está relacionado ao aumento da demanda pelos serviços da Caixa Econômica da Corte pós crise do Souto de 1864. Uma vez que os empréstimos por penhores do monte não desenvolviam no mesmo ritmo dos depósitos da Caixa, o binômio administrativo Monte de Socorro / Caixa Econômica da Corte corria riscos de *déficits*. Quando operavam próximo ou em *déficit*, era constante o pedido de 1% dos valores das loterias destinados às caixas econômicas.

A primeira década de vida da Caixa Econômica da Corte pode ser dividida, portanto, em duas partes: o início lento e com valores totais irrisórios pela magnitude pretendida pelo governo devido principalmente a concorrência das casas bancárias e, após a crise do Souto de 1864, a centralização dos depósitos ocorre na Caixa Econômica da Corte. Centralização que só tenderá a aumentar nos anos da década de 1870 quando caixas econômicas imperiais são criadas nas principais províncias.

Compreenda que chamamos de “centralização” o seguinte processo: 1) uma legislação restritiva (Lei dos Entraves de 1860) para os bancos, ao mesmo tempo que impeditiva de criar caixas econômicas que não seguissem os ideais de *beneficência*; 2) a criação de uma caixa econômica na capital do Império brasileiro administrada pelo governo imperial com os capitais coligidos exclusivamente no Tesouro Nacional no intuito de enxugar o papel-moeda em circulação; 3) a opção do Banco do Brasil de não realizar novos empréstimos a fim de impedir a Crise do Souto de 1864 e, conseqüentemente, a falência das principais casas bancárias, as quais eram também casas de depósitos e concorriam com a instituição do governo imperial; 4) A Caixa Econômica da Corte monopoliza a poupança na cidade do Rio de Janeiro ao menos até o final da década de 1880. Outras instituições de poupança são fundadas, a exemplo da *Garantia Nacional* e a *Perseverança Brasileira*, no entanto, nenhuma alcança o patamar econômica da Caixa Econômica da Corte; 5) por fim, a “garantia do governo” citada constantemente nos periódicos afim de assegurar a inversão das economias para a Caixa Econômica da corte outrora coligidas em instituições de cunho privado.

Esse processo de centralização era imprescindível para o Tesouro Nacional, principalmente nos momentos em que a emissão de moeda se fazia necessária. A Caixa Econômica da Corte e o capital concentrado por meio de suas pequenas poupanças se tornavam peças importantes nos orçamentos do Estado imperial brasileiro. Tão importante que o projeto será levado para todo o império, como veremos a seguir.

Capítulo 3 Da Corte para o Império: a expansão para as províncias (1870-1879)

Após quase 6 anos de guerra, a Guerra do Paraguai teve seu fim com a morte de Solano López em 1º de março de 1870. Meses depois, em 20 de junho do mesmo ano, foi assinado um acordo preliminar de paz entre Brasil e Paraguai. Além do esforço humano e da alta mortalidade (estimada em 50 mil óbitos brasileiros e 75% da população paraguaia²⁶⁸), o governo brasileiro não mediu esforços financeiros para a vitória militar.

Além do legado político-social – o fortalecimento político da instituição do exército brasileiro, as promessas aos voluntários da pátria, os escravos egressos da guerra, entre outros – a guerra cobrou um alto custo nas finanças públicas. Tal rombo no orçamento público seria um dos principais problemas que o governo imperial teria que lidar nessa década.

O tesouro real apontou um gasto de aproximadamente 614 mil contos de réis divididos em: 49 mil contos de réis em empréstimos estrangeiros, 27 mil contos em empréstimos internos, 102 mil contos por meio de emissão de papel-moeda, 171 mil contos de emissão de títulos públicos e 265 mil contos de impostos. O custo da guerra representava quase onze vezes o total do orçamento público anual no ano anterior ao conflito²⁶⁹.

Por um lado, as exportações brasileiras aumentaram significativamente em valores exportados na década de 1870. Os nove principais produtos de exportação brasileira exportam 205,4 milhões de libras, 53,7 milhões de libras a mais que a década anterior (aumento de aproximadamente 35%). Na pauta de exportação da década de 1870, o café representou 56,8% do valor exportado, 12,5% a mais do que a década anterior. Esse aumento está relacionado ao aumento no preço do café que sobe de aproximadamente 24\$000 réis/saca (2,7 libras/saca) em 1864 (ano do início do conflito) para aproximadamente 48\$000 réis/saca (4,2 libras/saca) em 1880.

De outro, o *déficit* orçamentário pesava o erário régio ao longo da década de 1870. Era necessário controlar as finanças públicas, em especial a dívida interna fundada e a quantidade de papel-moeda que cresceram, respectivamente, de aproximadamente 80 mil e 29 mil contos de réis em 1864 para mais de 280 mil e 151 mil contos de réis no final da guerra em 1870. O

²⁶⁸ CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai** 22ª ed. São Paulo: Brasiliense. p. 150-151.

²⁶⁹ DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. Companhia das Letras, 2002.

crescimento da dívida interna fundada foi em termos de 350%, enquanto o do papel-moeda foi de 520%.²⁷⁰

A Caixa Econômica da Corte e Monte de Socorro eram mecanismos do império com duplo objetivo: econômico-financeiro) enxugar a quantidade de papel-moeda e social) desenvolver o hábito da poupança na população brasileira. Esse último objetivo era paulatinamente alcançado, enquanto aquele era cada vez mais dificultado pela política econômica emissionista brasileira.

A Caixa Econômica da Corte, nem mesmo os depósitos públicos no geral, não eram suficientes para lidarem com o problema da quantidade de papel moeda em circulação. A Caixa Econômica da Corte, no começo de 1870, tinha, em depósitos, aproximadamente 3% da quantidade de papel-moeda em circulação. Era preciso desenvolver ainda mais o ato de poupar entre os brasileiros. A solução encontrada foi a expansão das suas fronteiras e criar caixas para além da capital do império.

É, principalmente, com os objetivos expostos que o governo imperial decretará a expansão de caixas econômicas para todas as capitais de províncias do império brasileiro no ano de 1874 e, posteriormente, para agências em diversos municípios no interior da província do Rio de Janeiro.

Ao longo dessa década de 1870, os depósitos de todas as caixas econômicas nas principais capitais de província do Império brasileiro alcançam a soma de 14,5 mil contos de réis em 1880, isto é, 311% a mais que no começo da década. No entanto, o desenvolvimento dos depósitos nas caixas econômicas provinciais não atende as expectativas do governo, principalmente, ao relacioná-los com o desenvolvimento da caixa econômica na corte do império.

Analisaremos a seguir o desenvolvimento institucional da Caixa Econômica da Corte nos primeiros anos do pós-guerra, ao longo da expansão dessa instituição para as demais capitais de província e, também, a experiência da criação de agências da caixa econômica e dos montes de socorro nos municípios do interior da província do Rio de Janeiro.

3.1 – O Regulamento da expansão das Caixas Econômicas e Montes de Socorro em 1874

²⁷⁰ Relatório do Ministério da Fazenda de 1864 e 1870.

O regulamento promulgado por meio do Decreto n.º 5594 de 18 de abril de 1874 reproduzia as disposições práticas do regulamento fundacional de 1861 com suas alterações realizadas até então, conforme já citadas anteriormente. No entanto, trazia alguns pontos novos, principalmente para elucidar a questão prática administrativas das cadernetas e do ato de poupar dos clientes da instituição.

O decreto trazia 126 artigos divididos em 7 capítulos, os quais, em ordem, eram: 1) *Das operações da Caixa Econômica*; 2) *Das operações do Monte de Socorro*; 3) *Da administração e dos empregados da Caixa Econômica e Monte de Socorro*; 4) *Da escripturação da Caixa Econômica e do Monte de Socorro*, 5) *Das agências da Caixa Econômica*; 6) *Disposições Geraes e*; 7) *Disposições Transitórias*. Discutiremos somente as mudanças ocorridas entre novo decreto de expansão das províncias e o regulamento da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte anterior.

O primeiro capítulo “Das operações da Caixa Econômica” reproduz as disposições práticas de contabilidade por parte dos funcionários (em especial o Gerente) e dos poupadores. O artigo 11º traz a especificação para o caso dos poupadores escravos, os quais só poderiam ter suas economias sacadas com a prévia autorização do *Juízo de Orphãos*, entidade competente para gerir os direitos dos escravos. Além disso, é especificado que sempre deveria ser atualizado e anotado o nome do senhor ou possuidor do escravo nas operações contábeis.

Esse artigo 11º nos revela algo importante. Não há mais nenhum impedimento legal explícito para as operações realizadas por mulheres e menores. Acredita-se que os menores, em especial os órfãos, estão ainda limitados pela questão da idade e seus bens geridos pelos seus tutores, mas as mulheres não são mais configuradas como condicionadas à vontade dos maridos ou pais nos regulamentos das Caixas Econômicas.

Outra novidade nas disposições do capítulo das operações da Caixas Econômicas é referente à perda da caderneta. O artigo 25º expressa que se o depositante perder sua caderneta, deve imediatamente avisar na Caixa Econômica e anunciar a perda no periódico de maior circulação da região. No aviso expresso no periódico deve constar que ficam cessadas qualquer operação na caderneta perdida e, no prazo de 15 dias, se não encontrada, o depositante receberá outra pelo preço de 2\$000 réis. A prática de anunciar a perda das cadernetas de poupança nos periódicos é herdada da Caixa Econômica do Rio de Janeiro criada em 1831 e liquidada em 1859, considerada a precursora do hábito da poupança no Brasil.

No segundo capítulo – *Das operações do Monte de Socorro* – são reproduzidas inteiramente as disposições da legislação anterior. O Monte de Socorro da Corte já tinha

alterado seus regulamentos algumas vezes na década de 1860 ao tentar atrair o maior número de tomadores de empréstimos, conforme dito no capítulo anterior.

O terceiro capítulo – *Da administração e dos empregados da Caixa Econômica e Monte de Socorro* – traz bastante novidade por se tratar da organização e relação do Conselho e funcionários da Caixa Econômica e Monte de Socorro com a administração provincial.

Nota-se inicialmente no primeiro artigo do capítulo (artigo 56º) a mudança na composição do *Conselho Inspector e Fiscal*, o qual, seria agora composto por um presidente e quatro diretores (como conselheiros), sendo não-remunerados (artigo 57º) e eleito um vice-presidente e um secretário dentre os diretores (artigo 62º). O Conselho Inspector e Fiscal teria as mesmas atribuições expostas nos regulamentos anteriores, com adição da responsabilidade de exercer a inspeção das contas de *Caixas Filiaes* e/ou Agências no interior das províncias (artigo 63º). Na prática, o Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica da Corte seria o único que teria que inspecionar as agências criadas no interior da província do Rio de Janeiro.

Cada Caixa Econômica e Monte de Socorro provincial teria os seguintes funcionários: gerente, guarda-livros, *escripuário*, *thesoureiro*, perito, porteiro e contínuo (artigo 64º). A Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte seria exceção devido ao fluxo de movimentações diárias, mantendo a quantidade de primeiros e segundos *escripuários* além de fiéis de *Thesoueiros* e colaboradores. As responsabilidades e atribuições dos funcionários são as mesmas já explicadas anteriormente.

O capítulo quarto – *Da escripturação da Caixa Econômica e do Monte de Socorro* – dispõe, minuciosamente, como deve proceder a contabilização e escripturação das movimentações dos dois estabelecimentos. Toda Caixa Econômica deve possuir os seguintes livros (artigo 79º): um livro para entradas e saídas (modelo nº 7 e 8), um livro-caixa para demonstrar a receita diária e a destinação do capital (modelo nº 9), um livro de conta corrente de cada depositante (modelo nº 10).

Cada agência da Caixa Econômica deve conter os seguintes livros (artigo 79º): um livro de talões de guias para remessas à Thesouraria da Fazenda (modelo nº 4), um livro de talões para as quantias depositadas (modelo nº 2), um livro de talões para os depósitos sacados (modelo nº 3).

Cada Monte de Socorro, por sua vez, deveria possuir os seguintes livros (artigo 81º): um diário, um livro-caixa (modelo nº 11), um livro de entradas e saídas (modelo nº 12), um livro de talões das cautelas (modelo nº 6), um livro de registro dos penhores mencionando a data, avaliação, valor, taxa dos juros, total do empréstimo e resultado final da operação (modelo

nº 13), livro de penhores leiloados (modelo nº 14), livro de registros dos saldos dos penhores prescritos (modelo nº 15).

Como pode-se observar, o novo regulamento precisava ser didático para que todas as instituições provinciais mantivessem o padrão da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte. Para isso, foram anexados ao final do decreto vários modelos de como registrar nos livros de notas e nas cadernetas dos poupadores e do tomador de empréstimo²⁷¹. Tais modelos representavam fielmente a forma de contabilidade dessas instituições.

O capítulo seguinte – *Das agências da Caixa Econômica* – traz disposições totalmente novas e explicam o funcionamento das agências da Caixa Econômica no interior das províncias. A proposta do governo colocava as Estações de Arrecadações como Agências da Caixa Econômica (artigo 85º). O Administrador a Mesa de Rendas ou o Collector será o Chefe da agência, agindo como um Gerente da Caixa Econômica, enquanto o Escrivão será o Escriptuario da Agência (artigo 86º).

As movimentações e contabilidade das agências são similares às das Caixas Econômicas seguindo a mesma indicação de livros e talões contábeis. As agências da Caixa Econômica no interior das províncias estariam ligadas às Estações de Arrecadação, como foi dito anteriormente. Isto significa que, em caso de falta de capitais para cobrir as retiradas, a Estação de Arrecadação deveria suprir à agência (artigo 96º).

O capítulo sexto – *Disposições Geraes* – traz algumas disposições que já tinham sido adotadas na Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte. Temos por exemplo a possibilidade de funcionamento das caixas econômicas aos domingos e nos dias de semana no período da tarde (artigo 118º). Além de especificar a criação das agências da Caixa Econômica na província do Rio de Janeiro como experimento, mas deixando brecha de expansão para outras províncias no futuro.

O último capítulo – *Disposições Transitórias* – trata das disposições acerca da instalação dos novos estabelecimentos provinciais. Os Monte de Socorro das províncias só poderiam começar suas atividades ao conseguirem um capital total de 25 contos de réis (artigo 121º). O governo só auxiliaria por meio do 1% do imposto sob loterias da Corte, seguindo a Lei nº 1117 de 27 de setembro de 1860 (artigo 123º). Era permitido, no primeiro ano de atividade Caixa Econômica provincial, utilizar-se de 1% dos juros rendidos pelos depósitos para cobrir suas despesas (artigo 124º). E por fim, os juros dos depósitos foram fixados em 4% anualmente.

²⁷¹ BRASIL, Decreto nº 5.594, de 18 de abril de 1874. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1874**, Página 324 Vol. 1 pt. II (Publicação Original).

No início de cada ano, as agências e as caixas econômicas provinciais devem enviar seus livros de notas e contabilidade para, respectivamente, o Conselho Inspector e Fiscal da caixa econômica da capital e para Ministério da Fazenda no intuito de ser avaliada sua atual situação.

O novo regulamento preparou o terreno para a instauração das Caixas Econômicas e do Montes de Socorro nas províncias e no interior do Rio de Janeiro. Seus dispositivos tinham o objetivo de repassar os modelos de operação e a forma de administração que demonstrava sucesso, em especial, no que concerne à Caixa Econômica da Corte. No entanto, ao determinar um padrão a ser seguido, o governo imperial negligenciava as especificidades locais de cada região do país, bem como as demais instituições similares privadas que já existiam nessas capitais. Isso fará com que diversas caixas econômicas provinciais demorem a capitalizar somas significativas, enquanto outras corriam riscos de fecharem devido ao modelo de administração do binômio *Caixa Econômica / Monte de Socorro*²⁷².

A expansão do modelo da Caixa Econômica da Corte para as capitais das províncias e para o interior da província do Rio de Janeiro pode ser dimensionada na importância da Corte enquanto polo político central, onde experiências político-sociais-econômicas são realizadas e, posteriormente, espalhadas pelas demais regiões no intuito de integrar politicamente e socialmente nas redes da *Direção Saquarema*.²⁷³

A seguir veremos o desenvolvimento da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte na década de 1870, marcada inicialmente pelo fim da Guerra do Paraguai, bem como a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871 e suas implicações relacionadas a garantia do governo de depósito dos pecúlios dos escravos. Além disso, veremos o impacto da expansão das caixas econômicas provinciais na Caixa Econômica da Corte e, por fim, o primeiro questionamento ao modelo de administração do binômio Caixa Econômica / Monte de Socorro.

²⁷² O nosso objeto de estudo é especificamente a Caixa Econômica e o Monte de Socorro da Corte, bem como suas agências criadas pelo regulamento de 1874. No entanto, no capítulo 5, faremos análises do desenvolvimento dos depósitos das demais caixas econômicas provinciais em relação à Caixa Econômica da Corte.

²⁷³ Dois trabalhos que demonstram a expansão das instituições e da direção Saquarema para outras regiões do Império a partir da Corte: ARAUJO, N. A. “AMPLIANDO O ‘LABORATÓRIO’: uma releitura de O tempo saquarema via história das ciências no Império”. In: **VII SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: SOCIEDADE CIVIL**, 2012, Uberlândia. VII Simpósio Nacional Estado E Poder: Sociedade Civil, 2012. MARASCHIN, G. A. “Tributos no Rio de Janeiro Imperial: meios de consolidação do projeto político Squarema.” **CANTAREIRA (UFF)**, v. 15, p. 101-118, 2013.

3.2 – O Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica da Corte na década de 1870

As duas décadas anteriores, como já citadas, alteraram significativamente as estruturas do império brasileiro. O país enfrentara influência de crises internacionais, bem como os impactos de uma bancarrota na Corte do Império. Pouco tempo depois, o país tornava protagonista da maior guerra da história da América do Sul. Os esforços de guerra reconfigurariam as finanças públicas principalmente endividando o país por meio do aumento substancial de sua Dívida Interna Fundada.

Os esforços de guerra foram além da economia. A política imperial havia passado por um momento ímpar até então. O ano de 1868 colocou em xeque a política conciliatória no episódio envolvendo o general Caxias, responsável pela condução do conflito armado no Paraguai, e o então presidente do Conselho Zacarias.

O episódio pode ser resumido à insatisfação do general de guerra devido às críticas que vinham sofrendo na imprensa brasileira e pelos desacordos constantes entre o ministério progressista e o general conservador. Após o fracasso da conciliação, Caxias pediu exoneração de seu cargo, colocando o Estado em uma situação delicada. De um lado, priorizar os poderes civis sobre os interesses militares, o que era de praxe na lógica do Estado brasileiro até então ou subverter tal lógica mantendo Caxias no cargo e dar um golpe nas instituições imperiais. Ao não atender o ultimato do general de imediato, a Coroa postergou a decisão do impasse, o que foi compreendido, ao passar das semanas, como favorável à permanência do comandante militar em seu cargo. Diante de tal situação, o presidente do conselho, Zacarias, se utilizou de uma discordância de apelo político bem menor (nomeação de um senador pela província do Rio Grande do Norte) para deixar o cargo da presidência do Conselho atribuindo sua queda à falta de confiança manifestada pelo Imperador.²⁷⁴

Novamente o Imperador subverte a lógica de compor o gabinete ministerial acompanhando a disposição dos partidos na Câmara ao convocar o conservador Visconde de Itaboraí para compor o novo ministério. A queda de Zacarias e da Liga Progressista e a subsequente “virada conservadora” precipitou uma crise política que se desenrolará nas próximas décadas e culminará na deposição da Monarquia brasileira.²⁷⁵

²⁷⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de história do Império. Organização de Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 90-104.

²⁷⁵ Ver COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996. MAESTRI, Mário. *As espadas do Império: A Guerra do Paraguai e a Gênese de um Exército Nacional Profissional*. **Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa

O resultado a curto prazo da queda da Liga Progressista e a súbita ascensão dos conservadores ao poder foi uma reconfiguração dos partidos, em especial os Liberais. Enquanto uns não se extremaram e se mantiveram compatíveis à monarquia (aqui pode ser citado o próprio Zacarias de Góis, Nabuco de Araújo e José Antônio Saraiva), criando um novo Partido Liberal em 1869, outros (como Joaquim Saldanha Marinho e Francisco Rangel Pestana) questionando as prerrogativas do Poder Moderador e da própria função da coroa se tornaram signatários do Manifesto Republicano de 1870 e posteriormente compuseram as listas do Partido Republicano²⁷⁶.

Esse período de retomada da política por políticos conservadores permitiu que levasse adiante os planos definidos ainda na década de 1860 para a instituição de depósitos e penhores do governo. Os liberais, de modo geral, tinham propósitos de descentralizar os depósitos da Caixa Econômica da Corte (e das provinciais), permitindo à instituição maior autonomia para gerir os capitais canalizados e diversificá-los em outras formas de investimentos. Já o Partido Conservador mantinha o propósito explícito na Lei dos Entraves de manter a Caixa Econômica como instituição de beneficência, sem visar lucro, e com os capitais centralizados no Tesouro Nacional.

Essa crise política do final da década de 1860 não pode ser percebida na Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte. Durante a segunda metade do decênio de 1860, o conselho que administrava as duas instituições estava sob a presidência dois representantes do Partido Conservador – o Barão de Itamaraty e como vice o Visconde do Bonfim. Essa presidência assumira as instituições em um momento conturbado de crise financeira em 1864 (Crise do Souto) e lidara com a desconfiança de investimento que pairava na praça comercial do Rio de Janeiro. Sagazmente souberam lidar com a desconfiança ao concentrar a divulgação da confiabilidade de uma instituição administrada pelo Governo, sendo, segundo inúmeras colunas diárias no Jornal do Comércio, sob a “garantia do Estado brasileiro”.

A situação do Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e do Monte de Socorro da Corte só seria alterada com o próprio pedido de exoneração feito pelo Barão do Itamaraty no final de 1869. Na data de exoneração já constava a substituição do Barão do Itamaraty pelo Barão do Rio Grande, ao mesmo tempo que José Carlos Mayrink era substituído como membro do conselho por José Antonio de Figueiredo Junior²⁷⁷.

de Pós-Graduação em História, vol. 19, núm. 3, septiembre-diciembre, pp. 981-1016 Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil, 2015.

²⁷⁶ Holanda, Sérgio Buarque de. *Op.cit.* p. 116-120.

²⁷⁷ Diário de Pernambuco, Edição 121, ano de 1869.

O ministro da Fazenda (1868-1870), Visconde do Itaboraí, conhecia bem as duas instituições por ter sido membro do grupo que compôs o regulamento fundacional, além de ter sido o primeiro presidente do Conselho Inspector e Fiscal. O império se encontrava nos meses finais da Guerra do Paraguai com as forças paraguaias já enfraquecidas. O Brasil precisava recuperar as contas públicas e a Caixa era um dos mecanismos possíveis para diminuir a quantidade de papel-moeda injetada no mercado brasileiro no curso da guerra.

Dessa forma, a nomeação do Barão do Rio Grande não fora por acaso. José de Araújo Ribeiro²⁷⁸, o Barão do Rio Grande, tinha uma vasta experiência jurídica e diplomática. Por ter vivido quase uma década como ministro plenipotenciário na França (1837-1849), presenciou o desenvolvimento da *Caisse d'épargne de Paris* e outras instituições semelhantes de poupança. Nessa época, como explicado na introdução dessa tese, as caixas econômicas estão espalhadas por toda a França, bem como em outros lugares da Europa, em especial Inglaterra e Espanha.

O segundo nome, José Antonio de Figueiredo Junior, compõe o quadro de membros conselheiros da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte, os quais eram caracterizados, especialmente, pela experiência em instituições financeiras e no comércio em geral.

Sete dos oito conselheiros²⁷⁹ possuíam trajetórias e carreiras semelhantes com sendo diretores, membros e conselheiros no Banco do Brasil, escriturários no Tesouro Nacional, comerciantes, signatários e presidentes da Comissão da Praça de Comércio do Rio de Janeiro, bem como compartilhavam experiências de tesouraria em instituições beneficentes como a Santa Casa de Misericórdia e Montepio Geral d'Economia dos Servidores do Estado. Esse quadro será mantido até o começo de 1872, quando é aplicada uma reforma no Conselho Inspector e Fiscal e no corpo administrativo da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte²⁸⁰.

²⁷⁸ Nasceu em 20 de julho de 1800 em Barra do Ribeiro na província do Rio Grande do Sul. Foi Embaixador em Washington (EUA) em 1828. Em 1837 foi enviado à França como ministro plenipotenciário, tendo ficado até 1849 cumprindo missões diplomáticas na Europa. Em âmbito nacional atuava como advogado e foi presidente da província de Minas Geraes em 1833 e, em 1834, foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul, sendo uma das contestações e estopins para Revolução Farroupilha. Foi deputado geral e, em 1847, se tornou senador do império. Pelos serviços prestados foi condecorado barão de Rio Grande em 1866 e visconde em 1874. Falecera em 1879. PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917.

²⁷⁹ Não encontramos informações relevantes sobre a vida de José Antonio de Figueiredo Junior. Já para Luiz Antônio da Silva Guimarães, encontramos na *Carta de Mauá a seus Credores*, a informação de que, naquele momento -1878, era um comendador e negociante. No entanto não encontramos mais informações sobre a vida dele. Cf. MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de. **Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá & C e ao publico**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C. 1878. 165 p. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242460>.

²⁸⁰ Essa reforma será tratada no a seguir. A mudança diminuía o número de Conselheiros para 6 membros e incorporava novos cargos no quadro técnico, com destaque para a figura do cargo de Gerente.

Em 1872, com aplicação da reforma de 1871, o Conselho é reduzido para seis membros, sendo deles vice-presidente, além do presidente, como pode ser visto no **Quadro 3.1**. A presidência é mantida com o Barão do Rio Grande, enquanto um dos membros mais antigos e vice-presidente desde 1862 – Conde do Bonfim – é substituído por outro membro que completava dez anos como conselheiro, o Conde de Tocantins. No quadro de conselheiros aconteceram as seguintes saídas: João Estevão da Cruz, com apenas dois anos como conselheiros (1870-1871), Luiz Antônio da Silva Guimarães (conselheiro desde 1863), José Machado Coelho de Castro (conselheiro desde 1863) e Candido José Rodrigues Torre – o Barão de Itambi. (conselheiro desde 1863). Por fim, a única nomeação depois de toda essa mudança foi a de Antonio Nicolau Tolentino, o qual merece uma atenção à parte.

Quadro 3.1 - Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte (1870-1879)

Ano	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879
Presidente	José de Araujo Ribeiro (Bar. do Rio Grande)	Idem	Idem	?	Idem	Idem	Antonio Nicoláo Tolentino	Idem	Idem	Idem
Vice Presidente	José Francisco de Mesquita (C.de de Bomfim)	Idem	José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho (V.de do Tocantins)	?	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Conselheiros	José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho (V.de. do Tocantins)	Idem	Hermenegildo Duarte Monteiro	?	Idem	Idem	Idem	João Baptista da Fonseca	Idem	Idem
Conselheiros	Candido José Rodrigues Torres (Bar. do Itambi)	Idem	Vago	?	Vago	Vago	Vago	Vago	Vago	Antonio Clemente Pinto Filho (Bar. de S. Clemente)
Conselheiros	José Machado Coelho de Castro	Idem	Vago	?	Vago	Vago	Vago	Vago	Vago	Vago
Conselheiros	Luiz Antonio da Silva Guimarães	Idem	Antonio Nicoláo Tolentino	?	Idem	Idem	Vago	Vago	Vago	Vago
Conselheiros	Hermenegildo Duarte Monteiro	Idem	Vago	?	Vago	Vago	Joaquim Antonio de Araujo e Silva (Bar. do Cattete)	Idem	Idem	Idem
Conselheiros	João Estevão da Cruz	Idem	Vago	?	Jerônimo José de Mesquita (Bar. de Mesquita)	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Conselheiros	Militão Maximo de Souza (Bar. do Andarahy)	Idem	Idem	?	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Conselheiros	José Antonio de Figueiredo Junior	Idem	Idem	?	José Antonio de Figueiredo Junior	Idem	Idem	Idem	Idem	Vago
Gerente	Vago	Vago	João Antonio de Magalhães Calvet	?	João Antonio de Magalhães Calvet	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem

Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda (vários anos).

Antonio Nicolau Tolentino nasceu no dia 10 de setembro de 1810, filho de Francisco José Tolentino e Ana Maria do Amor Divino, lavradores modestos de São Gonçalo, perto do Arraial da Praia Grande, o que mais tarde se tornou Niterói. Desde cedo ingressou ao serviço do Estado brasileiro, primeiro sendo admitido na Mesa de Consciência e Ordem em 1826 e depois como escriturário da Contadoria Geral do Tesouro Nacional por volta de 1837. Tolentino integrou como alferes no Batalhão dos Voluntários Imperiais contra a “Revolução de 1842”. Pelos seus serviços prestados no Batalhão, foi promovido a oficial maior e condecorado no grau de cavaleiro na Ordem de Cristo em 1843.

Em 1845 foi nomeado pelo ministro da Fazenda Manuel Alves Branco como inspetor interino da Alfândega do Rio de Janeiro, sendo ainda condecorado na Ordem da Rosa. O momento foi bastante oportuno devido a reforma tarifária de produtos importados feita por Alves Branco, o que deu ainda mais destaque aos serviços prestados na Alfândega. Esse destaque lhe rendeu um bom casamento com Mariana Siqueira Botelho de Araújo Carvalho no mesmo ano. A família de Mariana era composta por fazendeiros da Barra da Tijuca e nomes que seriam condecorados mais tarde na Guerra do Paraguai.

Ainda que tenha sido demitido no final de 1846 devido principalmente à mudança no Ministério da Fazenda, sua saída foi sentida e manifestada por numerosos comerciantes e negociantes da praça do Rio de Janeiro, em especial ingleses, destacando as “qualidades que sendo em todos apreciáveis, desgraçadamente nem em todos se encontram”²⁸¹.

Em 1850 Tolentino retornara ao serviço público ao ser nomeado pelo ministro Joaquim Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) como contador-chefe da Segunda Contadoria da Diretoria Geral de Contabilidade. Os serviços prestados nessa contadoria o prestigiaram a ser chamado para ser comissário imperial na Junta de Crédito Público em Montevidéu no Uruguai. O objetivo dessa junta era consolidar e amortizar a dívida da República Oriental do Uruguai com o Brasil desde o reconhecimento de sua independência em 1828 até o auxílio brasileiro contra Rosas na guerra civil uruguaia.

A junta perdurou até o final do ano de 1854 e resultou em um projeto de organização e pagamento uruguaia. Ao retornar para o Rio de Janeiro, Tolentino foi nomeado Diretor do Contecioso do Tesouro Nacional, sendo ainda recompensado pelos serviços prestados à nação com o título de Conselheiro. Pouco tempo depois, em 1856, Tolentino integrara uma Comissão Fiscal do Banco do Brasil.

²⁸¹ CANDIDO, Antonio. **Um funcionário da monarquia. Ensaio sobre o segundo escalão**. 2ª Edição. Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro, 2007. P. 28.

Tolentino ficou próximo a Luís Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias) e de Honório Hermeto Carneiro Leão (futuro Marquês do Paraná) de durante a “Revolução de 1842”. Dessa forma, sua amizade com o futuro Marquês do Paraná (presidente do Conselho de Ministros em 1856) o fez ingressar na política ao ser indicado para a vaga interina de presidente da província do Rio de Janeiro no lugar do deputado geral do Partido Conservador Luís Antonio Barbosa.

Tolentino não tinha seu nome ligado ao Partido Conservador, no entanto, pela sua aliança com membros clássicos do partido, é possível identificá-lo como, ao menos, simpatizante. Justamente por isso que, enquanto presidente da província do Rio de Janeiro, ao tentar aprovar uma reforma para lidar com o absentismo e paternalismo na função pública, foi fortemente criticado por opositores ligados ao Partido Liberal. Sem o apoio necessário dos membros do Partido Conservador e incapaz de prosseguir com seu projeto de reforma administrativa, Tolentino pede demissão alegando doença no final de 1858.

Sua ligação com a Caixa Econômica e Monte de Socorro começou antes mesmo da inauguração das duas instituições. Em março de 1861, por influência de seus aliados do Partido Conservador (Paranhos e Caxias formavam o Gabinete do Governo), Tolentino foi nomeado membro do Conselho Inspector e Fiscal. Sua principal responsabilidade era utilizar do seu conhecimento e experiência para compor os modelos de administrativos e de escrituração para as duas instituições.

Uma vez tendo a tarefa concluída, Tolentino abdicara do cargo no Conselho da Caixa antes mesmo de sua inauguração para assumir como Inspector da Alfândega da Corte. A alfândega da Corte era, para Tolentino, um dos cargos mais prestigiosos que um burocrata do império poderia alcançar. Ele considerava a alfândega como um “oitavo ministério” tamanha a importância de suas contas para as finanças públicas.

No entanto, sua atividade como inspetor na Alfândega do Rio não durara muito tempo. No ano seguinte, em 1862, após propor uma sindicância para averiguar as decisões e indícios de patronato na instituição do governo, Tolentino foi afastado do cargo. Essa decisão estava diretamente ligada a um processo estabelecido em seu tempo de inspetor no qual descobrira um contrabando de vinhos realizados por um cônsul peruano. A situação piorara ainda mais quando o advogado de defesa do cônsul foi Silva Ferraz, o qual já havia indisposto com Tolentino inúmeras vezes.²⁸²

²⁸² Ibidem, p. 77.

Devido às suas indisposições públicas com Silva Ferraz, político ligado ao Partido Liberal e, posteriormente, Progressista, Tolentino enfrentou anos de “ostracismo”, quando não assumira cargos públicos ou políticos. Questionado publicamente por uma das lideranças do Partido Liberal e sem um grande apoio do Partido Conservador principalmente devido a sua insistência em reformas contra o patronato, Tolentino desaparecera da vida pública até o final da guerra de 1860.

O que nos faz retornar a larga pausa sobre a análise do Conselho Inspector e Fiscal da Caixa no começo de 1872. Nomes antigos do Partido Conservador e com anos de experiência do Conselho foram exonerados. Novos quadros, ainda alinhados ao Partido Conservador, embora com experiência financeira e burocrática foram incorporados. Tolentino se enquadra em ambos os quadros, com vasta experiência na Alfândega e administração em setores do Ministério da Fazenda. De Tolentino era esperado por seu amigo de longa data Paranhos (Visconde do Rio Branco) a capacidade de organizar a reforma administrativa da Caixa Econômica e Monte de Socorro no intuito de se tirar um melhor proveito dessas instituições. Vale lembrar que as contas públicas estavam severamente prejudicadas pelos esforços na Guerra do Paraguai.

Essas mudanças drásticas estão alinhadas com a reforma administrativa que passaria as duas instituições-irmãs do governo em 1874. É impossível desassociá-las com o contexto geral do império brasileiro. A reforma administrativa da Caixa-Monte, citada no subcapítulo anterior, está inserida no período de modernizações que passava o império brasileiro pós-guerra do Paraguai e início da década de 1870. José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco) assumira Ministro da Fazenda e Chefe do Governo em 1871 e seu gabinete foi marcado por inúmeras transformações na sociedade brasileira como todo e por ter sido o gabinete com maior duração no Segundo Reinado (1871-1875).

O gabinete de Rio Branco inicia enfrentando um questionamento já delongado por décadas – a escravidão. Logo na apresentação de seu Gabinete às Câmaras, Rio Branco aponta que a questão da escravidão é insustentável internacionalmente, principalmente pelo fato da abolição da escravidão norte-americana com o fim da Guerra Civil. Aproveitando-se principalmente da cisão do Partido Liberal, enfraquecido desde 1868, e contando com o apoio de conservadores mais moderados, Rio Branco lidera o projeto de abolição gradual da escravidão com a Lei do Ventre Livre de 1871, ainda que mal visto por parte dos Conservadores

(por ser um afronto ao direito da propriedade dos escravos) e também parte dos Liberais (esvaziamento do programa liberal ao assumir a questão)²⁸³.

A abolição gradual da escravidão tocada logo no começo do governo de Rio Branco feriu o *status quo* imperial e, como afirmado por Alonso, solidificou a cisão entre os partidos exibindo “a vulnerabilidade das instituições, transformou em objeto de debate político os pilares da sociedade imperial”²⁸⁴. A Lei do Ventre Livre e o próprio governo de Rio Branco é o início da crise do Segundo Reinado.

Para além da questão do fim gradual da escravidão brasileira²⁸⁵, o gabinete de Rio Branco, se não foi responsável, ao menos incentivou e desenvolveu inúmeros outros setores, tais como: leis de controle do trabalho livre e imigrante, naturalização de estrangeiros, tentativas de laicização das instituições imperais, introdução do sistema métrico, construções de ferrovias, reformas no código comercial de 1850, criação de novas instituições de ensino, entre outros.

As reformas propostas e conduzidas por Rio Branco possuíam o propósito de educar o povo e civilizar da elite²⁸⁶. Com o fim gradual da escravidão, era natural que se tornasse questão e preocupação pública a transição do regime do trabalho escravo para o livre. No entanto, isso evidenciava cada vez mais o despreparo dos homens livres pobres na substituição da mão-de-obra. Alonso afirma que as medidas de Rio Branco

Respondiam, assim, à necessidade de criar um povo de trabalhadores – o que ia em consonância com a encomenda de uma Lei de Locação de Serviços a Nabuco de Araújo em 1872 – e à expectativa de formar um estrato intermediário entre os homens livres pobres e a elite extraída dos estamentos senhoriais, capaz de executar as tarefas que o crescimento e a diversificação econômica do país requisitavam.²⁸⁷

Esse propósito maior de Rio Branco encontra a necessidade de expandir e desenvolver as instituições de depósito, em especial do governo. Como dito no primeiro capítulo, as caixas econômicas, em sua origem, carregaram discursos de promover a educação financeira e previdenciária da população. Suas instituições foram utilizadas por diversos governos para criar esse hábito de previdência, bem como manter as perspectivas dos trabalhadores centradas no trabalho ao invés de vícios imorais e/ou mesmo em sindicâncias laborais.

²⁸³ ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo, Paz e Terra, 2002. 392 páginas. P. 81.

²⁸⁴ *Ibidem*, p. 83.

²⁸⁵ Tema será discutido no subcapítulo a seguir, relacionando os demais dispositivos da Lei do Ventre Livre de 1871 com a Caixa Econômica.

²⁸⁶ Alonso, Angela. **Op.cit.** p. 85.

²⁸⁷ Alonso, Angela. **Op.cit.** p. 86.

A expansão das Caixas Econômicas e Montes de Socorro do governo para todas as capitais de província acontecem nesse contexto. Com o aval de Rio Branco, o presidente do Conselho da Caixa Econômica e Monte de Socorro, Barão do Rio Grande, convoca seus conselheiros para preparar a nova legislação, já discutida anteriormente. Sem grandes alterações nos estatutos, a reforma de 1874 cria um padrão administrativo e escriturário para todas as caixas econômicas e montes socorro provinciais. Esse padrão fica exemplificado nos modelos expostos no decreto da reforma dos estatutos.²⁸⁸

Após o decreto do novo estatuto das caixas econômicas e montes de socorro provinciais, o presidente do Conselho recebe a honraria e titulação de Visconde do Rio Grande pelos serviços prestados, conforme é citado pelo periódico *A Reforma* no final do ano de 1874

Em atenção aos relevantes serviços prestados no conselho fiscal da caixa economica e monte de socorro, foi elevado o presidente do dito conselho barão do Rio Grande a visconde do mesmo nome com as honras de grandeza [...]

Essa honraria coroa a atuação do Visconde do Rio Grande, presidente do Conselho desde o começo do decênio de 1870 e condutor de duas grandes reformas administrativas na instituição pública de depósitos do governo: uma em âmbito local (reforma de 1872) e outra em âmbito nacional (expansão provincial de 1874). Visconde do Rio Grande, já com idade avançada (morrera no ano de 1879), se retira das atividades públicas, em especial, da presidência e Conselho da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte ao final do ano de 1875, sendo substituído por Antonio Nicolau Tolentino.

Suas reformas mudaram o país, ao mesmo tempo, que geraram uma crise interna à elite política. Rio Branco colocara em pauta questões “indiscutíveis” até então: escravidão, religião do estado, sistema representativo, entre outras. Sua agenda política abriu espaço para questionamentos políticos mais profundos, questionando o *status quo* imperial.²⁸⁹

A nomeação de Tolentino como presidência do Conselho da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte foi feita por Duque de Caxias, já como chefe de governo no lugar de Rio Branco, ao final do ano de 1875. Tolentino provara, não apenas pela sua vasta experiência como escriturário e em cargos ligados ao Ministério da Fazenda, mas também pela dedicação na

²⁸⁸ BRASIL, Decreto nº 5.594, de 18 de abril de 1874. Manda executar o Regulamento para as Caixas Economicas e os Montes de Socorro das Provincias. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1874**, Página 324 Vol. 1 pt. II (Publicação Original).

²⁸⁹ ALONSO, Angela. **Op.cit.** p. 87.

composição dos modelos de escrituração que seriam levados para todas as administrações das caixas econômicas e montes de socorro provinciais.

Tolentino assume como presidente do Conselho em um momento conturbado da história da instituição. Em 1875, rompendo uma tendência positiva, a Caixa Econômica demonstra um déficit tanto em soma de capitais depositado quanto em cadernetas saldadas. O Conselho avaliou que o “pânico” que levou 80 a 100 depositantes diariamente a sacarem suas cadernetas estava relacionado a boatos, sem explicar melhor o acontecido. Nos periódicos não foi possível encontrar qualquer informação que pudesse ter contribuído a criação desse “pânico”. O que podemos supor que o “pânico” foi influenciado pela dificuldade que algumas caixas econômicas provinciais estavam tendo para ser instaladas, sendo necessário recorrentes auxílios do governo para iniciar as atividades.

Para reverter esse quadro, Tolentino intensificou as jornadas de trabalho de seus funcionários ao abrir as portas da Caixa Econômica e Monte de Socorro aos domingos. Além disso, Tolentino compôs imediatamente a vaga que restava no Conselho com o nome de Joaquim Antonio de Araújo (Barão do Cattete) em 1876. Como pode ser visto no **Quadro 3.1**, poucas mudanças aconteceram no Conselho a partir da segunda metade da década de 1870. Além das mudanças já citadas (Tolentino como presidente e Barão do Cattete como membro do conselho), o mais antigo membro do Conselho – Hermenegildo Duarte Monteiro (membro de 1863 a 1876) é substituído João Baptista de Fonseca em 1876 e Antonio Clemente Pinto Filho (Barão de São Clemente) assume a vaga restante do Conselho em 1879.

Esse Conselho estabelecido na segunda metade da década de 1870 era inteiramente composto por pessoas da elite política, em sua maioria com títulos de nobreza, no entanto com experiência em atividades financeiras e comerciais: o Barão de Mesquita fora presidente da Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro (1860-1861) e era negociante; o Barão do Cattete era médico, *capitalista*²⁹⁰ e proprietário de terras e imóveis; Visconde (Conde) de Tocantins era proprietário de terras, comerciante e presidiu o Banco do Brasil (1874) e a Associação Comercial do Rio de Janeiro (1874) além de deputado geral por Minas Gerais e Rio de Janeiro; José Antonio de Figueiredo Junior era comerciante, capitalista e conselheiro da Cia. Brasileira de Paquetes a Vapor, além de ter sido membro do Conselho do Banco do Brasil (1853); Barão (Visconde) de Andarahy era comerciante, fora presidente da Sociedade de Assinantes da Praça do Rio de Janeiro (1850) e do Banco do Brasil (1869-1870); João Baptista de Fonseca era membro do Conselho e vice-presidente do Banco do Brasil, além de ter sido

²⁹⁰ Termo de época utilizado para pessoas que tinham capitais inseridos na Bolsa de Valores e outras atividades comerciais e financeiras.

Thesoureiro da Casa Imperial (1881); Barão (Conde) de São Clemente²⁹¹ era filho do Barão de Nova Friburgo, fazendeiro, comerciante e negociante, bem como dono de uma casa comissionaria e Veador da Imperatriz.

O desenvolvimento da Caixa Econômica na segunda metade do decênio de 1870 foi, no mínimo, proveitoso. Tolentino assumira a presidência do Conselho Inspector e Fiscal com o objetivo de aumentar significativamente o número de depositantes na Caixa Econômica da Corte. Quando assumira, no final de 1875, a Caixa Econômica da Corte possuía 28.000 cadernetas ativas acumulando um total de capitais acumulados de aproximadamente 9 mil contos, ou seja, a média de aproximadamente 321\$000 réis por caderneta. Ao final da década, em 1879, a Caixa Econômica da Corte apresentava cerca de 39.500 cadernetas ativas totalizando aproximadamente 10 mil contos em depósitos, ou seja, a média de aproximadamente 253\$164 réis. O crescimento de cerca de 41% na quantidade de cadernetas ativas e 11% no capital acumulado representa um crescimento significativo. A redução da média, ao primeiro olhar, pode sugerir uma depreciação, no entanto, isso representava, principalmente devido ao aumento de cadernetas, uma maior popularização da Caixa Econômica²⁹².

A “retomada conservadora” no final da década de 1860 impulsionou as reformas concernentes a Caixa Econômica e Monte de Socorro já planejadas no ato de fundação. Os grupos liberais clamavam pelo aumento do crédito, em especial, voltado para a lavoura. Os conservadores optaram por manter a centralização dos depósitos no Tesouro Nacional e tocaram a expansão para as capitais das províncias e nos principais municípios do Rio de Janeiro. A seguir veremos o desenvolvimento da instituição na ótica dos relatórios do Ministério da Fazenda e do Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro na década de 1870.

3.3 – A Caixa Econômica da Corte na década de 1870: o modelo a ser seguido

Uma pessoa capaz, considerando o muito tempo que perdem as pessoas que vão entregar suas economias à caixa economica; se propõe, mediante 200 rs. por caderneta, a fazer essa entrega, e entregará no

²⁹¹ MARRETTO, Rodrigo M. **O opulento capitalista: o Barão de Nova Friburgo e as estratégias de formação e manutenção do patrimônio familiar no oitocentos (c.1829 - c.1873)**. Tese de Doutorado. Programa da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

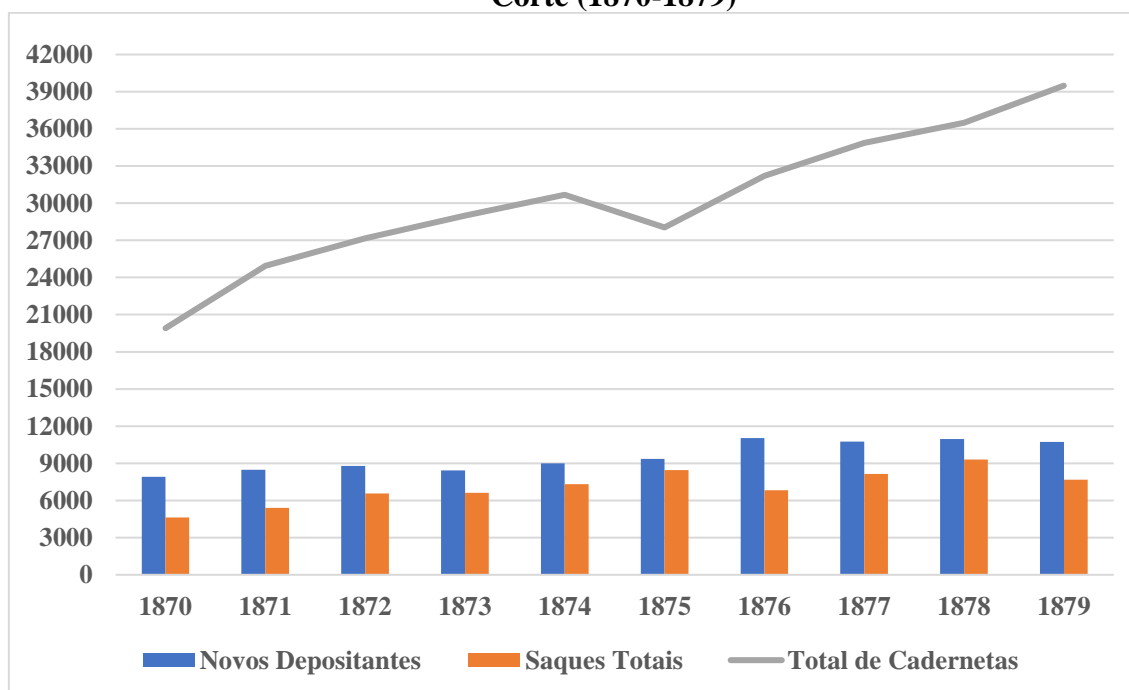
²⁹² Relatório do Ministério da Fazenda. Respectivos Anos.

mesmo dia ou no imediato a seus donos suas cadernetas; trata-se na rua do Espírito Santo.²⁹³

Uma oferta de serviço publicado no Jornal do Commercio em 1874 demonstrava que, ao mesmo tempo, a Caixa Econômica e o Monte de Socorro da Corte possuíam longas filas para seus clientes realizarem suas operações de depósitos e, também, representaria o conjunto de críticas que tais estabelecimentos enfrentariam na década de 1870 devido a sua popularização.

As operações da Caixa Econômica da Corte eram cada vez mais requisitadas na capital do império brasileiro. Desde a Crise do Souto em 1864 até o ano de 1870, as entradas de novos depositantes corresponderam a média anual de 5.214 depósitos. Conforme o **Gráfico 3.1**, a caixa antes da Crise do Souto tinha um total de 950 cadernetas de depósitos, já em 1870, o número de cadernetas alcançava a soma de 19.906. O número de novos depositantes mantém um crescimento constante ao longo da primeira metade da década de 1870. A única queda nesse número de novos depositantes é justamente no momento de expansão desse modelo de instituição de depósitos administrada pelo governo para outras províncias.

Gráfico 3.1 - Balanço anual de entrada e saída de cadernetas da Caixa Econômica da Corte (1870-1879)



Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda. “Saques Totais” se referem às cadernetas que foram encerradas.

²⁹³ Jornal do Commercio, Edição n.º 268, ano de 1874.

A lógica nos parece clara: os depositantes residentes em outras províncias ou mesmo municípios do Rio de Janeiro não precisariam remeter suas economias para a Corte, uma vez que as caixas econômicas provinciais são instaladas em todas as capitais das províncias e em várias cidades do interior do Rio. Dessa forma, a retirada nos parece, na verdade, uma realocação dos recursos para caixas mais próximas dos depositantes.

Segundo o recenseamento imperial de 1872, a cidade do Rio de Janeiro tinha 274.963 habitantes, sendo, segundo sua condição, 226.033 livres e 48.930 escravos. No mesmo ano, a Caixa Econômica da Corte possuía 27.171 cadernetas de poupança. Considerando-se que não era possível uma mesma pessoa possuir mais de uma caderneta em seu nome, pode-se inferir que havia aproximadamente 1 caderneta a cada 10,11 habitante na cidade do Rio de Janeiro. É claro que devemos levar em consideração que existiam poupadores de outras províncias, cidades e até mesmo países. No entanto, acredita-se que o grosso dos poupadores residiam na capital do império.

A Caixa Econômica da Corte, indiretamente por meio da crise de 1864 e quebra das grandes casas bancárias cariocas, conseguiu diminuir a concorrência pela poupança na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, a característica ‘popular’ do poupador da Caixa Econômica começava a ser questionada e algumas preocupações começavam a ser notadas.

Segundo o regulamento fundacional da Caixa Econômica da Corte, seu objetivo primordial era “receber a juro de 6% as pequenas economias das classes menos abastadas[...]”²⁹⁴. Contudo, o relatório do Conselho Inspector e Fiscal do ano de 1871 alerta sobre o “grande número de entradas máximas de 50\$000 que revelam quaes sejam as condições pecuniárias da generalidade dos contribuintes”²⁹⁵.

No relatório do ano de 1871, o Conselho publica uma tabela (**Tabela 3.1**) na qual dispõem a quantidade de entrada em dois perfis: valores máximos de 50\$000 e inferiores a 50\$000. É importante lembrar que a Caixa Econômica da Corte recebia quaisquer valores entre 1\$000 até o máximo de 50\$000, sendo um depósito máximo por semana (cf. Art. 2º). O Conselho sugere que esses depositantes que operavam depositando o máximo semanalmente eram:

pessoas que podem dispensar 50\$000 por semana, isto é, são pequenos capitalistas que têm convertido este Estabelecimento em Banco de

²⁹⁴ BRASIL. Decreto nº. 2723 de 12 de janeiro de 1861. Autorisa a criação de uma Caixa Economica e um Monte de Socorro nesta Côrte, e approva os respectivos Regulamentos. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1861**, Página 11 Vol. 1 (Publicação Original).

²⁹⁵ Relatório do Ministério da Fazenda de 1871.

depósitos, onde vêm collocar o seu dinheiro com melhor juro e maiores garantias do que em outra qualquer parte.²⁹⁶

O Conselho Inspector e Fiscal detecta que esse ‘inconveniente’ (termo utilizado no relatório) é advindo da prática de se permitir que uma mesma pessoa poupe em nome de outras, visto que a Lei dos Entraves de 1860 e tampouco o Regulamento da Caixa Econômica coíbiam essa prática.

Essa prática era vista como normal e estimulada quando era realizada por pais ou padrinhos que poupavam em nome de seus filhos, sobrinhos e afilhados. No entanto, o que o Conselho alerta que existem ‘pequenos capitalistas’ que acumulavam de 8 a 10 cadernetas em nome de funcionários ou familiares, acumulando um total entre 30 a 40 contos de réis com toda a segurança possível que a “garantia do governo imperial” podia oferecer.

Essa “inconveniência” não será solucionada pelo Governo Imperial, tampouco pelo Conselho. Afinal, em termos financeiros, a Caixa Econômica só tinha benefício ao receber investimentos de ‘pequenos capitalistas’, mesmo que isso desvirtuasse seu propósito enquanto uma instituição beneficente voltada às classes menos abastadas. A grande inversão de ‘pequenos capitalistas’ não excluía o acesso das classes menos abastadas e, permitia, a longa prazo, o desenvolvimento da instituição.

Tabela 3.1 - Perfis dos valores de entradas na Caixa Econômica da Corte em 1871

1871	De 50\$000				Inferiores a 50\$000				Total	
	Qtd.	% do Total	Valor	% do Total	Qtd.	% do Total	Valor	% do Total	Qtd.	Valor
Janeiro	5106	76,1%	255:300\$000	88,5%	1601	23,9%	33:276\$000	11,5%	6707	288:576\$000
Fevereiro	4755	66,8%	237:750\$000	88,3%	2366	33,2%	34:554\$000	12,8%	7121	269:304\$000
Março	5664	73,9%	283:200\$000	89,9%	2003	26,1%	34:700\$000	11,0%	7667	314:900\$000
Abril	4933	72,5%	246:650\$000	89,5%	1875	27,5%	29:058\$014	10,5%	6808	275:708\$014
Mai	5612	77,5%	280:600\$000	89,9%	1629	22,5%	31:370\$000	10,1%	7241	311:970\$000
Junho	5238	70,2%	261:900\$000	90,2%	2223	29,8%	28:299\$672	9,8%	7461	290:199\$672
Julho	6026	74,2%	301:300\$000	89,9%	2095	25,8%	33:749\$000	10,1%	8121	335:019\$000
Agosto	5904	81,3%	295:200\$000	91,5%	1356	18,7%	27:251\$000	8,5%	7260	322:451\$000
Setembro	5230	70,5%	261:500\$000	90,8%	2191	29,5%	26:427\$000	9,2%	7421	287:927\$000
Outubro	5994	75,9%	299:700\$000	90,9%	1994	25,2%	29:960\$000	9,1%	7898	329:660\$000
Novembro	5340	74,7%	267:000\$000	90,7%	1805	25,3%	27:267\$130	9,3%	7145	294:267\$130
Dezembro	5193	73,2%	259:650\$000	90,5%	1901	26,8%	27:328\$000	9,5%	7094	286:978\$000
Total	64995	73,9%	3.249:750\$000	90,1%	22949	26,1%	357:209\$816	9,9%	87944	3.606:959\$816

Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda de 1871 (Adaptado com os valores percentuais).

²⁹⁶ Idem.

Não é possível afirmar o perfil dos depositantes da caixa econômica apenas com esses dados²⁹⁷. Seria necessária uma divulgação da lista e profissões de cada depositante para apurar melhor²⁹⁸. A partir desses dados, percebemos que existia uma parcela significativa de depositantes capazes de depositar a quantia máxima de 50\$000 réis semanais.

Além disso, é possível supor que essa parcela poderia ser de “pequenos capitalistas” (termo utilizado no próprio relatório do Conselho Inspector e Fiscal), i.e. comerciantes, funcionários públicos, militares e profissionais liberais, ao mesmo tempo que incidiria nessa categoria pessoas ou mesmo famílias inteiras das “classes menos abastadas” que acumulavam tais valores para se dispor de enfrentar as longas filas apenas uma vez, abrindo mão de depósitos semanais.

Na questão do rendimento, pouco importava se depositante fazia vários depósitos semanais de pequenos valores ou poucos de grandes somas. O rendimento dos depósitos da Caixa Econômica da Corte era realizado ao final de cada semestre. A incidência de depósitos semanais nos valores máximos só permitia a acumulação mais rápida para aqueles que tinham essa margem de acumulação.

Em contrapartida, no relatório é exposto que 6.393 entradas inferiores a 50\$000 foram feitas por Aprendizes, Artilheiros e Artífices de Marinha, alegando ser a principal categoria desse perfil de valores de entrada. Os profissionais da marinha representavam, portanto, 27% das entradas semanais inferiores a 50\$000, isto é, tal categoria representava uma parcela significativa entre os depositantes da caixa, em especial, aqueles que realizavam entradas inferiores ao valor máximo semanal. A intenção ao expor os dados dos depositantes marinheiros era demonstrar um caráter popular entre os depositantes da Caixa Econômica da Corte.²⁹⁹

É importante ressaltar que a Lei do Ventre Livre, Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871, a qual decretava os nascidos de mulheres escravizadas a partir de 1871 como livres, também envolvia a Caixa nos seus artigos. A dita lei oficializava o direito costumeiro dos escravos em possuir pecúlio no seu artigo 4º. Nesse mesmo artigo, era citado que “O Governo providenciará nos regulamentos sobre a collocação e segurança do mesmo pecúlio”. O decreto nº 5135 de 13 de novembro de 1872 aprova o regulamento geral da Lei do Ventre Livres e elabora algumas questões não definidas na dita lei. Como por exemplo, o capítulo terceiro que se refere ao direito ao pecúlio pelo escravo. Segundo o 49º artigo do capítulo terceiro, o pecúlio

²⁹⁷ Essa análise é feita no capítulo 6.

²⁹⁸ Na segunda metade da década de 1880 são publicadas listas com o perfil profissional dos novos depositantes anuais da Caixa Econômica da Corte.

²⁹⁹ Essa discussão sobre o perfil socioeconômico do poupador da Caixa é realizada no capítulo 6.

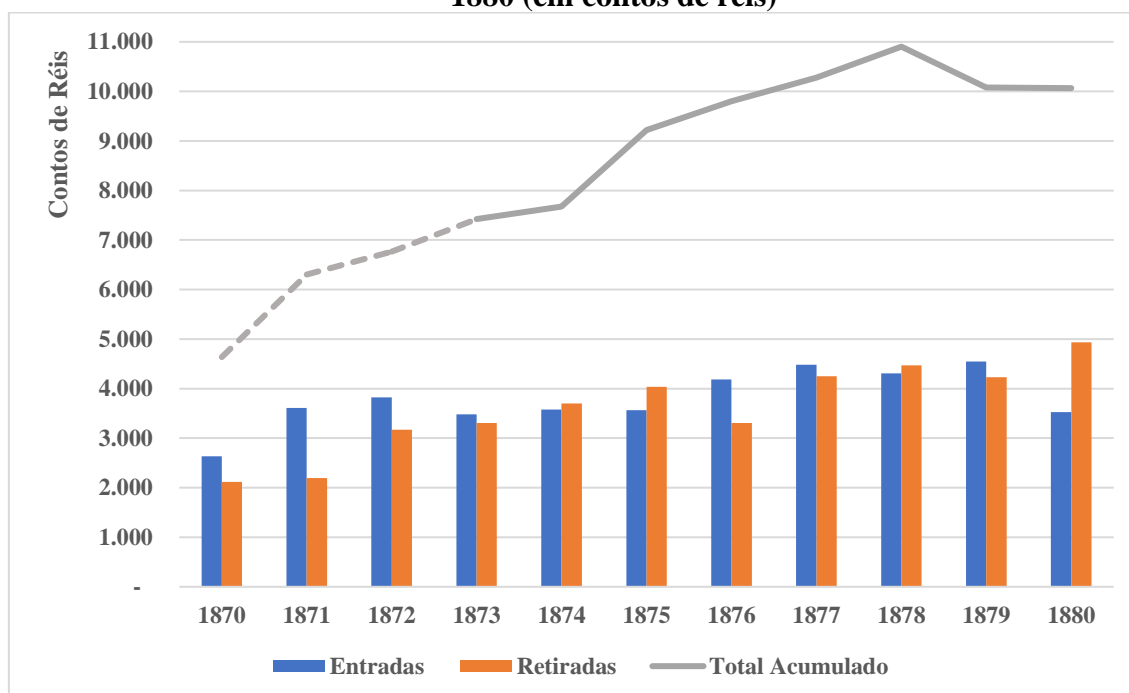
do escravo será deixado em posse do senhor vencendo a juros de 6% ao ano (exatamente o mesmo rendimento fornecido pela Caixa Econômica da Corte). O senhor pode, com a autorização do juízo de órfãos (entidade que respondia pelos escravos no Brasil) depositar o pecúlio em alguma caixa econômica que inspire confiança suficiente.³⁰⁰

Portanto, a Lei do Ventre Livre em 1871 e o decreto que regula suas disposições em 1872, entre outras importantes disposições, oficializava o direito ao pecúlio pelo escravo e fazia o Governo garantir a segurança desse pecúlio, sendo as caixas econômicas do governo (inicialmente só a da Corte e posteriormente as provinciais) lugares seguros para isso. Isso não quer dizer que não havia depósitos de escravos na Caixa Econômica do governo antes da lei do ventre livre. Conforme já foi exposto anteriormente, com a permissão de seus senhores, os escravos podiam poupar e já faziam isso em caixas privadas como a Caixa Econômica do Rio de Janeiro em 1831.

A Caixa Econômica da Corte, apesar de todos os percalços da Guerra do Paraguai na sociedade brasileira e nas finanças públicas, demonstrava crescimento significativo não somente no número de entradas, mas também nos valores totais. Conforme pode ser visto no **Gráfico 3.2**, os valores das entradas superam os valores das retiradas até o ano de 1874, enquanto os valores totais acumulados por meio dos depósitos alcançavam o montante aproximado de 7.200 contos de réis no final do ano de 1873.

³⁰⁰ BRASIL, Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1872, Página 1053 Vol. 2 pt. II (Publicação Original). Sobre a autonomia econômica dos escravos no Rio de Janeiro, ver ALVARENGA, Thiago de Oliveira. **Ato de poupar..**

Gráfico 3.2 - Balanço anual dos depósitos coligidos na Caixa Econômica da Corte, 1871-1880 (em contos de réis)



Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda, Vários. O traçado nos anos de 1870, 1871, 1872 e 1872 representa uma estimativa calculada por meio do saldo de entradas e retiradas e juros abonados.

O total de depósitos era de aproximadamente 4.236 contos de réis em 1870 e cerca 10.075 contos de réis em 1879, representando um crescimento de aproximadamente 5.839 réis ou 237% na década. O aumento dos valores das retiradas no 1874 e 1875 pode estar relacionada com a expansão das caixas econômicas do governo para além da capital do império brasileiro. É razoável supor que uma boa soma de depositantes preferiria poupar suas economias nas capitais de suas províncias ou mesmo em coletorias da Caixa Econômica da Corte em alguns municípios da província do Rio de Janeiro.

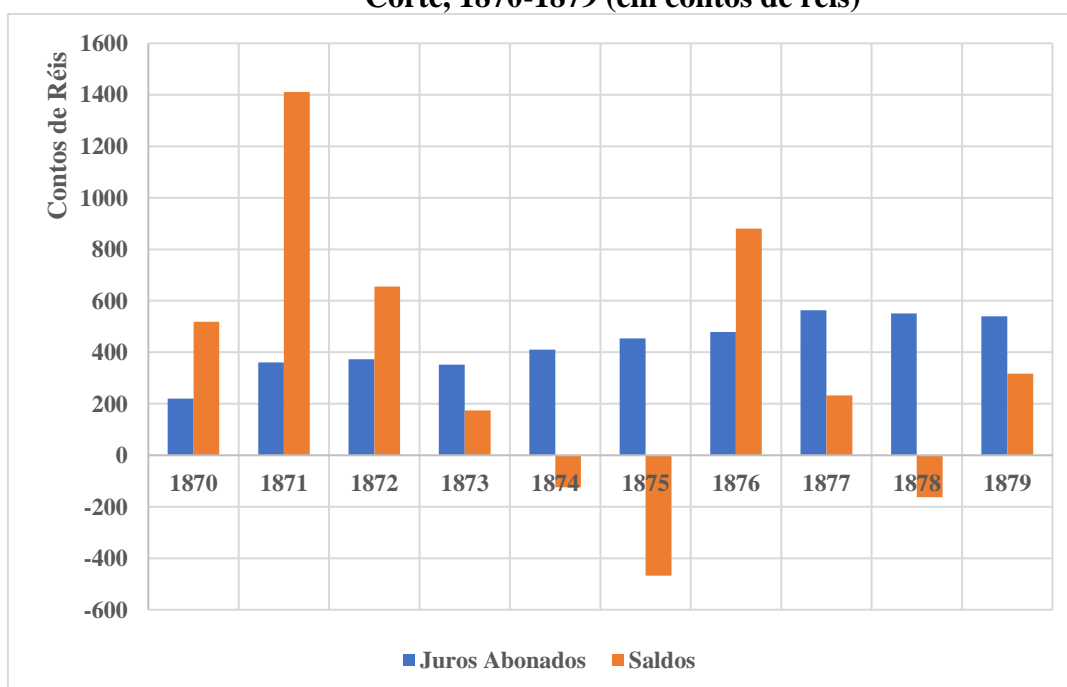
O valor total de entradas decresce de cerca de 3.800 contos de réis em 1872 para aproximadamente 3.500 contos de réis em 1873, enquanto o valor das retiradas alcança 3.300 contos de réis nesse ano. Os anos de 1874 e 1875, momento do primeiro ano da expansão das caixas econômicas, denotam déficits de cerca de 130 e 500 contos de réis respectivamente na Caixa Econômica da Corte.

A suposição de transferência de cadernetas para caixas mais próximas não é relatada pelo Conselho Inspector e Fiscal. O Conselho Inspector e Fiscal relata a diminuição do valor de entradas no ano de 1873 e 1874, mas a justifica pela redução da taxa dos rendimentos das cadernetas. A redução fora uma medida tomada no final do ano de 1872, a qual 1% dos juros dos depósitos não seriam entregues para os depositantes, mas serviriam para cobrir as despesas de operações do Monte de Socorro que estavam em constante déficit.

A medida tomada pelo Conselho para lidar com a fuga de capitais no ano de 1874 foi estender o expediente da Caixa Econômica da Corte para os domingos. O objetivo era aproveitar as manhãs dominicais para atender a um número maior de pessoas e reduzir as longas filas semanais. O Conselho relata que a medida resultou em uma receita de aproximadamente 161 contos de réis contados entre a adoção dela em 2 de agosto até o final de dezembro do ano de 1874. A média, calculada pelo conselho, ficou em cerca de 6 a 9 contos de réis por domingo. Em contrapartida, o aumento do expediente onerou a caixa em alguns mil-réis, não citados, de gratificação aos funcionários.³⁰¹

O aumento do expediente não fora suficiente para conter o alto índice de retiradas. O ano de 1875 demonstra um aumento do valor das retiradas em relação ao ano anterior de aproximadamente 300 contos de réis. O total do valor das retiradas alcançava cerca de 4.034 contos de réis, enquanto as entradas apresentavam o valor total aproximado de 3,566 contos de réis. Isso representava um déficit de cerca de 468 contos de réis. É o único ano que o déficit é maior que os juros abonados dos depósitos da Caixa Econômica pelo Tesouro Nacional anualmente, conforme o **Gráfico 3.3**.

Gráfico 3.3 – Valores dos Juros Abonados e Saldo dos depósitos da Caixa Econômica da Corte, 1870-1879 (em contos de réis)



Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda.

³⁰¹ Relatório do Ministério da Fazenda de 1874.

O aumento das retiradas parece estar ligado a desconfiança que surgira sob a instituição da Caixa Econômica da Corte. Apesar de insistir sempre na ‘garantia do Governo Imperial’, os anos anteriores a 1875 demonstraram certa timidez no desenvolvimento que os depósitos da caixa vinham gozando desde a crise de 1864. É exatamente essa preocupação que é alertada por uma coluna do Jornal do Commércio na sua edição 139 de 1875:

Parece incrível, mas é um facto, que tambem sobre a caixa economica desta corte se tem dado, na crise que estamos atravessando, uma corrida que não abona muito o senso comum dos que fazem. Este estabelecimento tem por garantia o Estado e por cofre o thesouro nacional, e não obstante ha quem metta na cabeça dos pobres e simples depositantes que elle está para quebrar, e que bem avisados andarão os que se apressarem a retirar de la o seu dinheiro. Consta-nos que nestes ultimos dias se tem apresentado de 80 a 100 cadernetas para liquidar: mas releva advertir que as insignificantes quantias que ellas representam denotão claramente que é a porção mais pobre dos freguezes da caixa que se tem deixado possuir do panico. Os mais não tem dado tão tristes provas do seu bom senso, antes parecem acreditar que é principalmente nos tempos de crise que devemos preferir a caixa economica para guardarmos o nosso dinheiro, visto ser ella o lugar mais seguro para semelhantes, depositos, assim se pudessem estes fazer em maior escala.³⁰²

A coluna do Jornal do Commercio destaca dois pontos interessantes: o primeiro refere-se ao número de 80 a 100 cadernetas a serem liquidadas em alguns dias. Isso denota um pânico capaz de transmitir a ameaça de perder suas economias, como acontecera há uma década na Crise do Souto de 1864; o segundo ponto é acerca do perfil dos clientes que corriam às portas da Caixa para sacar suas economias. Segundo noticiado, os clientes eram os mais pobres, os quais suas parcas economias foram consideradas ‘insignificantes’.

Não é possível verificar se, de fato, eram poupadores de classes menos abastadas, no entanto, o impacto da corrida para sacar na Caixa Econômica não fora irrisório.³⁰³ Se o pânico afetou, em sua maioria, os mais pobres, as parcas economias acumuladas causaram o pior déficit da Caixa Econômica na década de 1870 conforme o **Gráfico 3.3**.

É importante ressaltar que o balanço entre o número de novos depositantes e saques totais continuava positivo, conforme o **Gráfico 3.1**. O que vinha acontecendo desde o ano de 1870 é o aumento no número de saques, o qual só decresceria a partir de 1876. O relatório do

³⁰² Jornal do Commércio, Ed. 139, em 1875.

³⁰³ O perfil socioeconômico dos poupadores da Caixa Econômica da Corte é discutido no capítulo 6. No entanto, os dados para essa análise são referentes apenas aos novos poupadores da década de 1880, portanto, seria leviano determinar qual era o perfil do poupador da caixa nesse período indicado.

Conselho Inspector e Fiscal do ano de 1876 dedica soluções para lidar com as instalações das Caixas Econômicas e Montes de Socorro provinciais, estes com grandes dificuldades de manter suas operações. O único comentário concernente à Caixa Econômica da Corte é a constatação do retorno à ‘marcha ascendente’ interrompida nos últimos três anos, a qual será interrompida novamente no ano seguinte.³⁰⁴

O fato é que a Caixa Econômica da Corte retoma superávit no ano de 1876 em todos os fatores: novos depositantes em relação às retiradas totais, valores de entrada em relação aos valores de retiradas e aos juros abonados pelo Thesouro Nacional. Enquanto a Caixa Econômica gozava de saldos positivos, o jornal *O Globo* questiona à falta de diversidade de investimentos com os capitais acumulados pela instituição do governo imperial:

A instituição porém entre nós não realiza o duplo fim que justifica a sua criação, porque se garante as pequenas economias, se duplica os pequenos capitais pelo juro, se desperta o amor do trabalho e convida a economisar pequenos saldos - não torna reproductivo esses saldos e capitais em favor do proprio trabalho e da industria, por que elles são depositados sob garantia e responsabilidade do Estado em beneficio do proprio Estado. D'aqui vem que as Caixas ECONOMICAS se tornam negativas a produção, e apenas se convertem em succursões do thesouro nacional, que nellas encontra meios de emprestimo disfarçado [...] ³⁰⁵

A coluna, não assinada, clama por crédito para a indústria e cita que os capitais da Caixa Econômica, fruto do trabalho de muitos, deveriam ser investidos para reproduzir os capitais industriais, ainda que incipientes no país. Como veremos nos perfis dos depositantes da década de 1880 no capítulo seguinte³⁰⁶, a Caixa Econômica da Corte possuía um grande número de manufactureiros, artífices, artesãos e outras profissões congêneres. No entanto, o regulamento fundacional que dita o recolhimento de todos seus capitais no Thesouro Nacional não será alterado até a reforma da Caixa Econômica ao longo do Estado Novo de Getúlio Vargas.

No ano de 1877, a Caixa Econômica da Corte tem o seu recorde nos valores de entrada, alcançando o total de aproximadamente 4.440 contos réis. Em contrapartida, também é atingido o recorde em retiradas, totalizando aproximadamente 4.248 contos de réis. O relatório do Conselho Inspector e Fiscal desse ano alega que o alto índice de retiradas é “natural,

³⁰⁴ Relatório do Ministério da Fazenda de 1876.

³⁰⁵ Jornal *O Globo*, edição número 264, ano de 1876.

³⁰⁶ Infelizmente a Caixa Econômica não apresentava a divisão dos seus depositantes por profissões antes do ano de 1880.

consequência do crescente movimento que se já operado nesta benéfica instituição, que vai se tornando cada vez mais conhecida e apreciada”³⁰⁷.

É importante ressaltar a informação, a qual, embora não seja destacada no relatório do Conselho, parece ser significativa. O Conselho cita que 82 retiradas no ano somaram 303:251\$035 réis, as quais são referentes às retiradas parciais ou totais entre 3:000\$000 até 4:789\$000 réis. O que o Conselho alega é a prática de sacar, parcialmente ou totalmente, os valores coligidos na caderneta de poupança quando esta alcança o depósito máximo sob rendimento de 4 contos de réis.

A Caixa Econômica da Corte possuía aproximadamente 35 mil cadernetas de poupança no ano de 1877, portanto, considerando as críticas recentes do Conselho quanto ao investimento na Caixa por ‘pequenos capitalistas’, é razoável supor que exista um número considerável de cadernetas com valores iguais ou acima de 4 contos de réis.

Por último, em 1877 o Conselho novamente demonstra o resultado da expansão do horário de atendimento da Caixa Econômica aos domingos. Segundo o relatório, os depósitos realizados nos 52 domingos do ano de 1872 alcançaram o valor total de 70:723\$000 réis, os quais os depósitos no valor máximo de 50\$000 foram a maioria (não é informado exatamente quantos). O Conselho conclui que a abertura aos domingos foi profícua, uma vez que diminuiu as filas ao longo da semana ao permitir mais oportunidades para realizar as operações.

A Caixa Econômica da Corte voltava a demonstrar déficit no saldo dos valores de entrada e retiradas no ano de 1878, além do número dos saques totais superarem a entrada de novos depositantes. O relatório do ano de 1878 não constou nada em relação ao déficit, no entanto, no relatório do ano de 1879 é informado que a grande quantidade de saques do ano anterior foi em decorrência do pânico gerado por causa da falência de “uma Caixa Depositária” (*Caixa Depositária Guimarães Costa*) da praça comercial do Rio de Janeiro.³⁰⁸

O pânico foi responsável pelo saque de cerca de 1.011 contos de réis de cadernetas da Caixa Econômica da Corte somente no mês de janeiro de 1878. A Caixa Econômica da Corte respondeu assegurando aos seus poupadores que ‘a garantia do governo imperial’ não permitiria a falência da instituição³⁰⁹.

Outro fator crucial para o aumento das retiradas dos depósitos da Caixa Econômica no ano de 1878 foi a redução dos rendimentos sob as poupanças de 6% para 5%. Tal fator não fora

³⁰⁷ Relatório do Ministério da Fazenda de 1877.

³⁰⁸ No *Jornal do Commercio* é exposta uma coluna salientando o pânico de retiradas na Caixa Econômica da Corte causado pela falência da *Caixa Depositária Guimarães Costa*. No entanto, não encontramos maiores detalhes sobre essa instituição privada. *Jornal do Commercio*, Edição 9, Ano de 1880.

³⁰⁹ Relatório do Ministério da Fazenda de 1879.

citado pelo Relatório do Ministério da Fazenda de 1878 e 1879, mas foi alvo principal de críticas nos jornais da época, como o *Jornal do Commércio*. É razoável supor que isso representava um embate político, uma vez que o *Jornal do Commércio* possuía um discurso liberal, enquanto os relatórios da Caixa Econômica da Corte representavam o alinhamento conservador dos seus membros.

O *Jornal O Cruzeiro* publica um longo editorial na edição de número 126 tratando especificamente dos problemas causados sobre o não pagamento dos depósitos da caixa econômica. O pânico, segundo o jornal, foi causado por falsas informações propagadas, atingindo em especial às pessoas menos abastadas, ignorantes da situação da Caixa Econômica da Corte. Segundo o editorial,

[...] não podemos deixar de proffigar a insensatez com que alguém fez crer nos depositantes da caixa economica que seus capitaes corriam risco, quando está no conhecimento de todos que o governo imperial está perfeitamente habilitado para fazer o pagamento integral e immediato, não só dos depositos da caixa economica, mas até de todos os bilhetes do thesouro, tendo se manifestado a respeito d'estes, que representam sommas bem mais importantes, uma tal confiança, que é o proprio governo imperial instado e preferido, ainda com juro menor, para continuar no goso d'essas quantias [...] Como acontece que muitos d'esses depositantes não leem jornaes, ou nem saber ler (nem de outro modo se pode explicar crassa ignorancia do estado de solvabilidade da caixa economica) as pessoas illustradas, que, por quaesquer circumstancia se acham em contacto com essa classe de depositantes fariam um verdadeiro serviço publico se os esclarecessem sobre esse ponto, destruindo um panico ridiculo que felizmente neste caso não produz outros mais senão o susto que causa nos interessados e o trabalho que está dando aos empregados encarregados de effectuar o pagamento [...]³¹⁰

O que acontecera, na verdade, foi uma redução nos rendimentos sob depósitos. A redução de 6% para 5% foi responsável para que alguns depositantes ficassem insatisfeitos e retirassem suas economias. Esse comportamento, provavelmente, levava a suposição de que o governo, ao não poder continuar pagando 6% de rendimentos, estava colocando sob risco as economias da Caixa Econômica da Corte.

O jornal *A Reforma* reproduz a ordem de redução informada pelo conselheiro diretor geral da contabilidade do Thesouro Nacional e Ministro da Fazenda. Gaspar Silveira Martins: “V.S. dar as convenientes ordens para que d’ora em diante seja pago o juro dos dinheiros do

³¹⁰ *Jornal O Cruzeiro*, edição 126, ano de 1878.

cofre dos orphãos na razão de 4% ao anno, e o da caixa econômica na de 5%”³¹¹. As críticas do *Jornal do Commércio* eram, principalmente, a menor taxa de rendimento do cofre dos órfãos em relação ao da Caixa Econômica. Supunham que a redução foi baseada na ‘qualidade das pessoas’, a qual julgava os poupadores da caixa econômica como “fortes” e os órfãos como “fracos”.

Na edição de 272 do jornal *A Reforma*, no mesmo ano, é realizada uma longa defesa à redução dos juros da Caixa Econômica e, ao mesmo tempo, resposta ao *Jornal do Commércio*:

O acto do Sr. Ministro da fazenda, reduzindo os juros dos dinheiros na caixa economica e no cofre dos orphaos, provocou do Jornal do Commercio censuras, escriptas no mesmo tom dos artigos de fundo, gazetilhas e publicações a pedido, que todos os dias estampa contra a pessoa de S. Ex. sem felizmente causar-lhe o mais ligeiro damno, pois são conhecidos os motivos da opposição systematica do grande orgão. O Jornal do Commercio queria naturalmente que, a despeito do estado financeiro do paiz e do grande deficit que assoberba a nação, o ministro continuasse a pagar juros elevados, quando a baixo premio são offerecidos ao estado avultadas quantias e os bancos não dão maior aos que levam-lhes sommas a deposito [...] Opprimido por essa constante preocupação, attribue a pretendida desigualdade na reduccção de juros à qualidade das pessoas, declarando que os contribuintes da caixa economica, qualificados de fortes ficam os o premio mais elevado, ao passo que os orphãos, os fracos, recebem outro mais baixo. No entretanto, foi observada a proporção da lei e a reduccção foi em ambos os casos de 1%, pois a caixa economica pagava 6% e o cofre dos orphãos 5%. Si podesse haver alguma propriedade na qualificação procurada para tornar odioso o acto, subordinando-a condição das pessoas, seria talvez a inversa, porque na caixa economica são geralmente recolhidas as reservas dos menos favorecidos da fortuna, ao passo que orphãos ha com grandes cabedaes guardados no respectivo cofre, por força da lei. Quando os bancos não recebem dinheiro a mais de 2 e 3% e ao thesouro chegam offertas pelo mesmo premio, não era justo que o ministro pagasse 5 e 6, em detrimento do paiz, cujo deficit é certo e assustador [...] A reduccção dos juros na caixa economica e cofre dos orphãos é um allivio ao paiz, e em vez de ser vexatoria, como se pretende, garante aos contribuintes maior premio ainda do que se offerece actualmente em qualquer casa bancaria. Si aquelles que concorrem a caixa economica não ficarem satisfeito com o premio de 5% levem suas economias onde colham melhores vantagens. Aos orphãos fica livre sempre o direito de subrogar os seus bens em outros de melhor especie e de maior renda.³¹²

O editorial do jornal alega a impossibilidade de continuar pagando 6% aos rendimentos das cadernetas de poupança da Caixa Econômica devido ao estado das finanças públicas no final da década de 1870. Ademais, segundo o editorial os juros da Caixa Econômica ou mesmo do Cofre dos Orphãos eram superiores a qualquer outro banco na praça comercial do Rio de Janeiro.

³¹¹ Jornal A Reforma, Edição 269, Ano de 1878.

³¹² Jornal A Reforma, edição número 272, ano de 1878.

Por último, mas não menos importante, é interessante ressaltar a inversão, em relação a opinião do editorial do *Jornal do Comércio*, que o editorial do periódico *A Reforma* faz das economias dos poupadores da caixa, considerando-os como mais pobres, enquanto as que coligem ao Cofre dos Orphãos, em sua maioria, são de pessoas abastadas.

A transferência da economia popular, outrora coligida nas casas bancárias falidas na crise de 1864, foi gradual. A Caixa Econômica começava a se configurar no momento pós-crise e ao longo da Guerra do Paraguai como um estabelecimento *garantido pelo governo imperial* (era recorrente a utilização desse termo nas propagandas dos periódicos. O rótulo de ‘garantia’ do governo recuperava a confiança dos poupadores, em especial dos mais pobres, uma vez que muitos perderam suas parcas economias na bancarrota de 1864.

A década de 1870 representara a expansão dos depósitos da Caixa Econômica Corte. O desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte fez com que esse tipo de instituição de depósitos populares fosse requisitado em outras províncias. A expansão não tardara e em 1874-1875 todas as capitais do império brasileiro já sediavam suas próprias caixas econômicas provinciais.

No que concerne à Caixa Econômica da Corte, o número de seus poupadores cresceu em ritmo acelerado. No começo da década de 1870, estando o país saindo da maior de suas guerras, possuía quase 20.000 poupadores. No final da década de 1870, já alcançavam aproximadamente 40.000 cadernetas de poupança. Em termos de capitais acumulados, a Caixa Econômica da Corte saltou de cerca de 4.000 contos de réis para mais de 10.000 contos de réis ao final da década de 1870.

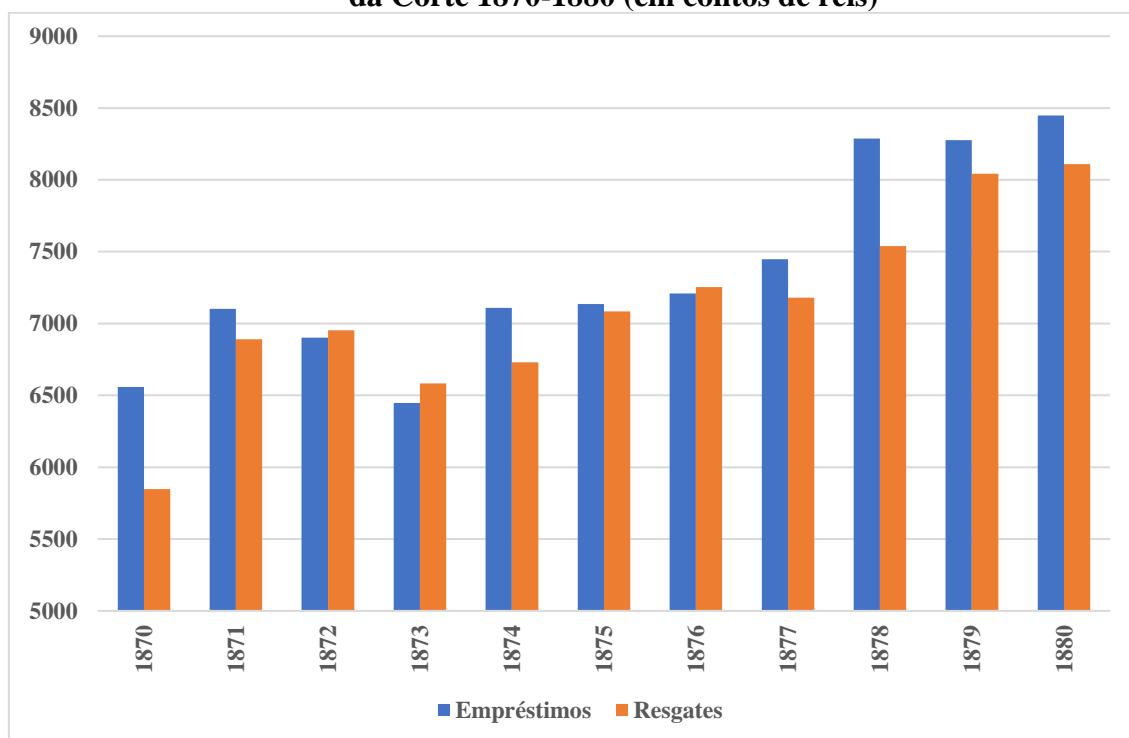
Esse desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte e expansão desse tipo de instituição nos permite supor: 1) a criação do hábito de investimento em poupança, iniciado com a Caixa Econômica do Rio de Janeiro em 1831 e difundido ainda mais pela Caixa Econômica da Corte em 1861; 2) desenvolvimento da economia popular, por mais que houvesse ‘pequenos capitalistas’ entre seus poupadores, conforme demonstrado, uma grande parte era composta pelo público-alvo – “classes menos abastadas” – exposto nos regulamentos fundacionais da Caixa Econômica.

A instituição de penhores do governo, Monte de Socorro da Corte, não demonstrava o mesmo desenvolvimento da Caixa Econômica. A década de 1870 retomava os superávits da instituição de penhores, mas o ritmo lento de desenvolvimento questiona a validade do estabelecimento.

O Monte de Socorro demonstrava até o ano de 1866 ritmo de crescimento no número de empréstimos sob penhores realizados conforme pode ser visto no capítulo anterior. As

medidas adotadas imediatamente pelo Conselho Inspector e Fiscal parecem ter surtido efeito nos últimos anos da década de 1860. No entanto, toda década de 1870 não demonstrara o mesmo ritmo inicial da primeira metade da década de 1860, como pode ser visto no **Gráfico 3.4**.

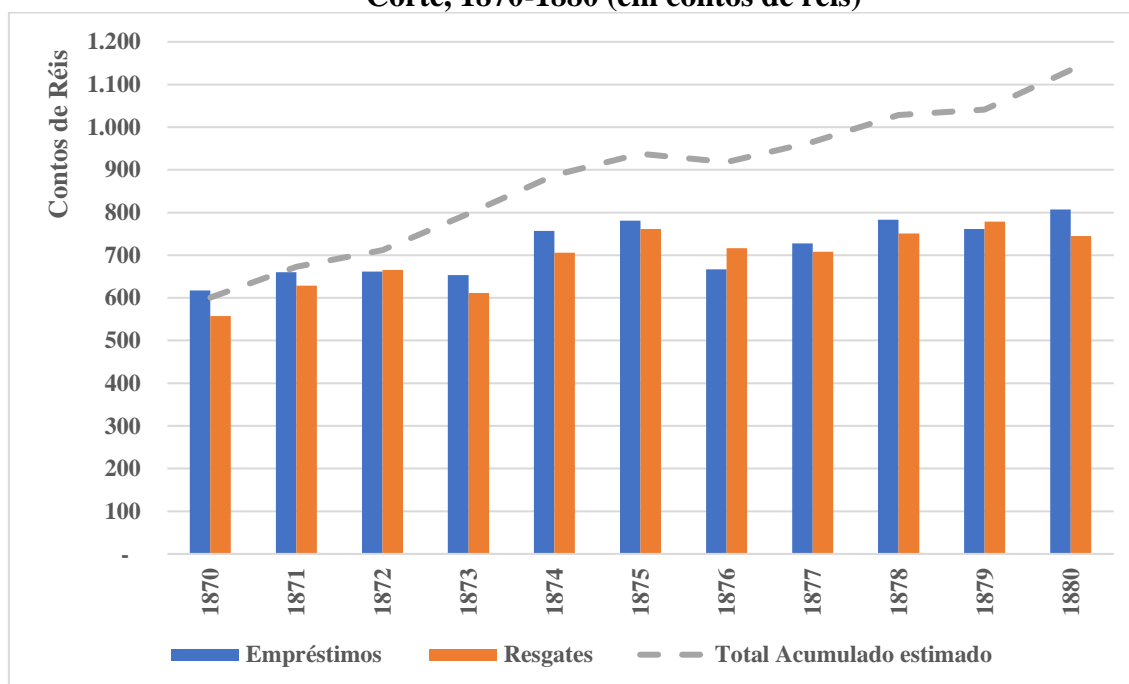
Gráfico 3.4 – Balanço anual do número de empréstimos e resgates do Monte de Socorro da Corte 1870-1880 (em contos de réis)



Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda (vários anos).

Os dados do **Gráfico 3.5** demonstram que, na década de 1870, excetuando os anos de 1872 e 1876, o saldo da balança entre os empréstimos e os resgates foi superavitário. Fazendo a estimativa do total acumulado pelo Monte de Socorro da Corte, considerando os juros recebidos pelos empréstimos, temos um total acumulado de aproximadamente 600 contos de réis em 1870 a 1.041 contos de réis em 1879, isto é, um crescimento de cerca de 441 contos de réis ou 173,5%.

Gráfico 3.5 - Balanço dos valores de empréstimos e resgates do Monte de Socorro da Corte, 1870-1880 (em contos de réis)



Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda. Vários Anos. O “Total Acumulado Estimado” foi feito por meio de cálculos próprios. Não era publicado oficialmente os valores acumulados do Monte de Socorro da Corte.

Como já demonstrado anteriormente, essas instituições dependiam da capacidade de assegurar aos clientes a confiança para depositar suas poupanças e tomassem empréstimos por meio do penhor de seus bens valiosos (somente ouro e prata), muitos deles com valores extra-econômicos. Portanto, era necessário passar essa confiança por meio da ‘garantia do governo’ e, é claro, pelo nome das pessoas que lá trabalhavam.

É inegável o aumento das movimentações nas duas instituições do governo. Os moradores da Corte e redondezas começavam a criar o hábito de poupar e penhorar nas instituições garantidas pelo governo imperial. No entanto, as primeiras reclamações da demora para realizar as operações na Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte começavam a surgir nos periódicos.

Ao final do ano de 1871, o Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e do Monte de Socorro emitira o número de novas cadernetas e depósitos diários na Caixa Econômica em seu relatório anual ao Ministério da Fazenda:

[...] Destas facilidades e por causa do baixo preço que tem hoje o dinheiro na nossa praça, tem resultado a extraordinária affluencia de fregueses para a Caixa, que no fim do anno passado já trazia 22686 cadernetas em circulação, das quaes 300 ou 400 concorrem diariamente ao Estabelecimento [...] Segundo me informa o Gerente, se estão emitindo presentemente de 30 a 40 cadernetas novas todos os dias, o que nos deve convencer de que a affluencia continua a crescer, e de que

com ella há de também crescer o inconveniente de não serem as partes aviadas com a promptidão que desejam [...] ³¹³

A edição número 206 do Jornal do Comércio de 1871 também alerta para a necessidade de aumentar o número de empregados da Caixa Econômica da Corte no intuito de atender o fluxo de pessoas:

"O Jornal do Commercio fez-se orgão de alguns depositantes deste estabelecimento, que reclamão o augmento de empregados, para que se lhes facilite a operação de seus depositos, actualmente muito concorrida. Todos os empregados da caixa, todo o seu material, e emfim todas as suas despezas são pagas pelos reditos do Monte de Socorro, e infelizmente succede agora que este Monte não prospera, e que os seus reditos apenas chegão para cobrir aquellas despezas. O conselho fiscal foi o primeiro a sentir os inconvenientes da demasiada agglomeração de concorrentes à caixa, e teria já nomeado mais empregados para o recebimento dos depositos se não receiasse elevar a despeza acima da receita. A Caixa Econômica faz todo o serviço de arrecadar as entradas dos depositantes, dá-lhes o juro de 6% que se accumula de seis em seis mezes, e tem todas essas quantias à disposição immediata de seus donos, sem levar-lhes commissão alguma. Se a actual concorrência, que não é habitual da caixa, não diminuir, será sem dúvida necessario tomar alguma providencia, e provavelmente o conselho proporá ao governo a criação de novos empregos, assim como as medidas que lhe parecerem mais adequadas para que os depositantes sejam chamados a contribuir, se não para todas, ao menos para uma parte das despezas de uma repartição que não existe, nem trabalha senão em seu exclusivo proveito." ³¹⁴

Utilizando-se do anonimato, um leitor do Jornal do Comércio identificado como 'pequeno capitalista' faz uma crítica ao governo e a administração da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte por não ter tomado nenhuma atitude referente às longas filas e demora para realizar as operações:

Sr. Redactor - No seu Jornal de 25 de Julho ultimo chamou V. a attenção de quem competisse para a demora que se estava dando no aviamento das cadernetas, devido ao pequeno numero de empregados; e infelizmente não nos consta que até hoje se tenha tomado medida alguma a tal respeito; tornando-se, portanto, cada vez mais difficil o depositar dinheiro na Caixa e vedando-se desta forma às classes menos abastadas o unico meio que lhe restava de formar um peculio sem perda de tempo nem sacrificio de interesses, verdadeiro fim para que foi

³¹³ Relatório do Ministério da Fazenda de 1871.

³¹⁴ Jornal do Commercio, edição n.º 206, ano de 1871.

instituída. A quem, actualmente, vai naquella repartição depositar ou levantar dinheiro é preciso que vá decidido a perder um dia, ser atropellado, e muitas vezes ouvir respostas pouco agradaveis. Torna-se urgente que o digno conselho fiscal, ou a quem melhor competir, adopte qualquer medida, e talvez a melhor dellas fosse reduzir o juro de 5,5%, afim de que, com o producto de 0,5% possa ser augmentado o numero dos empregados, visto as circumstancias do Monte de Soccorro não o permittirem. Ass. Pequeno Capitalista.³¹⁵

O ‘pequeno capitalista’ alerta sobre o descaso com clientes dos dois estabelecimentos, em especial, as classes menos abastadas que não gozam de tempo livre para a ‘perda de tempo’. O crítico leitor ainda sugere a redução dos rendimentos sob depósitos em 0,5% ao ano para utilizar os valores advindo desses percentuais para aumentar o corpo de funcionários.

Não demorou para que um funcionário da Caixa e do Monte respondesse às críticas expostos no Jornal do Commercio. Identificando-se apenas como “um empregado da caixa”, a longa resposta trazia esclarecimentos sobre a *Lei dos Entraves* que asseguravam os 6% de juros sob os depósitos na Caixa, portanto invalidando a proposta do ‘pequeno capitalista’. O ‘empregado da caixa’ concorda que o aumento das operações nos dois estabelecimentos tenha prejudicado o atendimento, mas alegava que não era mais possível ‘alargar’ os pequenos cômodos da sala emprestada pela Câmara, onde eram realizadas as operações da Caixa e Monte. O ‘empregado da caixa’ sugere por fim que:

[...] Convido, pois, o Sr. Pequeno capitalista a unir os seus aos meus votos para que, na proxima sessão legislativa, a assembleia geral se apresse a modificar a lei de 22 de Agosto, autorisando o governo a fixar a taxa do juro para os dinheiros das caixas economicas, como julgar mais conveniente; e para que mais tarde a mesma assembleia cuide de afastar o therouso nacional de semelhantes estabelecimentos, libertando-o do oneroso encargo de dar rendimento a seus capitaes. Foi o autorizado exemplo da França e da Inglaterra que induzio nossos legisladores a determinarem que a renda das caixas economicas fosse fornecida pelos cofres publicos. Os governos daquelles dous Estados se persuadirão de que estas caixas augmentavão o numero dos interessados na manutenção da ordem publica, e por isso se resolverão a prestar-lhes tão assignalada protecção. Mas, pelo que respeita ao governo francez, creio que experiencia lhe terá já desfeito todas as suas primeiras illusões; e quanto ao inglez, é natural que permaneça no mesmo systema, emquanto lhe não chegar tambem a sua hora das discordias civis. Ass. Um empregado da caixa.³¹⁶

³¹⁵ Jornal do Commercio, edição n.º 233, ano de 1871.

³¹⁶ Jornal do Commercio, edição n.º 253, ano de 1871.

Os apelos do ‘pequeno capitalista’ e do ‘funcionário da caixa’ foram antecipados pelo Conselho Inspector e Fiscal. No Relatório do Ministério da Fazenda de 1870, é explicitado que o Conselho havia proposto ao Governo a reformulação dos estatutos dos dois estabelecimentos. Dessa forma, o Conselho já percebia a necessidade de, pelo menos, aumentar o corpo de funcionários para atender a demanda crescente de suas operações.³¹⁷ No dia 8 de abril de 1871, por meio do decreto de n.º 4714 são reformadas algumas partes do regulamento da Caixa Econômica e do Monte de Socorro da Corte. A principal mudança no regulamento foi no *Capítulo II – Da Administração da Caixa Econômica*. O 16º artigo consta que a caixa contaria com conselho fiscal composto por um presidente e seis conselheiros, não mais oito como anteriormente. O quadro técnico-administrativo contaria com a novidade da figura do ‘gerente’, de um “chefe de escripturação” com um ajudante, um “thesoureiro” com dois “fiéis”, quatro “primeiros-escriptuários” e seis “segundos-escriptuários”, além do porteiro e um ou dois contínuos. Além disso, no artigo (17º) seguinte é informado que a caixa poderia contar com “colaboradores” e mais serventes se o gerente julgar necessário.

À figura do ‘gerente’ é dedicada uma parte importante do *Capítulo III – Do Gerente e Principaes Empregados*. A partir desses novos regulamentos, em especial do artigo 22º, o gerente tem os deveres de: 1º dirigir e inspecionar ambos estabelecimentos, 2º gerir os empregados, podendo repreender e suspender de seus exercícios, 3º resolver quaisquer dúvidas dos funcionários, 4º submeter informações dos estabelecimentos para o conselho, 5º cumprir e fazer cumprir as deliberações do conselho, 6º conferir a caixa do Thesoureiro diariamente, 7º organizar o orçamento semestralmente par ao conselho, 8º responsável pela burocracia de certidões e escripturação, 9º prezar pela segurança da documentação, 10º marcar e presidir os dias de leilões do Monte de Socorro, 11º organizar mensalmente os vencimentos dos empregados, entre outras.

O gerente se torna a figura do chefe de todos os funcionários dos dois estabelecimentos. Anteriormente, conforme pode ser visto no capítulo anterior, o conselho inspector e fiscal era responsável por averiguar os trabalhos do quadro técnico-administrativo. Pelos deveres expostos anteriormente, o gerente se torna o responsável por dirigir administrativamente e comunicar ao conselho frequentemente os balanços e orçamentos dos dois estabelecimentos.

O ‘chefe de escripturação’, por sua vez, substitui a figura do antigo ‘guarda-livros’ e conta com um ajudante para cumprir suas funções. No 23º artigo são expostas os deveres do chefe de escripturação, os quais destacamos: 1º dirigir os trabalhos dos escriptuários, 2º entregar

³¹⁷ Brasil, Relatório do Ministério da fAzenda, 1870.

diariamente o balanço dos movimentos da caixa e do monte do dia anterior ao gerente, 3º organizar balancetes mensais do Monte de Socorro e semestrais da Caixa Econômica, 4º substituir o gerente em caso de ausência.

Ao Monte de Socorro é empregado um ‘perito avaliador’ responsável especialmente para avaliar os objetos penhorados e conceder os empréstimos. Segundo o 28º artigo, o ‘perito avaliador’ deveria prestar fiança fixada pelo conselho antes de assumir o exercício de seu cargo, responsabilizando pelos eventuais prejuízos de avaliação e leilão dos objetos penhorados.

O prazo dos empréstimos do Monte de Socorro era de 9 meses, podendo estender mais 5 meses caso o Gerente concordasse e que o tomador do empréstimo pagasse os juros vencidos e aceitasse a reavaliação do objeto penhorado. Essa reavaliação tem o objetivo de conferir se o objeto penhorado diminuía de valor pelo tempo. Para dar mais garantia ao penhorista, qualquer objeto que for extraviado deveria ser restituído pelo seu valor inteiro e mais 25% do valor como indenização.

Os demais regulamentos se permaneceram basicamente as mesmas disposições dos regulamentos de 1861, data de fundação das duas instituições. Ao final dos artigos é relacionado uma lista com os honorários recebidos por cada funcionário da Caixa Econômica e do Monte de Socorro da Corte³¹⁸.

O Conselho Inspector e Fiscal avalia que a concorrência de outras casas de penhores particulares na cidade do Rio de Janeiro prejudicava o desenvolvimento do Monte de Socorro da Corte, uma vez que tais casas de penhores (não citadas) praticavam “usuras e abusam das disposições do Decreto nº. 2692 de 14 de novembro de 1860”³¹⁹.

O ano de 1872 demonstrou a superação do número de resgates ao número de empréstimos realizados e estava ligada à quebra da confiança. O caso de má avaliação dos penhores feitos pelo ex-perito do Monte de Socorro Antonio José de Souza (demonstrado anteriormente) no final da década de 1860 mal terminara de ser resolvido e um novo caso preocupava os clientes dos dois estabelecimentos. No relatório anual de 1872, o Conselho Inspector e Fiscal relatava que um funcionário chamado Victorino Cezar Ferreira Alves falsificou 321 entradas na importância total de 45:759\$000 réis em depósitos na Caixa Econômica.

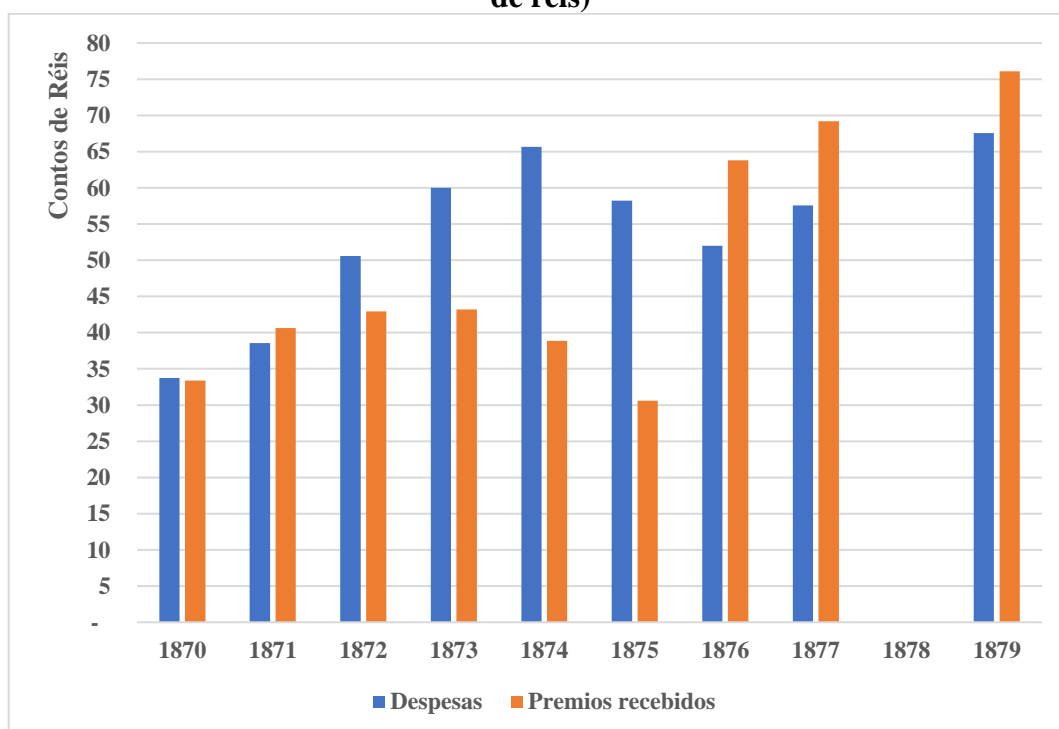
³¹⁸ Ver **Tabela 3.2**.

³¹⁹ Relatório do Ministério da Fazenda de 1871. O Decreto em questão regula as atividades de casas de empréstimos sob penhores particulares. Ver BRASIL, Decreto nº. 2692 de 14 de novembro de 1860. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1860, Página 1068 Vol. 1 pt II (Publicação Original).

O novo quadro de funcionários elevou as despesas da Caixa e Monte, mas se fazia necessário e era clamado pelos clientes. No entanto, a elevação dos gastos com funcionários viria a somar aos eventuais gastos operacionais e de déficits constantes no balanço e manutenção dos dois estabelecimentos. O binômio Monte de Socorro – Caixa Econômica, aquele sendo responsável pelo custeamento deste, é questionado na primeira metade da década de 1870.

O Monte de Socorro, instituição ligada à Caixa Econômica, de acordo com seus estatutos, podia tomar os depósitos da caixa econômica como capital para conceder empréstimos sob penhores a juros de 10% ao ano, em contrapartida, deveria arcar com as despesas e custeio da caixa econômica. Dessa forma, se configurava o indissociável binômio Monte de Socorro e Caixa Econômica.

Gráfico 3.6 - Despesas e Prêmios do Monte de Socorro da Corte, 1870-1879 (em contos de réis)



Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda (vários anos).

A despesa dos dois estabelecimentos (Caixa Econômica e Monte de Socorro) era de aproximadamente 19 contos de réis em seu primeiro ano de funcionamento. Em 1870, a despesa já alcançava aproximadamente 34 contos de réis, sendo que os prêmios³²⁰ rendidos pelos

³²⁰ “Prêmios” era o termo utilizado para os juros dos empréstimos sob penhor.

empréstimos no mesmo ano era em torno de 33,5 contos de réis como pode ser visto no **Gráfico 3.6**.

A partir da reforma e expansão no quadro de funcionários dos dois estabelecimentos em 1871, o Monte de Socorro apresentara *déficits* constantes em seus balanços. O único rendimento do Monte de Socorro eram os prêmios adquiridos de 10% ao ano em cima dos empréstimos. No entanto, devido ao fraco desenvolvimento no número de cautelas realizadas, o Conselho Inspector e Fiscal resolvera diminuir os juros cobrados pelos empréstimos sob penhor de 10% para 6% ao ano, conforme fica exposto na nota do jornal *A Nação* abaixo:

Ministerio dos negocios da fazenda. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1873. Illum. E Exm. Sr. - O Governo imperial, associando-se aos sentimentos do conselho fiscal da caixa economica e monte de socorro, expressados no officio que V. Ex. dirigio-me com data de 22 de Setembro ultimo, e reconhecendo os bons fundamentos com que o mesmo conselho deliberou baixar de 10% a 6% a taxa do juro dos emprestimos que se fazem pelo segundo daquelles estabellecimentos, resolveu aprovar essa deliberação.³²¹

A solução surtira efeito, como pode ser visto nos **Gráficos 3.5 e 3.6**. O número e os valores de novos empréstimos aumentaram e superaram os resgates no ano de 1873. No entanto, as despesas também aumentaram, enquanto os prêmios diminuíram significativamente, devido à redução da porcentagem sob empréstimos. Os prêmios que chegaram ao valor de aproximadamente 43 contos de réis em 1873, diminuíram para aproximadamente 30,5 contos de réis em 1875. Enquanto as despesas se mantiveram em torno dos 60 contos de réis, quase o dobro do valor dos prêmios.

Compondo as despesas, podemos notar o aumento nos honorários anuais do quadro de funcionários da Caixa Econômica e do Monte de Socorro da Corte. Na **Tabela 3.2** está reproduzida essa lista e é possível verificar um custo anual de 26 contos de réis (27:400\$000 após o aumento em 1872) de funcionários.

Tabela 3.2 – Honorários Anuais dos Funcionários da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte (1874-1880)

Função	Honorários Anuaes	Decreto 5096 28/09/1872
Gerente	5:000\$000	Idem
Chefe de Escripuração	4:000\$000	Idem
Ajudante do Chefe	1:800\$000	2:400\$000
Thesoureiro	4:000\$000	Idem

³²¹ A Nação, edição n.º 218, ano de 1873.

Fieis do Thesoureiro, cada um	1:600\$000	1:800\$000
Primeiros Escriptuarios, cada um	1:600\$000	2:000\$000
Segundos Escriptuarios, cada um	1:200\$000	1:600\$000
Perito Avaliador	4:000\$000	Idem
Contínuo	1:200\$000	Idem
Porteiro	1:600\$000	Idem
Custo Anual	26:000\$000	27:400\$000
Gratificações Annuaes para quebras		
Ao Thesoureiro	400\$00	Idem
Ao Fiel Recebedo	200\$000	Idem

Fonte: BRASIL, Decreto n.º 5.594 de 18 de abril de 1874. Manda executar o Regulamento para as Caixas Economicas e os Montes de Socorro das Provincias. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1874**, Página 324 Vol. 1 pt. II (Publicação Original).

As despesas contavam com os valores dos honorários dos funcionários, além do custo em equipamentos e suplementos para realizar as devidas operações escriturárias. Ademais, pode considerar custos esporádicos de reforma nas improvisadas acomodações da Caixa e do Monte no edifício da Câmara dos Deputados. Por exemplo, no relatório de 1872 constava o valor de 2:769\$215 réis oriundos de uma reforma realizada para melhorar as condições de higiene do local.³²²

A solução mais habitual encontrada pelo Conselho para lidar com os *déficits* constantes do Monte de Socorro foi requisitar o imposto de 1% sob as loterias do governo. Desde sua fundação, conforme explicitado no capítulo anterior, o Conselho Fiscal e Inspector da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte podia requisitar 1% de imposto da loteria. A justificativa era uma espécie de compensação pelo governo controlar duas instituições que eram vistas como antagonistas na época – uma que prezava o futuro pelo risco e sorte grande e outra pelo hábito econômico. Portanto, ao lidar com o aumento substancial das despesas no ano de 1873, o Conselho novamente requisitou o valor de 374:400\$000 réis referentes ao 1% do imposto lotérico.³²³

O Conselho aumentou a arrecadação estabelecendo a cobrança de 200 réis por caderneta emitida à novos depositantes na Caixa Econômica, além da permissão de cobrar por certidões que fossem requeridas por particulares na Caixa Econômica. O pedido para essas mudanças foi realizado no dia 7 de agosto de 1873 e validado no mesmo ano. Na edição de número 180 de 1873, o jornal *A Reforma* publicou o seguinte trecho:

Illm. E Exm. Sr. - Em officio de 7 de agosto ultimo pediu V. Ex. o assentimento governo imperial para poder pôr em execução duas

³²² Relatório do Ministério da Fazenda 1872.

³²³ Relatório do Ministério da Fazenda de 1873.

medidas de interesse para esse estabelecimento, que haviam sido adoptadas por unanimidade de votos do conselho fiscal do 1º do mesmo mez. Essas providencias consistem: 1, na cobrança de 200 rs, de cada uma caderneta que for entregue aos depositantes, na occasião em que elles saldarem suas contas; 2ª, na de emolumentos pelas certidões que frequentemente ahi se passam a requerimentos de partes. Ponderou V. Ex. que o incremento progresso tanto do expediente como das despesas da caixa economica gerou nos membros de sua direcção a ideia d'aquellas modicas contribuições, sendo que a referente às cadernetas servirá para cobrir a despeza que o estabelecimento faz com a impressão das mesmas e de outros papeis indispensáveis ao seu serviço. Submettida esta proposta ao exame da secção de fazenda do conselho de estado, houve sua magestada o imperador por bem, por sua imperial resolução de consulta de 24 do corrente mez, que se autorisasse a execução da supramencionada deliberação do conselho fiscal, visto que os emolumentos, redundando unicamente em proveito da caixa economica, tem esta todo o direito de taxar um preço rasoavel aos serviços que lhe são exigidos pelos particulares, além dos inherentes às operações de receber e pagar os depositos que constituem a missão da mesma caixa; e quanto às cadernetas, porque sua importancia representará apenas o valor de um titulo, que se entrega ao depositante para sua garantia e interesse, accrescendo que o modo do pagamento não será penoso a nenhum d'elles³²⁴

Apesar de não denotar as despesas dos dois estabelecimentos nos relatórios posteriores à expansão das Caixas Econômicas e Montes de Socorro, as notícias das exigências de novos funcionários para atender a demanda crescente de novos depositantes é recorrente ao longo da década de 1870.

O ano de 1874 demonstra um aumento significativo no número de resgates efetuados no Monte de Socorro da Corte, enquanto o número de empréstimos continua praticamente o mesmo do ano anterior. As despesas continuavam extrapolando as receitas do Monte de Socorro, fazendo-o recorrer ao imposto de 1% sob loterias. Por sua vez os valores dos empréstimos e das retiradas são superiores ao do ano anterior. A redução dos juros dos empréstimos não vinha surtindo o efeito esperando pelo Conselho, o qual constata no relatório daquele ano:

Já deste simples quadro (balanço do ano) se depreende que ainda não se realizaram as esperanças que concebeu o Conselho Fiscal e eu tive a honra de expor a V. Ex. de que a importante reduçção de 10 para 6% no juro dos empréstimos sobre penhores alargaria consideravelmente as operações do Monte. Não se pôde dizer que não hove augmento algum, mas é claro que ainda o que houve está muito áquem das esperanças concebidas, pois que em

³²⁴ A Reforma, edição n.º 18, ano de 1873.

todo o anno passado muito pouco excedeu do valor de 100:000\$000. Alguns membros do Conselho têm manifestado o desejo de que se addicione à medida da redução do juro a de se abrirem de tarde as portas do Monte de Socorro, segundo propoz o Perito-Avaliador do Estabelecimento, mas este expediente não se tem afigurado a outros membros como prometedores de vantagens, que compensem as suas despesas, e tem sido, por isso, addiada a sua adopção.³²⁵ [grifos nossos]

A proposta do Conselho é ampliar o horário de atendimento do Monte de Socorro para o período da tarde, objetivando diminuir as filas e atender mais clientes. Como exposto anteriormente, semelhante medida adotada pela Caixa Econômica da Corte ao abrir suas operações aos domingos, surtindo resultados eficazes.

O ano de 1875 representou a continuação do superávit, conforme pode ser visto no **Gráfico 3.5**. Os empréstimos alcançaram o recorde da década nesse ano, perfazendo o total de 781 contos de réis, enquanto os resgates representaram 761 contos de réis. O número de resgates continuava a subir, no entanto, o número de novos empréstimos praticamente continua o mesmo nos anos anteriores, conforme **Gráfico 3.3**. Isso demonstrava um ritmo lento da popularização dos empréstimos sob penhor do Monte de Socorro. A medida de ampliar o horário de funcionamento do Monte de Socorro surtira poucos efeitos, uma vez que as despesas continuavam bem maiores que os prêmios, os quais diminuíram em relação ao ano anterior, conforme **Gráfico 3.6**.

O ano de 1876 representou um ano crítico no desenvolvimento do Monte de Socorro da Corte. Os valores totais de novos empréstimos diminuíram, enquanto os resgates continuaram superiores àqueles, apresentando assim um novo déficit. As despesas foram inferiores às rendas, não configurando a necessidade do imposto sob as loterias da Corte.³²⁶

No mesmo ano consta que o Ministério da Fazenda anunciou a necessidade de repartir o imposto sob loterias com os Montes de Socorro provinciais, os quais estavam com grandes dificuldades para suas instalações e manutenções. Ficou decidido que o produto da taxa de 1% das loterias da Corte seria repartido do seguinte modo: 1/3 do capital ficaria com o Monte de Socorro, enquanto 2/3 seriam providenciados para as províncias da Bahia, Pará, Pernambuco, São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais.

Apesar do desempenho não satisfatório que o Monte de Socorro da Corte demonstrava, a Caixa Econômica da Corte levava uma soma considerável de pessoas à Câmara dos Deputados e uma importância ainda maior de réis ao Thesouro Nacional. Desse modo, o espaço dos

³²⁵ Relatório do Ministério da Fazenda de 1874.

³²⁶ Relatório do Ministério da Fazenda de 1876.

cômodos concedidos pela dita Câmara se tornava insuficiente para lidar o crescente movimento. Para piorar a situação, a Câmara dos Deputados requisitou a retomada do espaço, o que fez com que o Conselho Inspector e Fiscal ficasse o ano inteiro de 1876 em busca de um novo edifício. No relatório anual consta que não fora possível encontrar o edifício desejado e pediu-se mais tempo aos Deputados. O fato é que a Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte ainda ficariam até o começo da década de 1880 no espaço cedido pela Câmara³²⁷

Os dois anos seguintes, 1877 e 1878, o Monte de Socorro da Corte retoma superávit em termos de valores de novos empréstimos em relação aos valores resgatados. Ainda que o balanço do Monte de Socorro fosse superavitário, o número de clientes recorrendo aos saques de suas economias na Caixa Econômica da Corte crescera, o que prejudicava a confiança dos clientes das duas instituições. A corrida pelo saque, como já foi apresentado anteriormente, refere-se à diminuição dos juros dos depósitos realizados na Caixa Econômica da Corte para 5% ao ano. O Diário do Rio de Janeiro, na sua edição de número 29 de 1878, informa que a corrida pelo saque era devido a um boato ou má compreensão de redução dos juros à 4% ao ano, o que, na verdade, foi estipulado para os depósitos no Cofre dos Orphãos:

Tem, nestes ultimos dias, soffrido diversas corridas este estabelecimento, devido a um boato que por ahi se propalla, à surreal, de que o governo diminuiu o juro allí estipulado de 6% a 4%. Merecem severa censura os que assim abusam da ignorancia e credulidade do povo, talvez para fins particulares. Podemos garantir que o boato é falso, e que a caixa economica está habilitada a satisfazer seus compromissos, com pontualidade e sem nenhuma alteração no juro estabelecido.³²⁸

Por fim, o ano que fecha a década de 1870 demonstrou novamente um déficit no balanço do Monte de Socorro da Corte. Os boatos e a grande quantidade de saques realizados na Caixa Econômica da Corte desde o ano de 1878 reverberaram no Monte de Socorro, fazendo aumentar significativamente o número de resgates no ano de 1879.

Os Montes de Socorro provinciais não conseguiam manter o funcionamento do binômio Monte de Socorro/Caixa Econômica. Era de esperar, uma vez que o Monte de Socorro da Corte, capital do império brasileiro, não demonstrava a capacidade de manter a sua solvência sem a intervenção do governo com o imposto sob as loterias. Novamente, no ano de 1879, o governo teve de agir para auxiliar tais montes de socorro com a quota das loterias.

³²⁷ Idem

³²⁸ Diário do Rio de Janeiro, 1878, Ed. 29

Esse constante *déficit* entre despesas e prêmios colocam em dúvida à forma de organização dos dois estabelecimentos, o que chamamos de binômio *Monte de Socorro-Caixa Econômica*. Essa forma de organização do binômio *Monte de Socorro-Caixa Econômica* foi implementada em todas as capitais de províncias, mas os resultados foram terríveis. Algumas províncias exigiriam, em um curto período, a extinção dos montes de socorro, uma vez que a maior parte deles demonstra prejuízos constantes.

Dessa forma, enquanto os balanços do Monte de Socorro da Corte continuavam apresentando déficits, a Caixa Econômica da Corte realizava um impressionante aumento de cadernetas de poupança, ainda que perfizessem alguns déficits anuais na década de 1870. As pessoas se acumulavam cada vez mais em longas filas para realizar suas operações – sacar ou depositar suas economias, sejam elas ‘pequenos capitalistas’ ou os pobres que a Caixa Econômica destinava suas atividades em seus regimentos.

Não tardara para que as críticas com viés político se acirrassem. No *Gazeta de Notícias*, na edição de número 338 de 1878, um colunista anônimo, identificado apenas como *O Republicano*, questionava a falta de apreço e cuidado dos funcionários públicos da Caixa Econômicas para com sua clientela:

Pede-se a quem competir que ponha cobro a tantos abusos que se dão nesta repartição. Antes de uma hora da tarde, já os Srs. Empregados dizem cheios de factuidade: não recebemos mais dinheiro; e accrescentam com espirito; venha depois de jantar ou de noite. De outro lado os seus companheiros ainda mais delicados, dizem: quer a sua caderneta? espera, se quizer, viesse mais cedo, nós temos muito que fazer, e dizendo isto, senta-se e recosta-se n'uma cadeira como um rei pequeno. Ora, numa repartição onde os empregados trabalham só três horas por dia, e ainda tem direito de debicar e tratar mal as partes, deve ser realmente um ceu aberto onde o Sr. ministro da fazenda pode passar alguns minutos aprazíveis em companhia do chefe d'aquella pequena. Republicano.³²⁹

Alguns dados são importantes para compreender o funcionalismo das duas instituições irmãs: 1) os gastos anuais com funcionários na Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte alcançava cerca de 27,5 contos de réis, enquanto as despesas totais somavam cerca de 67 contos de réis ao final da década de 1870; 2) as duas instituições empregavam 26 funcionários de Gerente até Porteiro; 3) receberam em média 10.659 novos depositantes e saldaram cerca de 8.080 cadernetas por ano, enquanto realizaram a média de 7671 novos empréstimos e 7420

³²⁹ *Gazeta de Notícias*, edição n.º 338, ano de 1878.

empréstimos saldados por ano; 4) 26 funcionários tinham, ao final da década de 1870, cerca de 39.500 cadernetas de poupança para administrar em seus livros e 6.274 objetos penhorados para tratar, cuidar e, eventualmente, saldar e leiloar.

Para ter a real situação da quantidade de trabalho que os 26 funcionários tinham, seria necessário saber o total de operações e clientes atendidos diariamente, mas pelos dados expostos e consubstanciados pelas colunas citadas anteriormente, é razoável supor que essas instituições tinham alcançado um tamanho maior do que lhes eram dedicados em orçamento.

O que se pode concluir acerca do desenvolvimento das duas instituições na década de 1870 é que o Monte de Socorro da Corte não conseguia cumprir seu papel de mantenedor dos gastos dos dois estabelecimentos público na Cidade do Rio de Janeiro, em especial, por causa período de crescimento no número de clientes e da demanda constante. Apenas com os prêmios recebidos por ora pela instituição de penhor da Corte não era suficiente para isso. O binômio, portanto, se torna um empecilho ao governo, sendo obrigado a recorrer constantemente ao imposto de 1% sob as suas loterias definido em lei (1860). A possibilidade do rompimento da integralidade dos dois estabelecimentos começa a ser discutida, principalmente pelas dificuldades que os demais montes de socorro provinciais demonstravam. Isso combustível para uma reforma tão desejada por grande parte dos conselheiros na década seguinte.

Capítulo 4 Da Corte para a República: a última década da Caixa Econômica da Corte (1880-1889)

A década de 1880 para a Caixa Econômica da Corte representou uma freada brusca no ritmo de seu desenvolvimento. A taxa de crescimento acumulado dos depósitos da Caixa Econômica da Corte demonstrava uma média superior a 50% ao ano na década. No início da década anterior, a instituição de depósitos do governo na cidade do Rio de Janeiro possuía em seus cofres cerca de 4.636 contos de réis acumulados. Terminou essa década, no ano de 1880, com 10.066 contos de réis acumulados em depósitos. No entanto, o ano de 1879 marcou o primeiro déficit de 7,6% nesses valores depositados.

O déficit do último ano da década anterior era indicador do que estava por vir na década de 1880. Ao longo dessa década, a Caixa Econômica da Corte ficou marcada principalmente por um longo e arrastado debate quanto à necessidade de modernização de seus estatutos. Dessa forma, uma comissão avaliadora foi formada em 1881 para averiguar as causas do déficit no ano final da década anterior e, principalmente, a quebra do ritmo acelerado de desenvolvimento.

Entre o resultado da comissão avaliadora em 1882 e sua proposta de reformulação dos estatutos até a discussão parlamentar para avaliar possíveis ementas e sua aprovação foram 5 anos. A demora estava relacionada a assuntos políticos de primeira ordem, como a questão da abolição da escravidão, o crescimento do movimento abolicionista, a falência do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado e Império do Brasil em 1883³³⁰ e a promulgação da lei dos sexagenários em 1885.

Foi somente no ano de 1887 que a proposta de reformulação dos estatutos foi discutida, recebeu emendas e votada no parlamento. Ao longo desses anos, a Caixa Econômica da Corte viveu inúmeras críticas e demonstrou uma alta variação no seu desenvolvimento.

Por fim, os últimos anos da Caixa Econômica da Corte foram similares ao do próprio Segundo Reinado brasileiro. A desconfiança política pairava sob D. Pedro II e transbordava para suas instituições. A Caixa Econômica da Corte se desenvolvera e se expandira sob a bandeira da segurança e confiabilidade das contas públicas do governo imperial. Da mesma forma, o enfraquecimento dessa confiança afetaria diretamente essa instituição de depósitos, a qual demonstraria seus piores déficits nos últimos anos do Império do Brasil.

³³⁰ ALMICO, Rita C. S.; SARAIVA, Luiz F. “Casa Montepio dos Artistas: Pecúlio e auxílio mútuo em uma sociedade do Recôncavo da Bahia”. *Congreso Internacional de Historia de las Cajas de Ahorro*. Universidad de Murcia. 2008.

4.1 – A Comissão Avaliadora de 1881 e a proposta de reformulação das caixas econômicas brasileiras

As casas econômicas e montes de socorro das províncias, criadas por decreto n. 5594 de 18 de abril de 1874, pouco têm prosperado por falta de meios. Diminuta tem sido a renda produzida pelos Montes de Socorro para ocorrer às despesas de custeio dos dous estabelecimentos, e por isso o capital com que foram instituídos os Montes de Socorro acha-se esgotado, e estão estes estabelecimentos onerados de dívidas, que mais tarde hão de pesar sobre o Estado, não obstante os auxílios já prestados pelo Governo.³³¹

Essa foi a avaliação do relatório do Ministério da Fazenda sob a chefia do ministro José Antônio Saraiva. Como visto anteriormente, se o monte de socorro da corte demonstrava uma letargia em seu desenvolvimento, os montes de socorro provinciais, mesmo com constantes auxílios do governo, acumulavam déficits constantes.

O binômio administrativo Monte de Socorro / Caixa Econômica demonstrava incapaz de ser reproduzido na maior parte das províncias. Segundo os relatórios do Conselho Inspector e Fiscal anteriores à formação da comissão avaliadora³³², os motivos da dificuldade de desenvolvimento dos montes de socorro eram a concorrência com casas de penhores particulares e a baixa demanda, uma vez que só objetos de ouro e prata eram permitidos como penhores.

Para reverter esse quadro, foi proposto pelo ministro a composição de uma comissão para verificar as causas e dificuldades da letargia do desenvolvimento das caixas econômicas e montes de socorro provinciais. A comissão foi organizada no dia 1º de outubro de 1879 e foi composta por membros do Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte: Dr. João Cardozo de Menezes e Souza, Antonio Nicoláo Tolentino e Antonio Luiz Fernandes da Cunha e do gerente da Caixa Economica e monte de socorro da corte Jacintho Vieira do Couto Soares³³³.

A comissão teve sérias dificuldades de coligir os dados das caixas econômicas e montes de socorro provinciais, como é alertado no mesmo relatório de 1880. Os dados provinciais estavam repletos de lacunas e demoravam chegar na corte, o que atrasou a análise dessa comissão.

³³¹ Relatório do Ministério da Fazenda, 1880.

³³² Relatórios do Ministério da Fazenda de 1877, 1878 e 1879.

³³³ Relatório do Ministério da Fazenda de 1880.

O trabalho foi finalmente concluído no dia 21 de agosto de 1882 e apresentado um projeto de reforma dos estatutos para as duas instituições. Segundo Lyra Filho, corroborado com algumas colunas de periódicos que serão apresentadas a seguir, a comissão avaliadora apontou quatro causas principais para o atraso das caixas econômicas e montes de socorro provinciais: 1) a infrequência dos atos de poupar, isto é, a falta da educação econômica nas capitais provinciais; 2) a forma administrativa do binômio Monte de Socorro / Caixa Econômica, isto é, a dependência do custeio das Caixas Econômicas pelos Montes de Socorro; 3) restrição de operação nas capitais das províncias e na Corte; 4) concorrência com jogos de azar, em especial a loteria.

O projeto de reforma dos estatutos foi feito pela comissão avaliadora de 1881 e proposto pelo ministro da Fazenda João Lustosa da Cunha Paranaguá no ano de 1882. O projeto possuía 17 artigos, os quais buscavam solucionar as causas dos problemas de desenvolvimento das caixas econômicas provinciais citadas anteriormente. A seguir discorreremos sobre alguns dos artigos propostos no projeto para compreender o que pensava aqueles que estavam na administração da principal caixa econômica e monte de socorro do governo.

Como dito anteriormente, o projeto de reforma foi organizado por pessoas com experiência na administração pública e no sistema financeiro, além de serem membros de longa data do Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte³³⁴. No primeiro artigo é mantida a centralização dos depósitos no Tesouro Nacional e enfatizando a “garantia do Estado”. Ainda nesse primeiro artigo, a administração das caixas provinciais deveria ser realizada por um presidente e de quatro a seis conselheiros, todos nomeados pelo Governo Imperial. Por fim, e não menos importante, as caixas provinciais poderiam, se acharem conveniente, estabelecer filiais ou agências no interior das províncias utilizando órgãos administrativos do governo, tais como: as Mesas de Rendas, Collectorias e Estações do Correio. Essa última se trata de uma inspiração inglesa – *postal savings bank ou penny post*³³⁵ – instituída no ano de 1861 e que já era clamada no Brasil.

³³⁴ Projeto proposto pela comissão de 1881 exposto na íntegra no Anexo 10.

³³⁵ COASE, R. H. “Rowland Hill and the Penny Post.” *Economica*, vol. 6, no. 24, 1939, pp. 423–435. JSTOR, www.jstor.org/stable/2548883.

Mapa 4.1 Mapa dos Correios brasileiros em 1860



Fonte: SARAIVA, L.F. NABARRO, W. e CASTRO, P.G. de. Atlas Histórico Econômico do Brasil no século XIX. Niterói: Eduff, 2020 (no prelo).

Os correios brasileiros já apresentavam uma dispersão por grande parte da costa atlântica do país no ano de 1860, conforme pode ser visto no **Mapa 4.1**. A tendência foi integralizar ainda mais as vias de comunicações brasileiras por meio da incorporação dos telégrafos e telefones ao longo dos anos. A ideia de implementação dos *post-office savings banks* não parecia absurda a partir da visualização desse mapa.

A principal mudança proposta pelo primeiro artigo é dar autonomia para expansão às caixas econômicas e montes de socorro. Além disso, o modelo sugerido de criação de caixas filiais utilizando do aparato do governo já estabelecido concedia baixos custos para integração

com regiões mais periféricas. O hábito de poupar podia ser levado para além dos grandes centros urbanos e comerciais do império brasileiro.

O segundo artigo propõe drásticas mudanças na forma de captação dos depósitos pelas caixas econômicas. Propõe manter a restrição mínima de 1\$000 réis por depósito, mas sem limitar o máximo ou o número de vezes depositados por semana. Além disso, com o objetivo de ampliar as categoriais sociais capazes de se tornarem depositantes, propõe no segundo parágrafo do artigo a criação de “selos de economia”, isto é, notas de pequenos depósitos (menores de 1\$000 réis) emitidos nas “escolas e nos estabelecimentos em que houvesse operários e trabalhadores”. Esses valores seriam coligidos em conta nesses locais até alcançarem a soma mínima de depósito, então enviados para a caixa econômica.³³⁶

Ainda acerca desse segundo artigo, seria aumentado o limite de contas de depósitos sob rendimento para sociedades beneficentes até o máximo de 10 contos. No que se refere aos saques, respeitariam um prazo estabelecido baseado nos valores em contas, isto é, quanto maior o valor sacado, mais tempo prévio seria preciso.

O terceiro artigo, por sua vez, está relacionado ao acesso das mulheres e órfãos (maiores de 16 anos) aos depósitos sem a necessidade de permissão de, respectivamente, seus maridos e tutores. No Decreto nº 5.594 de 18 de abril de 1874, o qual regulava as caixas econômicas e montes de socorro provinciais, nada foi dito a respeito da restrição das mulheres e órfãos. O que ficava ambíguo, pois nos estatutos de fundação era explícita o paternalismo na restrição de depósitos sob permissão dos senhores, maridos e tutores. Essa restrição é omitida no decreto posterior de 1874, apenas especificando a condição de clientes da caixa econômica aos escravos garantidos pela Lei do Ventre Livre de 1871 e seu decreto adicional de 1872.

Ao especificar derrubar a restrição das mulheres e dos menores de idade, a comissão ampliava e facilitava o acesso a essas categorias. Essa decisão condizia com outras caixas econômicas na Europa e no Estados Unidos, no entanto, uma vez que o braço do paternalismo (senhores, maridos e tutores) se queixasse, os acessos sofreriam obstáculos. Isso ficou claro como um ponto criticado, anos depois, na discussão parlamentar a respeito desse projeto, a qual retomaremos posteriormente.

Nos artigos quatro e cinco é definida onde seriam coligidos os depósitos acumulados nas caixas econômicas e de suas agências. Ficaria definido que a caixa econômica da corte e

³³⁶ Alguns professores nas escolas públicas tomaram a iniciativas de ensinar o hábito da poupança para seus alunos e receberem seus depósitos, os quais acumulados o valor mínimo de entrada eram direcionados para a Caixa Econômica da Corte. Essa discussão se refletirá na reforma em 1887, a qual abarca artigos referentes às caixas econômicas escolares e em estabelecimentos. Esse assunto será tratado na seção a seguir.

suas agências no interior da província do Rio de Janeiro teriam recolhidos seus depósitos ao Tesouro Nacional, enquanto as caixas econômicas provinciais e suas possíveis agências recolheriam às Thesourarias da Fazenda de cada capital provincial. Ademais, os juros seriam padronizados em 6% ao ano para depósitos em todo território nacional. O valor dos juros nesse momento variava conforme província, tendo a Caixa Econômica da Corte o menor juros garantidos para depósitos, como já foi demonstrado anteriormente.

O sexto e o sétimo artigos referem-se ao Fundo de Reserva. Essa novidade trazida pelo Projeto da Comissão organizaria uma reserva de capitais por quatro meios: 1) pelo lucro da diferença paga de juros pelo Estado às caixas econômicas; 2) pela renda possível das caixas econômicas, mas principalmente dos empréstimos dos montes de socorro; 3) pelos depósitos prescritos; 4) pelas doações e legados.

Os capitais coligidos no fundo de reserva, por sua vez, após o pagamento das despesas das instituições, seriam invertidos em apólices de dívida pública iguais as do decreto n. 4244 de 15 de setembro de 1867, vencendo a juros de 5% ao ano. No entanto, quando alcançado o total de 2 mil contos de réis no fundo de reserva da Caixa Econômica da Corte, o Estado reduziria o rendimento dos depósitos para 5% ao ano, baixando a 4,5% ao ano quando o referido fundo chegasse a 4 mil contos de réis.

Algumas ponderações são feitas acerca desse Fundo de Reserva: 1) determina que as províncias teriam limites diferentes de acordo com a realidade da capacidade de depósitos; 2) o fundo de reserva é, primordialmente, destinado para manutenção e controle de perdas da caixa econômica, assim dando maior garantia aos seus depositantes; 3) o fundo de reserva da Caixa Econômica da Corte cobriria os *déficits* das demais caixas econômicas provinciais enquanto não forem autossuficientes; 4) o Governo, a cada cinco anos, se desejar, poderia autorizar a distribuição de uma quota de capitais do Fundo de Reserva a cada depositante proporcional aos valores em sua cadernetas nos últimos cinco anos.

O oitavo artigo refere-se a validade de 30 anos para cadernetas de depósitos inativas, as quais prescreveriam e teriam seus capitais coligidos no Fundo de Reserva. Por sua vez, o nono artigo ditava uma possibilidade de conversão dos depósitos em títulos de dívida pública se o depositante desejasse.

Por fim, as disposições gerais mantêm alguns subsídios, privilégios e imunidades que gozavam as instituições do governo imperial (10º artigo); reafirma que os principais objetivos do governo para os capitais captados por meio dos depósitos são a amortização da dívida pública fundada e o resgate do papel-moeda (12º artigo); a manutenção do Monte de Socorro

da Corte anexo à Caixa Econômica da Corte (14º artigo), no entanto, suprimindo os demais montes de socorro anexados às caixas econômicas provinciais (15º artigo).

O projeto de reforma dos estatutos feito pela comissão avaliadora apresentava modificações drásticas na instituição de depósitos do governo. Seus objetivos giravam em torno da autossuficiência das instituições, uma vez que o modelo do binômio Monte de Socorro / Caixa Econômica apresentava *déficits* esporádicos na Corte e constantes nas províncias.

As principais mudanças, conforme visto anteriormente, era a extinção do binômio Monte de Socorro / Caixa Econômica em todas as províncias, com exceção da Corte. A partir disso, as Caixas Econômicas seriam responsáveis pelo seu próprio custeio por meio da constituição de um Fundo de Reserva. Esse fundo permitia a caixa auferir lucros com a diferença dos depósitos rendimentos pagos pelo Thesouro Nacional e o que seria pago aos depositantes.

O projeto de reforma dos estatutos da comissão avaliadora foi encaminhado para o ministro da Fazenda com um relatório reportando as condições das caixas econômicas e montes de socorro provinciais. Ainda que não seja nosso objeto de estudo, no próximo capítulo faremos uma avaliação do desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte em relação das demais caixas econômicas provinciais. Por ora, ficamos com a avaliação dada pela comissão do projeto:

[...] De um mappa que acompanha o parecer da comissão, de que vos falei, se vê que em Dezembro de 1881, data a que elle se refere, somente as caixas do Pará, Pernambuco e Bahia se podiam dizer em estado completamente satisfactorio, pois que nesse anno as entradas por depósitos importaram em qualquer dellas em somma considerável, e as sahidas no Pará regularam metade das entradas; em Pernambuco e na Bahia menos de metade [...] Os montes de socorro oferecem um quadro ainda peor, achando-se todos eles onerados de *déficits* importantes, não tendo alguns renda, nem para o respectivo custeio.³³⁷

Segundo o relatório dos Conselhos Inspectores e Fiscais das Caixas Econômicas e Montes de Socorro Provinciais, de todas as caixas econômicas provinciais, somente as do Pará, Pernambuco e Bahia não apresentaram déficit no ano de 1881, enquanto todos os montes de socorros ligados às caixas apresentavam *déficits* constantes. Esses *déficits* constantes do Monte de Socorro onerava cada vez mais o Estado e a Caixa Econômica da Corte, uma vez

³³⁷ Relatório do Ministério da Fazenda de 1882.

que, se o 1% coletados das loterias do Estado não fosse suficiente para cobrir os gastos, parte dos depósitos coligidos na Caixa Econômica da Corte eram empregados nas provinciais.

O projeto foi encaminhado para a apreciação na Câmara, no entanto nenhuma atenção foi dada pelos parlamentares nos próximos 3 anos. No entanto, a discussão sob as reformas ganhava destaque nas páginas dos periódicos. As principais críticas ao projeto de reforma dos estatutos estavam relacionadas à supressão dos Montes de Socorro provinciais, como pode ser visto na publicação de uma coluna do Correio Paulistano no Jornal do Commercio, principal jornal de circulação da capital do império:

[...] Considerar-se, portanto, as duas instituições ou cada uma dellas isoladamente pelo lado economico para o Estado, e não para a sociedade, é disvirtua-las completamente [...] Por que razão excluir-se a provincia do mesmo beneficio que se considera imprescindivel para a côrte? [...] Como querem, pois, a commissão, o Sr. Paranaguá ou o governo, que os Montes de Socorro das provincias, sem os recursos que lhes facultou o regulamento, e circumscriptas as determinações do art. 31, possam fazer operações que deem rendimentos correspondentes aos obtidos no Monte de socorro da corte!? É querer obter-se os fins sem applicar-se os meios extinctos os Monte de Socorro, procedendo-se a sua liquidação quanto antes, como propõe o projecto, é colocar os mutuarios na triste contingencia de recorrer, como d'antes, à neura para satisfazer suas necessidades mais instantes, ficando restabelecidos os antigos pregos, que tantos males causarão à sociedade, principalmente as classes menos favorecidas da fortuna.³³⁸

O Correio Paulistano tocava na questão da supressão dos Montes de Socorro Provinciais e questionava a legitimidade disso. O raciocínio era, sendo a Caixa Econômica e o Monte de Socorro instituições públicas de beneficência, o objetivo deveria ser moral e social, isto é, prezar pela educação econômica e financeira da população mais carente, ou usando o termo da época “classes menos abastadas”. Dessa forma, ambas instituições de beneficência do governo não deveriam prezar pelo lucro. Além do mais, o Correio Paulistano questionava também a pressa em condenar tais instituições no âmbito provincial, exigindo mais tempo, os “recursos” e “os meios” para estabilizar as instituições de poupança e penhor.

No final da coluna do Correio Paulistano, a crítica exaltava o papel do conservador Rio Branco ao difundir as instituições de beneficência às capitais das províncias, ao mesmo tempo que critica a supressão realizada pelo ministro liberal Marquês de Paranaguá. Dessa forma, a

³³⁸ Jornal do Commercio, edição 172, 1883.

crítica faz uma inversão de característica, isto é, os conservadores sempre foram criticados pela centralização, enquanto os liberais buscavam maior autonomia provincial.

[...] Em resumo - o projecto do Sr. Paranaguá, com todos os vícios de um projecto governamental, é mais um esforço da politica centralizadora da situação actual em detrimento dos mais legitimos interesses das provincias. Esperamos a discussão do mesmo projecto. Entretanto fique desde já consignado - foi um chefe conservador - o Sr. Visconde do Rio Branco o descentralizador daquellas instituições tão uteis as provincias: e tempos depois é um chefe liberal, em pleno dominio da situação liberal quem se propõe a executar o pensamento do governo de - centralisa-las novamente.³³⁹

As críticas são seguidas em outros periódicos de grande circulação no país. O Jornal do Commércio republicava as críticas expostas em periódicos com maior circulação nas províncias. Uma das críticas mais contundentes foi feita por “civis baianos” no Diário da Bahia com uma série de publicações no mês de julho de 1883. A primeira delas foi publicado em 24 de julho daquele ano:

Erão dous pobres a uma porta: um Monte de Soccorro, com uma divida a juros compostos, e uma caixa Economica a espera de freguezes. Deste dous factores que producto teria de sahir? O deficit, muito naturalmente, e porque o deficit veio, diz agora a commissão, que não acertou o pensamento do autor do decreto, e que o deficit fundamenta a indispensavel proposta de suppressão dos Montes de Soccorro. Mas o deficit não é rigorosamente do Monte de Soccorro, ou antes, é mais da Caixa Economica do que daquelle; porque ella era quem devia amamentar a criança, e, criança ella, mesma, o leite lhe faltava; e porque tambem a despeza de custeio era quasi toda por causa della entrando o monte com pouco mais do ordenado do seu perito, que é de 1:000\$ apenas. Se não houvesse sido creado o Monte de Soccorro, nem por isso deixaria de apresentar-se o deficit, e se este fundamenta a supressão do monte, fundamenta a suppressão da caixa igualmente [...] Civis, Bahia, 24 de julho de 1883.³⁴⁰

A crítica do Diário da Bahia, inicialmente, apontava uma inversão da culpa do fracasso do binômio Monte de Soccorro / Caixa Econômica. Segunda essa lógica, os Montes de Soccorro eram deficitários por serem os sustentáculos das caixas econômicas. De fato, nenhuma porcentagem dos rendimentos dos depósitos coligidos no Thesouro Nacional era utilizado para arcar com os custos. No entanto, era exagero considerar os gastos do Monte de Soccorro sendo apenas um perito, afinal ele seria responsável por todo o processo burocrático? A nota ainda

³³⁹ Idem.

³⁴⁰ Jornal do Commércio, edição 213, ano de 1883.

critica o lento desenvolvimento da Caixa Econômica da Bahia, com dificuldades para enfrentar a concorrência de caixas particulares já estabelecidas há anos. As críticas continuaram no dia seguinte:

Expuzemos no artigo anterior de que meios foi dotado o Monte de Socorro da Bahia, e de que meios o da corte. Aqui, um monte que devia ser alimentado à custa dos depositantes da caixa, isto é, com deducção dos juros abonados pelo Estado; alli um monte verdadeiramente de socorro, liberalmente dotado à custa do imposto, e tão bem dotado que, em vez de ser sustentado, podia sustentar a Caixa Economica, que lhe foi annexa, para poder entregar sem deducção aos depositantes os juros abonados pelo tesouro [...] E, porém tal a força dos habitos de economia e previsão dos nossos comprovincianos e a confiança na garantia do Estado que, até onde foi possível, a difficuldade foi vencida. Nenhum espirito recto quererá medir as forças de uma criança de quatro annos pelas de um homem feito, aos 20 annos de idade. Civis, Bahia, 25 de julho de 1883.³⁴¹

Já nessa segunda nota, assinada pelos “Civis” do Diário Baiano, é feita uma crítica a comparação entre o Monte de Socorro da Bahia e o da Corte. É alegado por meio de uma analogia de um homem adulto e uma criança que o Monte de Socorro da Corte possuía mais tempo de funcionamento, 20 anos, enquanto o da capital baiana apenas 4 anos. A crítica sugeria que o Estado auxiliou, o que de fato ocorrera, o Monte de Socorro da Corte nos momentos mais críticos e, dessa forma, o mesmo deveria ser feito com os demais montes de socorro provinciais.

Interessante notar que uma das principais pautas do Partido Liberal – autonomia provincial – ganhava mais um front. Os periódicos paulistas e baiano citados anteriormente reivindicam a manutenção das instituições de penhores do governo e, por mais estranho que possa soar, questionam a proposta de supressão dos Montes de Socorro provinciais realizadas por um ministro liberal.

Muda-se ministro da Fazenda, assumindo Lafayette Rodrigues Pereira, mas o projeto de reforma ainda continua parado sem ser apreciado na Câmara. O presidente do Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte, Antonio Nicolau Tolentino, suplica ao ministério da Fazenda, por meio do relatório anual, a necessidade de “tomar providencias”, pois os montes de socorro “não tem podido, em consequência de seu pequeno ou nenhum desenvolvimento, concorrer para o costeiro, o qual tem de ser atendido pelo fundo capital”.³⁴²

³⁴¹Jornal do Commércio, edição 214, ano de 1883.

³⁴²Relatório do Ministério da Fazenda de 1883.

Outros periódicos avançavam na discussão do projeto de reforma, enquanto este ainda não era discutido entre os parlamentares. A Folha Nova acusava que o projeto de reforma dos estatutos da Caixa Econômica e Monte de Socorro transformaria as caixas econômicas em verdadeiros bancos de depósitos, isto é, permitindo e objetivando lucro, como pode ser visto no trecho a seguir:

Há poucos dias demonstramos como o projecto de caixas economicas, apresentado ao senado pelo Sr. Visconde de Paranaguá, tinha por fim estabelecer, em todos os pontos do Imperio, bancos de deposito, afim de que o thesouro publico se tornasse o sumidouro, não das economias do povo, mas sim dos haveres dos pequenos capitalistas, pois o que limite do valor das parcelas depositadas é o mesmo que o da maxima quantia que semanalmente pode inscrever a Caixa Economica em cada caderneta [...] No projecto de Paranaguá admite-se probabilidades - podemos affirmar certeza - de lucro para as caixas. Parece-nos estranho este calculo do ex-ministro da fazenda, visto em todos os paizes as caixas economicas constituirem um encargo para o thesouro, que o aceita, porque ha neste instituição um principio moralizador, cujo desenvolvimento o Estado deve favorecer, mesmo à custa de sacrificios. [...] Editorial da Folha Nova, de 14 de julho.³⁴³

O lucro questionado pelo periódico é a diferença entre o rendimento pago pelo Tesouro Nacional e o que seria pago aos depositantes. Esse lucro, conforme vimos no projeto, seria responsável por compor o Fundo de Reserva. O periódico também afirmava o caráter público das instituições ao especificar que o Estado deveria arcar com o desenvolvimento delas “mesmo à custa de sacrificios”, ou seja, mesmo com déficits constantes.

A discussão na imprensa continuou ao longo do ano. O Jornal do Comércio publicou um editorial com algumas críticas ao projeto da comissão, mas ressaltando a necessidade de discuti-lo o mais rápido possível. Dentre outros apontamentos, o editorial enfatizou o desvio do caráter popular das caixas econômicas, dizendo que:

[...] Não é das classes necessitadas que sabe o maior numero de depositantes. Não ha muito a Provincia do Pará estranhava a pratica de serem recolhidas a caixa de Belém quantias relativamente avultadas que, subdivididas em differentes cadernetas, pertencem a pequeno numero de indivíduos. O parlamento tem entre mãos um projecto de reorganização das caixas economicas e, sem estorvo d'outros assumptos que lhe pareção mais momentosos, poderia dedicar alguma attenção a este. O projecto pendente do parlamento tende a difundir o influxo das caixas economicas pela maior extensão possivel do territorio e a

³⁴³ Jornal do Commercio, edição 202, ano de 1883.

facilitar a população o recolhimento de suas economias, mediante o concurso das estações fiscaes e estações postaes. Se não podemos concordar com todas as suas disposições reconhecemos de boa mente conter o projecto indicações utilissimas.³⁴⁴

O editorial toca na questão do público-alvo das caixas econômicas do governo. Esse tipo de instituição, como discutido no primeiro capítulo, foi criada com o objetivo de integrar as populações mais carentes às vantagens da economia e previdência. Seus objetivos eram retirar, cada vez mais, tais obrigações do âmbito da caridade e direcionar a previdência do indivíduo. Poupar para ter no futuro. No entanto, segundo denunciado nos periódicos e verificado anteriormente pelos valores de entradas expostos nos relatórios ministeriais da década de 1870, os rendimentos começaram a atrair “quantias relativamente avultadas” e se tornou um investimento para profissionais liberais e outras classes, fora da situação de pobreza e incapazes de alçarem investimentos mais dispendiosos.

O editorial ainda aponta uma das proposições do projeto de reforma dos estatutos, a qual poderia reverter o quadro descrito no parágrafo anterior. O periódico não cogitou medidas para restringir o acesso de capitais advindos de pessoas com melhores condições sociais, mas ampliar o acesso para regiões cada vez mais distantes dos centros por meio da anexação de agências da caixa econômica às estações fiscais ou postais do governo. Essa medida, de certo modo, já era utilizada no interior do Rio de Janeiro anexando as agências das caixas econômicas as Mesas Collectoras dos municípios fluminenses.

O projeto finalmente foi levado a consideração pelo Senado em maio de 1885. Um mês depois estava em discussão pelos senadores do Império do Brasil. Na primeira discussão, o projeto não sofreu nenhuma impugnação, no entanto, na segunda foi discutido inúmeros artigos. Um interessante debate se deu entre os senadores João José de Oliveira Junqueira Júnior³⁴⁵, membro do Partido Conservador, e Affonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto)³⁴⁶, importante figura do Partido Liberal.

³⁴⁴ Jornal do Commércio, edição 133, ano de 1884.

³⁴⁵ João José de Oliveira Junqueira Júnior, formado em Direito pela Faculdade de Recife em 1851. foi presidente das províncias do Piauí (1857-1858) e do Rio Grande do Norte (1859-1860), e de Pernambuco (1871-1872) (deputado provincial, suplente de deputado geral na 10ª legislatura (1857-1860), eleito deputado geral titular pela Bahia nas legislatura 11ª e 12ª; voltou na 14ª legislatura e continuou fazendo parte da Câmara até ser nomeado Senador em 1873. Foi por pouco tempo Ministro da Guerra no gabinete de Rio Branco e depois no do Barão de Cotejipe. Foi nomeado senador pelo Imperador D. Pedro II na morte do Visconde de São Lourenço em 1872. Morreu aos 55 anos de idade na Corte. Era fidalgo da Casa Imperial, grã-cruz da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, oficial da Imperial Ordem da Rosa, cavaleiro de São Gregório Magno de Roma e grã-cruz da Ordem da Coroa da Itália. «Telegrammas». Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal do Recife. 10 de novembro de 1887. p. 1. Consultado em 30 de setembro de 2019

³⁴⁶ Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto. Senador pela província de Minas Geras e tomou posse em 26 de abril de 1879. Foi secretário de Polícia, Inspetor da Tesouraria Provincial e procurador da Fazenda.

Ao longo do seu voto, o senador Visconde do Ouro Preto questiona uma das razões principais elencadas pela comissão do projeto de reforma dos estatutos das caixas econômicas e montes de socorro – o “fraco espírito econômico do povo brasileiro”. Para questionar tal crítica da comissão, o senador de Minas Gerais aponta o perfil profissional dos novos depositantes do ano de 1883 e categoriza as profissões entre "classes abastadas" e "classes pobres", sendo 20% daquela e 80% desta:

A prova de não ser o nosso povo esbanjador é facil e abundante, bastando para exhibi-la uma tabella que se encontra no ultimo relatório do ministerio da fazenda indicativa das profissões dos individuos que em um só anno, o de 1883, instituirão depositos na caixa economica da corte. Forão elles 11283, e excluidos os advogados, medicos, pharmaceuticos, parteiras, professores, capitalistas, negociantes e proprietarios, que não entrão no que se chama classes desprotegidas, admittindo mesmo que fossem abastadas todas as 1.384 mulheres, na maxima parte casadas, que receberão cadernetas, ter-se-ha que os novos instituidores desse unico anno, assim se distribuição: classes abastadas 2.052 e classes pobres 9.239.³⁴⁷

Por outro lado, o Visconde de Ouro Preto concordava que os montes de socorro e as loterias eram as razões principais para o lento desenvolvimento das caixas econômicas. No que se refere aos montes de socorro, o senador do Partido Liberal apontou que em algumas capitais não havia indivíduos que necessitassem dos empréstimos ou que não possuem objetos de valor para penhorar, como pode ser visto no seguinte trecho:

Concorda por isso o orador com a supressão, determinada no projecto, o que ainda mais imperiosa torna a necessidade de collocar as caixas em condições de bastarem a si mesmas, supprindo as proprias despezas com recursos seus. Com muita mais verdade exprimir-se-hia a commissão se dissesse, que o systema especial entre nós adotado não tem attenunante alguma; nem siquer a que ella descobre, porque as caixas economicas não forão instituidas para fornecer ao Estado meios de occorrer a despeza publica, e sim colligir para faze-las fructificar quanto possivel as mingoadas economias dos pobres [...]³⁴⁸

Foi eleito deputado provincial em dois mandatos e deputado geral por Minas Gerais por quatro. Foi ministro da Marinha e da Fazenda, membro do conselho de Estado. Presidiu o último Conselho de Ministros do Império. Preso durante o 15 de novembro de 1889 e exilado logo em seguida. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1883. pp. 11–12. VASCONCELOS, José Smith de; VASCONCELOS, Rodolfo Smith de. **Archivo nobiliarchico brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde. 1918. pp. 324–325. SANTOS, Armando Alexandre. **A Legitimidade Monárquica no Brasil**, Artpress, São Paulo, 1988. NETO, Pedro Fernandes. **Enlaces** 1ª ed. [S.l.]: Editora Livro Rápido. 208 páginas. 2013.

³⁴⁷ Jornal do Commercio, 1885, 110

³⁴⁸ Idem.

Nesse trecho, o Visconde reafirmava que a caixa econômica não deveria ter o objetivo de custear as despesas do Estado, mas sim "fructificar" as economias dos mais pobres. Em um trecho seguinte, também questionava a reforma no tocante de distribuir dividendos aos depositantes, pois isso confunde o propósito da instituição com o de outras comerciais. O mesmo senador ainda considerava errado e injusto o artigo que responsabiliza a Caixa Econômica da Corte e seu fundo de reserva de custear os déficits das demais caixas provinciais. Ele chegou a ser enfático ao afirmar que "se há províncias que não possam sustentar uma caixa econômica, resignem-se a verem-se privadas da instituição, porque também o Estado não pode carregar com esse onus mais"³⁴⁹.

Com algumas ressalvas e propostas de emendas, o projeto foi aprovado pelo Visconde de Ouro Preto. No entanto, seu voto teve vários pontos discordados pelo senador Junqueira Júnior. Na ocasião do voto de Junqueira Júnior, ele questionava principalmente a "garantia do governo" com a faculdade da caixa econômica realizar empréstimos com o dinheiro dos capitais acumulados. Durante seu voto, ele acusa que a possibilidade da caixa econômica empreender empréstimos seria

um meio disfarçado de ter uma fonte perenne de empréstimos, porque o povo que não sabe dessas cousas, vai levar a sua economia, que vai para o thesouro, e o governo lhe dá o destino que quer, ficando com a responsabilidade de pagar integralmente o capital e o juro de 5% ou 4.³⁵⁰

Junqueira Júnior se atentava em alguns fatos. Utilizando-se do relatório do Ministério da Fazenda do ano de 1884, ele cita os bons resultados da caixa econômica baiana no sentido de demonstrar que a instituição se desenvolvia e, portanto, não necessitava de mudanças drásticas.

O senador do Partido Conservador ainda respondia ao Visconde de Ouro Preto concordando com o parecer da comissão, a qual alegou as razões do fraco desenvolvimento das caixas econômicas eram a centralização dos capitais, a loteria e o "pequeno espírito da economia entre os brasileiros". No entanto, afirmava que não havia necessidade alguma de reforma dos estatutos para ampliar as caixas econômicas pelo país, uma vez que a reforma de

³⁴⁹ Idem.

³⁵⁰ Jornal do Commercio, edição 112, 1885.

1874 feita pelo Visconde do Rio Branco já dispunha de artigos para tal expansão, inclusive de agências no interior das províncias, como já vinha acontecendo na província do Rio de Janeiro:

Por conseguinte não precisamos de legislação nenhuma; se querem estabelecer caixas economicas em todo o paiz no sentido de que aqui se tem tratado à sociedade, se querem imitar o exemplo da Inglaterra, da França, da Belgica, da Austria, da Russia, etc., não precisão mais do que a lei de 1882, de 1860 e o decreto de 1874, a boa vontade dos povos e cidadãos autorizados que possão illustra-los encaminha-los e aconselha-los a formar essas caixas economicas, como na bahia existe uma, que tem um grande capital e funciona ha muitos anos.³⁵¹

As críticas de Junqueira Júnior não terminavam. O senador também fez críticas ao artigo que previa o livre acesso de operações a depositantes mulheres na Caixa Econômica afirmando que esse tal artigo contrariava a lei civil do Império brasileiro. Ao final de seu voto, Junqueira Júnior retoma a sua principal crítica – a "garantia do governo". Para o senador do Partido Conservador, as caixas econômicas faziam operações comerciais e por isso implicavam riscos, os quais o governo não deveria assumir em hipótese alguma:

[...] Mas o que digo é que hoje todo o acto legislativo que contiver a palavra - garantia do governo - inspira-me toda antipathia. Depois de longa experiencia que nos trouxerão as estadas de ferro, os engenhos centraes e outras despezas, o Brazil devia retrahir-se para conceder garantias [...] Se o estado os garantir, então deve garantir as colheitas dos pequenos lavradores, a obra dos operarios, o que é para desejar é que se fundem muitas caixas economicas como a da Bahia, mas sem a garantia do governo [...]

Por fim, concluiu seu voto como contrário ao projeto em sua totalidade. O projeto da comissão não agradava plenamente nenhum dos dois lados. O projeto de reforma foi encomendado por um Ministro da Fazenda do Partido Liberal e desenvolvido por uma comissão avaliadora com membros do Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte, os quais tinham um longo histórico ligado ao Partido Conservador e levado ao debate na crise do Gabinete liberal de José Antônio Saraiva para o conservador João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe).

A partir das críticas, os senadores propuseram emendas no projeto da comissão. O Visconde de Ouro Preto e sua base mais próxima ao lado liberal, consequentemente entusiastas

³⁵¹ Idem.

a uma maior autonomia das Caixas Econômicas, propuseram que ampliassem as ações das instituições públicas de depósito. A seguir destacaremos algumas emendas propostas por esse grupo político.

A emenda do artigo 5º, permitindo que as caixas econômicas diversificassem as formas de investimentos dos capitais captados com as cadernetas de poupança. A emenda determinava os seguintes investimentos possíveis: 1) aquisição de título de dívida pública; 2) empréstimos às províncias ou municipalidades com prazo de até 1 ano; 3) empréstimos hipotecários; 4) adiantamentos a funcionários públicos, civis, militares e pensionistas do Estado com a garantia de seus ordenados, soldos e pensões, nunca excedendo 2/3 dos vencimentos e no máximo de três meses; 5) adiantamentos a operários de oficinas ou estabelecimentos do Estado até metade do salário durante apenas um mês; 6) desconto de letras de até 90 dias.³⁵²

A diminuição dos rendimentos propostos de 6% a 5% demonstrava preocupação com os dispêndios do Tesouro Nacional, ao mesmo tempo que mandava suprimir o artigo 12º da proposta da comissão, o qual dedicava a prioridade dos capitais concentrados pelas Caixas Econômicas na amortização da dívida pública e papel-moeda em circulação. Por fim, ampliava a autonomia das caixas econômicas ao propor três novos artigos: o primeiro concedia às caixas econômicas a possibilidade de contrair empréstimos com fundos públicos ou privados; o segundo colocava o prazo de três anos para as caixas econômicas se estabelecerem, caso contrário, deveriam ser suprimidas pelo Estado; o terceiro permitia aos conselhos das caixas econômicas emitir bilhetes do Tesouro como forma de pagamento para os saques.

Enquanto as emendas do grupo liberal ampliavam a margem de ação e investimentos das Caixas Econômicas, dando verdadeiras prerrogativas de um banco comercial, o grupo conservador, por sua vez, buscava a manutenção da prerrogativa de instituição beneficente, com uma pequena margem ampliada para investimentos.

Os senadores conservadores combateram grande parte das emendas citadas anteriormente e propuseram algumas mudanças no texto do projeto da comissão de 1882. Especificamente eles foram totalmente contrários à diversificação dos capitais coligidos nas Caixas Econômicas, em especial, aos empréstimos realizados para municipalidades, funcionários públicos, pensionistas e operários. Além disso, propuseram uma redução ainda maior dos rendimentos dos depósitos para 4,5% ao ano.³⁵³

Por fim, a margem de autonomia proposta pelos conservadores era bem menor que a citada anteriormente. Os conservadores propuseram emenda ao quinto artigo do projeto da

³⁵² Relatório do Ministério da Fazenda de 1885.

³⁵³ Idem.

comissão de 1882, o qual ampliava as possibilidades de ação com os capitais dos depósitos nas seguintes formas: 1) em título de dívida pública geral ou provincial; 2) em bilhetes do Tesouro emitidos por antecipação de renda; 3) em ações e obrigações de sociedades anônimas; 4) descontos de letras de câmbio ou da terra, notas promissórias, bilhetes que não excedam 120 dias; 5) em empréstimos a particulares por prazo igualmente de 120 dias. De forma geral, os conservadores eram contrários a ampliação de crédito do Estado para as classes mais populares (operários, funcionários públicos, pensionistas, entre outras).

Nenhuma das duas propostas foi acolhida pelo Senado do Império brasileiro. O Senado foi pouco receptivo às propostas, uma vez que ambas transformavam facultativo o regime atual de recolhimento obrigatório dos depósitos ao Tesouro. A justificativa veio no relatório do Ministério da Fazenda para aquele ano de 1885:

Se na opinião autorizada do Poder Legislativo o Estado está em condições de poder dispensar os depósitos das Caixas Econômicas, é isso um bom prenúncio para as finanças do país; e então não há emprego mais garantido para os capitais das Caixas Econômicas do que o proposto pelas emendas em segundo lugar indicadas. [...] Pareceu, porém, tanto à comissão iniciadora da reforma, como à de Fazenda do Senado, que emendou o seu projecto, e como a mim também parece, não ser infelizmente chegada a ocasião de poder o Tesouro abrir mão dos recursos provenientes dos depósitos feitos nas Caixas Economicas cumprindo, outrossim, ponderar que a emenda ao art. 1º em virtude da qual o Estado não garantiria os capitais empregados nas operações mercantis, quando as Caixas não possuem ainda fundo de reserva para occorrer aos prejuízos que possam resultar de taes operações, produziria necessariamente impressão desagradável nos depositantes, e d'ahi a falta de confiança, base capital da existência destas nascentes instituições, que convem animar e proteger por todos os meios ao alcance dos poderes públicos. Estas foram, sem duvida, as razões pelas quaes o projecto da comissão de Fazenda do Senado não alterou o regimen estabelecido pela Lei de 22 de agosto de 1860, de serem os depósitos das Caixas Economicas recolhido no Thesoureiro e escripturados como depósitos, semelhante ao que ainda predomina em França e na Inglaterra. Mas aconteceu que na votação do dito projecto ficasse elle logo prejudicado, não obstante a rejeição da emenda que restringia a garantia do Estado somente aos capitais recolhidos ao Thesouro; pois foi também rejeitado o seu artigo 1º que dava ao depositante aquella garantia, sem restricções, para todos os depósitos recolhidos ás Caixas Economicas; ficando assim estes estabelecimentos sem destino para os capitais que recebessem e portanto morto o projecto.³⁵⁴

³⁵⁴ Idem.

O Ministro da Fazenda Francisco Belisario Soares de Sousa relatava que não era possível ao Estado brasileiro abrir mão dos depósitos coligidos pelas Caixas Econômicas. No final do ano de 1885, os depósitos capitalizados pelas caixas econômicas do Império brasileiro totalizavam cerca de 21,2 mil contos de réis, o que representava nas finanças públicas aproximadamente 3% do total da Dívida Interna brasileira ou 10,92% do papel-moeda em circulação. Nos últimos e conturbados anos da monarquia brasileira, era uma difícil e indigesta decisão de arcar com esse rombo no orçamento público.

A insatisfação era manifesta e as caixas econômicas brasileiras requisitavam uma reforma. O recém gabinete estabelecido e a pressão pela proximidade e urgência da questão servil promoveram a necessidade e urgência de estabelecer um ponto final à reforma das caixas econômicas. Com a reprovação de ambas as propostas de emendas do projeto da comissão avaliadora de 1882, o governo rapidamente organiza um novo projeto, levando em consideração pontos discutidos e aceitos por ambos os lados.

4.2 – A Contrarreforma de 1887

[...] E claro que, sendo a administração das Caixas Economicas confiada a prepostos do Governo, e os saldos das operações diariamente recolhidos ao Thesouro, essa garantia é antes moral do que real, especialmente desde que estiver constituído o fundo de reserva, que o projecto estabelece no art. 6º, com o fim justamente de resguardar a responsabilidade do Estado de qualquer eventualidade. Si o ideal das Caixas Economicas é attrahir as pequenas economias e garantil-as contra as tentações da dissipação, como deixar a descoberto os capitaes empenhados em operações prescriptas pela lei e autorizadas pelo Governo, que exerce a administração do estabelecimento por intermédio de seus prepostos?³⁵⁵

No relatório anual do Ministério da Fazenda, o então ministro Belisário Soares de Sousa justificava o novo projeto de reforma dos estatutos das caixas econômicas do governo imperial. Como pode ser visto no trecho citado anteriormente, o governo não descentralizaria os depósitos do Thesouro Nacional e justificava essa decisão com o paternalismo da proteção às pequenas economias contra “as tentações da dissipação”.

O governo ainda tratou de recusar as emendas propostas ao artigo quinto do projeto da comissão avaliadora de 1882, as quais permitiam a concessão de crédito em diferentes modalidades pelas caixas econômicas. É interessante notar as justificativas para cada

³⁵⁵ Relatório do Ministério da Fazenda 1886.

modalidade de crédito negada: 1) às municipalidades por falta de garantias; 2) empréstimos hipotecários por serem empréstimos de “longa realização e liquidação”, além dos imóveis terem valores “assás vacilantes”; 3) adiantamentos a funcionários, pensionistas, reformados, aposentados e operários por possuírem uma “garantia precária” para o empréstimo e por esse tipo de transação se opor a legislação vigente da época, não permitindo colocar como garantia “honorários, ordenados, salários etc, por considerá-los alimentos”; 4) empréstimos sob fiança da caderneta do poupador por julgar “inútil esta faculdade, visto que é de mais vantagem retirar da caderneta a quantia necessária”.³⁵⁶

Enquanto o novo projeto tramitava no Poder Legislativo, o governo imperial antecipava a incorporação de caixas econômicas não-rentáveis e a supressão dos montes de socorro deficitários por meio do sexto artigo da Lei Orçamentária nº 3.313 de 16 de outubro de 1886. A partir do disposto do artigo, o governo ficava autorizado a:

1º anexar a qualquer repartição pública as caixas econômicas que não tiverem renda suficiente para se manter, e extinguir os respectivos Montes de Socorro, liquidando e pagando os seus débitos, para o que fará as necessárias operações de crédito; 2º fixar a taxa de juros abonados pelas caixas econômicas aos depositantes de modo que reserve para socorrer às suas despesas pelo menos ½% do juro pago pelo Estado aos depósitos desta origem recolhido aos seus cofres. Fica suprimida a restrição das entradas semanais, sendo livre o depósito de qualquer quantia, dentro dos limites marcado na lei de 22 de agosto de 1860.³⁵⁷

Essa disposição tinha um propósito bem claro de reduzir os gastos do governo, além de prevenir déficit ainda maior por parte dos montes de socorro provinciais. Em consonância a essa disposição, o terceiro artigo dessa mesma Lei Orçamentária permitia ao governo a utilização dos valores coligidos nas caixas econômicas do Império, bem como os bens dos órfãos, ausentes e outros para o que bem lhe entender.³⁵⁸

Ao governo imperial interessava o aumento do aporte do Tesouro Nacional. Com a necessidade cada vez maior de aumento da arrecadação ao erário régio, o governo consegue promulgar o seu projeto de reforma das caixas econômicas e montes de socorro por meio do Decreto n.º 9.738 de 2 de abril de 1887³⁵⁹. Além de ter promovido drásticas alterações no

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ BRASIL, Lei Orçamentária n.º 3313 de 16 de outubro de 1886. Publicação Original [Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1886 - vol. 001] (p. 59, col. 1). Disponível em <http://legis.senado.leg.br/norma/545105/publicacao/15771483>. Acessado em 01 de out. 2019.

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ BRASIL, Decreto n.º 9.738, de 2 de abril de 1887. Anexa às Thesourarias de Fazenda as Caixas Economicas que não tiverem juntos Montes de Socorro e dá outras providencias. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1887, Página 157 Vol. 1 pt I (Publicação Original).

regulamento das caixas econômicas, o decreto mantivera a centralização e a debatida “garantia do Governo” aos depósitos. Por fim, o decreto determinou a anexação às respectivas Tesourarias Provinciais das caixas econômicas do Pará, Maranhão, Paraná, Ceará, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina, Piauí, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. A determinação de anexação dessas caixas econômicas estava ligada aos déficits de seus respectivos montes de socorro, isto é, onde o binômio Monte de Socorro / Caixa Econômica não podia ser reproduzido, foi extinto o monte de socorro e anexada a caixa econômica em uma outra administração imperial.

Apesar de trazer algumas novidades no aspecto administrativo e social, o Decreto n.º 9.738 de 2 abril de 1887 foi bem conservador em termos de autonomia de investimentos. Se por um lado, o decreto permitiu a livre operação de depósito por parte das mulheres (art. 3º), escravos (art.8º) e menores com idade mínima de 16 anos (art. 5º), tais categorias ainda ficavam impedidas caso houvesse alguma obstrução de seus respectivos maridos, senhores e pais/tutores. Além disso, foi determinada uma maneira de coletar pequenos depósitos em “escolas e estabelecimentos de trabalho”, onde seriam recolhidos pelos “diretores dos mencionados estabelecimentos” valores de 100\$ até 1\$000 réis e depois repassados às caixas econômicas.

Por outro lado, o decreto extinguiu o binômio Monte de Socorro / Caixa Econômica para a grande parte das províncias com exceção das que apresentasse lucros (art. 24º); determinava a exclusividade “das funções e da denominação caixa econômica” para o governo (art.1º); mantinha o limite máximo a juros de 4 contos de réis, mas não restringia o limite dos depósitos (art. 1º); fixava os juros da caixa econômica da capital em 5% e das provinciais em 5,5% ao ano (art.9º); determinava a utilização dos recursos advindos dos depósitos para amortização da dívida pública fundada ou demais despesas ordinárias do Estado (art. 13º).

Dentre outras disposições, as quais praticamente se mantiveram das reformas nos regulamentos anteriores, a última inovação foi a constituição do “Fundo de Reserva”. No entanto, ao contrário das propostas da comissão avaliadora de 1882 e das emendas propostas a ela, esse Fundo de Reserva aprovada não ampliava a margem de ação das caixas econômicas. O Fundo tinha a função de acumular capitais para eventuais despesas, principalmente por meio de legados, doações e lucros entre o que era pago de juros ao depositante e o que era pago à Caixa Econômica pelo Estado. Além disso, o Fundo previa uma distribuição de quota acumulado caso alcançasse certas metas (art.19º).

O decreto n.º 9.738 de 2 abril de 1887 foi o último concernente às Caixas Econômicas enquanto administradas pelo governo imperial brasileiro. Não obstante, mesmo depois da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e ao longo da República Velha (1889-1930), as caixas econômicas brasileiras mantiveram as prerrogativas de centralização dos depósitos no Tesouro Nacional e nenhuma margem ao crédito popular por meio delas (com exceção dos penhores do Monte de Socorro).

Seria apenas no Governo Revolucionário Varguista (1930) que, seguindo o Plano de Ação do governo, as caixas econômicas brasileiras viabilizariam seus recursos para o fomento de negócios privados e serviços públicos. Alguns entusiastas dessa reforma, como o caso de Lyra Filho, creditariam que “A história da Caixa Econômica no período do governo Revolucionário está por ser reescrita e isso não se fará tão cedo [...] porque em pouco mais de mil dias construiu cem anos”³⁶⁰.

4.3 – O Conselho Inspector e Fiscal nos últimos anos da Caixa Econômica da Corte (1880-1889)

A década de 1880 significou o período de maior estabilidade de um Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte. A despeito da retomada do Partido Liberal nos ministérios ao longo da década de 1880, os conselheiros da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte, encabeçados por Antonio Nicolau Tolentino como presidente durante toda a década, eram pessoas ligadas ou próximas ao Partido Conservador. A estabilidade desses membros no Conselho Inspector e Fiscal não condizia com as agitações políticas-sociais que efervesciam a sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo que o país lidava com déficit crescente no balanço de suas finanças, o ministério de Sinimbu sofria a derrota do seu projeto de reforma eleitoral, enquanto o ministro da Fazenda – Afonso Celso de Assis Figueiredo – buscava meios para lidar com a recuperação do tesouro nacional. A solução encontrada pelo ministro da Fazenda foi a cobrança de impostos sob as passagens dos famosos bondes que circulavam a capital do Império brasileiro. O imposto não onerava as empresas que administravam os bondes, a tarifa adicional - de 20 réis – era incidida no preço das passagens. Em outros tempos, o novo imposto passaria com poucos clamores, mas a revolta popular conhecida como Revolta dos Vinténs – um dos maiores

³⁶⁰ LYRA FILHO, João. *Op.cit.*, p. 112.

levantes urbanos do Brasil nos oitocentos – que se seguiu dava as caras do que seria a década de 1880 no Brasil.³⁶¹

Mais do que uma simples insatisfação à política e declínio de prestígio de Sinimbu, o motim instaurado no Rio de Janeiro e que culminou com mortes, feridos e depredação de bondes e edificações, denota uma oposição ao regime entre as camadas populares. É possível analisar esse evento sob duas óticas, como afirma Filipe Ribeiro:

Um ligado aos acontecimentos políticos imediatos, isto é, seu reflexo na composição ministerial e na balança de poder no Legislativo e no Executivo nos meses que se seguiram; e outro, de longo alcance, relacionado às mudanças de fundo que se anunciavam e impactariam de forma inédita os alicerces político-institucionais do país.³⁶²

Em 28 de março de 1880, desgastado pelas insatisfações sociais e políticas, o ministro Sinimbu era substituído pelo Conselheiro Saraiva, conhecido estadista e que inspirava confiança necessária para lidar com a importante reforma eleitoral clamada por setores da sociedade. Saraiva se apresentava com um novo projeto de reforma eleitoral “formal e substancialmente distinto do ministério anterior”, além de suspender a tarifa que causou toda o levante popular.³⁶³ Saraiva apaziguou os ânimos ao suspender a tarifa, mas também ao garantir, em seu projeto de reforma eleitoral, o censo do votante e eliminavam-se as restrições constitucionais a libertos, cidadãos naturalizados e os que não professavam a fé católica³⁶⁴.

Nesse momento de fortes agitações sociais e políticas na Corte do Império do Brasil, a Caixa Econômica da Corte passava, como demonstrado nos anos finais da década de 1870, por um de seus momentos mais críticos pós-guerra do Paraguai com um alto índice de retiradas. O ministro Saraiva alertava, em seu relatório anual, que a Caixa Econômica da Corte “não tem tido entre nós o desenvolvimento que era dado esperar”.³⁶⁵

Enquanto Saraiva angariava apoio para desenvolver seus projetos, a Comissão Avaliadora da Caixa Econômica, estabelecida no final de 1879, encontrava dificuldade para coligir os dados necessários para propor mais uma reforma nas pautas reformatórias de Saraiva.

³⁶¹ GRAHAM, Sandra Lauderdale. “O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880”. In: Monica Duarte Dantas (org.), **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011. Pp. 485-510.

³⁶² RIBEIRO, Filipe Nicoletti. **Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

³⁶³ Ibidem, p. 71.

³⁶⁴ Ibidem, p. 72.

³⁶⁵ Relatório do Ministério da Fazenda de 1880.

Eles clamavam que os balancetes anuais das caixas econômicas e montes de socorro provinciais chegassem à capital para fazer o levantamento necessário e, assim, resultar no parecer já citado no capítulo anterior.

A Comissão Avaliadora organizada no final do ano de 1879 só terminou seu parecer no ano de 1882, já no gabinete de João Lustosa da Cunha Paranaguá. No entanto, devido à ascensão e radicalização do movimento abolicionista, se tornando um movimento político significativo e que exigia cada vez mais a legitimidade e o reconhecimento de suas bandeiras, a discussão do projeto de reforma das Caixas Econômicas e Montes de Socorro foram postergadas.³⁶⁶

O programa de Paranaguá se concentrava na recuperação das finanças do país, tendo quatro pontos fundamentais: reforma do Poder Judiciário, descentralização administrativa e, por conseguinte, recrudescimento da autonomia das Câmaras Municipais, a instrução pública e adiantamento da emancipação dos escravos.³⁶⁷ O projeto de reforma das caixas econômicas e montes de socorro abordavam o tema da descentralização política e maior autonomia às províncias ao descentralizar os depósitos no Tesouro Nacional e ao permitir que as caixas diversificassem seus capitais por meio de empréstimos. Não obstante, Paranaguá recebeu o projeto da comissão e o encaminhou para o Parlamento, ficando parado por anos.

É só no retorno dos conservadores com o Barão de Cotegipe na chefia do gabinete e Francisco Belisário Soares de Souza como Ministro da Fazenda que o projeto de reforma das caixas econômicas e montes de socorro avança. Como discutido anteriormente, algumas emendas foram propostas por conservadores e liberais e o projeto foi recusado inteiramente ao final. Coube ao próprio ministro da Fazenda a constituição de um novo projeto, retirando os pontos divergentes e acrescentando o que o governo considerava válido. Esse projeto foi finalmente aprovado no ano de 1887 e, como discutido anteriormente, as caixas econômicas e montes de socorro tiveram seus estatutos alterados, embora não atendendo aos pontos centrais dos problemas indicados pela comissão avaliadora.

³⁶⁶ Sobre o movimento abolicionista e sua importância no cenário político brasileiro da década de 1880, ver ALONSO, Angela. *Op.cit.* p.

³⁶⁷ RIBEIRO, Filipe. *Op.cit.*, p. 85.

Quadro 4.1 - Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte (1880-1889)

Cargos	Presidente	Vice Presidente	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Gerente	Thesoureiro
1880	Antonio Nicolau Tolentino	Visconde de Tocantins	<i>Inexistente</i>	João Baptista da Fonseca	Barão de Andarahy	Barão de Mesquita	Barão de S. Clemente	José Avelino dos Santos	João Ribeiro do Amaral
1881	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Inexistente</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	Jacinto vieira do Couto Soares	<i>Idem</i>
1882	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Inexistente</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	Gregorio Christino da Silva
1883	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Barão do Cattette</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
1884	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
1885	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
1886	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
1887	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Vago</i>	<i>Vago</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
1888	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Vago</i>	<i>Vago</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
1889	<i>Vago</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Barão de Quartin</i>	<i>Vago</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda. Vários Anos.

No momento da aprovação de um novo estatuto, o Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte era formado por, como pode ser visto no **Quadro 4.1**, Tolentino, o qual mantivera-se como presidente até momentos antes de sua morte no ano de 1888, bem como o núcleo formado por ele, Visconde de Tocantins, João Baptista Fonseca e Barão de Andarahy. No entanto, o Barão de Mesquita e Barão de São Clemente se ausentaram no final de 1886 e não foram substituídos.

Com a morte de Tolentino terminava a mais longa presidência do Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte. Seu último grande ato na administração foi executar o novo estatuto votado e aprovado pelo Parlamento no ano de 1887.

Pouco tempo depois, a conturbada situação brasileira estabelecida em decorrência da efervescência do movimento abolicionista e o 13 de maio de 1888, bem como o fortalecimento do ideal republicano darão fim ao Segundo Reinado brasileiro com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Até o final daquele ano, o Conselho da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte, instituição que a monarquia brasileira orgulhava em ter criado, estava com a presidência vaga e Visconde de Tocantins como vice-presidente.

Os homens, que compuseram o Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte nos seus 28 anos sob a tutela do Estado Imperial brasileiro, tiveram, em sua maioria, titulação nobiliárquica, ensino superior e experiências em outras instituições financeiras particulares ou ligadas ao Estado brasileiro. Ao mesmo tempo que tais homens não eram remunerados pecuniariamente, seus serviços prestados ao Estado eram, de alguma maneira, retribuídos, exemplos: Tolentino foi resgatado de um quase “ostracismo” devido às rugas políticas; o Barão do Rio Grande foi notadamente nomeado Visconde do Rio Grande pelo seus serviços restados à Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte; sem considerar as histórias dos demais conselheiros que não couberam contar aqui³⁶⁸.

Vale um último pesar de lembrar os demais funcionários que compuseram o quadro técnico da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte nos seus 28 anos sob governo monárquico. Devido ao enfoque do trabalho e a dificuldade de traçar suas trajetórias, não adentramos no mérito do quadro técnico de funcionários. A seguir analisaremos os últimos 10 anos do desenvolvimento econômico e financeiro da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte sob a tutela do Segundo Reinado Brasileiro.

³⁶⁸ O quadro pode ser visto no Anexos 11, 12 e 13.

4.4 – O desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte nos últimos anos do Segundo Reinado

A [Caixa Econômica] do Rio de Janeiro é a que tem tido maior incremento, e vai mantendo-se, ainda que acanhadamente, com os juros do capital e com a renda derivada das operações do Monte de Socorro, comquanto as vantagens que este estabelecimento oferece não tenham sido devidamente apreciadas pelo publico, que não lhe dá decidida preferencia ás casas particulares que emprestam dinheiro a elevado juro.³⁶⁹

No final do ano de 1880, o relatório do ministro da Fazenda José Antônio Saraiva alertava sobre as dificuldades de desenvolvimento de ambas instituições, em especial, a concorrência enfrentada pelo Monte de Socorro da Corte na capital do império brasileiro. Como veremos a seguir, essa dificuldade é confirmada pelo balanço negativo de retiradas em relação a entradas na maioria dos anos da última década da Caixa Econômica da Corte.

A recuperação econômica do pós-guerra ensaia no início da década de 1870 foi interrompida com a crise mundial em 1875 e outros períodos de recessão da economia brasileira decorrentes de secas e fome que assolaram o nordeste brasileiro a partir de 1877³⁷⁰. Ainda assim, a década de 1880 a participação do Brasil no mercado mundial de café era em torno de 50% da oferta, enquanto nacionalmente as exportações de café representavam aproximadamente 61,5%, tendo o açúcar (9,9%), algodão (4,2%), couros e peles (3,2%) e a borracha (8%) como outros produtos de grande oferta no mercado internacional.³⁷¹

O ano de 1880 demonstrava ser para a Caixa Econômica da Corte um dos piores anos de sua ainda breve história. Conforme pode ser visto no **Gráfico 4.1**, os valores de entradas (aproximadamente 3.500 contos de réis) foram superados pelos valores de retiradas (aproximadamente 4.900 contos de réis) em um total de cerca de 1.400 contos de réis. Esse déficit dos depósitos da Caixa Econômica da Corte foi semelhante ao que acontecera no ano de 1871 (aproximadamente 1.400 contos de réis), logo após o fim da Guerra do Paraguai e toda a preocupação imediata com os gastos públicos com o conflito bélico. No entanto, nesse caso, o Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica da Corte alegou que o déficit estava relacionado à cessação das atividades da caixa depositária *Coruja & C.*³⁷² no mês de janeiro,

³⁶⁹ Relatório do Ministério da Fazenda de 1880.

³⁷⁰ DINIZ, Clélio Campolina. “Celso Furtado e o desenvolvimento regional”. *Nova econ.*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, Sept. 2009.

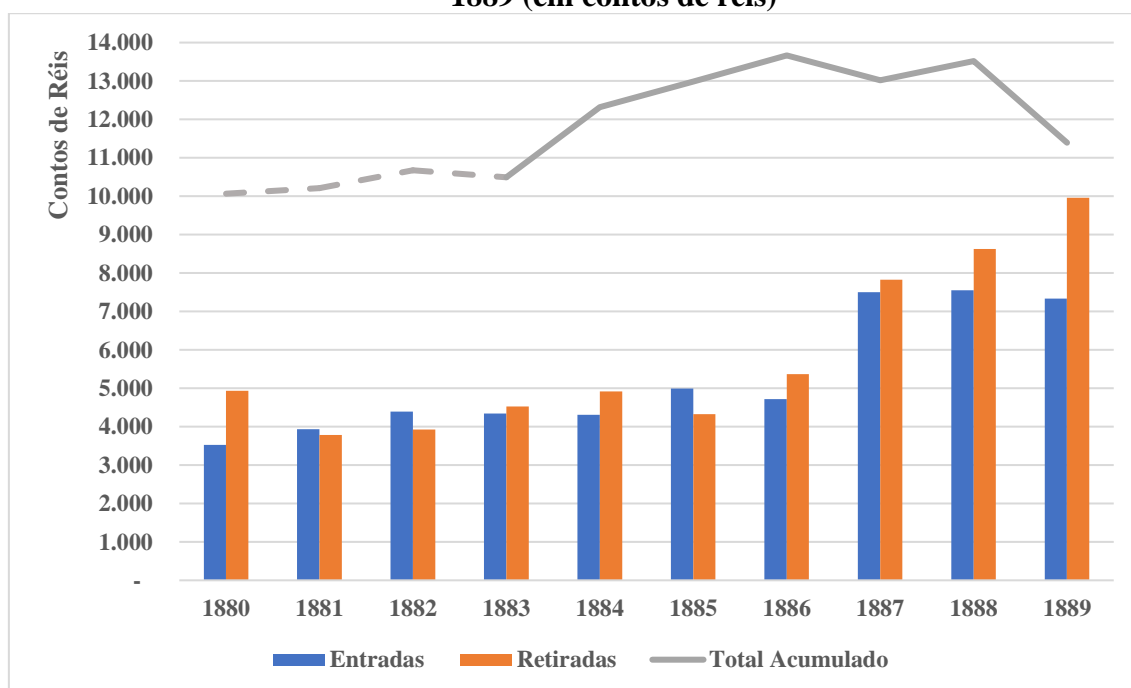
³⁷¹ BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Anuário Estatístico do Brasil 1939/40**. Rio de Janeiro, 1941.

³⁷² Infelizmente não encontramos nenhum trabalho que disserte sobre essa caixa depositária. No entanto, temos algumas colunas nos periódicos que noticiam as atividades dessa caixa depositária. No Almanak Laemmert é

isso é, isso teria causado um pânico nos depositantes e os levados a duvidar “da segurança e garantia da Caixa Econômica”.³⁷³

A desconfiança dos depositantes cariocas é pautada nas crises anteriores, bem como nos alardes que se faziam das condições tanto das caixas econômicas provinciais quanto das agências no interior da província do Rio de Janeiro. Para tentar reverter esse quadro, o Conselho já tinha movimentado uma comissão para investigar as dificuldades do desenvolvimento das instituições de poupança nas capitais provinciais, assunto que abordamos anteriormente.

Gráfico 4.1 - Balanço anual dos depósitos coligidos na Caixa Econômica da Corte, 1880-1889 (em contos de réis)



Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda. Vários Anos. A linha serrilhada representa as estimativas do Total Acumulado nos respectivos anos, considerando os valores de entrada e saída. A linha íntegra representa os valores informados no próprio relatório.

A situação se equilibrara no restante do ano de 1880. Vale ressaltar que os capitais retirados devido à desconfiança demorariam alguns meses para ser reintegrados devido ao regulamento de máximo de depósitos semanais (50\$000 réis). Dessa forma, após duas décadas de funcionamento, a instituição de depósitos do governo era suscetível à desconfiança de seus

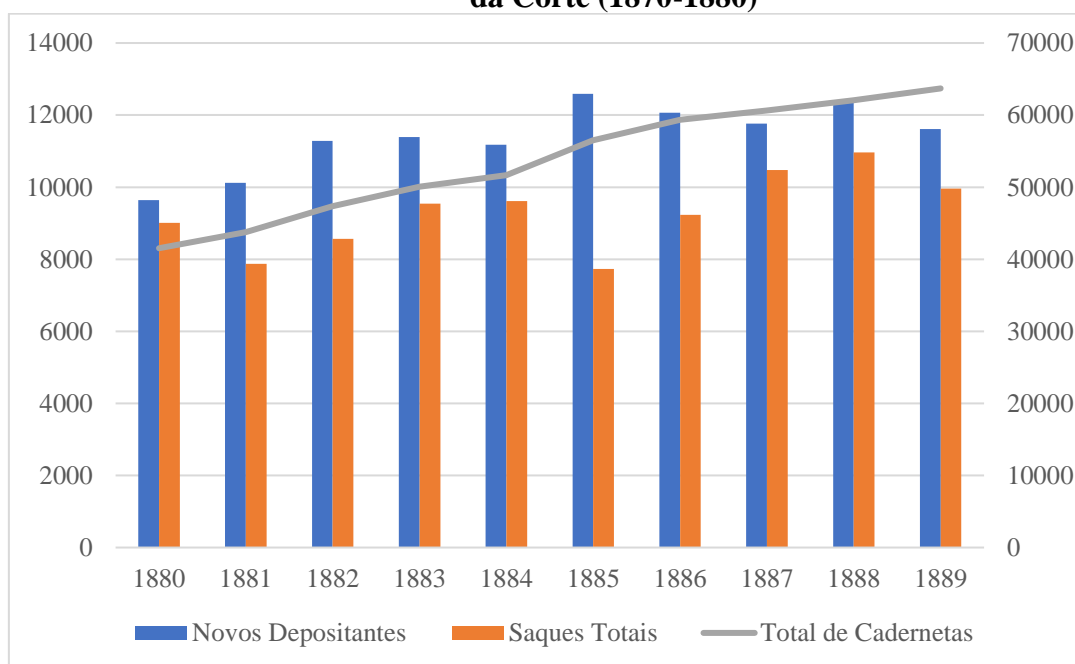
possível ver o registro dessa caixa depositária no ano de 1880, sendo localizada na rua de S. Pedro, n.º 124. Na Gazeta de Notícias, no dia 24 de julho de 1883, há uma notícia convidando os credores da Caixa Depositária Coruja & C. a se reunirem no dia 15 no próximo mês. Essa notícia evidencia que tal instituição não faliu, apenas teve suas atividades cessadas no mês de janeiro de 1880. Por fim, a Gazeta da Tarde, no dia 26 de março de 1886, ao acusar a caixa Perseverança Brasileira de receber pecúlio escravo, citava que a caixa depositária Coruja & C. fazia o mesmo. Respectivamente as edições: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, edição 37, 1880; Gazeta de Notícias, edição 112, 1880; Gazeta da Tarde, edição 68, 1886.

³⁷³ Relatório do Ministério da Fazenda do ano de 1880.

clientes. É compreensível tal desconfiança, a memória da bancarrota de 1864, apenas 16 anos antes, ainda estava fresca e os poupadores daquelas caixas econômicas privadas, sem dúvidas, ainda lamentavam o dinheiro perdido e a grande dificuldade de reavê-los.

O quadro se restabelece ao longo do ano de 1881 alcançando um balanço positivo entre saques e depósitos de 187 contos de réis. Embora ainda demonstrasse um superávit irrisório nos valores de depósitos, 2.245 novas cadernetas foram feitas, uma média de cerca de 187 novos clientes por mês, como pode ser visto no **Gráfico 4.2**. Para o Conselho, o pequeno superávit está ligado estritamente “por se haver restabelecido a confiança dos depositantes, abalada pelo desastre ocorrido na caixa depositaria de Coruja & Comp., em janeiro de 1880”³⁷⁴.

Gráfico 4.2 - Balanço anual de novos depositantes e saques totais da Caixa Econômica da Corte (1870-1880)



Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda. Vários Anos.

Um caso inusitado ocorreu no ano de 1881 e, de certo modo, dificultou a retomada de confiança do estabelecimento com seus clientes. João Ribeiro do Amaral, thesoureiro da Caixa Econômica da Corte desde 1879 e que fora fiel do antigo thesoureiro desde 1872, fugiu do país levando consigo um volume de capitais roubados da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte. O jornal *Gazeta de Notícias* relata que João Ribeiro do Amaral, no dia de sua fuga, foi trabalhar às nove horas da manhã na Caixa Econômica da Corte, seguiu para o cartório afim de retirar um passaporte com destino à Buenos Ayres. No cartório acabou sendo arrolado como

³⁷⁴ Relatório do Ministério da Fazenda no ano de 1881.

testemunha abonatória de Joaquim José Teixeira e, por fim, retirou-se para sua casa na rua do Livramento, onde comunicou a sua esposa e filho que fazia uma longa viagem sem data prevista de retorno. A direção da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte percebeu os bens perdidos quando o sogro de João Ribeiro do Amaral, João Manuel Corção, foi à caixa para saber o motivo do desaparecimento de seu genro. A diretoria da Caixa Econômica imediatamente refez os balanços mensais e verificou a perda de, no mínimo, 13 contos de réis, excluindo os penhores que precisariam de mais atenção. O longo relato do periódico terminava com a suposição de sua fuga:

Suppõe-se que fugiu para o Rio da Prata acompanhado por um pardo escravo de nome José, que estava como padeiro na rua da Gamboa. Esta presumpção é devida a ter João Ribeiro um irmão estabelecido no Paraguay. Desde muito o ex-thesoureiro levava vida demasiado livre, e que não estava de accordo com os seus recursos; e, à medida que se despenhava, tentava convencer a esposa de que devia resignar-se as saudades de uma longa ausencia a que era forçado. A directoria da Caixa já officiou à polícia para que tome de sua parte as providencias que o caso exige.³⁷⁵

O ex-tesoureiro da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte, com uma mala repleta de joias sarrupadas da sala de penhores do Monte de Socorro, não foi encontrado em Buenos Aires, conforme havia pedido o passaporte, tampouco no Paraguai como fora noticiado pelo jornal. João Ribeiro do Amaral tomou o paquete *Poitou* e desembarcou no Velho Continente, precisamente na cidade de Marselha. No desembarque, a alfândega, como de costume, verificou suas bagagens e encontrou um baú com fundo falso, o qual possuía as joias tomadas da sala de penhores. O preço avaliado pela alfândega francesa era em torno de 100 mil francos ou cerca de 40 contos de réis. No entanto, o ex-tesoureiro alegou que as joias eram de sua herança e que tinha ido até a Europa vende-las por um preço melhor. O “recebedor” da alfândega entregou algumas joias para que João Ribeiro do Amaral pudesse arcar com suas despesas enquanto confiscava as demais para averiguação.³⁷⁶

João Ribeiro do Amaral, insatisfeito com a apreensão de suas joias, pediu intervenção ao vice-cônsul brasileiro em Marselha – Sr. Saraiva. Não satisfeito com atendimento do vice-cônsul, o ex-tesoureiro da Caixa enviou um telegrama ao Rio de Janeiro. Como o caso do ex-tesoureiro já estava famoso na praça do Rio de Janeiro, chegou às autoridades brasileira a

³⁷⁵ Gazeta de Notícias, edição 127, ano de 1881.

³⁷⁶ Jornal do Comércio, edição 188, ano de 1881.

notícia do contato que João Ribeiro do Amaral tentou fazer com algum conhecido no Brasil. Prontamente as autoridades brasileiras enviaram um pedido de extradição aos oficiais franceses.

Essa história ganhou ainda ares de comédia. Quando o telegrama brasileiro chegou na Europa, o ex-tesoureiro fugitivo estava desaparecido. Não foi encontrado nas residências registradas pela polícia francesa. Dias depois, enquanto a polícia francesa buscava pelo brasileiro fugitivo, um guarda francês aprisiona um brasileiro embriagado que brigara com um cocheiro. O comissário de polícia interrogou o bêbado se ele conhecia a “Caixa Econômica da Corte”, o qual respondeu prontamente que tinha sido funcionário dela. A resposta, seja por inocência ou embriaguez, foi suficiente para prendê-lo imediatamente e poucos dias depois a documentação de extradição chegava em território francês. Uma coluna na Gazeta da Tarde noticiava a prisão de João Ribeiro do Amaral:

Terminou o summario de culpa instaurado ao ex-tesoureiro da Caixa Economica João Ribeiro do Amaral. O solícito Dr. 2º Promotor Publico requereu a pronuncia do mesmo Amaral, como incurso no art. 172 do Código Criminal, no qual foi capitulado o peculato cometido por pessoas, que não exercem funções publicas. Ficou ao que parece, plenamente provado o delicto. Entre outras artimanhas, do acusado reconheceu-se que elle tirou dos cofres do monte as joias penhoradas, e mandava-as empenhar por terceiro repetidas vezes, recebendo sempre novas quantias de cada emprestimo. Há joias que foram ao prego quinze e dezoito vezes!³⁷⁷

O ex-tesoureiro foi acusado de peculato retirar joias penhorados do cofre do Monte de Socorro e entregar para terceiras penhorá-las novamente, além de ter desfalcado as contas da Caixa Econômica da Corte com depósitos realizados e não registrados em livro de nota.

De certo o caso de João Ribeiro do Amaral teve algum impacto imediato da confiança das duas instituições. Um funcionário com quase 10 anos de serviço às instituições desfalcou boas somas de capitais de maneira tão simples e só foi descoberto por deslizes. No entanto, a agilidade com que a direção da Caixa Econômica e Monte de Socorro e as autoridades resolveu esse caso conferiu um efeito positivo para suas imagens. Dessa forma, o ano de 1881 demonstrou a recuperação tanto do balanço positivo entre entradas e saídas quanto o número de novos depositantes em relação aos saques totais, como pode ser visto nos **Gráficos 4.1 e 4.2**.

O ano de 1882 apresenta resultados satisfatório para a Caixa Econômica da Corte. Os valores de depósitos superam os valores de saques em aproximadamente 464 contos de réis,

³⁷⁷ Gazeta da Tarde, edição 175, ano de 1881.

enquanto os novos depositantes superavam os saques totais em 2.717 cadernetas. Entremeio as dificuldades de instalação e desenvolvimento das caixas econômicas e montes de socorro provinciais, a Caixa Econômica da Corte demonstrava uma tendência de recuperar o desenvolvimento de outrora.

Essa tendência foi interrompida nos anos de 1883 e 1884 com déficits no balanço de valores de entradas e saídas de aproximadamente 182 e 611 contos de réis respectivamente. Ainda que os novos depositantes superassem os saques totais nesses, o aumento nesse último quesito é significativo em relação aos anos de 1881 e 1882, como pode ser visto no **Gráfico 11**. O total dos valores coligidos na Caixa Econômica da Corte aumenta, pois nele está embutido os juros abonados do Tesouro Nacional, bem como os percentuais advindo das loterias do governo, dessa forma, mesmo com o déficit no balanço de entrada e saques totais, o capital da Caixa Econômica da Corte aumentava.

Os déficits desses dois anos (1883 e 1884) são justificados nos relatórios do Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica da Corte como sendo diretamente relacionados ao fraco desenvolvimento das caixas econômicas e montes de socorro provinciais, bem como as próprias agências no interior da província do Rio de Janeiro. Parte dos valores coligidos de depósitos da Caixa Econômica da Corte era utilizado no auxílio nas demais instituições de depósitos provinciais, embora não constassem no relatório os valores desses auxílios.

Ademais, a proposta de reforma dos estatutos, como já bem discutida anteriormente, estava sendo debatida e sem previsões de implementação de um novo estatuto. As discordâncias ideológicas quanto aos objetivos da Caixa Econômica quanto a necessidade de o governo arcar com os déficits dos Montes de Socorro provinciais eram os principais pontos debatidos. Somado a tudo isso, a Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte já tinha lançado a pedra fundamental de um novo edifício localizado entre as ruas D. Manoel, Cotovello e Fresca. O custo da edificação foi de aproximadamente 268 contos de réis e governo ainda não havia liberado toda a verba necessária para conclusão da obra.

Por sua vez, o ano de 1885 foi um momento decisivo na história da Caixa Econômica no Brasil. Finalmente a discussão da reforma do projeto avançava no Poder Legislativo e várias emendas eram propostas pelos diferentes lados. Como demonstrado anteriormente, uma parte ligada aos grupos liberais desejavam que as caixas econômicas se desvincilhassem do Tesouro Real e diversificassem seus investimentos com a proposta de realização de empréstimos e outras formas de financiamento, enquanto os grupos mais conservadores desejavam uma reforma mais centrada e que desonerassem o erário régio, em especial com a supressão de alguns montes de socorro e o fim da “garantia do governo”. Os valores de depósitos superaram os de saques em

cerca de 669 contos de réis, o melhor superávit de toda a década. Da mesma maneira, a promessa de uma nova instituição a partir das reformas chamou atenção de novos depositantes de tal maneira a alcançar a marca de 12.594 novos depositantes no ano de 1885, a maior de toda a história da instituição para um ano, enquanto os saques totais diminuiram drasticamente em relação ano anterior, 9.611 em 1884 e 7.731 em 1885.

Ambos os lados clamavam por uma reforma nos estatutos. O modelo de caixa econômica adotado pelo governo imperial brasileiro, embora tenha sido alterado inúmeras vezes, ainda mantinha um estatuto similar às instituições de depósito da primeira metade do século XIX. A sociedade demandava uma maior interação da Caixa Econômica e Montes de Socorro para além dos depósitos e penhores respectivamente, como já era difundido nas instituições de crédito e poupança popular nos países europeus e Estados Unidos.

A comissão avaliadora de reforma dos estatutos das caixas econômicas e montes de socorro brasileiros teve seu projeto de novo estatuto negado. As emendas propostas também não seguiram adiante e tudo foi arquivado no ano de 1885. Como explicado anteriormente, o governo percebia a necessidade de um novo estatuto, principalmente devido aos déficits dos montes de socorro provinciais e ao aumento de saques na maior parte das caixas econômicas, inclusive a da Corte, ao final daquele ano. Por esses motivos, o governo se adiantou e propôs uma nova reforma dos estatutos, bem menos audaciosa que a indicada pela comissão avaliadora e que considerava algumas emendas propostas pelos deputados e senadores.

A reforma proposta pelo governo não surtiu grandes efeitos positivos. Nesse ano de 1885, a Caixa Econômica da Corte apresentou um superávit no balanço de valores de entrada e saída, bem como no balanço de novos depositantes e saques totais de, respectivamente, cerca de 669 contos de réis e 4.863 novos depositantes. Esses superávits refletem ainda a esperança de uma grande reforma nos estatutos, o que não veio a acontecer com a recusa e arquivamento do projeto, bem como a nova proposta de reforma que veio a ser aceita realizada pelo governo imperial.

Dessa forma, como pode ser visto no **Gráfico 10**, os últimos 4 anos da década de 1880 reaperentaram déficits constante cada vez maiores de aproximadamente: 649 contos em 1886, 321 contos em 1887, 1.070 contos em 1888 e 2.625 contos em 1889. A Caixa Econômica da Corte teve déficit totais na soma de 4.665 contos de réis nos últimos quatro anos do Segundo Reinado no Brasil. Em termos de número de depositantes, a Caixa Econômica da Corte manteve uma média de 12.082 novos depositantes e 9.672 cadernetas sacadas, porém o número de saques totais demonstrava uma tendência de crescimento nos últimos anos do Segundo Reinado no Brasil.

O Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica da Corte observava e analisava essa situação para além da decepção da reforma conservadora realizada. Em 1887, o Conselho compreendia e relatava ao Ministro da Fazenda que os aumentos das retiradas tanto de cadernetas saldadas quanto dos capitais depositados estavam diretamente ligados à diminuição dos juros na corte para 5% e nas províncias para 5,5% ao ano.

Para tentar reverter o quadro deficitário, o Ministro da Fazenda decretou a abertura de novas agências no interior da província do Rio de Janeiro. O decreto n. 9738 de 2 de abril de 1887 determinava a abertura de 12 novas agências nos seguintes municípios do Rio de Janeiro: Pirahy (25 de janeiro), Cabo-Frio (1 de fevereiro), Sapucaia (1º de fevereiro), Nova Friburgo (1º de fevereiro), Santo Antônio de Pádua (1º de fevereiro), Araruama (1º de fevereiro), Cantagallo (1º de fevereiro), São João da Barra (8 de fevereiro), Carmo (10 de fevereiro), Rio Bonito (29 de fevereiro), Maricá (9 de março) e Santa Maria Magdalena (5 de março). Todas essas agências coligiriam os capitais nas Mesas de Rendas, Collectorias ou Agências do Correio e dois funcionários (agente coletor e escriturário) se empenhavam em divulgar e administrar aos depósitos, recebendo 0,25% dos depósitos recebidos a cada semestre, divididos em 60% para o agente coletor e 40% para o escriturário.

O penúltimo ano da Caixa Econômica da Corte sob administração na monarquia brasileira foi novamente de déficit no balanço entre valores depositados e retirados. O déficit alcançou a soma de aproximadamente 1.070 contos de réis, embora o balanço entre saques totais e novas cadernetas tenha ficado positivo em 1.407 cadernetas novas. Nada é dito no relatório do Ministério da Fazenda de 1888, o qual foi produzido, como era costume, no ano seguinte.

Embora a Caixa Econômica da Corte tenha decrescido em valores acumulados, as caixas econômicas provinciais demonstraram, em sua maioria, crescimento significativo, bem como as agências do interior da província do Rio de Janeiro. Esse crescimento, no geral, alentava o Ministro da Fazenda, o qual continuava incentivando a criação de novas agências municipais da caixa econômica.

Como não é citado os motivos do alto índice das retiradas, devemos considerar os fatores sociais que levaram uma corrida com saques de altos valores na Caixa Econômica da Corte. No dia 13 de maio de 1888, é concretizada a luta dos movimentos abolicionistas com a Lei Áurea determinando o fim da escravidão no Brasil³⁷⁸. Esse acontecimento marca, quase que unânime

³⁷⁸ Não cabe no nosso escopo analisar os efeitos sociais, econômicos e políticos da abolição da escravidão, ver COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

entre os historiadores da História do Brasil, um ponto sem-retorno da monarquia brasileira. O pilar da escravidão sustentava politicamente o Segundo Reinado e, ao ser derrubado, gradativamente esse apoio lhes eram tirados. Isso implicou na desconfiança que pairava sob o governo imperial e transbordava para as finanças públicas. Dessa forma, os investimentos internos estagnaram e a poupança brasileira se manteve deficitária, como demonstrado a partir dos valores discriminados da Dívida Interna Fundada³⁷⁹.

A Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 abalou a estrutura das instituições governamentais, especialmente as Caixas Econômicas administradas pelo governo. Como foi demonstrado ao longo dos capítulos, a confiança na “garantia do Governo Imperial” era o principal pilar na divulgação para atração de poupança. Dessa forma, o destronamento de Pedro II e sua herdeira ao trono colocaria em xeque a capacidade de manutenção dessa “garantia do governo”, afinal, qual seria esse novo governo?

Os depositantes da Caixa Econômica da Corte e de várias outras caixas provinciais não se arriscaram saber qual seria o posicionamento desse novo governo quanto a manutenção da garantia do governo aos seus depósitos nas caixas econômicas. A corrida às portas da Caixa Econômica lembrou o longínquo ano de 1864 quando da bancarrota das casas bancárias na Crise do Souto.

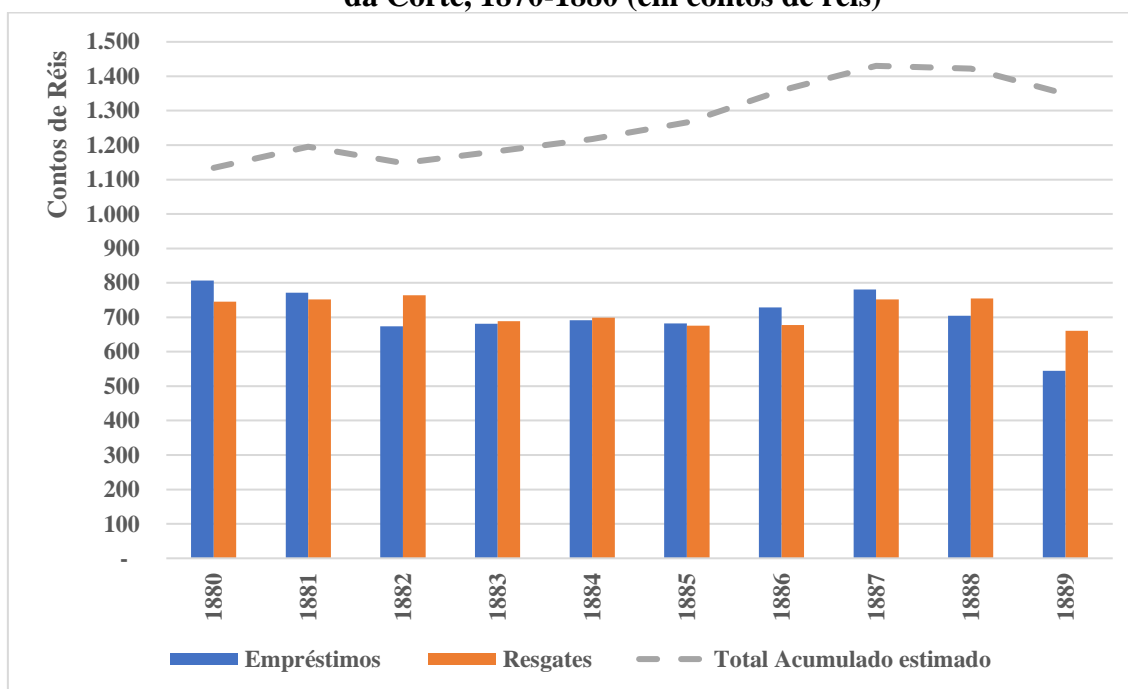
O resultado dessa corrida às portas daquele estabelecimento na Rua D. Manoel foi uma queda no balanço de entrada de novos depositantes (11.610) e saques totais (9.958), totalizando aproximadamente 1.652 novas cadernetas. Esse saldo positivo é contraposto quando se sobrepesa com o balanço de valores totais. No último ano do Segundo Reinado, a Caixa Econômica da Corte atraiu o total aproximado de 7.331 contos de réis, no entanto, os saques representaram a soma de aproximadamente 9.956 contos de réis, o que resultou em um déficit anual de aproximadamente 2.625 contos de réis.³⁸⁰

Ainda que não seja o nosso objeto de análise, o Monte de Socorro da Corte, ao longo da década de 1880, também demonstrou déficits em vários anos e, naqueles superavitários, os valores não eram significativos. Como pode ser visto no **Gráfico 12**, a década de 1880 representou para o Monte de Socorro da Corte o crescimento de apenas 18,93% no total de capitais acumulados por meio dos empréstimos por penhores, enquanto a década de 1870 representou um crescimento de aproximadamente 73,4%.

³⁷⁹ Essa discussão será feita pormenorizada no capítulo 5 da tese.

³⁸⁰ Relatório do Ministério da Fazenda do na ode 1889-1890.

Gráfico 4.3 - Balanço anual do número de empréstimos e resgates do Monte de Socorro da Corte, 1870-1880 (em contos de réis)



Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda. Vários Anos.

É importante ressaltar que nos valores dos balanços anuais apresentados no **Gráfico 4.3** acima não são considerados os prêmios recebidos de $\frac{1}{2}\%$ dos depósitos da Caixa Econômica da Corte, bem como as despesas com o estabelecimento e funcionários. Os relatórios do Ministério da Fazenda na seção sobre o Monte de Socorro da Corte, esses valores dos prêmios recebidos e despesas não são bem claros e há lacunas para estabelecer as séries.

De qualquer forma, considerando os balanços anuais apresentados pelo Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte, os valores acumulados ali eram irrisórios na avaliação dos seus agentes. A partir do ano de 1887, em decorrência da reforma nos estatutos, o Monte de Socorro da Corte investia uma parte do lucro anual que constituía o Fundo de Reserva em apólices gerais da Dívida Pública, uma prática resgatada das instituições de depósitos da primeira metade do século. No ano de 1889 e 1890, a partir do relatório do Ministro da Fazenda, é possível verificar os motivos alegados para o fraco desenvolvimento da instituição nos últimos anos, sendo devido:

[...] á redução dos valores dos objectos offerecidos em penhor, pela depreciação que nesse anno [1889] tiveram o ouro e a prata, à abundancia de capitaes disponíveis, e ao vexame infudado que tem a nossa sociedade de recorrer á essa previdente instituição, em razão das formalidades exigidas em garantia dos mutuários e do estabelecimento,

não obstante offerecer esse em seus contratos maior garantia e modicidade no juro.³⁸¹

Somada a depreciação do ouro e prata citados pelo relato do Conselho Inspector e Fiscal para justificar o “vexame” que o baixo índice de empréstimos do Monte de Socorro da Corte representava, é impossível não levar em consideração a falta de confiança às instituições de um novo governo proclamado pelos militares republicanos.

A desconfiança nas contas do novo governo, principalmente nos depósitos públicos, era notória ao ponto do ministro da Fazenda Ruy Barbosa ter feito uma longa nota no seu relatório anual de 1889-1890 no intuito de enfatizar as garantias do governo. A nota de Ruy Barbosa começava reiterando o compromisso do governo republicano a restituir os depósitos públicos recebidos. Ao mesmo tempo, reafirma a importância da utilização desses recursos capitalizados nos depósitos públicos, em especial os da Caixa Econômica. Segundo Ruy Barbosa, os depósitos públicos são

São depósitos da origem mais sagrada esses. Pertencem a ausentes, ao espólio dos mortos [Bens de Ausentes], ao patrimônio dos órfãos [Empréstimo de Órfãos], às economias laboriosamente acumuladas pela pobreza nas caixas econômicas e nos montes de socorro. Comtudo, o Estado não hesita em proclamar oficialmente o seu direito de alienar esses recursos, confiados á sua guarda, em utilizal-os a seu benefício, occorrendo com elles ás suas precisões, mesmo de ordem trivial e quotidiana. Porque? Porque a máxima de todas as garantias, no Estado, é o crédito do Estado. Em consequência, as leis que dominam esse ramo da administração, não põem differença entre os compromissos moraes, em que esse crédito se traduz, e os valores materiaes que elle representa. E isso tratando-se de depósitos que podem ser instantaneamente, inopinadamente exigidos. Porque? Porque se presume que a responsabilidade da nação cobre com vantagem todos os riscos do emprego dos depósitos utilizados a benefício della, e que os recursos do Thesouro asseguram, com exuberância de garantia, a effectividade da restituição[...].³⁸²

Ruy Barbosa nesse trecho enaltece tanto a importância desses depósitos para as despesas do Estado brasileiro quanto a garantia do Estado enquanto bom pagador. Essa foi a resposta dada pelo novo Estado Republicano à corrida aos cofres do Thesouro Nacional no momento da Proclamação da República em 1889. O texto de Ruy Barbosa mantinha a estratégia e discurso da Caixa Econômica ao longo dos seus anos sob governo imperial – a “garantia do Estado”

³⁸¹ Relatório do Ministério da Fazenda do ano de 1889-1890.

³⁸² Idem. Grifos Nossos.

como fator diferencial perante as outras instituições de depósitos e outras formas de investimentos.

Dessa forma, o recém proclamado governo veste a Caixa Econômica da Corte com seu manto republicano, alterando seu nome para Caixa Econômica da Capital Federal, mas mantendo o seu principal discurso da garantia do Estado aos depósitos coligidos nas caixas econômicas, bem como a importância desses depósitos para arcar com o custeio do novo Estado Republicano.

Foram 28 anos de administração do governo imperial, nos quais os diferentes Conselhos Inspector e Fiscal sempre estiveram atrelados ao grupo político dos conservadores e repletos de nomes com vasta experiência em instituições financeiras, inicialmente nas grandes casas bancárias que marcaram os meados do século XIX e, posteriormente, nas instituições públicas como o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil.

Ao longo desses 28 anos, a Caixa Econômica da Corte se desenvolveu ao ponto de se tornar a maior e principal caixa de depósitos de todo o país. Em sua primeira década (1861-1870) enfrentou a concorrências das grandes casas bancárias cariocas, as quais coligiam depósitos de pequenos e grandes poupadores. Foi a partir da Crise do Souto em 1864, com a bancarrota dessas casas bancárias cariocas, que a Caixa Econômica da Corte aproveitou a insegurança os investidores e apostou na “garantia do Estado Imperial”. O resultado disso foi o aumento drástico do capital coligido de cerca de 267 contos de réis no ano de 1864 para aproximadamente 4.636 contos de réis em 1870.

Na década seguinte, a Caixa Econômica da Corte se tornou um dos principais instrumentos do governo, ainda que de maneira insuficiente, de enxugar a quantidade de papel-moeda emitida ao longo do período de guerra contra o Paraguai. Os depósitos na Caixa Econômica da Corte mais que duplicaram, acumulando no final daquela década cerca de 10.075 contos de réis no ano de 1879. Nesse mesmo período, especificamente a partir de 1874, a Caixa Econômica da Corte foi utilizada como exemplo de instituição a ser implementada em todas as capitais do império do Brasil.

A última década, por sua vez, a Caixa Econômica da Corte presenciou um desenvolvimento lento se comparado com as décadas anteriores. Iniciou a década com aproximadamente 10.066 contos de réis capitalizados e a encerrou com cerca de 11.394 contos de réis, tendo alcançado o máximo de 13.520 contos de réis no ano de 1888. Esse desenvolvimento desacelerado em comparação as décadas anteriores está atrelado aos seguintes fatores: 1) a exigência de uma reforma dos estatutos, pelo lado liberal que a diversificasse e pelo lado conservador que liberasse o Estado das garantias fornecidas; 2) a dificuldade em

implementar as mudanças exigidas por esses setores políticos; 3) a contrarreforma realizada pelo Estado brasileiro que tendeu a permanência de elementos contestados por ambos os lados políticos; 4) a efervescência por mudanças sociais, econômicas e políticas que o país passava em meados da década de 1880, as quais culminarão com o processo de abolição da escravatura no Brasil, com a gradual mudança de eixo político-econômico dos grupos dominantes para São Paulo e com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Todos esses fatores, entre outros, levaram a desconfiança e insegurança dos investimentos, em especial os depósitos públicos, o que acarretou uma corrida de saques prontamente atendida pela Caixa Econômica da Corte e refletida nos déficits constantes nos últimos anos sob o governo imperial.

A Caixa Econômica da Corte, agora Caixa Econômica da Capital Federal, no início de 1890 vivia seu momento com maior desconfiança e com um aumento significativo dos saques dos capitais. Seu período sob o governo da Primeira República teria que reverter o quadro deficitário estabelecido nos últimos anos críticos do Segundo Reinado Brasileiro.

Capítulo 5 Do mundo à Corte: Caixa Econômica da Corte na perspectiva Internacional, Nacional e Intraprovincial

A Caixa Econômica da Corte foi criada em 1861 com fortes inspirações nas caixas econômicas francesas (*caisses d'épargne*) e principalmente na Caixa Econômica do Rio de Janeiro (1831-1859). A criação da Caixa Econômica da Corte não foi uma política pública de assistencialismo. Pelo contrário, o governo imperial percebeu a importância significativa dos investimentos de pequeno e médio porte coligidos na Caixa Econômica do Rio de Janeiro. Dessa forma, optou-se por adentrar nesse mercado.

A Caixa Econômica do Rio de Janeiro investia todos os seus capitais em títulos de dívida pública, demonstrando uma aproximação ao interesse de desenvolvimento do Estado Nacional. No entanto a Caixa Econômica do Rio de Janeiro é liquidada pelos seus acionistas, principalmente devido à concorrência e pelos obstáculos de reformulação de seus estatutos impostos Estado Imperial. As recusas de reformulação dos estatutos da Caixa Econômica do Rio de Janeiro pelo Estado Imperial já demonstravam suas intenções na criação de um caixa econômica própria do governo.

Dessa maneira, devido à importância que seus investimentos haviam se tornado para o governo, a Caixa Econômica da Corte é fundada em menos de dois anos após a liquidação da Caixa Econômica do Rio de Janeiro. Suas atividades foram iniciadas no dia 4 de novembro de 1861 e tiveram uma movimentação financeira modesta nos seus anos iniciais devido principalmente às casas bancárias cariocas, as quais captavam poupanças de todas as camadas sociais.

A principal e primeira instituição de depósitos do governo logrou aproveitar o momento de bancarrota das casas bancárias cariocas e centralizou as poupanças em seus cofres a partir de 1864. A Caixa Econômica da Corte utilizava do prestígio do Tesouro Nacional para assegurar as economias e os rendimentos de seus poupadores.

Como demonstrado ao longo dos últimos três capítulos, a Caixa Econômica da Corte estava diretamente ligada à confiança que seus poupadores tinham às contas do governo imperial. Mesmo em momentos conturbados, como por exemplo durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), a Caixa manteve taxas constantes de desenvolvimento.

O franco desenvolvimento se manteve na década posterior. Com o fim da Guerra do Paraguai, o governo imperial brasileiro iniciara planos econômicos de contenção de despesas, uma vez que os esforços econômicos para guerra aumentaram significativamente as dívidas

públicas internas e externas. Ainda assim, o governo mantivera, sem nenhum atraso ou desfalque, os pagamentos dos juros e dos saques da Caixa Econômica da Corte.

Pela necessidade de aumentar os valores dos depósitos e, a partir disso, diminuir o a quantidade de papel-moeda em circulação, o qual foi expandido durante a Guerra do Paraguai, o governo imperial brasileiro lançou as bases para a expansão da Caixa Econômica da Corte para todas as capitais de províncias do império. Em 1874 foi decretado a instalação das Caixas Econômicas provinciais, as quais, de modo geral, tiveram dificuldades para seu desenvolvimento inicial. No entanto, os depósitos e as cadernetas coligidos na Caixa Econômica da Corte mais que duplicaram ao longo da década.

A última década da Caixa Econômica da Corte sob governo da monarquia brasileira demonstrou um ritmo de desenvolvimento bem inferior aos períodos anteriores. Os déficits anuais se tornaram mais frequentes e configuraram a maior parte dos anos da década de 1880. Como visto anteriormente, a desconfiança que pairava sob a coroa brasileira e isso afetava diretamente às instituições de poupança do governo. As ondas de saques foram constantes, principalmente após a frustrada reforma de 1887, a Abolição da Escravatura em 1888 e, sem nenhuma dúvida, na incerteza administrativa e política da Proclamação de República em 1889.

A Caixa Econômica da Corte iniciou suas atividades nos fundos da Câmara dos Deputados. Teve no final dos seus quatro primeiros anos o total de depósitos de cerca de 267 contos de réis e apenas 1.955 cadernetas. Terminou a década de 1889 com o total aproximado de 11.394 contos de réis e 63.699 cadernetas de poupança. Essa instituição ganhou destaque nacional e foi modelo para a instauração de caixas econômicas em todas as capitais de províncias e em alguns municípios do interior da província do Rio de Janeiro, além de ter tido destaque mundialmente.

Nesse capítulo analisaremos o desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte a partir de quatro perspectivas diferentes. Portanto, dividimos o capítulo em quatro partes para além dessa introdução. Na primeira parte compreendemos o tamanho da poupança coligida na Caixa Econômica da Corte em comparação com outras caixas econômicas da América (Havana, Porto Rico, alguns savings banks norte-americano), bem como alguns modelos de caixas econômicas europeias (cajas de ahorros espanholas, caisses d'épargne francesas, savings banks ingleses, entre outras). Dessa maneira, a partir das comparações, elaboramos o modelo de caixa econômica adotado pelo governo imperial brasileiro.

Na segunda parte voltaremos nossa atenção ao tamanho e importância dos depósitos da Caixa Econômica da Corte para a economia brasileira, bem como seu papel nas contas públicas. A partir da comparação de várias séries de dados econômicos, traçamos uma comparação de

ritmos de aceleração de vários setores da economia com a poupança brasileira coligida na Caixa Econômica da Corte. Além disso, nessa segunda parte comparamos o desenvolvimento das caixas econômicas provinciais com a caixa econômica modelo sediada na Corte e expomos esses diferentes níveis no mapa nacional.

Na terceira parte buscamos analisar o desenvolvimento das agências da Caixa Econômica na Corte nos principais municípios do interior da província do Rio de Janeiro. Nosso objetivo foi compreender o modelo de expansão adotado pelo Conselho Inspector e Fiscal para dentro da província e quais eram os municípios tinham a maior capacidade de poupança. Da mesma maneira que na parte anterior, as poupanças coletadas por essas agências da Caixa Econômica da Corte são confrontadas com demais dados econômicas para compreender as razões e ritmos de desenvolvimento.

Na quarta e última parte, a análise se volta para o dentro da cidade do Rio de Janeiro, capital e corte do império brasileiro. Nessa parte demonstramos as caixas econômicas concorrentes da Caixa Econômica da Corte, bem como as demais possibilidades de investimentos existentes na praça comercial do Rio de Janeiro. O intuito é verificar os motivos que faziam os poupadores, sejam de quais camadas sociais fossem, economizarem e concentrarem suas economias na Caixa Econômica da Corte.

5.1 Da Corte ao Mundo: A Caixa Econômica da Corte em perspectiva internacional

Em 1860 havia 19 *savings banks* na praça comercial de New York, os quais detinham cerca de 40 milhões de dólares em depósitos, o que equivaleria a cerca de 20 milhões de libras esterlinas. As quatro casas bancárias cariocas falidas em 1864, as quais já discutimos a função de verdadeiras caixas econômicas, possuíam naquele momento aproximadamente 8,7 milhões de libras esterlina.³⁸³

A comparação é significativa quando reparamos que apenas quatro casas bancárias detinham o equivalente a aproximadamente 43,5% do total de todas as *savings banks* novaiorquinos em anos próximos. Isso demonstra a capacidade de poupança que havia na praça comercial do Rio de Janeiro ainda no começo da década de 1860.

A Caixa Econômica da Corte, a qual já havia iniciado suas atividades desde o final de 1861, quase não se destacava devido a concorrências com essas casas bancárias cariocas. A

³⁸³ VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo Villa. *As casas bancárias do Rio de Janeiro...* p. 28.

partir da crise do Souto em 1864, já discutida anteriormente, os antigos depositantes das casas bancárias particulares falidas viram na caixa econômica do governo imperial um local mais apropriado e seguro para suas economias. A transferência de capitais foi rápida, mesmo entremeio a maior guerra já acontecida na América Latina. No entanto, a Caixa Econômica da Corte nunca alcançou os valores depositados que as casas bancárias falidas em 1864 possuíam.

Esse fato não diminui a importância da Caixa Econômica da Corte, uma vez que havia outras formas de investimentos seguros e mesmo outras caixas econômicas na praça comercial do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, se analisarmos os depósitos existentes nas casas bancárias falidas em 1864, verificamos que havia instituições bancárias entre seus depositantes, as quais eram responsáveis por grande parte dos depósitos coligidos. O Banco do Brasil, por exemplo, aparecia como cliente de todas as quatro casas bancárias, sendo responsável por cerca de 13.720 contos de réis ou aproximadamente 20% do total dos depósitos existentes nas quatro casas bancárias no momento de sua falência.

Isso demonstra um lado das casas bancárias como intermediadoras de crédito entre negociantes, produtores, comissionários e os bancos, tentando evadir os obstáculos de emissão de papel-moeda impostos pela Lei dos Entraves de 1860. Essa ressalva é importante ser feita para que a comparação dos valores depositados nas casas bancárias em 1864 não seja feita com as caixas econômicas criadas pelo governo. Ainda que os dois tipos de instituições recebessem depósitos de todas as camadas sociais da população carioca, a Caixa Econômica da Corte e suas sucursais nas províncias a partir de 1874 não recebiam depósitos de instituições bancárias, tais como o exemplo do Banco do Brasil. Essas caixas econômicas eram consideradas instituições de beneficência pelo governo imperial e não podiam ter tais tipos de credores para manter as implicações legais desse tipo de instituição.

O esforço de tentar compreender quais eram os clientes das casas bancárias falidas em 1864 possuíam perfil para serem poupadores na Caixa Econômica da Corte foi feito no primeiro capítulo. A partir dos nossos cálculos, as casas bancárias falidas em 1864 tinham cerca de 13,8% do total de seus depósitos oriundos de “pequenos credores”, os quais eram potencialmente aptos para se tornarem depositantes da Caixa Econômica da Corte.³⁸⁴ A comparação justa seria com esses “pequenos credores” das casas bancárias com a Caixa Econômica da Corte, uma vez que essa última impunha limites nos rendimentos dos depósitos de no máximo 4 contos de réis.

³⁸⁴ Esse esforço está publicado no seguinte texto: ALVARENGA, Thiago de Oliveira. “Os pequenos credores na bancarrota das casas bancárias cariocas em 1864”. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, vol. 15 2018. P 251-276. P. 270.

Dessa forma, por ser uma instituição de depósitos voltada para atender a população “menos abastadas” (palavras da época), a Caixa Econômica da Corte demonstrou números significativos, mesmo para padrões mundiais. A comparação com outras caixas econômicas a seguir, serve como parâmetro para compreender o tamanho e modelo de administração da instituição de depósitos do governo brasileiro.

As comparações com as caixas econômicas europeias já eram feitas no século XIX. Na década de 1870, especialmente a partir da implementação das caixas econômicas província sem 1874, as comparações aumentaram nos periódicos da época e questionavam, cada vez mais, a lenta implementação de caixas econômicas localizadas. As críticas partiam do princípio de que as caixas econômicas podiam ser implementadas em todos os municípios utilizando-se dos órgãos do governo, como já acontecia nos municípios do Rio de Janeiro com as agências da Caixa Econômica da Corte.

No Diário do Rio de Janeiro, por exemplo, publicou-se uma nota anônima questionando a expansão das caixas econômicas brasileiras e sugerindo a expansão das caixas econômicas para todas as agências dos correios brasileiros³⁸⁵ e para as escolas³⁸⁶. Nessa mesma crítica, o autor anônimo expunha os valores da Caixa Econômica da Milão, a qual teria em valores depositados cerca de 239.000.000 francos e mais de 298.000 depositantes, com um fundo de reserva de mais de 20.000.000 no ano de 1875. Não há citações de fontes, esses números podem estar equivocados ou exagerados.

O modelo de expansão das caixas econômicas adotado no Brasil foi diferente desse sistema inglês de caixas econômicas nas estações dos correios. O modelo adotado aqui, o qual será discutida no final desse capítulo, foi por meio dos órgãos administrativos do governo, especificamente as Mesas de Rendas ou *Collectorias*. Esses órgãos administrativos governamentais já existiam na maior parte das cidades brasileiras.

³⁸⁵ Esse modelo de instituição de poupança foi criado em 1861 no Reino Unido e foi seguido por vários países europeus, americanos e mesmo asiáticos. Os ingleses fundaram esse sistema de captação de pequenos depósitos nas suas instalações dos correios. Era uma maneira de expandir a poupança inglesa para mais cidades, principalmente aquelas que não tinham nenhum *saving bank*. Nos Estados Unidos da América o sistema de poupança através dos correios (*postal savings system*) somente foi inaugurado em 25 de junho de 1910 por meio do *Postal Savings Depository Act*. SCHER, M. J. *Postal Savings and the Provision of Financial Services: Policy Issues and Asian Experiences in the Use of the Postal Infrastructure for Savings Mobilization*. **DESA Discussion Paper no. 22**. United Nations. 2001.

³⁸⁶ O assunto das caixas econômicas escolares ganha cada vez mais destaque na imprensa brasileira. Várias iniciativas foram feitas por conta dos próprios professores, muitas das quais eram criticadas e suscitou debates na sociedade quanto ao valor educacional financeiro. Essa discussão fica para outra oportunidade, mas cabe ressaltar a importância que isso ganhou até no parlamento, uma vez esse modelo de agência da caixa econômica se fez valer nos artigos 4º § 4º e 6º do decreto número 7.247 de 19 de abril de 1879. BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1879*, Página 196 Vol. 1 pt. II (Publicação Original)

A ideia para expandir as oportunidades de poupança nas caixas econômicas do governo era criar agências dessas instituições de depósitos que funcionariam aproveitando os funcionários e as localizações desses órgãos administrativos. Dessa forma, o governo imperial brasileiro não aumentava seus custos, uma vez que os seus funcionários receberiam uma porcentagem em cima dos depósitos captados em suas agências.

Esse modelo de agências foi implementado em 1874, junto com a criação das caixas econômicas em cada capital de província no Brasil. No entanto, as agências se limitaram à província do Rio de Janeiro sob a tutela da Caixa Econômica da Corte, uma vez que era a instituição de poupança mais antiga do governo e responsável por administrar esse experimento inicial das agências da caixa econômica.

Voltando às comparações com as caixas econômicas europeias, o *Jornal do Commercio* publicou no ano de 1880 uma série de estudos sobre as caixas econômicas. Em um dos artigos, publicados nesse jornal, foi levantado um estudo comparativo de algumas caixas econômicas na Europa, o qual pode ser visto na **Tabela 5.1**.

Tabela 5.1 Estudo comparativo publicado no *Jornal do Commercio* sobre algumas caixas econômicas na Europa (1878 e 1879)

Paizes	Depositantes Existentes	Importância dos depósitos em Francos	Importância em reis ao câmbio de 400 reis	Número de caixas e agencias	Número de depositante em relação a população	Epoca da apreciação
Inglaterra	3.408.481	1.866.686.325	746.674:530\$000	6287	1 por 10	dezembro de 1878
França	3.173.721	1.026.450.518	410.583:807\$200	1767	1 por 12	dezembro de 1878
Belgica	167.718	108.214.282	43.285:742\$948	529		dezembro de 1879

Italia	1.111.474	646.000.000	258.400:000\$000	3609	1 por 25	dezembro de 1878
Austria	1.423.926	1.621.000.000	648.400:000\$000		1 por 15	dezembro de 1878
Hungria (Caixa de Perth)	56.103	137.682.614	55.073:045\$600	1	1 por 3	dezembro de 1879
Prussia	2.500.528	1.625.000.000	650.000:000\$000		1 por 11	dezembro de 1878
Saxonia	95.408	21.510.053	8.616:021\$200	1	1 por 3	dezembro de 1879
C. de Dresdo	20.491	12.878.553	5.151:422\$000	1		junho de 1879
Alsacia-Lorena (Schlestadt)	2.339	1.045.167	418:867\$180	1		março de 1879
Paizes Baixos (C. de Rotterdam)	35.366	12.902.227	5.160:890\$800	1		abril de 1879
Paizes Baixos (Gr. D. do Luxemburgo)	5.756	2.119.602	847:840\$824	1	1 por 36	dezembro de 1878
Hespanha (C. de Madrid)	31.123	34.092.630	13.637:052\$000	1	1 por 10	dezembro de 1879
Noruega (C. Christiania)	18.184	18.597.995	7.439:198\$000	1		dezembro de 1878
Suíssa (C. Genebra)	30.165	18.386.791	7.354:716\$524	1	1 por 4	dezembro de 1879
Suíssa (C. Basileia)	17.399	8.677.932	3.471:173\$100	1	1 por 4	dezembro de 1879
Suíssa (C. Neuthalel)	23.275	17.236.877	6.894:750\$876	1	1 por 4	dezembro de 1879
Suíssa (C. Vaud)	25.328	14.315.949	5.726:379\$940	1	1 por 4	dezembro de 1879

Fonte: Jornal do Commercio, Edição 118, Ano de 1880. Manteve-se a escrita da época.

A título de comparação, em 1878-1879, as caixas econômicas provinciais ainda estavam se estabelecendo. Infelizmente as caixas econômicas provinciais não divulgavam o número de cadernetas, apenas os valores depositados, então é possível fazer uma comparação da proporção de cadernetas por habitante no Brasil. No entanto, temos os números para a Caixa Econômica da Corte, a qual possuía cerca de 10.075 contos de réis e quase 39.500 depositantes, ou seja, aproximadamente 1 caderneta a cada 9,3 habitantes da capital do império brasileiro. Portanto, a média de cadernetas por habitantes na Corte se aproximava da média inglesa exposta na **Tabela 5.1**. É claro que provavelmente nos centros urbanos e industriais ingleses, essa proporção entre cadernetas por habitante deveria ser menor. Contudo, considerando a realidade brasileira, uma sociedade escravista, com predominância de trabalhos não-assalariados e com uma indústria ainda incipiente, é considerável a penetração do hábito da poupança.

A **Tabela 5.1** é um estudo realizado à época e, portanto, deve ser visto com muito cuidado. De outra forma, pode-se comparar com estudos mais recentes que analisaram minuciosamente o desenvolvimento de algumas caixas europeias, como por exemplo o trabalho de Martínez-Soto. Nesse trabalho, Martínez-Soto discorre sobre o desenvolvimento das *cajas de ahorros e montes de piedad* espanholas no século XIX. A título de comparação, a *caja de ahorros* de Madrid possuía 13.247.460 pesetas depositadas com um total de 15.136 depositantes.³⁸⁷ Esse valor depositado pode ser convertido para 530.960,32 libras esterlinas, o que equivalia a 5.203:411\$136 réis para o ano de 1875.³⁸⁸

Desse modo, a *caja de ahorros* de Madrid detinha cerca de 5.203 contos de réis, enquanto a Caixa Econômica da Corte, sediada no Rio de Janeiro, possuía aproximadamente 9.216 contos de réis, cerca de 4 mil contos de réis a mais que a da capital espanhola. Por sua vez todas as *cajas de ahorro* espanholas, criadas pela Ordem Real de 17 de julho de 1839, possuíam aproximadamente 8.762 contos de réis em 1875, isto é, ainda assim a Caixa Econômica da Corte superava, em valores depositados, todas as 17 *cajas de ahorros* espanholas.³⁸⁹

No que se refere ao número de depositantes, a Caixa Econômica da Corte possuía 28.035 cadernetas de poupança, enquanto a *caja de ahorros* madrilenha tinha 15.136, isto é, cerca de 10.000 poupadores a menos. Se se considerarmos todas as *cajas de ahorros* espanholas, temos 38.826 poupadores. Como já dissemos, não havia dados da quantidade de cadernetas para as caixas econômicas provinciais brasileiras. Então não é possível compará-las com as espanholas, mas vale ressaltar que as caixas econômicas provinciais, criadas em 1874 e com suas atividades iniciadas em 1875³⁹⁰, já acumulavam em apenas um ano de atividade cerca de 811 contos de réis, o era equivalente a cerca de 82.755 libras esterlinas ou aproximadamente 2 milhões de pesetas.

No Reino Unido, por sua vez, havia 470 caixas econômicas em 1875, os quais tinham cerca de 1.459.192 depositantes, os quais acumulavam (incluindo juros) 43.486.118 libras esterlinas, o equivalente a cerca de 426.163 contos de réis.³⁹¹ Se fizermos a média de capital depositado por instituição, temos para o ano de 1875 a média de cerca de 906 contos por caixas econômicas no Reino Unido.

³⁸⁷ MARTINEZ-SOTO, Angel. P. **Op.cit.**, p. 17.

³⁸⁸ Câmbio peseta / libra-esterlina baseado em LÓPEZ, C. B. CARRERAS, A. TAFUNELL, X. **Estadísticas históricas de España: siglos XIX-XX. Vol.1.** Fundacion BBVA, 2005. P. 704, Cuadro 9.19.

³⁸⁹ Idem.

³⁹⁰ A análise do desenvolvimento das caixas econômicas provinciais brasileiras é feita no próximo subcapítulo.

³⁹¹ HORNE, H. Oliver. **A History of Savings Banks** Oxford & IBH Publishing Co. 1947.p. 388.

No final do século XIX houve uma queda no número de depositantes e muitas caixas econômicas fecharam. Essa queda estava relacionada a quebra de confiança devido a uma fraude descoberta em uma caixa econômica em Cardiff. A desconfiança gerada pela fraude descoberta ameaçou alcançar todas as demais caixas, as quais agiram rapidamente e ordenaram uma associação de caixas econômicas. O objetivo da associação era, principalmente, conter a onda de saques e, ao mesmo tempo, assegurar um sistema de responsabilidade e fiscalização das caixas econômicas.³⁹² O escândalo de Cardiff repercutiu publicamente e alcançou as principais praças comerciais inglesas. Em 1889, o número de caixas econômicas caiu para 346, nos quais registrava o total de 1.551.594 depositantes e acumulavam o total de 50.326.632, o equivalente a cerca de 623.043 contos de réis.³⁹³

Existia o modelo de instituição de depósitos *Post-Office Savings Banks*³⁹⁴, isto é, caixas econômicas que funcionavam nas agências dos correios ingleses³⁹⁵. Em 1875, os *post-office savings banks* possuíam um total de 1.777.103 contas ativas, as quais detinham aproximadamente 25.187.345 libras esterlinas ou cerca de 246.835 contos de réis. No final do ano de 1889, esse número de contas aumentara para 4.507.809, coligindo nelas um total de 62.999.620 libras esterlinas ou cerca de 779.935 contos de réis.³⁹⁶

A realidade do Reino Unido era totalmente diferente da brasileira. A Grã-Bretanha era um país altamente monetizado e um grande mercado nacional. O país anglo-saxão já tinha consolidado décadas de proletarização de seus trabalhadores, as formações econômicas inglesas eram, de modo geral, plenamente capitalistas e a indústria já havia se transformado no setor mais dinâmico no país. A quantidade de depositantes tanto em *trustee savings banks* quanto em *post-office savings banks*, se não permite definir uma maior capacidade de renda, ao menos nos indica uma penetração do hábito da poupança e previdência entre muitos trabalhadores em grande parte da Grã-Bretanha.

Os Estados Unidos, por sua vez, desenvolveram as instituições de depósitos ainda no começo do século XIX. Em 1816, a cidade de Boston inaugura a *Provident Institution of Savings*, o primeiro *savings bank* que se tem registro no país e logo depois, no mesmo ano, é fundada a *Philadelphia Saving Fund Society*.³⁹⁷ A profusão de *mutual savings banks*, a partir da costa leste norte-americana, se deu de maneira rápida e seguiu o *boom* econômico norte-

³⁹² Ibidem, p. 238.

³⁹³ Idem.

³⁹⁴ Tradução Livre: Caixas Econômicas Postais ou dos Correios.

³⁹⁵ Sobre os diferentes modelos de *caixas econômicas*, veja a Introdução dessa tese.

³⁹⁶ HORNE, H. Oliver. *Op.cit.* p. 392.

³⁹⁷ SHERMAN, F. J. **Modern of Mutual Savings Banks: A narrative of their growth and development from the inception to the Present Day.** First Edition, printed by J. J. Little and Ives Company, New York. 1934. p. 30.

americano, principalmente após a década de 1860. Sequer a Guerra Civil Norte-Americana foi capaz de frear o desenvolvimento da poupança norte-americana. Em 1860 havia cerca de 694.000 depositantes. Ao final da guerra, em 1865, o número de depositantes alcançava 981.000. Esse número só aumentou ao longo do século XIX. Em 1875, o número de depositantes nos *savings banks* norte-americanos era de 2.360.000, os quais eram responsáveis por aproximadamente 924 milhões de dólares depositados ou cerca de 1,8 milhões de contos de réis. No final do período de nossa análise, no ano de 1889, os Estados Unidos possuíam uma poupança significativa de 1,425 bilhão de dólares acumulados, cerca de 3,6 milhões de contos de réis, por 4.022.000 de depositantes.³⁹⁸

As comparações, de modo geral, eram feitas exclusivamente com as caixas econômicas europeias e norte-americanos. Por mais que hoje saibamos do desenvolvimento de outras caixas econômicas em Cuba, Porto Rico, Colômbia, entre outros países americanos, não havia comparação com as caixas econômicas de realidades mais próximas à brasileira.

Martinez-Soto realizou uma pesquisa sobre a primeira *caja de ahorros* cubana e porto-riquenha, criadas, respectivamente em 1840 e em 1859. A *caja de ahorro* em Havana foi fundada pela Sociedade Patriótica, apenas dois anos após a criação da primeira *caja de ahorro* de Madrid. Essa *caja de ahorros* foi nomeada de *Caja de Ahorros, Descuentos y Dépositos de la Habana* e funcionou até o ano de 1884. Enquanto a *caja de ahorro* em São João Batista foi idealizada ainda no final da década de 1850, no entanto só se tornou realidade em 1865. Embora sua licença perdurasse apenas até 1875, a instituição continuou com suas atividades de forma ilegal até o final da década. A *caja de ahorros* porto-riquenha perdurou até o ano de 1879, quando foi fechada devido à má gestão e, principalmente, a atividades ilegais envolvendo empréstimos de quase todo o seu capital ao negociante Leonardo Igaravidez, o qual entrou em bancarrota no mesmo ano.³⁹⁹

A *caja de ahorros* de Havana possuía cerca de 22.412 mil pesetas em 1875, enquanto a de São João Batista tinha 467 mil pesetas no mesmo ano. Na conversão para a moeda brasileira para o ano de 1875, a instituição de depósitos em Havana tinha cerca de 8.803 contos de réis, enquanto a de São João Batista aproximadamente 183 contos de réis.

Mais interessante de que notar que a Caixa Econômica da Corte acumulava mais capitais em depósitos do que as caixas de Havana e São João Batista, ou mesmo a de Madrid, é perceber que compartilhavam perfis de depositantes. Lavradores, trabalhadores manuais, artesãos e comerciantes compunham a maioria dos depositantes tanto da Caixa Econômica da Corte

³⁹⁸ Ibidem, p. 86.

³⁹⁹ MARTINEZ-SOTO, Angel P. **The First Savings banks...** P. 89.

quanto a da *caja de ahorros* de Havana. No entanto, no que se refere aos valores depositados, há uma predominância esmagadora dos depósitos realizados pelos comerciantes, profissionais liberais, industriais (no caso de Havana) e homens do Estado (no caso do Rio de Janeiro). Dessa forma, há semelhanças ao atender grande parcela da população mais pobre, inclusive escravos em ambas instituições, bem como na parcela da população mais abastada que é responsável por viabilizar tais caixas econômicas.⁴⁰⁰

O objetivo inicial era estabelecer um parâmetro comparativo com os dados escassos sobre as caixas econômicas (*cajas de ahorros*) da América Latina. No entanto, existe poucos trabalhos que analisam o desenvolvimento histórico desse modelo de instituição na América Latina. Os poucos que existem, como no caso das *cajas de ahorros* de Nova Granada (atual Colômbia), tratam de períodos diferentes, o que fica difícil traçar alguma comparação.⁴⁰¹

É necessário que mais pesquisas sobre instituições de depósitos e caixas econômicas sejam realizadas na América Latina, bem como trabalhos comparativos para compreender as semelhanças e singularidades do desenvolvimento de diferentes modelos adotados e adaptados no século XIX do Novo Mundo. A seguir, será analisado o desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte na perspectiva da economia nacional brasileira ao longo da segunda metade do século XIX.

5.2 Da Corte ao país: A Caixa Econômica da Corte em perspectiva nacional

A Caixa Econômica da Corte começou com uma instituição minúscula, funcionando nos fundos da Câmara dos Deputados e com poucos funcionários, mas com propósitos desafiadores: em primeiro lugar, disciplinar economicamente toda uma população urbana crescente na cidade do Rio de Janeiro e, em segundo, mas não menos importante, reduzir a quantidade de papel-moeda em circulação.

⁴⁰⁰ A discussão sobre o perfil socioeconômico dos depositantes da Caixa Econômica da Corte é feita no Capítulo 6 dessa tese. As informações quanto ao perfil profissional dos depositantes da *caja de ahorros* de Havana pode ser vista em: MARTINEZ-SOTO, Angel P. The First Savings Banks in Latin America: Cuba and Puerto Rico (1840-1898) **World Savings Banks Institute. European Savings Banks Group**. Mar. 2011. P. 97. Tabela 2. Disponível em: www.savings-bank.com.

⁴⁰¹ Sobre a Caja de Ahorros de Bogotá ver: LÓPEZ-URIBE, María del Pilar. GÜIZA, Diana Marcela Gómez. "La Caja de Ahorros: una aproximación a los patrones de ahorro en Bogotá, 1846-1865," **Documentos CEDE 008734**, Universidad de los Andes - CEDE. 2011. Sobre a caixa de ahorros em Cartagena, Nova Granada, ver: FLOREZ BOLIVAR, Roicer; SOLANO D., Sergio Paolo. Los años de las dificultades: la Caja de Ahorros de la Provincia de Cartagena, Nueva Granada, 1843-1853. **Am. Lat. Hist. Econ**, México, v. 21, n. 2, p. 116-144, agosto 2014

Ambos os propósitos necessitavam que a instituição fosse um sucesso e alcançasse patamares de desenvolvimento bem elevados. No entanto, os primeiros anos da instituição, como discutido e apresentado anteriormente, foram desanimadores. Como pode ser visto no **Gráfico 5.1**, a Caixa Econômica da Corte demorou dois anos inteiros para alcançar o total de 1.000 cadernetas de poupanças ativas. O que fazia aparentar que a instituição de depósitos do governo não alcançaria seus propósitos.

A primeira década da longa vida da Caixa Econômica da Corte preparou uma reviravolta. A crise bancária conhecida como “Crise do Souto” abalou as estruturas bancárias da praça comercial da cidade do Rio de Janeiro. As casas bancárias, além importantes intermediadores de crédito, eram verdadeiras concorrentes da instituição de depósitos do governo, uma vez que concentravam grandes quantidades de capitais de pequenos e médios poupadores – público-alvo da Caixa Econômica da Corte.

Como vimos no primeiro capítulo, do total de 19.429 clientes⁴⁰² que tinham dinheiro depositados, 16.132 representavam os clientes com valores considerados de “pequeno a médio” porte, isto é, cerca de 83% dos clientes das casas bancárias representavam o público-alvo da Caixa Econômica da Corte. Quando, em 1864, houve a bancarrota dessas casas bancárias, apresentava-se para a instituição de depósitos do governo uma oportunidade para se desenvolver.

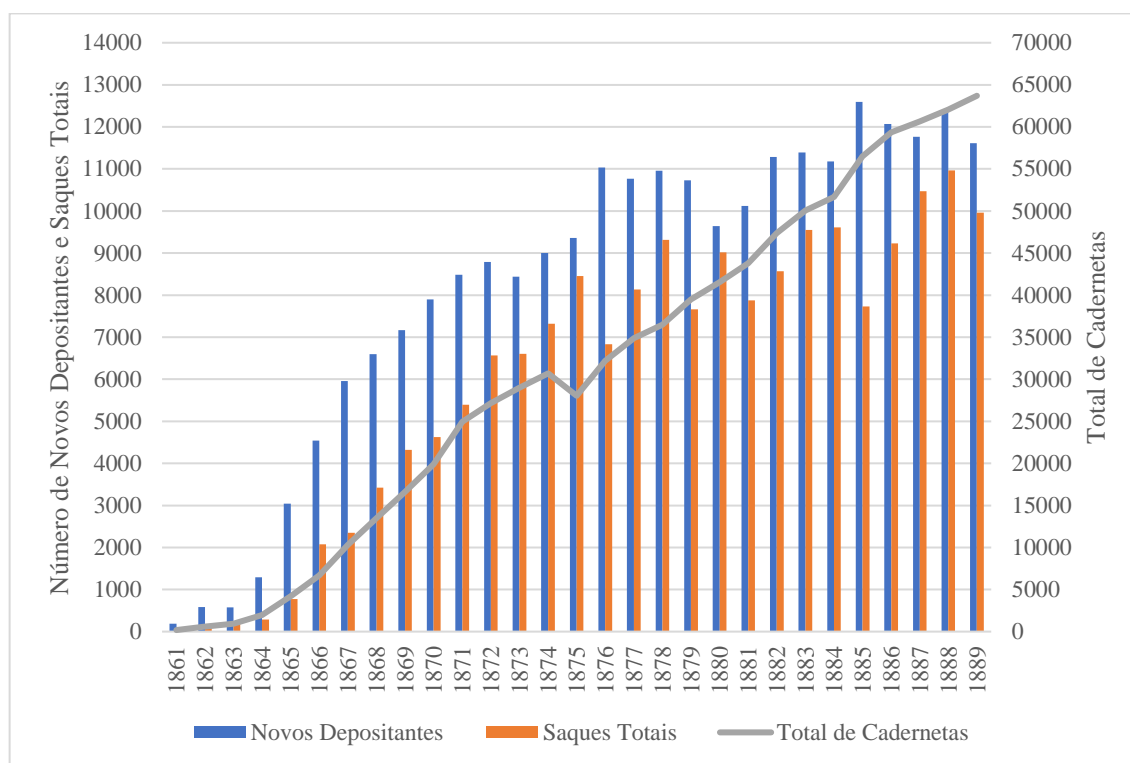
Dessa forma a Caixa Econômica da Corte saltou de 950 poupadores no final de 1863 para 1.995 no final do ano seguinte. O crescimento foi significativo e aconteceu principalmente a partir de setembro de 1864, quando estourou a crise. A partir daí, a Caixa demonstrou taxas significativas de crescimento, concentrando grande parte dos capitais conforme as casas bancárias, em processo de liquidação, pagavam seus clientes.

O **Gráfico 5.1** demonstra o rápido crescimento a partir de 1864 no número total de cadernetas de poupança ativas na Caixa Econômica. Ao final da década, em 1869, a quantidade de cadernetas subiu a 16.631. Esse rápido desenvolvimento se deu ao longo da Guerra do Paraguai (1864-1870), período no qual o país aumentou significativamente o meio-circulante no país⁴⁰³. A guerra estava bem distante da capital, havia cada vez mais dinheiro em circulação, o exército expandido o recrutamento e pagando soldos, ao mesmo tempo que cada vez mais café era exportado. O cenário, se não foi propício, pouco dificultou a concentração de capitais pela instituição do governo, a qual gozava da premissa de boa pagadora e remuneradora.

⁴⁰² Vale ressaltar que o número de clientes era maior, no entanto, esse total representa os clientes que tiveram seus valores e nomes publicados, enquanto uma parte menor tinha seus dados codificados.

⁴⁰³ Assunto que será tratado a seguir.

Gráfico 5.1 – Evolução das cadernetas de poupança da Caixa Econômica da Corte (1861-1889)



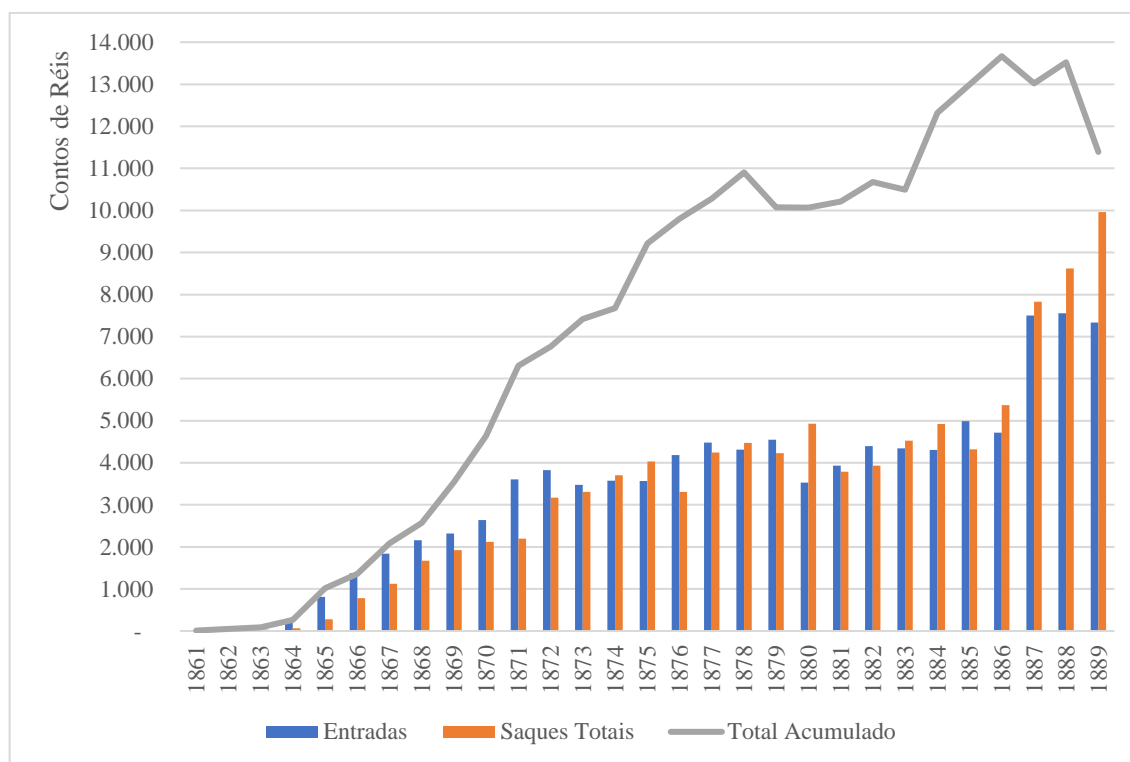
Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda, Vários Anos.

A década de 1870 inicia com o fim do conflito bélico na América do Sul. O país saiu vitorioso, apesar das contas públicas demonstrarem um custo alto para a vitória. Por sua vez, a Caixa Econômica da Corte demonstrou um forte crescimento nos depósitos coligidos nas cadernetas da Caixa Econômica da Corte ao longo da década, seguindo o ritmo acentuado de desenvolvimento da segunda metade da década anterior. Conforme o **Gráfico 5.2** demonstra, no final do ano de 1870, havia um total aproximado de 4.636 contos de réis divididos em 19.906 cadernetas. Ao final da década, em 1879, o montante de dinheiro depositado havia aumentado para cerca de 10.075, enquanto as cadernetas mais que duplicaram, alcançando a soma de 39.488 poupadores.

O aumento da quantidade de poupadores da Caixa Econômica da Corte foi bastante significativo na década de 1870. A cidade do Rio de Janeiro crescia em número populacional e se expandia espacialmente de maneira vertiginosa na segunda metade do século XIX. Seu crescimento está atrelado ao desenvolvimento econômico do país e, principalmente, do carro-

chefe da economia brasileira – o café, o qual era exportado majoritariamente pelo porto do Rio de Janeiro na maior parte do século XIX.⁴⁰⁴

Gráfico 5.2 – Balanço anual de entradas, saques totais e total acumulado da Caixa Econômica da Corte, 1861-1889 (em contos de réis)



Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda, Vários Anos.

Por fim, percebe-se ao longo do desenvolvimento dos valores dos depósitos da década de 1880 um declínio no seu ritmo. Nos anos iniciais, 1880-1882, os valores dos depósitos aumentaram de cerca de 10.066 contos de réis para cerca de 11.907 contos de réis. Como dito no capítulo anterior, o Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica creditava esse aumento à retomada de confiança da instituição pelos cariocas em decorrência da superação de dois eventos particulares: a quebra de uma caixa econômica particular e do caso criminoso de desvio de dinheiro feito pelo próprio thesoureiro da Caixa Econômica da Corte.

Os dois anos seguintes, 1883-1884, demonstraram déficit no balanço dos valores de entrada e saques totais, no entanto, o total de capitais da Caixa Econômica da Corte continuou

⁴⁰⁴ O porto de Santos ganha maior destaque conforme acontecia a expansão das áreas produtivas de café em São Paulo, bem como a construção cada vez maior de linhas ferroviárias que atendiam a esse circuito produtivo. SILVA, Marcelo Werner da. **A formação de territórios ferroviários no Oeste Paulista, 1868-1892**. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

a crescer em decorrência dos capitais oriundos do rendimento dos depósitos do Tesouro Nacional, bem como os percentuais da lotérica destinado por lei para as caixas econômicas.

O Conselho Inspector e Fiscal alegou o crescimento de 1884-1886 às esperanças de reforma dos estatutos da Caixa Econômica da Corte, a qual foi votada e discutida no Parlamento apenas no ano de 1887. A reforma não logrou atender os anseios dos profissionais liberais, em especial, aqueles que queriam que as caixas econômicas brasileiras diversificassem suas economias, principalmente funcionalizando o crédito. Isso se refletiu, segundo o Conselho, nos saques do ano de 1887.

Nos últimos dois anos, 1888 e 1889, a Caixa Econômica da Corte vivera com as críticas de uma reforma conservadora nos estatutos e, principalmente, com o crescimento dos opositores políticos ao regime monárquico brasileiro. Vale ressaltar, conforme visto ao longo dos capítulos anteriores, o Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica da Corte sempre fora um anto de profissionais ligados ao grupo político do Partido Conservador, o que fazia uma organicidade com a Coroa. Não foi por acaso que, no evento decisivo que abalou a confiança política da monarquia brasileira – Abolição da Escravidão em 1888 – a Caixa Econômica da Corte teve um número de saques aumentado, o que freou a retomada de seu desenvolvimento.

No último ano da década não há dúvidas da perseverança da relação de confiança enfraquecida entre a monarquia brasileira e sua instituição de depósitos. A Caixa Econômica da Corte viveu seu pior ano justamente no ano da queda de D. Pedro II. Se a instituição, com dificuldades de retomar o crescimento, tinha, no final do ano de 1888, cerca de 13.520 contos de réis capitalizados, esse valor foi reduzido para aproximadamente 11.394 contos de réis, o que representou uma redução de cerca de 16% do seu capital total. A Caixa Econômica da Corte retornava seu cofre a valores de 6 anos atrás.

Essa história discorrida anteriormente foi a análise feita a partir dos relatórios do Conselho Inspector e Fiscal e relatados anualmente ao Ministério da Fazenda. Os conselheiros tinham uma visão crítica e fundamentada nos dados que lhes eram apresentados na época. A partir de agora, confrontaremos essa história econômica institucional com os indicadores econômicos. Dessa forma, pretendemos contribuir no entendimento dos períodos de desenvolvimento da instituição.

No **Tabela 5.2** está representado o esforço analítico de Goldsmith para construir uma série de características cíclicas da economia brasileira nos oitocentos. O autor utiliza um conjunto diferentes de fontes para determinar a variação nos preços do PIB, do índice de preços e dos meios de pagamento (M-1). A partir da análise dessas variáveis econômicas, o autor determina a característica cíclica principal para os anos. Nosso objetivo, a seguir, é comparar

essas características cíclicas com o desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte ao longo dos anos.

Ao atentarmos para o período de inauguração da Caixa Econômica da Corte até 1889, vemos que a instituição passou por quatro períodos de perturbações causadas por eventos históricos: 1864-1870, iniciada com a Crise do Souto e estouro da Guerra do Paraguai, perdurada até 1870⁴⁰⁵; 1875-1880 o nordeste brasileiro enfrentou um período de seca⁴⁰⁶, ao mesmo tempo que o mundo estava passando por uma grande recessão econômica, a qual será estendida até a década seguinte⁴⁰⁷; e 1888-1894, quando o Brasil aboliu a escravidão e lançou as bases para os bancos particulares emitirem moeda, aumentando a oferta monetária em mais de 100% nesse período⁴⁰⁸.

⁴⁰⁵ Discutida nos capítulos anteriores.

⁴⁰⁶ CAMPOS, J. Nilson B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados** 28 (82), 2014. P. 65-88. SOUSA, J.W.D.F. **Política e seca no Ceará: um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905)**. 2009. 235p. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. SILVA, Flávio J. R. da. Ainda sobre as secas: discursos e imagens. **Raízes**, v. 37, n.1, jan-jun. 2017. P. 118-127. GONCALVES, Paulo Cesar. O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 515-539, Junho. 2018

⁴⁰⁷ Sobre a crise mundial de 1883, ver KINDLEBERGER, CHARLES P. **Manias, pânico e crises**. Saraiva Educação SA, 2017.

⁴⁰⁸ Sobre o Encilhamento, ver JÚNIOR, Cid de Oliva Botelho. A crise cambial do encilhamento: algumas observações sobre a interpretação de Celso Furtado. **Economia e Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 275-294, 2003.

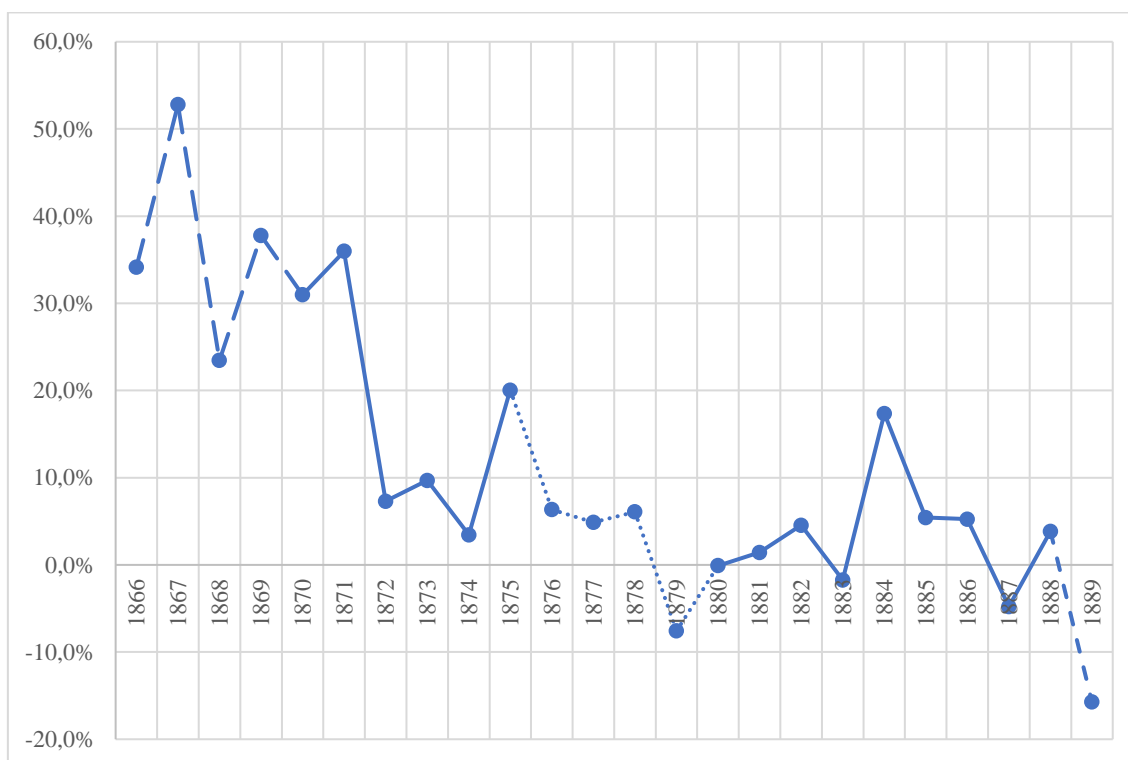
Tabela 5.2 – Características Cíclicas, 1851-1889

Ano	Característica	PIB real	Preços	Meios de Pagamento (M-1)	Balança Comercial
					percentual do PIB
1851	Prosperidade; crise	+8,5	+2,3	-7,4	-2,2
1852	Recuperação	-1,1	+3,9	+7,1	-6,3
1853	Crise; prosperidade	-4,9	+8,1	+5,8	-3,2
1854	Prosperidade	-1,7	+7,5	+23,7	-2,0
1855	Prosperidade; crise; recuperação	2,4	+6,2	+14,1	+1,1
1856	Prosperidade	+5,4	+4,9	+14,7	+0,3
1857	Prosperidade	+8,3	+4,5	+15,4	-1,8
1858	Crise; depressão	+8,3	-4,7	+1,5	-5,3
1859	Depressão; recuperação	+0,6	+2,3	+0,2	-3,1
1860	Prosperidade	+4,5	+1,9	-6,4	0,0
1861	Prosperidade	+0,6	-0,9	-9,5	-0,1
1862	Prosperidade	-3,5	+2,0	+7,6	+1,5
1863	Prosperidade	+3,9	+0,3	+6,0	+3,3
1864	Prosperidade; crise	+2,8	+6,0	+18,3	+0,7
1865	Depressão	+9,4	+6,5	+15,7	+1,0
1866	Depressão	+5,0	+3,3	+6,2	+2,0
1867	Depressão	+10,1	+5,6	+10	+1,2
1868	Depressão	+1,4	+10,6	+21,8	+3,7
1869	Depressão	+1,4	+1,0	+12	+7,7
1870	Recuperação	-5,7	-1,0	+0,7	+2,6
1871	Prosperidade	+1,7	-4,1	+4,0	+0,5
1872	Prosperidade	+5,1	+1,5	-1,0	+3,3
1873	Prosperidade	-1,2	+4,0	-0,5	+4,5
1874	Depressão	+3,3	-0,5	-1,5	+2,2
1875	Depressão	+3,6	-1,4	-6,5	-3,1
1876	Depressão	-2,0	+4,3	+3,8	-0,9
1877	Depressão	-0,9	+3,3	+3,3	-2,8
1878	Depressão	+6,8	-1,4	+12,1	-1,6
1879	Recuperação	+2,6	+2,6	+6,0	-2,7
1880	Prosperidade	-2,7	+1,6	-1,4	+3,3
1881	Crise	+2,7	-2,2	-0,6	+3,3
1882	Depressão	+4,2	-1,4	-1,8	-1,8
1883	Depressão	-0,8	-0,7	-3,4	-0,4
1884	Depressão	+8,9	-2,9	+4,7	-0,9
1885	Depressão	-5,5	+6,1	+2,0	-3,0
1886	Depressão	+2,2	-2,9	-6,2	-0,2
1887	Recuperação	-1,6	+5,0	+0,5	+3,4
1888	Prosperidade	-2,0	-1,1	+2,4	-1,2
1889	Prosperidade	+2,8	+7,2	+6,8	+2,3

Fonte: GOLDSMITH, Raymond W. BRASIL 1850-1984: Desenvolvimento Financeiro sob um Século de Inflação. Ed. Harper & Row do Brasil Ltda. 1986. p. 27.

O **Gráfico 5.3** representa os percentuais de desenvolvimento anuais da Caixa Econômica da Corte. Nesse gráfico destacamos os períodos de perturbações econômicas citados no parágrafo anterior. Podemos reparar que a Caixa Econômica da Corte manteve um crescimento elevado ao longo da Guerra do Paraguai, na média aproximada de 37% ao ano. Isso sem considerar os anos de 1864 e 1865, pois as taxas de crescimento dos valores de depósitos foram discrepantes, respectivamente, de 205,9% e 279,9%. Essa taxa de crescimento alta se manteve até o início da década de 1870. Os anos de 1870-1871 mantiveram a média de 33,5% de aumento dos capitais depositados. Se compararmos com a característica cíclica exposta na **Tabela 5.2**, a Caixa Econômica da Corte cresceu em um ritmo acelerado em um período marcado por depressão econômica, fruto dos gastos do envolvimento do país na Guerra do Paraguai. Nesses termos de comparação, a explicação do Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica da Corte nos parece verificada. Houve uma transferência de capitais outrora depositados nas casas bancárias falidas em 1864 para a instituição de depósitos do governo imperial, apesar do cenário impróprio para tal ritmo de investimento.

Gráfico 5.3 – Percentual de desenvolvimento anual dos valores totais de depósitos da Caixa Econômica da Corte, 1866-1889



Fonte: Cálculos próprios. Relatórios do Ministério da Fazenda, Vários Anos.

Se a característica cíclica do país para o período de 1864-1870 é de crise seguida de anos de depressão devido ao envolvimento do país na Guerra do Paraguai, como os depósitos da Caixa Econômica da Corte aumentaram significativamente tanto em cadernetas quanto em valores? Os contemporâneos do Conselho Inspector e Fiscal haviam percebido corretamente. Se país entrava em um momento de recessão econômica, o aumento significativo de papel-moeda em circulação nos permite fazer ilações sobre esse crescimento. Na **Tabela 5.2** está exposta coluna sobre “Meios de Pagamentos (M-1), a qual representa a evolução da quantidade de papel-moeda em circulação em todo o território brasileiro. O período do conflito bélico com o Paraguai, 1864-1870, demonstra um crescimento agregado de 84% nos meios de pagamentos. O governo brasileiro se endividava, dentre outras maneiras, a partir da emissão de moeda. Havia uma enxurrada de dinheiro e crédito em circulação⁴⁰⁹. Isso significava mais dinheiro nas mãos das pessoas e maior possibilidade para investimentos, em especial, investimentos conservadores como a poupança, uma vez que o clima de guerra não propiciava correr altos riscos.

O desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte foi mais aproximado ao desenvolvimento do PIB na década seguinte. Passado a maciça transferência dos depósitos outrora investidos nas casas bancárias, bem como o aumento progressivo de papel-moeda em circulação, os valores dos depósitos da Caixa Econômica da Corte demonstram ritmo menores de crescimento. A década de 1870 teve uma média aproximada de 11,7% de crescimento nos valores dos depósitos acumulados, a qual acompanha o desenvolvimento do PIB, como pode ser visto no **Gráfico 5.3**. Essas baixas taxas de crescimento nos permitem supor uma influência não somente da seca no Nordeste ou mesmo da recessão mundial, bem como da política de contenção monetária adotada para a década para remediar os esforços apreendidos na guerra. Os últimos anos da década denotam a retração do ritmo de depósitos da Caixa Econômica da Corte em decorrência da recessão mundial.

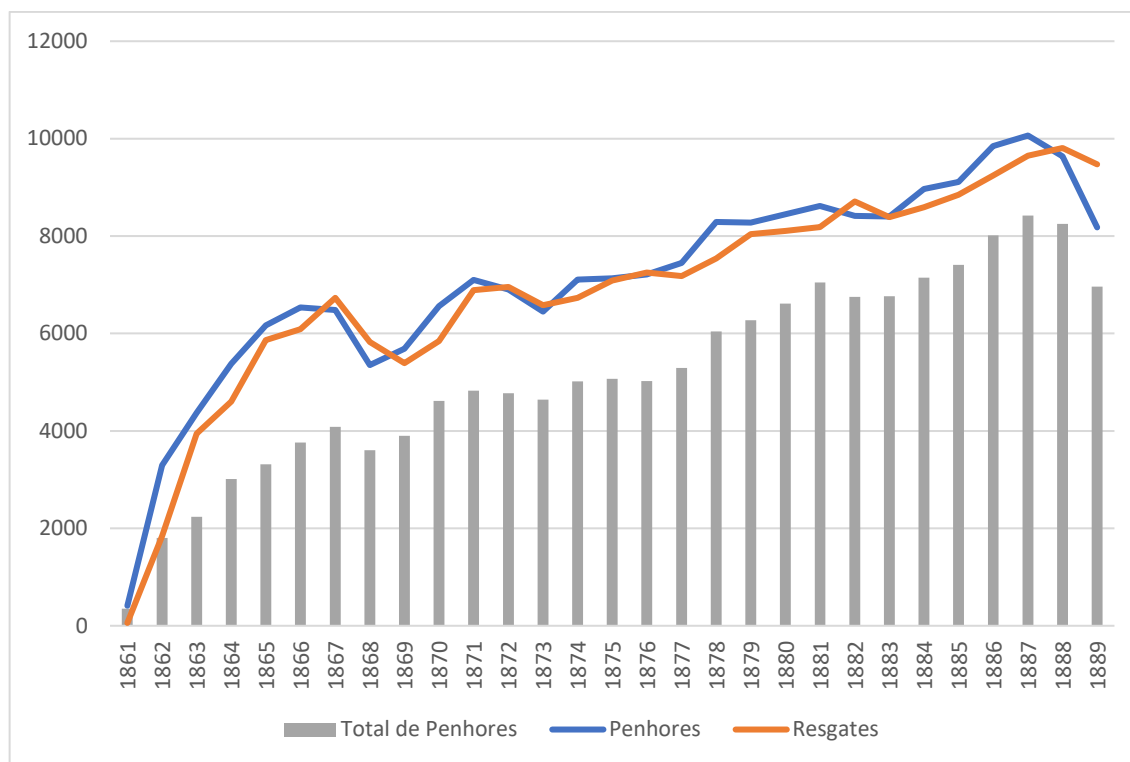
Nos anos finais da década percebe-se, a partir da coluna de Meios de Pagamento na **Tabela 5.2**, um aumento na quantidade de papel-moeda em circulação. Era natural que depois de quase uma década inteira de contração na emissão de moeda, houvesse uma retomada acentuada. O crescimento do PIB foi recuperado na década de 1880, movido principalmente uma tendência de crescimento nos setores das exportações e importações. No entanto, os meios de pagamento, que haviam crescidos no último ano da década anterior, se mantiveram variável na década de 1880.

⁴⁰⁹ Com pouca alteração na taxa cambial, como pode ser vista no ANEXO 1.

A última década se iniciava com característica de crise econômica seguida por vários anos com dados de uma depressão. Apenas a partir de 1887 o país demonstrou ritmos de recuperação econômica seguidos pelos anos finais da década em prosperidade. No entanto, a década de 1880 revelava uma verdadeira crise no desenvolvimento dos capitais coligidos nos cofres da instituição de poupança da Corte. A média percentual de crescimento ao longo da década foi de aproximadamente 1,6% e o total de crescimento agregado de apenas 15,6%. Os depósitos alcançaram a soma máxima total aproximada de 13.666 contos de réis em 1886, no entanto, fecharam a década com cerca de 11.394 contos de réis.

Os motivos do baixo desenvolvimento dos valores dos depósitos da Caixa Econômica da Corte não são claros. Até 1886, como pode ser visto na **Tabela 5.2**, os dados econômicos revelavam uma característica cíclica de depressão econômica, no entanto, há uma certa recuperação nos anos finais, a qual não foi acompanhada pelos depósitos na Caixa Econômica da Corte. O Conselho Inspector e Fiscal não apontava qualquer sinal de crise, o que fortalece a argumentação da desconfiança que pairava sob o sistema político brasileiro. O enfraquecimento político da monarquia brasileira, principalmente com a Abolição da Escravidão, gerou um clima de desconfiança nos investimentos públicos. Assim, a Caixa Econômica da Corte iniciava seu período republicano enquanto Caixa Econômica da Capital Federal tendo que retomar a confiança de seus poupadores.

Gráfico 5.4 – Evolução da quantidade de novos penhores, resgates e total de penhores do Monte de Socorro da Corte, 1861-1889

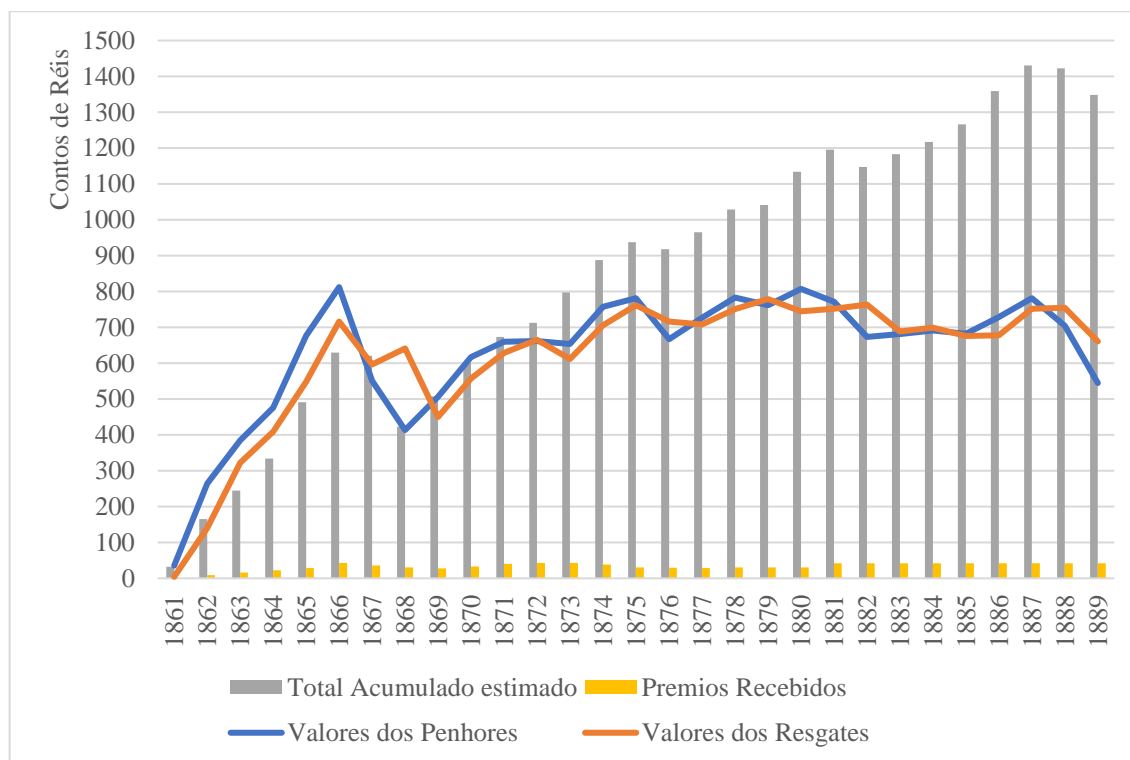


Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda, Vários Anos.

No que se refere ao Monte de Socorro da Corte, instituição ligada diretamente à Caixa Econômica da Corte, o desenvolvimento financeiro da instituição foi bastante divergente da Caixa Econômica da Corte. Como pode ser visto no **Gráfico 5.4 e 5.5**, há uma tendência de crescimento nos primeiros anos da Guerra do Paraguai (1864-1866) e depois uma redução significativa de atividade dos penhores do Monte de Socorro nos últimos anos da década de 1860. É interessante notar que no ano de 1866 os resgates superaram os empréstimos tanto em quantidade quanto em valores. O ano de 1866 é marcado na **Tabela 5.2** como de depressão, no qual, apesar do crescimento do PIB real, há aumento sequencial no índice de preços e dos meios de pagamento. Nesse ano as tropas brasileiras iniciavam a invasão ao Paraguai e o país recrudesce os alistamentos e investimentos na guerra.

Os juros dos empréstimos realizados pelo Monte de Socorro da Corte eram utilizados para pagar os funcionários que as duas instituições compartilhavam. Em reciprocidade, se o Monte de Socorro da Corte necessitasse de capital para realizar seus empréstimos, poderia tomar os valores depositados no dia na Caixa Econômica da Corte. Era assim o funcionamento do binômio Monte de Socorro / Caixa Econômica em todo o Brasil, o qual foi encerrado apenas na reforma dos estatutos 1887. Portanto, era fundamental que o Monte de Socorro se desenvolvesse, pois os gastos com o corpo de funcionários e material de consumo da Caixa Econômica da Corte só aumentava com o passar dos anos.

Gráfico 5.5 – Balanço anual dos valores de penhores, valores dos resgates, prêmios recebidos e total acumulado do Monte de Socorro da Corte, 1861-1889 (em contos de réis)



Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda, vários anos.

Na década inicial de 1860, a instituição de penhores do governo realizou um total de 43.691 empréstimos, o que significava uma média de aproximadamente 4.854 penhoras por ano. Os valores dos empréstimos ao longo da década totalizaram cerca de 4.120 contos de réis com a média de cerca de 457 mil réis por ano. Por fim, os prêmios, isto é, os juros cobrados pelos empréstimos dos penhores, totalizaram a importância de aproximadamente 213 contos de réis para a década ou uma média de 23,7 contos de réis anuais.

A década de 1870 demonstrou uma retomada de empréstimos no Monte de Socorro da Corte. Houve no total 72.477 empréstimos para toda a década de 1870, tendo a média de aproximadamente 7.248 empréstimos anuais. A soma total emprestada foi de cerca de 6.883 contos de réis, com a média de 688 mil réis anuais emprestados. Além disso, os prêmios representaram aproximadamente 349 contos de réis, média de 35 contos de réis anuais. Os três primeiros anos da década são marcados, a partir dos dados da **Tabela 5.2**, como prósperos. A queda no valor e no número de empréstimos realizados nos anos de 1872 e 1873 está provavelmente ligado à expansão das caixas econômicas pelas capitais do império brasileiro.

Os depósitos da Caixa Econômica da Corte verificaram uma redução no número de novos depositantes nesse período.

Por último a década de 1880, demonstrou um crescimento tímido em relação à década anterior, com um total de 89.687 empréstimos realizados e a média de 8.968 empréstimos anuais. A soma dos valores envolvidos nos empréstimos foi na importância de aproximadamente 7.168 contos de réis para toda a década com a média de 717 mil réis mensais. Os prêmios não foram divulgados na década de 1880, mas tiveram um valor aproximado de cerca de 42 contos de réis anuais. Logo nos primeiros anos da década de 1880, o país denotava dados de crise e depressão econômica. O comportamento dos empréstimos sob penhores revelava uma tendência de redução nos primeiros anos e estagnação até 1885, quando ameaçou um crescimento, o qual foi interrompido pela desconfiança e desprestígio político que pairava o governo imperial pós abolição da escravidão.

O comportamento geral dos empréstimos sob penhores do Monte de Socorro da Corte não acompanhara o ritmo de desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte. Uma explicação encontrada está ligada diretamente ao tipo de serviço prestado – o empréstimo sob penhor. Como pode ser visto em uma comparação da **Tabela 5.2** com os **Gráficos 5.4 e 5.5**, os empréstimos realizados na instituição de penhores do governo imperial demonstraram redução nos períodos mais críticos da economia brasileira, o que significa que os tomadores de empréstimos não recorriam a essa instituição nesses momentos. Pelo contrário, quando a economia demonstrava sinais positivos, os tomadores de empréstimos assumiam os riscos e o pagamento dos juros. Infelizmente não será possível caracterizar o perfil dos tomadores de empréstimos sob penhor pela falta de informações fornecidas nos relatórios e a inexistência de fontes. No entanto, se considerarmos que os Montes de Socorro do governo imperial só permitiam penhoras de objetivos de ouro e prata, é possível supor que seus clientes não eram pessoas oriundas de classes mais pobres. Dessa forma, é possível compreender a tomada de empréstimos em períodos de uma economia mais acelerada para repor ou pagar os prejuízos de um período anterior de depressão econômica.

A Expansão das Caixas Econômicas Provinciais

O regulamento promulgado por meio do Decreto n.º 5594 de 18 de abril de 1874 reproduzia o estatuto da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte à nível nacional com alguns novos dispositivos, como: a incorporação da obrigatoriedade de permissão do *Juízo de Orphãos e Ausentes* no caso de saque de contas de escravos; a exclusão do condicionamento de seus maridos para operações das contas de clientes mulheres; bem como a reformulação do

modelo de escrituração e administração das contas (cadernetas ou penhores) e a constituição de um novo quadro técnico com a figura de um gerente para prestar contas ao Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica e Montes de Socorro, o qual por sua vez presta contas ao Ministério da Fazenda anualmente.⁴¹⁰

Além de decretar a criação de Caixas Econômicas e Montes de Socorro em cada capital de província do império brasileiro, esse decreto determinou a criação de agências da Caixa Econômica nos principais municípios da província do Rio de Janeiro. A província fluminense, tal como fora a Corte, se tornava um laboratório para a instituição de depósitos do governo⁴¹¹.

Nosso objetivo é tratar da expansão das caixas econômicas provinciais em comparação com o desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte. Pelo limite de nosso objetivo, não pretendemos avançar nos motivos econômicos que dificultaram ou propiciaram o desenvolvimento das caixas econômicas em cada província⁴¹². Nosso intuito, nesse momento, é compreender os ritmos de desenvolvimento.

As caixas econômicas provinciais já eram requisitadas pelas capitais das províncias imperiais. Era possível verificar a demanda ao reparar o desenvolvimento de instituição de depósitos particulares em algumas das principais cidades do império, como por exemplo: a Caixa Econômica de Ouro Preto, a Caixa de Economias de Salvador, a outra de Salvador, a Caixa Econômica de São Paulo, a Caixa Econômica de Campos, entre outras.

Por mais que algumas dessas instituições investissem em compras de ativos públicos, a centralização dos depósitos exercida pelo governo imperial na Corte com a criação da Caixa Econômica da Corte demonstrava um desenvolvimento significativo, portanto, a expansão se tornava interessante para, principalmente, remediar as contas públicas.

Para instaurar as caixas econômicas e os montes de socorro nas capitais de cada província, o governo imperial determinou o requisito de capital de 25 contos iniciais. Esse valor seria coletado por meio de 1% dos capitais advindos das loterias e dos primeiros depositantes das caixas econômicas provinciais, as quais poderiam receber imediatamente. Ademais, o Barão do Rio Grande, presidente do conselho da caixa econômica e monte de socorro da Corte, demandava aos presidentes de cada conselho provincial que não medissem esforços e, até

⁴¹⁰ Ver os modelos de escrituração em BRASIL, Decreto n.º 5594 de 18 de abril de 1874. decreto n.º 5.594, de 18 de abril de 1874. Manda executar o Regulamento para as Caixas Economicas e os Montes de Socorro das Províncias. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1874, Página 324 Vol. 1 pt. II (Publicação Original).

⁴¹¹ Esse ponto será discutido no subcapítulo seguinte.

⁴¹² A intenção é analisar em outro trabalho o desenvolvimento das caixas econômicas provinciais levando em consideração as características econômicas e sociais de cada província.

mesmo, fizessem empréstimos, como algumas províncias fizeram, para iniciar as atividades dessas duas instituições:

Sendo necessária a quantia de 25:000\$000 para os Montes de Socorro começarem suas operações, na Província do Espírito Santo o Presidente obteve essa somma, por empréstimo, do cidadão Francisco Pinto de Oliveira; na de Minas Geraes a Assembléa Provincial autorizou o respectivo Presidente a emprestal-a; na de Mato Grosso, cujo Conselho Fiscal reuniu-se pela primeira vez em 28 de Março último, o mesmo Conselho resolveu adiantal-a; e é de esperar que tão louvável exemplo seja imitado nas outras províncias.⁴¹³

Mesmo com as súplicas do presidente da Caixa Econômica e Monte de Socorro, algumas caixas econômicas e montes de socorro provinciais tiveram dificuldade para iniciar suas atividades e postergaram suas inaugurações. Muitas dessas caixas econômicas provinciais foram fundadas com ajuda de empréstimos realizados por membros do Conselho Inspector e Fiscal Fundacional locais.⁴¹⁴ As datas de início das atividades das instituições de depósito do governo podem ser vistas na **Tabela 5.3**.⁴¹⁵

Tabela 5.3 Data de Início das Atividades de cada Caixa Econômica e Monte de Socorro provinciais

Capital das Províncias	Início das Atividades
Município Neutro (Corte)	Novembro de 1871
Porto Alegre (Rio Grande do Sul)	Maio de 1875
São Paulo (São Paulo)	Setembro de 1875
Ouro Preto (Minas Gerais)	Outubro de 1875
Cuiabá (Mato Grosso)	Outubro de 1875
Vitória (Espírito Santo)	Dezembro de 1875
Teresina (Piauí)	1875
Goiânia (Goiás)	Julho de 1876
São Luís (Maranhão)	Julho de 1876
Belém (Pará)	Julho de 1876

⁴¹³ Relatório do Ministério da Fazenda de 1874. Seção da Caixa Econômica e Monte de Socorro.

⁴¹⁴ Está exposto no ANEXO 10 a lista nominal dos Conselhos Fundacionais das caixas econômicas das seguintes províncias: Bahia, São Paulo, S. Pedro do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Maranhão, Alagoas, Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

⁴¹⁵ Cidade da Paraíba, Natal e Teresina somente apresentaram o ano de início nos relatórios do Ministério da Fazenda. As datas referem ao início da atividade do binômio Monte de Socorro / Caixa Econômica provinciais. As caixas econômicas provinciais começaram a captar depósitos antes dos Montes de Socorro com a permissão do Ministério da Fazenda.

Curitiba (Paraná)	Julho de 1876
N. S. do Desterro (Santa Catarina)	Janeiro de 1876
Manaus (Amazonas)	Maio de 1877
Recife (Pernambuco)	Junho de 1877
Salvador (Bahia)	Fevereiro de 1878
Maceió (Alagoas)	Julho de 1878
Fortaleza (Ceará)	Fevereiro de 1879
Aracajú (Sergipe)	1885
Natal (Rio Grande do Norte)	1885
Cidade da Paraíba (Paraíba)	1886

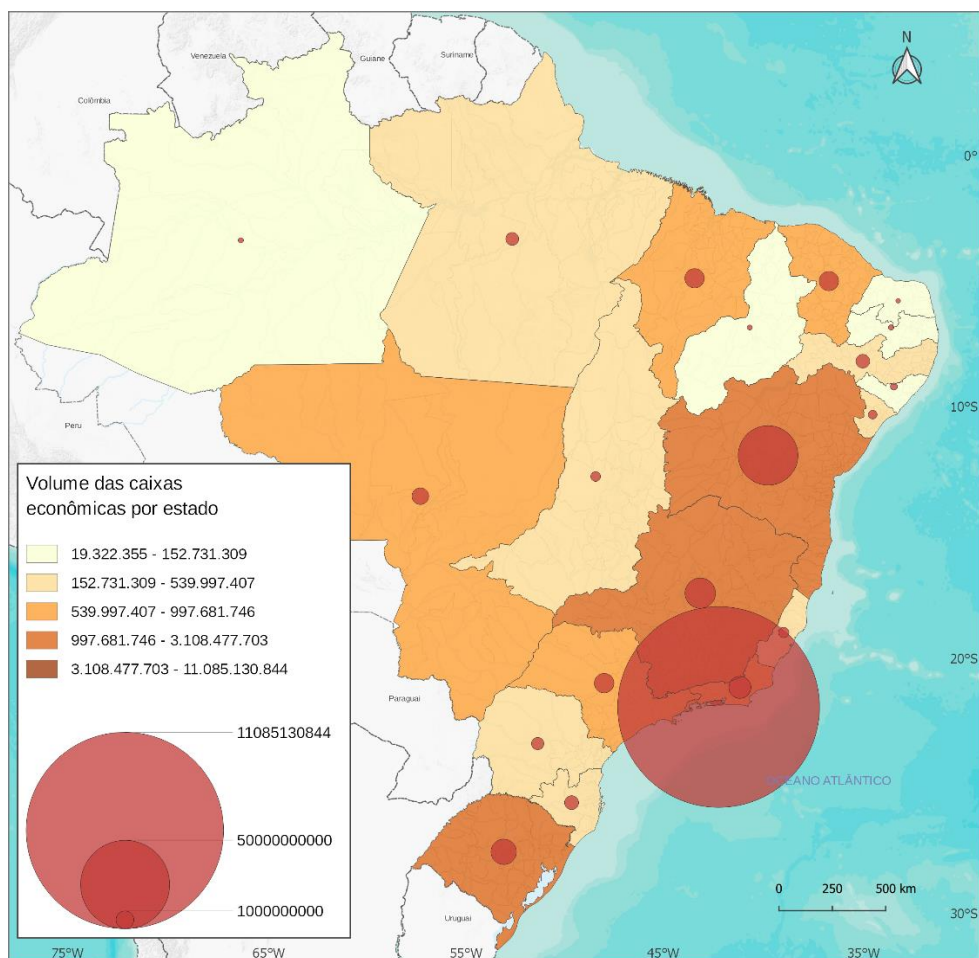
Fonte: Relatórios dos Ministério da Fazenda. 1875-1889.

Todas as caixas econômicas provinciais tiveram dificuldades para se desenvolverem inicialmente. A administração na forma de binômio Monte de Socorro / Caixa Econômica determinava que os juros obtidos pelos empréstimos sob penhores fossem responsáveis pela manutenção dos funcionários de ambas as instituições. Essa forma administrativa travou o início do desenvolvimento de tais instituições, as quais recorriam frequentemente ao governo imperial para auxílios. O governo interveio sempre que julgou necessário, acatando pedidos de alteração dos juros sob as poupanças, bem como auxiliando por meio de concessões de 1% dos valores das loterias do governo.

O **Mapa 5.1** revela a dimensão da diferença dos volumes de capitais entre as caixas econômicas provinciais para a Caixa Econômica da Corte no último ano sob administração do governo imperial. De um lado as Caixas Econômicas de todas as províncias, com exceção da Corte, acumularam o volume de depósitos no valor aproximado de 13.214 contos réis. É importante ressaltar que a província do Rio de Janeiro é levada em consideração nesse total, embora, na prática, o Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Econômica da Corte fosse responsável pelas agências fluminenses. Do outro lado, somente a Caixa Econômica da Corte acumulou cerca de 11.085 contos de réis⁴¹⁶.

Mapa 5.1 Volume dos depósitos por Caixa Econômica Provincial, 1889 (em réis)

⁴¹⁶ Há uma diferença de aproximadamente 300 contos nesse valor de 11.085 contos de réis e o valor apresentado anteriormente no **Gráfico 5.2**. O relatório do Ministério da Fazenda apresentava essa diferença na tabela que expunha os valores coligidos em todas as caixas econômicas e na parte específica do relatório sobre a Caixa Econômica da Corte. Acreditamos que a diferença seja os valores abonados do Tesouro Nacional, os quais não estão incluídos na Tabela das caixas econômicas provinciais.



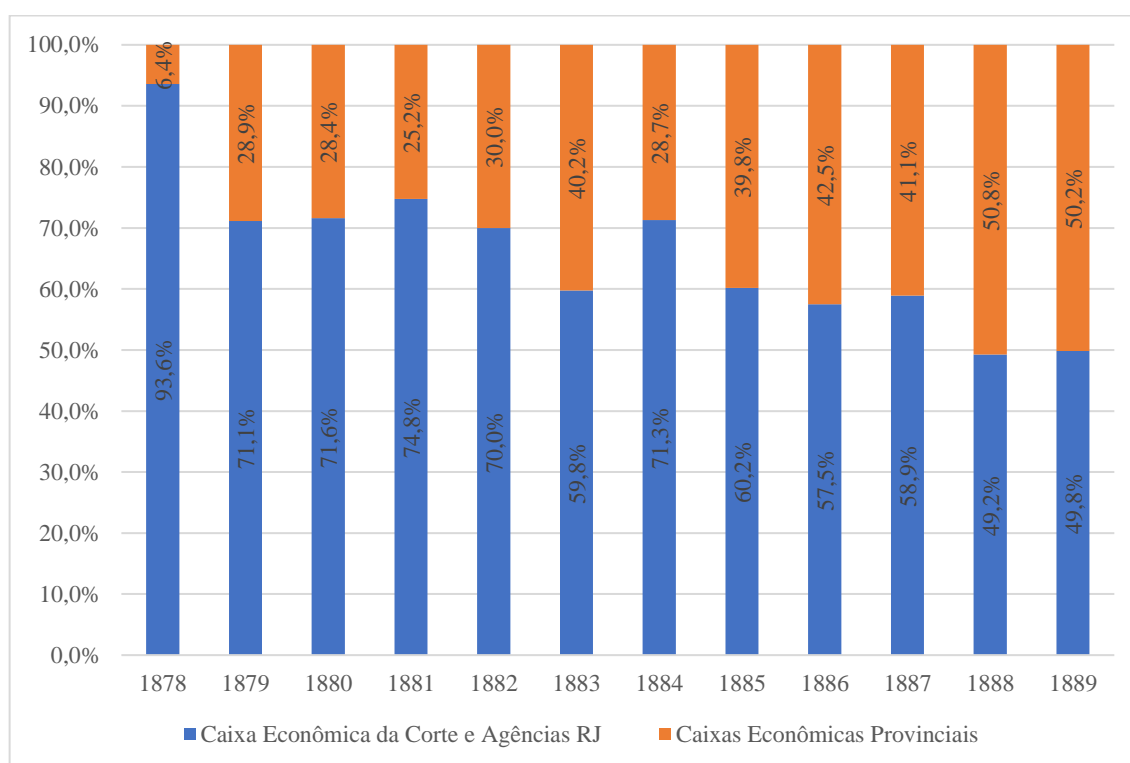
Fonte: Elaboração própria.

As seis caixas econômicas provinciais que acumularam mais capitais oriundos dos depósitos foram, em ordem decrescente, nas seguintes cidades: Salvador (3.108 contos de réis), Minas Gerais (1.463 contos de réis), Porto Alegre (1.184 contos de réis), São Paulo (854 contos de réis), São Luís do Maranhão (844 contos de réis) e Fortaleza (843 contos de réis). A sétima caixa econômica provincial, que demonstrou maior capacidade, foi a de Cuiabá com aproximadamente 686 contos de réis e a com o menor volume acumulado foi a de Teresina com apenas 42 contos de réis. Por fim, a província do Rio de Janeiro, excetuando, é claro, a Corte, acumulou aproximadamente 998 contos de réis por meio das suas 23 agências das caixas econômicas municipais.

Essa desproporção fica ainda mais evidente a partir da visualização do **Gráfico 5.6**. O período exposto no gráfico compreende os anos de 1878 até 1889, pois o ano de 1878 foi o primeiro que ano que 16 do total de 21 províncias apresentaram dados concretos de depositantes e valores depositados nas caixas econômicas. Dessa forma, podemos verificar no **Gráfico 5.6**, o desenvolvimento das caixas econômicas provinciais em relação à Caixa Econômica da Corte

ao longo dos anos. O ano de 1887 para 1888 representa a superação das caixas econômicas provinciais sob a Caixa Econômica da Corte. Isso está ligado principalmente à reforma dos estatutos das caixas econômicas brasileira em 1887, já discutida no capítulo anterior, a qual determinou, dentre outras disposições, o fim do binômio Monte de Socorro / Caixa Econômica e o do limite dos valores de depósitos semanais.

Gráfico 5.6 – Proporção dos depósitos da Caixa Econômica da Corte e suas agências com a soma das Caixas Econômicas Provinciais



Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda. Vários Anos.

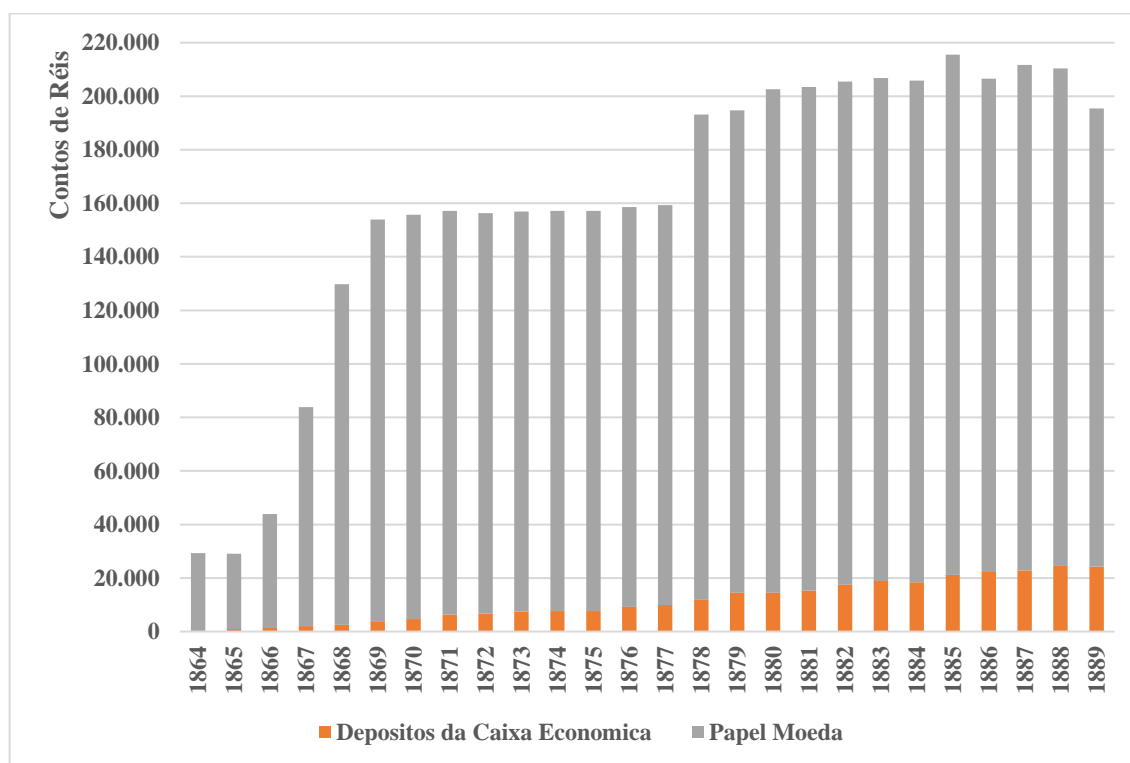
Dessa forma, no começo da década de 1880, os depósitos das caixas econômicas provinciais detinham o volume de capitais depositado de aproximadamente 4.940 contos de réis. No final da década, esse volume representava 12.216 contos de réis, ou seja, um crescimento de aproximadamente 247%. As caixas econômicas provinciais, criadas com mais de 10 anos de atraso em comparação à Caixa Econômica da Corte, começavam a ganhar cada vez mais importância nas contas públicas.

O desenvolvimento das caixas econômicas provinciais tardou. O objetivo da criação das caixas econômicas provinciais em 1872 foi explicitamente reduzir o número de papel-moeda em circulação. O governo imperial emitiu moeda até onde pode para arcar com os custos da Guerra do Paraguai e, por conta disso, no começo da década de 1870, estabeleceu uma política

monetária de contenção. As caixas econômicas tinham, além do papel social de “disciplinar a população aos hábitos da economia e previdência”, esse objetivo de enxugar a grande quantidade de papel-moeda em circulação.

O **Gráfico 5.7** demonstra a proporção dos depósitos das caixas econômicas brasileiras em relação a quantidade de papel-moeda em circulação. Antes da Guerra do Paraguai, havia cerca de 29.094 contos de réis em circulação. Esse número é aumentado para aproximadamente 151 mil contos de réis ao final da guerra. A Caixa Econômica da Corte, até o final da Guerra do Paraguai, foi responsável por retirar de circulação o total aproximado de 4.636 contos de réis ou 3,07% como é demonstrado no **Gráfico 5.8**.

Gráfico 5.7 – Proporção dos depósitos das Caixas Econômicas do Brasil em relação ao papel-moeda em circulação, 1861-1889 (em contos de réis)



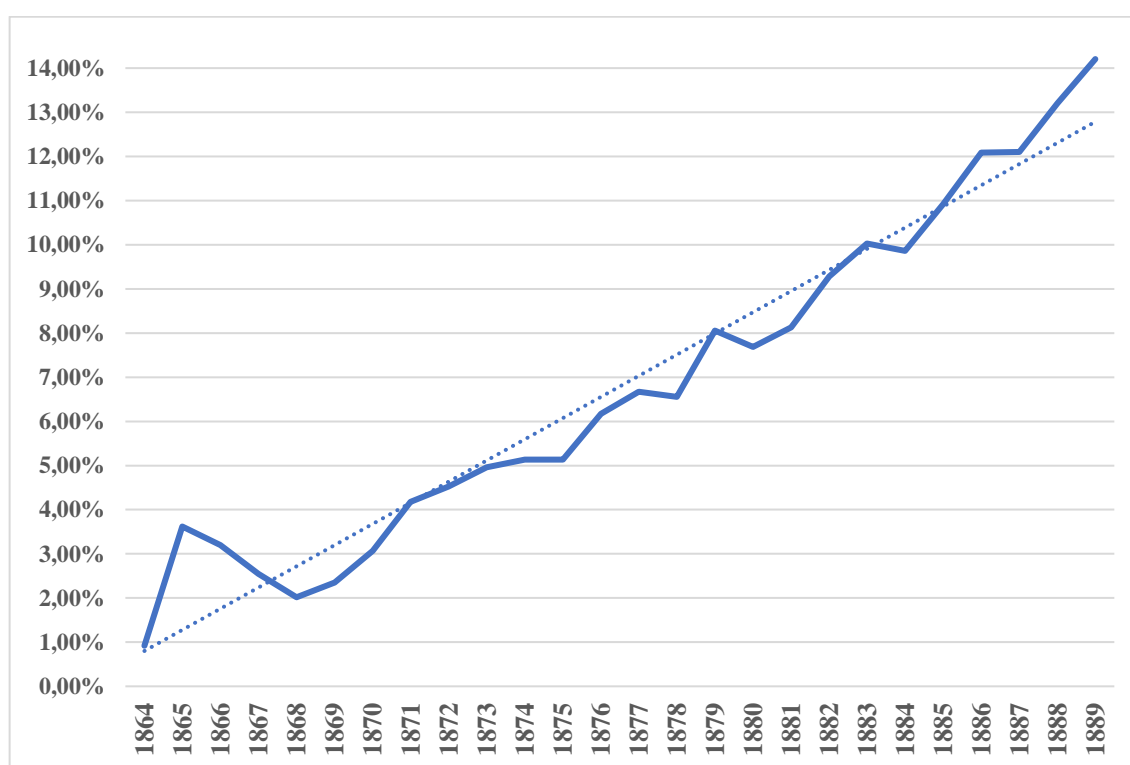
Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda, vários anos.

Após o fim do conflito bélico, o governo imperial conteve a emissão de mais papel-moeda por oito anos. Ao mesmo tempo que a política monetária segurou novas emissões, a poupança brasileira foi expandida por meio da criação das caixas econômicas nas capitais do império brasileiro. Dessa forma, como demonstrado no **Gráfico 5.8**, mesmo havendo uma nova onda de emissão de moeda no ano de 1878, os depósitos coligidos nas caixas econômicas do

Brasil correspondiam a sua função ao alcançarem a proporção de 7,69% do total de papel-moeda em circulação no ano de 1880.

A década de 1880 viu o papel-moeda em circulação alcançar o patamar máximo de cerca de 194 mil contos réis. Ainda assim, pelo desenvolvimento significativo das caixas econômicas, principalmente das caixas econômicas provinciais, a poupança brasileira alcançou a proporção de 14,21% em relação ao total do papel-moeda em circulação.

Gráfico 5.8 – Proporção dos depósitos das Caixas Econômicas do Brasil em relação ao papel-moeda em circulação, 1861-1889 (percentuais)



Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda, vários anos.

É claro que a intenção não é considerar a poupança como o único mecanismo para diminuir a quantidade de papel-moeda em circulação. A própria política econômica apresentada nas décadas de 1870 e 1880 evitaram a emissão de moeda a qualquer custo e demonstraram uma estagnação do papel-moeda em circulação. Essa política foi interrompida na década de 1890, a qual é marcada justamente pela crise conhecida como Encilhamento.

A seguir trataremos de analisar o desenvolvimento das caixas econômicas provinciais individualmente, utilizando-se de uma média geral dos depósitos como parâmetro para a comparação. Vale ressaltar que nosso intuito não é discorrer sobre cada uma das economias regionais. Temos como prioridade a comparação entre os desenvolvimentos das caixas

econômicas provinciais e a abertura de discussões a respeito disso em outras oportunidades e com outros autores.

Análise das Caixas Econômicas Provinciais

Antes de iniciar a análise, é importante explicar como foi realizada a metodologia dessa análise. Os valores dos depósitos acumulados nas caixas econômicas provinciais foram retirados do balanço anual enviados por cada instituição ao Ministério da Fazenda. Esses balanços eram anuais e obrigatórios definidos pelo estatuto em 1874. No entanto, devido à dificuldade de algumas caixas econômicas provinciais se estabelecerem inicialmente, há ausência de dados para os primeiros anos.

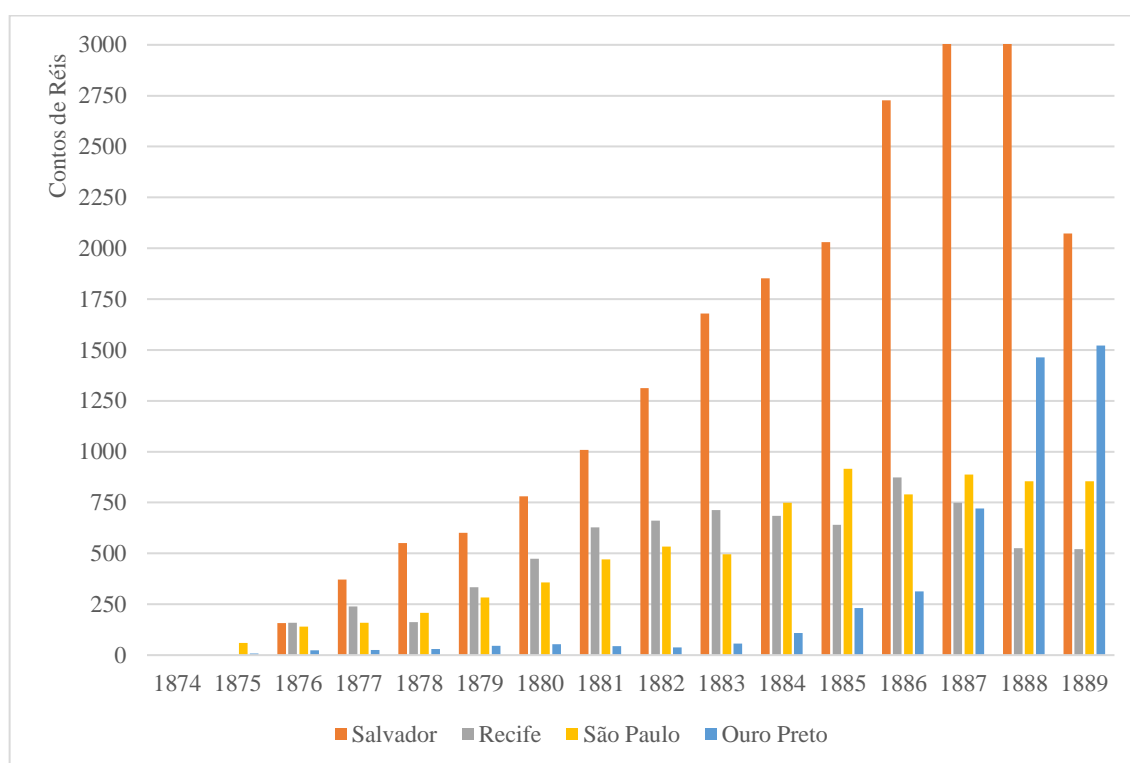
Os valores totais e médias dos depósitos em cada capital estão dispostos cronologicamente e respeitando a ordem decrescente da população da cidade que sediava as instituições de poupança. As estimativas populacionais foram calculadas a partir dos dados dos recenseamentos oficiais de 1872 e 1890. A partir de tais dados, foi inferido um índice de crescimento proporcional, o qual foi aplicado a cada ano. Apesar de não refletir as variações demográficas anuais, por falta de dados demográficos precisos, torna-se a única maneira de realizar uma análise serial das médias de poupanças levando em consideração o crescimento populacional. Deve-se considerar a falta de informação sobre o número de cadernetas coligidas em cada caixa econômica provincial. Infelizmente esses dados não foram fornecidos pelo balanço anual de cada caixa econômica provincial e essa fonte não pode ser encontrada nos arquivos da Caixa Econômica Federal. Por fim, os valores apresentados para poupança e médias são nominais.

É sempre válido ressaltar que essa tese tem como o objetivo a análise da Caixa Econômica da Corte e não as caixas econômicas provinciais. Pelo suas importâncias e desenvolvimento econômicos regionais, as caixas econômicas provinciais mereciam um trabalho à parte e não caberiam no limite dessa pesquisa. Portanto, a análise feita abaixo é apenas uma comparação entre os ritmos de desenvolvimento levando em consideração aspectos mais claros e menos específicos das regionalidades.

No **Gráfico 5.9** é demonstrado a evolução da captação de depósitos nas quatro capitais provinciais mais populosas do império brasileiro. A mais populosa capital de província era a cidade de **Salvador** na província da Bahia. Em 1872, segundo os dados do recenseamento oficial do império, a capital baiana tinha 129.109 habitantes nas suas freguesias urbanas. Esse número se ascenderá a 174.412 no recenseamento de 1890. O desenvolvimento da caixa

econômica da Salvador foi lento ao levarmos em consideração o número de habitantes da cidade. Esse ritmo desacelerado de crescimento está relacionado à concorrência pela poupança soteropolitana. Na cidade de Salvador, havia ao menos uma caixa econômica particular – a Caixa Econômica da Bahia. Essa caixa privada acumulou grandes somas de capitais ao longo da década de 1870, tendo a publicado seu capital social de 2.074:388\$447 em 1880.

Gráfico 5.9 - Depósitos acumulados nas caixas econômicas provinciais de Salvador, Recife, São Paulo e Ouro Preto (1874-1889)



Fonte: BRASIL, Relatórios do Ministério da Fazenda. 1874-1889. Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível <http://ddsnext.crl.edu/>. Acessado em 30/08/2019. Vários anos.

A evolução da quantidade de réis depositados na Caixa Econômica em Salvador manteve uma tendência de crescimento constante, interrompida apenas nos eventos que abalariam e colocariam fim à monarquia brasileira. Tais eventos nos últimos anos refletem em uma desconfiança, responsável por uma onda de saques da capital baiana. No **Gráfico 2**, observa-se que a média de poupança soteropolitana só ultrapassa a marca da média nacional no ano de 1886 e voltaria configurar abaixo no ano de 1889. O baixo valor de média de poupança em relação ao alto índice demográfico urbano nos leva a crê um maior número de caderneta. Ademais, considerando uma grande parcela de homens livres e pobres, ex-escravos na população urbana de Salvador, é razoável supor em uma popularização em do hábito de poupar.

Recife era o terceiro município mais populoso do Brasil em 1872 e continuou sendo até o final do período de nossa análise. Em termos demográficos, a capital de Pernambuco praticamente estagnou segundo os censos de 1872 e 1890. A Caixa Econômica do Recife teve um crescimento acentuado entre 1879 e 1881, com uma média de aproximadamente 60% no crescimento dos valores capitalizados nas cadernetas de poupança. Em termos da economia nacional, esse período antedeu um aumento dos meios de pagamento e, é claro, a quantidade de papel-moeda em circulação e coincidiu com uma estagnação econômica. O período seguinte, de 1881-1889, representou uma verdadeira crise na poupança recifense. A média de crescimento foi negativa, representando cerca de -1% de redução anual nos valores coligidos. Vale ressaltar que essa crise dos principais produtos pernambucanos já era percebida desde o começo da década de 1870. Tanto o açúcar quanto o algodão, principais produtos regionais, diminuiram drasticamente sua participação na pauta de exportações, principalmente devido a concorrência internacional e ao aumento do café produzido no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.⁴¹⁷

São Paulo, por sua vez, não era uma capital provincial tão populosa quanto as demais do **Gráfico 5.9**, no entanto apresentou o índice de crescimento mais elevado entre as quatro cidades no gráfico e o quinto mais elevado índice de crescimento habitacional entre todas as províncias. A Caixa Econômica de São Paulo demonstrou um crescimento no valor total de depósitos de cerca de 13% ao ano, tendo o crescimento com maior destaque no ano de 1884, com cerca de 51% no aumento da poupança acumulada. Esse aumento pode estar relacionado a alguns fatores: 1) o aumento das exportações brasileiras e o preço da saca de café no mercado mundial, as quais São Paulo se destacava pela produção do café no Oeste Paulista⁴¹⁸; 2) aumento do meio-circulante nacional depois de uma série de quatro anos com redução⁴¹⁹; 3) efeito positivo das discussões e propostas de reforma no estatuto das caixas econômicas brasileiras, a qual foi seguida pro ano de 1885 e, sendo realizada uma proposta bem diferente da inicialmente indicada, infere o aumento das retiradas em 1887.

Ouro Preto era uma capital populosa, mas bem inferior às demais da comparação, com exceção de São Paulo. No entanto, a capital representava a província com o maior número de

⁴¹⁷ MARCONDES, Renato Leite. **Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870**. Tese de Livre-Docência. Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, 2005. P.108.

⁴¹⁸ Ver MARQUESE, Rafael. de B. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. **Saeculum – Revista de História**, n. 29, 31 dez. 2013. Para verificar o preço do café anual no século XIX, conferir FERREIRA, Pedro Cintra, *O Café no Comércio*. Bruxelas: 1908, Págs. 26 a 29. Série interrompida. Disponível em ipeadata.gov.br. Acessado em 03.fev, 2020.

⁴¹⁹ Ver **Tabela 5.2**.

municípios brasileiros e, de longe, a maior população provincial. Mesmo com esse potencial demográfico, a Caixa Econômica de Ouro Preto do governo imperial teve dificuldade para instalar e se desenvolver. Sua dificuldade era muito clara e específica – a concorrência com a Caixa Econômica Particular de Ouro Preto, de capitais privados e que já era consolidada há anos na cidade (1838). Essa Caixa Econômica particular detinha, em 1889, cerca de 3500 a 3700 contos de réis em cofre e mais de 50 contos em ações⁴²⁰. Esse alto valor coligido nos demonstra claramente a dificuldade da Caixa Econômica de Ouro Preto provincial de se estabelecer.

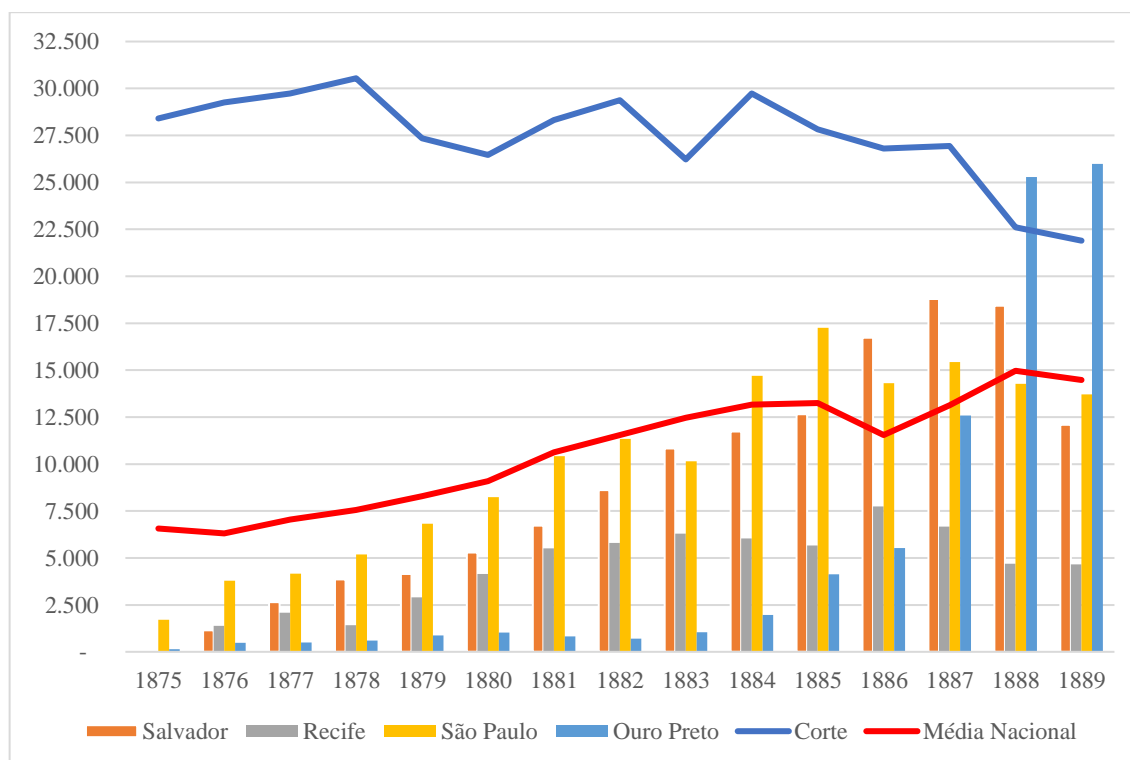
Como demonstrado na **Tabela 5.4**, a Caixa Econômica de Ouro Preto teve um crescimento considerado tímido entre 1877 e 1882, com cerca de 10% ao ano. No entanto, os valores de poupança coligidos eram baixos. Nesse período citado anteriormente, a instituição de poupança provincial de Minas Gerais aumentou de cerca 25 contos em 1877 para cerca 38 contos de réis. Um valor irrisório se comparado com os capitais poupados na concorrente privada, a qual detinha em 1882 mais de 3.000 contos de réis somente em aplicações de Dívida Pública⁴²¹. A situação se inverte no final do período analisado. A Caixa Econômica de Ouro Preto demonstra uma taxa de crescimento de 233% nesses anos, enquanto a sua concorrente demonstrava redução no seu saldo, provavelmente em decorrência das incertezas da abolição da escravidão e do novo regime político⁴²².

⁴²⁰ GAMBI, Thiago F. R. SILVA, Marcel P. da. VIEIRA, Eduardo J. A Caixa Econômica Particular de Ouro Preto (1838-1901). **XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 14º Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE**. Criciúma, 2019. P. 22.

⁴²¹ Idem.

⁴²² Ibidem, p. 25.

Gráfico 5.10 – Médias dos depósitos acumulados nas caixas econômicas por habitante das capitais provinciais de Salvador, Recife, São Paulo e Ouro Preto (1874-1889)



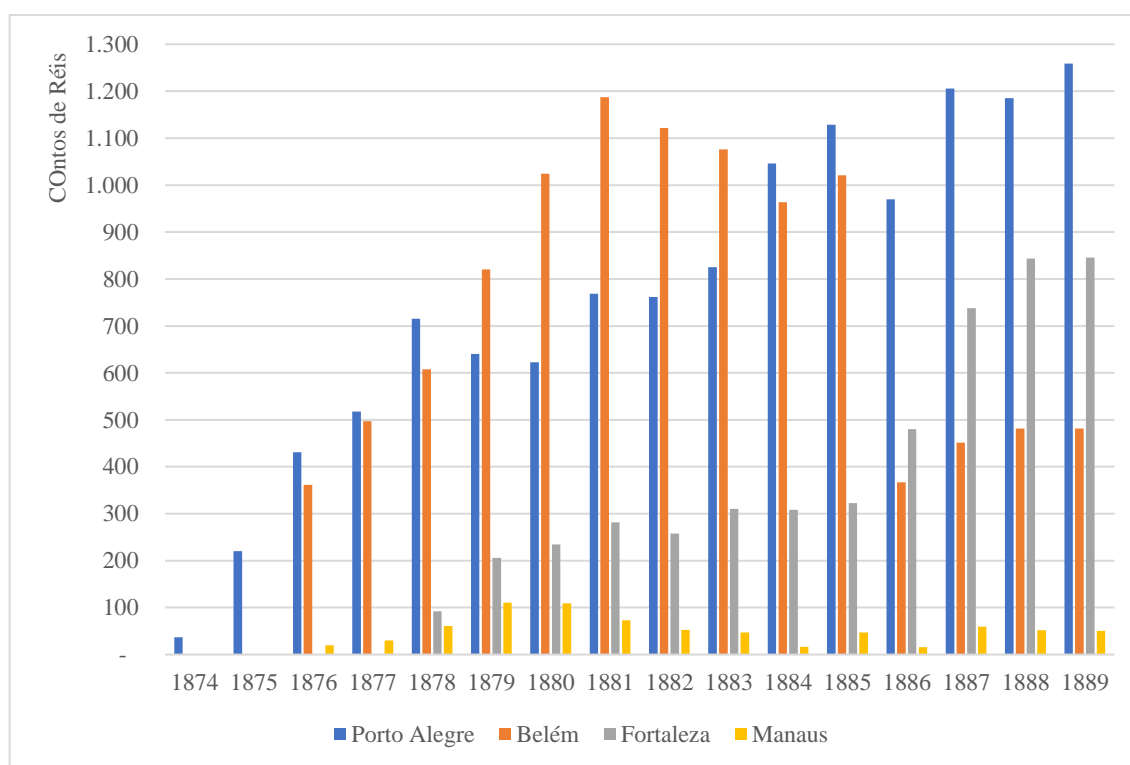
Fonte: BRASIL, Relatórios do Ministério da Fazenda. 1874-1889. Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível <http://ddsnext.crl.edu/>. Acessado em 30/08/2019. Vários anos.

O **Gráfico 5.10** demonstra o desenvolvimento das médias nacionais. Essas médias foram calculadas a partir dos dados gerais da população em cada capital de província, uma vez que não há dados concretos e serializados para o número de cadernetas em cada caixa econômica provincial no período analisado. No **Gráfico 5.10** podemos perceber que todas as caixas econômicas provinciais expostas no gráfico ultrapassam a Média Nacional, a qual demonstra tendência de crescimento nos anos finais. Não obstante, ainda que a média da Corte estivesse em declínio desde 1884, apenas a Caixa Econômica de Ouro Preto a ultrapassou. Uma média alta indica uma maior capacidade de poupança, mas não necessariamente indica uma igualdade econômica maior. Pelo contrário, no caso das caixas econômicas, é notório uma forte participação popular, porém responsável por apenas uma minúscula parte dos valores capitalizados. Então, é razoável supor que a média alta de Ouro Preto, ultrapassando a da Corte, significa uma transferência de capitais em poucas cadernetas, principalmente devido à mudança de estatuto que permitia entradas de qualquer valor.

O **Gráfico 5.11** segue a análise com um novo bloco de caixas econômicas provinciais de Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Manaus. A Caixa Econômica de Porto Alegre foi a primeira a ser estabelecida a nível provincial e demonstrou um desenvolvimento rápido nos seus

primeiros anos. A cidade de Porto Alegre, em 1872, era a 6ª menor capital provincial em termos populacionais. O crescimento habitacional da capital gaúcha foi significativo, alcançando o patamar de 6ª maior em termos populacionais em 1890⁴²³. Em menos de um ano de atividades, a Caixa Econômica gaúcha acumulava cerca de 219 contos de réis, um valor bem superior às demais caixas econômicas provinciais com um ano de criação. Entre 1876 e 1889, o crescimento dos valores de depósitos foi na média de 16% ao ano, subindo de cerca 430 contos de réis em 1876 para aproximadamente 1.258 contos de réis em 1889.

Gráfico 5.11 – Depósitos acumulados nas caixas econômicas provinciais de Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Manaus (1874-1889)



Fonte: BRASIL, Relatórios do Ministério da Fazenda. 1874-1889. Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível <http://ddsnext.crl.edu/>. Acessado em 30/08/2019. Vários anos.

Os depósitos gaúchos ensaiaram uma queda nos seus valores no ano de 1886, provavelmente mediado pela queda nas exportações do charque gaúcho e aumento de seus

⁴²³ Esse crescimento populacional está relacionado às ondas imigratórias para o sul do Brasil, principalmente europeias, como: poloneses, alemães, italianos, entre outros. Ver. FILHO, Valter Antonio Noal; FRANCO, Sérgio da Costa. Os viajantes olham Porto Alegre: 1890- 1940. Santa Maria: Anatterra, 2004. GRITTI, Isabel Rosa. Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2001. ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969. IOTTI, Luiza Horn. Imigração e Poder: A Palavra oficial sobre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

concorrentes uruguaios e portenhos⁴²⁴. No entanto, terminaram o período analisado com tendência de crescimento.

A capital paraense era uma das mais populosas do império tanto em 1872 quanto em 1890. A província paraense teve uma tradição produtiva na cultura do arroz e cacau, mas, ao longo do século XIX, se destacou pela expansão da extração borracha. Na primeira metade da década de 1870, a goma elástica representou cerca de 82% de toda a exportação paraense, seguida por 9% do cacau⁴²⁵.

A Caixa Econômica de Belém, ao contrário da gaúcha, teve um período crítico em seu desenvolvimento. Essa caixa econômica paraense teve um vertiginoso crescimento inicial com a média de 27% ao ano entre 1877 e 1881, seguida por uma queda drástica de 16% ao ano entre 1882 e 1886. Em meio ao ciclo da extração da borracha, a poupança paraense não acompanhava o ritmo das exportações da província. Os últimos anos do período analisado demonstraram uma retomada da poupança. A Caixa Econômica de Belém detinha em 1877 cerca de 497 contos de réis e encerrara o período monárquico brasileiro com aproximadamente 481 contos de réis, sendo que alcançou a soma máxima de 1.020 contos de réis no ano de 1885. É preciso maiores investigações sobre a economia provincial para compreender a corrida de saques ocorrida na capital paraense⁴²⁶.

A capital cearense, Fortaleza, demonstrou um comportamento de estagnação com uma pequena diminuição populacional de cerca de 42 mil habitantes para aproximadamente 41 mil habitantes entre os recenseamentos de 1872 e 1890. Ainda assim, a cidade de Fortaleza se configurava como a 8ª capital de província mais populosa no país em 1890. A Caixa Econômica de Fortaleza foi planejada para começar suas atividades em 1878, mas, de fato, iniciou apenas no início de 1879, provavelmente em decorrência da grande seca (1877-1879). Como demonstrado pela **Tabela 5.4**, a instituição teve um desenvolvimento de cerca de 17% ao ano, desconsiderando o primeiro ano. O período de maior desenvolvimento dos depósitos da caixa econômica cearense foi entre os anos de 1886-1887, no qual a média de crescimento

⁴²⁴ VARGAS, Jonas Moreira. Abastecendo *plantations*: A inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). **História (São Paulo)** v.33, n. 2. Jul.dez. 2015. P. 557.

⁴²⁵ MARCONDES, Renato Leite. **Op.cit.**, p. 124.

⁴²⁶ Sobre o ciclo de exploração da borracha, ver DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989. PROST, Gérard. História do Pará: do período da borracha aos dias atuais. Volume II. Belém: Secretaria de Estado de Educação, 1998. WEINSTEIN, Bárbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: HUCITEC, 1993.

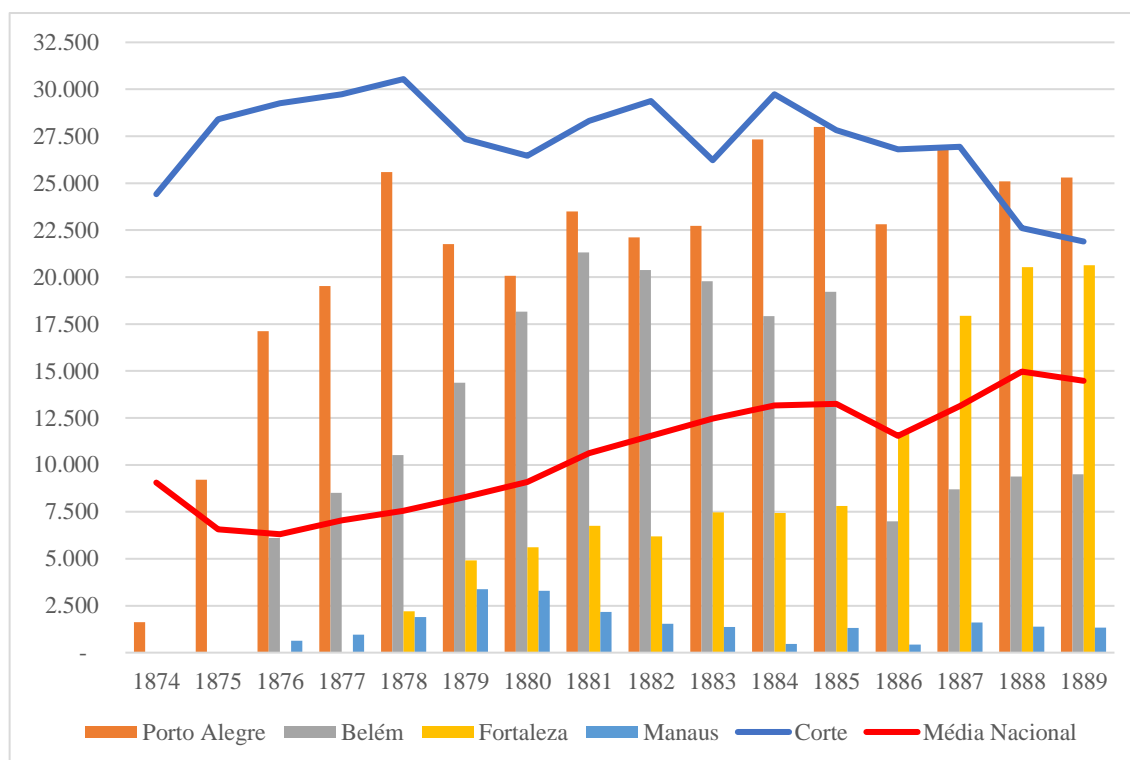
representou 51%. Mesmo após o enfrentamento de uma longa seca e com ondas emigratórias⁴²⁷, a Caixa Econômica de Fortaleza tinha acumulado cerca de 845 contos de réis no ano de 1889.

Por fim, Manaus foi a capital, entre as demais capitais provinciais, que demonstrou o maior índice crescimento populacional. A cidade tinha cerca de 29 mil moradores segundo o recenseamento de 1872 e saltou para aproximadamente 39 mil no censo de 1890. Esse aumento populacional está ligado às secas do nordeste brasileiro, bem como o *boom* da extração da borracha, a qual foi atraído muitos migrantes para o território amazonense. Não obstante, a Caixa Econômica de Manaus teve grandes dificuldade de se desenvolver, apesar de seu início ainda no ano de 1877. A média do crescimento revela um valor discrepante de 37% ao ano, no entanto, os valores acumulados pelos depósitos foram baixos. A Caixa Econômica amazonense possuía em cofre cerca de 30 contos de réis em 1877 e terminou o período da análise com aproximadamente 50 contos de réis em 1889. O ápice da instituição foi no ano de 1879 com o total de 110 contos de réis, a partir de então um número cada vez maior de saques ocorreu. É preciso uma investigação específica para compreender esse aumento drástico nos saques.

O **Gráfico 5.12** apresenta as médias das caixas econômicas provinciais citadas anteriormente e as compara com as médias da Corte e a média nacional. Analisando a comparação das médias, é possível verificar que a média dos depósitos por habitante da Caixa Econômica da Porto Alegre foi a única no gráfico a ultrapassar a média da Corte. Isso acontece no ano de 1888 para 1889, o qual, já discutido anteriormente nesse capítulo, houve um pânico de desconfiança na instituição de depósitos da Corte. Esse pânico foi localizado e não pôde ser observado nas demais caixas econômicas provinciais expostas no **Gráfico 5.12**. Todas as caixas econômicas provinciais do gráfico superaram a média nacional em algum momento do período, no entanto, a de Belém reduziu drasticamente a média após o ano de 1885, ao mesmo tempo que a de Fortaleza ultrapassara a média nacional em 1886.

⁴²⁷ Ver LIMA, Viviane. Agenciamento e Agenciadores da emigração: a inserção dos trabalhadores cearenses na lavoura cafeeira (século XIX). **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.º 41, abr. 2010.

Gráfico 5.12 – Médias dos depósitos acumulados nas caixas econômicas por habitante das capitais provinciais de Porto Alegre, Belém, Fortaleza, Manaus e Província do Rio de Janeiro (1874-1889)



Fonte: BRASIL, Relatórios do Ministério da Fazenda. 1874-1889. Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível <http://ddsnext.crl.edu/>. Acessado em 30/08/2019. Vários anos.

O **Gráfico 5.13** representa os valores de depósitos acumulados nas caixas econômicas provinciais de Teresina, Maceió, N. S. de Desterro (atual Florianópolis), São Luís do Maranhão e Curitiba. Apesar de ter iniciado suas atividades em 1875, a Caixa Econômica de Teresina, no Piauí, somente teve seus balanços expostos nos relatórios do Ministério da Fazenda a partir de 1886. O primeiro registro do total depositado nessa caixa econômica piauiense registrou o total de cerca de 29 contos de réis, o qual cresceu para aproximadamente 42 contos de réis em 1889. É preciso recuperar as lacunas para fazer qualquer análise sobre o desenvolvimento dessa caixa econômica provincial.

Maceió, por sua vez, teve uma caixa econômica provincial ativa desde 1878. A capital da província de Alagoas tinha uma população de 31.498 habitantes segundo o censo de 1890, o que a fazia a 12ª capital provincial mais populosa. A Caixa Econômica de Maceió apresentou uma taxa de crescimento de aproximadamente 19% ao ano (excetuando o primeiro), no entanto, o volume de depósitos não fora muito significativo. Em 1889 havia apenas cerca 152 contos de réis nos cofres dessa caixa econômica, tendo o seu valor máximo de 180 contos de réis alcançado no ano de 1883.

A capital da província de Santa Catarina, Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), teve um baixo crescimento populacional no período analisado. Entre 1872 e 1890 a capital dessa província cresceu de 25.709 para 30.687 moradores, fazendo a 9ª capital menos populosa do império brasileiro. Sua caixa econômica demonstrou uma taxa de crescimento dos valores dos depósitos de cerca de 18% ao ano. Em 1877, a Caixa Econômica de N. S. do Desterro possuía cerca de 73 contos de réis e no ano de 1889, o valor havia subido para cerca de 580 contos de réis. O maior período de crescimento fora entre os anos de 1881 e 1885, quando cresceram na taxa de 29% ao ano. Essa caixa econômica só apresentou *déficit* nos valores de depósitos nos anos iniciais de 1877 e 1879, quando ainda estava se estabelecendo.

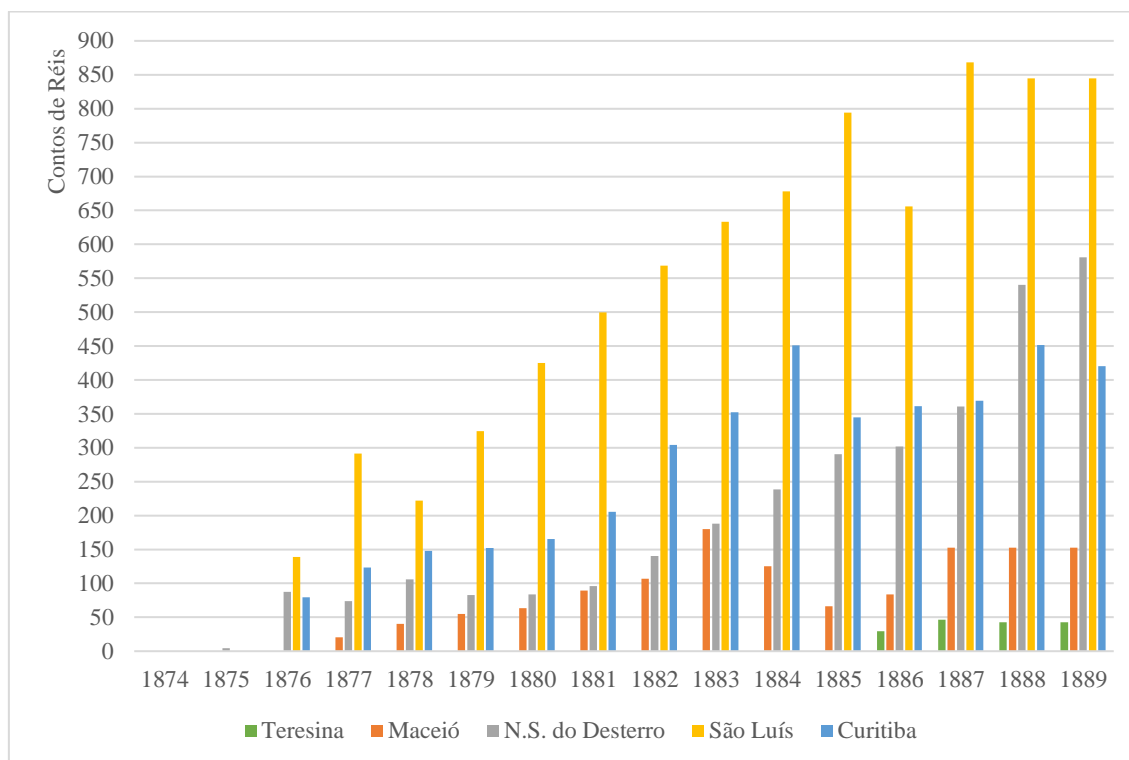
A capital maranhense não era tão populosa quanto as demais capitais provinciais, tendo cerca de 31.604 moradores em 1872 e diminuído para 29.308 em 1890. A Caixa Econômica de São Luís do Maranhão apresentou um volume significativo de depósitos. A caixa econômica maranhense já em 1877 apresentava cerca de 291 contos de réis acumulados. No último ano da análise, 1889, o volume de depósitos totalizou cerca de 844 contos de réis, demonstrando uma taxa de crescimento de aproximadamente 19% ao ano. O fim da guerra civil norte-americana fez-se a economia maranhense sentir devido ao retorno à concorrência de sua cotonicultura, mas também na concorrência da questão servil escrava com a cafeicultura brasileira. Nessas duas pontas, a economia maranhense saiu prejudicada pelo aumento do custo de produção, bem como a diminuição do preço da mercadoria principal⁴²⁸.

Por fim, na cidade de Curitiba moravam 12.651 pessoas em 1872. Esse número aumentou para 24.553 no recenseamento de 1890. Esse aumento populacional está ligado diretamente ao fluxo de imigrantes europeus (alemães, poloneses e italianos) a partir da emancipação da província em 1854, mas principalmente na década de 1870⁴²⁹. Mesmo com uma população considerada baixa em comparação com as demais capitais provinciais, a Caixa Econômica da Curitiba conseguiu se estabelecer ainda no começo da segunda metade do século XIX. Em 1877, a instituição de depósitos curitibana apresentava um volume de poupança acumulada de cerca de 123 contos de réis, enquanto no ano de 1889, esse volume havia crescido para próximo de 420 contos de réis. Isso representou um crescimento médio de 16% ao ano, com apenas dois anos deficitários – 1885 e 1889.

⁴²⁸ ROLIM FILHO, Claudiomar M. **Formação Econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado?** Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Economia do Setor Público. Universidade de Brasília. 2016. P. 34-39.

⁴²⁹ OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. Os imigrantes e o ensino na província do Paraná. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 5, p. 51-79, Dec. 1986. LIA, Cristine F. RADÚNZ, Roberto. Os processos migratórios dos séculos XIX e XX: diálogos entre o saber acadêmico e a Educação Básica. **Educ. rev.** Curitiba, n. 61, p. 257-272, jul./set. 2016.

Gráfico 5.13 – Depósitos acumulados nas caixas econômicas provinciais de Teresina, Maceió, N.S. do Desterro, São Luís e Curitiba (1874-1889)

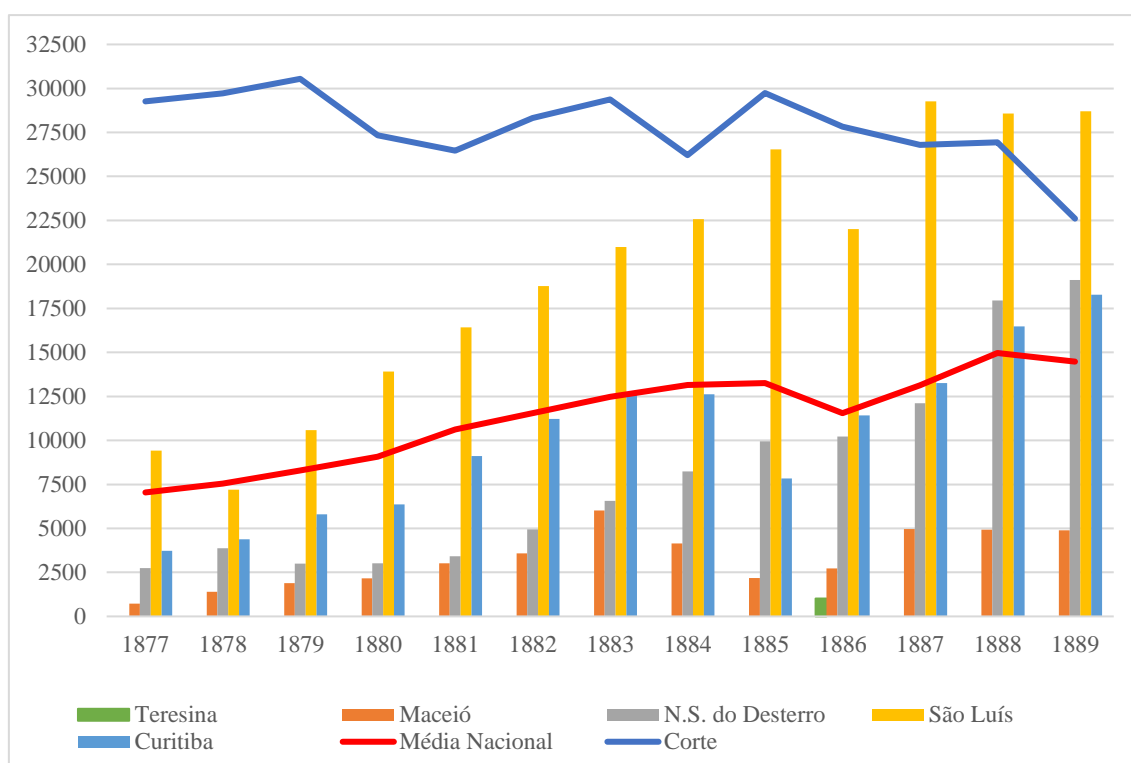


Fonte: BRASIL, Relatórios do Ministério da Fazenda. 1874-1889. Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível <http://ddsnext.crl.edu/>. Acessado em 30/08/2019. Vários anos.

No **Gráfico 5.14** estão expostas as médias de depósitos por habitante em nas capitais provinciais. As médias de depósito de Teresina são bem irrisórias devido ao fraco desenvolvimento da instituição de depósitos do governo nesse município. A Caixa Econômica de Maceió apresenta médias baixas, pois seu volume captado em depósitos não ultrapassou a marca de 152 contos de réis e a população do município estava acima de 31.000 habitantes, ou seja, havia um potencial de poupança ainda não explorado devido a quantidade de habitantes da cidade. A Caixa Econômica de Nossa Senhora do Desterro e de Curitiba ultrapassam a média nacional no ano de 1888 (em torno de 15\$000 réis). Esse comportamento denotava uma maior participação dos moradores dessas cidades nos investimentos da poupança em um cenário que a média de depósitos da Caixa Econômica da Corte diminuía, principalmente devido a abolição da escravidão e as críticas políticas ao regime monárquico. Por fim, a Caixa Econômica de São Luís do Maranhão demonstrou um comportamento crescente ao longo dos anos e superior à média nacional em todos os anos, com exceção no de 1878. A média dos depósitos por habitantes da caixa econômica maranhense ultrapassa a média da Caixa Econômica da Corte a partir do ano de 1887. Esses valores das médias dos depósitos por habitantes da caixa

econômica maranhense reafirma o desenvolvimento da instituição, do modelo de investimento naquela capital, bem como o aproveitamento do potencial de investimentos naquela população. Infelizmente não é possível inferir o perfil dos poupadores, uma vez que não há número de cadernetas divulgadas.

Gráfico 5.14 – Médias dos depósitos acumulados nas caixas econômicas por habitante das capitais provinciais de Porto Alegre, Belém, Fortaleza, Manaus e Província do Rio de Janeiro (1874-1889)

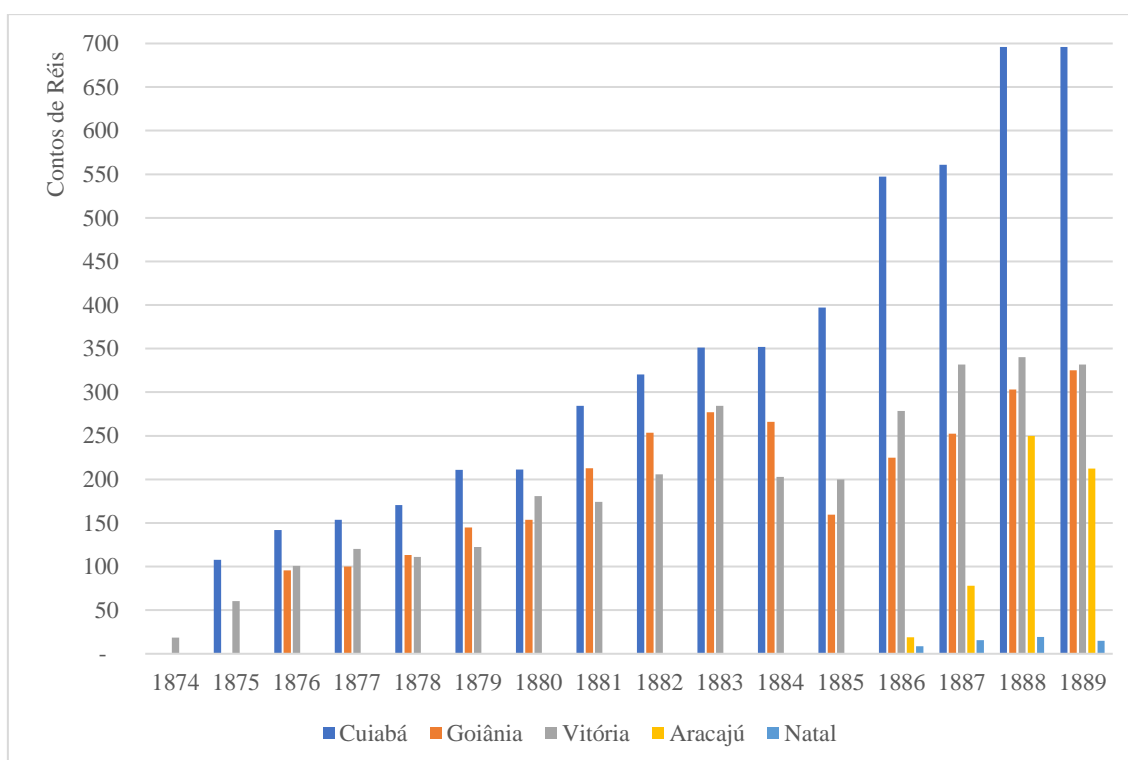


Fonte: BRASIL, Relatórios do Ministério da Fazenda. 1874-1889. Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível <http://ddsnext.crl.edu/>. Acessado em 30/08/2019. Vários anos.

O **Gráfico 5.15** apresenta os volumes de depósitos das econômicas provinciais de Cuiabá, Goiânia, Vitória, Aracajú e Natal. As caixas econômicas de Aracajú (Sergipe) e Natal (Rio Grande do Norte) foram criadas depois de 1885. Portanto, apresentam desenvolvimento inicial, com lacunas nos dados: a caixa econômica de Sergipe apresentou em 1889 o valor acumulado de 212 contos de réis, enquanto a caixa econômica de Natal possui em valores totais de depósitos apenas 15 contos de réis. Bem como o caso da Caixa Econômica da Cidade da Paraíba (atual João Pessoa na Paraíba), criada apenas em 1886, detinha cerca de 26 contos em 1887 e um salto para 62 contos em 1888. Assim, devido à ausência de dados mais confiáveis, essa caixa econômica foi excluída dos gráficos.

A Caixa Econômica de Cuiabá (Mato Grosso) apresentou um desenvolvimento significativo com uma taxa de crescimento de cerca de 15% ao ano. Em 1876, a instituição de depósitos do governo em Cuiabá possuía cerca de 142 contos de réis acumulados e, no final do período analisado, alcançou a soma total de quase 696 contos de réis. O que chama bastante atenção é a proporção do volume dos depósitos com a população da capital mato-grossense. Em 1872, Cuiabá possuía cerca de 11 mil moradores. Esse número aumentou para cerca de 18 mil segundo o recenseamento de 1890. Quer dizer, uma cidade com apenas 18 mil habitantes – a quinta menor capital provincial – acumulou quase 700 contos de réis.

Gráfico 5.15 – Depósitos acumulados nas caixas econômicas provinciais de Cuiabá, Goiânia, Vitória, Aracajú e Natal (1874-1889)

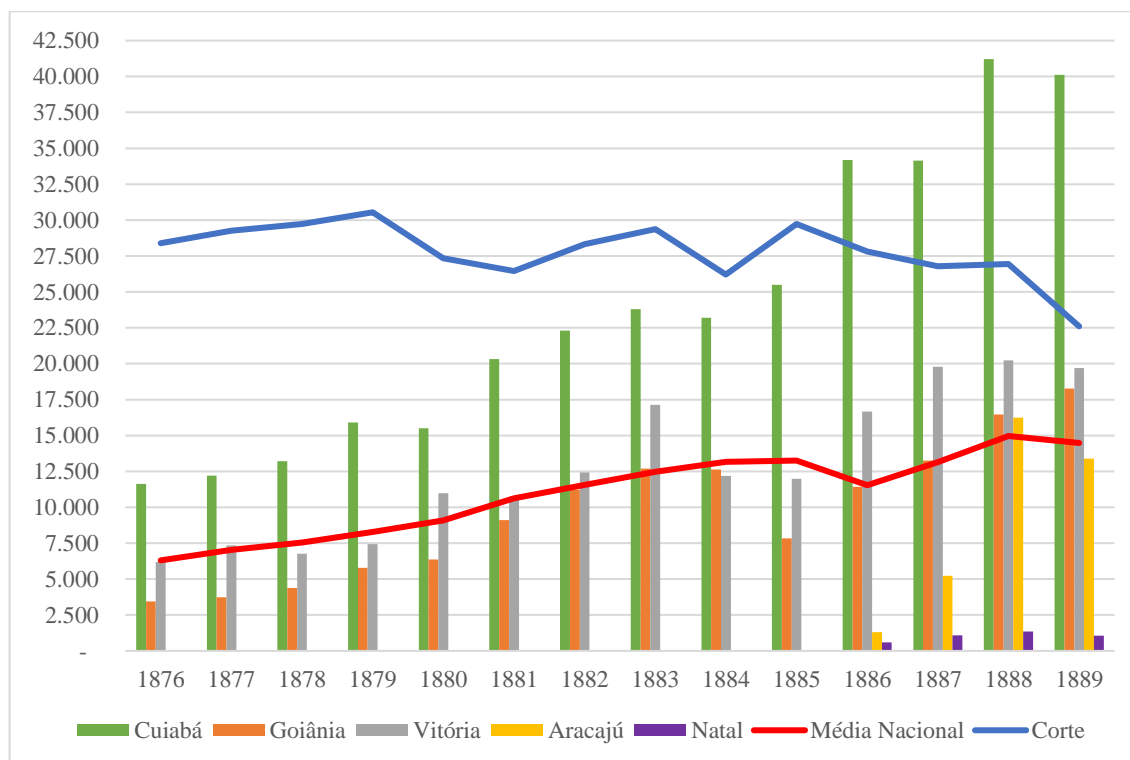


Fonte: BRASIL, Relatórios do Ministério da Fazenda. 1874-1889. Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível <http://ddsnext.crl.edu/>. Acessado em 30/08/2019. Vários anos.

Por outro lado, Vitória era uma cidade com pouco menos de 17 mil habitantes em 1890, no entanto, bem próxima à Corte (levando em consideração malha ferroviária que já cobria o interior da província do Rio de Janeiro) e acumulou menos da metade do total de depósitos de Cuiabá. O desenvolvimento da poupança da caixa econômica do Espírito Santo foi maior que a de Cuiabá em termos proporcionais, o que significou uma taxa média de crescimento de 16% ao ano. Contudo, em termos absolutos, a caixa econômica da capital do Espírito Santo possuía cerca de 332 contos de réis depositados em 1889.

Bem similar ao caso da Caixa Econômica do Espírito Santo foi a de Goiás. Goiânia também era uma das 5 capitais com menor índice populacional do império brasileiro, com cerca de 17 mil habitantes em 1890. Sua caixa econômica provincial alcançara a soma de cerca de 324 contos de réis em 1889, demonstrando uma taxa de crescimento de cerca de 12% ao ano.

Gráfico 5.16 – Médias dos depósitos acumulados nas caixas econômicas por habitante das capitais provinciais Cuiabá, Goiânia, Vitória, Aracajú e Natal (1874-1889)



Fonte: BRASIL, Relatórios do Ministério da Fazenda. 1874-1889. Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível <http://ddsnext.crl.edu/>. Acessado em 30/08/2019. Vários anos.

No que se refere às médias dos depósitos por habitantes, conforme exposto no **Gráfico 5.16**, o que nos chama bastante a atenção são as médias de Cuiabá. A alta média de depósitos por habitante de Cuiabá nos dá a impressão de uma disseminação dos depósitos entre os habitantes, mas é justamente o contrário. Como sabemos que o hábito de poupança tinha dificuldade de ser constituído nas províncias mais distantes ao centro econômico do império brasileiro, é razoável supor que essa alta média significa cadernetas com somas significativas poupadas, isto é, poucas pessoas poupando muito dinheiro. A comparação com a Caixa Econômica de Vitória fortalece esse argumento. São capitais com populações similares, no entanto, a caixa econômica do Espírito possuía metade dos depósitos da Caixa Econômica de Cuiabá. Dessa forma, a mesma proporção se reflete nas médias. Para além da subjetividade da análise do hábito de poupança, a capital do Espírito Santo era uma cidade mais monetizada que

Cuiabá, principalmente devido ao porto de Vitória, um importante posto comercial e integração de trocas.

Para concluir, a cidade do Rio de Janeiro, também chamada de Corte ou Município Neutro, tinha cerca de 295 mil habitantes em 1872. Esse número aumentou para aproximadamente 522 mil habitantes no ano de 1890, em decorrência de uma série de reformas urbanas, bem como ondas imigratórias europeias, principalmente portuguesas. A Caixa Econômica da Corte, criada em 1861, teve uma taxa de crescimento de 31,4% anual. Seus valores saltaram de cerca de 48 contos de réis quando completara um ano de funcionamento em 1862 para aproximadamente de 11.400 contos de réis no ano de 1889. O índice de crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro foi de 3,23% ao ano, enquanto o crescimento das cadernetas representou a média de 29% ao ano, isto é, quase dez vezes maior. Isso significava uma penetração do hábito de poupança maior que em qualquer outro lugar do império brasileiro. Era de se imaginar, as caixas econômicas já estavam em voga na sociedade carioca desde o início da década de 1830.

O objetivo dessa demonstração das poupanças das caixas econômicas províncias era demonstrar seus valores para uma comparação com a Caixa Econômica da Corte. Ao mesmo tempo, abrir oportunidades para novos trabalhos discutirem à fundo o desenvolvimento de cada caixa econômica provincial, relacionando-o com suas peculiaridade e características próprias da economia regional.

Tabela 5.4 – Taxas de crescimentos dos valores de depósitos nas Caixas Econômicas do Império Brasileiro, 1875-1889 (percentuais)

Caixa	Município Neutro	Prov. Do Rio de Janeiro	Vitória	Salvador	Recife	São Luís	Belém	São Paulo	Porto Alegre	Cuiabá	Ouro Preto	Manaus	Fortaleza	Maceió	Curitiba	N.S. do Desterro	Goiânia
1875	20,1%		226,0%						498,1%								
1876	6,3%	134,1%	67,1%					129,9%	95,8%	31,9%	233,5%					1837,7%	
1877	4,9%	22,7%	19,0%	136,6%	50,5%	109,8%	37,6%	14,6%	20,2%	8,0%	2,7%	52,3%			55,4%	15,4%	4,4%
1878	6,1%	21,8%	7,7%	48,3%	32,1%	23,9%	22,2%	29,6%	38,2%	11,0%	22,3%	101,0%		96,3%	19,8%	43,0%	13,4%
1879	-7,6%	16,2%	10,3%	91,1%	105,1%	46,3%	35,1%	37,1%	-10,5%	23,7%	50,2%	81,6%	123,2%	36,2%	1,0%	21,7%	27,9%
1880	-0,1%	13,0%	47,8%	29,8%	42,4%	31,0%	24,8%	25,8%	-2,8%	0,2%	17,6%	-1,0%	13,9%	15,4%	8,5%	1,3%	6,1%
1881	10,5%	8,8%	3,6%	29,2%	32,3%	17,6%	16,0%	31,7%	23,5%	34,6%	-19,3%	-33,0%	20,1%	40,4%	24,5%	4,5%	38,3%
1882	7,1%	-3,1%	8,0%	30,2%	5,2%	13,8%	-5,5%	13,3%	-0,8%	12,7%	-12,3%	-28,3%	-8,4%	19,7%	47,8%	46,4%	19,0%
1883	-7,9%	-3,0%	38,3%	27,9%	8,0%	11,4%	-4,1%	-6,8%	8,3%	9,6%	49,7%	-9,9%	20,3%	68,7%	15,9%	33,9%	9,4%
1884	17,1%	11,2%	28,7%	10,3%	-4,1%	7,1%	-10,4%	50,8%	26,7%	0,2%	88,9%	-65,6%	-0,7%	40,5%	28,0%	26,8%	-4,0%
1885	5,4%	11,3%	1,4%	96,6%	-6,5%	17,1%	5,9%	22,3%	7,9%	12,9%	113,5%	190,5%	4,8%	-47,0%	23,5%	22,0%	-40,0%
1886	-0,6%	29,9%	39,3%	34,3%	36,4%	-7,4%	-64,1%	-13,7%	-14,1%	37,7%	35,5%	-66,5%	48,7%	26,1%	4,8%	3,8%	41,0%
1887	3,8%	39,7%	19,1%	14,2%	-14,2%	32,4%	23,1%	12,3%	24,3%	2,5%	130,1%	273,7%	53,7%	82,5%	2,2%	19,6%	12,1%
1888	-13,4%	51,3%	2,5%	-0,2%	-29,7%	2,7%	6,6%	-3,7%	-1,7%	24,0%	103,2%	12,9%	14,3%	0,0%	22,2%	49,6%	20,1%
1889	0,0%	2,3%	2,5%	-33,3%	-1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	6,2%	0,0%	4,0%	-1,7%	0,3%	0,0%	6,9%	7,6%	7,2%

Fonte: Cálculos próprios. Valores dos depósitos anuais obtidos nos Relatórios do Ministério da Fazenda, vários anos.

5.3 Da Corte à província do Rio de Janeiro: As agências da Caixa Econômica da Corte

O decreto n.º 5.594 de 18 de abril de 1874, além de ter fundado caixas econômicas em todas as capitais provinciais, possuía dispositivos que permitiam criar agências das caixas econômicas nos municípios de cada província. A criação dessas agências nos municípios fazia parte do processo de expansão da capitalização dos recursos aos cofres públicos, principalmente no começo da década de 1870, quando o país estava lidando com os gastos e dívidas empreendidas no conflito bélico no Paraguai.

O processo para a criação das agências deveria partir do Conselho Inspector e Fiscal de cada caixa econômica provincial, o qual também ficava responsável por administrar a implementação do serviço. Esse serviço seria conduzido por funcionários do governo, acumulando funções, nas Mesas de Rendas e Collectorias dos municípios (Art. 84).

A agência seria conduzida a nível local pelo Administrador da Mesa de Rendas ou o *Collector* e o seu escrivão. Esses dois cargos públicos já estabelecidos acumulariam a função respectivamente de *Chefe da Agência* e *Escriptuário da Agência*. Dessa forma, as agências funcionariam nos mesmos horários dos órgãos locais, seja a Mesa de Renda ou o Collector.

Ao *Chefe da Agência* era incumbido as funções de comunicar à Caixa Econômica da Capital os números e ocorrências da administração da agência, gerenciar os depósitos locais e sua escrituração, bem como fazer cumprir as deliberações do Conselho Inspector e Fiscal (art. 111). Enquanto o *Escriptuário* ficaria responsável por organizar os balancetes e lançar diariamente as entradas e saques de depósitos (art. 112).

O *modus operandi* é o mesmo já descrito nos capítulos anteriores, com a diferença da distância de comunicação entre a sede e as agências municipais. Isso implicava a necessidade de um prazo (15 dias) para saques acima de 50\$000 réis (art. 90). Os valores poupados nas cadernetas eram diariamente entregues à Estação de Arrecadação, a qual também recebia a função de pagar os juros semestrais dos depósitos.

Cada agência tinha seus livros próprios de administração, sendo um livro de contas-correntes, um livro-caixa e quatro livros de talões para os serviços de saques, retiradas, remessas e fornecimento. Os modelos desses livros administrativos estão apresentados no decreto, no entanto, não foi possível encontrá-los. Por outro lado, graças ao artigo 104, as agências ficavam obrigadas a remeterem à Caixa Econômica de sua capital um balancete mensal de suas contas.

Esses balancetes permitiram o desenvolvimento dos balanços anuais expostos nos relatórios do Ministério da Fazenda, os quais serão tratados a seguir.

Dez agências da Caixa Econômica da Corte começaram suas atividades em 1875. No decreto em 1874 já estava previsto a criação dessas dez agências nos seguintes municípios do interior da província do Rio de Janeiro: Valença, São Fidélis, Angra dos Reis, Vassouras, Paraíba do Sul, Barra Mansa, Petrópolis, Resende, Campos e Cantagalo. Embora estivesse listado entre uma agência para ser criado, Cantagalo não teve suas atividades iniciadas, postergando suas atividades por mais de uma década. Não ficou claro os motivos do atraso.

Por fim, a agência da Caixa Econômica de Campos não saiu do papel. Acreditamos que o motivo principal seja devido a existência da Caixa Econômica de Campos, a qual já existia desde a década de 1830 e havia se consolidado no interior fluminense. Vale ressaltar que, embora essa caixa econômica campista fosse particular, seus depósitos eram investidos em compra de apólices da dívida pública aos moldes das caixas econômicas criadas na década de 1830 e 1840 no Brasil. Dessa forma, supomos que o governo imperial brasileiro preferiu não abrir concorrência a essa instituição tão próxima de suas contas e, ao mesmo tempo, consolidada no maior município fluminense.

Ainda sobre a Caixa Econômica de Campos, ressalta-se o seu poder político e econômico ao acumular cerca de 4.407 contos de réis em título da dívida pública e teve, primeiramente como membro e depois como Presidente de seu Conselho, a figura do proprietário de terras e escravos e negociante Francisco Ferreira Saturnino Braga⁴³⁰. Dessa forma, acredita-se que o governo imperial evitava maiores rugas e conflitos de interesses com figuras de tamanha importância locais, ainda mais ao se tratar de instituições que já estavam, de algum nível, ligada ao governo.

No ano de 1886 foi promulgado o decreto ampliando as agências para mais doze municípios do Rio de Janeiro, sendo: Piraí, Cabo Frio, Sapucaia, Nova Friburgo, Santo Antônio de Pádua, Araruama, Cantagalo, São João da Barra, Carmo, Rio Bonito, Maricá e Santa Maria Madalena. No entanto, cada agência iniciou com diferenças de alguns dias devido as dificuldades de organização, como pode ser visto na **Tabela 5.5** abaixo.

⁴³⁰ Francisco Ferreira Saturnino Braga foi uma figura emblemática na região de Campos dos Goytacazes. Saturnino Braga, como era mais conhecido, foi proprietário de terras, escravos, usineiro, industrial, concessionário de ferrovias e banqueiro. Sua fortuna pode ser dimensionada no inventário aberto após a morte de sua esposa (Maria Isabel Marques Braga) em 10 de março de 1888 (poucos dias antes da abolição da escravidão), a qual foi avaliada em torno de 892 contos de réis somadas aos valores já distribuídos aos seus herdeiros em sua morte, totalizou algo em torno de 1.631 contos de réis. Cf. PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. "Francisco Ferreira Saturnino Braga: negócios e fortuna em Campos dos Goytacazes" Francisco Ferreira Saturnino Braga: business and fortune in Campos dos Goytacazes. **História** [online]. 2012, vol. 31, n. 2. 212-246.

Tabela 5.5 Data de Início das Atividades de cada agência da Caixa Econômica da Corte

Agencias	Data de Criação
Vassouras	21/04/1875
Petrópolis	26/04/1875
Valença	01/05/1875
S. Fidelis	01/05/1875
Paraíba do Sul	01/05/1875
Barra Mansa	01/05/1875
Resende	01/05/1875
Campos*	01/05/1875
Angra dos Reis	04/05/1875
Pirahy	25/01/1887
Cabo Frio	01/02/1887
Sapucaia	01/02/1887
Nova Friburgo	02/02/1887
Santo Antônio de Pádua	03/02/1887
Araruama	04/02/1887
Cantagalo	05/02/1887
S. João da Barra	08/02/1887
Carmo	10/02/1887
Rio Bonito	28/02/1887
Santa Maria Magdalena	05/03/1887
Maricá	09/03/1887

Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda 1875 e 1887. Apesar de constar na lista de implementação de agências, Campos não recebeu agência da caixa econômica nesse período. Outras agências foram incorporadas nos últimos dois anos, como é o caso de Pirai.

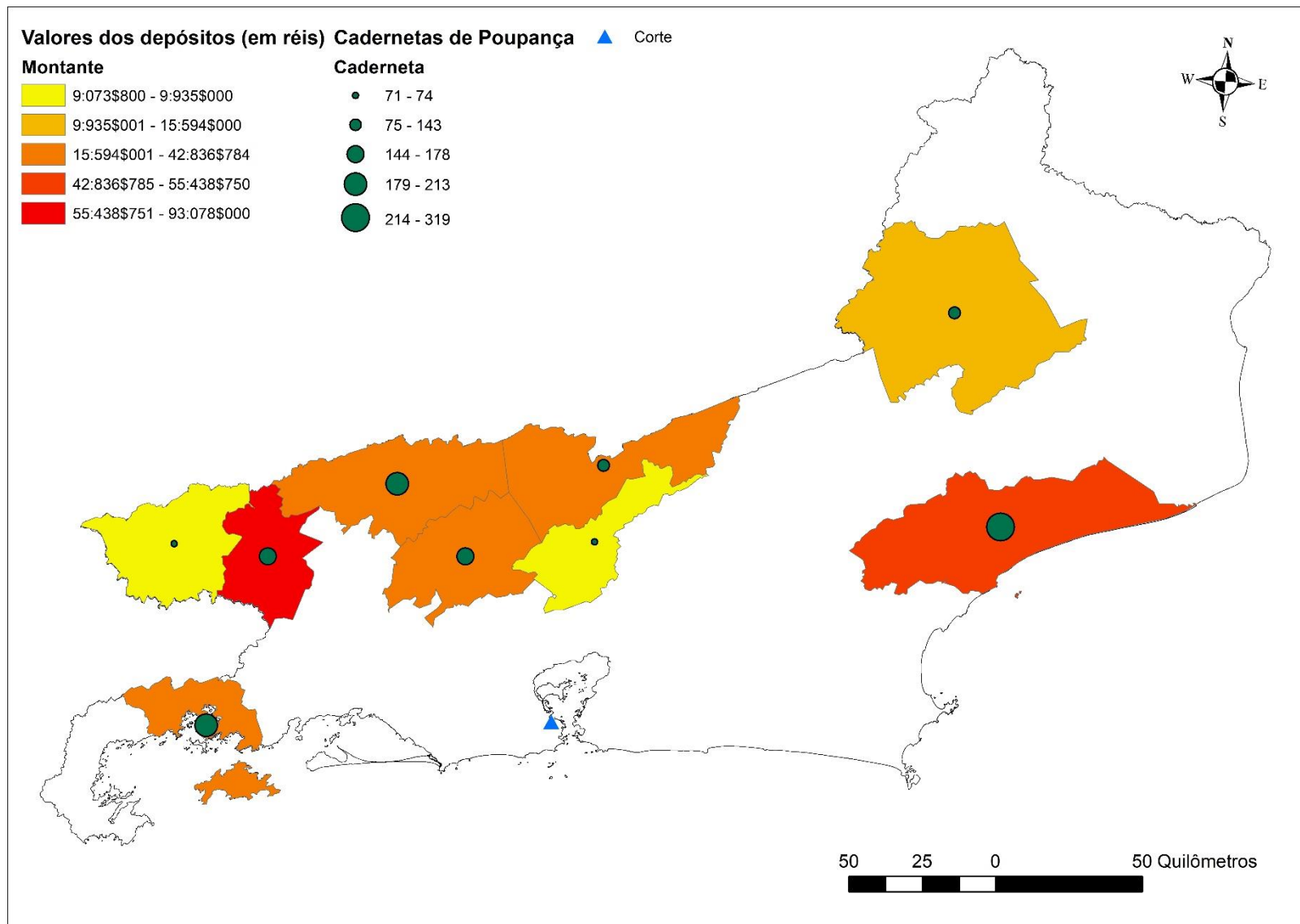
A escolha dos municípios não fora por acaso. A implementação das agências da Caixa Econômica do Rio de Janeiro seguiu a densidade demográfica de cada município, bem como a capacidade de poupança de sua população a partir dos dados que o governo tinha das rendas municipais.

Como pode ser visto no **Mapa 5.2**, o qual representa os depósitos coligidos nas agências da caixa econômica em 1880, é perceptível a lógica da disposição espacial dos municípios escolhidos para sediar as primeiras agências. Cinco municípios correspondiam ao que hoje chamamos de “Médio Paraíba” e “Centro Sul”, regiões próximas ou inseridas na produção de café do Vale Paraíba Fluminense, sendo elas: Valença, Resende, Barra Mansa, Paraíba do Sul e Vassouras.

Apenas outras quatro agências foram criadas até 1886. Como pode ser visto no **Mapa 5.2**, tais agências foram dispostas de maneira a cobrir as diferentes regiões. Uma foi feita ao extremo sul da província na cidade de Angra dos Reis, também inserida na região do “Médio

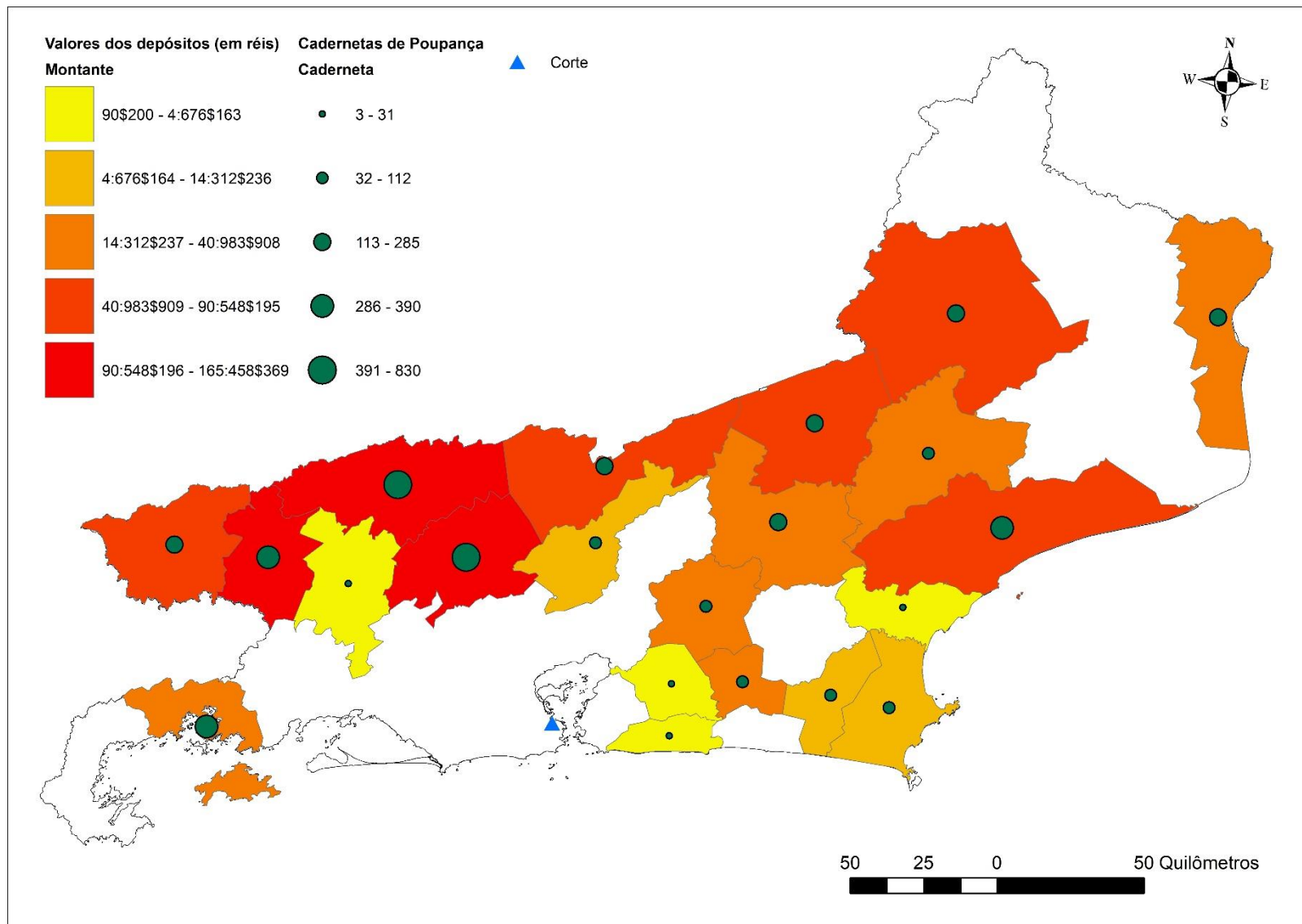
Paraíba”, uma região que ficou marcada por recebimento do tráfico ilegal de pessoas escravizadas. Uma na cidade de Petrópolis, na região serrada da província, a qual foi cidade de veraneio de muitas famílias da elite carioca, bem como da família imperial, com forte herança da colonização alemã. Por fim, duas outras no norte e noroeste da província: em São Fidélis e Macaé. Aquela com a intenção de cobrir os pequenos municípios do noroeste fluminense e pela sua proximidade com Campos e essa pela sua integração ao mar, importante canal do norte-fluminense.

Mapa 5.2 Valores dos depósitos e quantidade de cadernetas de poupança nas agências da Caixa Econômica da Corte (1880)



Fonte: Elaboração própria.

Mapa 5.3 Valores dos depósitos e quantidade de cadernetas de poupança nas agências da Caixa Econômica da Corte (1889)



Fonte: Elaboração própria.

No **Mapa 5.3**, representando as agências da caixa econômica em 1889, após a inclusão de novas a partir do decreto de 1886, podemos ver a interiorização do serviço de poupança para as regiões que hoje chamamos de Serrana e Região dos Lagos. Ao mesmo tempo, mantêm-se as agências da caixa econômica do Médio Paraíba, com destaque para Vassouras, Valença e Barra Mansa, com maior número de depositantes e volume de depósitos.

A **Tabela 5.6** refere ao exposto no **Mapa 5.2**, enquanto a **Tabela 5.7** ao **Mapa 5.3**. Em 1880, as agências da Caixa Econômica da Corte completavam cinco anos de atividade. Como pode ser visto na **Tabela 5.6**, a agência da caixa econômica em Barra Mansa se destacava pelo volume acumulado, embora fosse a 4ª em número de cadernetas. Além disso, Barra Mansa demonstrou ser a agência com a maior média de depósitos por cadernetas, o que supõe, uma grande concentração de cadernetas com volumes máximos ou próximos do máximo, isto é, poupadores com perfis mais abastados.

Por outro lado, a cidade de Macaé, na Região dos Lagos da província do Rio de Janeiro, se destacava por ter o maior número de cadernetas e o segundo maior volume acumulado de capitais na agência da caixa econômica do Rio de Janeiro. A média de depósitos por caderneta em Macaé nos infere uma maior divisão entre os poupadores, ao contrário do demonstrando na agência de Barra Mansa.

Vale ressaltar que a vila de São João de Macaé, posteriormente o cidade de Macaé, se destacou pela produção voltada ao comércio interno e a produção de alimentos. Na segunda metade do século XIX, o município passou por uma expansão urbanística, reformulando o espaço urbano em quadras. Essa reformulação urbana se deve principalmente ao desenvolvimento econômico do município na primeira metade do século XIX.⁴³¹ Além disso, o adensamento populacional do município foi em decorrência da população livre em busca de melhores condições de trabalho e terras para a produção de alimentos. Por fim, o município, desde o começo do século XIX, já sinalizava para produção do café, o que ganhou maior importância econômica para região ao decorrer do século.⁴³²

Tabela 5.6 Quantidade de cadernetas, valores dos depósitos acumulados e médias de depósitos nas Agências da Caixa Econômica da Corte na província do Rio de Janeiro 1880 (em réis)

Agência	Cadernetas	Valores dos Depósitos	Média de depósitos por cadernetas
Macaé	319	55:438\$750	173\$789

⁴³¹ KNAUSS, Paulo. Macaé: **História e Memória**. Macaé. Prefeitura Municipal de Macaé, Fundação Macaé de Cultura. 2001. p.8 6.

⁴³² PENHA, Ana Lúcia Nunes. O Município de Macaé: **Fortunas Agrárias na Transição da Escravidão para o Trabalho Livre**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2001.

Valença	213	36:381\$300	170\$804
Angra dos Reis	210	42:836\$784	203\$984
Barra Mansa	178	93:078\$000	522\$910
Vassouras	175	34:338\$000	196\$217
Paraíba do Sul	143	30:474\$000	213\$105
S. Fidélis	113	15:594\$000	138\$000
Resende	74	9:073\$800	122\$619
Petrópolis	71	9:935\$000	139\$929
Total	1496	327:149\$634	218\$682

Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda, 1880.

Macaé e São Fidélis eram as únicas agências da Caixa Econômica da Corte que atendiam a toda Região dos Lagos e Norte/Noroeste Fluminense, portanto, acredita-se que havia poupadores de muitas vilas e cidades vizinhas. Por outro lado, o Médio Paraíba e Centro Sul da província do Rio de Janeiro possuía várias agências e, provavelmente, concentravam poupadores de seus próprios municípios. Se se considerar as agências de três municípios dessa região citada anteriormente (Vassouras, Valença e Barra Mansa), temos 566 cadernetas de poupança (37,8% do total), enquanto os depósitos somavam aproximadamente 163,8 contos de réis (mais de 50% do total).⁴³³

Tabela 5.7 Quantidade de cadernetas, valores dos depósitos acumulados e médias de depósitos nas Agências da Caixa Econômica da Corte na província do Rio de Janeiro 1889 (em réis)

Agência	Cadernetas	Valores dos Depósitos	Média de depósitos por cadernetas
Vassouras	830	165:458\$369	199\$347
Valença	580	119:232\$594	205\$573
Barra Mansa	390	127:365\$349	326\$578
Angra dos Reis	374	39:268\$238	104\$995
Macaé	333	50:290\$850	151\$024
S. João da Barra	285	30:683\$182	107\$660
Paraíba do Sul	268	62:911\$383	234\$744
S. Fidélis	233	48:623\$976	208\$687
Cantagalo	208	56:525\$302	271\$756
Resende	178	90:548\$195	508\$698
Nova Friburgo	165	40:983\$908	248\$387
Carmo	112	30:683\$182	273\$957
Sta. Maria Magdalena	112	26:524\$028	236\$822
Rio Bonito	100	23:703\$226	237\$032
Petrópolis	87	12:917\$258	148\$474

⁴³³ Sobre Vassouras no século XIX: SALLES, Ricardo. E o vale era o escravo. **Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. STEIN, Stanley J. **Vassouras, a Brazilian Coffee County 1850–1900**. Cambridge: Harvard University Press, 1957. Sobre Valença: FERREIRA, Luiz Damasceno. **História de Valença**. Valença, Gráfica Valença. 1978. Sobre o Médio Paraíba: TAMBASCO, J. C. V. **A Vila de Vassouras e o Vale Médio do Paraíba**. Vassouras, Edição do Autor, 2007. Sobre o Vale Paraíba: MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: **O Brasil Imperial 1831-1889** [S.l.: s.n.], 2009.

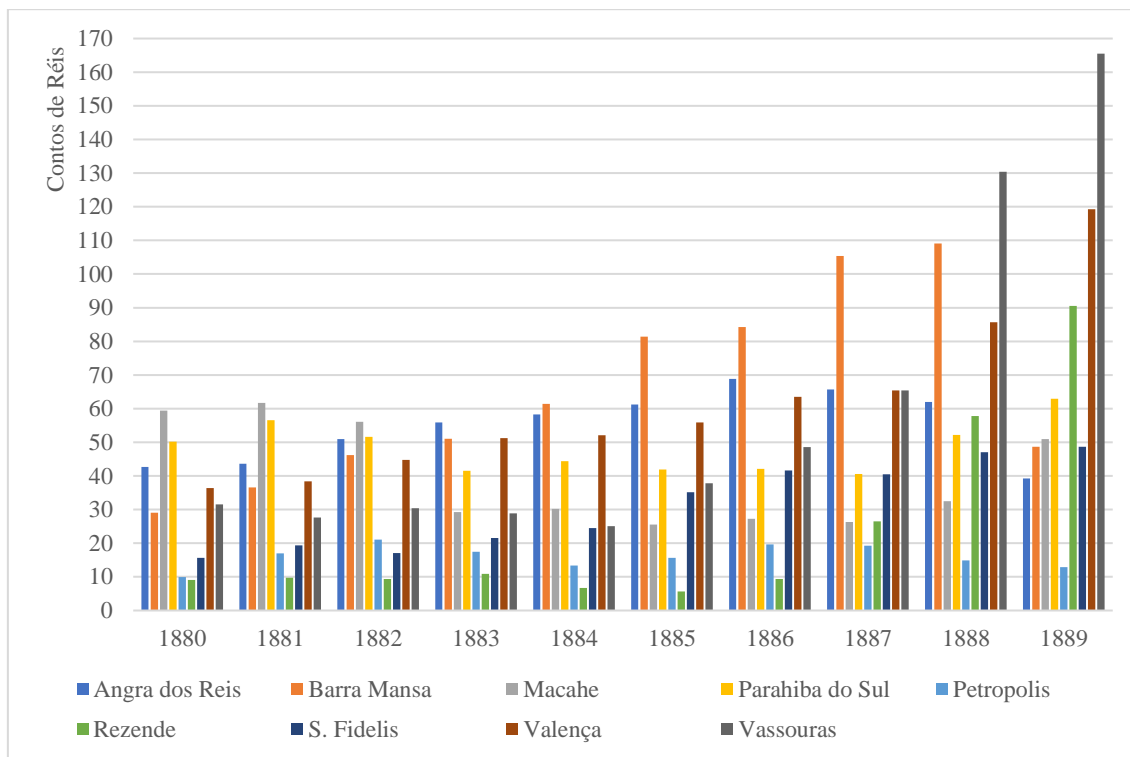
Sapucaia	80	18:010\$368	225\$130
St. Antônio de Pádua	72	33:563\$563	466\$161
Araruama	60	9:273\$521	154\$559
Cabo Frio	52	14:312\$236	275\$235
Maricá	31	4:676\$163	150\$844
Itaboraí	17	1:270\$000	74\$706
Barra de S. João	11	8:90\$124	80\$920
Piraí	3	90\$200	30\$067
Total	4581	1.007:805\$215	219\$997

Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda, 1889.

A expansão de agências da Caixa Econômica da Corte ocorrida no ano de 1887 foi direcionada principalmente para Região dos Lagos e Serrana da província do Rio de Janeiro. A região do Médio Paraíba recebeu somente uma nova agência da Caixa Econômica – a de Piraí (inaugurada apenas no último ano do período analisado), o que demonstra a capacidade das agências já estabelecidas de atender a demanda do serviço. Ao atentarmos para a **Tabela 5.7**, os três primeiros municípios estão diretamente ligados à produção de café e detinham 1.800 cadernetas (39,3% do total) e cerca de 412 contos de réis (40,9% do total). Se compararmos com os dados nacionais, essas três agências sozinhas em conjunto possuíam mais valores de depósitos acumulados que várias caixas econômicas provinciais, como por exemplo: Goiânia, Manaus, Teresina, Natal, Paraíba, Aracajú, Maceió e Vitória.

Essa comparação com as caixas econômicas provinciais demonstram a importância dos depósitos das agências da Caixa Econômica da Corte. Se compararmos a soma dos depósitos de todas as agências da província do Rio de Janeiro com cada uma das caixas econômicas provinciais no ano de 1889, as agências fluminenses unidas assumiriam como a quinta maior caixa econômica do país, atrás apenas das caixas econômicas da Corte, de Salvador, Ouro Preto e Porto Alegre.

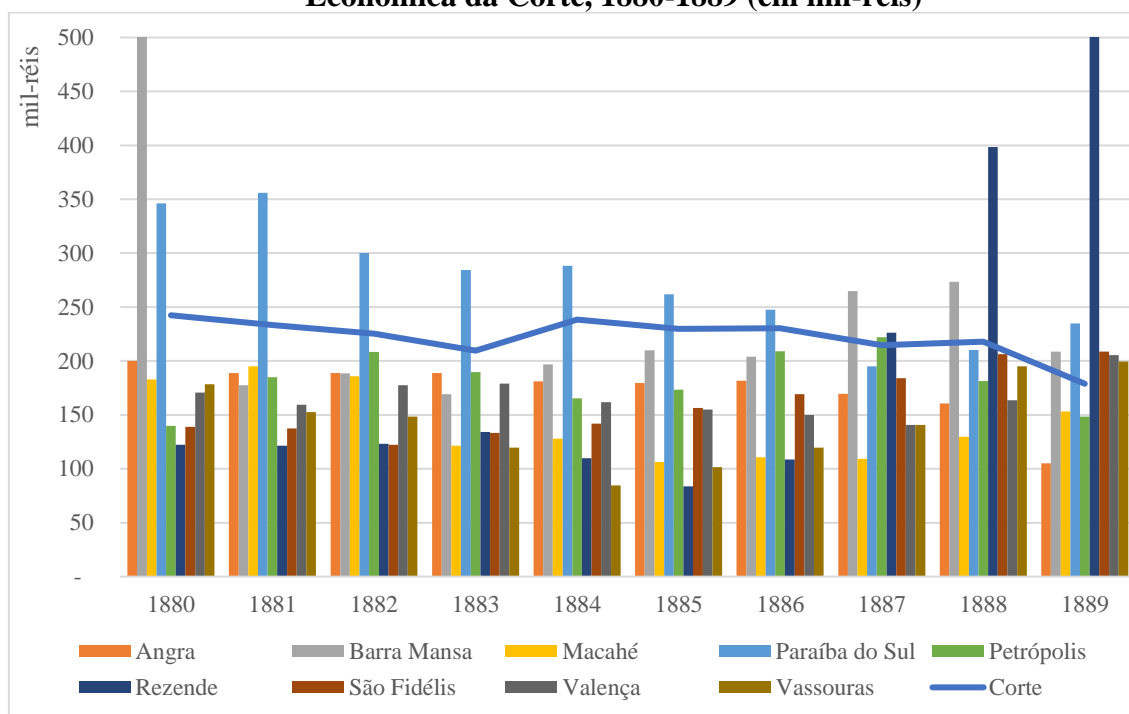
Gráfico 5.17 Evolução do volume de depósitos das agências da Caixa Econômica da Corte, 1880-1889 (em contos de réis)



Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda, Anos de 1880 a 1889.

No **Gráfico 5.17** acima, podemos verificar o desenvolvimento das principais agências da Caixa Econômica da Corte. As demais não estão expostas por só possuírem dois anos completos no período da análise. Nesse gráfico podemos observar uma corrida de saques representando a queda do volume de depósitos de Barra Mansa após a abolição da escravidão e Proclamação da República, no entanto, o mesmo não pode ser verificado para Vassouras e Valença, que tem seus depósitos aumentados, embora ambos municípios fossem produtores de café e baseado na mão-de-obra escrava. Resende demonstrou um crescimento acelerado nos últimos anos, se configurando como a terceira agência com maior valor acumulado em 1889. Devido aos comportamentos diferentes, embora possuíssem semelhanças produtivas e sociais, fica claro a necessidade de uma análise com bibliografia específica de cada localidade para compreender o comportamento da fuga de capitais investidos nas agências Caixa Econômica da Corte nesses municípios.

Gráfico 5.18 Evolução das médias de depósito por cadernetas das agências da Caixa Econômica da Corte, 1880-1889 (em mil-réis)



Fonte: Cálculos próprios.

Para concluir, o **Gráfico 5.18** apresenta as médias por cadernetas as principais agências da Caixa Econômica da Corte na província do Rio de Janeiro entre os anos de 1880 e 1889. O que nos salta aos olhos são alguns valores das médias acima da média da Caixa Econômica da Corte. As agências de Paraíba do Sul, Barra Mansa, Resende, Vassouras, Valença e São Fidélis demonstraram valores por caderneta acima da média da Caixa Econômica da Corte. Esses valores elevados nos indicam, principalmente, que havia que uma boa parte das cadernetas eram responsáveis por depósitos volumosos. É de se imaginar que *senhores do café* investissem parte de suas riquezas em negócios seguros como a Caixa Econômica da Corte demonstrava ser. Vale ressaltar que, por exemplo, o filho de um dos maiores produtores de café e senhor de escravos de Nova Friburgo – Barão de Nova Friburgo – foi conselheiro da Caixa Econômica da Corte ao longo da década de 1880⁴³⁴.

Assim como a Caixa Econômica da Corte foi um laboratório para a expansão de caixas econômicas do governo para cada capital de província, as agências da Caixa Econômica da Corte na província do rio de Janeiro também funcionavam como exemplo a ser seguido nas demais províncias brasileiras. A ideia era ter uma agência da caixa econômica em cada município e aproveitar dos órgãos públicos já estabelecidos em cada município – Mesa de

⁴³⁴ Como notado no Capítulo 4.

Rendas ou Collectorias. Os gastos com funcionários, a prior, sequer existiam, uma vez que aproveitariam dos funcionários públicos já estabelecidos nesses órgãos do governo e lhes concederiam parte dos ganhos da agência de depósitos do governo. Esse modelo estabelecido nas cidades do interior da província do Rio de Janeiro foi bem desenvolvido, alcançando somas importantes se compararmos com as caixas econômicas sediadas nas capitais de outras províncias. O governo brasileiro percebia que essas agências só poderiam lhe render ainda mais investimentos diretos.

Capítulo 6 A Caixa dos Pobres? O perfil socioeconômico dos poupadores da Caixa Econômica da Corte

Começarão a funcionar em 4 de novembro do ano passado e parecem destinados a prestar uteis serviços às **classes pobres** da nossa população e em geral a todas as pessoas que procurem um cofre seguro onde depositem e vão acumulando o fructo de seu honesto trabalho e previdentes economias.⁴³⁵

A Caixa Econômica da Corte iniciou suas atividades no dia 4 de novembro de 1861. Essa caixa de depósitos tinha como sua única função receber “pequenas economias das classes menos abastadas”, assegurá-las e restituí-las “sob garantia do Governo Imperial”.⁴³⁶ Essa sua função de atender às “classes pobres”, como aduzida pelo Ministro da Fazenda (Visconde do Rio Branco) na epígrafe do capítulo, era recorrentemente destacada nos periódicos, relatórios, propagandas e, provavelmente, discutida pela população carioca.

Esse direcionamento, no entanto, não fora respeitado, isto é, não era um impedimento para que camadas sociais emergentes ou mesmo abastadas⁴³⁷. Como citado nos capítulos anteriores, as Caixas Econômicas administradas pelo governo imperial, especialmente a situada na Corte, recebiam críticas por possuir uma clientela com significativos cabedais.⁴³⁸ Todavia, uma parcela significativa de clientes, considerados como ‘classes pobres’ ou ‘menos abastados’, configuravam entre os poupadores dessas caixas econômicas. Isso denotava que sua principal função – de ‘assegurar’ as economias dos marginalizados financeiramente e integrá-los aos benefícios da ‘moral econômica’ – era cumprida.

Como há certa lacuna de estudos sobre a pobreza urbana brasileira oitocentista, acreditamos que estudar os mecanismos de combate a essa pobreza podem elucidar ou, ao menos, contribuir para a compreensão de fenômeno social da pobreza. As caixas econômicas, ainda que não tivessem como pretensão erradicar a pobreza, buscavam, a partir da ideia da previdência, evitar que a miséria alcançasse os seus poupadores em momentos infortúnios.

Nesse capítulo, temos o principal objetivo de responder a pergunta que lhe intitula – Caixa dos Pobres? Essa resposta será apresentada por meio de uma composição de fontes, quantitativas e qualitativas, para tentar esclarecer quem eram esses poupadores da Caixa Econômica da Corte e a quais classes eles pertenciam. Ainda com a dificuldade das lacunas das

⁴³⁵ Relatório do Ministério da Fazenda do ano de 1861. Grifos nossos.

⁴³⁶ BRASIL, Regulamento da Caixa Econômica. Decreto nº 2.723, de 12 de Janeiro de 1861. Capítulo I, Art. 1º. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2723-12-janeiro-1861-556013-publicacaooriginal-75580-pe.html>. Acessado em 26 de dez. 2019.

⁴³⁷ Esses termos serão discutidos posteriormente.

⁴³⁸ As críticas foram apresentadas na página 133-134 quando, em meados da década de 1880, especificamente o ano de 1885, a última reforma dos estatutos das caixas econômicas brasileiras estava sendo discutida.

nossas fontes, analisaremos os momentos de maior capacidade e menos capacidade de poupança a partir das séries de preços e salários da historiografia econômica brasileira.

O capítulo é dividido em três partes para além dessa introdução: na primeira parte discorreremos sobre a pobreza no Brasil oitocentista e as diferentes camadas sociais que eram atendidas pela Caixa Econômica da Corte; na segunda parte faremos um esforço analítico para configurar o custo de vida a partir da série de preços e salários desses dessas diferentes categorias socioprofissionais de poupadores e, como consequência, traçaremos os momentos mais oportunos para poupar; por fim, na terceira parte, definiremos o perfil dos clientes da Caixa Econômica da Corte e ponderaremos quanto ao cumprimento de sua função primordial de atender à “classe dos pobres”.

6.1 A pobreza no Brasil Oitocentista

Em suas origens, as caixas econômicas prezaram por integrar ao sistema financeiro aqueles que eram deixados à margem pelas instituições financeiras tradicionais. As caixas econômicas desenvolvidas no século XIX ainda mantinham o caráter previdenciário e economicamente moralizante das pioneiras no final do século XVIII. A novidade dessas caixas econômicas do século XIX era sua associação com o Estado e a sua criação no Brasil está intrinsecamente ligada com a percepção do problema da pobreza.

Veja, a implicação não é que havia uma preocupação social do Estado ou que a assistência aos mais pobres configurassem parte da agenda estatal. As poucas instituições públicas de assistência mútua tinham ligação a camadas sociais médias urbanas⁴³⁹ ou ainda possuíam a caridade religiosa como principal incentivador⁴⁴⁰. No entanto, as caixas econômicas tinham uma função dupla muito clara: em uma ponta incutir a previdência e a economia às “classes mais pobres” e, na segunda ponta, absorver os capitais, outrora, dispersos por essa mesma camada social, a qual não era vista como clientes pelos bancos e/ou não possuíam cabedais, ou mesmo informações, para compra de ações e títulos da dívida pública.⁴⁴¹

⁴³⁹ Como o Montepio dos Servidores do Estado.

⁴⁴⁰ Ver FRANCO, Vitor Hugo Monteiro. **Escravos da religião: família e comunidade nas propriedades beneditinas no Recôncavo da Guanabara (1817-1857)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019. MAROTTA, Marconni C. **Previdência e assistência no Brasil Imperial: as demandas por aposentadorias e pensões junto ao governo monárquico**. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

⁴⁴¹ Essa dupla função é explícita nos relatórios do Ministério da Fazenda e no próprio estatuto da Caixa Econômica da Corte de 1861. Essa discussão já foi realizada nos capítulos anteriores.

No que se refere à percepção do Estado ao ‘problema’ da pobreza, devemos, em primeiro lugar, tentar esclarecer o conceito de pobreza.⁴⁴² Cláudia Viscardi, em um artigo recente sobre a pobreza e a assistência na Primeira República no Brasil, afirma que o conceito de pobreza é variável em diferentes contextos, épocas e agentes. Segunda Viscardi, a pobreza esteve relacionada à necessidade de trabalho, enquanto, recentemente, a sua ausência.⁴⁴³

Partindo dessa premissa de Viscardi, a pobreza no Brasil oitocentista está relacionada à necessidade de trabalho, isto é, apenas os ‘pobres’ ou ‘despossuídos’⁴⁴⁴ precisavam trabalhar, uma vez que “por trabalho se entendia apenas a prática manual”⁴⁴⁵. Corroborando com a conceitualização de pobreza de Viscardi, Laurence Fontaine, ao analisar a pobreza e crédito na França pré-industrial, relata que o pobre é visto como “que, possuindo tão somente seu trabalho, está suscetível se, por um motivo qualquer, não poder mais trabalhar”.⁴⁴⁶

Essas visões compreendem a pobreza oitocentista, seja no Brasil ou na França pré-industrial, como a ausência do necessário para viver e a dependência exclusivamente do trabalho para buscar a sobrevivência. Essa compreensão é corroborada também pelas definições desses termos no dicionário da época, no qual “pobre” e “pobreza” são relatados como “a quem falta o necessário para a vida”⁴⁴⁷. Na nossa concepção, ousamos dizer que o pobre ou aqueles em condição de pobreza são aqueles que estão na margem de risco, isto é, pequenas variações, sejam no preço do custo de vida (alimentação, moradia e renda) ou ausência de trabalho podem significar endividamento, subnutrição, miséria e até mesmo a morte. Em graus diferentes de consequência, o pobre não pode errar, pois esse erro pode lhe custar caro.

De modo geral, nas sociedades pré-industriais europeias, a pobreza e suas causas eram vistas a partir de um aspecto moral e religioso, isto é, o pobre era o inválido, o infortunado e digno de caridade, a qual era vantajosa para aqueles que podiam fazê-la. Assim, como aludido por Viscardi, a pobreza se tornava um “valor de troca”, favorável tanto para o rico quanto para o pobre.⁴⁴⁸ Essa visão moral e religiosa das causas sobre a pobreza incentivou, de certo modo,

⁴⁴² Quando dizemos ‘tentar’, é uma mea-culpa prévia, pois não é o foco principal da tese e há muitas divergências a respeito do entendimento quanto ao conceito de pobreza.

⁴⁴³ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. “Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República”. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, dez 2011. P. 2-3.

⁴⁴⁴ Entenda aqui aqueles que não possuíam bens que gerassem renda para não haver necessidade de trabalhar, ex.: imóveis, fazendas, ações, escravos etc.

⁴⁴⁵ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Op.cit.** p.180.

⁴⁴⁶ FONTAINE, Laurence. Pobreza, crédito e redes sociais na Europa pré-industrial. **Tempo (Niterói, online) I Vol 22 n.40.** p. 427-441, mai-ago, 2016. P.1.

⁴⁴⁷ SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Quarta Edição. Tomo II. Lisboa: Imprensa Regia. 1831.

⁴⁴⁸ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Op.cit.** p. 180.

a criação das primeiras instituições de microfinanças, dentre elas os primeiros *savings banks* na Grã-Bretanha do século XVIII.⁴⁴⁹

A definição sobre a pobreza e o pobre pouco se alterara entre os séculos XVIII e XIX no cenário europeu. No entanto, as causas e motivações por trás da pobreza foram alteradas significativamente. Esse paternalismo da caridade dá lugar ao individualismo advindo, principalmente, do desenvolvimento urbano, do êxodo rural (expulsão dos camponeses do campo) e dos ideais do liberalismo econômico disseminado no século XIX, principalmente nos países industrializados ou em processo de industrialização. Viscardi afirma que essa nova visão sobre a pobreza baseada nesse liberalismo econômico oitocentista

pressupunha que os pobres que não eram incapazes (doentes, idosos ou crianças) permaneciam pobres por não se interessar pelo trabalho, por não saber poupar, por não ter sido educados para administrar seus bens com competência, por não conseguir estabelecer vínculos familiares de proteção mútua ou por viver sem temperança, ou seja, toda a responsabilidade pela situação em que se encontravam era a eles atribuída e podia ser explicada em termos individuais.⁴⁵⁰

A individualização alcançava também as próprias maneiras de lidar com a pobreza. Os mais religiosos se apoiavam na caridade seletiva (alguns mereciam ser ajudados) para criar mecanismos de solucionar ou pelo menos diminuir a pobreza⁴⁵¹, assim as instituições de cunho religioso de pequeno crédito (*penny banks*) e mesmo as instituições de cunho previdenciário (como as caixas econômicas, entre outras) proliferavam por toda Europa⁴⁵².

No entanto, esses mecanismos individuais, ligados principalmente a caridade, não eram suficientes para lidar com um problema social. A pobreza começa a ser questionada como um problema sistêmico, o qual o Estado deveria se responsabilizar, não apenas o indivíduo. Essa mudança de perspectiva sob a pobreza é devida principalmente a ampliação do processo de urbanização e a conscientização das classes trabalhadoras.

No Brasil oitocentista, a pobreza não era vista ainda como um problema social. Não era preocupação do governo imperial desenvolver mecanismos para equacionar as desigualdades sociais, afinal, no país ainda se perdurava o sistema escravista, o qual só foi abolido quando já não era mais possível se sustentar⁴⁵³. Os mecanismos de combate à pobreza no Brasil

⁴⁴⁹ HORNE, Oliver H. **Op.cit.** p 10.

⁴⁵⁰ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Op.cit.** p. 181.

⁴⁵¹ *Ibidem*, p. 182.

⁴⁵² HORNE, Oliver H. **Op.cit.** p. 15.

⁴⁵³ O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão em 1888.

oitocentista estavam relacionados às iniciativas individuais de assistência e mutualismo, as quais possuíam caráter paternalista, caridoso e/ou filantrópico.

A história das caixas econômicas no Brasil se enquadra nesse quadro de iniciativas privadas, paternalistas e filantrópicas, com o interesse de moralizar economicamente uma parte da população brasileira ao mesmo tempo que se afastavam da caridade praticada por associações religiosas, uma vez que o ato de poupar é uma ação individualista e previdenciária.

Dessa forma, nas visões apresentadas anteriormente sobre a mudança do entendimento das causas e motivações da pobreza, é razoável supor que o Brasil, representado por sua elite política conservadora, não compreendia a pobreza enquanto mal sistêmico coletivo, mas responsabilizava individualmente os mais pobres. A razão disso, na nossa compreensão, está relacionada as embrionárias classes trabalhadoras, isto é, a predominância das relações não capitalistas de trabalho.

A discussão sobre a pobreza enquanto um problema nacional não foi pauta política no Brasil Imperial. Somente no começo do século XX que algumas iniciativas foram tomadas, começando por um estudo sobre os estabelecimentos e instituições de caridade e de assistência pública e privada na capital do país – o Rio de Janeiro. Ainda que o período exceda bastante a baliza cronológica dessa tese, o estudo realizado pelo desembargador Ataulpho Nápoles de Paiva (1867-1955) nos ajuda a esclarecer alguns pontos.

Tendo concluído sua análise no começo da década de 1920, Paiva avaliava a necessidade de uma ampla reforma de assistência à pobreza, pois não havia preocupação estatal com a pobreza. O autor ainda avaliava que a escravidão foi decisiva para a situação da extrema pobreza instaurada no país, o que fazia urgir uma ação reparadora por parte do Estado para reverter o quadro.⁴⁵⁴

Os pobres estavam relegados a algumas iniciativas individuais, religiosas ou, quando públicas, tinham caráter previdenciário, como o caso das caixas econômicas. No caso das caixas econômicas, previa-se que aquele que recebia o auxílio de poder assegurar seus depósitos, tivesse a priori algum pecúlio, ou seja, os miseráveis pouco aproveitavam e eram relegados ao assistencialismo da caridade, normalmente religioso.

Ora, no período em que Paiva vivia e preparava seu estudo, o Rio de Janeiro havia passado por reformas urbanas estruturais, bem como motins populares como a Revolta da

⁴⁵⁴ PAIVA, Ataulpho Nápoles de. **Assistência pública e privada no Rio de Janeiro: história e estatística**. Rio de Janeiro: Typografia do Anuario do Brasil. 1922. *Apud* VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Op.cit.* p. 189.

Vacina, as quais diz muito sobre a condição de miséria da população carioca.⁴⁵⁵ Foi justamente nesse momento de ampliação urbana que a pobreza foi vista como um problema a ser tratado.

Dado que a pobreza não era vista como um problema pelo governo imperial, pouco foi falado ou estudado pelos contemporâneos oitocentistas brasileiros. Isso explica a dificuldade de definir quem eram os pobres no Brasil oitocentista, pois, se seguirmos a definição de pobres exposta nos dicionários da época – “a quem falta o necessário para a vida” – a Caixa Econômica, instituição de poupança, não poderia definir como seu público-alvo as “as classes pobres”, pois se lhes faltam, como poderiam poupar?

Dessa forma, optamos trabalhar e compreender a pobreza a partir das percepções levantadas pelas autoras citadas anteriormente (Viscardi e Fontaine), as quais buscaram definições sobre a pobreza e os pobres como aqueles que dependiam unicamente dos seus trabalhos para a sobrevivência, ou seja, os destituídos de bens que lhe rendessem ou substituíssem seus trabalhos. A renda e os custos de vida se tornam, assim, fundamentais para determinarmos qual era essa pobreza que as caixas econômicas almejavam atendê-la.

Vale pontuar que essa discussão de pobreza é restrita ao âmbito urbano e de uma economia altamente mercantilizada. Uma análise dos pobres das zonas rurais implicaria em outros conceitos e fundamentações teóricas, porque suas rendas e custos de vida são operadas a partir de outras lógicas socioeconômica e culturais.

6.2 O preço de se morar na Corte: custos de vida e renda no Rio de Janeiro do século XIX

Nessa seção, faremos o esforço analítico de compreender o percentual dos custos de vida nas rendas mensais de uma série de categoriais profissionais de homens livres do império brasileiro. É claro que uma série de variáveis (gastos culturais, de lazer, vestuário, entre outros) não são levadas em consideração devido, principalmente, a dificuldade de precisá-las tanto em termos documentais quanto pela frequência dessas variáveis. Dessa forma, os gastos considerados fixos e fundamentais (alimentação e moradia) são a base para nossa avaliação.

Dito isso, em um trabalho recente, Rodrigo Goyena Soares analisou a estratificação social nos últimos anos do Brasil Império a partir dos critérios de renda. Ao analisar as

⁴⁵⁵ SILVA, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da. “Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos”. *urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana*, Curitiba, v. 11, e20180179, 2019. ABREU, M. A. (2003). *Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução*. Revista Rio de Janeiro, (10), 161-177.

principais categoriais socioprofissionais expostas nas listas eleitorais da década de 1870, em especial a do ano de 1876, Soares constata que o Brasil oitocentista era “significativamente igualitário” levando-se em consideração a renda da população ativa e livre⁴⁵⁶. Com os salários levantados a partir das listas eleitorais, as quais obrigavam os eleitores, votantes e possíveis eleitos a declararem a renda devido ao voto censitário, Soares pode demonstrar essa “renda igualitária” a partir do coeficiente de Gini, apresentada no **Gráfico 6.1** extraído de sua obra.

O coeficiente da década de 1870 apresentado no **Gráfico 6.1** nos informa que não superava o número de 0,31, isto é, estava distante do número 1, representando assim uma igualdade de rendas. Contudo, Soares nos informa que esse nivelamento se dá por baixo, onde 60% da população mais pobre possuía 40% da renda salarial. Dessa forma, podia-se afirmar, em consonância com a análise de Soares, que a população imperial não se caracteriza por ser rica.⁴⁵⁷

Além de definir a plenitude dos direitos políticos e o que se definia como cidadão pleno, o critério de renda determinava o acesso da população aos níveis de moradia (central ou periférica), alimentação, vestuário, acesso à cultura e saúde. Portanto, a renda, na visão de Soares, era

um critério de visibilidade e de atenção social, o que punha em xeque, igualmente, os direitos civis. A cor da pele, a geração, o gênero ou a região contavam, não resta dúvida; mas, sintomaticamente – e em que pese o tempo de uma vida não desfazer a obra de três séculos de escravidão – o negro que enriquecia cosmopolizava-se nos círculos sociais brancos; o jovem que fazia fortuna amadurecia; a mulher que trabalhava empobrecia, porque o trabalho feminino só poderia ser necessidade das classes populares; e o interiorano bem-sucedido na capital civilizava-se.⁴⁵⁸

Dessa forma, no Brasil oitocentista, na visão de Soares, em primeiro lugar, a classe fazia-se pelo critério da renda, o qual determinava, por conseguinte, as identidades culturais e coletivas, bem como os diferentes níveis de consumo e espaços de socialização.⁴⁵⁹

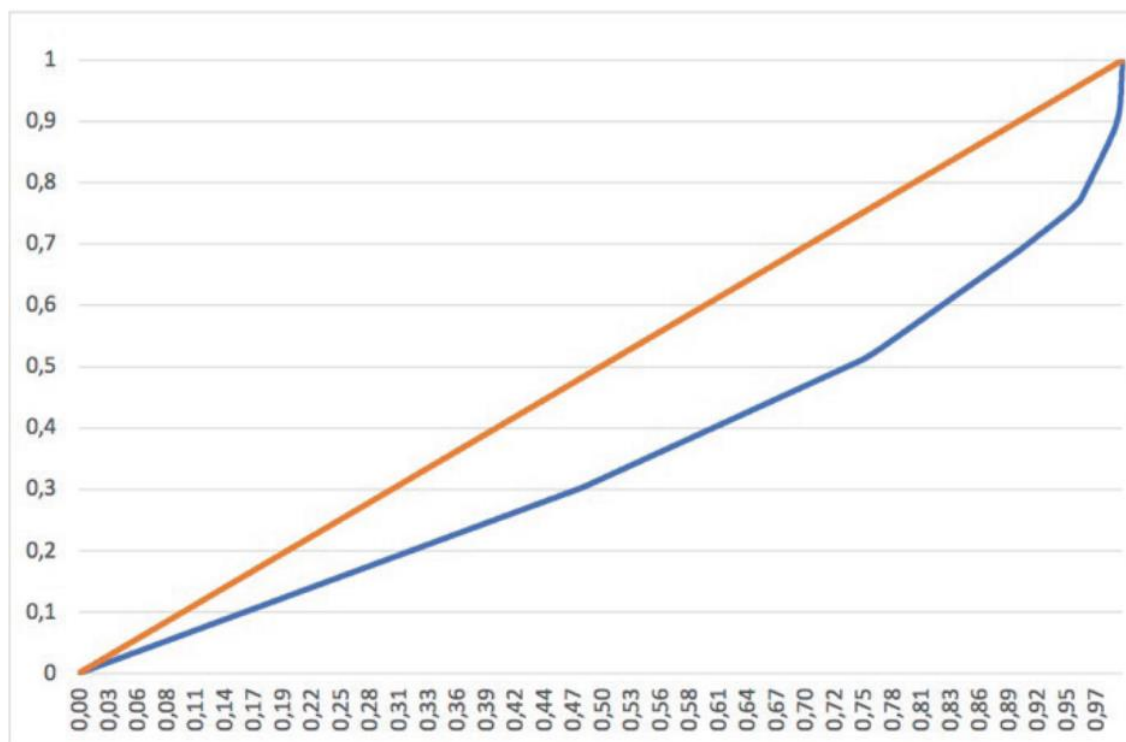
⁴⁵⁶ SOARES, Rodrigo Goyena. Estratificação profissional, desigualdade econômica e classes sociais na crise do império. Notas preliminares sobre as classes imperiais. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 446-489, maio/ago. 2019. P. 462.

⁴⁵⁷ Idem.

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 454.

⁴⁵⁹ Idem.

Gráfico 6.1 Coeficiente de Gini – Brasil, 1876.



Fonte: SOARES, Rodrigo Goyena. *Op.cit.* p. 463.

Dessa forma, utilizamos o termo “classe” como a rotulação apolítica que governo imperial fazia, a qual se aproxima principalmente à questão de renda e do poder aquisitivo das profissões. Vale ressaltar que a conscientização e configuração de classes trabalhadores existia no Brasil Imperial, no entanto, ainda era incipiente, alcançando pequena parcelas de trabalhadores, em especial, os urbanos. Esse movimento ganharia mais forças no período posterior ao trabalho nessa pesquisa.⁴⁶⁰

Se a renda não pode ser um critério definidor das classes imperiais, como citado por Soares como uma “acepção weberiana”, tampouco sem a utilização da renda como um critério fundamental pode ser as classes imperiais definidas. Portanto, longe de querer nos furtar do debate teórico das classes imperiais, apenas delegamos essa discussão para outros trabalhos com esse enfoque especificamente. A renda para nós é fundamental para determinar um perfil socioprofissional de poupador, não uma classe poupadora.

⁴⁶⁰ Sobre a formação da classe trabalhadora brasileira, ver: MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro, Tipografia e litografia Carlos Gaspar da Silva, 1890. BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca. Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2007.

Assim, a utilização da análise de Soares se faz fundamental para o desenvolvimento dos perfis dos poupadores da Caixa Econômica, uma vez que essa análise leva consideração os principais levantamentos históricos de custo de vida (moradia, preços dos gêneros e salários)⁴⁶¹. É importante ressaltar que os custos de vida e salários levantados por Soares englobam regiões diferentes, como por exemplo, a região que perpassa o nosso recorte espacial – a cidade do Rio de Janeiro – ele considera como “Região Concentrada”, pois integra as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A definição das regiões (concentrada, periférica e subperiférica) seguiu o critério de semelhanças de rendas segundo as profissões.⁴⁶²

Antes de começar a análise das rendas das classes imperiais, é necessário fazer uma ressalva metodológica e decidimos fazê-la no corpo do texto pela sua importância. As séries salariais históricas possuem lacunas para a década de 1880. A principal fonte primária para desenvolver essas séries eram as listas eleitorais, no entanto, com a promulgação da Lei Saraiva em 1881, as listas foram feitas a partir de alistamento individual e não do órgão do governo, a Junta de Qualificação, assim se tornaram mais simples e com menos informações do eleitor (não mais votante).⁴⁶³

Portanto, devido às lacunas de séries salariais confiáveis para a década de 1880, em especial os últimos anos dessa década, faremos o esforço analítico de considerar os salários de 1876. É claro que essa metodologia é longe do ideal, pois devemos considerar os importantes fatos históricos da década de 1880 (como a Lei Áurea em 1888) e como afetariam os valores dos salários. No entanto, entre não realizar a análise ou fazê-la com essa inadequação, optamos por fazê-la e, sempre que possível, considerar os poucos valores de salários que temos para a década de 1880.

Seguindo a análise, a partir dessas composições de rendas, Soares definiu três categorias de rendas, as quais chamou: as que possuíam rendas mais baixas e consumo precário de “classes populares”; as de rendas intermediárias e padrão de consumo ascendente, com possibilidades de poupança elevada de “classes médias” e as de alto padrão de consumo, investimento e renda elevada de “classes altas”. Essas composições de rendas definidoras das “classes” são, segundo Soares, “oriundos de uma confrontação entre os preços de mercado e o acesso ao consumo, definido consoante a posição na cadeia produtiva”.⁴⁶⁴

⁴⁶¹ Principais seriações de preços históricos LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978; BUESCU, Mircea. Brasil; disparidades de renda no passado. Rio de Janeiro: APEC, 1979; COELHO, Edmundo Campos. As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁴⁶² Ibidem, p. 463.

⁴⁶³ Ibidem, p. 459.

⁴⁶⁴ Ibidem, p. 461.

Ao verificar a **Tabela 6.1**, confirma-se o que foi dito por Soares sobre a renda brasileira ser nivelada por baixo ao olhar que 93,09% da população da Região Concentrada detém uma renda média anual de 369\$857 réis ou 30\$821 réis mensais. Antes de compararmos o poder aquisitivo dessa renda, basta, por ora, notarmos que, segundo Mello, um escravo alugado custava mensalmente 30\$500 réis. Os valores não são semelhantes por acaso.

Tabela 6.1 Rendas da região concentrada em mil-réis, 1876 - Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo

Classe Social	Profissões		Tamanho demográfico em relação à população ativa e livre	Renda Média Anual	Desvio Padrão	Renda Média Mensal	
1. Classes Populares	1.1 Lavradores		44,44%	261\$801	158,67	21\$816	
	1.2 Sub-Operariado Domésticos	1.2.1. Criados, Jornaleiros e Serviços	29,85%	446\$398	264,18	37\$199	
	1.3 Operariado	1.3.1 Artistas	0,96%	781\$359	491,91	65\$113	
		1.3.2 Do Calçado	0,25%	353\$900	200,08	29\$491	
		1.3.3 Do Vestuário	15,55%	493\$120	324,21	41\$093	
		1.3.4 Em Edificações	0,40%	555\$607	371,1	46\$300	
		1.3.5 Em Madeiras	0,81%	442\$618	412,92	36\$884	
		1.3.6 Em Metais	0,44%	502\$530	420,07	41\$877	
		1.3.7 Manufaturas e Fabricantes	0,25%	555\$279	397,87	46\$273	
		1.3.8 Pescadores	0,14%	439\$191	328,63	36\$599	
Soma / renda média ponderada		18,80%	503\$754	337,69	41\$979		
Soma / Renda média ponderada			93,09%	369\$857	228,65	30\$821	
2. Classes Médias	2.1 Pequena Burguesia	2.1.1 Cirurgiões e Parteiros	0,03%	2:281\$352	1737,89	190\$112	
		2.1.2 Comerciantes, Guarda-Livros e Caixeiros	2,30%	1:705\$256	3439,5	142\$104	
		2.1.3 Criadores	1,70%	1:450\$000	801,98	120\$833	
		2.1.4 Farmacêuticos	0,50%	2:037\$483	2035,59	169\$790	
		2.1.5 Marítimos	0,59%	1:101\$773	603,14	91\$814	
		2.1.6 Proprietários	0,22%	862\$323	293,2	71\$860	
		Soma / renda média ponderada		5,34%	1:555\$450	2015,82	129\$620
	2.2 Professores, Homens de Letras e Jornalistas			0,18%	1:597\$819	1280,4	133\$151
	2.3 Funcionários públicos	2.3.1 Empregados Públicos	0,24%	1:509\$146	1423,97	125\$762	
		2.3.2 Militares	0,60%	1:593\$555	1362,22	132\$796	
		2.3.3 Notários, Escrivães e Procuradores	0,07%	1:912\$933	1836,35	159\$411	
		2.3.4 Oficiais de Justiça	0,04%	670\$434	373,85	55\$869	
		2.3.5 Seculares e Regulares	0,06%	1:580\$000	1201,97	131\$666	

		Soma / renda média ponderada	1,01%	1:558\$268	1361,09	129\$855
		Soma / Renda média ponderada	6,53%	1:557\$053	1894,28	129\$754
3. Classes altas	3.1 Alta Burguesia	3.1.1 Advogados	0,04%	4:093\$363	2260,81	341\$113
		3.1.2 Capitalistas (pequenos)	0,18%	2:877\$370	1003,84	239\$780
		3.1.3 Capitalistas (médios)	0,06%	7:452\$239	1432,83	621\$019
		3.1.4 Capitalistas (grandes)	0,01%	17:838\$709	9398,92	1:486\$559
		3.1.5 Engenheiros	-	4:322\$888	2381,96	360\$240
		3.1.6 Médicos	0,05%	4:560\$069	2509,27	380\$005
		Soma / renda média ponderada	0,34%	4:515\$252	1695,72	376\$271
	3.2 Administradores	3.2.1 Homens de Estado	-	12:750\$000	-	1:062\$500
		3.2.2 Juizes	0,02%	5:586\$585	3229,56	465\$548
		Soma / renda média ponderada	0,02%	9:168\$292	3229,56	764\$024
		Soma / Renda média ponderada	0,36%	4:773\$754	1780,93	397\$812

Fonte: SOARES, Rodrigo Goyena. *Op.cit.* Quadro 1 (com adaptações). P. 465. A coluna "Renda Média Mensal" não está presente na tabela do original.

O mercado de trabalho carioca apresentava um alto índice de ofertas de trabalho, no qual não era especificada a condição ou cor do trabalhador a ser contratado. Isso nos permite supor que negros, livres ou escravizados, e brancos pobres, em algum nível, disputavam serviços, pois o que se requeria era pessoas para trabalhar.⁴⁶⁵ Dessa forma, o que Soares classifica como “classes populares”, embora na tabela só se apresente a parte da população livre e ativa devido ao limite da fonte, pode ser muito bem estendida, a nível de comparação, para os escravos, em especial, os escravos de ganho⁴⁶⁶. Mesmo a parte das “classes populares” categorizadas como operariado, é possível estender aos escravos, pois eles se configuravam como manufactureiros: barbeiros, sapateiros e mesmo operários de algumas das fábricas.⁴⁶⁷

Soares subdividiu essas classes populares em três subgrupos profissionais: lavradores, suboperariado e operariado, os quais possuíam, respectivamente, as rendas mensais médias de 21\$816, 37\$199 e 41\$979. Era para essas “classes populares”, de lavradores a manufactureiros, que a Caixa Econômica da Corte fora criada, no entanto, as baixas rendas das profissões permitiam pequena ou nenhuma margem para poupança, como veremos adiante.

A segunda classe social pertenceria às “classes médias”⁴⁶⁸. As classes médias foram subdivididas em três subgrupos: pequena burguesia; professores, homens de letras e jornalistas e funcionários públicos, os quais possuíam, respectivamente, as rendas mensais médias de 129\$620, 133\$151 e 129\$855. A menor renda das classes médias (2.1.6 - proprietários) é aproximadamente 64% maior que a maior renda das classes populares (1.3.7 - operariado: manufaturas e fabricantes), enquanto, se olharmos as médias ponderadas por classes, temos a

⁴⁶⁵ VALENCIA, Carlos Eduardo Villa, *Economia dos Negros Livres*. P. 259.

⁴⁶⁶ Esses negros escravizados eram postos a realizar diferentes trabalhos nas cidades e pagavam uma parcela significativa do recebido aos seus senhores, ficando para si pouco mais do necessário para sobreviver. Essas pessoas podiam ou não residir com seus senhores, mas devido a necessidade de morar próximo às ofertas de trabalho, optavam por residir no centro das cidades. Há uma vasta historiografia que analisa a participação dos escravos ditos “de ganho” ou “a ganho”. Cf. SOARES, Luiz Carlos. *O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro, FAPERJ/7Letras, 2007. ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1821**. Petrópolis, Editora Vozes, 1988. VALENCIA, Carlos Eduardo Villa. **La Producción de la libertad: economía de los esclavos manumitidos em Río de Janeiro a mediados del siglo XX**. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Bogotá, 2011.

⁴⁶⁷ SOARES, Luiz Carlos. "A Indústria na sociedade escravista: As origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX (1840-1860)". In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (org). **História Econômica da Independência e do Império**. - 2.ed. revista. - São Paulo: Hucitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

⁴⁶⁸ A discussão do conceito de classes na estrutura de classes só deve e pode ser feita historicamente ao pensar as relações entre as classes e intraclasses. A utilização do conceito de “classe média” no Brasil promoveria um longo e debate teórico histórico, o qual não é o foco da nossa pesquisa. Sobre essa discussão, ver: PINHEIRO, Paulo Sérgio De M. S. "Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção, Na Vida Política." **Revista Mexicana De Sociología** 37, no. 2 (1975): 445-74.

média ponderada das classes médias (1:557\$053 réis anuais) correspondendo a aproximadamente 4,2 vezes mais que a média ponderada das classes populares (369\$857).

Esses valores demonstram o abismo de poder aquisitivo e capacidade de investimento entre as duas camadas sociais. As classes médias, urbanas em sua maioria, tinham uma margem de economia bem maior, sendo os mais prováveis poupadores nas caixas econômicas, como veremos na parte final desse capítulo.

Por fim, as classes altas, as quais foram subdivididas em dois subgrupos: a alta burguesia e os administradores, os quais possuíam, respectivamente, as rendas mensais médias de 376\$271 e 764\$024 réis. No entanto, se olharmos para as categorias profissionais dentro de cada subgrupo veremos discrepâncias, por exemplo entre os diferentes níveis de capitalistas ou entre as profissões liberais e os Homens de Estado, com exceção dos grandes capitalistas. A margem de economia desse grupo é praticamente imensurável, pois os componentes dificilmente viviam apenas das rendas mensais, acumulando grandes cabedais em posse, escravos e diversos investimentos.

No entanto, é importante ressaltar que a presença de profissionais considerados das “classes altas” entre os poupadores das caixas econômicas é um desvirtuamento do propósito dessas instituições, mas, ao mesmo tempo, não é uma atitude irracional, pois como vemos ao longo dos últimos capítulos, a Caixa Econômica da Corte fidelizava e construía sua clientela a partir da garantia do Estado de restituir os valores depositados e seus juros rendidos. Dessa forma, ainda que houvesse inúmeros investimentos mais rentáveis na praça comercial do Rio de Janeiro, a Caixa Econômica da Corte era um investimento com baixo ou nenhum risco e com retorno garantido de 6 ou 5% ao ano (dependendo do momento da Caixa Econômica).

A análise da renda é mais bem percebida ao comparar com o poder aquisitivo. A **Tabela 6.2 e 6.3**, construída a partir dos dados de Soares⁴⁶⁹ e considerando os valores de inflação calculados por Buescu⁴⁷⁰, apresenta os valores dos principais alimentos consumidos no Rio de Janeiro oitocentista. Por ser uma estimativa, esses valores divergirão de um futuro levantamento de preços para a década de 1880, a qual, até o momento, possui lacunas tanto para salários quanto para as demais variáveis de custo de vida. No entanto, como afirmado por Buescu, o período da década de 1880 até o final do Império do Brasil é marcado por uma “posição estacionária” dos preços, apenas com uma “tendência declinante” nos últimos anos da década. Buescu alega que os preços estacionários poderiam estar relacionados à “relativa estabilidade

⁴⁶⁹ SOARES, Rodrigo Goyena. *Op.cit.*, p. 471.

⁴⁷⁰ BUESCU, Mircea. *Op.cit.*, 223.

do câmbio brasileiro em relação à libra esterlina, bem como uma política de contenção monetária adotada no final da década de 1880.⁴⁷¹

Continuando a análise do custo de vida, para compreender o gasto mínimo com a alimentação, Soares escolheu uma cesta básica composta por 1 kg. dos seguintes alimentos: arroz, bacalhau, batata, café, carne seca e feijão preto. Essa cesta básica, segundo o autor, seria suficiente para alimentar minimamente um trabalhador brasileiro por uma semana⁴⁷².

Essa cesta básica exemplificada por Soares é corroborada com os relatos de alguns viajantes contemporâneos, como o caso do pintor e desenhista Jean-Baptiste Debret, o qual discorreu sobre o jantar no Brasil das diferentes camadas sociais. Debret escreveu que uma família de um “pequeno negociante” punha à mesa repetidamente durante o dia apenas um “miserável pedaço de carne-seca” com aproximadamente 9 a 10 cm quadrados e com espessura fina, além de um “punhado de feijões pretos” misturados com uma pitada de “farinha de mandioca”. Quando um pouco mais abastado, esse pequeno negociante incrementava sua refeição com “lombo de paco assado ou peixe cozido”, uma “cebola” e três a quatro “tomates”, acompanhados de “bananas e laranjas” e servidos unicamente com “água” para beber.⁴⁷³

Quanto ao “jantar” dos mais pobres, Debret relata a pobreza e insuficiência nutricional na dieta dos “escravos e indigentes”, os quais se alimentavam exclusivamente de “dois punhados de farinha-seca, umedecidos na boca pelo sumo de algumas bananas e laranjas”. A dieta dos mais pobres, à margem da miséria, poderia variar, mas basicamente era sustentado pela farinha de mandioca e frutas locais.⁴⁷⁴

Por fim, o jantar dos “mais abastados”, na descrição de Debret, se inicia com “uma sopa de pão e caldo grosso”, a qual era chamada de “caldo de sustância”. Essa sopa é composta por “um pedaço de carne de vaca, salsichas, tomates, toucinho, couves, imensos rabanetes brancos [...]”. Ao mesmo tempo, é servido à mesa um “cozido” feito com “um monte de diversas espécies de carnes e legumes”. Acompanhando o “cozido”, é servido um “escaldado”, isto é, uma “flor de farinha de mandioca”, o qual é misturado com caldo da carne e dos tomates ou camarões. Ao lado desse “escaldado” é servido uma “galinha com arroz” com um prato de “verduras cozidas extremamente apimentado”. Por fim, o jantar é encerrado com uma “salada

⁴⁷¹ BUESCU, Mircea. **Op.cit.** p. 219-220.

⁴⁷² Aqui seguiremos a estimativa para preservar o diálogo com a análise de Soares. Sobre cálculos que levam em consideração a quantidade de quilocalorias, gastos enérgicos, trabalho desempenhado, idade e gênero para trabalhadores no Rio de Janeiro, nesse caso especificamente escravos, ver: VALÊNCIA, Carlos Eduardo Villa. **La producción de la libertad...** p. 217.

⁴⁷³ DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica do Brasil.** Tomo I, Trad. e notas de Sérgio Milliet. Livraria Martins, São Paulo: 1940. Debret esteve no Rio de Janeiro de 1816 a 1831.

⁴⁷⁴ Idem.

inteiramente recoberta de enormes fatias de cebola crua e ade azeitonas escuras e rançosas”. A sobremesa, por sua vez, é normalmente um “doce de arroz” com canela e acompanhado frutas tropicais e com “queijos”, em especial, o queijo de Minas (Minas Gerais, província brasileira).⁴⁷⁵

Tabela 6.2 Preços médios dos alimentos no Rio de Janeiro (1862-1887), em mil-réis

Item	Média dos Preços					
	1862	1870	1875	1880	1885	1887
Açúcar refinado (quilo)	350	385	337	385	389	342
Aguardente (litro)	167	254	254	101	102	90
Alho (réstia)	286	456	400	474	478	420
Amendoim (saca)	4\$600	4\$858	4\$000	4\$736	4\$783	4\$205
Arroz (quilo)	202	257	200	161	163	143
Bacalhau (quilo)	316	462	456	387	391	344
Banha (quilo)	32	1\$063	1\$096	698	705	620
Batata (quilo)	129	169	117	160	162	142
Café moído (quilo)	752	713	770	1\$013	1\$023	899
Carne seca (quilo)	159	265	419	448	452	398
Farinha de Mandioca (quilo)				80	80	64
Feijão preto (quilo)	120	140	146	173	175	153
Manteiga (quilo)	1\$734	2\$528	2\$090	2\$198	2\$220	1\$951
Milho (saca)	4\$643	7\$250	6\$000	6\$000	6\$060	5\$327
Presunto (quilo)	862	1\$342	1\$135	1\$500	1\$515	1\$332

Fonte: BUESCU, Mircea. 300 anos de inflação. Rio de Janeiro: APEC: 1973, p. 213-216 (com adaptações). Os valores em destaque representam cálculos interpolados a partir dos valores da Evolução da Inflação Brasileira (Quadro LX), p. 223.

Seguindo a lógica de Soares, acrescentando a farinha de mandioca por ser um alimento bem recorrente na dieta brasileira, um carioca dispenderia, para o custeio de uma alimentação precária semanal, o valor aproximado de 2\$422 em 1880, 2\$447 em 1885 e 2\$150 em 1887. Considerando todo o mês, o custo da alimentação básica alcançaria 9\$688, 9\$788, 8\$600 respectivamente para os anos de 1880, 1885 e 1887. Portanto, a alimentação básica e precária representaria 31,4%, 31,8% e 27,9% respectivamente para os anos de 1880, 1885 e 1887 da média da renda mensal das “classes populares”. Isso significa dizer que quase um terço da renda desses profissionais mais pobres era dispendido para sua alimentação.

O custo de vida não estaria minimamente representado se não incorporasse os gastos com a moradia. A **Tabela 6.3** foi feita de maneira semelhante à **Tabela 6.2**. Levamos em consideração os valores levantados por Soares através dos anúncios de aluguéis no Jornal do

⁴⁷⁵ Idem.

Comércio e calculamos a evolução inflacionário a partir dos valores informados por Buescu para a década de 1880. Desse modo, temos a progressão dos valores de aluguéis mensais para diferentes freguesias do Rio de Janeiro e opções de cômodos, sobrado e casa.

Como já citado no primeiro capítulo, na segunda metade do século o Rio de Janeiro passava por um longo processo de modernização urbana, com a criação de linhas ferroviárias e bondes. Ao mesmo tempo a cidade apresentava as contradições de um crescimento mal planejado e desigualdade, contrastando a miséria e essa modernidade, principalmente no centro da cidade. O Rio de Janeiro, como citado por Maurício de Abreu, começava a ganhar seus contornos sociais, dessa forma, os mais ricos se afastavam da pobreza ao migrarem para freguesias que, outrora, eram consideradas zonas rurais da cidade.⁴⁷⁶

Entre as ruas Direita, Candelária e Rua da Quitanda concentravam-se principais as atividades comerciais, os maiores escritórios e incontáveis lojas, mas, ao mesmo tempo, demandava constantemente serviços braçais, principalmente nas zonas portuárias que recebiam produtos em seus armazéns e trapiches todos os dias.

Os mapas georreferenciados da concentração das dívidas bancárias (Anexo XX), dos maiores clientes das casas bancárias (Anexo 5), das localizações das instituições financeiras (Anexo 6), dos principais agentes comerciais e da oferta de trabalho (Anexo 7) no começo da década de 1860 nos afirmam o quadrante demarcado anteriormente, onde o dinheiro no Rio de Janeiro preferia circular. A partir disso, podemos compreender a localização dos negros livres (Anexo 8), um grupo que representa parte das classes populares da cidade do Rio de Janeiro, estar bem próximo, circundando o quadrante, no qual o dinheiro circula. Isso representa a necessidade de as camadas mais pobres residirem próximo aos seus empregos, assim evitando custos e horas de deslocamento, ou seja, mil-réis perdidos.

Tabela 6.3 Preços médios dos aluguéis no Rio de Janeiro (1875-1887), em mil réis

Freguesia	Médias dos preços, por mês											
	1875			1880			1885			1887		
	Cômodo	Sobrado	Casa	Cômodo	Sobrado	Casa	Cômodo	Sobrado	Casa	Cômodo	Sobrado	Casa
Candelária	34\$200	79\$100	150\$000	40\$493	93\$654	177\$600	40\$898	94\$591	179\$376	35\$949	83\$145	157\$672
Engenho Velho	11\$250	37\$000	68\$800	13\$320	43\$808	81\$459	13\$453	44\$246	82\$274	11\$825	38\$892	72\$319
Espírito Santo	27\$750	43\$700	95\$300	32\$856	51\$741	112\$835	33\$185	52\$258	113\$964	29\$169	45\$935	100\$174
Glória	21\$700	80\$000	13\$5000	25\$693	94\$720	159\$840	25\$950	95\$667	161\$438	22\$810	84\$091	141\$904
Lagoa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Niterói	-	16\$600	50\$000	-	19\$654	59\$200	-	-	59\$792	-	-	-

⁴⁷⁶ ABREU, Maurício de. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. P. 37.

Sacramento	33\$100	83\$750	-	39\$190	99\$160	-	39\$582	100\$152	-	34\$793	88\$033	-
Santana	27\$000	58\$000	80\$000	31\$968	68\$672	94\$720	32\$288	69\$359	95\$667	28\$381	60\$966	84\$091
Santo Antônio	25\$000	50\$000	70\$000	29\$600	59\$200	82\$880	29\$896	59\$792	83\$709	26\$279	52\$557	73\$580
São Cristóvão	-	34\$750	-	-	41\$144	-	-	-	-	-	-	-
São José	-	30\$000	-	-	35\$520	-	-	-	-	-	-	-
Santa Rita	25\$000	80\$000	-	29\$600	94\$720	-	29\$896	95\$667	-	26\$279	88\$4091	-

Fonte: SOARES, Rodrigo Goyena. *Op.cit.* p. 473 (com adaptações). Os valores em destaque representam cálculos interpolados a partir dos valores da Evolução da Inflação Brasileira BUESCU, Mircea. *Op.cit.*, Quadro LX. p. 223. OBS: Soares considerou como “cômodo” um quarto ou dependência individual dentro de uma casa ou sobrado; como “sobrado”, um apartamento com sala, cozinha, banheiro e até dois quartos e como “casa” a residência com mais de uma sala, de dois a cinco quartos, mais de um banheiro e cozinha.

Mesmo no centro da cidade as opções não eram nada favoráveis. Os custos de alugar apenas um cômodo nas freguesias centrais de Candelária, Santo Antônio e Santa Rita eram, respectivamente, 34\$200, 29\$600 e 29\$600 réis em 1880, aumentando ligeiramente até a metade da década e diminuindo nos anos finais. Esses valores representavam, para as classes populares, praticamente a totalidade de suas rendas. Mesmo se considerarmos o subgrupo com a maior renda (1.3 operariado) entre as classes populares, ainda assim os aluguéis corresponderiam grande parte de suas rendas: na Candelária 81% e em Santo Antônio e Santa Rita 71%. Esses aluguéis no centro da cidade somados ao custo da alimentação precárias excedem as rendas mensais desses trabalhadores.

O impedimento de alugar mesmo um cômodo nas regiões centrais da cidade nos permite supor alguns pontos: 1) os cômodos, ainda que pequenos, eram compartilhados por mais de uma pessoa, seja de um grupo familiar ou não. Nesse caso dividiria os custos do aluguel, poderia ser feito com algum membro da família (filhos e esposa) ou com outros trabalhadores. Isso é corroborado com a formação dos famosos barracões no centro do Rio de Janeiro, os quais serão removidos pelas reformas urbanas de Pereira Passos no começo do século XX com o propósito de higienização e urbanização; 2) o afastamento cada vez maior do centro devido aos altos preços, os quais diminuía pela distância, como pode ser visto nos aluguéis para Niterói (do outro lado da baía da Guanabara), Engenho Velho (atuais bairros da Tijuca, Maracanã, Vila Isabel, Grajaú e Rio Comprido), entre outros. No entanto, o afastamento implica custos e horas de deslocamento, os quais podiam chegar a 400 réis diários (10\$400 se considerarmos 26 dias de trabalho no mês) no caso das barcas de Niterói para cruzar a baía ou dos bilhetes ferroviários da Estrada de Ferro Dom Pedro II.⁴⁷⁷

Em ambas situações acima, o custo dos aluguéis cairia pela metade, ficando em torno de 48% da renda nos valores do ano de 1880, o qual somado com cerca de 31,4% do custo da

⁴⁷⁷ SOARES, Rodrigo Goyena. *Op.cit.* p.469.

alimentação, a margem restante da média da renda dos trabalhadores das classes populares seria em torno de 20,6% ou 6\$349 réis. No ano de 1885, a margem restante diminuiria para 6\$071 réis e, no ano de 1887, devido à redução dos preços, alcançaria 9\$123 réis. Não podemos supor que essa margem restante seja destinada para investimentos, como poupança. Vale lembrar que não foram considerados custos usuais como vestimentas, ferramentas, saúde e lazer⁴⁷⁸.

As classes médias podiam morar em sobrados, com maior espaço e privacidade, capaz de abrigar todos os membros de sua família. No entanto, considerando o menor valor do aluguel de sobrado em Santo Antônio no ano de 1880 (59\$200) e a renda média das classes médias (**Tabela 6.1**), os valores de aluguéis das freguesias centrais corresponderiam a 46% das rendas dessas pessoas.

É razoável supor que a alimentação das classes médias fosse, em algum grau, mais incrementada em relação às das classes populares. Seja podendo incrementar com mais proteína animal e com maior quantidade ou considerando gastos maiores por incorporarem dependentes⁴⁷⁹, a alimentação das classes médias deveria ter um custo bem superior aos das classes populares. Posto isso, se dobrarmos o valor gasto pelas classes populares em alimentação no intuito de refletir as considerações anteriores, apresenta-se 15% da média das rendas mensais das classes médias.

Desse modo, somando os valores estipulados de moradia e alimentação, calcula-se que 61% da média das rendas das classes médias estariam comprometidos esses custos. Isso nos permite supor que a margem restante da renda mensal é considerável, aproximadamente 50\$604 réis para os anos de 1880 e 1885, enquanto o ano de 1887 teria um aumento considerável para 59\$427 réis. A mesma observação anterior deve ser levada em consideração, pois eventuais gastos (cultura, lazer, vestuário etc.) não foram deduzidos.

Quanto às classes altas, os subgrupos apresentam rendas bastante díspares. Deve-se considerar que essas pessoas, normalmente, possuíam imóveis herdados ou quitados, bem como outros bens, como escravos, além de ativos que complementavam suas rendas. Nesse caso, faremos uma análise considerando uma situação completamente hipotética, e pouco representativa pelo o conhecimento histórico da riqueza brasileira, das pessoas das “classes

⁴⁷⁸ Soares apresenta no Quadro 6 preços de peças de vestuário no Rio de Janeiro. Ver: SOARES, Rodrigo Goyena. *Op.cit.* p. 472.

⁴⁷⁹ Para as classes médias e altas deve-se considerar a renda única familiar a partir do trabalho da figura masculina, pois o trabalho feminino era considerado imoral e, portanto, repudiado por essas classes. Sobre o papel da mulher na sociedade oitocentista, ver AZZI, Riolando. “Famílias e valores no pensamento brasileiro (1870-1950)”. Um enfoque histórico. In. RIBEIRO, Ivete. **Sociedade brasileira contemporânea. Famílias e valores**. São Paulo: Edições Loyola, 1987. p. 85-120. HAHNER, June. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940**. São Paulo: Editora Mulheres, 2003. SAMARA, Eni de Mesquita. “Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafézais”. **Estudos Cedhal**. n.10. p.40 São Paulo: Humanitas, 1986.

altas” que vivessem exclusivamente das rendas de suas profissões e que precisassem pagar aluguéis. Consideramos o esforço válido no intuito de demonstrar a desigualdade econômica e o contraste social nas principais ruas da cidade do Rio de Janeiro.

No subgrupo “alta burguesia”, os médicos, engenheiros e advogados possuíam uma renda média mensal de em torno de 330\$285 réis⁴⁸⁰. Considerando o aluguel de um sobrado mais custoso em 1880, na freguesia central de Sacramento (99\$160 réis ao mês), os profissionais do subgrupo “alta burguesia” citados anteriormente dispenderiam, respectivamente, cerca de 30% de suas rendas mensais.

É inviável tentar calcular precisamente os gastos com alimentação para os mais ricos. Como descrita anteriormente, os jantares dos mais abastados eram verdadeiros banquetes e, provavelmente, variavam frequentemente. Esses custos da alimentação somados aos eventuais custos (vestuário, cultura, lazer etc.) dificilmente ultrapassariam o mesmo percentual do valor dos aluguéis. Portanto, se considerarmos um gasto semelhante entre os aluguéis, alimentação e eventuais gastos, as rendas mensais médias para os profissionais liberais citados (médicos, engenheiros e advogados) estariam com 60% respectivamente comprometidas. Isso significa dizer que, por alto, eles teriam, respectivamente, uma margem de economia mensal de cerca de 132\$144 réis para os anos de 1880 e 1885 e uma melhora significativa 19\$787 a mais no ano de 1887 (151\$931).

⁴⁸⁰ Nesse momento excetuamos os valores dos “capitalistas” por serem divididos em três categorias distintas de nível de renda.

Tabela 6.4 Custos com Moradia, Alimentação e a Margem Econômica divididos por categoria profissional (1880, 1885 e 1887)

Classe social	Profissões		Renda	1880			1885			1887		
				Moradia	Alimentação	Margem Econômica	Moradia	Alimentação	Margem Econômica	Moradia	Alimentação	Margem Econômica
1. Classes Populares	1.1 Lavradores		21\$817	6\$660	9\$688	5\$469	6\$727	9\$788	5\$302	5\$913	8\$600	7\$304
	1.2 Sub-Operariado Domésticos	1.2.1. Criados, Jornaleiros e Serviços	37\$200	14\$800	9\$688	12\$712	14\$948	9\$788	12\$464	13\$140	8\$600	15\$460
	1.3 Operariado	1.3.1 Artistas	65\$113	14\$800	9\$688	40\$625	14\$948	9\$788	40\$377	13\$140	8\$600	43\$374
		1.3.2 Do Calçado	29\$492	14\$800	9\$688	5\$004	14\$948	9\$788	4\$756	13\$140	8\$600	7\$752
		1.3.3 Do Vestuário	41\$093	14\$800	9\$688	16\$605	14\$948	9\$788	16\$357	13\$140	8\$600	19\$354
		1.3.4 Em Edificações	46\$301	14\$800	9\$688	21\$813	14\$948	9\$788	21\$565	13\$140	8\$600	24\$561
		1.3.5 Em Madeiras	36\$885	14\$800	9\$688	12\$397	14\$948	9\$788	12\$149	13\$140	8\$600	15\$145
		1.3.6 Em Metais	41\$878	14\$800	9\$688	17\$390	14\$948	9\$788	17\$142	13\$140	8\$600	20\$138
		1.3.7 Manufaturas e Fabricantes	46\$273	14\$800	9\$688	21\$785	14\$948	9\$788	21\$537	13\$140	8\$600	24\$534
1.3.8 Pescadores	36\$599	14\$800	9\$688	12\$111	14\$948	9\$788	11\$863	13\$140	8\$600	14\$860		
2. Classes Médias	2.1 Pequena Burguesia	2.1.1 Cirurgiões e Parteiros	190\$113	59\$200	19\$376	111\$537	59\$792	19\$576	110\$745	52\$557	17\$200	120\$356
		2.1.2 Comerciantes, Guarda-Livros e Caixeiros	142\$105	59\$200	19\$376	63\$529	59\$792	19\$376	62\$937	52\$557	17\$220	72\$328
		2.1.3 Criadores	120\$833	59\$200	19\$376	42\$257	59\$792	19\$376	41\$665	52\$557	17\$220	51\$056
		2.1.4 Farmacêuticos	169\$790	59\$200	19\$376	91\$214	59\$792	19\$376	90\$622	52\$557	17\$220	100\$013
		2.1.5 Marítimos	91\$814	59\$200	19\$376	13\$238	59\$792	19\$376	12\$646	52\$557	17\$220	22\$037
		2.1.6 Proprietários	71\$860	29\$600	19\$376	22\$884	29\$896	19\$376	22\$588	26\$279	17\$220	28\$361
	2.2 Professores, Homens de Letras e Jornalistas		133\$152	59\$200	19\$376	54\$576	59\$792	19\$376	53\$984	52\$557	17\$220	63\$375
	2.3 Funcionários públicos	2.3.1 Empregados Públicos	125\$762	59\$200	19\$376	47\$186	59\$792	19\$376	46\$594	52\$557	17\$220	55\$985
		2.3.2 Militares	132\$796	59\$200	19\$376	54\$220	59\$792	19\$376	53\$628	52\$557	17\$220	63\$019
		2.3.3 Notários, Escrivães e Procuradores	159\$411	59\$200	19\$376	80\$835	59\$792	19\$376	80\$243	52\$557	17\$220	89\$634
		2.3.4 Oficiais de Justiça	55\$870	29\$600	19\$376	6\$894	29\$896	19\$376	6\$598	26\$279	17\$220	12\$371
2.3.5 Seculares e Regulares		131\$667	59\$200	19\$376	53\$091	59\$792	19\$376	52\$499	52\$557	17\$220	61\$890	

3. Classes Altas	3.1 Alta Burguesia	3.1.1 Advogados	341\$114	99\$160	99\$160	142\$794	100\$152	100\$152	140\$810	88\$033	88\$033	165\$048
		3.1.2 Capitalistas (pequenos)	239\$781	99\$160	99\$160	41\$461	100\$152	100\$152	39\$477	88\$033	88\$033	63\$715
		3.1.3 Capitalistas (médios)	621\$020	99\$160	99\$160	422\$700	100\$152	100\$152	420\$716	88\$033	88\$033	444\$954
		3.1.4 Capitalistas (grandes)	1:486\$559	99\$160	99\$160	1:288\$239	100\$152	100\$152	1:286\$255	88\$033	88\$033	1:310\$493
		3.1.5 Engenheiros	360\$241	99\$160	99\$160	161\$921	100\$152	100\$152	159\$937	88\$033	88\$033	184\$175
		3.1.6 Médicos	380\$006	99\$160	99\$160	181\$686	100\$152	100\$152	179\$702	88\$033	88\$033	203\$940
	3.2 Administradores	3.2.1 Homens de Estado	1:062\$500	99\$160	99\$160	864\$180	100\$152	100\$152	862\$196	88\$033	88\$033	886\$434
		3.2.2 Juizes	465\$549	99\$160	99\$160	267\$229	100\$152	100\$152	265\$245	88\$033	88\$033	289\$483

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de SOARES, Rodrigo G. **Op. Cit.**

Em resumo, o esforço de análise apreendido nas linhas anteriores está exposto na **Tabela 6.4**, na qual é possível ver os gastos fixos de moradia e alimentação, bem como a margem econômica⁴⁸¹ de cada categoria profissional. A partir disso, supõe que as classes populares tinham uma margem econômica 6\$349 réis em 1880, 6\$071 réis em 1885 e 9\$123 réis em 1887. Em relação às classes mais pobres, as classes médias detinham uma margem econômica aproximadamente 8 vezes maior em 1880 e 1885 e 6,5 vezes maior em 1887. Por sua vez, em relação às classes médias, a alta burguesia das classes altas (excetuando os capitalistas) possuíam uma margem econômica aproximadamente 2,6 vezes maior em 1880 e 1885 e 2,55 vezes maior em 1887.

A partir da análise das rendas mensais e dos custos de vida das diferentes classes, a seguir, compreenderemos os diferentes perfis dos poupadores, bem como a representatividade dessas classes listadas anteriormente na Caixa Econômica da Corte nos últimos anos sob administração do governo imperial.

6.3 A Caixa dos Pobres? Os perfis socioeconômicos dos poupadores da caixa

Iniciemos essa parte dissertando sobre a metodologia. As principais fontes que utilizaremos para analisar o perfil dos poupadores da Caixa Econômica da Corte são as listas de entrada de novos clientes produzidas pela Comissão Avaliadora da Reforma da Caixas Econômicas e divulgadas pelos relatórios anuais do Conselho Inspector e Fiscal, a discriminação das categorias dos valores de depósitos que eram feitos anualmente e, de forma qualitativa devido impossibilidade de serialização nesse momento, os livros de conta corrente dos poupadores. Nessas fontes as categorias socioprofissionais aparecem de maneira isoladas, no entanto, é comum, como veremos adiante, que o Conselho Inspector e Fiscal as categorizasse enquanto “classes”. Ao fazer isso, o objetivo do Conselho é defender que as caixas econômicas no Brasil cumpriam sua função social de atender as “classes pobres” ou termos semelhantes utilizados de maneira quase apolítica, baseados quase que exclusivamente pelo critério de renda e consumo.

Voltando às fontes, as listas socioprofissionais da Caixa Econômica da Corte eram feitas anualmente e referiam apenas aos novos poupadores daqueles anos. Essas listas começaram a

⁴⁸¹ Essa margem econômica é apenas uma estimativa do valor restante dos trabalhadores brasileiros após a dedução dos gastos com moradia e alimentação. Vale ressaltar que não queremos implicar que esse valor estimado poderia ser integralmente investido em poupança, pois sabemos que há uma série de outros gastos não inclusos na conta por não serem considerados gastos fixos, portanto possíveis de estimar com periodicidade.

ser publicadas pelo Conselho Inspector e Fiscal nos relatórios do Ministério da Fazenda a partir do ano de 1882. Dessa forma, no período que compreende a nossa pesquisa, temos quase toda a década de 1880, especificamente os anos de 1882 a 1889, pois foram os anos que o Conselho Inspector e Fiscal fizeram a divulgação desses dados mais específicos sobre os poupadores e os depósitos realizados.

As listas dos novos depositantes estão catalogadas e representadas na **Tabela 6.5** e, antes de entrar na análise, devemos fazer algumas considerações metodológicas. A primeira ponderação é sobre a união de categorias que não representam necessariamente faixas de renda semelhantes, como o caso dos *Médicos, farmacêuticos e parteiras*, bem como a falta de especificação ao tratar *Negociantes e Capitalistas* em uma categoria, sendo que existia diferentes níveis econômicos entre essas duas profissões.

Tabela 6.5 – Novos depositantes da Caixa Econômica da Corte divididos por categoria socioprofissional e nacionalidade (1884-1889)

Categoria Socioprofissional	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889
Trabalhadores	1174	1378	1082	2054	2148	1019	754	681
Operarios e artistas	2412	2344	2235	2179	1563	2033	1763	1752
Criadagem	1499	1191	1475	1605	1517	1795	2280	2093
Empregados do commercio	1431	1338	1478	1471	1390	1509	2073	1945
Militares	376	201	166	223	167	324	374	664
Corpo Policial e de Bombeiros						43	130	114
Pequeno Commercio	272	88	93	478	400	676		
Maritimos, catraeiros e remadores	155	177	153	181	130	127	101	90
Empregados publicos	226	237	252	201	250	268	329	269
Advogados e empregados no foro	52	35	29	41	33	39	37	46
Medicos, pharmaceutivos e parteiras	98	79	81	99	88	91	98	98
Eng. Civis, architectos e agrimmensores	25	30	34	38	16	41	39	39
Empregados na lavoura	43	118	113	144	140	196	157	160
Estudantes	140	113	121	88	114	82	100	96
Eclesiasticos	21	20	13	26	13	26	15	25
Empregados no magisterio	94	75	99	121	104	84	79	75
Negociantes	282	447	367	127	197	59	94	7
Proprietarios e capitalistas	197	71	92	71	79	99	90	92
Associações beneficentes	-	-		57	35	44	42	34
Profissões diversas	-	-					25	13
Sem declaração de prof.	1882	1884	1884	1885	1886	1887	1888	1889
Homens	9	6	3	11	6	17	22	22
Mulheres, na maior parte casadas	1047	1384	1310	1202	1506	1421	1832	1511
Menores	1623	1951	1977	2117	2166	1766	1941	1784
Nacionalidade	1883	1884	1884	1885	1886	1887	1888	1889
Nacionais	5652	5605	5840	6431	6620	6289	7889	7534

Estrangeiros	5524	5678	5338	6163	5447	5476	4486	4076
Total	11176	11283	11178	12594	12067	11765	12375	11610

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda (1884-1889), manteve-se a nomenclatura e ortografia da fonte.

A segunda ponderação que merece ser novamente afirmada é que essas listas representam a entrada de novos depositantes e não a totalidade dos depositantes da Caixa Econômica da Corte. O total desses novos depositantes (94.048) apresentados nas listas de 1882 a 1889 correspondem a cerca de 82% do total de entradas em toda a década de 1880. Uma amostra significativa que nos permite analisar a representatividade de um todo.

A terceira ponderação diz respeito a questão do gênero dos poupadores da Caixa. Como pode ser visto na **Tabela 6.5**, não é possível analisar, de maneira pormenorizada, a representatividade a partir do gênero, uma vez que as *Mulheres* expostas nas listas representam aquelas que não declararam suas profissões. Dessa forma, é notável que havia uma dispersão considerável de mulheres por variadas categorias profissionais declaradas. Essa ponderação é confirmada pela análise qualitativa das contas correntes individuais da Caixa Econômica da Corte.

Por fim, mas não menos importante, a última consideração a ser feita é sobre a cor da pele ou a condição de livre ou escravizado. As caixas econômicas administradas pelo governo imperial nunca impediram as pessoas escravizadas se tornarem poupadores, embora seus senhores às vezes sim. Mesmo antes da criação da Caixa Econômica da Corte em 1861, as caixas econômicas particulares já tinham escravos entre seus depositantes⁴⁸². No entanto, como pode ser visto nas listagens de novos depositantes, não há discriminação por cor ou condição social. Essa ausência de informação não é citada em nenhum relatório, mas podemos afirmar que havia escravos, ainda que um número bem reduzido, entre os poupadores da Caixa Econômica da Corte a partir da análise de outras fontes, como as contas correntes e disputar judiciais sob o penhor⁴⁸³. Ponderações feitas, façamos a análise da **Tabela 6.5** a partir de três perspectivas: as mulheres e menores de idade, as nacionalidades e, por fim, as classes sociais.

Mulheres e menores de idade

⁴⁸² No capítulo 1 abordamos esse ponto sobre a presença de escravizados como acionistas da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, bem como em algumas Casas Bancárias, as quais também funcionavam como verdadeiras caixas econômicas.

⁴⁸³ Essa análise das disputas judiciais entre os senhores e seus escravos acerca do pecúlio escravo depositado na Caixa Econômica da Corte pode ser vista em: ALVARENGA, Thiago de Oliveira. **O ator de poupar...** p. 120.

Como citamos anteriormente, as mulheres aparecem apenas na discriminação profissional dos “sem declaração de profissão” e ainda aparecem com um adendo “na maior parte casadas”. Isso não quer dizer que não houvesse mulheres representadas nas demais categorias profissionais. Vale ressaltar que no Rio de Janeiro de 1872, aproximadamente 48.558 mulheres, escravas ou livres, trabalhavam em diversas profissões, sendo a grande maioria (72%) empregada nos Serviços Domésticos (“criadagem” nos termos da Caixa Econômica) e restante divididas principalmente como costureiras e tecelãs (20%), trabalhadoras (4%), comércio (1%), negócios próprios (2%), entre outras⁴⁸⁴.

No caso dos menores de idade, na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1872, existia 77.940 menores de 15 anos de idade.⁴⁸⁵ A ideia de poupar em nome de filhos, netos e afilhados era recorrente e demonstrava o espírito previdenciário tão quisto pelos fundamentos das caixas econômicas.

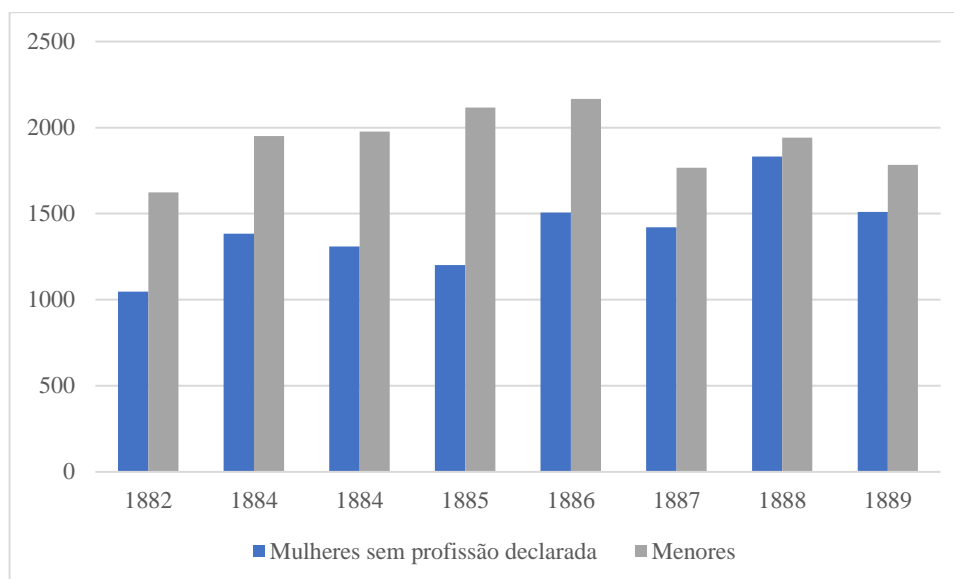
O dado de mulheres empregadas no Serviço Doméstico, segundo o censo do ano de 1872, nos permite supor que na categoria “criadagem” da **Tabela 6.5** tem uma participação feminina significativa, a qual não podemos discriminar pelos limites da fonte. Ainda assim, considerando apenas essas mulheres “sem profissões e na maior parte casadas”, tem-se uma média anual significativa de 1402 novas depositantes ou uma média de 11,9% do total de novas entradas a cada ano. No que se refere aos menores de idade, a média anual era ainda maior que a das mulheres, representando aproximadamente 1916 novas cadernetas ou uma média de 15,5% do total de novas cadernetas a cada ano.

O **Gráfico 6.2** nos indica dados interessantes. O percentual de mulheres “sem profissão declarada” e provavelmente casadas demonstra tendência de crescimento ao longo dos anos, alcançando o maior valor de 14,8% do total de novos depositantes no ano de 1888. Enquanto os menores têm uma grande variação ao longo do período, com destaque para o ano de 1886, quando alcançaram 17,9% da entrada de novos depositantes.

⁴⁸⁴ GRAHAM, Sandra. **House and street: the domestic world of servants and masters in nineteenth-century**. P. 186.

⁴⁸⁵ O censo de 1872 incorpora a categoria 16-20 anos em conjunto, assim, não é possível discriminar aqueles que são menores dentro dessa categoria.

Gráfico 6.2 – Novas cadernetas de Mulheres “sem profissões declaradas” e de Menores na Caixa Econômica da Corte (1882-1889)



Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda. Vários Anos.

Em termos comparativos, ainda que tenham diferenças significativas em seu funcionalismo e contexto social, outras caixas apresentaram números semelhantes, com alto índice do papel feminino e de menores de idade. A Caixa Econômica de Havana tinha um percentual de 22,4% de depositantes mulheres (19,7% brancas e 3,2% negras escravas ou livres) no período de 1840-1868.⁴⁸⁶ Entre os anos de 1865 e 1866, na Caixa Econômica de San Juan Bautista, em Porto Rico, as mulheres representavam cerca de 12,5%, enquanto os menores de idade 27,3%.⁴⁸⁷ Por fim, considerando o período de 1830-1866, as caixas econômicas espanholas tiveram uma média nacional de 25,5% total de depositantes mulheres “sem profissão declarada” e de 17,5% de menores de idade.⁴⁸⁸

O número de mulheres “sem profissão declarada” termina a década de 1880 com tendência de aumento e com números absolutos acima da média anual. Esse crescimento nos permite supor que esteja relacionado ao processo de urbanização e modernização⁴⁸⁹, o qual

⁴⁸⁶ MARTINEZ SOTO, Angel Pascual. *The First Savings Banks in Latin America: Cuba and Puerto Rico (1840-1898)*. **World Savings Banks Institute, European Savings Banks Group**. March/2011. Disponível em www.savings-banks.com. Acessado em 12 de janeiro de 2020.

⁴⁸⁷ MARTINEZ, SOTO, Angel Pascual. “Las Cajas de Ahorros em las provincias de Ultramar: la Caja de Ahorros de San Juan Bautista, 1865-1879”. **Congreso Internacional de Historia de las Cajas de Ahorros**. Murcia, 2008. P. 34.

⁴⁸⁸ MARTINEZ, SOTO, Angel Pascual. “Los Montes de Piedad y Las Cajas de Ahorros de Ahorros Españolas em El Siglo XIX (1835-1875)”. **XIV International Economic History Congress**, Helsinki 2006 Session 66.

⁴⁸⁹ O Rio de Janeiro do final do século XIX se caracterizou pela multiplicação de fábricas, ao mesmo tempo que coincidiu com o esgotamento do sistema escravista e o grande afluxo de imigrantes, em especial, portugueses para a cidade. Cf. ABREU, Maurício. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro...** p. 57.

impulsiona o desenvolvimento das camadas médias urbanas, ou para usar os termos imperiais, as próprias “classes médias”. Sendo essas mulheres casadas e remediadas, em sua maioria, é provável que seus maridos tenham ao menos a renda necessária para não submeterem suas mulheres ao trabalho, o que acontecia com as mulheres mais pobres e era repreendido pela sociedade patriarcal do século XIX⁴⁹⁰.

Ademais, os números de depositantes menores de idade, em certo grau, demonstraram um crescimento em torno de 3% percentuais de 1882-1883 e a estagnação no período de 1883-1886. Do ano de 1886 até 1887 houve um decréscimo até a proporção de 15% do total de depositante, a qual se manteve até o ano de 1889. Isso está ligado a uma questão central dos momentos mais propícios financeiramente de seus pais, tutores e padrinhos para realizar poupança.

O movimento das mulheres “sem declaração de profissão”, as quais eram casadas na maioria, não segue o mesmo fluxo, havendo um crescimento semelhante aos menores entre 1882-1883 na taxa de 3%, alcançando a proporção de cerca de 12,3% do total de depositante. O biênio seguinte de 1883 até 1884 demonstra queda, retornando à proporção semelhante à de 1882 (9,5%). Nos últimos anos, de 1885 até 1889, há uma clara tendência de crescimento, ainda que com variações anuais, quando a caixa econômica demonstrava diminuição de novos depositantes e alto índice de retiradas. O que nos permite supor que, ainda que seja completamente fora da alçada desse trabalho, havia uma maior autonomia feminina nas relações paternalistas da sociedade oitocentista.

De modo geral, as caixas econômicas tinham uma significativa clientela feminina considerando a situação do gênero nas sociedades oitocentistas ao redor do globo. No limite de nossos dados, podemos apenas supor que havia uma participação maior que a média de 11,9% de novas entradas ao ano por considerarem apenas as mulheres “sem declaração de profissão” e termos, na categoria “criadagem”, uma representatividade feminina alta segundo o recenseamento da época. Ao mesmo tempo, devemos ressaltar que a categoria de “menores” pressupõe uma divisão de gênero, a qual suspeitamos tender para o feminino devido a análise de apenas um livro de contas correntes, o qual demonstrou a superioridade de números de procurações em nomes de meninas.

⁴⁹⁰ Interessante notar que esse movimento aconteceu com países industrializados ou em processo de industrialização. Na Inglaterra de 1851, 75% das mulheres casadas estavam empregadas com salários. Alguns anos mais tarde, em 1913, em uma segunda etapa do processo de industrialização, o qual permitiu o desenvolvimento dos setores de serviços e trabalhadores especializados, apenas 10% das mulheres inglesas estavam oficialmente contratadas. BEAUD, Michel. **História do Capitalismo de 1500 até nossos dias**. Trad. Marina Ermantina Galvão Gomes Pereira. Editora Brasiliense, 1987.

Nacionalidades

No que se refere às nacionalidades, segundo o censo de 1872, havia 226.033 moradores na cidade na cidade do Rio de Janeiro. Desses habitantes 73.310 estrangeiros residentes (cerca de 32,4% do total de moradores), dentre os quais 55.933 eram portugueses (cerca de 24,7% do total de moradores e 76,3% dos estrangeiros). No censo de 1890, a capital do governo federal registrava 522.651 habitantes. Os portugueses residentes no Rio alcançavam o número de 87.668 (cerca de 16,7% do total de moradores), enquanto os demais estrangeiros residentes somavam 36.684 pessoas (cerca de 7% do total de moradores). Isso sem dimensionar aqueles luso-brasileiros, ou seja, brasileiros descendentes de portugueses ou portugueses já naturalizados.

Daquele lado do Atlântico, nas décadas finais dos oitocentos⁴⁹¹, países europeus eram assolados por crises econômicas recorrentes, em especial no período de 1873-1896⁴⁹². As populações – principalmente da Itália, Espanha e sobretudo Portugal – encontram no processo de emigração a esperança de novas vidas na América. O caso português é ainda especial⁴⁹³, pois havia, segundo Klein, uma série de fatores que os atraíram para as terras brasileiras:

A atracção que o Brasil exerceu sobre os portugueses durante grande parte dos séculos XIX e XX deveu-se a vários factores. O facto de falarem a mesma língua, os laços históricos entre a ex-metrópole e a ex-colônia, os salários mais elevados e as melhores oportunidades económicas, bem como as relações económicas e comerciais complexas e de longa data e uma comunidade comercial local de que os portugueses eram um dos principais elementos, fizeram do Brasil um destino muito desejado pelos emigrantes. A comunicação estreita e os contactos de longa data significavam familiaridade e vastas redes para os emigrantes portugueses, que tinham pouca dificuldade em integrar-se na economia brasileira. Isto explica por que razão o fluxo migratório se deu independentemente das diversas subvenções que explicam a migração de outros europeus para o Brasil. Os contratos *engachados* anteriores a 1870, as colônias agrícolas e a concessão de subsídios a

⁴⁹¹ O fluxo imigratório de portugueses se intensificou na segunda metade do século XIX, mas é importante ressaltar que a entrada de imigrantes portugueses ainda na primeira metade dos oitocentos foi significativa, composta por imigrantes legais e ilegais, especialmente trabalhadores endividados. Cf. NUNES, Rosana Barbosa. *Imigração portuguesa para o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Hist. Ensino*. Londrina, v.6. p. 163-177, out. 2000.

⁴⁹² Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo, Alameda, 2009.

⁴⁹³ As imigrações portuguesas no Brasil constituem um núcleo de pesquisa vasto na historiografia brasileira, o qual não podemos deixar de citar os seguintes trabalhos: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001. SOUSA, Fernando e MARTINS, Ismênia de Lima (org.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto/Rio de Janeiro: CEPES/FAPERJ, 2007. pp. 86-105. SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa. Sondagem histórica*. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1977. LEITE, J.C. *O Brasil e a Emigração Portuguesa, 1855-1914*. In: FAUSTO, B. (Ed.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000. PEREIRA, M. H. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: A regra do jogo, 1981. Entre outros.

passageiros transatlânticos para trabalharem nas fazendas de café envolveram efetivamente trabalhadores portugueses, mas a maioria foi por sua própria conta independentemente desses incentivos.⁴⁹⁴

Deste lado do Atlântico, A cidade do Rio de Janeiro era ainda especial no que se refere a migração portuguesa. A Corte era a porta de entrada dos estrangeiros no país, onde muitos acabavam morando devido a essas “comunidades comerciais locais”, as “facilidades da língua e os “laços históricos” citadas por Klein. Todas essas características construídas ao longo de toda a história da colonização portuguesa no Brasil, a qual se confunde e se integra com a própria construção da identidade brasileira.

No entanto, as relações entre brasileiros e portugueses nunca foram totalmente amistosas. Em alguns núcleos da sociedade brasileira havia um sentimento antilusitano muito presente, o qual remetia a uma herança dos conflitos e desavenças no passado colonial. Um exemplo desse antilusitanismo⁴⁹⁵, ainda nas primeiras décadas do século XIX, foi a “Noite das Garrafadas” em março de 1831, na qual brasileiros e portugueses batalharam com pedras e garrafas nas ruas do Rio de Janeiro. O conflito ocorreu devido as divergências políticas entre os apoiadores portugueses do monarca português D. Pedro I e seus críticos brasileiros.

Mais do que disputas em torno de projetos políticos, o antilusitanismo, especialmente no final do século XIX, começava a ganhar entornos raciais e econômicos. Ribeiro demonstra que os portugueses estavam cada vez mais presentes, segundo essa autora, no período de 1884-1930, entraram quatro vezes mais portugueses no Brasil que nos anos entre 1820 e 1883⁴⁹⁶. A maior parte desses portugueses, como citado anteriormente, fugiam das péssimas condições de vida que estavam submetidos na Europa e tentavam a vida no Brasil. Em sua maioria eram não apresentavam qualificações profissionais e, em muitos casos, também era analfabetos, assim disputavam qualquer oferta de trabalho junto com os homens e mulheres pobres brasileiros, além dos escravos e libertos.

Essa disputa pelas posições se dava nas ofertas de trabalho, mas também nas diferenças de remunerações. O caso da Cervejaria Brahma no começo do século XX, estudado por Pereira,

⁴⁹⁴ KLEIN, Herbert S. **A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. Análise Social**, vol. XXVIII (121). P 235-265. 1993. P. 242,

⁴⁹⁵ Ribeiro afirma que esse antilusitanismo “constituiu-se na resistência por parte carioca ao assalariamento e à exploração económica. Assalariamento porque ao aceitar condições de trabalho que o brasileiro, com toda a sua *malandragem*, recusaria, praticava uma concorrência desleal no mercado de trabalho. Exploração por monopolizarem o comércio varejista em geral e serem donos da maioria das casas de aluguel da cidade”, cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. “**Cabras**” e “**pés-de-chumbo**”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Niterói: UFF, 1987. p. 60.

⁴⁹⁶ RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1990. P. 9.

Novais e Araújo⁴⁹⁷, nos revela que os brasileiros recebiam salários menores que os portugueses, os quais, por sua vez, recebiam menos que os demais estrangeiros. No entanto, os salários mais baixos para portugueses e brasileiros eram semelhantes, enquanto os demais estrangeiros tinham o “mínimo” bem mais elevado que os brasileiros e portugueses⁴⁹⁸.

Esse relacionamento conflituoso estabelecido entre os portugueses e brasileiros fazia esses lusitanos buscarem redes de apoio de suas culturas ou mesmo cria-las. Como foi o caso da criação do Club de Regatas Vasco da Gamas em 1898 na cidade do Rio de Janeiro, a qual sua fundação foi realizada por portugueses e está ligada diretamente ao pertencimento, identidade e herança lusitana.⁴⁹⁹

No que se refere aos estrangeiros na Caixa Econômica da Corte, as listas de novos depositantes demonstram um percentual significativo expostos na **Tabela 6.4**. Por meio do **Gráfico 6.3**, verifica-se uma redução nos anos finais do período de 1882-1889. No entanto, a média percentual da entrada de novos depositantes estrangeiros foi de 44,9%. Nos anos finais do período, 1885 até 1889, o percentual reduziu de 48,95% em 1885 para 35,1% no ano de 1889. A redução desse percentual, como demonstrado no **Gráfico 6.3**, aconteceu devido ao decréscimo no número absoluto de novos depositantes estrangeiros, mas principalmente pelo aumento significativo de novos depositantes brasileiros.

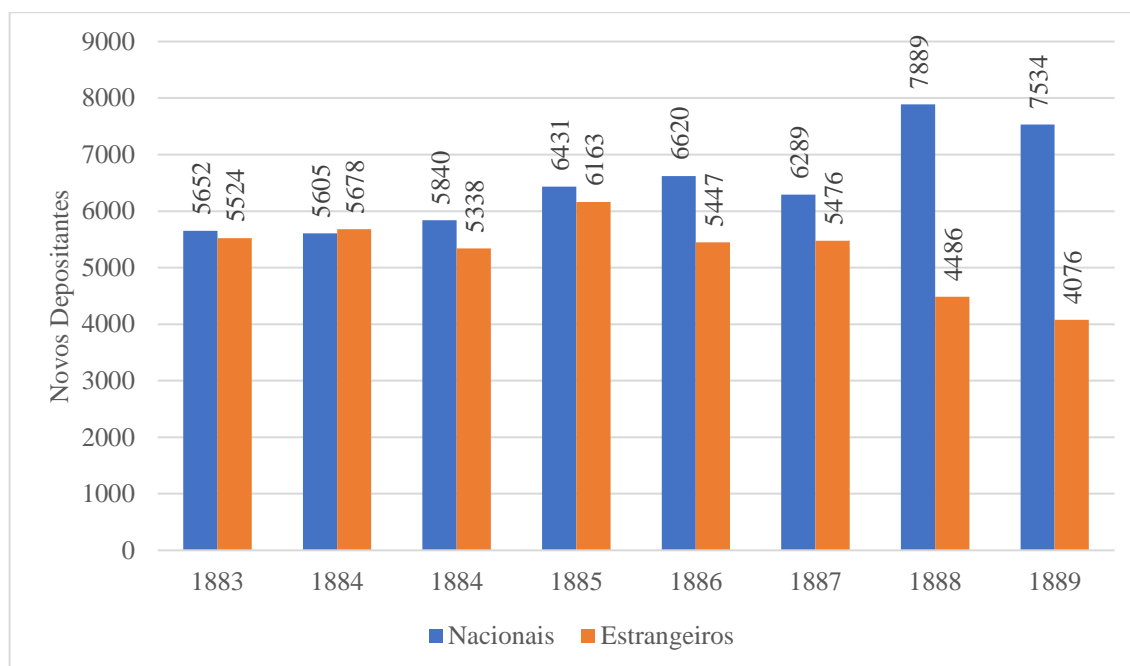
É justamente no período de ampla imigração, especialmente, portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro que acontece a diminuição de novos estrangeiros na Caixa Econômica da Corte. O Conselho Inspector e Fiscal não explicou o motivo da redução do número de novos estrangeiros, o que nos resta fazer ilações.

⁴⁹⁷ MARQUES, Teresa C. N; MELO, Hildete. ARAÚJO, J. L. Raça e nacionalidade no mercado de trabalho carioca na Primeira República: o caso da cervejaria Brahma. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 57, 2003. P. 535-568.

⁴⁹⁸ Ibidem, p. 556. Tabela 10.

⁴⁹⁹ FIGUEIREDO, Guilherme G. Os Homens da Colina – A Fundação do Club de Regatas Vasco da Gama em uma Análise Socioeconômica de seus Fundadores. **Jornada Discente de História Econômica – Geraldo Beauclair Mendes de Oliveira**. 2018.

Gráfico 6.3 Novos depositantes nacionais e estrangeiros da Caixa Econômica da Corte (1882-1889)



Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda. Vários Anos.

Conforme vimos anteriormente, o número de estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro no censo de 1890 (um ano após o período estudado) cresceu em relação a 1872, especialmente de portugueses. No entanto, a proporção de estrangeiros diminuiu significativamente devido aumento significativo de brasileiros residentes na cidade do Rio de Janeiro. Sabe-se também que a maior parte desses estrangeiros residentes no Rio de Janeiro eram portugueses, o que nos permite supor, sem grandes esforços e devido a correlação populacional, que a maior parte dos novos depositantes da Caixa Econômica da Corte eram portugueses.

Além disso, como explicado por Ribeiro, a maior parte desses portugueses eram mal instruídos ou mesmo analfabetos, sem grandes qualificações profissionais, os quais, provavelmente, seriam considerados “pobres” pelas categorias de renda do império. Pela má qualificação profissional e pelas dificuldades de se estabelecer em um novo país, podemos sugerir que a maior parte desses portugueses tinham dificuldade de arcar com seus custos de vida, ou seja, eventuais investimentos como a poupança ficava fora de cogitação ou com pouca frequência.

Ainda assim, a proporção de 35,1% no ano de 1889 de estrangeiros poupando na Caixa Econômica da Corte, isto é, investindo diretamente nas contas do Estado Imperial Brasileiro, é significativa e digna de investigações próprias. Se a inferência do último estiver, em algum grau, correta, podemos complementar que a maior parte dos novos depositantes estrangeiros se

referia-se a estrangeiros, em especial, portugueses, que residiam há mais tempo na capital do império brasileiro. Portanto, estavam cientes dos benefícios da poupança e puderem economizar seus mil-réis para suas previdências.

Classes Sociais

No que diz respeito às “classes sociais”, a partir da quantidade de cadernetas novas é possível inferir que a Caixa Econômica da Corte, pelo menos no período de 1882 a 1889, teve uma participação popular alta, representada principalmente pelos “operários e artistas”, “criadagem”, “empregados no comércio” e “trabalhadores”. Essas quatro categorias somadas aos “empregados na lavoura” (1,13%) representavam, de acordo com os níveis de renda, os profissionais da “classe popular”, isto é, o público alvo da Caixa Econômica da Corte. A **Tabela 6.5** nos deixa claro a representatividade dos grupos considerados “classes populares” ao longo do período de 1882 a 1889. Esse grupo de “classes populares” manteve uma média de aproximadamente 6.716 novas entradas ao ano e um total de 53.732 (57,2%) novos depositantes em todo o período analisado.

Como “classes médias” consideramos as seguintes profissões da lista de novos depositantes da Caixa Econômica da Corte: “militares”, “corpo policial e de bombeiros”, “pequeno comércio”, “marítimos, catraieiros e remadores”, “empregados públicos”, “estudantes”, “eclesiásticos” e “empregados no magistério”. Considerando essas profissões enquanto um grupo de camadas médias de renda, tivemos um número total de novos depositantes pertencentes a esse grupo de 9.679 ou 10,3% do total. A média anual de novos depositantes pertencentes a esse grupo era em torno de 1210 representado na **Tabela 6.5**.

Para as “classes altas” consideramos as seguintes profissões: “advogados e empregados no foro”, “médicos, farmacêuticos e parteiras”, “engenheiros civis, architectos e agrimensores”, “negociantes” e “proprietários e capitalistas”. Esse grupo, conforme exposto na **Tabela 6.5**, somou 3.677 ou 3,9% do total de novos depositantes no período estudado. A média anual foi em termos de 459,6 por ano.

Seguindo a categorização imperial usada Soares, desenvolvemos a **Tabela 6.6** e, a partir dela, o **Gráfico 6.4** no qual está exposto a variação anual de cada classe social. As classes altas iniciam o período estudado com estagnação uma média de 640 novas cadernetas de 1882 até 1884. Tiveram uma queda significativa no ano de 1884-1885 e, nos anos seguintes, manteve uma estagnação em torno de pouco mais de três centenas de novos depositantes a cada ano, com exceção do último ano de 1889. Havia outras formas de investimentos mais lucrativas para

esse segmento da sociedade, mesmo considerando apenas investimentos conservadores (escravos, títulos de dívida pública, imóveis, entre outros). Os poucos poupadores das “classes altas” provavelmente são entusiastas do modelo de instituição ou categorias profissionais que, no nosso critério de divisão por renda, poderiam compor tanto nas classes médias quanto nas classes altas, como os casos dos “Proprietários e capitalistas” (com diferentes níveis de riqueza e propriedade), “negociantes” (podiam ser comerciantes ou capitalistas) e “médicos” (que compunham um grupo com disparidade de rendas – “pharmaceuticos e parteiras”).

Tabela 6.6 – Novos depositantes da Caixa Econômica da Corte divididos por classes sociais (1882-1889)

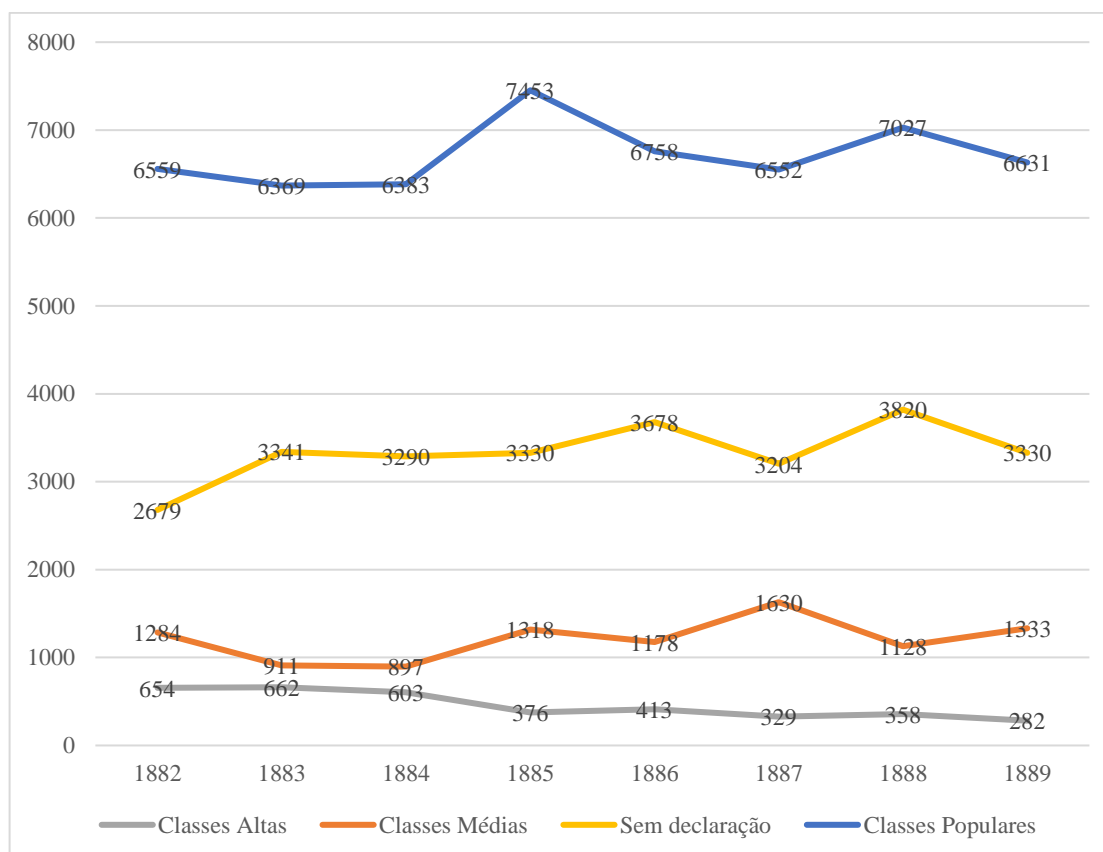
Classes Sociais	1882		1883		1884		1885		1886		1887		1888		1889	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Classes Populares	6559	58,7	6369	56,4	6383	57,1	7453	59,5	6758	56,0	6552	55,7	7027	56,8	6631	57,1
Classes Médias	1284	11,5	911	8,1	897	8,0	1318	10,5	1178	9,8	1630	13,9	1128	9,1	1333	11,5
Classes Altas	654	5,9	662	5,9	603	5,4	376	3,0	413	3,4	329	2,8	358	2,9	282	2,4
Sem declaração	2679	24,0	3341	29,6	3290	29,4	3330	26,6	3678	30,5	3204	27,2	3820	30,9	3330	28,7
Associações Beneficentes	-	-	-	-	-	-	57	0,5	35	0,3	44	0,4	42	0,3	34	0,3
Total	11176	100%	11283	100%	11173	100%	12534	100%	12062	100%	11759	100%	12375	100%	11610	100%

Fonte: Elaboração própria.

As “classes populares” mantiveram uma média de 6.437 entre os anos de 1882 e 1884. Tiveram um crescimento vertiginoso no número de novos depositantes entre os anos de 1884-1885, para uma queda acentuada nos anos seguintes de 1885-1887 e uma breve recuperação em 1888 para terminar o período novamente em queda em 1889, o que nos permite analisar e supor: 1) a deflação nos preços ocorrida entre os anos de 1884-1885 permitiu uma maior capacidade de poupança para os mais pobres, ao mesmo tempo que uma esperança da reforma nos estatutos prometida para 1885 impulsionou a constituição de novos depositantes; 2) sobre queda de 1885-1887: embora a deflação tenha continuado, o número de saques totais na caixa econômica aumentou drasticamente (de 7.731 em 1885 para 10.474 em 1887), ou seja, houve uma corrida aos cofres da Caixa Econômica em decorrência da redução dos rendimentos de 5,5% para 5% após a reforma; 3) a breve recuperação de 1888 pode ter sido referente a capacidade de Caixa Econômica da Corte ter arcado prontamente com os saques pequeno “pânico” nos anos anteriores e mantido os rendimentos em dia, bem como a contínua deflação dos preços; 4) a

última queda se refere à desconfiança instaurada no último mês do ano referente à queda da monarquia brasileira e a instauração da república.

Gráfico 6.4 – Novos depositantes da Caixa Econômica da Corte divididos por classes sociais (1884-1889)



Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda. Vários Anos.

Os novos depositantes pertencentes ao grupo das “classes médias” demonstraram desconfiança na instituição nos primeiros anos do período (1882-1884). Essa desconfiança estava ligada à demanda de reformas nos estatutos das caixas econômicas. Além disso, a inflação de 1882 para 1883, alcançou aumentos os preços em torno de 4,5%, o que diminuiu a margem para investimentos⁵⁰⁰. No ano de 1884-1885, demonstraram crescimento, acompanhado pela deflação dos preços e entusiasmado com a reforma liberal das caixas econômicas brasileiras proposta pela Comissão Avaliadora formada em 1882. No ano seguinte, 1885-1886, mantiveram o número semelhante de novos depositantes. No ano de 1886-1887, continuam a tendência de crescimento acentuado, provavelmente pela deflação contínua e o movimento em torno da reforma dos estatutos. A queda brusca no ano de 1887-1888 deve-se

⁵⁰⁰ BUESCU, Mircea. *Op.cit.*, p. 217.

principalmente à reforma conservadora feita nas caixas econômicas, a qual rompeu com as expectativas dos grupos dos republicanos da última década de 1880, composto em maioria por categorias profissionais ligadas às “classes médias”. O último ano de 1888-1889, como pode reparar, apresenta movimento de queda para todos as “classes sociais”, com exceção das “classes médias” que apresenta movimento de recuperação. Isso se reflete principalmente a confiança que esses grupo profissional tinham ao movimento republicano⁵⁰¹.

Em 1883, a fala do senador Visconde do Ouro Preto, em suas ressalvas quanto à reforma dos estatutos das caixas econômicas, corrobora com a nossa categorização das profissões como “classes pobres” e com a questão das mulheres “sem declaração de profissão” serem abastadas. Em seu depoimento, 11.283 novas cadernetas foram incorporadas à Caixa Econômica ao longo do ano de 1882, excluindo os “advogados, médicos, pharmaceuticos, parteiras, professores, capitalistas, negociantes e proprietários” por não serem “classes protegidas” e considerando todas as mulheres que não declararam profissões como abastadas, pois citava que eram em grande maioria casadas, concluía que 2.052 novos depositantes eram de “classes abastadas” e o restante de 9.239 de “classes pobres”.⁵⁰²

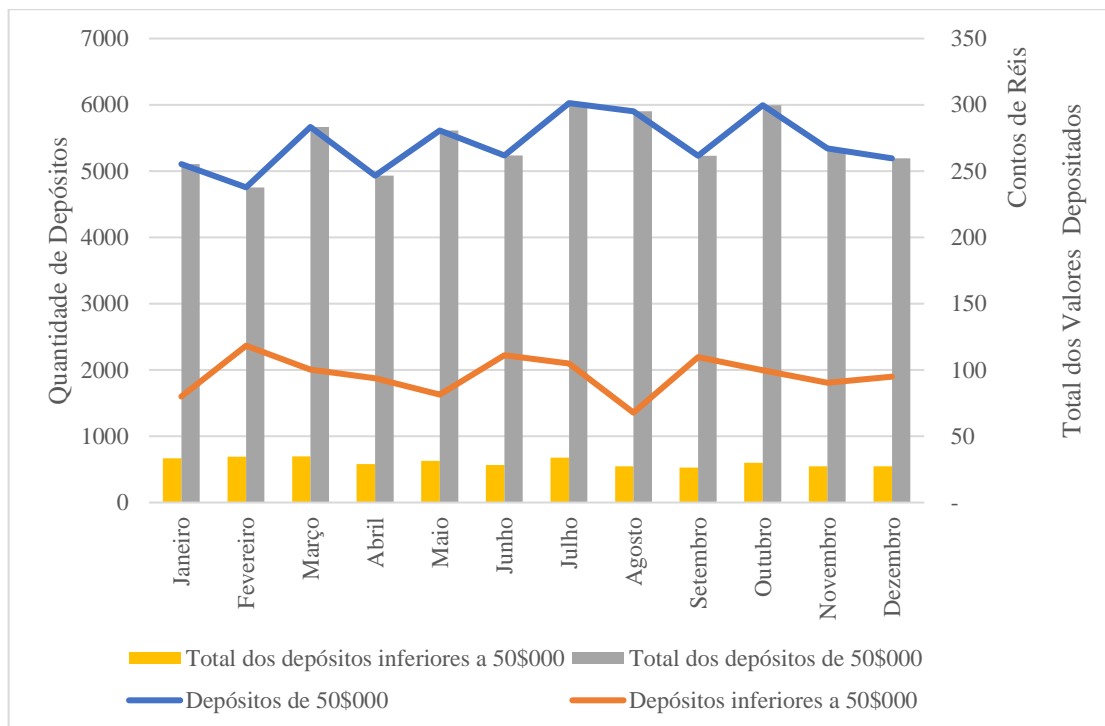
Ao tomarmos a perspectiva do Visconde de Ouro Preto, um dos responsáveis em avaliar a proposta de reforma dos estatutos das caixas econômicas brasileiras, de considerar todo o restante dos grupos profissionais como “classes abastadas” (termo do Visconde), temos uma média anual de novos depositantes dessa categoria de cerca de 5.082 depositantes.

Usando os termos do Visconde de Ouro Preto, as “classes protegidas” ou pobres, representaram, na média de todo o período, 57,2% do total de novos depositantes, enquanto as classes “abastadas” ou “remediadas” representaram 42,6%, os demais 0,2 eram referentes às Associações Beneficentes. Isso nos indica que a maior parte dos depositantes da Caixa Econômica da Corte eram pessoas das classes mais pobres, atendendo ao público alvo determinado em seus estatutos. No entanto, não pode deixar de ressaltar que uma grande parte de pessoas consideradas “abastadas” poupavam seus recursos na “Caixa dos Pobres”. Isso nos indica que confiavam na instituição, no modelo de investimento, mas principalmente eram conservadores em se tratando de negócios, isto é, preferiam investir com segurança na margem de rendimento de 5,5% (5% no final da década de 1880) ao ano.

⁵⁰¹ CARVALHO, José Murilo de. “República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891”. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 141-157, junho, 2011.

⁵⁰² *Jornal do Commercio*, 1885, edição 110.

Gráfico 6.5 – Quantidade e valores dos depósitos realizados mensalmente na Caixa Econômica da Corte (1871)



Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda. Vários Anos.

Uma fonte que nos auxilia avançar na análise dos perfis dos poupadores da Caixa Econômica da Corte é a lista de categorias de depósitos anuais. A partir de 1882, o Conselho Inspector e Fiscal categorizava os valores de todos depósitos que entravam na Caixa no ano. Essa análise também foi feita pelo Conselho Inspector e Fiscal no ano de 1871.

Como pode ser visto no **Gráfico 6.5**, de um lado, a quantidade de depósitos máximos semanais, isto é, valores de 50\$000 réis, manteve uma média de 5416 depósitos ao mês, alcançando seu maior índice do ano no mês de julho. Do outro lado, os depósitos inferiores a 50\$000 (não discriminados) mantiveram uma média de 1919 depósitos mensais, com o maior índice no mês de junho. No que se refere aos valores depositados mensalmente, os depósitos máximos de 50\$000 representaram cerca de 3.249 contos de réis ou 90,1% do total coligido, enquanto os demais depósitos apenas 357 contos de réis (9,9%).⁵⁰³

⁵⁰³ Uma ressalva deve ser feita quanto aos valores de depósitos. Não é possível afirmar com certeza que todos os depósitos semanais de 50\$000 réis fossem oriundos das classes abastadas. Ao passo que também não é possível confirmar o mesmo para os valores inferiores a 50\$000 serem de classes menos abastadas ou “pobres”. Conforme as dificuldades apresentadas, os depositantes variavam seus valores poupados e não necessariamente mantinham uma frequência específica semanalmente. Um advogado deposita um valor máximo no mês de janeiro, no seguinte não pode realizar depósitos e no terceiro mês, apenas 5\$000 réis foi possível, porque os negócios não foram tão satisfatórios. Enquanto um operário, representando todas as economias de sua família, acumulava ao longo dos anos o valor de 50\$000 réis para depositar na Caixa Econômica da Corte. Se tivesse depositado ao longo dos meses, o dinheiro teria rendido, é claro, mas nem sempre as ações são racionalmente econômicas.

Na época o Conselho Inspector e Fiscal apresentou tais dados para questionar justamente o perfil do poupador da Caixa Econômica da Corte. O Conselho julgou que a grande maioria dos “fregueses” da Caixa eram pessoas que podiam dispor de 50\$000 réis semanais, isto é, “pequenos capitalistas”, os quais “têm convertido o Estabelecimento em Banco de depósitos, onde vêm colocar o seu dinheiro com melhor juro e maiores garantias do que em outra qualquer parte”⁵⁰⁴. No entanto, no mesmo relatório, o Conselho notou que esse “inconveniente” estava ligado à prática de permitir qualquer pessoa realizar depósitos em nome de outras, isto é, um abuso de procurações, especialmente para menores, para explorar os rendimentos altos (6% a.a. no período) da Caixa Econômica da Corte.

Tabela 6.7 Quantidade e valores dos depósitos realizados anualmente na Caixa Econômica da Corte 1882-1886 (em mil-réis)

Categorias de Depósitos	1882		1883		1884		1885		1886	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1\$ a 10\$	10.760	67:629\$	10.445	68:951\$	11.474	75:755\$	11.981	83:157\$	12.443	80:168\$
11\$ a 20\$	6.768	122:536\$	7.150	129:383\$	7.314	132:153\$	8.348	151:442\$	9.024	163:370\$
21\$ a 30\$	6.504	181:511\$	6.781	190:272\$	6.736	188:600\$	7.482	209:523\$	7.759	217:373\$
31\$ a 40\$	3.321	12:726\$	3.432	131:255\$	3.360	128:466\$	3.750	143:656\$	4.183	160:279\$
41\$ a 50\$	604	27:172\$	624	28:078\$	610	27:404\$	723	32:493\$	709	31:897\$
50\$	77.362	3.868:100\$	75.956	3.796:950\$	75.103	3.755:150\$	87.436	4.372:000\$	80.966	4.054:950\$
Total	105.319	4.394:209\$	104.388	4.344:889\$	104.597	4.307:528\$	119.720	4.992:271\$	115.084	4.717:637\$

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda. Vários Anos.

Conforme exposto no **Tabela 6.7**, praticamente a mesma proporção de depósitos inferiores a 50\$000 e depósitos máximos de 50\$000 réis de 1871 pode ser observada nos anos entre 1882 e 1886. A quantidade de depósitos menores que 50\$000 réis representou aproximadamente 26,5%, 27,2%, 28,2%, 27% e 29,5% respectivamente para os anos de 1882-1886. A proporção dos valores representados pelas categorias de depósitos máximos nos anos entre 1882-1886 foram poucos inferiores ao apresentado para o ano de 1871. Os depósitos máximos de 50\$000 réis representaram os equivalentes percentuais aproximados de 73,4%, 72,7%, 87,2%, 87,6% e 86% do total do dinheiro arrecado. No entanto, em termos absolutos, os valores dos depósitos máximos cresceram e demonstraram uma média de aproximadamente 3.969 contos de réis anuais.

A análise a partir dos depósitos inferiores a 50\$000 induz a um entendimento equivocado, inclusive reproduzido pelo Conselho, que representavam depósitos feitos pelas “classes populares”. Como vimos anteriormente, exposto na **Tabela 6.4**, com muito esforço e

⁵⁰⁴ Relatório do Ministério da Fazenda no ano de 1871.

com os preços de custo de vida reduzidos ao mínimo, a maior parte da população representadas nas “classes médias” podiam, na média, depositar valores abaixo de 5\$000 réis semanais, isto é, 10% do limite máximo semanal.

A partir desse dado, fica impossível discriminar com base nas **Tabelas 6.7** qual era a representatividade dos valores semanais depositados pelas “classes populares”, como pode ser visto, a primeira categoria engloba valores desde o valor mínimo de 1\$000 até 10\$000, valor bem acima do calculado como “margem econômica”.

No ano de 1887 até 1889, a Caixa Econômica da Corte determinou outras formas de categorização dos depósitos anuais. Como pode ser visto na **Tabela 6.8**

Tabela 6.8 – Quantidade e valores dos depósitos realizados anualmente na Caixa Econômica da Corte 1887-1889 (em mil-réis)

Categoria de Depósitos	1887		1888		1889	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1\$ a 50\$	51.914	1.613:973\$	43.403	1.435:914\$	39.495	968:214\$
51\$ a 100\$	10.872	955:787\$	10.826	939:350\$	9.915	853:412\$
101\$ a 200\$	-	-	5.554	927:743\$	5.484	911:379\$
201\$ a 500\$	9.276	2.256:371\$	1.208	1.420:364\$	4.429	1.556:723\$
501\$ a 10:000\$	1.301	1.007:376\$	1.499	1.478:300\$	1.317	1.258:871\$
1:001\$ a 2:000\$	476	733:407\$	640	959:413\$	649	978:666\$
2:001\$ a 3:000\$	166	430:108\$	185	470:219\$	166	432:185\$
3:001\$ a 4:000\$	127	475:431\$	107	397:134\$	92	341:807\$
mais de 4:000\$	5	32:550\$	9	49:400\$	5	34:755\$
Total	74.137	7.505:003\$	63.431	8.077:837\$	61.552	7.336:012\$

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda. Vários Anos.

A mudança na categorização dos valores dos depósitos anuais é decorrência da reforma nos estatutos da Caixa Econômica em 1887. Essa reforma, dentre outras disposições já discutidas, retirou o limite de entradas semanais. Infelizmente, nessa nova categorização, o relatório do Conselho Inspector e Fiscal não discriminou os valores como fizera nos anos anteriores, congregando a grande parte dos depósitos em uma categoria de 1\$000 réis até os 50\$000 réis, valores máximos e mínimos de outrora.

Ainda assim a **Tabela 6.8** nos revela um importante dado. Os depósitos acima de 51\$000 réis representaram para os anos de 1887 a 1889, respectivamente, aproximadamente 30%, 31,5% e 35,8% do total de depósitos. Sendo que a segunda categoria mais representada foi a de 51\$000 a 100\$000 em todos os três anos. Isso demonstra claramente que havia uma demanda de classes abastadas para investir seus recursos na poupança da Caixa Econômica da Corte.

Os dados apresentados na **Tabela 6.7 e Tabela 6.8** confirmam, para os anos entre 1884-1888, a “inconveniência” citada pelo Conselho Inspector e Fiscal no ano de 1871 sobre o uso da Caixa Econômica da Corte por pessoas abastadas, “pequenos capitalistas” no termo do Conselho. Nos relatórios da década de 1880, essa “inconveniência” deixa de ser relatada pelo Conselho Inspector e Fiscal e, como já vimos anteriormente, se torna uma das críticas às caixas econômicas por aqueles que desejavam realizar uma reforma mais incisiva⁵⁰⁵. O provável é que o Conselho Inspector e Fiscal estivesse satisfeito com a diversidade de seus poupadores, em especial, com os valores poupadores.

Os perfis socioeconômicos dos poupadores

As análises anteriores já deram pistas mais ou menos claras quanto ao perfil dos depositantes da Caixa Econômica da Corte. Como dito anteriormente, as fontes que discriminavam as características dos depositantes e mesmo as categorias de depósitos anuais datavam da década de 1880, especificamente dos anos entre 1882 e 1889. Dessa forma, o perfil traçado do poupador da Caixa Econômica da Corte a seguir se refere, exclusivamente, aos novos depositantes da última década sob administração do governo imperial.

O esforço de analisar os níveis de renda e o custo de vida das principais profissões, categorizada segundo o censo de 1872 do império brasileiro, permitiu calcular uma margem econômica possível, ainda que não fosse plenamente provável. A seguir, utilizando-se das listas dos novos depositantes da Caixa Econômica no período de 1882-1889, foi feita uma equivalência das profissões com aquelas já analisadas por nível de renda. Dessa forma, obteve-se uma divisão por níveis de renda, a qual foi separada em três níveis de “classes”: populares, médias e altas.

Essa divisão nos informou a supremacia de depositantes originários das “classes populares” (57,2%), seguidos pelas classes médias (10,3%) e, por último, pelos representantes das “classes altas” (3,9%). Isso nos indicaria que a Caixa Econômica da Corte cumpria seu

⁵⁰⁵ Ver o Capítulo 4.

dever fundacional de atender prioritariamente aos “mais pobres”, como era frequentemente dito nos estatutos e pelo Conselho Inspector e Fiscal da instituição de depósitos do governo imperial.

Contudo, nas listas anuais de novos depositantes da Caixa Econômica da Corte havia uma categoria de depositantes com profissões não declaradas, as quais representaram, ao longo do período, 28,4% do total de novos depositantes. Ainda que as profissões não fossem declaradas, essa categoria expressava um número alto de “mulheres” e “menores”, respectivamente, 11,9% e 16,3% do total dos novos depositantes da década. Não seria possível enquadrá-los em algum nível de renda se não fosse os discursos parlamentares sobre a reforma dos estatutos das caixas econômicas e as análises feitas pelos parlamentares dos dados expostos nos relatórios do Conselho Inspector e Fiscal. Tais análises nos informam que a maioria das mulheres com “profissões não declaradas” eram casadas e que tanto essas mulheres quanto os menores eram parte das “classes mais abastadas”, portanto, de classes “médias ou altas”, sendo a nossa categorização.

Levando em consideração que os depositantes com profissões “não declaradas” não compunham a categoria social de pessoas “mais pobres” ou, usando os termos do Visconde de Ouro Preto, das “classes protegidas”, o resultado quanto ao perfil econômico dos poupadores se altera. As classes “não-protegidas” ou “não-pobres” alcançariam o total de 42,6% dos novos depositantes, enquanto as “classes populares” possuíam 57,2%. A diferença entre as duas categorias de “abastados” e de “pobres” ficaria bem próxima, o que significa dizer que a caixa, em termos do número de novos depositantes ao longo da década de 1880, se equilibrava, tendendo aos “populares” com uma margem de aproximadamente 15% a mais que os “abastados”.

Quanto às nacionalidades dos poupadores, podemos afirmar que por grande parte da década de 1880, especificamente entre os anos de 1882 e 1887, a Caixa Econômica da Corte recebia 48% do total dos novos depositantes sendo estrangeiro. Esses números são reduzidos nos anos finais do período (1888 e 1889), tanto em termos absolutos (de 5476 em 1887 para 4.076 em 1889), quanto em termos proporcionais (46,5% em 1887 para 35,1% em 1889). Na média geral de todo o período (1882-1889), a Caixa Econômica da Corte fazia uma nova caderneta para um estrangeiro a cada três cadernetas feitas no total. Vale ressaltar, novamente, que não é possível discriminar quais eram as nacionalidades desses estrangeiros, mas, sem sombra de dúvida, a maior parte eram portugueses devido ao alto índice de portugueses na cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, a partir dos dados expostos, pode-se traçar um perfil socioeconômico dos poupadores da Caixa Econômica da Corte no período de 1882-1889. Na década de 1880, a cada

10 novos poupadores da Caixa Econômica da Corte, aproximadamente 5,7 eram oriundos das classes mais pobres ou “populares”, o restante era considerado abastados. A cada 10 novos poupadores, aproximadamente 5,5 eram brasileiros, o restante estrangeiro, dentre os quais não é possível discriminar os países, apenas supor que a maior parte sejam de origem portuguesa. No que se refere ao gênero, a proporção era de 1,2 mulher a cada 10 novos poupadores. Com certeza o percentual de mulheres é diferente do apresentado, uma vez que só foram discriminadas as mulheres sem “profissão declarada”. Por fim, no que se refere aos menores, 1,6 a cada 10 poupadores eram menores de idade, sejam meninos ou meninas.

Se em termos da quantidade de novos depositantes a maioria (57,2%) era representada pelas “classes populares”, a situação se inverte em termos dos valores depositados. A partir dos nossos cálculos de níveis de renda e da margem econômica, as “classes populares”, no melhor cenário possível, depositaram, em média aproximada, 75 contos de réis anuais entre 1882-1886. Isso equivale a 0,3% do valor total dos depósitos realizados nesse mesmo período. Se se considerarmos os depósitos interiores a 50\$000 réis como possíveis depósitos oriundos de classes “mais pobres”, o que foi feito pelo Visconde de Ouro Preto e outros contemporâneos, tem-se a média aproximada de 13% do total dos depósitos para o período. Corroborando com esse argumento, as entradas máximas semanais (50\$000 réis) representaram a média de 72,2% de todas as categorias de valores depositados para o período de 1882-1886.

Esses dados nos revelam que, apesar da maior participação dos depósitos realizados pelas “classes populares”, as classes que viabilizavam a instituição de depósitos do governo imperial não eram os mais pobres. Ao menos para a década de 1880, os “abastados” ou “remediados” foram responsáveis pelo crescimento e manutenção da Caixa Econômica da Corte, em especial as classes médias.

Dessa forma, a Caixa Econômica da Corte era chamada como “Banco dos Pobres” e isso tinha um fundo de verdade. As filas formadas pelos depositantes na porta da instituição davam a plena impressão de atender ao público mais pobre, legitimando assim seu objetivo fundacional. No entanto, os depósitos que mantinham o funcionamento da instituição, em termos financeiros, eram oriundos de pessoas com maior poder aquisitivo e com capacidade de investir muito maior que a média da população.

Essas pessoas de classes “abastadas” optavam pela segurança dos depósitos da Caixa Econômica da Corte e eram responsáveis pela maior frequência de depósitos. Ainda que não fossem os negócios mais rentáveis na praça comercial do Rio de Janeiro. Esse modelo de investimento é considerado, atualmente, como investimentos conservadores por apresentar uma

renda fixa (5,5% em grande parte do período, alterado para 5% após a reforma) e denotar baixo ou quase nenhum grau de risco para o dinheiro aplicado.

Não é de se estranhar a maior participação como depositantes daqueles que não eram o público-alvo das caixas econômicas. É de se supor que a maior parte dessa clientela “abastada” eram letrados e compreendiam as vantagens e benefícios da poupança. Mais do que ficar ricos, essas pessoas se preocupavam com as adversidades que a vida poderia lhes trazer ou mesmo com a velhice. Não havia no Brasil, no orçamento do Estado Imperial, qualquer pasta voltada para o assistencialismo, dessa forma, as pessoas que podiam buscavam nas seguradoras privadas uma maneira de se precaver⁵⁰⁶.

Outra estratégia de poupança que não foi levada em consideração na análise, devido a dificuldade de precisar e estimar, é a estratégia familiar. As famílias, entenda aqui como grupos de convívio mais extenso do que pais e filhos, configuravam rendas diversas e de várias fontes. No cálculo hipotético de margem econômica, os valores forem considerados levando em consideração apenas um indivíduo. Dessa forma, queremos supor que havia alternativas mais favoráveis à poupança ao se pensar nas estratégias coletivas.

Por fim, não se pode concluir que as pessoas mais pobres da cidade do Rio de Janeiro não tinham o hábito da poupança. Aqueles que conseguiam economizar qualquer valor conheciam as vantagens da Caixa Econômica e poupavam, quando possível. No entanto, as condições materiais postas na sociedade oitocentista, mesmo na capital brasileira, eram responsáveis por obstaculizar o maior acesso dos pobres aos benefícios da poupança. Os pobres, quando conseguiam, tentavam valer à Caixa Econômica da Corte o apelido de “Caixa dos Pobres”.

⁵⁰⁶ Indicação de trabalhos sobre seguro de vida ou outras formas de associações mutualistas privadas. Aquele orientando da Gladys.

Considerações Finais

Desde que foi criada, em 1861, a Caixa sempre buscou ser mais que apenas um banco, mas uma instituição realmente presente na vida de milhões de brasileiros. Ela é, por exemplo, o agente responsável pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pelo Programa de Integração Social (PIS) e pelo Seguro-Desemprego, institutos tão presentes na vida do trabalhador formal. Aparece ainda no momento de ajudar a população, através dos programas sociais do governo, como o Bolsa Família – que beneficia mais de 13 milhões de brasileiros, FIES e Programa Minha Casa Minha Vida.⁵⁰⁷

A Caixa Econômica Federal é, ainda hoje, uma instituição financeira com seu capital 100% público. Apresentou no último trimestre de 2019 um lucro líquido de cerca de 8 bilhões de reais. A instituição planeja abrir mais de 1.000 pontos de atendimento no ano de 2020 para, enfim, atingir todos os 5.570 municípios brasileiros. Como visto na citação anterior, a Caixa é responsável por atender a serviços essenciais ao trabalhador brasileiro, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social e o Seguro-Desemprego. A Caixa ainda é responsável por programas habitacionais populares como o “Minha Casa Minha Vida” (23 bilhões de reais em mais de 207 mil unidades habitacionais), essencial para a constituição da moradia própria do brasileiro.⁵⁰⁸ Ainda assim, e cada vez mais, oportunistas não faltam para sugerir à abertura do capital privado ou mesmo privatização do importante banco público.

A Caixa Econômica Federal tem sua origem na Caixa Econômica da Corte, criada há 158 anos em um Rio de Janeiro governado pelo monarca D. Pedro II. Em seu estatuto fundacional ficava claro seu propósito de atender “as pequenas economias das classes menos abastadas”. No entanto, apesar desse seu propósito de servir à população mais marginalizada e carente, como fruto de seu tempo, seus serviços se limitaram à poupança e penhor sob objetos valiosos (ouro e prata).

A ideia de o governo estabelecer uma caixa econômica própria não fora por acaso. Desde 1831, havia uma caixa econômica privada no país – Caixa Econômica do Rio de Janeiro – a qual foi responsável, além de acumular cerca de 3.500 contos de réis no final da década de 1830, iniciar e propagar o hábito de poupar. A partir do exemplo da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, outras caixas econômicas foram criadas em várias cidades brasileiras (Santos, Valença, Campos, Ouro Preto etc.), bem como concorrentes surgiram na própria capital. Casas

⁵⁰⁷ Apresentação da história da Caixa Econômica Federal em seu site. Disponível <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa>.

⁵⁰⁸ Últimos resultados para o terceiro semestre de 2019 podem ser visto no site: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-demonstrativo-financeiro>.

Bancárias se desenvolveram na Corte, atuando, em uma ponta como intermediadores de crédito entre os grandes bancos e os negociantes, enquanto na outra ponta, o que lhes davam sustentação financeira era, em parte, capitais de pequenos poupadores.

Como dito, a ideia de criação de um caixa econômica do governo foi bem planejada. A Caixa Econômica do Rio de Janeiro, a primeira na América Latina, estava com grandes dificuldades para lidar com a concorrência das casas bancárias e tinha suas possibilidades engessadas pela limitação de seus estatutos, os quais previam unicamente o investimento em Apólices de Dívida Pública, modalidade de investimento que não era foram muito rentáveis nas décadas de 1840 e 1850. Sob a lei da época, as alterações e aprovações de estatutos de instituições privadas deveriam ser aprovadas pelo governo, o qual negou à Caixa Econômica do Rio de Janeiro por duas ocasiões.

Essas negações de alteração dos estatutos somadas à concorrência das casas bancárias e o baixo rendimento das apólices de dívida pública foram motivos decisivos para a liquidação por parte de seus acionistas em 1859. Poucos meses depois, o governo lançou as bases da criação de sua própria caixa econômica. Acreditava-se que tinha um filão a ser preenchido com a liquidação da Caixa Econômica do Rio de Janeiro.

O projeto de criação de uma caixa econômica do governo imperial foi idealizado na Lei Enumerada 1.083 de 22 de agosto de 1860, conhecida também por Lei dos Entraves, uma vez que impunha freios a emissão de papel-moeda por parte das instituições financeiras. Poucos meses depois, em 12 de janeiro de 1861, por meio do decreto de número 2.723, era autorizada a criação da instituição de depósitos e de penhores do governo sob o nome de Caixa Econômica da Corte.

Tanto a Lei dos Entraves quanto o decreto de criação da Caixa Econômica da Corte foram assinadas pelo ministro da Fazenda à época – Angelo Moniz da Silva Ferraz – conhecido pela sua política austera e metalista.⁵⁰⁹ Silva Ferraz apenas assinara o decreto de criação, mas os estatutos que regeriam as atividades da Caixa Econômica no Brasil foram desenvolvidos por “nomes fortes” do Rio de Janeiro, alguns banqueiros, outros com experiências em diversos órgãos financeiros do governo, como próprio Banco do Brasil. Mais uma vez é importante lembrar os nomes que assinaram esse estatuto: Visconde de Itaborahy, Manoel Felizardo de Souza e Mello, Visconde de Ypanema, Visconde de Condeixa, Visconde de Bomfim, Barão de Itamaraty, Barão de Mauá, João Pedro da Veiga, Antonio José Alves Souto e Militão Maximo de Souza.

⁵⁰⁹ Essa discussão sobre a política de Silva Ferraz foi abordada no capítulo 1 e 2.

A Caixa Econômica da Corte teve dificuldades de se firmar nos primeiros anos. O “filão” se mostrou concorrido pelas casas bancárias já estabelecidas na praça comercial do Rio de Janeiro, as quais captavam todos os tostões de réis dos possíveis investidores da Caixa. A concorrência seguiu como um grande empecilho ao desenvolvimento da poupança na instituição de governo até setembro de 1864.

A Crise do Souto recebeu esse nome devido à bancarrota de cinco grandes casas bancárias da praça comercial do Rio de Janeiro, tendo a casa bancária A. J. Alves Souto & Co. o papel de destaque. Essa casa bancária já havia tido dificuldades para manter a reprodução de seu papel de intermediadora, quando socorrida pelo Banco do Brasil por meio de empréstimos.⁵¹⁰ A situação se perdurou no ano de 1864, no entanto, quando solicitou mais um empréstimo ao Banco do Brasil, este o negou. A notícia correu e agitou os moradores do Rio de Janeiro, principalmente aqueles que tinham valores depositados naquela casa bancária. Da agitação se fez o pânico e muitos investidores de outras casas bancárias também fizeram corrida para sacar suas economias.

O pânico e a insuficiência de liquidez fizeram a casa bancária de José Alves Souto fechar suas portas naquela manhã de 10 de setembro. O que foi acompanhado por outras quatro grandes casas bancárias. O resultado disso foi a intervenção do governo imperial para impedir que houvesse mais falências em cadeia por meio do curso forçado de cédulas pelo Banco do Brasil para tranquilizar o mercado financeiro e permiti-lo tempo para se recuperar.

O resultado dessa Crise do Souto foi a perda de capitais por parte dos poupadores, os quais tiveram que recorrer à justiça para recuperar seus capitais perdidos ou, ao menos, parte deles. As casas bancárias restante, outrora imponentes instituições financeiras com grande lastro de confiabilidade, tiveram suas imagens feridas. Não obstante, o governo imperial, pela sua agilidade para intervir e remediar a situação, ganhou a confiança que precisava para apontar a Caixa Econômica da Corte como destino seguro para as economias dispersas pela crise.

Uma das hipóteses lançadas no começo da pesquisa era quanto a centralização dos depósitos por meio das caixas econômicas do governo imperial. Se não há provas suficientes de um projeto intencionado de centralizar a poupança nas instituições do governo, houve, ao menos, a percepção de aproveitar os momentos-chave para isso: 1) a política metálica e principalmente austera de Silva Ferraz criou mecanismos para diminuição do papel-moeda em circulação, dentre os quais incluía as caixas econômicas, uma vez que seus depósitos seriam direcionados inteiramente ao Tesouro Nacional; 2) as seguidas desaprovações da

⁵¹⁰ Para compreender os motivos da Crise do Souto, ler o capítulo 1.

reformulação dos estatutos da Caixa Econômica do Rio de Janeiro; 3) a recusa de mais um empréstimo de cerca de 900 contos de réis à casa bancária A. J. Alves Souto & Co. no dia 10 de setembro para evitar que seus negócios parassem, o que alavancou a bancarrota generalizada; 4) a agilidade de interferência do governo imperial para evitar maiores danos ao sistema financeiro carioca e a percepção do momento para intensificar a propaganda de sua Caixa Econômica da Corte como “garantia e assegura pelo governo imperial”. Tais momentos-chave não foram orquestrados, ao menos não há provas disso, mas serviram ao propósito do projeto de centralização dos depósitos no Thesouro Nacional, o qual foi pensado ainda na Lei dos Entraves de 1860.

A história contada até aqui foram os resultados dos **dois primeiros capítulos**, os quais se centraram na estruturação do sistema financeiro brasileiro e as primeiras experiências de caixas econômicas e instituições de depósitos para chegar no projeto de centralização de depósito do governo com a criação da Lei dos Entraves e, conseguinte, a Caixa Econômica da Corte. Essa era uma das hipóteses centrais dessa pesquisa, a qual se verifica na atuação do governo na Crise do Souto. Esse foi o primeiro passo dessa centralização, pois, como pôde ser visto nos capítulos seguintes, o desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte suscitou a expansão de seu modelo para todas as capitais provinciais.

Voltando à história dessa instituição, o qual se confunde com a própria história da poupança no Brasil, a Caixa Econômica da Corte se tornou a principalmente instituição de depósitos para os moradores da cidade do Rio de Janeiro após Crise do Souto. A garantia do governo concedia a segurança necessária para os depositantes, os quais temiam um novo pânico de uma nova bancarrota generalizada.

O desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte foi impulsionado pela quebra da concorrência. Rapidamente seus cofres enchiam de depósitos, os quais eram direcionados ao Thesouro Nacional. Nem mesmo a maior guerra ocorrida em território sul-americano foi capaz de impedir o crescimento. Na verdade, foi demonstrado no terceiro capítulo que o aumento sistemático de papel-moeda como uma das formas de arcar com os custos da guerra favoreceu o aumento dos depósitos. Mais dinheiro em circulação, mais oportunidades para investimentos, como a poupança.

A segunda hipótese central da pesquisa é justamente a instrumentalização da poupança das caixas econômicas do governo imperial como um dos mecanismos para o controle do meio-circulante. No entanto, o aumento desenfreado do meio de circulante ao longo da Guerra do Paraguai (1864-1870) ao mesmo tempo que propiciou mais oportunidades de investimentos por ter mais dinheiro em circulação, fazia-se impossível cumprir esse objetivo.

Com o final do conflito e o contínuo desenvolvimento da poupança da Caixa Econômica da Corte, o governo imperial percebeu a necessidade de tomar um passo adiante. O desenvolvimento da poupança deveria se expandir e alcançar outras praças comerciais para cumprir seu duplo objetivo: financeiro – reduzir em parte o meio circulante e social – assegurar sob juros as economias dos mais carentes. Dessa forma, em 1874 foi assinado o decreto n.º 5.594 de 18 de abril de 1874, o qual executava os regulamentos para as caixas econômicas provinciais do Império do Brasil. A expansão se deu em duas ordens: nas capitais provinciais e nos municípios do interior da província do Rio de Janeiro⁵¹¹. Essa segunda expansão era ainda um experimento inicial do governo para ser expandido para as demais províncias posteriormente.

O modelo de expansão não considerou as diferenças regionais, simplesmente implementou o mesmo binômio Monte de Socorro / Caixa Econômica, o qual as duas compartilhavam o mesmo quadro de funcionário, no entanto, a primeira era responsável por arcar com os custos operacionais, enquanto a segunda podia ter seus depósitos utilizados como capital para empréstimos por penhor pela segunda. Dessa forma, o binômio criado do governo exigia que o Monte de Socorro desenvolvesse, ao menos, para arcar com os gastos da Caixa Econômica. O que se verificou ao longo da década de 1870 foi a dificuldade dos montes de socorro provinciais se desenvolverem, o que prejudicava o desempenho das caixas econômicas provinciais. Em vários momentos, o Estado teve que socorrer as instituições provinciais com o aporte de 1% dos ganhos das loterias, o que estava previsto na lei das caixas econômicas.

A década de 1870 manteve o ritmo acelerado de desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte. O **terceiro capítulo** discorreu sobre esse crescimento acentuado, o qual mais que duplicou a quantidade de depositantes e de capital acumulado pelos depósitos. A instituição de depósitos do governo na Corte cumpria seu objetivo de desenvolver o hábito de poupar entre os cariocas, hábito que começava a ser exportado para todas as províncias.

Quanto à hipótese das caixas econômicas como um dos mecanismos de controle do papel-moeda em circulação, deve se considerar que, a partir da expansão de caixas econômicas e com a política de contenção de emissões adotada na década de 1870, os valores acumulados da caixa econômica alcançavam aproximadamente 8% do total de papel moeda em circulação no ano de 1879.

A expansão das caixas econômicas ainda estava em curso. A década de 1880 demonstra um crescimento significativo nos depósitos acumulados nas caixas econômicas provinciais,

⁵¹¹ A análise comparativa do desenvolvimento das caixas econômicas provinciais e das agências da Caixa Econômica da Corte na província do Rio de Janeiro foram realizadas no capítulo 5.

bem como a criação de mais agências no interior da província do Rio de Janeiro. Ao final do período monárquico brasileiro (1889), as caixas econômicas alcançaram o volume de depósitos equivalentes a 14,21% do total de papel-moeda em circulação. Havia margem para crescer, as províncias e entusiastas do modelo de investimento demandavam a criação das agências em outros municípios fora da província do Rio de Janeiro. Alguns questionavam o porquê de o governo não utilizar das suas estações de correio e criar agências da caixa econômica aos moldes das *post-office savings banks* inglesas.

No que se refere à Caixa Econômica da corte, o **quarto capítulo**, tratou do seu desenvolvimento na última década do segundo reinado brasileiro. Ao longo da década de 1880, a instituição de depósitos do governo na corte enfrentou sérias críticas por não demonstrar mais o ritmo acentuado de desenvolvimento dos anos anteriores. Uma comissão avaliadora foi organizada no começo da década para determinar as causas da perda do rápido desenvolvimento.

O resultado da comissão avaliadora impulsionou as críticas ao modelo de caixas econômicas adotado no Brasil. A comissão avaliou que o binômio Monte de Socorro / Caixa Econômica obstaculizava o desenvolvimento das caixas econômicas provinciais, ao mesmo tempo, que as loterias do governo eram contraditórias e concorrentes ao espírito previdenciário da poupança. Além das causas da letargia do desenvolvimento das caixas econômicas no Brasil, a comissão avaliadora propôs uma modernização dos estatutos das caixas econômicas.

A reforma proposta propunha uma mudança drástica nos estatutos que geriam as caixas econômicas brasileiras. Em resumo, o binômio Monte de Socorro / Caixa Econômica seria extinto, mantendo somente as instituições de penhores do governo que demonstrasse lucro. Dentre outras reformas administrativas, a proposta previa uma maior autonomia das caixas econômicas provinciais para criar agências no interior de cada província, bem como a criação de um Fundo de Reserva, com um percentual do repasse dos juros rendidos pelo Tesouro Nacional aos depositantes. O Fundo de Reserva, a priori, serviria justamente para custear os déficits possíveis, mas previa-se um ressarcimento aos depositantes com uma periodicidade alta não fixada.

A proposta de reforma suscitou debates parlamentares com novas emendas, como um maior campo de ação, empréstimos e investimentos, das Caixas Econômicas a partir dos capitais coligidos no Fundo de Reserva. No entanto, não houve decisão favorável à proposta e suas emendas e tudo foi arquivado. O governo temia a perda da centralização no Tesouro Nacional a partir da autonomia que estava sendo concedida as caixas econômicas provinciais.

Mediante a onda de críticas, o governo agiu rapidamente para propor sua contrarreforma, a qual limitava a algumas propostas realizadas pela comissão avaliadora, mas com o cuidado de atenuar o grau de autonomia das caixas econômicas provinciais. A proposta excluiu os limites de entrada, permitiu a criação de agências das caixas econômicas em outros municípios, mas, principalmente, extinguiu os montes de socorro provinciais que causavam prejuízos. No entanto, a maior preocupação do governo – a centralização dos depósitos no Tesouro Nacional – se manteve.

A associação da confiança entre do governo com a Caixa Econômica da Corte pode ser verificada nos últimos anos do Segundo Reinado do Brasil. Houve uma intensificação de saques nos últimos anos, principalmente a partir da abolição da escravidão e no derradeiro ano de 1889 com a proclamação da República. A desconfiança pairava sob as finanças públicas e o novo governo que tomava destronava D. Pedro II. Tal desconfiança era sentida na antiga Caixa Econômica da Corte, agora Caixa Econômica da Capital Federal ou somente Caixa Econômica Federal.

O **quinto capítulo** da tese abordou a análise da evolução dos depósitos da Caixa Econômica da Corte em três perspectivas: internacional, nacional e intraprovincial. A nível da maioria dos países europeus e dos Estados Unidos, a poupança brasileira era irrisória. Vale ressaltar os diferentes níveis de desenvolvimento econômico, principalmente, industrial. No entanto, em relação a Espanha, a poupança brasileira apresentava um volume superior na comparação entre as caixas econômicas do governo dos países. Isso é um indicativo das condições de atraso do desenvolvimento industrial espanhol em relação aos seus países vizinhos. Na comparação com a América Latina, a poupança brasileira tem níveis bem superiores às de Cuba e Porto Rico. Havia instituições de poupança na Colômbia, porém os períodos analisados pelas pesquisas não se equiparam, portanto não foi possível comparar. Infelizmente ainda faltam estudos de instituições de poupança em outros países americanos.

À nível nacional, foram feitas comparações entre a evolução da poupança da Caixa Econômica da Corte com alguns indicadores econômicos, como: índice de preços, PIB e meios de pagamento. O comportamento da evolução dos valores coligidos na Caixa Econômica da Corte foi afetado principalmente pelos meios de pagamento e índices de preço. Ainda nesse ponto, comparamos o desenvolvimento das caixas econômicas provinciais com a Caixa Econômica da Corte. Percebeu-se que o desenvolvimento de cada caixa econômica provincial seguiu ritmos mais ou menos próprios, com apenas variações similares em momentos de recessões econômicas mais agudas ou fatos históricos, como abolição da escravidão e

proclamação da República. Pode-se perceber o destaque do desenvolvimento das caixas econômicas provinciais de Salvador, Ouro Preto e Porto Alegre.

Por fim, à nível intraprovincial, foi realizada a análise do desenvolvimento das agências da Caixa Econômica da Corte em alguns municípios do interior da província do Rio de Janeiro. Pode-se perceber a estratégia de alocar agências da caixa econômica nas regiões que compunham a zona de produção de café – Vale Paraíba Fluminense. Enquanto a zona norte fluminense recebia apenas uma caixa econômica, a qual não se situou em Campos, o maior município do interior da província, pois já havia uma caixa econômica particular. Essa caixa econômica particular de Campos foi criada ainda na década de 1830 e seguia os moldes da Caixa Econômica do Rio de Janeiro (1831-1859), ou seja, investia todo seu capital acumulado por meio de depósitos em títulos de dívida pública. Dessa forma, o governo imperial não viu necessidade de competir com tal instituição, uma vez que seus capitais eram direcionados a investimentos do Estado. No final de década de 1880 foram criadas agências interiorizando ainda mais o alcance da poupança na província do Rio de Janeiro.

No **sexto e último capítulo** foi analisado os depositantes da Caixa Econômica da Corte. As informações dos relatórios do Conselho Inspector e Fiscal traziam dados compilados dos novos depositantes da Caixa Econômica da Corte apenas nos anos da década de 1880. Por meio dessas listas, podemos saber as profissões dos novos depositantes, bem como os valores de depósitos separados por categorias a cada 10\$000 réis até o limite de 50\$000 réis semanais. Com dados escassos das rendas das profissões na década de 1880 e com os índices de preço de moradia e alimentação foi possível estimar uma margem aproximada de depósito possível por profissão. É importante fazer a ressalva do esforço hipotético dessa margem de poupança estimada. Por fim, cruzamos as informações para traçar o perfil dos poupadores da Caixa Econômica da Corte.

Os resultados desse cruzamento de dados foi que os poupadores da Caixa Econômica da Corte se dividiam entre classes “populares” e “mais abastadas”. No entanto, no que se refere aos valores dos depósitos coligidos na instituição de poupança o governo, as classes “mais abastadas” eram responsáveis pela quase totalidade, uma vez que os depósitos das classes populares faziam uma soma bem insignificante em comparação às classes “médias” e “altas”. Quanto à nacionalidade, foi interessante notar que entre os novos depositantes da década de 1880 havia uma participação alta de estrangeiros, em sua maioria provavelmente portugueses.

Os menores de idade representaram uma parcela significativa das cadernetas, participação semelhante em boa parte das caixas econômicas europeias. Por fim, foi possível definir claramente a participação feminina, uma vez que nas listas não se separavam os

profissionais por sexo, apenas havia uma categoria de “mulheres, sem declaração e casadas”. Ainda assim, essa categoria representava, em média, mais de um décimo do total de novos depositantes. Dessa forma, é possível supor uma participação feminina ainda maior se considerarmos que havia muitas mulheres entre os depositantes classificados com uma profissão.

A história da Caixa Econômica da Corte se confunde com a própria história da poupança no Brasil. Outras caixas econômicas se estabeleceram anteriormente, mas a instituição de poupança do governo fazia parte de um projeto de centralização da poupança no Tesouro Nacional em todo o país. Estudar a Caixa Econômica da Corte, bem como as caixas econômicas provinciais, nos permitiu compreender não somente uma variável da Dívida Interna Fundada brasileira, mas principalmente como o governo imperial atuava em relação a economia dos homens e mulheres brasileiros, livres ou escravizados.

Não fazia parte da pauta do governo de D. Pedro II planos assistencialistas. A Caixa Econômica da Corte foi criada com o intuito de moralizar economicamente a população brasileira. Essa discussão sobre a mentalidade foge a nossa alçada, mas a Caixa Econômica da Corte foi parte de um projeto de uma tentativa de aproximação da realidade brasileira com a europeia – “uma importação de civilidade”. Esse tipo de aproximação foi comumente estudado nos temas sobre planos de urbanização, na saúde pública e na “alta cultura” – principalmente no período da história brasileira conhecido como “belle époque”. Dessa forma, o hábito de poupar também deve ser inserido nessa discussão por ter sido inculcido à população brasileira a partir de um projeto do governo.

Por fim, cabe um apelo para aqueles que leram esse texto. É necessário avançar nas pesquisas sobre a poupança histórica, principalmente nos países sul-americanos. Os grandes patronos da história econômica brasileira – Caio Prado Jr., Celso Furtado, Roberto Simonsen, para citar alguns apenas – sequer mencionam ou aprofundam na questão da poupança brasileira do século XIX e início do XX. Como foi demonstrado ao longo do texto, uma instituição – entenda como a poupança – que acumulava mais de 20.000 contos de réis não pode ser uma variável descartada na análise do desenvolvimento econômico brasileiro. Mesmo se julgarem a poupança irrisória ou insuficiente em comparação com o papel que ela desenvolveu em outros países, isso é o suficiente para se justificar como um ponto importante na análise. Dessa forma, encerro as considerações finais dessa tese com a súplica de que mais pesquisas sobre poupança na América Latina sejam realizadas e, se essa tese propiciar um impulso, ela terá alcançado seu objetivo.

Consideraciones finales

Desde su creación en 1861, la Caixa siempre ha tratado de ser más que un banco, sino una institución realmente presente en la vida de millones de brasileños. Ella es, por ejemplo, la agente responsable del Fondo de Indemnización por Despido (FGTS), el Programa de Integración Social (PIS) y el Seguro de Desempleo, institutos tan presentes en la vida del trabajador formal. También aparece en el momento de ayudar a la población, a través de programas sociales gubernamentales, como Bolsa Família, que beneficia a más de 13 millones de brasileños, FIES y el Programa Minha Casa Minha Vida.⁵¹²

La Caixa Econômica Federal sigue siendo una institución financiera con capital 100% público. En el último trimestre de 2019, tuvo una ganancia neta de aproximadamente 8 mil millones de reales. La institución planea abrir más de 1,000 puntos de servicio en 2020 para, en resumen, llegar a los 5,570 municipios brasileños. Como se vio en la cita anterior, Caixa es responsable de proporcionar servicios esenciales a los trabajadores brasileños, como el Fondo de Indemnización por Despido (FGTS), el Programa de Integración Social y el Seguro de Desempleo. Caixa también es responsable de programas populares de vivienda como “Minha Casa Minha Vida” (23 mil millones de reales en más de 207 mil unidades de vivienda), lo cual es esencial para la creación de viviendas en Brasil⁵¹³. Aun así, y cada vez más, abundan los oportunistas para sugerir la apertura de capital privado o incluso la privatización del importante banco público.

La Caixa Econômica Federal tiene su origen en Caixa Econômica da Corte, creada hace 158 años en Río de Janeiro, gobernado por el monarca D. Pedro II. Su estatuto original dejó en claro su propósito de servir a "las pequeñas economías de las clases menos acomodadas". Sin embargo, a pesar de este propósito de servir a la población más marginada y necesitada, como resultado de su tiempo, sus servicios se limitaron a ahorros y prendas bajo objetos valiosos (oro y plata).

La idea de que el gobierno estableciera su propia caja de ahorros no fue casual. Desde 1831, había una caja de ahorros privada en el país, Caixa Econômica do Rio de Janeiro, que era

⁵¹² Apresentação da história da Caixa Econômica Federal em seu site. Disponível <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa>. Tradução Livre a partir de: “Desde que foi criada, em 1861, a Caixa sempre buscou ser mais que apenas um banco, mas uma instituição realmente presente na vida de milhões de brasileiros. Ela é, por exemplo, o agente responsável pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pelo Programa de Integração Social (PIS) e pelo Seguro-Desemprego, institutos tão presentes na vida do trabalhador formal. Aparece ainda no momento de ajudar a população, através dos programas sociais do governo, como o Bolsa Família – que beneficia mais de 13 milhões de brasileiros, FIES e Programa Minha Casa Minha Vida”.

⁵¹³ Últimos resultados para o terceiro semestre de 2019 podem ser visto no site: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-demonstrativo-financeiro>.

responsable, además de acumular alrededor de 3.500 contos de réis a fines de la década de 1830, de iniciar y propagar el hábito de ahorrar. Siguiendo el ejemplo de Caixa Econômica do Rio de Janeiro, se crearon otras cajas de ahorro en varias ciudades brasileñas (Santos, Valença, Campos, Ouro Preto, etc.), y también aparecieron competidores en la propia capital. Las casas bancarias se desarrollaron en la Corte, actuando, en un extremo, como intermediarios de crédito entre grandes bancos y hombres de negocios, mientras que en el otro extremo, lo que les dio apoyo financiero fue, en parte, capital de pequeños ahorradores.

Como se dijo, la idea de crear una caja de ahorro del gobierno estaba bien planificada. La Caixa Econômica do Rio de Janeiro, la primera en América Latina, enfrentaba grandes dificultades para lidiar con la competencia de las casas bancarias y tenía sus posibilidades limitadas por la limitación de sus estatutos, que solo preveían la inversión en valores de deuda pública, modalidad inversión que no era muy rentable en las décadas de 1840 y 1850. Según la ley de la época, los cambios y aprobaciones de estatutos para instituciones privadas debían ser aprobados por el gobierno, que negó Caixa Econômica do Rio de Janeiro en dos ocasiones.

Estas negaciones de alteración de los estatutos añadidos a la competencia de las casas bancarias y el bajo rendimiento de los valores de deuda pública fueron razones decisivas para la liquidación por parte de sus accionistas en 1859. Unos meses más tarde, el gobierno sentó las bases para la creación de su propia caja de ahorro. Se creía que tenía un filón que llenar con la liquidación de Caixa Econômica de Río de Janeiro.

El proyecto para la creación de una caja de ahorro del gobierno imperial fue previsto en la Ley enumerada 1.083 del 22 de agosto de 1860, también conocida como la Ley de Barreras (Lei de Entraves), ya que impuso frenos a la emisión de papel moneda por parte de las instituciones financieras. Pocos meses después, el 12 de enero de 1861, mediante el decreto número 2.723, se autorizó la creación de la institución de depósitos y promesas gubernamentales bajo el nombre de Caixa Econômica da Corte.

Tanto la Ley de Barreras como el decreto que crea la Caixa Econômica da Corte fueron firmados por el Ministro de Hacienda de la época, Angelo Moniz da Silva Ferraz, conocido por su política austera y metalúrgica. Silva Ferraz solo había firmado el decreto de creación, pero los estatutos que regirían las actividades de Caixa Econômica en Brasil fueron desarrollados por "nombres fuertes" de Río de Janeiro, algunos banqueros, otros con experiencia en varios organismos financieros del gobierno, como el Banco do Brasil Una vez más, es importante recordar los nombres que firmaron este estatuto: Visconde de Itaboraahy, Manoel Felizardo de Souza e Mello, Visconde de Ypanema, Visconde de Condeixa, Visconde de Bomfim, Barão de

Itamaraty, Barão de Mauá, João Pedro da Veiga, Antonio José Alves Souto y Militão Máximo de Souza.

La Caixa Econômica da Corte tuvo dificultades para establecerse en los primeros años. El "filão" demostró estar en competencia con las cajas bancarias ya establecidas en la plaza comercial de Río de Janeiro, que capturaron todos los centavos de los posibles inversores de la Caixa. La competencia siguió como un obstáculo importante para el desarrollo del ahorro en la institución gubernamental hasta septiembre de 1864.

La Crisis de Souto recibió su nombre debido a la quiebra de cinco grandes casas bancarias en la plaza comercial de Río de Janeiro, con la casa bancaria A. J. Alves Souto & Co. jugando un papel destacado. Este banco ya había tenido dificultades para mantener la reproducción de su papel como intermediario, cuando el Banco do Brasil lo rescató mediante préstamos⁵¹⁴. La situación persistió en 1864, sin embargo, cuando solicitó otro préstamo al Banco do Brasil, lo negó. La noticia se extendió y agitó a los residentes de Río de Janeiro, especialmente a aquellos que tenían depósitos en ese banco. Estalló el pánico y muchos inversores de otras casas bancarias también se apresuraron a retirar sus ahorros.

El pánico y la liquidez insuficiente hicieron que el banco de José Alves Souto cerrara sus puertas esa mañana del 10 de septiembre. Esto fue acompañado por otras cuatro casas bancarias importantes. El resultado de esto fue la intervención del gobierno imperial para evitar nuevas quiebras en cadena a través del curso forzado de billetes por parte de Banco do Brasil para tranquilizar al mercado financiero y darle tiempo para recuperarse.

El resultado de esta crisis de Souto fue la pérdida de capital por parte de los ahorradores, que tuvieron que ir a la corte para recuperar su capital perdido, o al menos parte de él. Las casas bancarias restantes, que alguna vez impusieron instituciones financieras con una gran fiabilidad, sufrieron heridas en sus imágenes. Sin embargo, el gobierno imperial, debido a su agilidad para intervenir y remediar la situación, ganó la confianza que necesitaba para señalar a la Caixa Econômica da Corte como un destino seguro para las economías dispersas por la crisis.

Una de las hipótesis lanzadas al comienzo de la investigación se refería a la centralización de los depósitos a través de las cajas de ahorro del gobierno imperial. Si no hay suficiente evidencia de un proyecto destinado a centralizar el ahorro en las instituciones gubernamentales, existía al menos la percepción de aprovechar los momentos clave para esto: 1) La política metálica y principalmente austera de Silva Ferraz creó mecanismos para reducir el papel moneda en circulación, entre los cuales se incluían cajas de ahorro, ya que sus depósitos

⁵¹⁴ Para comprender os motivos da Crise do Souto, ler o capítulo 1.

estarían dirigidos enteramente al Tesoro Nacional; 2) las siguientes desaprobaciones de la reformulación de los estatutos de la Caixa Econômica do Rio de Janeiro; 3) la denegación de otro préstamo de aproximadamente 900 contos de réis a la casa bancaria A. J. Alves Souto & Co. el 10 de septiembre para evitar que sus negocios se detengan, lo que apalancó la bancarrota generalizada; 4) la agilidad de la interferencia del gobierno imperial para evitar mayores daños al sistema financiero en Río y la percepción del momento de intensificar la publicidad de su Caixa Econômica da Corte como una "garantía y garantía del gobierno imperial". Dichos momentos clave no fueron orquestados, al menos no hay evidencia de esto, pero sirvieron para el proyecto de centralización de depósitos en el Tesoro Nacional, que también se pensó en la Ley de Barreras de 1860.

La historia contada hasta ahora fue el resultado de los **dos primeros capítulos**, que se centraron en la estructuración del sistema financiero brasileño y las primeras experiencias de las cajas de ahorro y las instituciones de depósito para llegar al proyecto de centralización de depósitos del gobierno con la creación de la Ley de Barreras y, por lo tanto, la Caixa Econômica da Corte. Esta fue una de las hipótesis centrales de esta investigación, que se verifica en el desempeño del gobierno en la crisis de Souto. Este fue el primer paso en esta centralización, ya que, como se ve en los siguientes capítulos, el desarrollo de Caixa Econômica da Corte llevó a la expansión de su modelo a todas las capitales de provincia.

Volviendo a la historia de esta institución, que se confunde con la historia de los ahorros en Brasil, la Caixa Econômica da Corte se convirtió en la principal institución de depósito para los residentes de la ciudad de Río de Janeiro después de la crisis de Souto. La garantía del gobierno proporcionó la seguridad necesaria para los depositantes, que temían un nuevo pánico de una nueva bancarrota generalizada.

El desarrollo de Caixa Econômica da Corte fue impulsado por la caída de la competencia. Sus arcas se llenaron rápidamente de depósitos, que fueron enviados al Tesoro Nacional. Ni siquiera la guerra más grande en América del Sur pudo detener el crecimiento. De hecho, se demostró en el **tercer capítulo** que el aumento sistemático del papel moneda como una de las formas de soportar los costos de la guerra favoreció el aumento de los depósitos. Más dinero en circulación, más oportunidades para inversiones, como ahorros.

La segunda hipótesis central de la investigación es precisamente la instrumentalización de los ahorros de las cajas de ahorro del gobierno imperial como uno de los mecanismos para el control del medio circulante. Sin embargo, el aumento sin restricciones en el medio circulante durante la Guerra paraguaya (1864-1870) al mismo tiempo que proporcionó más oportunidades de inversión para tener más dinero en circulación, fue imposible cumplir este objetivo.

Con el fin del conflicto y el continuo desarrollo de ahorros por parte de la Caixa Econômica da Corte, el gobierno imperial se dio cuenta de la necesidad de dar un paso adelante. El desarrollo del ahorro debe expandirse y llegar a otros mercados comerciales para cumplir con su doble objetivo: financiero - reducir parte del entorno social y circulante - para asegurar las economías de los más necesitados bajo interés. Así, en 1874, se firmó el Decreto 5.594 del 18 de abril de 1874, que hizo cumplir las regulaciones para las cajas de ahorro provinciales del Imperio de Brasil. La expansión tuvo lugar en dos órdenes: en las capitales de provincia y en los municipios del interior de la provincia de Río de Janeiro⁵¹⁵. Esta segunda expansión aún era un experimento inicial del gobierno para expandirse a otras provincias más tarde.

El modelo de expansión no consideró las diferencias regionales, simplemente implementó el mismo binomio Monte de Socorro / Caixa Econômica, que compartían el mismo personal, sin embargo, el primero fue responsable de asumir los costos operativos, mientras que el segundo podría tener sus depósitos utilizados como capital para préstamos de compromiso para el primero. Así, el binomio creado por el gobierno exigió que Monte de Socorro se desarrolle, al menos, para cubrir los gastos de Caixa Econômica. Lo que sucedió durante la década de 1870 fue la dificultad de desarrollo de los montes de socorro provinciales, lo que obstaculizó el desempeño de las cajas de ahorro provinciales. En varias ocasiones, el Estado tuvo que ayudar a las instituciones provinciales con la contribución del 1% de las ganancias de la lotería, que estaba previsto en la ley sobre cajas de ahorros.

A década de 1870 mantuvo el ritmo acelerado de desenvolvimiento da Caixa Econômica da Corte. O **terceiro capítulo** discorreu sobre esse crescimento acentuado, o qual mais que duplicou a quantidade de depositantes e de capital acumulado pelos depósitos. A instituição de depósitos do governo na Corte cumpria seu objetivo de desenvolver o hábito de poupar entre os cariocas, hábito que começava a ser exportado para todas as províncias.

La década de 1870 mantuvo el rápido ritmo de desarrollo de la Caixa Econômica da Corte. El **tercer capítulo** discutió este marcado crecimiento, que más que duplicó el número de depositantes y capital acumulado por los depósitos. La institución de depósitos del gobierno en la Corte cumplió su objetivo de desarrollar el hábito de ahorrar entre los cariocas, un hábito que comenzaba a exportarse a todas las provincias.

Con respecto a la hipótesis de las cajas de ahorro como uno de los mecanismos para controlar el papel moneda en circulación, debe considerarse que, desde la expansión de las cajas de ahorro y con la política de contención de emisiones adoptada en la década de 1870, los

⁵¹⁵ A análise comparativa do desenvolvimento das caixas econômicas provinciais e das agências da Caixa Econômica da Corte na província do Rio de Janeiro foram realizadas no capítulo 5.

valores acumulados en efectivo alcanzaron aproximadamente el 8% del papel moneda total en circulación en 1879.

La expansión de las cajas de ahorro todavía estaba en marcha. La década de 1880 demostró un crecimiento significativo en los depósitos acumulados en las cajas de ahorro provinciales, así como la creación de más sucursales en el interior de la provincia de Río de Janeiro. Al final del período monárquico brasileño (1889), las cajas de ahorro alcanzaron un volumen de depósitos equivalente al 14.21% del papel moneda total en circulación. Había espacio para el crecimiento, las provincias y los entusiastas del modelo de inversión exigieron la creación de sucursales en otros municipios fuera de la provincia de Río de Janeiro. Algunos cuestionaron por qué el gobierno no usó sus oficinas de correos y creó sucursales de cajas de ahorro similares a las cajas de ahorros los *post-office savings banks* inglesas.

Con respecto a la Caixa Econômica da Corte, el **cuarto capítulo** se ocupó de su desarrollo en la última década del segundo reinado brasileño. A lo largo de la década de 1880, la institución de depósitos del gobierno en la corte enfrentó serias críticas por no demostrar el marcado ritmo de desarrollo de años anteriores. A principios de la década se organizó un comité de evaluación para determinar las causas de la pérdida del desarrollo rápido.

El resultado del comité de evaluación generó críticas al modelo de caja de ahorros adoptado en Brasil. La comisión evaluó que el binomio Monte de Socorro / Caixa Econômica obstaculizó el desarrollo de las cajas de ahorro provinciales, al mismo tiempo que las loterías del gobierno eran contradictorias y competían con el espíritu de ahorro de la seguridad social. Además de las causas del letargo del desarrollo de las cajas de ahorros en Brasil, el comité de evaluación propuso una modernización de los estatutos de las cajas de ahorros.

La reforma propuesta propuso un cambio drástico en los estatutos que administraban las cajas de ahorro brasileñas. En resumen, el binomio Monte de Socorro / Caixa Econômica se extinguiría, manteniendo solo las casas de empeño del gobierno que mostraron ganancias. Entre otras reformas administrativas, la propuesta preveía una mayor autonomía para que las cajas de ahorro provinciales crearan sucursales dentro de cada provincia, así como la creación de un Fondo de Reserva, con un porcentaje de la transferencia de intereses ganados por el Tesoro Nacional a los depositantes. El Fondo de Reserva, a priori, serviría precisamente para sufragar posibles déficits, pero había una disposición para el reembolso a los depositantes con una frecuencia fija alta.

La propuesta de reforma provocó debates parlamentarios con nuevas enmiendas, como un mayor margen de acción, préstamos e inversiones, de Caixa Econômica del capital recaudado en el Fondo de Reserva. Sin embargo, no hubo una decisión favorable a la propuesta

y sus enmiendas, así todo se archivó. El gobierno temía la pérdida de centralización en el Tesoro Nacional debido a la autonomía otorgada a las cajas de ahorro provinciales.

A través de la ola de críticas, el gobierno actuó rápidamente para proponer su contrarreforma, que se limitó a algunas propuestas hechas por el comité de evaluación, pero con cuidado para mitigar el grado de autonomía de las cajas de ahorro provinciales. La propuesta excluyó los límites de entrada, permitió la creación de sucursales de cajas de ahorro en otros municipios, pero, sobre todo, extinguió los montes de socorro provinciales que causaron pérdidas. Sin embargo, la mayor preocupación del gobierno, la centralización de los depósitos en el Tesoro Nacional, se mantuvo.

La asociación de confianza entre el gobierno y Caixa Econômica da Corte se puede ver en los últimos años del Segundo Reinado en Brasil. Se ha intensificado el saqueo en los últimos años, principalmente desde la abolición de la esclavitud y en el último año de 1889 con la proclamación de la República. La desconfianza se cernía sobre las finanzas públicas y el nuevo gobierno que estaba asumiendo destronó a D. Pedro II. Tal desconfianza se sintió en la antigua Caixa Econômica da Corte, ahora Caixa Econômica da Capital Federal o simplemente Caixa Econômica Federal.

El **quinto capítulo** de la tesis abordó el análisis de la evolución de los depósitos de Caixa Econômica da Corte desde tres perspectivas: internacional, nacional e intraprovincial. A nivel de la mayoría de los países europeos y los Estados Unidos, los ahorros brasileños fueron insignificantes. Cabe mencionar los diferentes niveles de desarrollo económico, principalmente industrial. Sin embargo, en relación con España, el ahorro brasileño mostró un mayor volumen al comparar las cajas de ahorro del gobierno de los países. Esto es indicativo del atraso del desarrollo industrial español en relación con sus países vecinos. En comparación con América Latina, los ahorros brasileños son mucho más altos que los de Cuba y Puerto Rico. Había instituciones de ahorro en Colombia, pero los períodos analizados por las encuestas no coincidían, por lo que no fue posible compararlos. Lamentablemente, todavía faltan estudios de instituciones de ahorro en otros países americanos.

A nivel nacional, se hicieron comparaciones entre la evolución del ahorro de Caixa Econômica da Corte y algunos indicadores económicos, tales como: índice de precios, PIB y medios de pago. El comportamiento de la evolución de los valores recaudados en Caixa Econômica da Corte se vio afectado principalmente por los índices de pago y precios. Aún en este punto, comparamos el desarrollo de las cajas de ahorro provinciales con el Caixa Econômica da Corte. Se observó que el desarrollo de cada caja de ahorros provincial siguió ritmos más o menos apropiados, con variaciones similares en tiempos de recesiones económicas

más agudas o hechos históricos, como la abolición de la esclavitud y la proclamación de la República. Se puede ver el desarrollo más rápido en las cajas de ahorro provinciales de Salvador, Ouro Preto y Porto Alegre.

Por fim, à nível intraprovincial, foi realizada a análise do desenvolvimento das agências da Caixa Econômica da Corte em alguns municípios do interior da província do Rio de Janeiro. Pode-se perceber a estratégia de alocar agências da caixa econômica nas regiões que compunham a zona de produção de café – Vale Paraíba Fluminense. Enquanto a zona norte fluminense recebia apenas uma caixa econômica, a qual não se situou em Campos, o maior município do interior da província, pois já havia uma caixa econômica particular. Essa caixa econômica particular de Campos foi criada ainda na década de 1830 e seguia os moldes da Caixa Econômica do Rio de Janeiro (1831-1859), ou seja, investia todo seu capital acumulado por meio de depósitos em títulos de dívida pública. Dessa forma, o governo imperial não viu necessidade de competir com tal instituição, uma vez que seus capitais eram direcionados a investimentos do Estado. No final de década de 1880 foram criadas agências interiorizando ainda mais o alcance da poupança na província do Rio de Janeiro.

Finalmente, a nivel intraprovincial, se llevó a cabo un análisis del desarrollo de las sucursales de la Caixa Econômica da Corte en algunos municipios del interior de la provincia de Río de Janeiro. Se puede ver la estrategia de asignar sucursales de la caja de ahorros en las regiones que conformaban la zona de producción de café: Vale Paraíba Fluminense. Mientras que la zona norte de Río de Janeiro recibió solo un banco de ahorro, que no estaba ubicado en Campos, el municipio más grande del interior de la provincia, ya que ya había un banco de ahorro privado. Esta caja de ahorros privada en Campos fue creada en la década de 1830 y siguió el patrón de Caixa Econômica do Rio de Janeiro (1831-1859), es decir, invirtió todo su capital acumulado a través de depósitos en bonos del gobierno. Por lo tanto, el gobierno imperial no vio la necesidad de competir con tal institución, ya que su capital estaba dirigido a inversiones estatales. A fines de la década de 1880, se crearon agencias para internalizar aún más el alcance del ahorro en la provincia de Río de Janeiro.

En el **capítulo sexto y final**, se analizaron los depositantes de la Caixa Econômica da Corte. La información en los informes del Inspector y el Consejo Fiscal trajo datos recopilados de los nuevos depositantes de Caixa Econômica da Corte solo en la década de 1880. A través de estas listas, podemos conocer las profesiones de los nuevos depositantes, así como los valores de los depósitos separados por categorías cada 10\$000 reis hasta el límite de 50\$000 reis semanales. Con datos escasos sobre los ingresos de las profesiones en la década de 1880 y con los índices de precios de la vivienda y los alimentos, fue posible estimar un margen

aproximado de posible depósito por profesión. Es importante ahorrar el esfuerzo hipotético de este margen de ahorro estimado. Finalmente, hacemos referencia cruzada a la información para delinear el perfil de las cajas de ahorros en Caixa Econômica da Corte.

Os resultados desse cruzamento de dados foi que os poupadores da Caixa Econômica da Corte se dividiam entre classes “populares” e “mais abastadas”. No entanto, no que se refere aos valores dos depósitos coligidos na instituição de poupança o governo, as classes “mais abastadas” eram responsáveis pela quase totalidade, uma vez que os depósitos das classes populares faziam uma soma bem insignificante em comparação às classes “médias” e “altas”. Quanto à nacionalidade, foi interessante notar que entre os novos depositantes da década de 1880 havia uma participação alta de estrangeiros, em sua maioria provavelmente portugueses.

El resultado de este cruce de datos fue que los ahorradores de Caixa Econômica da Corte se dividieron entre clases "populares" y "más ricas". Sin embargo, con respecto a los valores de los depósitos recaudados en la institución de ahorro del gobierno, las clases "más ricas" fueron responsables de casi todos, ya que los depósitos de las clases populares hicieron una suma muy insignificante en comparación con las "clases medias" y "clases altas". En cuanto a la nacionalidad, fue interesante observar que entre los nuevos depositantes de la década de 1880 había una alta participación de extranjeros, la mayoría de ellos probablemente portugueses.

Los menores representaron una parte significativa de las libretas, una participación similar en la mayoría de las cajas de ahorro europeas. Finalmente, fue posible definir claramente la participación femenina, ya que las listas no separaban a los profesionales por sexo, solo había una categoría de "mujeres, sin declaración y casadas". Aun así, esta categoría representaba, en promedio, más de una décima parte del total de nuevos depositantes. De esta forma, es posible asumir una participación femenina aún mayor si consideramos que había muchas mujeres entre depositantes clasificadas con una profesión.

La historia de Caixa Econômica da Corte se confunde con la historia del ahorro en Brasil. Otras cajas de ahorro se establecieron anteriormente, pero la institución de ahorro del gobierno era parte de un proyecto para centralizar los ahorros en el Tesoro Nacional en todo el país. Estudiar la Caixa Econômica da Corte, así como las cajas de ahorro provinciales, nos permitió comprender no solo una variable de la Deuda Interna Fundada en Brasil, sino principalmente cómo actuó el gobierno imperial en relación con la economía de los hombres y mujeres brasileños, libres o esclavizados.

Los planes de asistencia no formaban parte de la agenda del gobierno. La Caixa Econômica da Corte se creó para moralizar económicamente a la población brasileña. Esta discusión sobre la mentalidad está más allá de nuestro alcance, pero Caixa Econômica da Corte

fue parte de un proyecto de un intento de acercar la realidad brasileña y europea: "una importación de civilidad". Este tipo de enfoque se estudió comúnmente en los temas de planes de urbanización, salud pública y "alta cultura", principalmente en el período de la historia brasileña conocido como "belle époque". Por lo tanto, el hábito de ahorrar también debe incluirse en esta discusión, ya que se inculcó en la población brasileña a través de un proyecto gubernamental.

Por fim, cabe um apelo para aqueles que leram esse texto. É necessário avançar nas pesquisas sobre a poupança histórica, principalmente nos países sul-americanos. Os grandes patronos da história econômica brasileira – Caio Prado Jr., Celso Furtado, Roberto Simonsen, para citar alguns apenas – sequer mencionam ou aprofundam na questão da poupança brasileira do século XIX e início do XX. Como foi demonstrado ao longo do texto, uma instituição – entenda como a poupança – que acumulava mais de 20.000 contos de réis não pode ser uma variável descartada na análise do desenvolvimento econômico brasileiro. Mesmo se julgarem a poupança irrisória ou insuficiente em comparação com o papel que ela desenvolveu em outros países, isso é o suficiente para se justificar como um ponto importante na análise. Dessa forma, encerro as considerações finais dessa tese com a súplica de que mais pesquisas sobre poupança na América Latina sejam realizadas e, se essa tese propiciar um impulso, ela terá alcançado seu objetivo.

Finalmente, hay un llamado para aquellos que leen este texto. Es necesario avanzar en la investigación sobre ahorros históricos, especialmente en países de América del Sur. Los grandes eruditos de la historia económica brasileña, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Roberto Simonsen, por nombrar solo algunos, ni siquiera mencionan o profundizan en el tema del ahorro brasileño en los siglos XIX y principios del XX. Como se demuestra a lo largo del texto, una institución, entienda cómo el ahorro, que acumuló más de 20,000 contos de réis no puede ser una variable descartada en el análisis del desarrollo económico brasileño. Incluso si consideran que los ahorros son insignificantes o insuficientes en comparación con el papel que ha desarrollado en otros países, esto es suficiente para justificarse como un punto importante en el análisis. De esta manera, termino las observaciones finales de esta tesis con el argumento de que se llevarán a cabo más investigaciones sobre el ahorro en América Latina y, si esta tesis proporciona un impulso, habrá logrado su objetivo.

Conclusions

Since it was created in 1861, Caixa has always sought to be more than just a bank, but an institution really present in the lives of millions of Brazilians. She is, for example, the agent responsible for the Severance Pay Fund (FGTS), the Social Integration Program (PIS) and the Unemployment Insurance, institutes so present in the life of the formal worker. It also appears at the time of helping the population, through government social programs, such as Bolsa Família - which benefits more than 13 million Brazilians, FIES and the Minha Casa Minha Vida Program.⁵¹⁶

Caixa Econômica Federal is still a financial institution with 100% public capital. In the last quarter of 2019, it had a net profit of about 8 billion reais. The institution plans to open more than 1,000 points of service in 2020 to, in short, reach all 5,570 Brazilian municipalities. As seen in the previous quote, Caixa is responsible for providing essential services to Brazilian workers, such as the Severance Pay Fund (FGTS), the Social Integration Program and the Unemployment Insurance. Caixa is also responsible for popular housing programs such as “Minha Casa Minha Vida” (23 billion reais in more than 207 thousand housing units), which is essential for the creation of Brazilian housing.⁵¹⁷ Even so, and more and more, opportunists abound to suggest the opening of private capital or even the privatization of the important public bank.

The Caixa Econômica Federal has its origin in Caixa Econômica da Corte, created 158 years ago in a Rio de Janeiro ruled by monarch D. Pedro II. Its foundational status made clear its purpose of serving “the small economies of the less affluent classes”. However, despite this purpose of serving the most marginalized and needy population, as a result of their time, their services were limited to savings and pledge under valuable objects (gold and silver).

The idea of the government establishing its own savings bank was not by chance. Since 1831, there was a private savings bank in the country - Caixa Econômica do Rio de Janeiro - which was responsible, in addition to accumulating around 3,500 contos de réis in the late 1830s, to initiate and propagate the habit of saving. Following the example of Caixa Econômica do Rio de Janeiro, other savings banks were created in several Brazilian cities (Santos, Valença,

⁵¹⁶ Apresentação da história da Caixa Econômica Federal em seu site. Disponível <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa>. Tradução Livre a partir de: “Desde que foi criada, em 1861, a Caixa sempre buscou ser mais que apenas um banco, mas uma instituição realmente presente na vida de milhões de brasileiros. Ela é, por exemplo, o agente responsável pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pelo Programa de Integração Social (PIS) e pelo Seguro-Desemprego, institutos tão presentes na vida do trabalhador formal. Aparece ainda no momento de ajudar a população, através dos programas sociais do governo, como o Bolsa Família – que beneficia mais de 13 milhões de brasileiros, FIES e Programa Minha Casa Minha Vida.”

⁵¹⁷ Últimos resultados para o terceiro semestre de 2019 podem ser visto no site: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-demonstrativo-financeiro>.

Campos, Ouro Preto etc.), as well as competitors appeared in the capital itself. Banking houses developed in the Court, acting, at one end, as credit intermediaries between large banks and businessmen, while at the other end, what gave them financial support was, in part, capital of small savers.

As stated, the idea of creating a government savings bank was well planned. The Caixa Econômica do Rio de Janeiro, the first in Latin America, was facing great difficulties in dealing with competition from bank houses and had its possibilities plastered by the limitation of its statutes, which only provided for investment in Public Debt Policies, modality investment that was not very profitable in the 1840s and 1850s. Under the law of the time, changes and approvals of statutes for private institutions were to be approved by the government, which denied Caixa Econômica do Rio de Janeiro on two occasions.

These denials of alteration of the statutes added to competition from banking houses and the low yield of public debt policies were decisive reasons for the liquidation by its shareholders in 1859. A few months later, the government laid the foundations for the creation of its own cash economic. It was believed that it had a lode to be filled with the liquidation of Caixa Econômica of Rio de Janeiro.

The project for the creation of an imperial government savings bank was envisioned in Enumerated Law 1,083 of August 22, 1860, also known as the Law on Barriers (Lei dos Entraves), since it imposed brakes on the issuance of paper money by financial institutions. A few months later, on January 12, 1861, by decree number 2,723, the creation of the government deposits and pledges institution was authorized under the name of Caixa Econômica da Corte.

Both the Law of Barriers (Lei dos Entraves) and the decree creating the Caixa Econômica da Corte were signed by the Minister of Finance at the time - Angelo Moniz da Silva Ferraz - known for his austere and metallist policy.⁵¹⁸ Silva Ferraz had only signed the creation decree, but the statutes that would govern the activities of Caixa Econômica in Brazil were developed by “strong names” from Rio de Janeiro, some bankers, others with experience in several government financial bodies, such as Banco do Brazil. Once again, it is important to remember the names that signed this statute: Visconde de Itaborahy, Manoel Felizardo de Souza e Mello, Visconde de Ypanema, Visconde de Condeixa, Visconde de Bomfim, Barão de Itamaraty, Barão de Mauá, João Pedro da Veiga, Antonio José Alves Souto and Militão Maximo de Souza.

⁵¹⁸ Essa discussão sobre a política de Silva Ferraz foi abordada no capítulo 1 e 2.

Caixa Econômica da Corte had difficulties in establishing itself in the first years. The lode proved to be in competition with the bank houses already established in the commercial plaza of Rio de Janeiro, which captured all the réis from Caixa's possible investors. Competition followed as a major obstacle to the development of savings in the government institution until September 1864.

The Crisis of Souto received its name due to the bankruptcy of five large banking houses in the commercial square of Rio de Janeiro, with the banking house A. J. Alves Souto & Co. playing a prominent role. This bank had already had difficulties in maintaining the reproduction of its role as an intermediary, when bailed out by Banco do Brasil through loans.⁵¹⁹ The situation persisted in 1864, however, when he requested another loan from Banco do Brasil, he denied it. The news spread and stirred up the residents of Rio de Janeiro, especially those who had deposits in that bank. Panic broke out and many investors from other banks also rushed to withdraw their savings.

Panic and insufficient liquidity caused José Alves Souto's bank to close its doors that morning on September 10. This was accompanied by four other major banking houses. The result of this was the intervention of the imperial government to prevent further chain bankruptcies through the forced banknote course by Banco do Brasil to reassure the financial market and allow it time to recover.

The result of this Souto Crisis was the loss of capital on the part of savers, who had to go to court to recover their lost capital, or at least part of it. The remaining banking houses, once imposing financial institutions with a great deal of reliability, had their images wounded. Nevertheless, the imperial government, due to its agility to intervene and remedy the situation, gained the confidence it needed to point the Caixa Econômica da Corte as a safe destination for economies dispersed by the crisis.

One of the hypotheses launched at the beginning of the research was the centralization of deposits through the savings banks of the imperial government. If there is not enough evidence of a project intended to centralize savings in government institutions, there was at least the perception of taking advantage of the key moments for this: 1) Silva Ferraz's metallic and mainly austere policy created mechanisms to reduce the outstanding paper money, among which included savings banks, since their deposits would be directed entirely to the National Treasury; 2) the following disapprovals of the reformulation of the statutes of Caixa Econômica do Rio de Janeiro; 3) the refusal of another loan of about 900 contos de réis to the banking

⁵¹⁹ Para compreender os motivos da Crise do Souto, ler o capítulo 1.

house A. J. Alves Souto & Co. on September 10 to prevent their business from stopping, which leveraged widespread bankruptcy; 4) the agility of interference by the imperial government to avoid further damage to the financial system in Rio and the perception of the moment to intensify the advertising of its Caixa Econômica da Corte as a “guarantee and guarantee by the imperial government”. Such key moments were not orchestrated, at least there is no evidence of this, but they served the purpose of the project of centralization of deposits in the National Treasury, which was also thought of in the 1860 by the Law of Barriers (Lei dos Entraves).

The story told so far was the results of the **first two chapters**, which focused on structuring the Brazilian financial system and the first experiences of savings banks and deposit institutions to arrive at the government deposit centralization project with the creation of the Law on Barriers (Lei dos Entraves) and, therefore, the Caixa Econômica da Corte. This was one of the central hypotheses of this research, which can be seen in the government's performance in the Souto Crisis. This was the first step in this centralization, since, as could be seen in the following chapters, the development of Caixa Econômica da Corte led to the expansion of its model to all provincial capitals.

Returning to the history of this institution, which is confused with the history of savings in Brazil, Caixa Econômica da Corte became the principal deposit institution for residents of the city of Rio de Janeiro after the Souto Crisis. The government guarantee provided the necessary security for depositors, who feared a new panic of a new generalized bankruptcy.

The development of Caixa Econômica da Corte was driven by the fall in competition. Their safes quickly filled with deposits, which were sent to the National Treasury. Not even the biggest war in South America was able to stop growth. In fact, it was demonstrated in the **third chapter** that the systematic increase in paper money as one of the ways of bearing the costs of war favored the increase in deposits. More money in circulation, more opportunities for investments, such as savings.

The second central hypothesis of the research is precisely the instrumentalization of savings from savings banks of the imperial government as one of the mechanisms for the control of the circulating medium. However, the unrestrained increase in the circulating medium during the Paraguayan War (1864-1870) at the same time that it provided more investment opportunities for having more money in circulation, it was impossible to fulfill this objective.

With the end of the conflict and the continued development of savings by the Caixa Econômica da Corte, the imperial government realized the need to take a step forward. The development of savings should expand and reach other commercial markets in order to fulfill its dual objective: financial - to partially reduce paper Money in circulation; social - to secure

the economies of the most needy under interest. Thus, in 1874, Decree 5,594 of April 18, 1874 was signed, which enforced the regulations for the provincial savings banks of the Empire of Brazil. The expansion took place in two orders: in provincial capitals and in municipalities in the interior of the province of Rio de Janeiro.⁵²⁰ This second expansion was still an initial experiment by the government to be expanded to the other provinces later.

The expansion model did not take into account regional differences, it simply implemented the same binomial Monte de Socorro / Caixa Econômica, which both shared the same staff, however, the first was responsible for bearing the operational costs, while the second it could have its deposits used as capital for loans by pledge for the first. Thus, the binomial created by the government demanded that Monte de Socorro develop, at least, to cover the expenses of Caixa Econômica. What happened during the 1870s was the difficulty of the provincial bailouts to develop, which hampered the performance of the provincial savings banks. At various times, the State had to help the provincial institutions with the contribution of 1% of the lottery winnings, which was provided for in the law on savings banks.

The 1870s maintained the fast pace of development of the Caixa Econômica da Corte. The **third chapter** discussed this marked growth, which more than doubled the number of depositors and capital accumulated by deposits. The institution of government deposits at the Court fulfilled its objective of developing the habit of saving among Cariocas, a habit that was beginning to be exported to all provinces.

Regarding the hypothesis of savings banks as one of the mechanisms for controlling paper money in circulation, it should be considered that, from the expansion of savings banks and with the emission containment policy adopted in the 1870s, the accumulated cash values reached approximately 8% of the total paper money in circulation in 1879.

The expansion of savings banks was still underway. The 1880s demonstrated a significant growth in deposits accumulated in the provincial savings banks, as well as the creation of more branches in the interior of the province of Rio de Janeiro. At the end of the Brazilian monarchical period (1889), savings banks reached the volume of deposits equivalent to 14.21% of the total paper money in circulation. There was room for growth, provinces and investment model enthusiasts demanded the creation of branches in other municipalities outside the province of Rio de Janeiro. Some questioned why the government did not use their post offices and created savings bank branches similar to the English post-office savings banks.

⁵²⁰ A análise comparativa do desenvolvimento das caixas econômicas provinciais e das agências da Caixa Econômica da Corte na província do Rio de Janeiro foram realizadas no capítulo 5.

With regard to the Caixa Econômica da Corte, the **fourth chapter** dealt with its development in the last decade of the second Brazilian reign. Throughout the 1880s, the institution of government deposits at court faced serious criticism for failing to demonstrate the marked pace of development of previous years. An evaluation committee was organized at the beginning of the decade to determine the causes of the loss of quick development.

The result of the evaluation committee led to criticism of the savings bank model adopted in Brazil. The commission assessed that the binomial Monte de Socorro / Caixa Econômica hindered the development of provincial savings banks, at the same time that the government lotteries were contradictory and competing with the social security spirit of savings. In addition to the causes of the lethargy of the development of savings banks in Brazil, the evaluation committee proposed a modernization of the savings bank statutes.

The reform proposed a drastic change in the statutes that managed Brazilian savings banks. In short, the binomial Monte de Socorro / Caixa Econômica would be extinguished, maintaining only the government's pawnshops that showed a profit. Among other administrative reforms, the proposal provided for greater autonomy for the provincial savings banks to create branches within each province, as well as the creation of a Reserve Fund, with a percentage of the transfer of interest earned by the National Treasury to depositors. The Reserve Fund, a priori, would serve precisely to defray possible deficits, but there was a provision for reimbursement to depositors with a high fixed frequency.

The reform proposal sparked parliamentary debates with new amendments, such as a greater scope for action, loans and investments, by Caixa Econômica from the capital collected in the Reserve Fund. However, there was no favorable decision to the proposal and its amendments and everything was shelved. The government feared the loss of centralization in the National Treasury due to the autonomy being granted to the provincial savings banks.

Through the wave of criticism, the government acted quickly to propose its counter-reform, which was limited to some proposals made by the evaluation committee, but with care to mitigate the degree of autonomy of the provincial savings banks. The proposal excluded entry limits, allowed the creation of branches of savings banks in other municipalities, but, above all, extinguished the provincial aid piles that caused losses. However, the government's biggest concern - the centralization of deposits at the National Treasury - remained.

The association of trust between the government and Caixa Econômica da Corte can be seen in the last years of Brazil's Second Reign. There has been an intensification of withdrawals in recent years, mainly since the abolition of slavery and in the last year of 1889 with the proclamation of the Republic. Mistrust hung over public finances and the new government he

was taking dethroned D. Pedro II. Such distrust was felt at the former Caixa Econômica da Corte, now Caixa Econômica da Capital Federal or just Caixa Econômica Federal.

The **fifth chapter** of the thesis dealt with the analysis of the evolution of Caixa Econômica da Corte deposits from three perspectives: international, national and intra-provincial. At the level of most European countries and the United States, Brazilian savings were negligible. It is worth mentioning the different levels of economic development, mainly industrial. However, in relation to Spain, Brazilian savings showed a higher volume when comparing the savings banks of the government of the countries. This is indicative of the backwardness of Spanish industrial development in relation to its neighboring countries. Compared to Latin America, Brazilian savings are much higher than those of Cuba and Puerto Rico. There were savings institutions in Colombia, but the periods analyzed by the surveys did not match, so it was not possible to compare. Unfortunately studies of savings institutions in other American countries are still lacking.

At the national level, comparisons were made between the savings evolution of Caixa Econômica da Corte with some economic indicators, such as: price index, GDP and means of payment. The behavior of the evolution of the values collected at Caixa Econômica da Corte was mainly affected by means of payment and price indices. Still on this point, we compared the development of the provincial savings banks with the Caixa Econômica da Corte. It was noticed that the development of each provincial savings bank followed more or less proper rhythms, with only similar variations in times of more acute economic recessions or historical facts, such as the abolition of slavery and the proclamation of the Republic. The rapid development of the provincial savings banks in Salvador, Ouro Preto and Porto Alegre can be seen.

Finally, at the intra-provincial level, an analysis of the development of Caixa Econômica da Corte branches was carried out in some municipalities in the interior of the province of Rio de Janeiro. We could see the strategy of allocating branches of the savings bank in the regions that made up the coffee production zone - Vale Paraíba Fluminense. While the northern zone of Rio de Janeiro received only one savings bank, which was not located in Campos, the largest municipality in the interior of the province, as there was already a private savings bank. This private savings bank in Campos was created in the 1830s and followed the pattern of Caixa Econômica do Rio de Janeiro (1831-1859), that is, it invested all its accumulated capital through deposits in government bonds. Thus, the imperial government saw no need to compete with such an institution, since its capital was directed to state investments. At the end of the 1880s,

agencies were created to further internalize the scope of savings in the province of Rio de Janeiro.

In the **sixth and final chapter**, depositors of the Caixa Econômica da Corte were analyzed. The information in the reports of the Inspector and Fiscal Council brought data compiled from the new depositors of Caixa Econômica da Corte only in the 1880s. Through these lists, we can know the professions of the new depositors, as well as the deposit values separated by categories every 10\$000 reis up to the limit of 50\$000 reis weekly. With scarce data on income from professions in the 1880s and with housing and food price indices, it was possible to estimate an approximate possible deposit margin by profession. It is important to save the hypothetical effort of this estimated savings margin. Finally, we cross-refer to the information to outline the profile of savings banks at Caixa Econômica da Corte.

The results of this data crossing was that the savings bankers of Caixa Econômica da Corte were divided between “popular” and “more rich” classes. However, with regard to the values of deposits collected in the government savings institution, the “more rich” classes were responsible for almost all, since the deposits of the popular classes made a very insignificant sum compared to the “middle classes” and “high classes”. As for nationality, it was interesting to note that among the new depositors of the 1880s there was a high participation of foreigners, most of them probably Portuguese.

Minors accounted for a significant portion of passbooks, a similar share in most European savings banks. Finally, it was not possible to clearly define female participation, since the lists did not separate professionals by sex, there was only one category of “women, without declaration and married”. Even so, this category represented, on average, more than one tenth of the total new depositors. Thus, it is possible to assume an even greater female participation if we consider that there were many women among depositors classified with a profession.

The history of Caixa Econômica da Corte is confused with the history of savings in Brazil. Other savings banks were established previously, but the government savings institution was part of a project to centralize savings at the National Treasury across the country. Studying the Caixa Econômica da Corte, as well as the provincial savings banks, allowed us to understand not only a variable of the Brazilian Founded Internal Debt, but mainly how the imperial government acted in relation to the economy of Brazilian men and women, free or enslaved.

Assistance plans were not part of the government's agenda. Caixa Econômica da Corte was created in order to economically moralize the Brazilian population. This discussion about mentality is beyond our purview, but Caixa Econômica da Corte was part of a project of an attempt to bring Brazilian and European reality closer together - “an import of civility”. This

type of approach was commonly studied in the themes of urbanization plans, public health and "high culture" - mainly in the period of Brazilian history known as "belle époque". Thus, the habit of saving should also be included in this discussion as it was instilled in the Brazilian population through a government project.

Finally, there is an appeal for those who read this text. It is necessary to advance research on historical savings, especially in South American countries. The great patrons of Brazilian economic history - Caio Prado Jr., Celso Furtado, Roberto Simonsen, to name just a few - do not even mention or delve into the issue of Brazilian savings in the 19th and early 20th centuries. As demonstrated throughout the text, an institution - understand how savings - that accumulated more than 20,000 contos de réis cannot be a variable discarded in the analysis of Brazilian economic development. Even if they consider the savings to be negligible or insufficient compared to the role it has developed in other countries, this is enough to justify itself as an important point in the analysis. In this way, I end the final remarks of this thesis with the plea that more research on savings in Latin America be carried out and, if this thesis provides an impetus, it will have achieved its objective.

Referências Bibliográficas

Periódicos

Todos os periódicos a seguir foram consultados por meio do banco de dados – *Hemeroteca Digital* – da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível a partir de <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

A Nação, Edição n.º 218. Ano de 1873.

A Reforma, Edição n.º 29. Ano de 1869.

A Reforma, Edição n.º 18. Ano de 1873.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, Edição n.º 37. Anos entre 1870-1880.

Diário de Pernambuco, Edição n.º 121, Ano de 1869.

Diário do Rio de Janeiro. Edição n.º 300. Ano de 1861.

Diário do Rio de Janeiro, Edição n.º 29. Ano de 1878,

Gazeta da Tarde, Edição n.º 175. Ano de 1881.

Gazeta da Tarde, Edição n.º 68. Ano de 1886.

Gazeta de Notícias, Edição n.º 338. Ano de 1878.

Gazeta de Notícias, Edição n.º 112. Ano de 1880.

Gazeta de Notícias, Edição n.º 127. Ano de 1881.

Jornal A Reforma, Edição n.º 269. Ano de 1878.

Jornal A Reforma, Edição n.º 272. Ano de 1878.

Jornal da Victoria (ES). Edição n.º 347. Ano de 1867.

Jornal do Comércio, Edição n.º 170. Ano de 1871.

Jornal do Comércio, Edição n.º 206. Ano de 1871.

Jornal do Comércio, Edição n.º 233. Ano de 1871.

Jornal do Comércio, Edição n.º 253. Ano de 1871.

Jornal do Comércio, Edição n.º 268. Ano de 1874.

Jornal do Comércio, Edição n.º 139. Ano de 1875.

Jornal do Comércio, Edição n.º 9. Ano de 1880.

Jornal do Comércio, Edição n.º 188. Ano de 1881.

Jornal do Comércio, Edição n.º 172. Ano de 1883.

Jornal do Comércio, Edição n.º 202. Ano de 1883.

Jornal do Commércio, Edição n.º 213. Ano de 1883.

Jornal do Commércio, Edição n.º 214. Ano de 1883.

Jornal do Commércio, Edição n.º 133. Ano de 1884.

Jornal do Commércio, Edição n.º 110. Ano de 1885.

Jornal do Commércio, Edição n.º 112 Ano de 1885.

Jornal do Recife.10 de novembro de 1887.

Jornal O Cruzeiro, Edição n.º 126. Ano de 1878.

Jornal O Globo, Edição n.º 264. Ano de 1876.

Documentação Oficial

BRASIL, LEI Nº 556, DE 25 DE JUNHO DE 1850. CODIGO COMMERCIAL DO IMPERIO DO BRASIL. COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 31/12/1850. 1850. T. 11, P. 57-238.

BRASIL, Decreto nº 641, de 26 de Junho de 1852. Autorisa o Governo para conceder a huma ou mais companhias a construcção total ou parcial de hum cminho de ferro que, partindo do Municipio da Côrte, vá terminar nos pontos das Provincias de Minas Geraes e S. Paulo, que mais convenientes forem. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1855, Página 5 Vol. 1 pt. I (Publicação Original)

BRASIL, Relatorio da commissão de inquerito nomeada por aviso do ministerio da fazenda de 10 de outubro de 1859. Ministério dos Negócios da Fazenda. 1860. Disponível em <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/34860>.

BRASIL, Lei Orçamentária nº 1040 de 14 de setembro de 1859. Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1860 - vol. 001] (p. 28, col. 1).

BRASIL, Lei nº 1.083 - de 22 de agosto de 1860. Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1846 - vol. 001 (p. 70, col. 1).

BRASIL, Decreto nº 2.692, de 14 de Novembro de 1860. Regula o estabelecimento de escriptorios ou casa de emprestimos sobre penhores. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1860, Página 1068 Vol. 1 pt II (Publicação Original).

BRASIL. Ministério da Fazenda. Proposta e Relatório. Rio de Janeiro Tipografia Nacional, 1861-1889. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/>.

BRASIL, Decreto nº 2.723, de 12 de Janeiro de 1861. Autorisa a criação de uma Caixa Economica e um Monte de Soccorro nesta Côrte, e approva os respectivos

Regulamentos. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1861, Página 11 Vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL, DECRETO Nº 3.309, DE 20 DE SETEMBRO DE 1864. Regula a fallencia dos Bancos e casas bancárias nos termos do art. 3º do Decreto nº 3.308 de 17 do corrente. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1864, Página 157 Vol. 1 pt. II (Publicação Original)

BRASIL, Comissão de Inquérito Sobre as Causas da Crise na Praça do Rio de Janeiro. Relatório da Comissão Encarregada Pelo Governo Imperial Por Avisos de 1 de Outubro e 28 de Dezembro de 1864 de Proceder a Um Inquérito Sobre as Causas Principais e Acidentais da Crise do Mês de Setembro de 1864. 1865. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

BRASIL, DECRETO Nº 5.135, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1872. Approva o regulamento geral para a execução da lei nº 2040 de 28 de Setembro de 1871. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1872, Página 1053 Vol. 2 pt. II (Publicação Original).

BRASIL, Recenseamento do Brazil em 1872. Editor: Typ. G. Leuzinger, Rio de Janeiro, 1872.

BRASIL, Decreto nº 5.594, de 18 de abril de 1874. Manda executar o Regulamento para as Caixas Economicas e os Montes de Socorro das Provincias. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1874, Página 324 Vol. 1 pt. II (Publicação Original).

BRASIL, Decreto nº 9.738, de 2 de abril de 1887. Annexa ás Thesourarias de Fazenda as Caixas Economicas que não tiverem juntos Montes de Socorro e dá outras providencias. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1887, Página 157 Vol. 1 pt I (Publicação Original).

BRASIL, Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. 1898. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227299>

Dicionários

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1883.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portugueza**. Quarta Edição. Tomo II. Lisboa: Impressão Regia. 1831.

Bibliografia Geral

- ABREU, Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1988. P. 37.
- _____. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro*, (10), 161-177. 2003.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1821*. Petrópolis, Editora Vozes, 1988.
- ALMICO, Rita C. S. *Em nome da Palavra e da Lei: Relações de Crédito em Minas Gerais no Oitocentos*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. v. 1. 276p.
- _____. Pedir e emprestar: o mercado do crédito em uma comunidade cafeeira. Cedeplar-UFMG. XIV Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina, 2010. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/>. Acesso em: 01 jul. 2015. P.6.
- _____. “Casa Montepio dos Artistas: Pecúlio e auxílio mútuo em uma sociedade do Recôncavo da Bahia”. *Congreso Internacional de Historia de las Cajas de Ahorro*. Universidad de Murcia. 2008.
- ALVARENGA, Thiago de Oliveira. SARAIVA, L. F. “A Caixa Econômica do Rio de Janeiro, 1831-1859”. In: Carlos Marichal; Tiago Gambi. (Org.). *Historia bancária y monetária de América Latina (siglos XIX y XX)*. Nuevas perspectivas y agendas de investigación. 1ed. Cantabria: Ediciones Universidad Cantabria, 2017, v. p. 429-462.
- _____. Poupanças de escravos no Rio de Janeiro ao longo do século XIX. Tese de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. 2016. P. 62-63.
- _____. MANTUANO, T. As duas pontas da crise: as falências das casas bancárias em 1864 vistas de cima a baixo. *América Latina en la Historia Económica*, 27(3), e1043. DOI: 10.18232/alhe.1043. 2020.
- _____. “Os pequenos credores na bancarrota das casas bancárias cariocas em 1864”. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, vol. 15 2018. P 251-276.
- ANDRADE, A. M. R. de. 1864: conflito entre metalistas e pluralistas. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1987.
- ARAÚJO, N. A. “AMPLIANDO O ‘LABORATÓRIO’: uma releitura de O tempo saquarema via história das ciências no Império”. In: VII Simpósio Nacional Estado E Poder: Sociedade Civil, 2012, Uberlândia, 2012.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca*.

- Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911). Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2007.
- BEAUD, Michel. História do Capitalismo de 1500 até nossos dias. Trad. Marina Ermantina Galvão Gomes Pereira. Editora Brasiliense, 1987.
- BETHELL, Leslie. A abolição do tráfico de escravos no Brasil - A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Editora Expressão e Cultura. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1976.
- BUENO, Eduardo et al. Caixa: 150 anos de Uma História Brasileira. Divulgadora Buenas Idéias Ltda. 2010. P. 15-16.
- BUESCU, Mircea. Brasil; disparidades de renda no passado. Rio de Janeiro: APEC, 1979; _____ . Organização e Administração do Ministério da Fazenda no Império. Brasília: FUNCEP, 1984. P.98.
- CALÓGERAS, J. P. A Política Monetária do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1910.
- CAMPOS, J. Nilson B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. Estudos Avançados 28 (82), 2014. P. 65-88. S SILVA, Flávio J. R. da. Ainda sobre as secas: discursos e imagens. Raízes, v. 37, n.1, jan-jun. 2017. P. 118-127.
- CANDIDO, Antonio. Um funcionário da monarquia. Ensaio sobre o segundo escalão. 2ª Edição. Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro, 2007. P. 28.
- CARREIRA, L. de C. História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil. Tomo I e II, 2ª ed. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. 1889.
- CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial. 5ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. “República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891”. Varia hist., Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 141-157, junho, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CHIAVENATTO, Julio José. Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai 22ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1983.
- COASE, R. H. “Rowland Hill and the Penny Post.” *Economica*, vol. 6, no. 24, 1939, pp. 423–435.
- COELHO, Edmundo Campos. As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

- COGGIOLA, O. As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo, Alameda, 2009.
- COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- COSTA, Wilma Peres. A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.
- DANTAS, Monica Duarte (org.), Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011. Pp. 485-510.
- DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989. PROST, Gérard. História do Pará: do período da borracha aos dias atuais. Volume II. Belém: Secretaria de Estado de Educação, 1998.
- DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem pitoresca e histórica do Brasil. Tomo I, Trad. e notas de Sérgio Milliet. Livraria Martins, São Paulo: 1940.
- DINIZ, Clélio Campolina. “Celso Furtado e o desenvolvimento regional”. Nova econ., Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, Sept. 2009.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra. Nova História da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- EATWELL, John; MILGATE, M; NEWMAN, Peter. Eds. The New Palgrave, A Dictionary of Economics. London: Macmillan Press, 1987, 4,103 pp.
- EL-KAREH, Almir Chaiban. Filha Branca de mãe preta: A Companhia de Estrada de Ferro Dom Pedro II. Petrópolis. Vozes 1980.
- ENGEMANN, Carlos. Um barão e seus escravos: estratégias administrativas e comunidade escrava nas fazendas do Barão de Santa Justa (Rio de Janeiro, 1873-1884). História Econômica & História de Empresas, [S.l.], v. 13, n. 1, jul. 2012.
- ENGERMAN, S., & GALLMAN, R. (Eds.). The Cambridge Economic History of the United States (Cambridge Economic History of the United States). Cambridge: Cambridge University Press. 2000.
- ESTEFANES, Bruno F. A Muralha de Bronze: A formação da Liga Progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária, 1857-1862. Tese de doutoramento apresentada no Programa de Pós-graduação em História social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 10ª edição. São Paulo: Globo. 1996.

- FERRAZ, Sérgio Eduardo. “A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889)”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 62. Jun, 2017.
- FERREIRA, Luiz Damasceno. *História de Valença*. Valença: Gráfica Valença. 1978.
- FERREIRA, Pedro Cintra, *O Café no Comércio*. Bruxelas: 1908, Págs. 26 a 29. Série interrompida. Disponível em ipeadata.gov.br. Acessado em 03.fev, 2020.
- FIGUEIREDO, Guilherme G. *Os Homens da Colina – A Fundação do Club de Regatas Vasco da Gama em uma Análise Socioeconômica de seus Fundadores*. Jornada Discente de História Econômica – Geraldo Beauclair Mendes de Oliveira. 2018.
- FILHO, Valter Antonio Noal; FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre: 1890- 1940*. Santa Maria: Anatterra, 2004.
- FILTNESS, David. *Poverty, savings banks and the development of self-help, c. 1775-1834*. Tese de Doutorado. University of Cambridge. 2013.
- FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, Cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- FLOREZ BOLIVAR, Roicer; SOLANO D., Sergio Paolo. *Los años de las dificultades: la Caja de Ahorros de la Provincia de Cartagena, Nueva Granada, 1843-1853*. *Am. Lat. Hist. Econ, México* , v. 21, n. 2, p. 116-144, agosto 2014 .
- FONTAINE, Laurence. *Pobreza, crédito e redes sociais na Europa pré-industrial*. *Tempo* (Niterói, online) I Vol 22 n.40. p. 427-441, mai-ago, 2016.
- FRAGOSO, João L. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FRANCO, Vitor Hugo Monteiro. *Escravos da religião: família e comunidade nas propriedades beneditinas no Recôncavo da Guanabara (1817-1857)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.
- GAMBI, T. F. R. *O banco da Ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-1866)*. 1. ed. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2015. v. 1. 546p.
- _____. SILVA, Marcel P. da. VIEIRA, Eduardo J. *A Caixa Econômica Particular de Ouro Preto (1838-1901)*. XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 14º Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE. Criciúma, 2019.
- _____. *Projetos Políticos e Crises Econômicas: Análise do Caso do Banco do Brasil na Crise Bancária de 1864*. VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo, 2012.

- GOLDSMITH, Raymond W. BRASIL 1850-1984: Desenvolvimento Financeiro sob um Século de Inflação. Ed. Harper & Row do Brasil Ltda. 1986. p. 27.
- GONCALVES, Paulo Cesar. O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 515-539, Junho. 2018
- GRAHAM, Sandra. House and street: the domestic world of servants and masters in nineteenth-century. P. 186.
- GRINBERG, K. "A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2.^a metade do século XIX). *Revista de Indias*, vol. LXXI, núm. 251. P. 137-158. 2011.
- _____; SALLES, Ricardo (Org.). O Brasil Imperial: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. II, p. 339-383.
- GRITTI, Isabel Rosa. Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2001.
- GUIMARÃES, C. G. A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Co. (1854-1866) e da Firma Inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840). São Paulo: Alameda. 2012.
- _____. "A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro". *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, vol. 2 nº3 – Ago/Dez. 2007.
- _____. "O Banco Comercial e Agrícola no Império do Brasil: o estudo de caso de um banco comercial e emissor (1858-1862)". *sÆculum - Revista de História* [29]; João Pessoa, jul./dez. 2013.
- _____. "O império e o crédito hipotecário: o estudo de caso do Banco Commercial e Agrícola 1858-1861". *Anais do I Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico*. Disponível em <https://goo.gl/tLRSrc>. Acessado em 11/08/2015.
- HAHNER, June. Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940. São Paulo: Editora Mulheres, 2003
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de história do Império. Organização de Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HORNE. Oliver H. A History of Savings Banks. Geoffrey Cumberlege. Oxford University Press. London, 1947.
- IOTTI, Luiza Horn. Imigração e Poder: A Palavra oficial sobre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

- JÚNIOR, Cid de Oliva Botelho. A crise cambial do encilhamento: algumas observações sobre a interpretação de Celso Furtado. *Economia e Sociedade*, v. 12, n. 2, p. 275-294, 2003.
- KINDLEBERGER, Charles Poor e ALIBER, Robert Z. *Manias, pânico e crises*. Tradução Eduardo Kraszczuck; revista técnica Paulo Gala. – 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- KLEIN, Herbert S. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. *Análise Social*, vol. XXVIII (121). P 235-265. 1993.
- KNAUSS, Paulo. *Macaé: História e Memória*. Macaé. Prefeitura Municipal de Macaé, Fundação Macaé de Cultura. 2001.
- LIA, Cristine F. RADÜNZ, Roberto. Os processos imigratórios dos séculos XIX e XX: diálogos entre o saber acadêmico e a Educação Básica. *Educ. rev.* Curitiba, n. 61, p. 257-272, jul./set. 2016.
- LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.
- _____. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC. 1977.
- LIMA, Viviane. Agenciamento e Agenciadores da emigração: a inserção dos trabalhadores cearenses na lavoura cafeeira (século XIX). *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.º 41, abr. 2010.
- LYRA FILHO, João. *Crédito popular & caixas econômicas*. Rio de Janeiro: Typografia Alba - Moreira, Cardoso & Freitas, 1936, 382p.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978
- _____. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001
- LOBO, Roberto Haddock. *Reflexões acerca da mortalidade da cidade do Rio de Janeiro em todo o ano de 1847*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. 1848.
- LÓPEZ, C. B. CARRERAS, A. TAFUNELL, X. *Estadísticas históricas de España: siglos XIX-XX*. Vol.1. Fundacion BBVA, 2005.
- LÓPEZ-URIBE, María del Pilar. GÜIZA, Diana Marcela Gómez. "La Caja de Ahorros: una aproximación a los patrones de ahorro en Bogotá, 1846-1865," *Documentos CEDE* 008734, Universidad de los Andes - CEDE. 2011.
- MAESTRI, Mário. As espadas do Império: A Guerra do Paraguai e a Gênese de um Exército Nacional Profissional. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, vol. 19, núm. 3, septiembre-diciembre, pp. 981-1016 Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Brasil, 2015.

- MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MANTUANO, Thiago V. F. Comendador Antônio Martins Lage: Entre a Navegação e a Operação Portuária no Século XIX. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.
- MARASCHIN, G. A. Tributos no Rio de Janeiro Imperial: meios de consolidação do projeto político Squarema. CANTAREIRA (UFF), v. 15, p. 101-118, 2013.
- MARCONDES, Renato Leite. Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870. Tese de Livre-Docência. Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, 2005. P.108.
- MARINHO, Marcos de B. M. Escravidão e engenho(s): um estudo sobre o processo de modernização da indústria açucareira de Norte-Fluminense (1850-1890). Dissertação defendida pelo PPGHIS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.
- MARQUES, Teresa C. N.; MELO, Hildete. ARAÚJO, J. L. Raça e nacionalidade no mercado de trabalho carioca na Primeira República: o caso da cervejaria Brahma. Revista Brasileira de Economia, v. 3, n. 57, 2003. P. 535-568.
- MARQUESE, R. de B. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. Sæculum – Revista de História, n. 29, 31 dez. 2013.
- _____. TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: O Brasil Imperial 1831-1889 [S.l: s.n.], 2009.
- MARRETTO, Rodrigo M. O opulento capitalista: o Barão de Nova Friburgo e as estratégias de formação e manutenção do patrimônio familiar no oitocentos (c.1829 - c.1873). Tese de Doutorado. Programa da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.
- _____. “De traficante de escravos a Barão de Nova Friburgo: a trajetória de Antônio Clemente Pinto na primeira metade do oitocentos”. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis/Santa Catarina, 2015.
- MAROTTA, Marconni C. Previdência e assistência no Brasil Imperial: as demandas por aposentadorias e pensões junto ao governo monárquico. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

- MARTÍNEZ SOTO, Ángel Pascual. “Los Montes de Piedad y las Cajas de Ahorros de ahorros españolas em el siglo XIX (1835-1875). XIV International Economic History Congress. Session 66. Helsink, 2006. P. 4.
- _____. The First Savings Banks in Latin America: Cuba and Puerto Rico (1840-1898). World Savings Banks Institute, European Savings Banks Group. March/2011. Disponível em www.savings-banks.com. Acessado em 12 de janeiro de 2020.
- _____. Las Cajas de Ahorros em las provincias de Ultramar: la Caja de Ahorros de San Juan Bautista, 1865-1879. Congresso Internacional de Historia de las Cajas de Ahorros. Murcia, 2008. P. 34.
- _____. Los Montes de Piedad y Las Cajas de Ahorros de Ahorros Españolas em El Siglo XIX (1835-1875). XIV International Economic History Congress, Helsinki 2006 Session 66.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro, Tipografia e litografia Carlos Gaspar da Silva, 1890.
- MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de. Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá & C e ao publico. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C. 1878. 165 p. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242460>.
- MENCHER, Samuel. Poor Law to Poverty Program: Economic Security Policy in Britain and the United States. University of Pittsburgh Press. 1968.
- MESQUITA, João Marcos. **O comércio ilegal de escravos no Atlântico: A trajetória de Manoel Pinto da Fonseca, c. 1831 - c. 1850**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.
- MONT’ALEGRE, O. Capital & Capitalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 1972.
- MOURA FILHO, Heitor P. de. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). Cadernos de História, v.11, nº 15, 2º semestre. Belo Horizonte, 2010.
- MULLER, Elisa. Moedas e Bancos no Rio de Janeiro no século XIX. Instituto de Economia da UFRJ. 2004.
- MURA, Jürgen (org.). History of European Savings Banks. Stuttgart: Deustcher Sparkassenverlag GmbH. 1996
- NETO, Pedro Fernandes. Enlaces 1ª ed. [S.l.]: Editora Livro Rápido. 208 páginas. 2013.

- NEVES, Edson A. Magistrados e Negociantes no Império do Brasil: o Tribunal de Comércio da Corte (1850-1875). Tese de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2007.
- NOGUEIRA, Denio. Raízes de uma Nação. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988.
- NUNES, Rosana Barbosa. Imigração portuguesa para o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. *Hist. Ensino*. Londrina, v.6. p. 163-177, out. 2000.
- OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. Raízes da indústria no Brasil. A pré-indústria fluminense 1808-1860. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992.
- OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. Os imigrantes e o ensino na província do Paraná. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 5, p. 51-79, Dec. 1986.
- OUSA, J.W.D.F. Política e seca no Ceará: um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905). 2009. 235p. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- PACHECO, Claudio. História do Banco do Brasil. Brasília, Banco do Brasil, 1973. Vol.2 e 3.
- PAIVA, Ataulpho Nápole de. Assistência pública e privada no Rio de Janeiro: história e estatística. Rio de Janeiro: Typografia do Annuario do Brasil. 1922.
- PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1976.
- PENHA, Ana Lúcia Nunes. O Município de Macaé: Fortunas Agrárias na Transição da Escravidão para o Trabalho Livre. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2001.
- PEREIRA, M. H. A política portuguesa de emigração (1850-1930). Lisboa: A regra do jogo, 1981.
- PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. "Francisco Ferreira Saturnino Braga: negócios e fortuna em Campos dos Goytacazes Francisco Ferreira Saturnino Braga: business and fortune in Campos dos Goytacazes. *História* [online]. 2012, vol. 31, n. 2. 212-246.
- PIÑEIRO, Théo L. "Negociantes, independência e o Primeiro Banco do Brasil: uma trajetória de poder e de grandes negócios". *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF), v. 8, n.15 Niterói, Rio de Janeiro. p. 71-91, 2003.
- PIÑEIRO, Théo L. Os Simples Comissários: Negociantes e Política no Império. Niterói: EdUFF. 2014.
- PORTO-ALEGRE, Achylles. Homens Ilustres do Rio Grande do Sul. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917.

- PESSOA, T.C.. O Império da Escravidão: o complexo Breves no vale do café (c.1850-c.1888). 1a. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. 256p.
- RIBEIRO, Filipe Nicoletti. Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. “Cabras” e “pés-de-chumbo”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Niterói: UFF, 1987.
- _____. Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1990
- RIBEIRO, Ivete. Sociedade brasileira contemporânea. Famílias e valores. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- RIBEIRO, Filipe Nicoletti. Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969.
- RODRIGUES, Luaia. O Justo Meio: a política regressista de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1835-1839). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.
- ROLIM FILHO, Claudiomar M. Formação Econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado? Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Economia do Setor Público. Universidade de Brasília. 2016.
- RYAN JUNIOR, Joseph James. Credit where Credit is Due: Lending and Borrowing in Rio de Janeiro, 1820-1900. 2007. Tese de Doutorado, University of California, Los Angeles, 2007.
- SAÉZ, Hernán. O 11 de Setembro de 1864 da Praça Carioca: a Crise do Souto e a transformação da Política Econômica Brasileira. Anais do XXX Encontro Da APHES, Lisboa, 2010.
- SALLES, Ricardo. E o Vale era Escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileiro, 2008.
- SAMARA, Eni de Mesquita. “Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais”. Estudos Cedhal. n.10. p.40 São Paulo: Humanitas, 1986.

- SANTOS JUNIOR, Edilson N. Sobre as águas da Guanabara: transporte e trabalho no Rio de Janeiro do século XIX (1835-1845). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.
- SANTOS, Armando Alexandre. A Legitimidade Monárquica no Brasil, Artpress, São Paulo, 1988.
- SANTOS, Silvana Andrade dos. “Nestas costas tão largas: o tráfico transatlântico de escravizados e a dinamização de economias regionais no Brasil (c. 1831 - c. 1850)”. *REVISTA DE HISTÓRIA*, v. 1, p. 1-36, 2018.
- SARAIVA, L. F. “O Homem Bemfazejo: Biblioteca Constitucional do Cidadão Brasileiro, Mercado Editorial, Cidadania e Construção do Império Brasileiro, Rio de Janeiro 1831-1832”. *Outros Tempos*, vol. 11, n.18. 2014.
- _____; PIÑERO, T. L. “O Mercado de Crédito no Rio de Janeiro. 1821/1850”. *Locus (UFJF)*, v.20. p. 29-50, Rio de Janeiro, 2014.
- _____. NABARRO, W. e CASTRO, P.G. de. Atlas Histórico Econômico do Brasil no século XIX. Niteroi: Eduff, 2020 (no prelo).
- SCHAMBACH, Sigrid: *Aus der Gegenwart die Zukunft gewinnen. Die Geschichte der Patriotischen Gesellschaft von 1765*, Hamburg. 2004.
- SCHER, M. J. *Postal Savings and the Provision of Financial Services: Policy Issues and Asian Experiences in the Use of the Postal Infrastructure for Savings Mobilization*. DESA Discussion Paper no. 22. United Nations. 2001.
- SCHULTZ, Kirsten. *Perfeita Civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821*. *Revista Tempo*. Vol. 24. Rio de Janeiro. Dez, 2007.
- SHERMAN, F. J. *Modern of Mutual Savings Banks: A narrative of their growth and development from the inception to the Present Day*. First Edition, printed by J. J. Little and Ives Company, New York. 1934.
- SILVA, Getulio Borges de. *Caixas econômicas: a questão da função social*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- SILVA, Marcelo Werner da. *A formação de territórios ferroviários no Oeste Paulista, 1868-1892*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- SILVA, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da. “Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos”. *urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana*, Curitiba, v. 11, e20180179, 2019.

- SILVA, Sandrine A. B. da. A constituição da capital imperial enquanto projeto unificado: o desenvolvimento do saneamento (1843-1865). Trabalho de conclusão de Curso. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.
- SOARES, Luiz Carlos. “Sebastião Ferreira Soares e a introdução da ciência estatística no Brasil do século XIX”. R. IHGB, a. 176 (467):149-182, abr./jun. Rio de Janeiro, 2015.
- SOARES, Luiz Carlos. O "Povo de Cam" na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro: Faperj - 7 Letras, 2007.
- SOARES, Rodrigo Goyena. Estratificação profissional, desigualdade econômica e classes sociais na crise do império. Notas preliminares sobre as classes imperiais. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 446-489, maio/ago. 2019.
- SOARES, Sebastião Ferreira. Elementos de Estatística. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865.
- SOUSA, Fernando e MARTINS, Ismênia de Lima (org.). A emigração portuguesa para o Brasil. Porto/Rio de Janeiro: CEPES/FAPERJ, 2007.
- SOUZA, Elizabeth Santos de. O mercado de crédito na Corte Joanina: Experiências das relações sociais de empréstimos (c. 1808-1821). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense, 2015.
- SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Crise! Crise! Crise! A Quebra da Casa Souto nas Letras de Lundus Compostos no Rio de Janeiro na Segunda Metade do Século XIX.” Topoi - Revista de História, v. 15, n. 29: p. 588-611., [s./d.]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X015029008>. Acesso em: 14 abr. 2016.
- SERRÃO, Joel. A emigração portuguesa. Sondagem histórica. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1977. LEITE, J.C. O Brasil e a Emigração Portuguesa, 1855-1914. In: FAUSTO, B. (Ed.). Fazer a América. São Paulo: EDUSP, 2000.
- STEIN, Stanley J. Vassouras, a Brazilian Coffee County 1850-1900. Cambridge: Harvard University Press, 1957.
- SUMMERHIL, W.R. Inglorious Revolution. Political Institutions, Sovereign Debt, and Financial Underdevelopment in Imperial Brazil. New Haven: Yale University Press, 2015.
- SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (org). História Econômica da Independência e do Império. - 2.ed. revista. - São Paulo: Hucitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

- TAMBASCO, J. C. V. A Vila de Vassouras e o Vale Médio do Paraíba. Vassouras, Edição do Autor, 2007.
- _____. Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011.
- TOMICCH, Dale e MARQUESE, Rafael. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café no século XIX”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). O Brasil Imperial: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. II, p. 339-383.
- VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. Ao longo daquelas ruas: a economia dos negros livres em Richmond e Rio de Janeiro, 1840-1860. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 400 páginas.
- _____. As casas bancárias do Rio de Janeiro como banco de depósitos em 1864. (s. e.).
- _____. La Producción de la libertad: economia de los esclavos manumitidos em Ríó de Janeiro a mediados del siglo XX. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Bogotá, 2011.
- _____. Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864. Texto apresentado no 3º Congresso Fluminense de História Econômica realizado na Universidade Federal Fluminense, Abril de 2015.
- VARGAS, Jonas Moreira. Abastecendo plantations: A inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). História (São Paulo) v.33, n. 2. Jul.dez. 2015.
- VASCONCELOS, Rodolfo Smith de (1918). Archivo nobiliarchico brasileiro. Lausanne: Imprimerie La Concorde. pp. 324–325
- VILLELA, Guilherme Lemos. Os grandes clientes nas casas bancárias na Crise do Souto em 1864. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2017.
- VILLELLA, André. Tempos Difíceis: Reações às Crises de 1857 e 1864 No Brasil. Anais Do III Congresso Brasileiro de História Econômica. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. “Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República”. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, dez 2011. P. 2-3.

VITORINO, Artur. “Política, agricultura e a reconversão do capital do tráfico transatlântico de escravos para as finanças brasileiras na década de 1850”. *Economia e Sociedade*, v. 17, n. 3 (34). P. 463-491. Campinas. Dez. 2008.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

Anexos

Anexo 1 Séries Cambiais de Longo Prazo, em mil-réis por libra e por dólar (1861-1889)

Ano	Mil-réis por Libra	Mil-réis por Dólar
1861	9,17	1,87
1862	9,23	1,89
1863	9,29	1,90
1864	9,32	1,90
1865	9,33	1,91
1866	9,36	1,91
1867	9,40	1,92
1868	9,43	1,93
1869	9,47	1,94
1870	9,48	1,94
1871	9,46	1,94
1872	9,48	1,94
1873	9,55	1,96
1874	9,67	1,98
1875	9,80	2,01
1876	9,91	2,03
1877	10,04	2,06
1878	10,17	2,09
1879	10,33	2,12
1880	10,59	2,18
1881	10,94	2,25
1882	11,19	2,30
1883	11,41	2,35
1884	11,59	2,38
1885	11,73	2,41
1886	11,87	2,44
1887	12,05	2,47
1888	12,21	2,51
1889	12,38	2,54
1890	12,56	2,58

Fonte: Dados extraídos do Anexo – Séries Cambiais em MOURA FILHO, Heitor P. de. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). Cadernos de História, v.11, nº 15, 2º semestre. Belo Horizonte, 2010.

Anexo 2: Jornal Astréa, Ed. 730. 7 de Agosto de 1831.

Estatutos da Caixa Economica do Rio de Janeiro

Titulo 1. Da Caixa e suas Operações

Art. 1. A Caixa Economica tem por fim oferecer á Classe laboriosa e poupada meios de accumular capitaes por entradas repetidas de pequenas quantias e de as augmentar com o lucro

proveniente do seo emprêgo, habitoando-a por esse meio á ordem e economia e abrigando-a contra a dissipação e indigencia.

Art. 2. Esta Caixa será instalada logo que hajam sessenta indivíduos que nella queiram entrar com capitaes.

Art. 3. Os sessenta Accionistas de que falla o artigo antecedente, reunidos procederão a nomeação de Seis Thezoueiros e de igual numero de Secretarios, tirados d'entre si, ou escolhidos d'entre aquellas pessoas que por escripto fizerem constar á reunião que desejam pertencer ao Estabelecimento.

Art. 4. Feita esta nomeação, as operações da Caixa terão principio no primeiro Domingo, recebendo-se as entradas dos sessenta e de todas as pessoas que se apresentarem.

Art. 5. As Entradas dos Fundos continuarão a ter logar todos os Domingos das nove horas da manhã até humda da tarde.

Art. 6. O Capital depositado em Caixa será empregado logo que ser possa em Apolices da Dívida Pública.

Art. 7. O lucro proveniente do juro d'essas Apolices será repartido pelos Accionistas proporcionalmente aos fundos de cada um, de seis em seis mezes, deduzindo-se antes as despesas da Administração.

Art. 8. Os Capitaes entrados em Caixa começarão a gozar do beneficio do lucro desde o primeiro do mez seguinte áquelle em que se effectuar a entrada.

Titulo 2. Dos Accionistas

Art 1. Poderão ser Accionistas d'essa Caixa todos os indivíduos de qualquer sexo, idade, ou condição que seja,: as mulheres cazadas com o consentimento dos maridos; os Menores com authorisação de seos Pais ou Tutores; os Escravos com licença dos Senhores.

Art. 2. A Acção ou Entrada d'uma vez, não será menor de *um tostão*, nem maior de *dez mil réis*, á excepção da primeira que poderá subir até *cem mil réis*, devendo em todos os cazos ser uma quantia *múltipla de um tostão*.

Art. 3. He livre a qualquer Accionista retirar parte, ou o total do fundo que tiver em Caixa, prevenindo oito dias antes á Administração.

Art. 4. He igualmente permitido ao Accionista retirar ou deixar em Caixa o dividendo que lhe pertencer: neste caso ser-lhe-há lançado, como *entrada* ainda sendo quantia superior a *dez mil réis*; com tanto porém que seja numero inteiro na conformidade do Art. 2. d'este Titulo: si o contrario tiver logar, entregar-se-há o *excedente*, ou receber-se-há o *complemento*.

Art. 5. Todo o Accionista receberá da Caixa uma Caderneta de formato pequeno, em a qual depois de declarar-se o seo nome, e condição, será lançada a quantia com que entrar: esta Caderneta servi-lhe-há de titulo, e será por ele apresentada todas as vezes que quizer entrar com novas somas para nella lhe serem lançadas.

Art. 6. A caderneta de que falla o art. precedente será subministrada ao Accionista gratuitamente pela primeira vez; si ele vier a perdel-a, para obter outra *pagará um mil réis*.

Titulo 3. Da Administração

Art. 1. A Administração da Caixa Economica será incumbida a uma *Assembleia d'Accionistas*, a um *Conselho de Administração*, e a um *Thezoueiro* e um *Secretario* da maneira marcada nos artigos seguintes:

Art. 2. Nos mezes de Fevereiro e de Agosto de cada um anno, reunir-se-há a *Assembleia dos Accionistas* que será composta de *sessenta indivíduos*, a saber, *trinta dos que maiores fundos tiverem em Caixa*, e outros *trinta escolhidos por estes* da universalidade dos Accionistas.

Art. 3. Compete a esta Assembleia:

1. vigiar sôbre a execução dos Estatutos da Caixa.

2. fazer-lhe as alterações que julgar convenientes ao melhor desempenho do fim do Estabelecimento.

3. examinar ou fazer examinar por Comissão as Contas.

4. nomear os Thezoueiros, e Secretarios que hão de servir no semestre futuro.

Art. 4. Os Thezoueiros e Secretarios reunir-se-hão todos os mezes, e assim reunidos, formarão o Conselho d'Administração.

Art. 5. Compete a este Conselho:

1. examinar as contas apresentadas pelo Thezoueiro e Secretario que houverem.

2. propor as reformas e melhoramentos que julgar convenientes aos Estatutos, á Assembléa dos Accionistas.

3. nomear no fim de cada semestre uma Comissão para fazer o dividendo dos lucros na conformidade do artigo 7. Titulo 1.

Art. 6. Em cada um dos mezes servirá um Thezoueiro com um Secretario, segundo a Escalla dos números de votos que houverem obtido nas suas respectivas nomeações.

Art. 7. Compete ao Thezoueiro:

1. Presidir o Conselho de Administração.

2. receber a entrada do Accionista, passando-lhe um conhecimento em que vá declarado o seo nome, a quantia, o dia do mez, e o numero da Sessão da Caixa ajuntando-lhe a sua rubrica.

3. arrecadar as dadivas que forem feitas ao Estabelecimento passando recibo ao doador.

4. comprar com fundos da Caixa Apolices da Divida Publica e cobrar os seos juros.

5. pagar aos Accionistas os seos respectivos dividendos.

6. entregar-lhes todo ou parte dos seos capitaes, no caso de retirada total ou parcial.

7. rubricar os Livros da Caixa e as Cadernetas dos Accionistas.

8. fazer a escripturação do Livro de Caixa.

9. finalmente conservar tudo que estiver debaixo da sua direção na melhor ordem, e assim entregar ao seo successor.

Art. 8. Compete ao Secretario:

1. fazer a Acta do Conselho de Administração.

2. abrir a conta de cada um dos Accionistas no Livro respectivo.

3. passar para a Caderneta do Accionista o conhecimento do Thezoueiro, ajuntando a sua assinatura.

4. lançar esse conhecimento na conta respectiva, conservando o original para o apresentar no Conselho de Administração.

5. enfim ter tudo que lhe disser respeito no melhor arranjo possível.

Em virtude d'estes Estatutos foram nomeados Thezoueiros da Caixa Economica
Os Srs. Bento de Oliveira Braga.

Antonio Joze de Amaral.

Joaquim Francisco Alvares Branco Muniz Barreto.

Antonio de Castro Alvares.

Francisco Joze Guimarães.

Joze Bernardino Baptista Pereira.

Secretarios

Os Srs. Joze Florindo de Figueiredo Rocha.

Joze Joaquim Vieira Souto.
 Saturnino de Souza e Oliviera.
 Joaquim Joze Rodrigues Torres.
 Evaristo Ferreira da Veiga.
 Manoel Felizardo de Souza e Mello.

A primeira Sessão da Caixa Economica foi a 31 de Julho de 1831 e então entrou para ella a quantia de Rs. 1:468\$100.

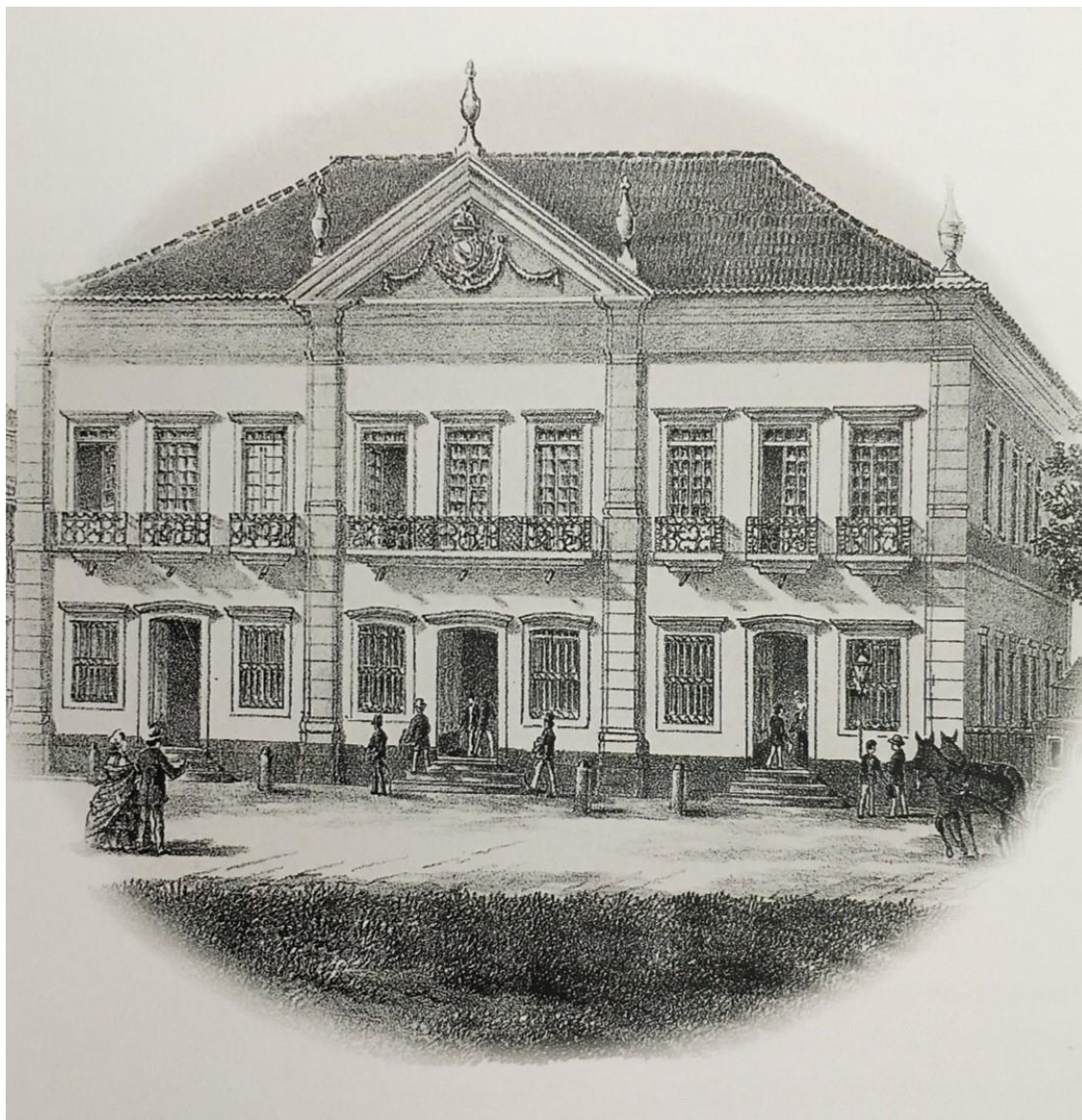
A segunda Sessão foi conforme o Estatuto no Domingo seguinte 7 do corrente Agosto e nesse dia entrou para a Caixa a quantia de Rs. 513\$800.

No impedimento do Thezoureiro Snr. Bento de Oliveira Braga serve o Snr. Antonio Joze do Amaral, residente na rua do Cano n.70 e he ali que podem comparecer nos Domingos de manhã das 9 horas até á uma da tarde os Senhores já assinados que ainda não fizeram a sua entrada, e todas as pessoas que quiserem entrar para a Caixa de Economica.

Joze Florindo de Figueiredo Rocha.
 Joze Bernardino Baptista Pereira.
 Manoel Alvares Branco.
 Antonio João de Léssa.
 Joze da Costa Carvalho.
 Joze Joaquim Vieira Souto.
 Montezuma.
 Joaquim Francisco Alvares Branco Moniz Barreto.
 Gabriel Getulio Monteiro de Mendonça.
 Joaquim Gonsalves Ledo.
 Francisco Dantas de Vasconcellos.
 Delfino Antonio de Moraes Silva.
 Antonio Rodrigues Martins.
 Manoel Maria do Amaral.
 Evaristo Ferreira da Veiga.
 Luiz de Souza Loubo.
 Manoel Estanislau de Castro e Cruz.
 Joaquim Candido Soares de Meirelles.
 Sabino da Silva Nazareth.
 João Caetano Leite de Castro.
 Torcarto de Araujo Silva.
 Antonio Joze do Amaral.
 Antonio Pereira Rebouças.
 Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão.
 Manoel Moreira de Castro.
 Flavio Joaquim Alvares.
 Joaquim Joze Rodrigues Torres.
 Pedro de Araujo Lima.
 Francisco Crispiano Valdetaro.
 Antonio Joaquim de Azevedo.
 Candido Baptista de Oliveira.
 Manoel Felizardo de Souza e Mello.
 Balbino Joze da França Ribeiro.
 Fr. Custodio Alvares Serrão.
 Joze Bento Leite Ferreira de Mello

Fonte: Jornal *Astréa*, Edição 730, página 1. Publicado em 9 de ago. 1831. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acessado 13. dez. 2018.

Anexo 3: Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro – Prédio da Cadeia Velha



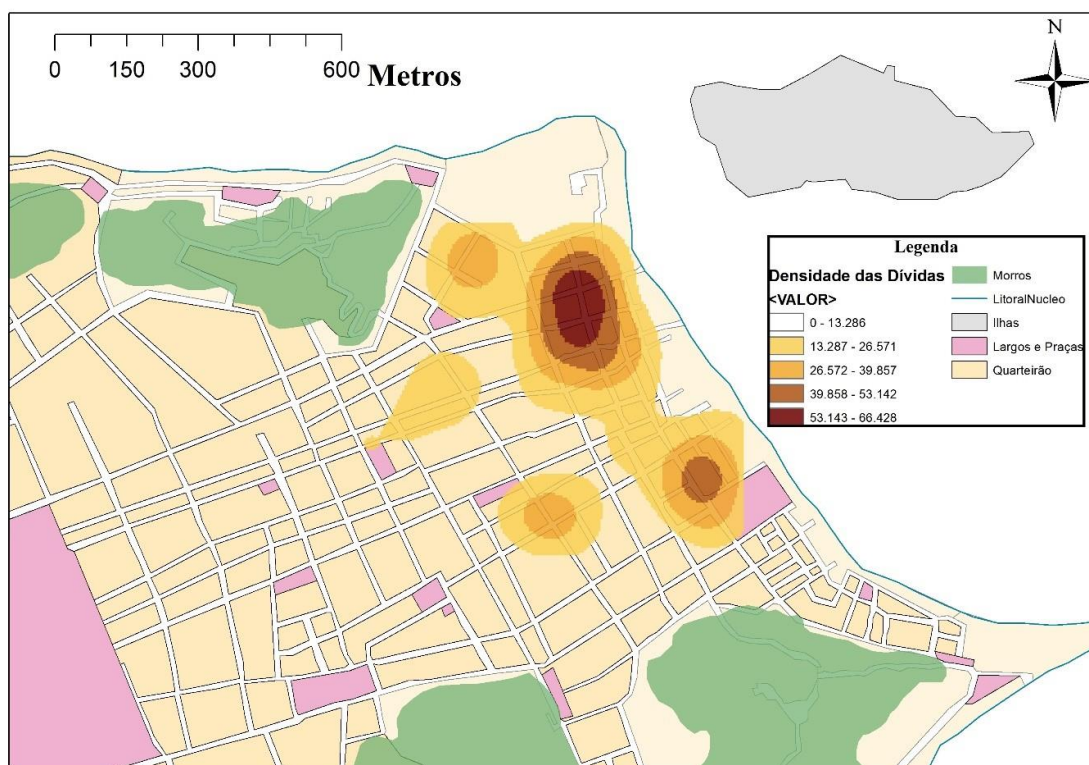
Fonte: Publicada no livro *Brazil and the Brazilians*, dos reverendos James Fletcher e D.P. Kidder (Boston, 1866). Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Anexo 4 Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte (provavelmente 1882)



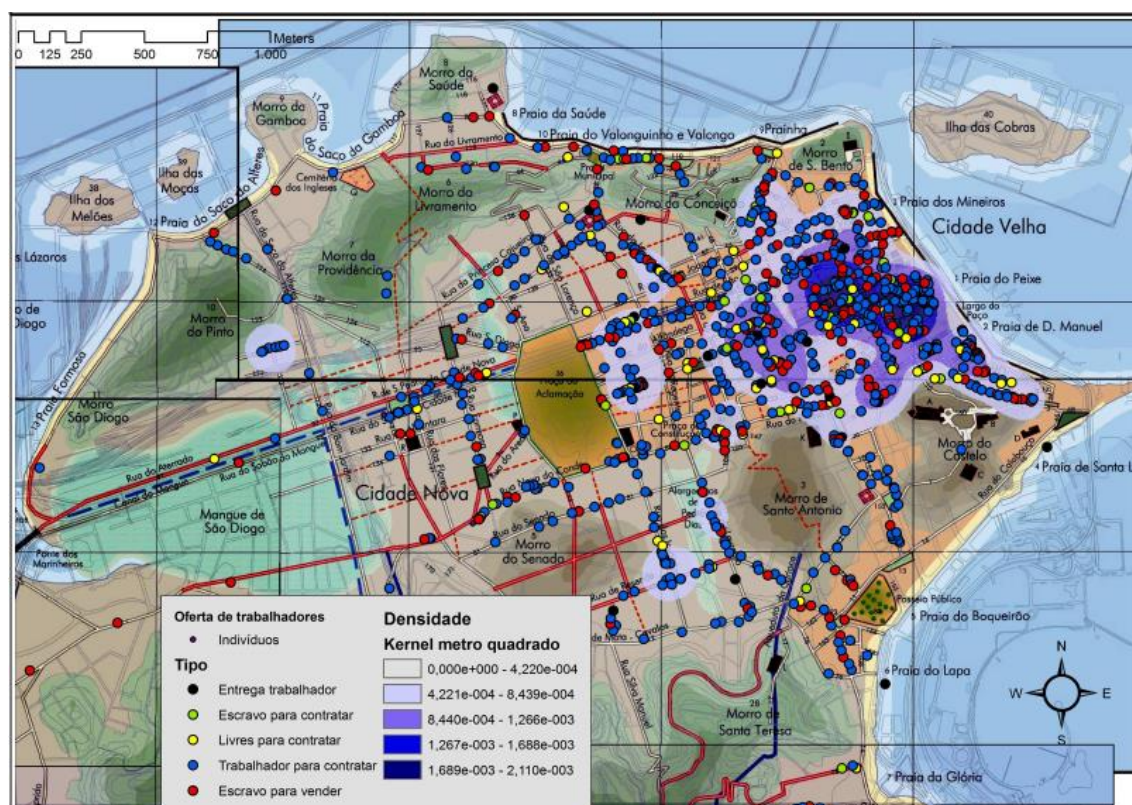
Fonte: Foto de Augusto Malta (1864-1957) incluída no Álbum da cidade do Rio de Janeiro: comemorativo do 1º centenário da Independência do Brasil, 1822-1922. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/265-caixas-economicas-e-monte-socorro>. Acessado em 06, jan.2020.

Anexo 5 Concentração por espaço de dívidas em Letras nas casas bancárias em 1865



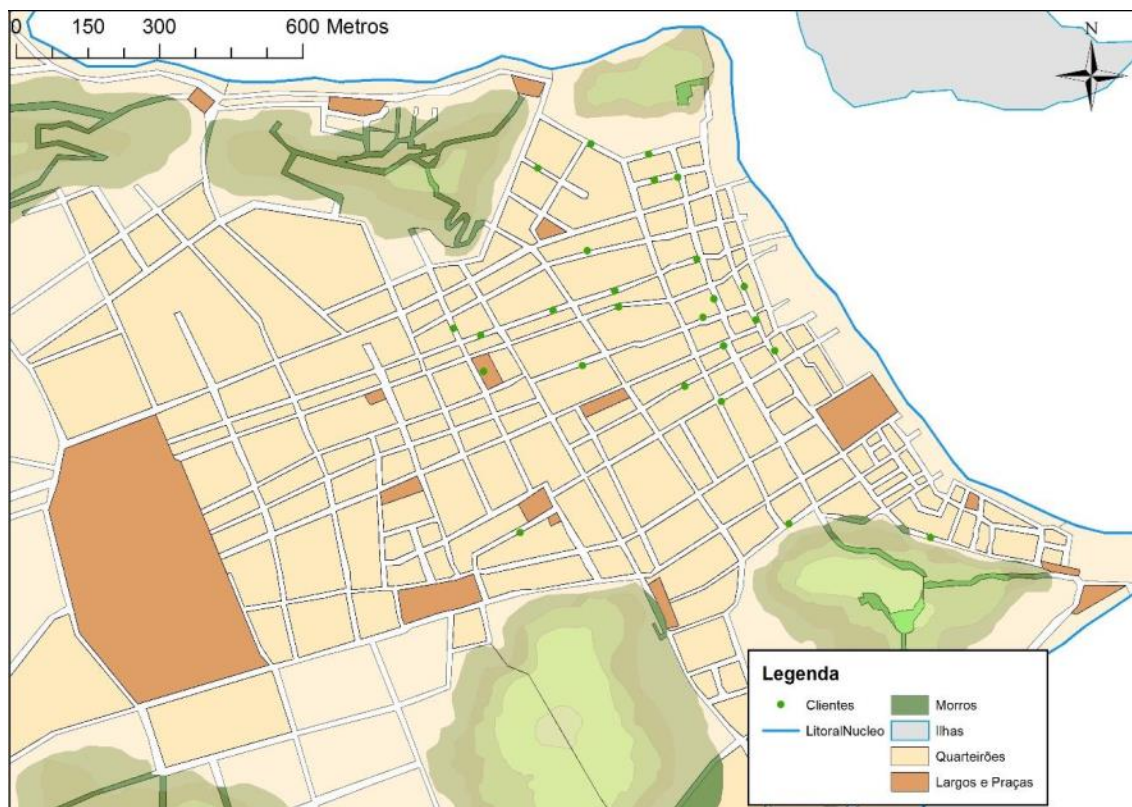
Fonte: ALVARENTA, T. MANTUANO, T. As duas pontas da crise: as falências das casas bancárias em 1864 vistas de cima a baixo. *América Latina en la Historia Económica*, 27(3), e1043. DOI: 10.18232/alhe.1043. 2020.

Anexo 6 – Localização da oferta de trabalho no Rio de Janeiro, 1860



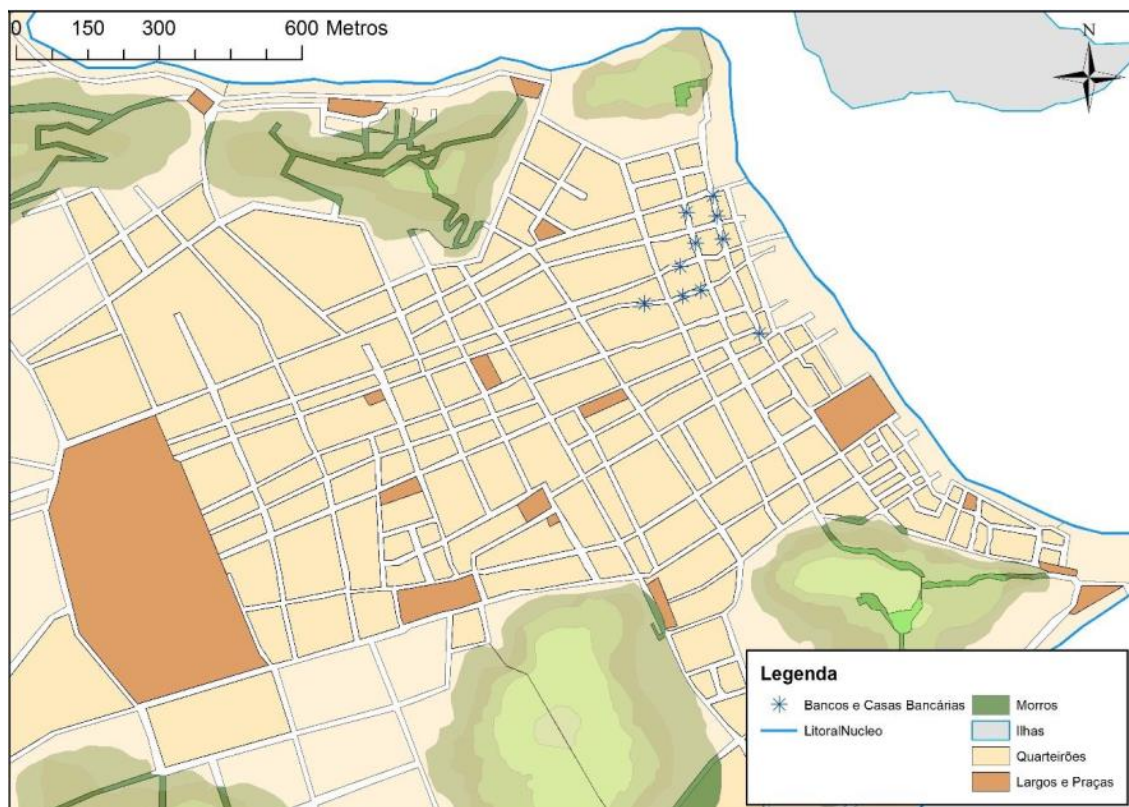
Fonte: VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. Ao longo daquelas ruas: a economia dos negros livres em Richmond e Rio de Janeiro, 1840-1860. Jundiá: Paco Editorial, 2016. 400 páginas. P. 259.

Anexo 7 – Localização dos maiores clientes das casas bancárias, Rio de Janeiro – 1864



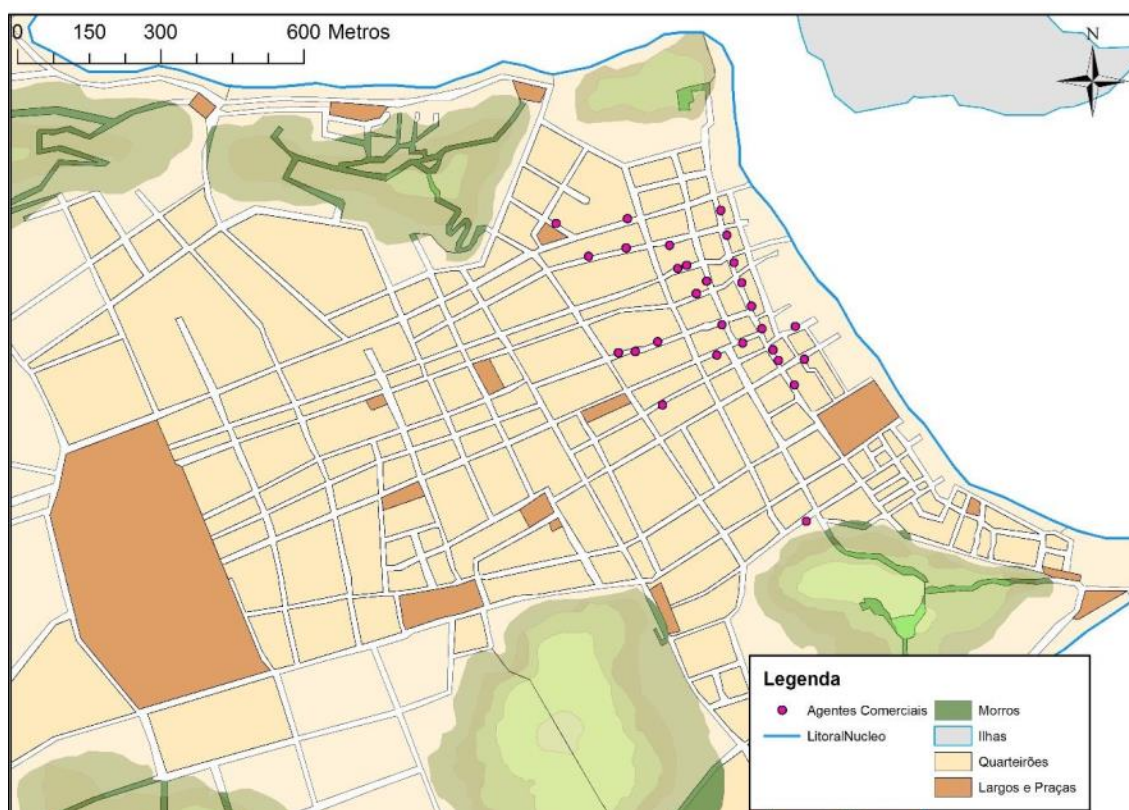
Fonte: VILLELA, Guilherme Lemos. Os grandes clientes nas casas bancárias na Crise do Souto em 1864. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2017. P. 24.

Anexo 8 – Localização das Casas Bancárias e Bancos Comerciais, Rio de Janeiro – 1864



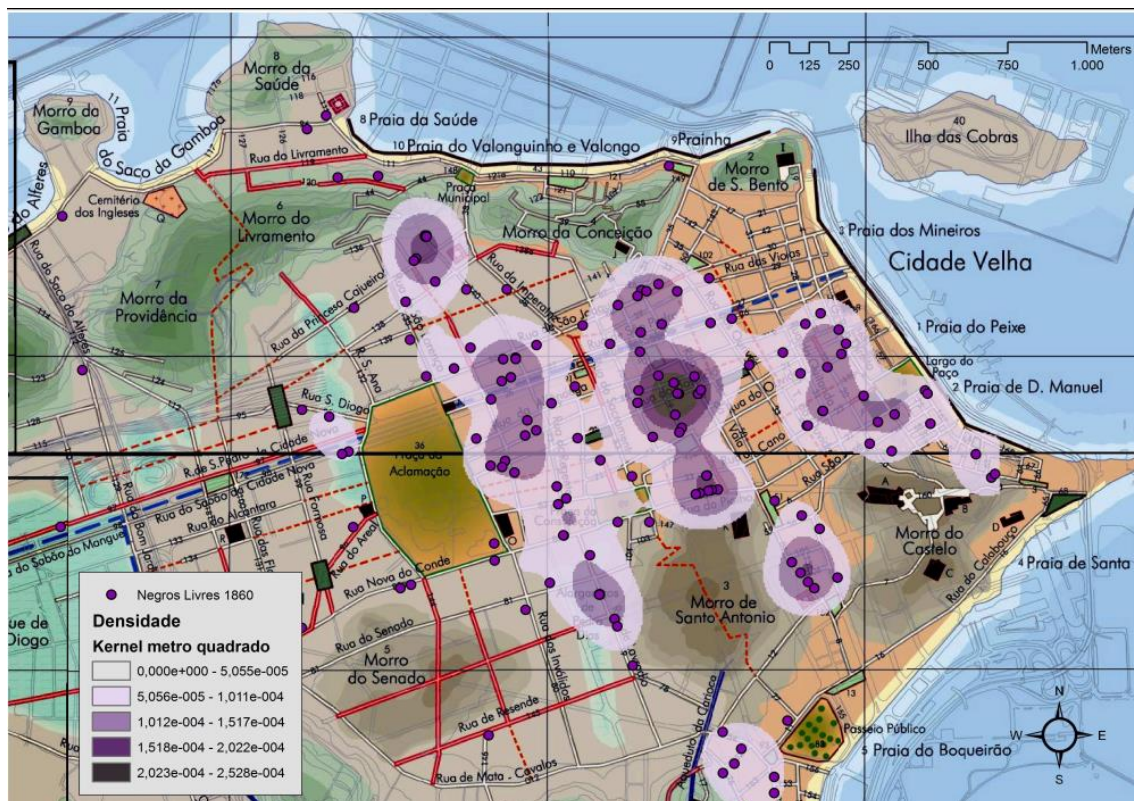
Fonte: VILLELA, Guilherme Lemos. Os grandes clientes nas casas bancárias na Crise do Souto em 1864. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2017.P. 25.

Anexo 9 – Localização dos Agentes Comerciais, Rio de Janeiro – 1864



Fonte: VILLELA, Guilherme Lemos. Os grandes clientes nas casas bancárias na Crise do Souto em 1864. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2017. P.26.

Anexo 10 – Localização dos negros livres do Rio de Janeiro, 1860



Fonte: VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. Ao longo daquelas ruas: a economia dos negros livres em Richmond e Rio de Janeiro, 1840-1860. Jundiá: Paco Editorial, 2016. 400 páginas. P. 277.

Anexo 11 Quadro do Conselho Inspector e Fiscal Fundacional das Caixas Econômicas Provinciais, 1875.

Conselho de Fundação	Presidente	Membro	Membro	Membro	Membro
Bahia	Barão de Cotegipe	Bernardo do Canto Brum	Gonçalo Alves Guimarães	José de Barros Reis	Dr. Luiz Rodrigues D'Utra Rocha
São Paulo	Dr. Clemente Falcão de Souza Filho	Bacharel Antonio de Aguir e Barros	Antonio Prost Rodovalho	Bento José Alves Pereira	Dr. Joaquim José Vieira de Carvalho
S. Pedro do Rio Grande do Sul	Barão de Cahy	Estacio José Monteiro	Felippe Benicio de Freitas Noronha	Francisco Olinto de Carvalho	José Antonio Coelho Junior
Minas Gerais	João Baptista Teixeira de Souza	Francisco Teixeira do Amaral	Manoel da Costa Fonseca	Valeriano Manso Ribeiro de Carvalho	Antonio Luiz Maria Soares de Albergaria
Maranhão	Bacharel Francisco de Mello Coutinho de Vilhena	José Maria de Freitas e Vasconcellos	José Rodrigues Vidal Junior	Manoel Gonçalves Ferreira Nina	Roberto Hesketh Hall
Alagoas	José Joaquim de Oliveira	Eugenio José Neves de Andrade	Manoel Martins de Miranda	Manoel de Vasconcellos	Tiburcio Alves de Carvalho

Mato Grosso	Bacharel Antonio Gonçalves de Carvalho	Barão de Diamantino	Desembargador Firmo José de Mattos	Henrique José Vieira	Joaquim Gaudie Ley
Santa Catharina	José Feliciano Alves de Brito	Affonso de Albuquerque e Mello	Domingos José da Costa Sobrinho	Fernando Hackradt Junior	Manoel Luiz do Livramento
Paraná	José Lourenço de Sá Ribas	Ignacio José de Moraes	Caetano José Munhoz	Manoel José da Cunha Bittencourt	José de Barros da Fonseca
Espirito Santo	Joaquim José Gomes da Silva Mello	Francisco Rodrigues de Barcellos Freire	Francisco Pinto de Oliveira	José Ribeiro Coelho	Manoel Ferreira de Paiva

Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda, ano de 1875.

Anexo 12 Projeto de Reforma dos estatutos das caixas econômicas brasileiras (1882)

Projecto da comissão:

Art.1º As caixas econômicas serão instituídas de conformidade com a presente lei, e sob a garantia do Estado, o qual responde pela guarda e restituição das economias, que nellas forem depositadas e dos juros vencidos.

§ 1º Na corte e em cada uma das capitaes das províncias haverá uma caixa econômica subordinada ao Ministerio da Fazenda e gratuitamente administrada por um conselho fiscal, composto de um presidente e de quatro até seis conselheiros da livre nomeação e demissão do Governo Imperial, cujos serviços serão considerados relevantes.

§ 2º Estas caixas estabelecerão fillaes onde for conveniente, tendo por agencias as Mesas de Rendas, Collectorias e Estações de Correios, designadas pelo Governo, sob proposta dos respectivos conselhos fiscaes. As caixas das províncias poderão ser anexas e alguma das repartições publicas da capital.

Art. 2º As somas depositadas nas caixas econômicas, suas fillaes ou agencias, não serão menores de 1\$, ou múltiplos desta quantia, e vencerão, desde o dia seguinte ao do deposito até o marcado para a retirada, o juro anual de 4%, capitalizado por semestres civis, desprezadas as quantias inferiores a 100 réis.

§ 1º Não se abonará juro algum aos depositantes, que saldarem suas contas dentro dos primeiros 30 dias, em que ellas tiverem tido começo.

§ 2º Para facilitar a realização dos depósitos de quantias inferiores a 1\$, nas escolas e nos estabelecimentos em que houverem operários e trabalhadores, poderá o Governo autorizar a emissão de sellos de economia, do valor de 20 e 100 réis, cujo uso e applicação será determinado no regulamento.

§ 3º Só vencerão juros os depósitos até 4:000\$000, sendo o excesso desta quantia considerado deposito gratuito. Exceptuam-se as somas pertencentes a sociedades beneficentes, ás quaes poderá o conselho fiscal mandar contar juros até á quantia não excedente a 10:000\$000.

§ 4º O depositante tem o direito de retirar em qualquer tempo a importância dos seus depósitos. Este direito, porém, em casos especiaes, ou em circumstancias extraordinárias, a juízo do conselho fiscal, fica sujeito ás regras seguintes:

Sem aviso prévio e semanalmente até 100\$000

Com aviso prévio e intervalo de 15 dias, sendo mais de 100\$000 até 500\$000.

Idem de 30 dias, idem de 500\$000 a 1:000\$000.

Idem de 60 dias, idem de 1:000\$000 a 2:000\$000.

Idem de 120 dias, sendo mais de 2:000\$000.

O conselho fiscal poderá remittir estes prazos, si o entender conveniente.

§ 5º As caixas econômicas, suas filiaes e agencias, darão a cada depositante, como titulo de seu credito, uma caderneta nominal, na qual deverão ser impressas, em resumo, as principaes disposições regulamentares, que lhe dêem conhecimento dos seus direitos e deveres, e onde se irão lançando as operações, á medida que se forem effectuando.

§ 6º Não é permittido a nenhum depositante ter mais de uma caderneta, pena de somente se abonar juro aos depositantes constantes da primeira. Considera-se depositante a pessoa, por conta de quem é feito o deposito.

Art. 3º

As mulheres casadas, sob qualquer regimen, podem, sem autorização dos maridos, instituir e retirar depósitos, cabendo-lhes exclusivamente a faculdade da retirada, si no acto da instituição declarerem que reservam esse direito para si, ou para quem for por ellas autorizado.

Parapho único. É igualmente permitido aos menores fazer depósitos, sem intervenção de seus representantes legaes, e da mesma fórmula retiral-os, si tiverem mais de 16 annos de idade, salvo opposição dos ditos representantes, que em tal caso deverão concorrer ao acto do pagamento.

Art. 4º

As quantias depositadas nas caixas econômicas, suas filiaes ou agencias, não serão sujeitas á penhora ou arresto, excepto verificando-se que a sua entrada, além de ter menos de seis mezes de data, foi feita em parcelas maiores de 500\$000.

Art. 5º

A importância liquida dos depósitos, diariamente realizados, será na corte e província do Rio de Janeiro recolhida ao Thesouro Nacional e nas demais províncias ás Thesourarias de Fazenda, do modo que se estabelecer no regulamento, abonando-se-lhe, a contar do dia da entrada nas estações fiscaes até o da entrega ás caixas econômica, suas filiaes ou agencias, o juro na razão de 6% ao anno, que será semestralmente capitalizado.

Art. 6º Haverá um fundo de reserva formado:

1º Pela diferença entre o juro pago pelo Estado ás caixas econômicas e o que estas abonam aos seus depositantes;

2º Pela renda, que possam ter as mesmas caixas e, na corte, a que provier do monte de soccorro, que lhe é annexo:

3º Pela importância dos depósitos, que prescreverem na fórmula da lei;

4º Pelo producto de quaisquer doações ou legados, que não tenham destino especial.

Do fundo assim formado, depois de deduzidas as despezas do estabelecimento, será o líquido producto restante empregado, no fim do semestre, em apólices iguaes ás do decreto n. 4244 de 15 de Setembro de 1867, emittidas ao par, sem amortização e vencendo o juro de 5% ao anno, que irá sendo capitalisado semestralmente.

Parapho único. Fica o governo autorizado a fazer a emissão especial, de que trata este artigo, até a importância do mencionado producto líquido, que se verificar em cada semestre, entregando os competentes títulos á caixa econômica.

Art. 7º Logo que o fundo de reserva da caixa econômica da corte atingir a 2.000:000\$000, o juro que o Estado paga pelos depósitos della e pelos dinheiros do monte de soccorro, recolhidos a seus cofres, será reduzido a 5% ao anno, baixando a 4,5% quando o referido fundo chegar a 4.000:000\$000.

§ 1º O limite do fundo de reserva, estabelecido para cada uma das caixas econômicas das províncias, será fixado no regulamento.

§ 2º O fundo de reserva é especialmente destinado para fazer face a quaisquer perdas, que sofram as caixas econômicas, e as que possam advir ao Estado em consequência da plena garantia, por elle dada aos respectivos depositantes.

§ 3º Enquanto os recursos das caixas das províncias não forem suficientes para ocorrer ás suas despezas, supprirão as respectivas tesourarias o *déficit* que houver, do qual irão sendo indeminsadas pelo fundo de reserva da **caixa econômica da corte, logo que seja possível.**

§ 4º Uma vez definitivamente constituído o fundo de cada caixa econômica, poderá o Governo, de cinco em cinco anos, ouvido o competente conselho fiscal, **autorizar a deducção de uma quota desse fundo para ser distribuída pelas cadernetas que tiverem pelo menos um anno de existência, na proporção dos juros, nelas abonados dentro dos últimos cinco anos.**

Art. 8º Os depósitos das caixas econômicas, que por mais de 30 annos permanecerem sem entrada nem sahida, ou qualquer outra operação por parte do depositante, prescrevem em favor da competente caixa, contando-se este prazo do dia, em que o dono da caderneta houver adquirido o direito de dispor da sua importância.

Art. 9º As caixas econômicas converterão, a pedido dos depositantes, **os seus depósitos, existentes com três ou mais mezes de data, em titulo da divida publica fundada, pelo preço do mercado,** recebendo a caixa os dividendos e abonando-os na respectiva conta corrente, emquanto não forem os ditos títulos reclamados.

Disposições geraes

Art. 10º As caixas econômicas e o monte de soccorro annexo á caixa da corte gozarão dos privilégios e imunidades, concedidos ás repartições do Estado, sendo os livros, actos e operações desses estabelecimentos isentos de sello, e ficando aquelles dos seus empregados, que forem responsáveis por dinheiros e outros valores, sujeitos ás disposições do decreto n. 657 de 5 de dezembro de 1849.

Art. 11º As caixas econômicas poderão aceitar doações e legados, com approvação dos conselhos fiscaes, que os farão incorporar ao fundo de reserva, salvo clausula da doação em contrario.

Art. 12º A importância dos depósitos, que receberem as caixas econômicas, será de preferencia empregada na amortização da divida publica fundada e no resgate do papel-moeda.

Art. 13º A decisão das questões, que se suscitarem nas caixas econômicas relativamente aos depósitos não excedentes de 400\$000 na corte e de 200\$000 nas províncias, será da exclusiva competência e alçada dos conselhos fiscaes. Excedendo deste limite haverá recurso para o tribunal do Thesouro, na corte, e para as Thesourarias de fazenda nas províncias, dentro de dez dias da publicação das decisões pela imprensa.

Art. 14º O monte de soccorro, fundado nesta corte em virtude da lei n.1083 de 22 de agosto de 1860, continuará annexo á caixa econômica e funcionará sob a mesma administração; a sua renda será incorporada á da referida caixa para ocorrer ás despezas de ambos os estabelecimentos, contribuindo a somma restante para a formação do fundo de reserva da caixa econômica na conformidade do art.6º

Art. 15º Ficam suprimidos os montes de soccorro anexos ás caixas econômicas das províncias, em virtude do decreto n. 5594 de 18 de abril de 1874, procedendo-se, quanto antes, á liquidação, e recolhendo-se os saldos, si os houver, ás respectivas caixas econômicas.

Art. 16º O governo expedirá regulamento para a execução desta lei, marcando as atribuições da administração, o regimen e operações das caixas econômicas e do monte de soccorro da corte.

Art. 17º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Anexo 13 Quadro Técnico da Caixa Econômica da Corte (1861-1889), Parte 1

Ano	Thesoureiro	Fieis	Fieis	Fieis	Fieis	Guarda Livros	1º Ajudante	2º Ajudante	Perito Avaliador	Substituto do Perito	Porteiro	Continuo	Contínuo	Leiloeiro
1861														
1862	Pedro Candido de Souza Gonzaga					José Narciso de Oliveira			Antonio José de Souza e Almeida		Luiz Manoel de Oliveira	Paulino Manoel de Oliveira		
1863	Joaquim Alvarenga da Rocha					José Narciso de Oliveira	José Avelino Dos Santos		Antonio José de Souza e Almeida		Luiz Manoel de Oliveira	Paulino Manoel de Oliveira		
1864	Joaquim Alvarenga da Rocha	Fortunato José da Costa				José Narciso de Oliveira	José Avelino dos Santos	João de Souza Almeida	Antonio José de Souza e Almeida	Leonardo Henrique da Costa	Luiz Manoel de Oliveira	Paulino Manoel de Oliveira		Joaquim da Costa Guimarães
1865	Joaquim Alvarenga da Rocha	Fortunato José da Costa				José Narciso de Oliveira	José Avelino dos Santos	João José de Souza e Almeida	Antonio José de Souza e Almeida	Leonardo Henrique da Costa	Luiz Manoel de Oliveira	Paulino Manoel de Oliveira		Joaquim da Costa Guimarães
1866	Joaquim Alvarenga da Rocha					José Narciso de Oliveira	José Avelino dos Santos		Antonio José de Souza e Almeida	Leonardo Henrique da Costa	Luiz Manoel de Oliveira	Antonio Martins Vianna		Joaquim da Costa Guimarães
1867	Joaquim Alvarenga da Rocha	José Agostinho da Costa	José Joaquim da Cunha Silva			José Narciso de Oliveira	José Avelino dos Santos		Antonio José de Souza e Almeida	Leonardo Henrique da Costa	Luiz Manoel de Oliveira	Antonino Martins Vianna		Joaquim da Costa Guimarães
1868	Joaquim Alvarenga da Rocha	José Agostinho da Costa	José Joaquim da Cunha Silva			José Narciso de Oliveira	José Avelino dos Santos		Sebastião Augusto de Moura	Leonardo Henrique da Costa	Luiz Manoel de Oliveira	Antonio Martins Vianna		Joaquim da Costa Guimarães
1869	Joaquim Alvarenga da Rocha	Francisco Luis de Souza	José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho			José Avelino dos Santos	Julio Affonso de Souza e Almeida		Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Luiz Manoel de Oliveira	Antonio Martins Vianna		Joaquim da Costa Guimarães
1870	Joaquim Alvarenga da Rocha	Francisco Luiz de Souza	João Ribeiro do Amaral			José Avelino dos Santos	Julio Affonso Silva Guimarães		Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Luiz Manoel de Oliveira	Antonio Martins Vianna		Joaquim da Costa Guimarães

1871	Joaquim Alvarenga da Rocha	Francisco Luiz de Souza	João Ribeiro do Amaral			José Avelino dos Santos	Julio Affonso Silva Guimarães		Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Luiz Manoel de Oliveira	Antonio Martins Vianna		Joaquim da Costa Guimarães
1872	Joaquim Alvarenga da Rocha	João Ribeiro do Amaral							Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Luiz Manoel de Oliveira	Antonio Martins Vianna		Joaquim da Costa Guimarães
1873														
1874	Joaquim Alvarenga de Rocha	João Ribeiro do Amaral	Lauriano José d'Oliveira						Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Luiz Manoel de Oliveira	Antonio Martins Vianna		Joaquim da Costa Guimarães
1875	Joaquim Alvarenga da Rocha	João Ribeiro d'AmAmaral	Lauriano José d'Oliveira	Abel Rosa Teixeira					Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Luiz Manoel de Oliveira			Joaquim da Costa Guimarães
1876	Joaquim Alvarenga da Rocha	João Ribeiro do Amaral	Lauriano José d'Oliveira do Amaral	Abel Rosa Teixeira					Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Luiz Manoel de Oliveira			Joaquim da Costa Guimarães
1877	Joaquim Alvarenga da Rocha	João Ribeiro do Amaral	Lauriano José de Oliveira	Abel Rosa Teixeira					Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Luiz Manoel de Oliveira	Antonio Martins Vianna		Joaquim da Costa Guimarães
1878	Joaquim Alvarenga da Rocha	João Ribeiro do Amaral	Lauriano José de Oliveira	Abel Rosa Teixeira					Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Luiz Manoel de Oliveira	Servulo Dos Santos Cassão		Joaquim da Costa Guimarães
1879	João Ribeiro do Amaral	Francisco de Castro Araujo	Lauriano José de Oliveira	Abel Rosa Teixeira					Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Luiz Manoel de Oliveira	Servulo dos Santos Castão		Joaquim Antonio de Oliveira Bastos
1880	João Ribeiro do Amaral	Francisco de Castro Araujo	Lauriano José de Oliveira	Abel Rosa Teixeira					Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Luiz Manoel de Oliveira	Servulo dos Santos Castão		Joaquim Antonio de Oliveira Bastos
1881	João Ribeiro do Amaral	Francisco de Castro Araujo	Lauriano José de Oliveira	Abel Rosa Teixeira					Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Luiz Manoel de Oliveira	Servulo dos Santos Castão		Joaquim Antonio de Oliveira Bastos

1882	Gregorio Christino da Silva	Francisco de Castro Araujo	João Alves Cabral	Abel Rosa Teixeira					Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Servulo dos Santos Castão	Manoel Joaquim Garrido		Joaquim Antonio de Oliveira Bastos
1883	Gregorio Christino da Silva	Francisco de Castro Araujo	João Alves Cabral	Abel Rosa Teixeira					Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Servulo dos Santos Castão	Manoel Joaquim Garrido		Joaquim Antonio de Oliveira Bastos
1884	Gregorio Christino da Silva	Augusto Henrique de Almeida	Francisco Pedro da Cruz	João Alves Cabral					Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Servulo dos Santos Castão	Virgilio Cordovil de Siqueira e Mello		Joaquim Antonio de Oliveira Bastos
1885	Gregorio Christino da Silva	Francisco Xavier da Silva Guimarães	Francisco Pedro da Luz	João Alves Cabral					Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Servulo dos Santos Castão	Virgilio Cordovil de Siqueira e Mello		Joaquim Antonio de Oliveira Bastos
1886	Gregorio Christino da Silva	Francisco Xavier da Silva Guimarães	Francisco Pedro da Luz	João Alves Cabral					Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Servulo dos Santos Castão	Virgilio Cordovil de Siqueira e Mello		Joaquim Antonio de Oliveira Bastos
1887	Gregorio Christino da Silva	Francisco Xavier da Silva Guimarães	Francisco Pedro da Luz	João Alves Cabral					Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Servulo dos Santos Castão	Virgilio Cordovil de Siqueira e Mello		Joaquim Antonio de Oliveira Bastos
1888	Gregorio Christino da Silva	Francisco Xavier da Silva Guimarães	Francisco Pedro da Luz	João Alves Cabral	Lauriano José de Oliveira				Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Servulo dos Santos Castão	Virgilio Cordovil de Siqueira e Mello	Adalberto Pinto Martins	
1889	Gregorio Christino da Silva	Francisco Xavier da Silva Guimarães	Francisco Pedro da Luz	João Alves Cabral	Lauriano José de Oliveira				Sebastião Augusto Pereira Guillobel		Servulo dos Santos Castão	Virgilio Cordovil de Siqueira e Mello	Adalberto Pinto Martins	

Fonte:

Anexo 13 Quadro Técnico da Caixa Econômica da Corte (1872-1885), Parte 2

Ano	Colaboradores	Colaboradores	Colaboradores	Colaboradores	Colaboradores	Colaboradores	Colaboradores	Colaboradores	Colaboradores
1872	José Gomes Felipe Sobrinho	Lauriano José d'Oliveira							
1873									
1874	Guilherme Malaquias dos Santos	João Militão da Fonseca Azambuja	Jorge Arthur de Campos Pio	Abel Rosa Teixeira					
1875	Guilherme Malaquias dos Santos	João Militão da Fonseca Azambuja	Jorge Arthur de Campos Pio						
1876	Guilherme Malaquias dos Santos	João Militão da Fonseca Azambuja	João Maria Mafra						
1877	João de Deus Leal	João Militão da Fonseca Azambuja	João Maria Mafra						
1878	João de Deus Leal	João Militão da Fonseca Azambuja	João Maria Mafra	Alexandre Francisco de Carvalho	Francisco de Castro Araujo	Carlos Xavier Baptista			
1879	João de Deus Leal	Serafim Borges de Carvalho	Alexandre Francisco de Carvalho	Antonio Jacintho Mendes	Carlos Xavier Baptista				
1880	Serafim Borges de Carvalho	Alexandre Francisco de Carvalho	Antonio Jacintho Mendes	João Ribeiro da Silva Menezes	Francisco Silverio de Oliveira	José Ferreira Vianna	Duarte Campos		
1881	Serafim Borges de Carvalho	Alexandre Francisco de Carvalho	Antonio Jacintho Mendes	João Ribeiro da Silva Menezes	Francisco Silverio de Oliveira	José Ferreira Vianna	Duarte Campos	Antonio Francisco da Nobrega	Pedro Dias Paes Leme
1882	Serafim Borges de Carvalho	Alfredo José de Carvalho Rocha	Antonio Jacintho Mendes	João Ribeiro da Silva Menezes	Francisco Silverio de Oliveira	Duarte Campos	Antonio Francisco da Nobrega	Pedro Dias Paes Leme	
1883	Antonio Jacintho Mendes	Francisco Silverio de Oliveira	João Ribeiro da Silva Menezes	Duarte da Silva Campos	Antonio Francisco da Nobrega	Pedro Brant Paes Leme	Emilio Eugenio Rodrigues Coelho	Alfredo José de Carvalho Rocha	
1884	Antonio Jacintho Mendes	Francisco Silverio de Oliveira	João Ribeiro da Silva Menezes	Duarte da Silva Campos	Antonio Francisco da Nobrega	Pedro Brant Paes Leme	Emilio Eugenio Rodrigues Coelho	Alfredo José de Carvalho Rocha	
1885	Não Citado	Não Citado	Não Citado	Não Citado	Não Citado	Não Citado	Não Citado	Não Citado	

Fonte:

Anexo 13 Quadro Técnico da Caixa Econômica da Corte (1866-1871), Parte 3

Ano	Amanuenses	Amanuenses	Amanuenses	Amanuenses	Amanuenses
1866	João José de Souza e Almeida	Carlos de Souza Pinto	João José Peixoto Moulin		
1867	João José de Souza e Almeida	Carlos de Souza Pinto	Julio Affonso Silva Guimarães	Eduardo Rosa Teixeira	Miguel Candido d'Araujo
1868	João José de Souza e Almeida	Carlos de Souza Pinto	Julio Affonso Silva Guimarães	Eduardo Rosa Teixeira	Miguel Candido d'Araujo
1869	João José de Souza e Almeida	Manoel José de Miranda e Silva	Guilherme José de Miranda e Silva	Joaquim Antonio de Oliveira Bastos	Luiz Joaquim dos Santos Lobo
1870	João José de Souza e Almeida	Manoel José da Costa	Joaquim Antonio de Oliveira Bastos	Luiz Joaquim dos Santos Lobo	Miguel Candido de Araujo
1871	João José de Souza e Almeida	Manoel José da Costa	Joaquim Antonio de Oliveira Bastos	Luiz Joaquim dos Santos Lobo	Miguel Candido de Araujo

Anexo 14: Quadro Prosopográfico dos membros do Conselho Inspector e Fiscal e funcionários da Caixa Econômica da Corte

Nome	Função na Caixa	Período Inicial	Ano de Saída	Período Geral	Endereço	Título	Outros Cargos	Falecimento	FONTES
Alexandre Maria de Mariz Sarmento	Presidente	1863	1864	1863-1864	Rua da Imperatriz		Deputado por Alagoas, Chefe da Contadoria Geral do Tesouro, um dos fundadores do IHGB em 1838, Conselheiro, Diretor Geral da Despesa Pública.	1870	Fonte: Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil - Vol.33 - 1870 - Pág 453
Antonino Martins Vianna	Contínuo	1867							
Antonio Clemente Pinto Filho	Conselheiro 1879-1885	1879	1885	1879-1885		Barão de São Clemente	Conde, Fazendeiro, Negociante, Veador da Imperatriz, Dono do Prédio que viria a ser o Palácio do Catete, Irmão do Conde de Nova Friburgo		
Antonio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque	Presidente	1862	1862	1862	Niteroi	Visconde de Albuquerque	Tenente-Coronel em 1832, deputado de pernambuco na 1ª, 2ª, 3ª legislatura. Senador em 1838-1863. Em 1830 ministro e secretario de estado dos negocios da fazenda, 1832 ministro do imperio e da fazenda, 1840 foi ministro da marinha, 1844 a 1847 ministro da marinha, da fazenda e da guerra, em 1862 ministro da fazenda. Grão-mestre do Grande Oriente do Brasil.	1863	Antônio Henrique Rodrigo de Oliveira Marques. Dicionário de Maçonaria Portuguesa. [S.l.: s.n.] pp. Volume I. Coluna 33. Periódico A NOITE, Ano 1914, Edição A0823 "A morte do barão de Albuquerque em Paris"
Antonio Henrique de Miranda Rego	Conselheiro	1867	1869	1867-1869			Conselheiro, Moço da Imperial Casa	1887	Decreto nomeando-o Moço da Imperial Câmara, dado no Palácio do Rio de Janeiro, a 10.02.1841 – Livro 7.º da Casa Imperial, fl. 147.
Antonio José Alves Souto	Conselheiro	1861	1864	1861-1864	Rua Direita 59	Visconde do Souto	A. J. Souto		
Antonio José de Souza e Almeida	Perito Avaliador	1862		1862-1867					
Antonio Martins Vianna	Contínuo	1866		1866-1870					
Antonio Nicolao Tolentino	Conselheiro 1862 e 1872-1875,	1862	1885	1862, 1872-1885			Vice-presidente da provincia do RJ 1856 e 1858.	1888	

	Presidente 1876-1885)								
Candido José Rodrigues Torres	Conselheiro	1863	1871	1863-1871		Barão do Itambi (1872)	Negociante Brasileiro. Irmão do Visconde de Itaborai	1877	
Carlos de Souza Pinto	Amanuenses	1866		1866-1868					
Eduardo Rosa Teixeira	Amanuenses	1867		1867-1868					
Fortunato José da Costa	Fiel	1864		1864-1865					
Francisco José da Rocha Leão	Conselheiro 1862-1864, Presidente 1865-1869	1861		1862-1869	Rua Larga de S. Joaquim 170	Barão do Itamaraty	Cafeicultor, Coronel-Comandante da Guarda Nacional da Corte, Membro da Junta Administrativa da Caixa de Amortização, Sócio Fundador do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.	1883	VASCONCELOS, José Smith de; VASCONCELOS, Rodolfo Smith de (1918). Archivo nobiliarchico brasileiro. Lausanne: Imprimerie La Concorde. pp. 207-208
Francisco Luis de Souza	Fiel	1869		1869-1870					
Guilherme José de Miranda e Silva	Amanuenses	1869		1869					
Hermenegildo Duarte Monteiro	Conselheiro	1863	1876	1863-1876	Rua da Imperatriz 57		Escrivão da Recebedoria do Municipio em 1844, Membro do Conselho do Monte-Pio em 1844, e mais Parei na evidencia 23 da HD		
Irineu Evangelista de Sousa	Conselheiro	1861	1862	1861-1862	Rua da Quitanda 185	Barão de Mauá	Comerciante, Armador, industrial e banqueiro	1889	
Jerônimo José de Mesquita	Conselheiro 1874-1885	1874	1885	1874-1885		Barão de Mesquita	Presidente da Sociedade dos Assinantes da Praça do RJ 1860-1861]		
João Antonio de Magalhães Calvet	Gerente	1872	1879		Rua d'el Rei, 8, Niteroi		Primeiro Escriuario da Provincia do RJ, Corrector da Provincia 1848), Directorio da Fazenda Amanuense 1861, Conselheiro Extraordinario de Nitheroy, Conselheiro de Niteroi 1863, Substituto de Juiz dos Orphaos 1864, Comendador 1865, Aposentado da Directoria da Fazenda 1869,		

João Baptista Fonseca	Conselheiro 1877-1885	1877	1885	1877- 1885	Rua Primeiro de Março		Membro do Conselho do BB, Vice Presidente do BB, Moço da casa Imperial, Thesoureiro da Casa imperial 1881		
João de Souza Almeida	2º Ajudante	1864		1864					
João Estevão da Cruz	Conselheiro	1870	1871	1870- 1871	Rua da Imperatriz		Segundo Escripтуario do Thesouro Nacional 1844, Director do Monte Pio Geral d'Economia dos Servidores do Estado 1849, Secretario em 1850, Adjunto em 1852, Chefe de Secção da 3ª Contadoria do Ministério da Fazenda, Contador 1853-; Membro do conselho da Santa Casa de Misericórdia 1860, ViceP do Montepio Geral 1861, Director Interino da Casa de Correção 1862, inspector das obras e calabouço em 1862, Conselho do Monte Pio Geral 1864-, Provedor da Irmandade SS Sacramento da antiga Sé desta corte 1866		
João José de Souza e Almeida	2º Ajudante 1865, 1866- 1870	1865		1865- 1870					
João José Peixoto Moulin	Amanuenses	1866		1866					
João Maria Colaço de Magalhães Velasques Sarmento	Conselheiro	1861	1861	1861	Rua Direita 57	Visconde de Condeixa	Negociante de Grosso Trato, Capitalista e grande proprietário em Portugal	1871	
João Pedro da Veiga	Conselheiro	1861	1862	1861- 1862	Rua da Quitanda 144		Thesoureiro, Montepio Dos s ervidores do Estado 1844-46, Vice Presidente do Montepio 1846--1848 e 1851-53, Director do Montepio 1848 e Membro Conselho 1849- Thesoureiro da Loterias da Corte 1844-, Definidor da Santa Casa de Misericórdia 1844-, Thesoureiro do Hospicio D. Pedro II 1844,		

							Presidente da Sociedade Philarmonica 1846, Provedor da Irmandade SS. Sacramento da Freguezia da Candelaria 1848, Escrivão do Hospital dos Lazaros 1849, Thesoureiro da Loterias da Corte 1850, Secretario da Ordem terceira do carmo 1850		
João Ribeiro do Amaral	Fiel	1870		1870					
Joaquim Alvarenga da Rocha	Thesoureiro	1863	1870	1863-1870			Só aparece como Thesoureiro		
Joaquim Antonio de Araujo e Silva	Conselheiro 1877-1882, Secretario 1883-1885	1877	1885	1879-1885	Rua da Princeza (cattete)	Barão do Cattete	Visconde de Silva (concedido em Portugal), descendente de nobreza portuguesa (Silvas e Araújo), Médico, Proprietário e Capitalista.	1903	
Joaquim Antonio de Oliveira Bastos	Amanuenses	1869		1869-1870					
Joaquim da Costa Guimarães	Leiloeiro	1864		1864-1870					
Joaquim José Rodrigues Torres	Presidente	1861	1861	1861		Visconde de Itaborahy	Presidente do Banco do Brasil 1855-1857 e 1859; Ministro da Fazenda em 1832, 1848-50, 51-53, 68-70, Deputado geral na 3ª legislatura, presidente da provincia do RJ, Senador 1844-1872, Presidente do Conselho de Ministros 1852 e 1868	1872	MACEDO, Joaquim Manuel de, Anno biographico brasileiro (v.1), Typographia e litographia do imperial instituto artistico, Rio de Janeiro, 1876.
José Agostinho da Costa	Fiel	1867		1867-1868					
José Antonio de Figueiredo Junior	Conselheiro	1870	1878	1870-1878	Rua da Alfandega		Conselheiro da Cia Brasileira de Paquetes a Vapor 1850, comerciante, Membro do Conselho de Direção do BB 1853-, Consignações e comissões de navios, capitalista, Thesoureiro do Hospicio da Santa Casa de Misericordia 1858-62,		

José Antônio Moreira	Conselheiro	1861	1861	1861	Rua Direita 82	Visconde de Ypanema	Barão, Conde, comerciante e capitalista.	1879	
José Avelino dos Santos	1º Ajudante 1863-1868, Guarda Livros 1869-1870	1863		1863-1870	Rua da Alfandega				
José Carlos Mayrink	Conselheiro	1863	1869	1863-1869		Visconde de Mayrink (1894)	Voluntário da Pátria na Guerra do Paraguai, Médico, Bacharel em Letras.	1905	Roberto Menezes de Moraes. O Casal Furquim Werneck e sua descendência. Vassouras (RJ): Ed. Liney, 1985.
José de Araujo Coelho	Conselheiro	1862	1862	1862					
José de Araujo Ribeiro	Presidente	1870	1875	1870-1875	Rua de Paysandu	Barão do Rio Grande	Visconde do Rio Grande(1877), Advogado, Diplomata, Embaixor em Washington (1828), Presidente da Província de MG (1833), Ministro Plenipotenciário na França (1837), Membro do IHGB	1879	SPALDING, Walter (1987). Revolução farroupilha: biografias. Santos: Gráfica A Tribuna de Santos Ltda PORTO-ALEGRE, Achylles. Homens Illustres do Rio Grande do Sul. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Diccionario bibliographico brasileiro. Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1893. FRANCO, Sérgio da Costa. Guia Histórico de Porto Alegre, 4a edição, Editora da Universidade (UFRGS), Porto Alegre, 2006.
José Francisco de Mesquita	Conselheiro 1861, Vice Presidente 1862-1870	1861	1871	1864-1871	Rua dos Pescadores 10	Conde do Bonfim	Capitalista, Banqueiro, Veador da Casa Imperial, Membro da Junta da Caixa de Amortização, Vereador da Câmara Municipal da Corte	1873	ZÜQUETE, Afonso Eduardo Martins, Nobreza de Portugal e do Brasil, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960. 3 v.
José Joaquim da Cunha Silva	Fiel	1867		1867-1868					
José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho	Conselheiro (1862-1871), Fiel (1869) Vice Presidente (1872)	1862	1872	1862-1872		Visconde e Conde de Tocantins	Coronel na rebelião mineira de 1842, lavrador e comerciante no RJ, Presidente da Associação Comercial RJ e do Banco do Brasil em 1874-74, Deputado de Minas Gerais 8ª legislatura, pelo RJ na 10 e 11ª.	1894	Relação de Presidentes do Banco do Brasil, site.
José Machado Coelho de Castro	Conselheiro	1863	1871	1863-1871			Faculdade de Direito de SP, participou da direção da Companhia União e Indústria, Diretor do Banco do Brasil em 1854, Veador da Família Imperial, foi Presidente do	1896	Relação de Presidentes do Banco do Brasil, site.

							Banco do Brasil 1870-74, Deputado Estadual, Conselheiro		
José Narciso de Oliveira	Guarda Livros	1862		1862-1868					
Julio Affonso Silva Guimarães	Amanuenses 1867-1868, 1º Ajudante 1869-1870	1867							
Leonardo Henrique da Costa	Substituto do Perito	1864		1864-1868					
Luiz Antonio da Silva Guimarães	Conselheiro	1863	1871	1863-1871					
Luiz Joaquim dos Santos Lobo	Amanuenses	1869		1869-1870					
Luiz Manoel de Oliveira	Porteiro	1862		1862-1870					
Manoel Felizardo de Souza e Mello	Vice Presidente	1861	1861	1861	Rua dos Barbonos 39		Militar, Professor, Jornalista, Magistrado. Deputado Geral, Presidente das Províncias do Ceará, Maranhão, Alagoas, São Paulo e Pernambuco, Ministro da Marinha, da Guerra e senador de 1849-1866	1866	JUNG, Roberto Rossi. A gaúcha Maria Josefa, primeira jornalista brasileira. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.
Manoel José da Costa	Amanuenses	1870		1870					
Manoel José de Miranda e Silva	Amanuenses	1869		1869					
Miguel Candido d'Araujo	Amanuenses	1867		1867-1870					
Militão Maximo de Souza	Conselheiro	1861	1872	1861 e 1870-1872	Rua da Quitanda 143	Barão, Visconde de Andarahy	Comerciante, Presidente da Comissão da Praça do Comércio do Rio de Janeiro e da Sociedade de Assinantes da Praça do Rio de Janeiro em 1850, Tesoureiro da Santa Casa, Presidente do Banco do Brasil em 1869-70	1888	Relação dos Presidentes do Banco do Brasil, site.

Paulino Manoel de Oliveira	Contínuo	1862		1862- 1865					
Pedro Candido de Souza Gonzaga	Thesoureiro	1862	1862	1862					
Sebastião Augusto de Moura	Perito Avaliador	1868		1868					
Sebastião Augusto Pereira Guillobel	Perito Avaliador	1869		1869- 1870					

